TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2686 • Manaus, quarta-feira, 28 de agosto de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0001327-31.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: North Manaus, Comércio e Serviços de Alimentos, Eletrônios e Hotelaria Ltda - Embargante: Carlos Orlando Menezes de Barros Sobrinho - Embargante: Ana Márcia da Silva Oliveira - Embargado: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Caroline Cunha e Silva Meirelles (4940/AM) e Serafim P. D. Meirelles Neto (1694/AM), advogado (a,s) de Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Carolina Gomes Mar (OAB: 8627/AM) - Serafim P. D. Meirelles Neto (OAB: 1694/AM) - Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB: 4940/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0001613-09.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: O Estado do Amazonas - Recorrido: João Perboyre Lopes Bernardino - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Luiz Mauricio Oliveiras Bastos (2620/AM), advogado (a,s) de João Perboyre Lopes Bernardino, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Benedito Evaldo de Lima Moreno (OAB: 4821/AM) - Luiz Mauricio Oliveiras Bastos (OAB: 2620/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0002899-22.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: O Município de Manaus - Recorrido: Zeferino Dias de Souza - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Kleibianno Teles de Souza (7098/AM), advogado (a,s) de Zeferino Dias de Souza, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Rodrigo Monteiro Custódio (OAB: 6452/AM) - Kleibianno Teles de Souza (OAB: 7098/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0002969-39.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda - Recorrido: Neemias Alves Viana - Recorrida: Vana Uchôa Fernandes Viana - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Dra. Sandra Cal Oliveira, Manoel Pedro de Carvalho (4890/AM) e Viviane Nunes de Oliveira da Costa (8944/AM), advogado (a,s) de Neemias Alves Viana e Vana Uchôa Fernandes Viana, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Luciana Buzatto Peres (OAB: 239449/SP) - Thais Piechottka (OAB: 307992/SP) - Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM) - Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB: 8944/AM) - Dra. Sandra Cal Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0003669-15.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Banco Bradesco S/A - Recorrido: Friller do Brasil Alimentos Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Laureano Cezar Elias Muller (1633/AM), Laureano Cezar Elias Muller (367109/SP), Lucas de Castro Rivas (46431/DF), Marcos Aldenir Ferreira Rivas (2250/AM) e Marcos Aldenir Ferreira Rivas (51830/DF), advogado (a,s) de Friller do Brasil Alimentos Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Gabriel do Val Santos (OAB: 267881/SP) - Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (OAB: 118685/SP) - Jose Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB: 12363/SP) - Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB: 2250/AM) - Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB: 51830/DF) - Lucas de Castro Rivas (OAB: 46431/DF) - Laureano Cezar Elias Muller (OAB: 367109/SP) - Laureano Cezar Elias Muller (OAB: 1633/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004155-97.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Aluminio Aplicado Ltda - Recorrido: Sp Construções e Incorporações Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Ivanildo Xavier Soares (199A/AM) e Vasco Pereira do Amaral (99A/AM), advogado (a,s) de Sp Construções e Incorporações Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Fabio Pereira Garcia dso Santos (OAB: 4850/AM) - Vasco Pereira do Amaral (OAB: 99A/AM) - Ivanildo Xavier Soares (OAB: 199A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0005173-56.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: O Estado do Amazonas - Agravado: Fabio de Oliveira Lima - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Roque Lane Wilkens Marinho (10486/AM), advogado (a,s) de Fabio de Oliveira Lima, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM) - Roque Lane Wilkens Marinho (OAB: 10486/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0005175-26.2019.8.04.0000 - Agravo em Recurso Especial Cível - Manaus - Agravante: O Estado do Amazonas - Agravado: Eliseu Lopes Gomes Santiago - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Clinger Belém Pereira (5340/AM), advogado (a,s) de Eliseu Lopes Gomes Santiago, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Kerinne Maria Freitas Pinheiro (OAB: 10105/PI) - Clinger Belém Pereira (OAB: 5340/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0005459-34.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: Enéas Carlos Cavalcante - Agravado: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas - CRE - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Christiano de Oliveira Santiago (9536/AM) e Glaucio Nunes da Luz (6326/AM), advogado (a,s) de Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas - CRE, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB: 7432/AM) - Mauricio Benedito Gomes Bissoli (OAB: 13845/AM) - Glaucio Nunes da Luz (OAB: 6326/AM) - Christiano de Oliveira Santiago (OAB: 9536/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0005480-10.2019.8.04.0000 - Agravo em Recurso Especial Cível - Manaus - Agravante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Agravado: Mouzinho da Cruz - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Caliria Maia Hayek (2858/AM), advogado

(a,s) de Mouzinho da Cruz, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 26 de agosto de 2019 - Advs: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM) - Caliria Maia Hayek (OAB: 2858/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0001343-82.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Baianão de Muidezas e Presentes Ltda - Embargado: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADO, no prazo de 05 (cinco) dias, do(a) despacho/decisão de fls. 1794. - Advs: João Lucas Pantoja Vieira (OAB: 9982/AM) - Leandro Venicius Fonseca Rozeira (OAB: 10483/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003439-70.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Ricardo R. Moraes Filho - Embargado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Ficam INTIMADOS, no prazo de 05 (cinco) dias, do(a) despacho/decisão de fls. 80. - Advs: Erivelton Ferreira Barreto (OAB: 5568/AM) - Simon de Souza Guimarães Bessa (OAB: 8640/AM) - Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003442-25.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: BV Financeira S/A - Crédito Financiamento e Investimento - Agravado: Wanderson Parente das Neves - Ficam INTIMADOS, no prazo de 05 (cinco) dias, do(a) despacho/decisão de fls. 53. - Advs: Parquali e Parise Gasparini Junior (OAB: 4752/SP) - Hudson Jose Ribeiro (OAB: 150060/SP) - Darden Klinger Colares Libório (OAB: 10423/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0006978-78.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Transcal Transp. Com. Construções Araujo Ltda - TTA Engenharia - Embargado: Srb Comercio e Servicos de Materiais de Construcao Ltda - Ficam INTIMADOS, no de 05 (dias) legal, do(a) despacho/decisão de fls. 46/47. - Advs: Marcio Cândido de Araújo (OAB: 9298/AM) - Rafael Fernando Melo da Costa (OAB: 5837/AM) - Lourenço de Almeida Prado (OAB: 760A/AM) - Lourenço de Almeida Prado (OAB: 222325/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0223926-55.2011.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Emrel - Empresa de Redes Ltda - Apelado: Senai - Servico Nacional de Aprendizagem Industrial - Ficam INTIMADOS, no prazo de 05 (cinco) dias, do(a) despacho/decisão de fls. 219. - Advs: Marcio Alexandre da Silva (OAB: 2970/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0624564-13.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda - Apelado: Alessandro Marinho de Castro - Ficam INTIMADOS, no prazo de 05 (cinco) dias, do(a) despacho/decisão de fls. 433. - Advs: Luciana Buzatto Peres (OAB: 239449/SP) - Sally Scarparo Sendas (OAB: 236968/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0627556-44.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Rosylene Oran Barros de Menezes - Apelado: Banco Bradesco S.a. - Apelante: Banco Bradesco S.a. - Apelada: Rosylene Oran Barros de Menezes - Ficam INTIMADOS, no prazo de 05 (cinco) dias, do(a) despacho/decisão de fls. 452. - Advs: Jander dos Santos Paz (OAB: 10315/AM) - Rylara Maressa Oran Barros dos Reis (OAB: 12212/AM) - Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM) - Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM) - Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB: 5109/AM) - Romulo Sarmento dos Reis (OAB: 5435/AM) - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0630344-70.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Federação das Unimeds da Amazônia - Apelada: Adriana de Souza Rocha - Apelada: Antonio Geraldo Silva da Rocha - DECISÃO: "Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se. À Secretaria, para providências." - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0630344-70.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Federação das Unimeds da Amazônia - Apelada: Adriana de Souza Rocha - Apelada: Antonio Geraldo Silva da Rocha - DECISÃO: "Acolho a promoção ministerial de fls 584/590, expeça-se ofício à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, para que se obtenham os dados cadastrais da falecida Sra. Sônia Maria de Souza Rocha, sobretudo informações acerca da existência de eventuais dependentes cadastrados. Publique-se. Após, devolvam-me conclusos, para inclusão na ordem cronológica de julgamentos (CPC/2015, art. 12). Cumpra-se." - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0630344-70.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Federação das Unimeds da Amazônia - Apelada: Adriana de Souza Rocha - Apelada: Antonio Geraldo Silva da Rocha - DECISÃO: "DESPACHO Aguardem-se a resposta do ofício de fls. 596, por 30(trinta) dias. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, volte-me conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se." - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0630344-70.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Federação das Unimeds da Amazônia - Apelada: Adriana de Souza Rocha - Apelada: Antonio Geraldo Silva da Rocha - Ficam INTIMADOS, no prazo de 05 (cinco) dias, do(a) despacho/decisão de fls. 710. - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0630922-91.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelado: O Estado do Amazonas - Apelante: Mercantil Nova Era Ltda. - Apelante: O Estado do Amazonas - Apelado: Mercantil Nova Era Ltda - Fica INTIMADO, no prazo de 05 (cinco) dias, do(a) despacho/decisão de fls. 4298. - Advs: Fabio Pereira Garcia dos Santos (OAB: 4850/AM) - Ivson Coêlho (OAB: 550A/AM) - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0643691-05.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Api Spe 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - Apelado: Egleuson Araujo Santiago - Ficam INTIMADOS, no prazo de 05 (cinco) dias, do(a) despacho/decisão de fls. 482. - Advs: André Gonçalves de Arruda (OAB: 200777/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4000595-79.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Petrobras Transportes S/A - Transpetro - Agravado: Parente Andrade Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo de 05 (cinco) dias, do(a) despacho/decisão de fls. 224/225. - Advs: Sylvio Garcez Júnior (OAB: 7510/BA) - André Barachisio Lisbôa (OAB: 3608/BA) - Mariana Cristo Lasserte (OAB: 15910/BA) - Pedro Barachísio Lisbôa (OAB: 5692/BA) - Francisco Bertino de Carvalho (OAB: 11279/BA) - Fábio Silva Andrade (OAB: 9217/AM) - Eduarda Rosa Cavalcante Oliveira (OAB: 8846/AM) - Catharina Botelho Dias dos Santos (OAB: 6484/AM) - Carlos Murilo Laredo Souza (OAB: 7356/AM) - Aline Ferraz Tavares (OAB: 8845/AM) - Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB: 9372/AM) - Gláucio Bentes Gonçalves Neto (OAB: 7158/AM) - Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) - Luís Henrique Medeiros da Silva (OAB: 5953/AM) - Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB: 8759/AM) - Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AM) - Fabricio da Silva Henriques (OAB: 7744/AM) - Luma Vieira Marquez (OAB: 10959/AM) - Victor Bastos da Costa (OAB: 11123/AM) - Rodrigo Banayon Pontes Serudo (OAB: 11132/AM) - Daniel Roque Sendra Vieira (OAB: 11114/AM) - Sigrid Sidneya Porto de Azevedo (OAB: 11904/AM)

- Ingrid Crstine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB: 12209/AM) - Livia Banharo Guimarães (OAB: 12210/AM) - Cintia Almeida Prado (OAB: 12891/AM) - Pedro Henrique Barros de Sena (OAB: 13600/AM) - Alyne Aparecida Souza do Nascimento (OAB: 13806/AM) - Renata Silva Nina (OAB: 13815/AM) - Isabella Menezes Honorato (OAB: 14287/AM) - Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB: 14300/AM) - Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4001797-91.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Jacira Reis Empreendimentos Ltda (tecnisa) - Agravado: Antonio Lucio de Oliveira Maia - Agravado: Suzana Farias de Araujo Maia - Fica INTIMADO, no prazo de 05 (cinco) dias, do(a) despacho/decisão de fls. 515. - Advs: Douglas William Campos dos Santos (OAB: 31138/DF) - Antonio Lucio de Oliveira Maia (OAB: 10052/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4002272-81.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Abrahim Jezini - Agravada: Vilcimara Souza da Silva - Ficam INTIMADOS, no prazo de 05 (cinco) dis, do(a) despacho/decisão de fls. 85. - Advs: Abrahim Jezini (OAB: 4584/AM) - Odair Alan Rodrigues de Melo (OAB: 4715/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4004970-60.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: FIDC Ipanema III - Agravado: Raimundo Carlos Espindola da Silva - Fica INTIMADO, no prazo de 05 (cinco), do(a) despacho/decisão de fls. 153. - Advs: Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB: 357590/SP) - Vanessa Freire Litaiff (OAB: 5722/AM) - Imbergman Maia Litaiff (OAB: 5699/AM) - Valéria Freire Litaiff (OAB: 8009/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0003354-84.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: I. J. Transportes Especiais Ltda. - ME - Embargado: Antônio Dantas Lacerda - Embargada: Maria Azevedo Lacerda - Embargado: Nobre Seguradora do Brasil S/A - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Aristóteles Lima Thury Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração Cível nº. 0003354-84.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, I. J. Transportes Especiais Ltda. - ME, advogado, Dr. Edson Paes Fontenele (7926/AM) e como Embargados, Antônio Dantas Lacerda, Maria Azevedo Lacerda e Nobre Seguradora do Brasil S/A, advogado, Drs. Kal El Bessa Nascimento Salem (6389/AM), Lucineide Maria de Almeida Albuquerque (72973/SP), Luiz Mauricio Oliveiras Bastos (2620/AM), Maria Emilia Gonçalves de Rueda (23748/PE), Vasco Pereira do Amaral (28837/SP) e Vasco Pereira do Amaral (99A/AM). Despacho: "(...) Intime-se o Embargado, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À secretaria para providência. Manaus, 14 de maio de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." Fica intimada a parte embargada, por meio de seus advogados, Drs. Kal El Bessa Nascimento Salem (6389/AM), Lucineide Maria de Almeida Albuquerque (72973/SP), Luiz Mauricio Oliveiras Bastos (2620/AM), Maria Emilia Gonçalves de Rueda (23748/PE), Vasco Pereira do Amaral (28837/SP) e Vasco Pereira do Amaral (99A/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 14 de maio de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Edson Paes Fontenele (OAB: 7926/AM) - Luiz Mauricio Oliveiras Bastos (OAB: 2620/AM) - Vasco Pereira do Amaral (OAB: 99A/AM) - Vasco Pereira do Amaral (OAB: A99/AM) - Kal El Bessa Nascimento Salem (OAB: 6389/AM) - Lucineide Maria de Almeida Albuquerque (OAB: 72973/SP) - Maria Emilia Gonçalves de Rueda (OAB: 23748/PE) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003354-84.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: I. J. Transportes Especiais Ltda. - ME - Embargado: Antônio Dantas Lacerda - Embargada: Maria Azevedo Lacerda - Embargado: Nobre Seguradora do Brasil S/A - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Kal El Bessa Nascimento Salem (6389/AM), Lucineide Maria de Almeida Albuquerque (72973/SP), Luiz Mauricio Oliveiras Bastos (2620/AM), Maria Emilia Gonçalves de Rueda (23748/PE), Vasco Pereira do Amaral (28837/SP) e Vasco Pereira do Amaral (99A/AM), advogado (a,s) de Antônio Dantas Lacerda, Maria Azevedo Lacerda e Nobre Seguradora do Brasil S/A, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 27 de agosto de 2019 - Advs: Edson Paes Fontenele (OAB: 7926/AM) - Luiz Mauricio Oliveiras Bastos (OAB: 2620/AM) - Vasco Pereira do Amaral (OAB: 99A/AM) - Vasco Pereira do Amaral (OAB: A99/AM) - Kal El Bessa Nascimento Salem (OAB: 6389/AM) - Lucineide Maria de Almeida Albuquerque (OAB: 72973/SP) - Maria Emilia Gonçalves de Rueda (OAB: 23748/PE) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004764-17.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargada: Maria Aila de Souza Garantizado - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Amanda Lima Martins (2487/AM) e José Eldair de Souza Martins (1822/AM), advogado (a,s) de Maria Aila de Souza Garantizado, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 27 de agosto de 2019 - Advs: Fabio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) - José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM) - Amanda Lima Martins (OAB: 2487/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0007603-15.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargada: Suleny Batista Pena - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Rogério Pena Bento da Silva (9960/AM), advogado (a,s) de Suleny Batista Pena, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 27 de agosto de 2019 - Advs: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM) - Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0620628-19.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Condominio Residencial Ephygenui Salles - Apelante: Bruno Souza Diniz - Apelada: Gilce Albano Jatahy - Apelado: Haroldo Jatahy de Castro - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s).Fábio Lindoso e Lima (7417/AM) e Henrique Barcelos Buchdid (5913/AM), advogado (a,s) de Condomínio Residencial Ephygenio Salles, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 27 de agosto de 2019 - Advs: Fabio Lindoso e Lima (OAB: 7417/AM) - Henrique Barcelos Buchdid (OAB: 5913/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0628041-83.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Fabio Martins Ribeiro - Apelado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Apelado: O Estado do Amazonas - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Álvaro Regis de Menezes Junior (8899/AM), advogado (a,s) de Fábio Martins Ribeiro, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 27 de agosto de 2019 - Advs: Gabriela Muniz de Moura (OAB: 14809/MA) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0004630-53.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Embargante : Angelo Maciel de SouzaAdvogado : Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM)Advogado : Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM)Embargado : Governador do Estado do AmazonasEmbargado : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: João Mauro Bessa. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO – INEXISTÊNCIA – PROPÓSITO DE REDISCUSSÃO DA CAUSA – ACLARATÓRIOS REJEITADOS. 1. Nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC, os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão ou erro material a ser sanado. Inexistindo qualquer dos vícios previstos na norma de regência, impõe-se a rejeição dos aclaratórios.1. Nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC, os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão ou erro material a ser sanado. Inexistindo qualquer dos vícios previstos na norma de regência, impõe-se a rejeição dos aclaratórios.2. In casu, o embargante afirma de forma genérica que "o acórdão embargado apresenta omissões", contudo, não aponta onde estariam e nem em que consistiriam tais omissões, razão suficiente para a rejeição dos embargos. 3. Em verdade, dessume-se o propósito de obter novo julgamento da causa, diante da decisão desfavorável à pretensão do embargante. Nesse desiderato, a parte colaciona prova nova e altera causa de pedir depois de julgado o mérito do mandado de segurança, contudo, tais providências são incabíveis tanto em razão do momento como da via processual utilizada.3. Em verdade, dessume-se o propósito de obter novo julgamento da causa, diante da decisão desfavorável à pretensão do embargante. Nesse desiderato, a parte colaciona prova nova e altera causa de pedir depois de julgado o mérito do mandado de segurança, contudo, tais providências são incabíveis tanto em razão do momento como da via processual utilizada.4. De todo modo, a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "a reclassificação do candidato originalmente posicionado como excedente ('cadastro de reserva'), em decorrência de desistência de concorrente mais bem classificado do que ele, somente enseja o direito à nomeação se ocorrida dentro do prazo de validade do certame. Precedentes." (STJ - RMS 59.918/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 18/06/2019). 5. No caso em apreço, como bem reconhece o embargante, as vagas por ele apontadas surgiram após a expiração do prazo de validade do certame. Sendo assim, é facultado à Administração deliberar acerca da conveniência e oportunidade de prover tais cargos, consoante previsão editalícia e constitucional, bem como pacífica jurisprudência pátria.5. No caso em apreço, como bem reconhece o embargante, as vagas por ele apontadas surgiram após a expiração do prazo de validade do certame. Sendo assim, é facultado à Administração deliberar acerca da conveniência e oportunidade de prover tais cargos, consoante previsão editalícia e constitucional, bem como pacífica jurisprudência pátria.6. Embargos de Declaração rejeitados.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 20 de agosto de 2019.

Processo: 0005028-97.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Embargante : O Estado do AmazonasProcurador : Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM)Embargado : Alexandre Andrade do NascimentoAdvogada : Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB: 356A/AM)Procurador : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGEMPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NA DECISÃO EMBARGADA. INOVAÇÃO RECURSAL EM SEDE DE ACLARATÓRIOS. INVIABILIDADE. PRECEDENTES DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO DO EMBARGADO DE APLICAÇÃO DE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ AO EMBARGANTE. ART. 80 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DESCABIMENTO.EMBARGOSDEDECLARAÇÃOREJEITADOS.1. É cediço que os Embargos de Declaração se prestam a integrar ou a aclarar o pronunciamento judicial, escoimando-o dos defeitos considerados relevantes à sua compreensão e alcance, a saber: a omissão, a contradição, a obscuridade e o erro material, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil. Não se prestam, portanto, à sua revisão no caso de mero inconformismo da parte.2. Da leitura das Razões Recursais, é possível eduzir que o Embargante alude que existem omissões no Decisum embargado. Nada obstante, observa-se que não há qualquer omissão no Acórdão vergastado, porquanto os argumentos necessários para o deslinde da demanda, e que foram objeto da manifestação do Embargante, foram enfrentados e devidamente fundamentados.3. Por outro lado, não há que se falar em omissão a ser sanada, quando alguns dos argumentos do Embargante, tratam de questões novas, que não foram aventadas, anteriormente. Isso porque os Embargos de Declaração não se prestam ao exame de questões inéditas, ou seja, não suscitadas oportunamente pela parte Embargante, restando, no ponto, caracterizada indevida inovação recursal, o que impede o conhecimento da insurgência, em decorrência da preclusão consumativa, ainda que verse sobre matéria de ordem pública. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça.4. Além disso, como é cediço, não está o Magistrado obrigado a rebater, pormenorizadamente, todas as questões trazidas pela parte, configurando-se a negativa de prestação jurisdicional somente nos casos em que o Tribunal de origem deixa de emitir posicionamento acerca de matéria essencial. (REsp 1.259.899, Relatora Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, DJ de 7/4/2014).5. Assim sendo, exsurge cristalino que os presentes Aclaratórios são decorrência do mero inconformismo da parte e veiculam pretensão de nova manifestação deste egrégio Tribunal Pleno a respeito de questão já discutida e decidida no Acórdão embargado, o que é incabível no atual momento processual, ensejando, consequentemente, a rejeição dos Embargos de Declaração.6. Por derradeiro, descabe falar em condenação do Embargante ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa por litigância de má-fé, pois não suficientemente demonstrado que a sua conduta se enquadra em uma das hipóteses do art. 80 do Código de Processo Civil.7. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu REJEITAR os presentes Aclaratórios, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 20 de agosto de 2019.

Processo: 0007582-39.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)

Agravante : O Estado do AmazonasProcurador : Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM)Agravado : Shelley Mousse de SouzaAdvogado : Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB: 4947/AM)Terceira : Hitaiana Lima Pimentel e OutrasAdvogado : Arlecy de Souza Ferreira (OAB: 6581/AM)

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA INTERLOCUTÓRIA DE ADMISSÃO DE ASSISTÊNCIA EM IRDR. ALEGAÇÃO DE INUTILIDADE DA INTERVENÇÃO. REJEITADA. PENDÊNCIA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM PEDIDO DE EFEITOS INFRINGENTES. ARGUMENTOS NOVOS. CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PRECEDENTE. AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 20 de agosto de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 27 de agosto de 2019.

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Tribunal Pleno, Exmo(a). Des(a) Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Mandado de Segurança Cível nº 4002614-58.2019.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante : Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Amazonas - SinpolImpetrante : Leonardo de Azevedo CardosoAdvogada : Raquel Isadora Leite Vieira (OAB: 7586/AM)Advogado : José Auristenil Soares Nunes (OAB: 7580/AM) Advogado : Paulo Sérgio de Oliveira (OAB: 8478/AM)Advogado : Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB: 6030/AM)Impetrado : Delegado Geral do Estado do AmazoansImpetrado : Governador do Estado do AmazonasImpetrado : O Estado do AmazonasMPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: João de Jesus Abdala Simões. Revisor: Revisor do processo Não informado

Mandado de Segurança Coletivo nº 4002220-51.2019.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante : Sindicato dos Servidores dos Poderes Legislativos Estadual, Municipal e do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - SiAdvogado : Wilson Peçanha Neto (OAB: 4630/AM)Impetrada : Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – Yara Lins dos SantosProcuradoria Ge : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PgeMPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: João de Jesus Abdala Simões. Revisor: Revisor do processo Não informado

Secretaria do(a) Tribunal Pleno, em Manaus, 27 de agosto de 2019.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Intimações

Processo nº 0202595-70.2019.8.04.0022 - Pedido de Providências**.** Requerente, A.P.D.P., **advogada, Dra. Milcyete Braga Assayag (OAB/AM sob o nº 5.006).** Requerido, W.A.S. **DECISÃO-CGJ/AM** – Exmo. Sr. Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR:** "Acolho o parecer às fls. 52/54, razão pela qual determino o cumprimento das recomendações nele contidas. Ao Setor de expediente para providências. Cumpra-se". Manaus, 08 de agosto de 2019. **Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Corregedor-Geral de Justiça.** Fica a parte requerente intimada, por meio de seu representante, do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Conclusão de Acórdãos

Processo nº 4003343-84.2019.8.04.0000 - Desaforamento de Julgamento - Requerente:Joaby Evangelista de Araújo - Advogado:Dr. Mozarth Ribeiro Bessa Neto (4390/AM) **Requerido:Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Tefé/AM -** Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - **Relatora: Exma. Srª. Desª. Nélia Caminha Jorge -** Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **Nélia Caminha Jorge (Relatora)**, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Aristóteles Lima Thury, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques e Jorge Manoel Lopes Lins. **EMENTA**: DIREITO PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI. ALEGAÇÃO DE RISCO À INTEGRIDADE FÍSICA DO RÉU E À IMPARCIALIDADE DOS JURADOS. NÃO COMPROVAÇÃO. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.I - O desaforamento de julgamento do Tribunal do Júri, conquanto previsto nos arts. 427 e 428 CP, é medida excepcional e apenas encontra guarida quando cabalmente demonstradas as hipóteses prevista na mencionada norma processual. II - Não comprovados o risco à integridade física do réu nem a quebra de imparcialidade dos jurados, imperioso é afastar a pretensão de deslocamento do julgamento do Júri Popular, ainda mais quado o magistrado de origem, cuja palavra se reveste de credibildade, informa que o Fórum tem estrutura suficiente para garantia da segurança do réu e que as manifestações populares em defesa dos direitos das mulheres não se direcionam à presionar os jurados. III - Pedido julgado improcedente. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores das Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, em julgar improcedente o pedido, nos termos do voto da desembargadora relatora

Processo nº 4002756-96.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança - Impetrante: Orismar Maia da Silva - Advogados:Dr. Edson Pereira Duarte (3702/AM) e Dra. Christianne Di Felício Ferreira da Silva Silva(OAB/AM n.º 3631) - **Impetrado:Juízo de Direito da 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus/AM** - **LitsPassivos: Jason dos Santos Silva, Jovane Oliveira dos Santos e Erasmo Sérgio Vidal Freires** Defensoras Público:: Dra. Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira e Dra. Maria Domingas Gomes Laranjeira (1239/AM) - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - **Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões -** Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **João de Jesus Abdala Simões (Relator)**, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha e Djalma Martins da Costa. Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL NÃO TRANSITADO EM JULGADO E IRRECORRÍVEL DE IMEDIATO. SUSPENSÃO DE AÇÃO POSSESSÓRIA EM RAZÃO DA PENDÊNCIA DE AÇÃO DE USUCAPIÃO. DESCOMPASSO COM A POSIÇÃO CONSOLIDADA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) SOBRE O ASSUNTO. SEGURANÇA CONCEDIDA. I - A situação em análise diz respeito à decisão judicial, não transitado em julgado e, também, irrecorrível, porquanto, sendo

de natureza interlocutória, só poderia ser imediatamente atacada por agravo de instrumento caso a hipótese estivese insculpida no rol do art. 1.015, do Código de Proceso Civil, o que não é o caso. Salienta-se, outrosim, que, mesmo considerando o entendimento do STJ pela taxatividade mitigada do referido rol, aplicar-se-ia, ao caso, a modulação de efeitos estabelecida no REsp nº 1704520/MT.I - Dada a distinção da natureza jurídica das ações em exame (uma de natureza possessória e a outra petitória), o STJ consolidou entendimento de que inexiste prejudicialidade externa entre a ação de reintegração de posse e a ação de usucapião, que justifique suspensão do feito reintegratório. Precedentes. II - Segurança concedida para revogar a ordem de suspensão do processo nº 0629734- 97.2016.8.04.0001. **Acordam** os Desembargadores integrantes das Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conceder a segurança, nos termos do voto do Relator

Processo nº 4002130-43.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança - Impetrante: Leonardo Ferreira Peixoto - Advogado: Dr. Rodrigo César da Silva e Silva (7260/AM) - **Impetrado:Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Urucará/AM** - LitsPassivo:Município de Urucará/AM - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - **Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões -** Procuradora de Justiça: Exmo. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **João de Jesus Abdala Simões (Relator)**, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha e Djalma Martins da Costa. **Impedido**: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos. **EMENTA:** MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO JUDICIAL. NÃO CABIMENTO. SISTEMÁTICA PRÓPRIA DE RECURSOS. INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA DO ATO DECISÓRIO. SEGURANÇA DENEGADA. I - A jurisprudência, de modo geral, tem rejeitado o uso do mandado de segurança na hipótese em que o interessado visa atacar pronunciamentos judiciais. Os tribunais entendem que o equívoco ou injustiça de decisão judicial possui sistemática própria de correção, salvo situações excepcionais de teratologia. Desse modo, continua válido o enunciado da Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe: "não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição". I - A decisão judicial que indeferiu o cancelamento da audiência de conciliação com amparo no art. 334, §4º, do CPC, revela-se coesa e, por seus fundamentos, não pode ser considerada teratológica. II - Segurança denegada. **Acordam** os Desembargadores integrantes da Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, denegar a segurança, nos termos do voto do Relator.

Processo nº 4003358-87.2018.8.04.0000 - Revisão Criminal - Origem:1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes - **Requerente: Jander Bernardo da Silva** - Advogada: Dra. Paula Aline Assunção Cruz (12718/AM) - **Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau** Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - **Relator: Exmo. Sr. Des. Délcio Luís Santos -** Revisor: Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa - Procurador de Justiça:Exmo. Sr. Dr.Pedro Bezerra Filho. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Délcio Luís Santos (Relator)**, Djalma Martins da Costa, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunh, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira e Joana dos Santos Meirelles.**Impedido:** Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **EMENTA**: REVISÃO CRIMINAL. FUNDAMENTO DE DECISÃO CONTRÁRIA ÀS EVIDÊNCIAS DOS AUTOS. TESE DE DEFESA ARGUÍDA EM APELAÇÃO. MERA PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. NÃO CABIMENTO DA REVISÃO CRIMINAL. PRECEDENTES. AÇÃO IMPROCEDENTE. I. A Revisão Criminal com fundamento no artigo 621, segunda parte do inciso I do CPP, requer que a contradição à evidência dos autos seja manifesta, induvidosa, de forma a dispensar o reexame das provas produzidas; II - Não se serve a revisão como nova apelação, com a pretensão de rediscutir teses já apreciadas e rexame de provas já debatidas no feito; III - Precedentes no Superior Tribunal de Justiça acompanhados por esta Corte Estadual; IV - Improcedência da ação, em consonância com o parecer ministerial. **Acordam** os Desembargadores que compõem o Plenário do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade e em consonância com o parecer do Ministério Público, em julgar improcedente a Revisão Criminal, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus , 27 de agosto de 2019. Maria Goreth Souza .

Intimação

Câmaras Reunidas

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator nos autos de **Embargos de Declaração Cível** nº **0005577-10.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Embargante **Julio Rodolfo Pessoa Iank,** advogado Dr. Luis Juscelino Augusto Leite (4092/AM) e Embargado **O Estado do Amazonas,** Procuradora Drª. Glícia Pereira Braga (2269/AM). Fica a parte Embargante intimada, na pessoa de seu advogado **Dr. Luis Juscelino Augusto Leite (4092/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 10/11, com o seguinte conteúdo: "(...) Diante da duplicidade de recursos e da inequívoca preclusão consumativa, não conheço dos presentes embargos de declaração. A análise da irresignação será empreendida no feito de nº.0005576-25.2019.8.04.0000, distribuído primeiramente.". Em 26 de agosto de 2019. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões - Relator.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Onilza Abreu Gerth**, Relatora nos autos de **Ação Rescisória** nº **4001525-34.2018.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Autor **Jucirley Rodrigues do Espirito Santo,** advogada Drª. Cristiane Vasconcelos Ribeiro Bastos (91114/RJ) e Réu **Estado do Amazonas,** Procurador Dr. Carlos Alexandre M. C. M. de Matos (2364/AM). Fica a parte Autora intimada, na pessoa de sua advogada **Drª. Cristiane Vasconcelos Ribeiro Bastos (91114/RJ),** para tomar ciência do inteiro teor do Despacho de fl. 124, dos autos acima referidos. Em 23 de janeiro de 2019. Desembargadora **Onilza Abreu Gerth – Relatora.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 27 de Agosto de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4003762-07.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Thayron Bezerra de Araujo**. (Advogado(a): Dr(a). Ludimilla Migilo Conde Rodrigues Costa(12298/AM). **Agravado: Universidade Luterana do Brasil - Ceulm/ulbra. DECISÃO**: "O Recorrente solicitou desistência do recurso. Consoante o Código de Processo Civil, o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso (art. 998 do CPC/15). Salientando que o patrono ostenta poderes para tanto (p. 10), defiro o pedido. Providencie-se o encerramento do feito no sistema SAJ - 2.º grau. Intime-se. Cumpra-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0000211-59.2017.8.04.7501** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Município de Tefé/am - Prefeitura do Município**. (Advogado(a): Dr(a). Emer de Senna Gomes(7602/AM). **Apelado: Karla Naise Batalha Sales.** (Advogado(a): Dr(a).Jimmy da Silva Araújo(9072/AM). **DECISÃO:** "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Dê-se vista do conjunto processual ao Ministério Publico. Publique-se**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004131-98.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: O Estado do Amazonas**. (Advogado(a): Dr(a). Mateus Severiano da Costa (23390/MT)). **Agravado: Centro de Doenças Renais do Amazonas S/C Ltda**.. (Advogado(a): Dr(a). Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Germano Costa Andrade (2835/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Lucianna de Souza Silva (3624/AM), Luís Henrique Medeiros da Silva (5953/AM) e Mauto Couto da Cunha (4200/AM**)). DECISÃO: (....)** "Acautelo-me quanto à concessão do efeito suspensivo pleiteado, reservando-me a apreciá-lo somente após a apresentação de contrarrazões pela parte Agravada. ".**Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Germano Costa Andrade (2835/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Lucianna de Souza Silva (3624/AM), Luís Henrique Medeiros da Silva (5953/AM) e Mauto Couto da Cunha (4200/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0001732-67.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: O Município de Manaus** (Advogado(a): Dr(a). Margaux Guerreiro de Castro3917/AM e **Embargado: Merronit Comercial Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Fued Cavalcante Sêmen Neto10435/AM **fica INTIMADO o EMBARGADO**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Fued Cavalcante Sêmen Neto 10435/AM. "DESPACHO Cuida-se dos embargos de declaração opostos pelo Município de Manaus, contra os termos do acórdão por meio do qual foi conhecido e parcialmente provido o recurso de apelação n.º 0605674-26.2017.8.04.0001, interposto por Merronit Comercial Ltda. Os Embargos de Declaração foram julgados na sessão ordinária da Primeira Câmara Cível, ocorrida em 05.08.2019 (p. 20), sendo disponibilizado no DJe do dia 13.08.2019 (terça-feira), considerado publicado em 14.08.2019 (quarta-feira), com início do prazo recursal em 15.08.2019 (quinta-feira). Em 15.08.2019, os advogados da Embargada apresentaram petição, comunicando terem renunciado ao mandato (p. 22). Diante do exposto e, com arrimo no artigo 76 do CPC/2015, determino seja o Embargado intimado a regularizar sua representação, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da Embargada, certifique-se e devolvam-me conclusos." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0004886-93.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Construtora Soma Ltda** (Advogado(a): Dr(a). Janderli Cavalcante Costa, Vasco Pereira do Amaral12550/AM, 28837/SP e **Embargado: O Estado do Amazonas ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES**, na pessoa de seus Advogados Dr(a). Janderli Cavalcante Costa, Vasco Pereira do Amaral 12550/AM, 28837/SP. "DESPACHO Cuida-se dos embargos de declaração opostos pela Construtora Soma Limitada, contra os termos do acórdão por meio do qual foi conhecido e provido o recurso de apelação n.º 0639818-60.2018.8.04.0001, interposto pelo Estado do Amazonas, que reconheceu a ocorrência da prescrição quinquenal quanto à pretensão deduzida pela Construtora Soma Limitada, de recebimento de R$1.620.828,50 (um milhão seiscentos e vinte mil e oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos). O recurso teve como relatora originária a Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo que, por ocasião da oposição dos presentes embargos de declaração, averbou sua suspeição por motivo de foro íntimo (p. 12). No que respeita à questão de fundo nos presentes aclaratórios, tem-se que se trata da análise quanto à ocorrência ou não da prescrição quinquenal e da persistência da suspensão desse prazo, com arrimo no artigo 9.º, do Decreto n.º 20.910, de 06.01.1932, que assim preceitua: Decreto n.º 20.910, de 06.01.1932, art. 9.º A prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo. Diante do exposto e tendo em vista a necessidade de dirimir a questão por meio de prova documental, com vistas a afastar ou acolher os argumentos refrentes à ocorrência da prescrição quinquenal, determino à Embargante e à Embargada que apresentem cópia integral do processo administrativo referente à cobrança, no prazo de 10 (dez) dias, fundado no dever de cooperação e de lealdade processual a que aludem os artigos 5.º e 6.º, do CPC/2015. Intimem-se**." PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005536-43.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Glauco Carlos Cavalcante.** (Advogado:Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho7537/AM e **Embargado: Banco do Brasil S/A**. (Advogado: [José Arnaldo Janseen Nogueira, Sérvio Túlio de Barcelos 1047A/AM, 1048A/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. José Arnaldo Janseen Nogueira, Sérvio Túlio de Barcelos (1047A/AM, 1048A/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005544-20.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: O Estado do Amazonas.** (Advogado:Henri Dhouglas Ramalho341022/SP e **Embargado: Sarah Barbosa Nepomuceno**. (Advogado: [Marcos Antonio Vasconcelos, Maria Eliana da Silva Horohiaque 5794/AM, 9095/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Marcos Antonio Vasconcelos, Maria Eliana da Silva Horohiaque (5794/AM, 9095/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo Interno Cível nº 0005559-86.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante:**

Terra Norte Incorporadora Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina, Andrade Gc Advogados 3467/AM, 5797/AM) e **Agravado: Cassandra Hellen Cezar Freitas Boaventura** (Advogado(a): Dr(a). Celso Antônio da Silveira, Camila Fonteles Guindane, Paula Ângela Valerio de Oliveira 5807/AM, 313037/SP, 1024/AM), **fica INTIMADO o agravado**, por meio de seu advogado Dr(a). Celso Antônio da Silveira, Camila Fonteles Guindane, Paula Ângela Valerio de Oliveira 5807/AM, 313037/SP, 1024/AM, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0245696-41.2010.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Ociran José Pereira de Magalhães**. (Advogado(a): Dr(a). Andre Liz Guedes da Silva, André Luiz Guedes da Silva(5261/AM, 5261/AM). **Apelado: Medcenter Clínica de Serviços Médicos Ltda..** (Advogado(a): Dr(a).David Dangeres Jorge, Luciana Waquim Campos de Oliveira(3718/AM, 16666/PE). **DECISÃO**: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005569-33.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda**. (Advogado:Carolina Ribeiro Botelho, Rodrigo Banayon Pontes Serudo5963/AM, 11132/AM **e Embargado: Karoline Lima Linhares**. (Advogado: [Thiago Pacheco Rodrigues, Thiago Pacheco Rodrigues, Daniel Pacheco Gonçalves 8826/AM, 8826/AM, 13249/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Thiago Pacheco Rodrigues, Daniel Pacheco Gonçalves (8826/AM, 13249/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0621959-60.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Industrial do Brasil S/A.** (Advogado(a): Dr(a). Wilson Sales Belchior(1037A/AM). **Apelado: Diraci Nascimento de Souza.** (Advogado(a): Dr(a).Kelson Girão de Souza, Rodrigo Barbosa Vilhena, Dr. Rafael Reis Gomes da Silva(7670/AM, 7396/AM, 13660/AM**). DECISÃO**: "Destarte, tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004129-31.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: O Estado do Amazonas**. (Advogado(a): Dr(a). Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha). **Agravado: Bianca Rodrigues Almeida Xavier**. (Advogado(a): Dr(a). Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). **DECISÃO: (....)** "Acautelo-me quanto à concessão do efeito suspensivo pleiteado, reservando-me a apreciá-lo somente após a apresentação de contrarrazões pela parte Agravada. "**Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal**. PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0622261-94.2015.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Elaise Moss Portela, Caio Patrick Coelho Silva Andrade, Elisa Gomes Valente Bulboo, Isabelle Benlolo de Azevedo, Pedro Camara Junior, Denilza Maria Bezerra Pessoa, Victória Guimarães de Melo Cardoso(7689/AM, 13408/AM, 9767/AM, 11737/AM, 2834/AM, 613/AM, 14813/AM). **Apelado: Claudio Roberto de Oliveira Vieira**. (Advogado(a): Dr(a).Wagner de Oliveira Vieira, Vitor de Souza Vieira(2786/AM, 6843/AM**). DECISÃO: "**D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais **de Apelação Cível nº 0626800-35.2017.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Santander S.a..** (Advogado(a): Dr(a). Flávio Neves Costa(153447/SP). **Apelado: A A da Silva Vidraçaria Me. DECISÃO**: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se**." PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Apelação Cível nº 0630575-24.2018.8.04.0001** - Manaus em que é **Apelante: Brenda Rommy da Silva Moura e Francisco Italo de Carvalho Cunha** (Advogado(a): Dr(a). Manoel Pedro de Carvalho, Pedro Igor Frota de Carvalho, Viviane Nunes de Oliveira da Costa, Manoel Pedro de Carvalho, Viviane Nunes de Oliveira da Costa4890/AM, 13661/AM, 8944/AM, 4890/AM, 8944/AM e **Apelado: Vj Informática Ltda Epp** (Advogado(a): Dr(a). Luciana Amazonas Cabral, Luciana Amazonas Cabral10218/AM, 488-A/**RR fica INTIMADO o APELANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Manoel Pedro de Carvalho, Pedro Igor Frota de Carvalho, Viviane Nunes de Oliveira da Costa, 4890/AM, 13661/AM, 8944/AM. "Trata-se de Apelação Cível, em que figuram como Apelantes, Francisco Italo de Carvalho Cunha e Brenda Rommy da Silva Moura, e como Apelado, Vj Informática Ltda Epp, tendo por objeto a decisão da lavra do MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, que julgou procedente, nos termos do artigo 487, I, do CPC, o pedido formulado por VJ Informática Ltda - EPP, para condenar os requeridos, ora Apelantes, ao pagamento solidário dos aluguéis referentes aos meses de abril, maio, junho, julho, agosto e setembro, todos do ano de 2018, cujo valor à época ea de R$ 3.200,00, acrescidos de multa de 10% sobre o valor do aluguel atrasado, juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária; bem como ao pagamento de honorários sucumbenciais, no percentual de 20% sobre o valor da condenação e custas, nos termos do art. 82, do CPC. Em seus pedidos os Apelantes requereram a concessão do benefício da assitência judiciária justiça gratuita . Todavia, do exame das contrarrazões de p. 142/150, verifico que os Apelantes são empresários e dispõem de patrimônio que permite o pagamento das custas, no caso o salão de beleza, não estando evidenciada a alegação da hipossuficiência. Assim, com fundamento no artigo 99,§ 2.º do NCPC/2015, assinalo aos Apelantes o prazo de 10(dez) dias para que comprovem a alegada hipossuficiência ,por meio de documentos sob pena de indeferimento do benefício. Intimem-se, observando o disposto no artigo 272, §2.º, do CPC/2015. Cumpra-se." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento**

nº 4003682-43.2019.8.04.0000 - Manaus em que é **Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A** (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula, Isabela Montuori Bougleux de Araujo, Luis Philipe de Lana Foureaux69306/MG, 118303/MG, 104147/MG e **Agravado: Janice Costa de Carvalho** (Advogado(a): Dr(a). Joao Celio Moura Szlachta11979/AM **fica INTIMADO o AGRAVANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Guilherme Vilela de Paula, Isabela Montuori Bougleux de Araujo, Luis Philipe de Lana Foureaux 69306/MG, 118303/MG, 104147/MG. "DESPACHO Cuida-se do agravo de instrumento interposto por Amazonas Distribuidora de Energia S/A conta os termos da decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 14.ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital/AM, que determinou à ora agravante que "(...) abstivesse de suspender o fornecimento de energia elétrica bem como excluísse a inscrição do nome da parte autora do cadastro dos inadimplentes até o deslinde da demanda" (sic, p. 3). Em consulta aos autos de primeiro grau, verifiquei que a decisão objeto do recurso foi proferida em 27.03.2019 (p. 102/204, autos de primeiro grau n.º 0648488-19.2018), impugnada por embargos de declaração, os quais foram decididos em 02.07.2019 (p. 209, autos de primeiro grau n.º 0648488-19.2018). A decisão por meio da qual foram julgados os aclaratórios foi disponibilizada no DJe do dia 05.07.2019 (sexta-feira), considerada publicada em 08.07.2019 (segunda-feira) e com início do prazo recursal em 09.07.2019 (terça-feira), encerrando-se em 29.07.2019 (segunda-feira). Em consulta ao SAJ/SG5, verifiquei que o recurso ora em exame foi protocolizado em 02.08.2019, pelo que pode ser considerado intempestivo. Diante do exposto, determino seja a Agravante intimada a se manifestar expressamente quanto à intempestividade do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e devolvam-me conclusos." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004117-17.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Fernando Henrique Ferreira Russafa Rodrigues**. (Advogado(a): Dr(a). Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (799A/AM)). **Agravado: Lídia Karoline Barbosa Avinte**. (Advogado(a): Dr(a). Paulo Roberto Arce Nicolau (8226/AM) e Sergio Paulo Mesquita Junior (10823/AM)). **DECISÃO: (....)** "Acautelo-me quanto à concessão do efeito suspensivo pleiteado, reservando-me a apreciá-lo somente após a apresentação de contrarrazões pela parte Agravada. **" Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Paulo Roberto Arce Nicolau (8226/AM) e Sergio Paulo Mesquita Junior (10823/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Pedido de Efeito Suspensivo À Apelação nº 4003459-90.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Requerente: Célia das Graças de Oliveira Rocha** (Advogado(a): Dr(a). Hilda Maria Figueiredo Mandato5350/AM e **Requerido: Ivaneide da Silva Oliveira fica INTIMADO o REQUERENTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Hilda Maria Figueiredo Mandato 5350/AM. "Diante do exposto, assinalo à Requerente o prazo de 10 (dez) dias, para que comprove que, à época do falecimento do Sr. João Bonfim da Rocha, recebia pensão alimentícia por este último paga. Decorrido o prazo, com ou sem a manifestação da Requerente, certifique-se e devolvam-me conclusos." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004017-62.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: T. M. F. .** (Advogado(a): Dr(a). Viviane Patrícia Maran(8.609/AM). **Agravado: J. C. M. F. . DECISÃO:** "D E S P A C H O Acautelo-me quanto à concessão do efeito ativo pleiteado, reservando-me a apreciá-lo somente após a apresentação de contrarrazões pela parte Agravada. Intime-se a parte Agravada para apresentar contrarrazões, no prazo de lei. Ao retornar, encaminhe-se os autos ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004046-15.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Roberto de Araujo Ricardo**. (Advogado(a): Dr(a). Penelope A. Antony Lira(7357/AM**). Agravado: Hapvida Plano de Saúde. DECISÃO**: "Despacho Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto por Roberto de Araújo Ricardo, irresignado com a r. decisão por meio da qual a MM. Juíza de Direito da 11.ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho indeferiu a liminar requerida, nos autos da Ação de obrigação de fazer c/c pedido de dano moral e material n.º 0642861-97.2019.8.04.0001, propostos em face de Hapvida Plano de Saúde. In casu, verifico que a parte Agravante requer a concessão de antecipação de tutela recursal, a fim de que seja determinada a imediata modificação da decisão guerreada para liberar o tratamento prescrito por médico particular, uma vez que a parte Agravada entendeu pela não indicação do referido tratamento. Diante da especialidade do caso e necessidade de dilação probatória, acautelo-me quanto ao pedido de tutela antecipada, reservando-me a apreciá-lo somente após a apresentação de contrarrazões pela parte Agravada. Intime-se a parte Agravada para apresentar contrarrazões, no prazo de lei. À Secretaria, para providências**." PT**

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0001688-48.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Estado do Amazonas. Procuradora: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM). Embargado: Odevaldo Monteiro de Oliveira. Advogados: Marcos José Dantas (OAB: 941A/AM), Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB: 12029/AM) e Ubirajara Francisco de Moraes (7265/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO: " ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.".

Processo: 0001821-90.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Estado do Amazonas. Procuradora: Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM). Embargada: Diana Aparecida Bibo. Advogados: Janiete da Silva Monteiro (OAB: 10084/AM), Bruno Oliveira Medeiros (OAB: 7203/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS

E IMPROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.".

Processo: 0001943-06.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Crefisa S/A. - Crédito Financiamento e Investimentos. Advogados: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS) e Alcides Ney José Gomes (OAB: 8659/MS). Embargado: Arnoud Veiga Negrão. Advogado: Victor Negrão Reis (OAB: 12545/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.".

Processo: 0002315-52.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta). Embargante: Estado do Amazonas. Procurador: Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM). LitsAtivo: Comandante Geral da Policia Militar Estado do Amazonas – PMAM. Embargado: Carlos Etiene Fernandes Lages. Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.".

Processo: 0002596-08.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Luiz Pinto de Souza Netto. Advogados: Rafael Reis Pereira (OAB: 7219/AM), Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior (OAB: 7355/AM), Hugo Sergio Lima Ribeiro (OAB: 9990/AM) e outros. Embargado: Centro de Formação, Estudos e Pesquisas Ltda. Advogados: João Paulo Marquez Romano (OAB: 7332/AM) e Paulo André Moreira de Souza (OAB: 9168/PI). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.".

Processo: 0002634-20.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara de Família. Embargante: R. M. N. de S. I. Advogados: Abaeté de Paula Mesquita (OAB: 129092/RJ) e Hivyelle Rosane Brandão Cruz de Oliveira (OAB: 119748/RJ). Embargado: A. C. da S. I. Advogado: Mônica Vieira Galate Mattos (OAB: 5123/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.".

Processo: 0002825-65.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara de Família. Embargante: A. C. da S. I. Advogada: Mônica Vieira Galate Mattos (OAB: 5123/AM). Embargada: R. M. N. de S. I. Advogados: Abaeté de Paula Mesquita (OAB: 129092/RJ) e Hivyelle Rosane Brandão Cruz de Oliveira (OAB: 119748/RJ). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO: " ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.".

Processo: 0002905-29.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargantes: Danilo Souza Coutinho e Tamara Socorro de Moraes Coutinho. Advogadod: Sheila Costa (OAB: 4225/AM) e Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB: 4239/AM). Embargados: Hsbc Bank Brasil S/A. - Banco Múltiplo e Hsbc – Brasil Administradora de Consórcio Ltda. Advogados: Andrea Tattini Rosa (OAB: 210738/SP), Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB: 7109/AM), Pedro Roberto Romão (OAB: 209551/SP) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada. EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em

conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.".

Processo: 0003346-10.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A. Advogados: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM) e outros. Embargado: Walter Barros de Assunção. Advogados: Timóteo Martins Nunes (OAB: 503/RR), Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB: 5282/AM) e Laís Cristiane Lira Pereira (OAB: 5376/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Há evidente erro material no acórdão embargado, passando a ter a seguinte redação a ementa original:"EMENTA : DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - SEGURO DPVAT – PAGAMENTO A MENOR DO SEGURO – DANO MORAL – INEXISTÊNCIA:- O pagamento administrativo a menor do valor devido referente ao seguro obrigatório não é apto a caracterizar dano moral indenizável.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO". EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E PROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.".

Processo: 0003367-83.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Município de Manaus. Procurador: Lucas Grangeiro Bonifácio (OAB: 14198/AM). Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Paulo Stélio Sarbá Guimarães (OAB: 50/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.".

Processo: 0003389-44.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Marcus Vinicius Bergo Coelho. Advogado: Marcus Vinicius Bergo Coelho (OAB: 138958/MG). Embargada: Clínica Veterinária Prontovet S/S Ltda. Advogado: Ricardo Cruz da Silva (OAB: 2628/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO IDENTIFICADA E SANDA. TENTATIVA DE ALTERAR A VERDADE DOS FATOS. APLICAÇÃO DE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. EMBARGOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.1. Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.2. Compulsando o decisum objurgado, verifica-se, de fato, omissão na análise do argumento de contradição entre a ficha e prontuário médico, entretanto, observa-se que se tratam de documentos distintos e não o mesmo documento com conclusões discrepantes. Tais documentos foram levados em consideração quando da análise pelo perito do juízo, consoante fls. 429 dos autos do apelo. Assim, reconhece-se a omissão no ponto apontado pelo Embargante, sem, contudo, conferir efeitos modificativos ao julgado.3. Mesmo quando interpostos para fins de prequestionamento, objetivando o acesso às instâncias superiores, é indispensável a comprovação de algum dos vícios do artigo 1.022 do Código Processual Civil, o que não foi demonstrado pelo Embargante. 4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, consoante o disposto no art. 80, II, c/c art. 81, do Código de Processo Civil, por tentativa de alteração da verdade dos fatos.5. Embargos conhecidos e parcialmente providos, sem efeitos infringentes. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto condutor d a decisão. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 0004038-09.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Máxima Assistência Ltda – Epp. Advogados: Wandre Pinheiro de Andrade (OAB: 17133/MT), Alvaro Antonio da Costa Junior (OAB: 118094/MG) e Milton Ramos de Abreu Lima (OAB: 13278/ES). Embargado: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. Advogados: Fernando José Monteiro Pontes Filho (OAB: 183379/SP), Mauro Eduardo Lima de Castro (OAB: 146791/SP) e Felipe de Carvalho Soares (OAB: 335936/SP). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada. EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.".

Processo: 0004453-89.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogados: Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM) e Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB: 14369/AM). Embargado: Mário George de Oliveira Breta. Advogados: Maricarla Fonseca de Souza (OAB: 10573/AM) e Silvania Paula dos Santos (OAB: 10536/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ART. 1.022 DO NCPC. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROTELATÓRIO. EMBARGOS REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.2. A simples sinalização de recusa da parte com o teor da decisão embargada não caracteriza a fundamentação específica exigida na estreita via do recurso declaratório, dado que desprovida de conteúdo jurídico capaz de estremecer as razões de decidir apostas no decisum atacado. 3. Embargos conhecidos e não providos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.".

Processo: 0004578-57.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública. Embargante:

Estado do Amazonas. Procuradora: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM). Embargado: Rechilier Lima de Oliveira. Advogados: Maria Eliana da Silva Horohiaque (OAB: 9095/AM) e Marcos Antonio Vasconcelos (OAB: 5794/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.".

Processo: 0004826-23.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: BDS Confecções Ltda (Bicho da Seda). Advogados: Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB: 9919/AM) e Michelle Nascimento da Silva Tachy (OAB: 9918/AM). Embargado: M do C Palheta Pinto e Maria do Carmo Palheta Pinto. Advogada: Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB: 3433/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DIREITO PROCESSUAL CIVIL – RECURSO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER – APLICAÇÃO DE MULTA:- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada- Fica configurado o caráter protelatório do recurso quando o embargante repete os argumento já rechaçados anteriormente pela Corte.- Aplica-se multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da condenação em virtude da má-utilização do recurso. EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso oposto, aplicando multa em virtude do caráter manifestamente protelatório, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.".

Processo: 0621235-56.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. Advogados: Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB: A739/AM) e Maria Lucília Gomes (OAB: 313A/AM). Apelada: Erilaine dos Santos Martins. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO NA FORMA DO ARTIGO 485, IV, DO CPC. ALEGADO ERRO NA FUNDAMENTAÇÃO NÃO VERIFICADO. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1.A extinção do processo por ausência de citação amolda-se ao inciso IV, do artigo 485 do CPC, dada a natureza de pressuposto de constituição válida e regular do processo atribuída ao ato por meio do qual opera-se a triangularização da relação processual. Precedentes.2. Como o banco Autor não postulou a conversão da demanda em execução, tampouco indicou endereço válido para a realização da busca, apreensão do bem e citação do Réu, a sentença, de forma escorreita, extinguiu o feito sem resolução do mérito por ausência de citação.3. Recurso conhecido e não provido. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. Sala das Sessões, em Manaus, 05 de agosto de 2019. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 4001118-91.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Marcelo Cordeiro dos Santos. Advogado: Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB: 6502/AM). Agravada: Viviany da Cruz Ramos Pinto. Advogada: Patrícia Portugal da Silva Benfica (OAB: 7395/AM). Presidente/Membro: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE DEFERIU TUTELA PROVISÓRIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. PROBABILIDADE DO DIREITO. PERIGO DE DANO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. Para o deferimento da tutela provisória de urgência se faz necessário a presença concomitante de probabilidade do direito invocado e do perigo de dano.2. No presente caso ambos os requisitos militam em favor da agravada, sendo, portanto, irretocável a decisão do Juízo primevo.3. Recurso conhecido e não provido. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. PUBLIQUE-SE. Sala das sessões da Egrégia Segunda Câmara Cível em Manaus(AM), 05 de agosto de 2019.".

Processo: 4002085-39.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: L. A. S. C. Representada por C. B. S. Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM). Agravada: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A). Advogados: Guilherme Vilela de Paula (A1010/AM), Isabela Montuori Bougleux (A1069/AM) e outros. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Wellington José de Araújo. EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE QUE MILITA EM FAVOR DO POSTULANTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1. O art. 99, §3°, do Código de Processo Civil, erigiu em favor do postulante autêntica presunção iuris tantum de veracidade quanto ao conteúdo da sua declaração, ou seja, diante da inversão do ônus da prova cabe a parte adversa provar a capacidade financeira do beneficiado em arcar com os custos do processo.2. No particular, o juízo de origem houve por bem não deferir a gratuidade da justiça em sua totalidade, o que acabou por impor evidente prejuízo ao autor da demanda, distanciando-os de obter o bem da vida pretendido em demanda que envolve pedido de danos morais.3. Inexistem nos autos evidências de que a postulante possua considerável patrimônio ou ganhos que constituam obstáculo para o deferimento total do beneplácito pretendido, o que faz emergir na hipótese vertente um substrato aparentemente apto a refletir que as condições financeiras da Recorrente autorizam a concessão do benefício pleiteado.4. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 5. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, para conhecer o recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. Sala das Sessões, em Manaus, 05 de agosto de 2019. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 0002069-56.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Francenilda Seixas Ferreira. Advogado: Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM). Embargada: Fundação de Vigilância Em Saúde – FVS. Advogados: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM), Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) e Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO QUANTO

AO PERCENTUAL DOS HONORÁRIOS. VÍCIO SANADO. PERCENTUAL FIXADO COM BASES DE CÁLCULOS DIVERSAS, EM VIRTUDE DA DIFERENÇA FINANCEIRA DAS SUCUMBÊNCIAS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, COM EFEITO MODIFICATIVO.1. Com o parcial provimento do recurso, o quadro de improcedência da demanda deu lugar à inversão do ônus sucumbencial, impondo-se, destarte, um reequacionamento dos honorários para refletir o reequilíbrio da sucumbência.2. No esforço de promover o devido reajustamento, considerando o sucesso do patrono do demandante em reverter o julgamento original, soa razoável, nos estreitos limites do artigo 85, §2º, do CPC, fixar honorários sucumbenciais em favor do advogado do Autor/Embargante em 15% (quinze por cento) sobre o proveito econômico obtido pelo seu cliente.3. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e dar-lhe provimento, com efeito modificativos, nos termos do voto condutor da decisão.

Processo: 0002655-93.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Wilson Souza Barbosa. Advogado: Rodrigo da Frota Mendonça (OAB: 10031/AM). Embargado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social. Procuradora: Karina Broze Naimeg Grossi. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. OMISSÃO SANADA. EMBARGOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES.1. Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.2. Omissões constatadas e corrigidas para estender o gozo do benefício anterior (auxílio-doença) até a data da perícia realizada (29.09.2017), marco a partir do qual o benefício deve ser convertido em auxílio-doença acidentário, mantendo-se, quanto ao mais, em todos os seus termos, a decisão colegiada combatida.3. Embargos conhecidos e parcialmente providos, com efeitos infringentes. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e dar-lhe parcial provimento, com efeitos infringentes, nos termos do voto condutor da decisão. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 0002896-67.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Petróleo Sabbá S/A. Advogados: Tiago Cardoso Zapater (OAB: 210110/SP), Fabio Lima dos Santos (OAB: 306250/SP), Marcio de Souza Polto (OAB: 144384/SP), Ricardo Quass Duarte (OAB: 195873/SP), Gledson Marques Campos (OAB: 174310/SP) e outros. Embargada: J. M. de Almeida & Cia. Ltda. Advogados: Romoaldo José Oliveira da Silva (OAB: 11666/PA), Raniele Maria Oliveira da Silva e Dutra (OAB: 11757/PA), Rafael de Nazaré Pinto Dutra (OAB: 11666/PA) e outros. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ART. 1.022 DO NCPC. PREQUESTIONAMENTO. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.2. A simples sinalização de recusa da parte com o teor da decisão embargada não caracteriza a fundamentação específica exigida na estreita via do recurso declaratório, dado que desprovida de conteúdo jurídico capaz de estremecer as razões de decidir apostas no decisum atacado.3. Mesmo quando interpostos para fins de prequestionamento, objetivando o acesso às instâncias superiores, é indispensável a comprovação de algum dos vícios do artigo 1.022 do Código Processual Civil, o que não foi demonstrado pelo Embargante.4. Embargos conhecidos e não providos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 0003046-48.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública. Embargantes: Rosemary Miranda, Silvio Henrique de Melo, Vanda dos Santos Ribeiro, Vânia das Graças Buzaglo Alves e Waldeir Weguina Viera. Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM). Embargado: Estado do Amazonas. Procuradora: Élida de Lima Reis Corrêa. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ART. 1.022 DO NCPC. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.2. A simples sinalização de recusa da parte com o teor da decisão embargada não caracteriza a fundamentação específica exigida na estreita via do recurso declaratório, dado que desprovida de conteúdo jurídico capaz de estremecer as razões de decidir apostas no decisum atacado.3. Embargos conhecidos e não providos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.".

Processo: 0003573-97.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta). Embargante: Estado do Amazonas. Procurador: Rafael Cândido da Silva (OAB: 6499/AM). Embargado: Espolio de Rubem Pereira de Melo. Advogados: Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB: 7092/AM), Giselle Falcone Medina Pascarelli Lopes (OAB: 3747/AM), Diogo Oliveira Nogueira Franco (OAB: 7550/AM), Mauro Sérgio Lyra da Silva (OAB: 6144/AM) e Bianca Oliveira de Melo (OAB: 7976/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.1.Uma vez indicada a fundamentação concernente ao deslinde da controvérsia, resta inviabilizado o reconhecimento de que há no acórdão qualquer um dos vícios elencados no artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil, não estando o julgador obrigado a pronunciar-se sobre todos os argumentos suscitados pelas partes.2.Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.3.Na decisão colegiada constou de maneira bastante clara que cabia ao Recorrente identificar corretamente o ato judicial combatido, assim como o recurso cabível. Destarte, sem maiores delongas, não há como aplicar o princípio da fungibilidade uma vez que os requisitos de admissibilidade das espécies recursais são distintos.4.Embargos conhecidos e improvidos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.

Processo: 0003685-66.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda – ASSEFAZ. Advogados: Cesar Augusto Macedo Monteiro (OAB: 11121/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) e outros. Embargada: Giralcina Pessos Reis Aguiar. Advogados: Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB: 11441/AM) e Luis Felipe Avelino Medina (OAB: 6100/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ART. 1.022 DO NCPC. PREQUESTIONAMENTO. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.2. A simples sinalização de recusa da parte com o teor da decisão embargada não caracteriza a fundamentação específica exigida na estreita via do recurso declaratório, dado que desprovida de conteúdo jurídico capaz de estremecer as razões de decidir apostas no decisum atacado.3. Mesmo quando interpostos para fins de prequestionamento, objetivando o acesso às instâncias superiores, é indispensável a comprovação de algum dos vícios do artigo 1.022 do Código Processual Civil, o que não foi demonstrado pelo Embargante.4. Embargos conhecidos e não providos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 0003694-28.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Município de Manaus. Procuradora: Margaux Guerreiro de Castro (OAB: 3917/AM). Embargada: Kaele Ltda. Advogados: Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB: 10435/AM), Jonny Cleuter Simões de Mendonça (8340/AM) e outros. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.1.Uma vez indicada a fundamentação concernente ao deslinde da controvérsia, resta inviabilizado o reconhecimento de que há no acórdão qualquer um dos vícios elencados no artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil, não estando o julgador obrigado a pronunciar-se sobre todos os argumentos suscitados pelas partes.2.Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.3.Na decisão colegiada constou de maneira bastante clara que, ao contrário do que argumenta o Apelante, o fato constitutivo do direito do Autor restou devidamente cumprido pela juntada do atestado de capacidade técnica (fls. 36) que não só apontou a aptidão para o serviço, como também, atestou sua realização no período de 02.01.2012 a 30.04.2016, discriminando inclusive a categoria do veículo automotor que serviu a Administração. Destaca-se que tal documento foi emitido pela Procuradoria Geral do Município. 4.Embargos conhecidos e improvidos. DECISÃO:" ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.

Processo: 0003730-70.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Tam - Linhas Aéreas S/A. Advogados: Solano de Camargo (OAB: 149754/SP), Eduardo Luiz Brock (OAB: 91311/SP) e outros. Embargada: Amazônia Cabo Ltda. Advogados: Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB: 8044/AM), Afonso Negreiros da Silva (OAB: 2035/AM), Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (OAB: 5211/AM) e outros. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO OU OBSCURIDADE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.1.Uma vez indicada a fundamentação concernente ao deslinde da controvérsia, resta inviabilizado o reconhecimento de que há no acórdão qualquer um dos vícios elencados no artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil, não estando o julgador obrigado a pronunciar-se sobre todos os argumentos suscitados pelas partes.2.Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.3.Isso porque a embargante compreendeu, à perfeição, o que fora decidido por este órgão judicial, tanto o é que procurou contrapor, analiticamente, os fundamentos adotados pela decisão combatida, a exemplo do capítulo decisório em que se decidiu pela aplicação do Código de Defesa do Consumidor.4.Mesmo quando interpostos para fins de prequestionamento, objetivando o acesso à instância extraordinária, não prescindem os aclaratórios de fundamento no dispositivo de regência5.Outrossim, tendo em vista ter alterado a verdade dos fatos, mais precisamente quanto as datas, tentando levar esse juízo a crer que a compra do aparelho ocorreu 3 meses após a data da viagem, quando na verdade esta ocorreu 9 meses antes, condeno a Embargante à multa de 8% (oito por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 80, II c/c o artigo 81, do Código de Processo Civil por litigância de má-fé. 6.Embargos conhecidos e improvidos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.

Processo: 0004222-62.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – Amazonprev. Advogados: Luciane Barros de Souza (OAB: 4789/AM), Fábio Martins Ribeiro (A449/AM) e outros. Embargado: Antônio Rodrigues Corrêa. Advogados: Luis Felipe Tavares Veiga (OAB: 13150/AM) e outros. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ART. 1.022 DO NCPC. PREQUESTIONAMENTO. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROTELATÓRIO. EMBARGOS REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.2. A simples sinalização de recusa da parte com o teor da decisão embargada não caracteriza a fundamentação específica exigida na estreita via do recurso declaratório, dado que desprovida de conteúdo jurídico capaz de estremecer as razões de decidir apostas no decisum atacado.3. Embargos conhecidos e não providos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.".

Processo: 0004321-32.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Luis Carlos de Miranda Santos. Advogados: Jose Carlos de Almeida (OAB: 12409/DF) e Muema Maíra de Miranda Sales (OAB: 8265/AM). Embargado: Previ - Caixa de Previdência

dos Funcionários do Banco do Brasil. Advogados: Paulo Fernado Paz Alarcon (OAB: 37007/PR), Mizzi Gomes Gedeon (OAB: 14371/MA) e outros. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.1.Uma vez indicada a fundamentação concernente ao deslinde da controvérsia, resta inviabilizado o reconhecimento de que há no acórdão qualquer um dos vícios elencados no artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil, não estando o julgador obrigado a pronunciar-se sobre todos os argumentos suscitados pelas partes.2.Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.3. Na decisão colegiada constou de maneira bastante clara que a tese de ilegalidade da tabela price foi rejeitada, pois esta, por si só, não se reveste de qualquer ilicitude, traduzindo mera forma de cálculo de parcelas e não de juros, como reiterados julgados deste Tribunal já reconheceram. 4.Embargos conhecidos e improvidos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.

Processo: 0004327-39.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Embargante: Master's Engenharia, Instalações e Projetos Ltda. Advogados: Adriano de Oliveira Leite (OAB: 4609/AM) e Marcus Vinicius Bessa Menezes (OAB: 12285/AM). Embargado: Claro S/A. Advogados: Vivian Mendonça Martins (OAB: 9403/AM), Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM), Cesar Ituassu da Silva Neto (OAB: 9506/AM), José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG), Lilian Karen de Souza (OAB: 167344/MG) e outros. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ART. 1.022 DO NCPC. PREQUESTIONAMENTO. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.2. A simples sinalização de recusa da parte com o teor da decisão embargada não caracteriza a fundamentação específica exigida na estreita via do recurso declaratório, dado que desprovida de conteúdo jurídico capaz de estremecer as razões de decidir apostas no decisum atacado.3. Mesmo quando interpostos para fins de prequestionamento, objetivando o acesso à instância extraordinária, não prescindem os aclaratórios de fundamento no dispositivo de regência.4. Embargos conhecidos e não providos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 0004328-24.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Município de Manaus. Procuradora: Fernanda Miranda Ferreira de Mattos. Embargados: Abel Nunes da Silva, Josiane Rodrigues da Costa, Adreia Valcilane Souza Santos e outros. Defensor: Thiago Nobre Rosas. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ART. 1.022 DO NCPC. PREQUESTIONAMENTO. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROTELATÓRIO. EMBARGOS REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.2. A simples sinalização de recusa da parte com o teor da decisão embargada não caracteriza a fundamentação específica exigida na estreita via do recurso declaratório, dado que desprovida de conteúdo jurídico capaz de estremecer as razões de decidir apostas no decisum atacado.3. Embargos conhecidos e não providos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 0004402-78.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual. Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – Amazonprev. Advogados: Fabio Martins Ribeiro (OAB: A449/AM), Luciane Barros de Souza (4789/AM) e outros. Embargado: Alcy Costa Sampaio. Advogado: Pedro de Oliveira (OAB: 2042/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ART. 1.022 DO NCPC. PREQUESTIONAMENTO. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.2. A simples sinalização de recusa da parte com o teor da decisão embargada não caracteriza a fundamentação específica exigida na estreita via do recurso declaratório, dado que desprovida de conteúdo jurídico capaz de estremecer as razões de decidir apostas no decisum atacado.3. Mesmo quando interpostos para fins de prequestionamento, objetivando o acesso às instâncias superiores, é indispensável a comprovação de algum dos vícios do artigo 1.022 do Código Processual Civil, o que não foi demonstrado pelo Embargante.4. Embargos conhecidos e não providos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 0004452-07.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara de Origem do Processo Não informado. Embargante: Tiago Correa Braga. Advogado: Marcio Silva Teixeira (OAB: 4672/AM). Embargado: Estado do Amazonas. Procurador: Franklin Arthur Martinez Filho (OAB: 1251A/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EM AGRAVO REGIMENTAL. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ART. 1.022 DO NCPC. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.2. A simples sinalização de recusa da parte com o teor da decisão embargada não caracteriza a fundamentação específica exigida na estreita via do recurso declaratório, dado que desprovida de conteúdo jurídico capaz de estremecer as razões de decidir apostas no decisum atacado.3.Embargos conhecidos e não providos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores

que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 0004722-31.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Estado do Amazonas. Procurador: Júlio Cézar Lima Brandão. Embargado: Diógenes de Moraes e Silva. Advogados: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM), Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) e outros. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.1.Uma vez indicada a fundamentação concernente ao deslinde da controvérsia, resta inviabilizado o reconhecimento de que há no acórdão qualquer um dos vícios elencados no artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil, não estando o julgador obrigado a pronunciar-se sobre todos os argumentos suscitados pelas partes.2.Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.3.Na decisão colegiada constou de maneira bastante clara que com relação ao quantum arbitrado na origem em R$50.000,00 (cinquenta mil reais), igualmente, não há que se cogitar de retoques na sentença, visto que significativo o período de afastamento não remunerado imposto ao Recorrido por mais de 30(trinta) meses, e, consequentemente, o tempo pelo qual se estendeu a aflição e o flagelo suportados.4.Embargos conhecidos e improvidos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.

Processo: 0004775-12.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal. Embargante: Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras. Advogados: Andrea Almeida Soares (OAB: 213367/SP), Angelo Roncalli Osmiro Barreto (OAB: 26766/CE), Gustavo Monteiro Rodrigues (OAB: 5150/AM), Felipe Antonio Lopes Santos (OAB: 7250/AM). Embargado: Município de Manaus. Procurador: Rodrigo Monteiro Custódio (OAB: 6452/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ART. 1.022 DO NCPC. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROTELATÓRIO. EMBARGOS REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração apresentam-se como um recurso de rígidos contornos processuais e somente servem para sanar omissões, obscuridades ou contradições no julgado embargado, restando defeso sua utilização como mecanismo para reapreciação de causas já decididas.2. A simples sinalização de recusa da parte com o teor da decisão embargada não caracteriza a fundamentação específica exigida na estreita via do recurso declaratório, dado que desprovida de conteúdo jurídico capaz de estremecer as razões de decidir apostas no decisum atacado.3. Embargos conhecidos e não providos. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 0007534-22.2014.8.04.0000 - Remessa Necessária Cível, Vara Única de Barcelos. Requerente: Associação dos Operadores de Barco de Turismo- Aobt. Advogado: Ricardo Tavares de Albuquerque (OAB: 5092/AM). Requerida: Município de Barcelos/Am - Preitura Municipal. Advogados: Robert Merril York Jr. (OAB: 4416/AM), Hugo Fernandes Levy Neto (OAB: 4366/AM), Victor Hugo Trindade Simões (OAB: 9286/AM), Carolina Augusta Martins (OAB: 9989/AM) e outros. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. REEXAME NECESSÁRIO. EXAME DE INCONSTITUCIONALIDADE INCIDENTAL. LEI MUNICIPAL N. 502/10 DO MUNICÍPIO DE BARCELOS. INSTITUIÇÃO DE TAXA DE POLÍCIA. DISPOSIÇÕES GENÉRICAS A RESPEITO DE FATO GERADOR E BASE DE CÁLCULO. POTENCIAL OFENSA AO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE. REMESSA AO TRIBUNAL PLENO.1.A Lei Municipal n. 502/10 do Município de Barcelos dispõe de forma genérica a respeito do fato gerador e da base de cálculo atinentes à taxa de polícia por ela instituída.2.Remessa ao Tribunal Pleno, em obediência aos artigos 97 da Constituição Federal, 480 do Código de Processo Civil e 30 da Lei Complementar Estadual n. 17/97. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em sede de reexame necessário, confirmar a sentença, nos termos do voto condutor da decisão.

Processo: 0008221-57.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Estado do Amazonas. Procurador: Micael Pinheiro Neves Silva (OAB: 6088/AM). Embargados: Pamela Alice Laureda Dias de Souza, Pérola Aline Lavareda Dias de Souza, Representados por Alcineia Oliveira Lavareda. Advogados: José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM), Amanda Lima Martins (OAB: 2487/AM) e outros. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. EMBARGO DE DECLARAÇÃO. ALEGADA OMISSÃO QUANTO ÀS TESES DE REGULARIDADE DO EXERCÍCIO DE DIREITO E DE INEXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL. SUFICIÊNCIA DAS RAZÕES EXPOSTAS. RECONHECIMENTO DA IRREGULARIDADE DA ATUAÇÃO DOS AGENTES POLICIAIS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. Da releitura do decisório hostilizado extrai-se ter o colegiado enxergado no conjunto probatório elementos de informação suficientes para conferirem lastro à narrativa autoral.2. Por mais que não se tenha expressa e diretamente rechaçado a tese estatal de ausência dos requisitos para sua responsabilização, o decisório expôs, de modo embasado, as evidências de que os agentes estatais agiram de modo irregular.3. Recurso conhecido e desprovido. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.

Processo: 0225426-59.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A). Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM), Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) e outros. Apelado: Celso Batista de Oliveira. Defensor: Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. ABUSIVIDADE DO CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA POR DÉBITOS PRETÉRITOS, EM SINTONIA COM O STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1.É pacífico o entendimento de que a cobrança de fatura de recuperação (débito pretérito) não permite o corte do fornecimento do serviço de energia, ainda que tenha sido apurada a fraude em procedimento administrativo, como alega a Apelante.2.Cumpre esclarecer que a relação de prestação de serviço de energia elétrica configura sim relação consumerista, regendo-se pela Lei n. 8.078/90, consoante amplamente reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça.3.Recurso conhecido e desprovido. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, porunanimidade de votos para conhecer o recurso

e negar-lhe parcial provimento, nos termos do voto condutor da decisão.

Processo: 0236984-86.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Francisco de Souza Blanco Júnior. Advogados: Ana Cláudia Conde Vieiralves (OAB: 6073/AM) e Delias Tupinambá Vieiralves (OAB: 2268/AM). Apelante/Apelado: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO SIMULTÂNEO. AUXÍLIO-ACIDENTE. RESTABELECIMENTO. PRIMAZIA DO CARÁTER SOCIAL. INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO. EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA NA EMPRESA E A LESÃO APRESENTADA. DISSONÂNCIA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO. PRIMEIRO RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DO INSS CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. Nos termos dos arts.59/63 da Lei 8.213/91, tem-se que o auxílio-doença trata-se de benefício não programado devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos, não cessando o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, for aposentado por invalidez.2. O nexo causal comprova-se através da análise da atividade desenvolvida e o laudo pericial de fls. 112/117; laudo pericial de fls. 75/76 e laudo de exame médico de fls. 32, somado ao fato de que foi anteriormente reconhecido pelo próprio Apelado, tanto que vinha recebendo auxílio-doença do INSS de 09.07.2014 a 30.11.2014 (auxílio-doença previdenciário).3. De acordo com o item "q", do laudo pericial (fls. 116), a doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia – Tendinite (CID-M652) e Bursite (CID-M755), ocasionam a restrição, no momento, para atividades que demandem sobrecargas consideradas de risco para os punhos, cotovelos, ombros (movimentos repetitivos de flexo-extensão, rotação interna e externa, pinça e preensão dos dedos, pressões localizadas, exposição à vibração e etc, a qual repercute gerando a incapacidade parcial e temporária para atividade habitual. 4. Em dissonância com o Ministério Público, primeiro recurso conhecido e provido. Recurso do INSS conhecido e não provido.4. Em dissonância com o Ministério Público, primeiro recurso conhecido e provido. Recurso do INSS conhecido e não provido. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.

Processo: 0249841-09.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Nova Recife Empreendimentos Ltda. Advogados: Juliana Masiero Vanzin (OAB: 268429/SP), Larissa Vanzin (OAB: 804A/AM) e outros. Apelada: MMC Silva – ME. Advogado: Paulo Cézar Santos (OAB: 4488/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA DECIDIDA DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA EXORDIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE ATRASO OU VÍCIO A ENSEJAR A RESCISÃO UNILATERAL. MULTA DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1.Quanto a preliminar de sentença extra petita observa-se que o juízo não decidiu com base em fundamento não invocado pela parte Autora em sua exordial, ao contrário, a Autora, ora Apelada, requereu a aplicação da multa prevista na cláusula 12ª de 10% (dez por cento) do valor do contrato pela inadimplência de quaisquer das obrigações assumidas, o que foi acolhido pelo magistrado às fls. 123, obedecendo os limites fixados pela inicial. 2. Quanto ao mérito, impende reconhecer que a avença em questão (fls. 13/21) previa em sua cláusula 11 as hipóteses de rescisão contratual sem a necessidade de notificação, contudo o Apelante não se desincumbiu de demonstrar os defeitos ou atrasos alegados, além de uma única testemunha (arquiteta da Recorrente) que justificasse a rescisão unilateral feita por mera comunicação verbal do contrato firmado.3. Recurso conhecido e desprovido. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar provimento, nos termos do voto condutor da decisão.

Processo: 0600453-62.2017.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Requerente: Queila Rocha da Silva. Advogados: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM), Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) e outros. Requerido: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social. Procuradora: Karina Broze Naimeg Grossi. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. REEXAME NECESSÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA.1. Consoante o art. 86, da Lei nº. 8.213/91 c/c art. 104, do Decreto nº. 3.048/99, a concessão do auxílio-acidente depende dos seguintes requisitos: a) acidente de qualquer natureza (inclusive no trabalho); b) produção de sequela definitiva e; c) efetiva redução da capacidade laborativa em razão dela.2. O auxílio-acidente consoante dicção expressa do artigo 86 da Lei 8.213/91, será concedido como indenização ao segurado que, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, apresente sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.3. No presente caso, o laudo pericial de fls. 135/141 é suficientemente claro ao especificar que a Autora teve a sua capacidade laborativa reduzida para atividades similares às exercidas anteriormente, no entanto, não há incapacidade total para realizar outras funções. O perito concluiu pela incapacidade permanente e parcial da Autora, ante a irreversibilidade das lesões decorrentes do acidente.4. Sentença mantida em remessa necessária. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, para manter a sentença em Remessa Necessária, nos termos do voto condutor da decisão.

Processo: 0618558-24.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogados: Hileano Pereira Praia (OAB: 3834/AM), Cláudio Elias dos Santos (OAB: 4036/AM), Terezinha Teles Fernandes (OAB: 6622/AM), Andreza Priscila Lima de Lima (OAB: 9192/AM). Apelado: Lucio Glorivaldo Matos Martins. Advogados: Lucio Glorivaldo Matos Martins (OAB: 8380/AM), Osvaldo Biase Martins Junior (OAB: 11096/AM) e outros. Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. ABUSIVIDADE DE CLÁUSULA. INCIDÊNCIA DO ART. 51, IV, DO CDC. DEVOLUÇÃO DE 80% DO VALOR PAGO. PARÂMETRO EM SINTONIA COM PRECEDENTES DO STJ. JUROS DA DATA DA CITAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. In casu, cláusula 6.3, e seus incisos (fls. 261/262) estabelece os percentuais de devolução no caso de rescisão contratual, onde os Apelantes estabeleceram a devolução de apenas 50% (cinquenta por cento) do valor pago.2. A magistrada ao determinar a restituição de 80% (oitenta por cento) do valor pago, ou seja, limitar a 20%(vinte por cento) a retenção pela construtora agiu em observância ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça3. A contagem dos juros deve ser realizada desde a citação, em sintonia com a ratio do artigo 397, parágrafo único, do Código Civil, na medida em que a mora, na espécie, é ex re, surgindo desde a recusa da construtora (marcada, legalmente, pela citação). 4. Recurso conhecido e desprovido, mantendo-se a sentença. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 0626996-39.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelado: Miguel Marciano Rosa Neves da Silva. Advogado: Illy Soares de Souza (OAB: 10263/AM). Apelante/Apelado: Rodobens Caminhões Recife Ltda. Advogado: Jeferson Alex Salviato (OAB: 236655/SP). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. APELAÇÕES CÍVEIS. PRIMEIRA APELAÇÃO. FALTA DE PROVAS EM RELAÇÃO À RESPONSABILIDADE PELO DANO EXPERIMENTADO. SENTENÇA CONFIRMADA. SEGUNDA APELAÇÃO. CONTRADIÇÃO ENTRE A IMPROCEDÊNCIA E A CONDENAÇÃO DA APELADA EM CUSTAS E HONORÁRIOS. REFORMA IMPERATIVA. PRIMEIRO APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SEGUNDO RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1. Da análise atenta do caderno processual emerge que desassiste razão ao primeiro Apelante, pois, de fato, não reuniu elementos de informação suficientes para embasarem a tese de que o defeito percebido por ocasião do alinhamento do automóvel teria como causa direta os reparos efetuados pela Apelada.2. Noutro giro, o Recurso Adesivo interposto pela Rodobens Caminhões Recife Ltda merece prosperar, visto que a sentença é, de fato, contraditória, ao julgar improcedente a demanda e, em seguida, condená-la em custas e honorários.3. Primeiro recurso conhecido e não provido.4. Segundo apelo conhecido e provido. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer os recursos e negar provimento ao primeiro e dar provimento ao segundo, nos termos do voto condutor da decisão.

Processo: 0630992-11.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Manaus Autocenter Ltda. Advogados: João Bosco Toledano (OAB: 1456/AM) e outros. Apelado: Mlvs Veículos Eireli (Atitude Veículos). Advogado: Walfran Siqueira Caldas (OAB: 8915/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO. NECESSIDADE DO REGISTRO PRÉVIO DA CONSTRIÇÃO JUDICIAL JUNTO AO DETRAN OU DA PROVA DA MÁ-FÉ DO ADQUIRENTE. SÚMULA 375 DO STJ. ALIENAÇÃO ANTERIOR À RESTRIÇÃO VIA RENAJUD. MÁ-FÉ DO TERCEIRO ADQUIRENTE NÃO COMPROVADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. O cerne da presente questão encontra-se na suposta fraude à execução na venda do veículo, objeto do presente Embargos de Terceiro - após conversão da ação monitória em execução (autos nº. 0643316-04.2015.8.04.0001) - que foram acolhidos pelo magistrado primevo para liberar o gravame do veículo.2.Evidenciado que o gravame no veículo ocorreu em data posterior à alienação e não provada a má-fé do terceiro adquirente, impõe-se a sua desconstituição nos exatos termos decididos na r. Sentença.3. Recurso conhecido e desprovido. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. Sala das Sessões, em Manaus, de agosto de 2019. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 0638908-67.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Baceiro Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogados: Dia dos Santos Advogados Associados, Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) e outros. Apelados: José Alberto Duarte Cintrão e Lucila da Silva Corrêa Cintrão. Advogados: Félix de Melo Ferreira (OAB: 3032/AM) e Lidiane da Silva Roque (OAB: 161799/MG). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. ABUSIVIDADE DE CLÁUSULA. INCIDÊNCIA DO ART. 51, IV, DO CDC. DEVOLUÇÃO DE 80% DO VALOR PAGO. PARÂMETRO EM SINTONIA COM PRECEDENTES DO STJ. CORREÇÃO, DE OFÍCIO, DO TERMO INICIAL DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DA DATA DA CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO DESEMBOLSO DE CADA PARCELA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. In casu, cláusula 12, e seus parágrafos (fls. 54/57), estabelece os percentuais de devolução no caso de rescisão contratual, onde os Apelantes estabeleceram a devolução de 10% (dez por cento) até 25% (vinte e cinco por cento) do valor pago.2. O magistrado ao determinar a restituição de 80% (oitenta por cento) do valor pago, ou seja, limitar a 20%(vinte por cento) a retenção pela construtora agiu em observância ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça3. A contagem dos juros deve ser realizada desde a citação, em sintonia com a ratio do artigo 397, parágrafo único, do Código Civil, na medida em que a mora, na espécie, é ex re, surgindo desde a recusa da construtora (marcada, legalmente, pela citação).4. Quanto ao marco inicial da correção monetária, esta deve incidir a partir do desembolso de cada parcela de modo a preservar-lhes a capacidade aquisitiva em face da erosão inflacionária.5. Recurso conhecido e desprovido. Correção, de ofício, do termo inicial dos juros e correção monetária. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. PUBLIQUE-SE.

Processo: 4000788-94.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: Estado do Amazonas. Procuradora: Kerinne Maria Freitas Pinheiro (OAB: 10105/PI). Agravado: Hernandes Menezes Soutelo. Advogados: Ciro Gonçalves Botelho (OAB: 1216A/AM), Adria Marinho Moreira (OAB: 11368/AM) e Leydy Daiana Soutelo Batista (9413/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE DEFERIU TUTELA PROVISÓRIA ULTRA PETITA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. Da leitura da exordial não se extrai o pedido de suspensão do processo administrativo de deserção, razão pela qual a decisão merece parcial reforma.2. Quanto ao mais, restam preenchidos os requisitos autorizadores da tutela provisória, a saber a probabilidade do direito invocado, consubstanciados nos pareceres médicos que indicam a condição de esquizofrenia do Agravado, bem como o perigo de dano, lastreado no risco à população, piora no quadro de saúde, bem como, no prejuízo financeiro irreversível ao Agravado.3. Recurso conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, para conhecer o recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto condutor da decisão. Sala das Sessões, em Manaus, de agosto de 2019. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 4000859-96.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 3ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: Capital Rossi Empreendimentos S/A. Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) e outros. Agravado: Estado do Amazonas. Procurador: Micael Pinheiro Neves Silva (OAB: 6088/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE INDEFERIU TUTELA PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. AUSÊNCIA DA PROBABILIDADE DO DIREITO. PERIGO DE DANO INVERSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. Para o deferimento da tutela provisória de urgência se faz necessária a presença concomitante de probabilidade do direito invocado e o perigo de dano.2. No presente caso ambos os requisitos militam em desfavor da parte Agravante, sendo, portanto irretocável a decisão do Juízo primevo.3. Recurso conhecido e não provido. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, para conhecer o recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão. Sala das Sessões, em Manaus, de agosto de 2019. PUBLIQUE-SE.".

Processo: 4001500-84.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Portal Distribuidora de Embalagens da Amazônia Ltda. Advogados: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 1722E/AM) e outros. Agravado: Indústrias Alimentícias Maratá Ltda. Advogado: Daniel Silva Barroso (OAB: 2965/AM). Presidente/Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA. HIPOSSUFICIÊNCIA. COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DE DOCUMENTOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1.De acordo com a jurisprudência do STJ, é possível a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita às pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, desde que demonstrem a impossibilidade de arcar com os encargos processuais, nos termos da Súmula 481/STJ.2.A hipossuficiência deve ser reputada verídica, tendo em vista os documentos juntados às fls. 13/117 noticiando que a mesma encontra-se atravessando sérias dificuldades financeiras, situação essa que vem comprometendo a manutenção de suas atividades.3.Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.4.Recurso conhecido e provido. DECISÃO: "ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para conhecer o recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto condutor da decisão.

Obs: Republicar por ter sido publicado com incorreções de origem desta secretaria

Processo: 0000180-82.2014.8.04.2800 - Apelação Cível, Vara Única de Benjamin Constant. Apelante: D. M. T. Advogada: Maria Shaida de O. Cordovil (OAB: 6580/AM). Apelada: M. C. de C., Representada por T. de C. C. Advogado: Lindonor Ferreira de Melo Santos (OAB: 6710/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luis Santos. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS. EXAME DE DNA. RECUSA DO INVESTIGADO. PATERNIDADE DECLARADA POR PRESUNÇÃO. CABIMENTO. SÚMULA 301/STJ. ALIMENTOS ARBITRADOS EM 15% SOBRE OS RENDIMENTOS DO RECORRENTE, EXCETUANDO-SE TÃO SOMENTE OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS. VERBA ALIMENTÍCIA FIXADA EM OBSERVÂNCIA AO TRINÔMIO NECESSIDADE, POSSIBILIDADE, PROPORCIONALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- A ausência do apelante na audiência para a coleta do material genético, com a sua "justificativa" apenas na véspera, deve ser interpretada como recusa ao exame de DNA, sendo justificável a aplicação da Súmula nº. 301 do STJ, reconhecendo-o como pai da apelada; - Além disso, o não comparecimento do apelante na audiência de instrução evidenciou o seu desinteresse em produzir as provas que havia requerido, estando correto o julgador a quo ao considerar os autos saneados e prontos para decisão; - A pensão arbitrada em 15% dos vencimentos brutos, excluídos os descontos legais, é razoável. Ademais, o fato de o apelante possuir outra filha com problemas de saúde foi elemento efetivamente considerado na fixação da verba alimentar, tendo sido atendido perfeitamente o trinômio necessidade – possibilidade - proporcionalidade;RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, CONHECER do recurso, mas NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto condutor desta decisão, mantendo, in totum, os termos da sentença monocrática.".

Secretaria do(a) Segunda Câmara Cível , em Manaus, 26 de agosto de 2019.

Intimação

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo Interno Cível nº 0004907-69.2019.8.04.0000,** em que é Agravante: **Caixa Seguradora S/A.** (Advogados: Dr. Eduardo José de Souza Lima Fornellos - OAB/PE 28.240, Dr. Carlos Antonio Harten Filho - OAB/PE 19.357, Dra. Irlane Nichols Luna - OAB/PE 34.090 e Dr. Lucas G. Carneiro da Cunha - OAB/PE 48.143 e outros). 1º Agravado: **Federal de Seguros.** (Advogados: Dr. Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda - OAB/PE 16.983, Dr. Josemar Lauriano Pereira - OAB/RJ 132.101, Dra. Maria Emília Gonçalves de Rueda - OAB/PE 23.748, Dra. Juliana de Almeida e Silva - OAB/PE 21.098 e Dra. Claudia Virgínia Carvalho Pereira de Melo - OAB/PE 20.670 e outros). 2ºs Agravados: **Moisés Galvão de Lima, Walter Benicio, Sônia Maria Murrieta Rocha, Palmira da Costa Gadelha, Maria do Socorro Azevedo de Noronha, Maria Raimunda Lopes Coutinho, Maria da Gloria Gomes de Oliveira, Marene Alberta Mancilha de Araújo, Leda Maria Borges Freitas e Dalcemir César Dias Macedo**. (Advogados: Dr. Luiz Valdemiro Soares Costa - OAB/PI 9.487-A, Dr. Mário Marcondes Nascimento - OAB/SC 7.701 e Dr. Reginaldo Ferreira Lima - OAB/RO 2.118). Ficam **os agravados INTIMADOS** na pessoa de seus advogados, Dr. Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, Dr. Josemar Lauriano Pereira, Dra. Maria Emília Gonçalves de Rueda, Dra. Juliana de Almeida e Silva e Dra. Claudia Virgínia Carvalho Pereira de Melo e outros (do 1º Agravado) e os advogados Dr. Luiz Valdemiro Soares Costa, Dr. Mário Marcondes Nascimento e Dr. Reginaldo Ferreira Lima (dos 2ºs Agravados) **à apresentarem CONTRARRAZÕES ao Agravo Interno**, no prazo da Lei. Manaus/AM, 29 de julho de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003636-54.2019.8.04.0000,** em que são Agravantes: **Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor e Ouvidoria - Semdec (Procon Manaus), Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon, Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, Posto Distrito**. (Advogado: Dr. Nicolas Santos Carvalho Gomes - OAB/AM 8.926). Agravados: Atem Distribuidora de Petróleo S/A e OUTROS. **Fica intimado o Dr. Nicolas Santos Carvalho Gomes do DESPACHO de fls. 121/123**, exarado nos autos acima referidos, na qual, "..... Amparado pelas premissas acima fincadas, **fixo prazo de 5 (cinco) dias, para que o advogado Nicolas Santos Carvalho Gomes, sob pena de não ser conhecido o recurso (CPC, art. 932, parágrafo único), (a) comprove a sua condição de membro da DPE ou do MPE ou justifique a sua intervenção como representante de tais órgãos; (b) comprove a sua condição de ocupante de cargo do quadro de pessoal do Procon-AM, e que as atribuições de tal cargo incluem a de representar o referido órgão em juízo ou justifique a sua intervenção como representante do referido órgão, tendo em vista que, em princípio, o Estado, incluindo os seus diversos órgãos, deve ser representado em juízo por seus procuradores (CPC/2015, art. 75, II); (c) comprove que o cargo de Diretor da SEMDEC/Procon Manaus, por si ocupado, inclui a competência de representar o referido órgão em juízo ou demonstre que a procuração a si outorgada pelo Secretário da SEMDEC/Procon Manaus, anexada aos autos principais, ostenta regularidade, isto é, a autoridade outorgante dispunha de competência para constituir advogado; ou justifique a sua intervenção como representante do referido órgão/pessoa jurídica, tendo em vista que, em princípio, o Município, incluindo os seus diversos órgãos, deve ser representado em juízo pelo Prefeito ou por seus procuradores municipais (CPC/2015, art. 75, III). Intime-se".** Manaus/AM, 06 de agosto de

2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de **Agravo de Instrumento nº 4002485-53.2019.8.04.0000,** em que é Agravante: **O Estado do Amazonas**. (Procurador: Dr. Júlio Cezar Lima Brandão - OAB/AM 2.258). Agravada: **Adriana Oliveira Guimarães**. (Advogado: Dr. Juarez Camelo Rosa - OAB/AM 2.695). Fica **a Agravada intimada** na pessoa de seu advogado, Dr. Juarez Camelo Rosa da **DECISÃO de fls. 15/18**, exarada nos autos acima mencionados, na qual,"..... Com o amparo das razões acima fincadas, ao destacar que à agravada fora facultada a oportunidade de oferecer contrarrazões (CPC/2015, art. 932, V), em sintonia com os princípios da economia e celeridade, observando os limites da pretensão recursal, **dou provimento ao recurso para fins de excluir, da r. Decisão impugnada, a condenação em honorários de 10% (dez por cento). Comunique-se ao juízo a quo. Intimem-se a Agravante".** Manaus/AM, 06 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019. (as) Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Tutela Cautelar Antecedente nº 4004990-85.2017.8.04.0000**, em que é Requerente**: Gil Ricardo Batista Guimarães**. (Advogado: Dr. Hilderson Farias de Oliveira - OAB/AM 7.364). Requeridos: **Governador do Estado do Amazonas e Centro de Educação Tecnológica do Estado do Amazonas.** Fica **o Requerente intimado** na pessoa de seu advogado, Dr. Hilderson Farias de Oliveira **do DESPACHO de fls. 34/35**, exarado nos autos acima referidos na qual, "..... Assim, em sintonia com o princípio da vedação de decisão surpresa (arts. 9º e 10 do CPC/2015), **fixo o prazo de 15 (quinze) dias para que o requerente manifeste se ainda possui interesse no prosseguimento do presente pedido, sob pena de este ser julgado prejudicado nos termos do art. 932, III, do CPC/2015. Intime-se".** Manaus/AM, 08 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019. (as) Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de eletrônicos **de Embargos de Declaração Cível nº 1006072-81.2012.8.04.0000,** em que é Embargante: **Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível.** (Procurador: Dr. Pedro Bezerra Filho). Embargados: **Laura Câmara, Herbert Ferreira Lopes, Akerna Marques Chagas Corado, Caio César da Rocha Medeiros Nunes e Thomas Augusto Correa de Vasconcelos Dias**. (Advogados: Dr. Juliano Luis Cerqueira Mendes - OAB/AM 3.940 e Dr. José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior - OAB/AM 5.517). Ficam **os Embargados intimados** na pessoa de seus advogados Dr. Juliano Luis Cerqueira Mendes e Dr. José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior **do DESPACHO de fls. 42/43**, exarado nos autos acima mencionados, na qual, "..... Nessa conjuntura, eis que encerrado o ofício jurisdicional no tocante aos presentes embargos de declaração, **determino o arquivamento dos autos. Intimem-se".** Manaus/AM, 08 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005493-09.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Maria Regina Leal de Andrade Viana** (Advogado: Dr. Jairo Sandrey Israel Santana (6765/AM). **Embargado: Águas do Amazonas S.A.** (Advogados: Dr. Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) e Dr. Thiago Almeida Rebello (12327/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 21 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005505-23.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev (**Advogada: Dra. Caroline Retto Frota (4411/AM). **Embargado: Marcos Aurélio Dos Santos Magalhães** (Advogado: Dr. Luiz Felipe da Luz de Queiroz (7271/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 21 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005508-75.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Banco CSF S/A** (Advogado: Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E). **Embargada: Wilma Silva Guimarães** (Advogados: Dr. Floriano de Oliveira Maia Junior (8762/AM) e Dr. Leonardo Lima Toledano (10107/AM). **Fica a Embargada intimada, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 21 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005515-67.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Dr. Francisco Nonato Boary (1058/AM). **Embargado: Manuel Cesar Ramos** (Advogadas: Dra. Maressa Carvalho Ramos (10329/AM) e Dra. Natasha Yasmine Castelo Branco Donadon (9992/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de suas advogadas para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 22 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005526-96.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Imbrasco Empreendimentos Imobiliários Ltda** (Advogados: Dra. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues

(128341/SP) e outros**. Embargados: Manoel Pedro de Souza Neto e Maria Rosilene de O. De Souza** (Advogado: Dr. Helder Soares de Lima (7536/AM). **Ficam os Embargados intimados, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 22 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005545-05.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671/AM) e Dr. Marcelo da Silva Carlos (7366/AM). **Embargado: Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro** (Advogados: Dra. Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM) e Dr. Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005547-72.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Dr. Marcelo da Silva Carlos (7366/AM). **Embargado: Agenor Ferreira Filho** (Advogadas: Dra. Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM) e Dra. Rylene Álvares Bastos Rodrigues (10145/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de suas advogadas para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005548-57.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Dr. Marcelo da Silva Carlos (7366/AM). **Embargado: Erico Montenegro Rodrigues** (Advogado: Dr. Breno de Almeida Rodrigues (8121/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005549-42.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade** Social (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Dr. Marcelo da Silva Carlos (7366/AM). **Embargado: Manuel Cesar Ramos** (Advogadas: Dra. Maressa Carvalho Ramos (10329/AM) e Dra. Natasha Yasmine Castelo Branco Donadon (9992/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de suas advogadas para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005550-27.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671/AM) e Dr. Marcelo da Silva Carlos (7366/AM). **Embargado: Humberto Pinheiro de Jesus (**Advogadas: Dra. Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM) e Dra. Rylene Álvares Bastos Rodrigues (10145/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de suas advogadas para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005570-18.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Dr. Francisco Nonato Boary (1058/AM). **Embargado: Jose Mari Roland Soares Filho** (Advogadas: Dra. Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM) e Dra. Rylene Álvares Bastos Rodrigues (10145/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de suas advogadas para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005571-03.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Dr. Marcelo da Silva Carlos (7366/AM). **Embargado: Dionisio Silva de Oliveira** (Advogado: Dr. Mauricio Sousa da Silva (9015/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0633719-06.2018.8.04.0001, em que é Apelante: Dalton Moss** (Advogado: Dr. Anderson Sales de Souza (8760/AM). **Apelado: Fazenda Pública do Estado do Amazonas** (Procurador: Dr. Leandro Venicius Fonseca Rozeira (10483/AM**). Fica o Apelante intimado do DESPACHO de fl. 152,** exarado nos autos acima referidos na qual "Posto isso, com fulcro no artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil, intime-se parte para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios a respeito de suas receitas e despesas, a fim possibilitar o exame do deferimento ou indeferimento do benefício da justiça gratuita. A

Secretaria para providências. Manaus/AM, 22 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4005441-76.2018.8.04.0000, em que é Agravante: Quattros Empreendimentos e Participaçoes Ltda** (Advogado: Dr. Ronaldo de Oliveira Lobato Junior (8935/AM). **Agravados: Leonardo de Tal e outros. Ficam as partes intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 113/114,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, não conheço o presente recurso. Publique-se. Ao decurso dos prazos para eventuais recursos, arquivem-se, observadas as cautelas de estilo. A Secretaria para providências. Manaus/AM, 21 de agosto de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 27 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

Julgamento Virtual

Segunda Câmara Cível

De ordem da Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**, faço público que, após cumpridas as formalidades legais os seguintes processos serão julgados virtualmente. Intimo as partes, na pessoa de seus advogados, para que se manifestem, no prazo de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, sobre eventual interesse no julgamento presencial do recurso. Não havendo manifestação os autos serão incluidos automaticamente para Julgamento Virtual.

Exma. Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0025982-26.2003.8.04.0001
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Apelante: Banco do Brasil S/A Advogados: Drs. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP e 598A/AM)**Apelado: Raimundo Martins Franco**
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0610404-51.2015.8.04.0001
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM e 86415/RJ)**Apelado: Sebastião da Silva Gonçalves.** Advogados: Drs. João Carlos Flor Júnior (31060/PR) e Marlos Gaio (914A/AM)
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0616233-76.2016.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Apelante: Tpa de Souza - Me (Tubarão Tur) Advogados: Dr. Marcelo Furukawa Maia (4527/AM)**Apelado: Sara do Carmo Souza e Williams Albert Felismino dos Santos**Advogado: Dr. Euler Passos de Moura (6646/AM)
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0616423-10.2014.8.04.0001
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Agravante: Tim Celular S. A. Advogado: Dr. Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM) e outros**Agravado: Instituto Euvaldo Lodi - Iel**Advogado: Dr. Lourenço de Almeida Prado (222325/SP e 760A/AM)
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Remessa Necessária Cível nº 0619689-05.2014.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Requerente: Antonio Carlos de Lima Pinto Advogado: Dr. Wilson Molina Porto (805A/AM)**Requerido: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**Procuradora: Dra. Fernanda Meyge de Brito (35105/BA)
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0631965-97.2016.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante: Banco Bmg S/A Advogados: Drs. Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Urbano Vitalino Advogados (313/PE) e outros**Apelada: Shirley Osário Nunes**Advogados: Dr. Clayton Queiroz Sabóia (11446/AM), Henrique Simch de Morais (11030/AM), Paulo Felipe Santos Magalhães (11367/AM) e Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (8196/AM) e oturos.
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0632598-40.2018.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de queiroz
Apelante: Banco Itaucard S/A Advogados: Drs. Cristiane Belinati Garcia Lopes (751A/AM) e Pio Carlos Freiria Junior (A1118/AM)**Apelada: Maricildes do Nascimento Silva**
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0635927-94.2017.8.04.0001
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelantes: Revenda Rep e Vendas Comercias S/A e Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Dr. Gustavo Henrique dos Santos Viseu (117417/SP) **Apelado: Amanda Abreu Naice**Advogado: Dr. Raphael Quintiliano Pazuello (8881/AM)
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0636740-87.2018.8.04.0001
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelante: Gean Barroso da Silva Advogados: Drs. Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM). **Apelado: Banco Bonsucesso S/A**Advogado: Dr. Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (98.285A/RS) e outros.
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0637812-12.2018.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Áldrin Henrique e Castro Rodrigues
Apelante: Marcio Junio de O Souza Defensor: Dr. Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)**Apelado: Embracon Administradora de Consorcio Ltda.**Advogados: Dr. Amandio Ferreira Tereso Júnior (A739/AM) e Maria Lucília Gomes (1579A/AM).
Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo

Agravo de Instrumento nº 4003582-59.2017.8.04.0000
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Agravante: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição Advogada: Dra. Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (3663/AM) e outra
Agravado: Estado doAmazonas
Procuradora: Dra. Lisieux Ribeiro Lima (OAB/AM 4486)
Agravada: Recofarma Industria do Amazonas Ltda
Advogado: Dr. George Eduardo Ripper Vianna (28105/RJ) e outros**Agravado: Associação Folclórica Boi Bumbá Caprichoso,**
Advogado: Dr. Sandro dos Santos Silva (3550/AM)
Agravado: Associação Folclórica Boi Bumbá Garantido Advogado: Dra. Maria do Perpetuo Socorro Lopes Colares (3313/AM)
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Agravo de Instrumento nº 4005639-16.2018.8.04.0000
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante: Alexander Gonçalves de Sousa Advogados: Dr. Cesar Luiz Campos da Costa (8026/AM)**Agravado: O. D. Serviços de Construção Civil Ltda**Advogado: Dr. Ademar Brito da Costa Junior (6090/AM)
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Agravo de Instrumento nº 4005782-05.2018.8.04.0000
Origem: Vara de Origem do Processo Não informado
Agravante: Constroi Incorporadora e Loteadora Eireli Advogada: Dra. Paula Miranda da Cunha (159369/MG) **Agravado: André Serafim Viana**Advogados: Drs. Francyne Negro Vaz Leal (10447/AM), Henry Mairo Henrique Ramos (12019/AM) e Jamilly Viana da Silva (10666/AM)
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Obs: Republicado por ter sido publicado com incorreções de origem desta secretaria

Apelação Cível nº 0637355-14.2017.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante: O Estado do Amazonas Procurador: Dr. Franklin Arthur Martinez Filho (1251A/AM)**Apelado: Luis Fabricio Arnal Carrasco Nogueira**Advogada: Dra. Carmem Valérya Romero Salvioni (6328/AM)
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0633850-49.2016.8.04.0001
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante: Raimundo Nonato Alves Advogados: Drs. Ewerton de Alencar Correia (8460/AM), José Estevaõ Xavier e Stelisy Silva da Rocha (7989/AM)**Apelado: Condomínio Senador João Bosco Ramos de Lima 2ª Etapa**Advogados: Drs. Moisés Vieira Queiroz e outros.
Apelado: Construtora Marquise S/A
Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP e 598A/AM) e outros
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0719979-96.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante/apelado : Júlio Cesar de Almeida Lorenzoni Advogado : Júlio Cesar de Almeida Lorenzoni (OAB: 5545/AM)Advogada : Lilian da Silva Alves (OAB: 8921/AM) **Apelante/apelado : Torquato Empreendimentos Imobiliários SPE - S/A**Advogado : Hileano Pereira Praia (OAB: 3834/AM) Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil
APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. INCABÍVEL. CORREÇÃO MONETÁRIA É VALORIZAÇÃO DA MOEDA. REPARAÇÃO POR DANO MORAL. R$ 20.000,00. FIXADO POR FRUSTRAÇÃO DO DIREITO À MORADIA. RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDA A APELAÇÃO E NEGADO PROVIMENTO AO RECURO ADESIVO. . DECISÃO: "APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. INCABÍVEL. CORREÇÃO MONETÁRIA É VALORIZAÇÃO DA MOEDA. REPARAÇÃO POR DANO MORAL. R$ 20.000,00. FIXADO POR FRUSTRAÇÃO DO DIREITO À MORADIA. RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDA A APELAÇÃO E NEGADO PROVIMENTO AO RECURO ADESIVO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0719979-96.2012.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer dos recursos e, no mérito, dar parcial provimento a Apelação e negar provimento ao Recurso Adesivo.".

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 27 de agosto de 2019.

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004159-66.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Via Verde Transportes Coletivos Ltda**, advogado, Drs. Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (92554/MG), Francisco Afonso dos Santos Junior (872A/AM) e José Luiz Leite (622A/AM) e como **Agravado, Ana Lucia dos Anjos Santos**, advogado, Dr. José Francisco Lima Pessoa (1897/AM). **Despacho:** "(...) Na forma dos arts. 101 e 9332 do CPC, intime-se a parte Recorrente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre eventual declaração de intempestividade do recurso interposto, uma vez que a decisão foi disponibilizada no dia 01/08/2019, conforme certificado às fls. 203 dos autos, e o apelo somente foi manejado em 24/08/2019. Salienta-se que, em consulta ao site do Tribunal de Justiça, não verifiquei qualquer certidão de indisponibilidade do sistema no dia 23/08/2019. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 26 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 27 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0641648-27.2017.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, C. M. B.** , advogada, Dra. Camila da Silva

Melo (10293/AM) e como **Apelado, T. R. S.** , advogada, Dra. Anne Louise Ventura da Silva (8297/AM). **Despacho:** "(...) Ante as razões expostas, restando comprovado que o apelante não possui condições de efetuar o pagamento de despesas sem prejuízo de sua subsistência, defiro os benefícios da gratuidade da justiça, nos termos do art. 99, §7º do CPC, dispensando o recolhimento do preparo. Intime-se as partes. Após, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para providências. Manaus, 26 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator. " ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 26 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004019-32.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, T. Loureiro Corretora de Imóveis S/A**, advogado, Dr. Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (5483/AM) e como **Agravado, Wagner de Oliveira Vieira**, advogados, Drs. Vitor de Souza Vieira (6843/AM) e Wagner de Oliveira Vieira (2786/AM). **Despacho:** "(...) Sendo assim, determino a intimação da recorrente T. Loureiro Corretora de Imóveis S/A, na pessoa do seu advogado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar o recolhimento em dobro o valor do preparo recursal, sob pena de deserção, nos moldes do artigo 1.007, § 4.º do CPC. À secretaria para providências. Manaus, 21 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 26 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004071-28.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Via Verde Transportes Coletivos Ltda**, advogados, Drs. Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (92554/MG), Francisco Afonso dos Santos Junior (872A/AM) e José Luiz Leite (622/AM) e como **Agravado, Otilia Vasconcelos de Lima**, advogado, Dr. Erico Vidal Rotondano (10709/AM). **Despacho:** "(...) Na forma dos arts. 101 e 9332 do CPC, intime-se a parte Recorrente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre eventual inadmissibilidade do presente recurso, pois, a matéria discutida nos autos não possui previsão de cabimento para ser discutida em sede de Agravo de Instrumento. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 26 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 26 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Na forma do que dispõe o Provimento nº 028/96 de 16.04.96 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, e art. 1.019, II do CPC/2015. Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento **nº 4004124-09.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Silvio Homero da Silva Oliveira**, advogado, Gilmar Monteiro Garcia Júnior (14737/AM) e Lilian da Silva Alves (8921/AM) e como **Agravado, Nicolle dos Santos Oliveira,**, advogado, Mario Jorge Cardoso Melo (10894/AM). **DESPACHO: " (...)** Acautelo-me quanto à conceSsão de efeito suspensivo, e, na oportunidade, determino a intimação da parte agravada para apresentar contraRrazões no prazo legal. À secretaria para as providências. Manaus, 26 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Fica intimada a parte agravada, por meio de seu advogado, **Dr. Mario Jorge Cardoso Melo (10894/AM)**, para **apresentação de contrarrazões** ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 26 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0637872-53.2016.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelantes, José Amélia de Barros Carneiro Gadelha e Manoel Gadelha da Silva**, advogado,Dr. Wellington de Amorim Alves (2993/AM) e como **Apelados, Márcia Reston Machado e Sérgio Raimundo Ernesto Machado**, advogada, Dra. Ana Cristina de Lima Loureiro (3427/AM). **DECISÃO: "(...)** Outrossim, como já explanado, a regra de prevenção contida no art. 78, 1º, do Regimento Interno, bem como no art. 930, parágrafo único, do CPC, não se aplica ao caso concreto pelo simples fato de os recursos em discussão não terem como origem o mesmo processo ou processos conexos. Forte nessas razões, suscito o conflito negativo de competência, na forma dos arts. 160 e seguintes do RITJAM e 951 e seguintes do CPC. 13. À secretaria para as providências necessárias. Manaus, 26 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 27 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0302992-60.2006.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figura como **Apelante, Petrobras Distribuidora S.A**, advogados, Drs. Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (118685/SP), Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (17807/BA) e Jose Manoel de Arruda Alvim Netto (12363/SP) e como **Apelado, Francisco Messias Cameli**, advogados, Ds. Alberto Simonetti Cabral Neto (2599/AM), Jéssica Gomes Ferreira (6826/AM) e Rafael Cândido da Silva (6499/AM). **DECISÃO: "(...)** Destarte, tendo em vista o disposto no art. 687 e seguintes, do CPC, defiro a habilitação dos herdeiros Celi Correia de Queiroz Camely, Deborah de Queiroz Camely, Marmude Correia Camely, Zaiad Correia Camely, Nazira Correia Camely e Luiz Eduardo Lima Pinto Cameli e determino que a ação prossiga tendo os mesmos como apelados. Intimem-se as partes. No mais, instruídos e preparados, peço data para julgamento do feito. À secretaria para providenciar a publicação no DJE. Após, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 26 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator. " ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 26 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0619458-75.2014.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figura como **Apelante, Lenize Pontes Petry da Silva**, advogados, Drs. Carlos Eduardo Gomes Pontes (6777/AM) e Gláuria Giselle Chaves Henriques (6692/AM) e como **Apelado, Unimed Fortaleza Cooperativa de Trabalho Médico Hospitalar Ltda.**, advogado, Dr. David Sombra Peixoto (16477/CE). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Forte nessas razões, estando configurada a ausência de regularidade formal, não conheço da presente apelação, nos termos do art. 932, II, do CPC/2015. 15. Intimem-se as partes por intermédio do Diário de Justiça Eletrônico. Transcorrido o prazo recursal sem irresignação, encaminhem-se os autos à Vara de Origem. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus/AM, 26 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 26 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Habeas Corpus Cível nº. 4004082-57.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Impetrantes, Naian de Oliveira Nascimento e Nayla Michelle Zamith de Oliveira Freitas**, advogada, Dra. Nayla Michelle Zamith de Oliveira Freitas (7970/AM) e como **Impetrado, Juiza da 7ª Vara de Familia Dra.Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Fincado nessas razões, tendo em conta a revogação da prisão que motivou a impetração do habeas corpus, julgo extinto o feito sem resolução do mérito, por perda superveniente do interesse processual. Intimem-se as partes. Transitado em julgado, arquivem-se os autos. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus/AM, 26 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 26 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (8450/AM), Kauai Seixas Mendes (13244/AM) e Marcelo Almeida de Oliveira (10004/AM) e Andreia Bastos da Silva (6816/AM), Bruno Campos Christo Teixeira (140438/MG), Filipe Lima Rios Carneiro (139584/MG), Galeno Aécio Simeão Gontijo (140264/MG), Indiana Cardoso Machado (10016/AM), Marcelo Antunes Santos (139963/MG) e Marcos Carsalade Rabello (143430/MG) - Processo 0005189-10.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : Durango Martins Duarte - Embargada : Christiane de Tassis Pisoler - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Antonio Vinicius Rodrigues de Albuquerque (9782/AM) e Julie Rodrigo Porto da Silva (7818/AM) e Jose Ricardo Gomes de Oliveira (5254/AM) - Processo 0005310-38.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Liminar - Embargante : Claudio dos Santos Neto - Embargada : Raimunda de Farias Lima - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Abner Jorge Martiniano Barbosa, Gláucio Bessa de Andrade Figueira (4993/AM), Laura Maria Santiago Lucas (4872/AM) e Michel Macedo Bessa (4058/AM) e Gláucio Bessa de Andrade Figueira (4993/AM) e Michel Macedo Bessa (4058/AM) - Processo 0224326-69.2011.8.04.0001 - Apelação Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - Apelante : Rio Claro Trust de Recebiveis S/AApelante : Metacon - Construções, Montagens e Comércio Ltda - Apelado : Metacon Construções Montagens e Comércio Ltda. - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM), Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM), Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM), Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM), Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM), Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM), Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM), Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM), Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM), Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM), Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM), Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM) e Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM) e Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM) - Processo 0609677-63.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : André Luis Proença CruzApelante : Diego Amaral da PazApelante : Diego Santiago PimentelApelante : Fernando Júnior Alves FerreiraApelante : Leonardo Leal GomesApelante : Mateus de Abreu Peclat dos SantosApelante : Michael Filipe Preussler DiasApelante : Renan de Oliveira LibórioApelante : Renata Teixeira da FontouraApelante : Simão Louzada BulbolApelante : Thyago Pereira Garcez BastosApelante : Dannyel Miranda LimaApelante : Rômulo Botelho dos SantosApelante : Willian Gomes da CostaApelante : Dick Farney Lima de Paula - Apelado : O Estado do Amazonas - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Eduardo Santana Pinheiro (7049/AM), José de Jesus Gouvêa Oliveira Junior (10793/AM), Maria Auxiliadora Cavalcante de G. Oliveira (6102/AM) e Moises Cavalcante G. de Oliveira (5912/AM) e Cristiano Teixeira Cavalcante (8293/AM), Geraldo da Silva Frazão (2674/AM) e Maria da Conceição Teixeira Frazão (5701/AM) - Processo 0617951-16.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Perdas e Danos - Apelante : Sérgio Batista Prado - Apelado : J. G. do Prado Neto Comércio Varejista de Telefonia e Informática Ltda. - ME - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Cairo Lucas Machado Prates (33787/SC), Gustavo Michelotti Fleck (21243/DF) e Queila Coelho de Souza (7931/AM) e Karina Broze Naimeg Grossi (9245/AM) - Processo 0627100-94.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Andre Ricardo Kenesse de Oliveira - Apelado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Maria Claudia Sousa da Silva e Micael Pinheiro Neves Silva (6088/AM) - Processo 0628155-80.2017.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Erro Médico - Apelante : Sara de Souza Sotero - Apelado : O Estado do Amazonas - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Oreste Nestor de Souza Laspro (98628/SP) e Maria Auxiliadora Bicharra (3004/AM) - Processo 0630858-81.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Banco Cruzeiro do Sul - Apelada : Ida Carmem Lobato Castro - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Adriane Simões Assayag Ribeiro (2531/AM) e Antônia Andrade de Queiroz (3059/AM) - Processo 0641141-03.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Promoção - Apelante : O Estado do Amazonas - Apelado : Valcy de Sá Barbosa - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Erik Franco de Sá (3786/AM) e Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) - Processo 0657518-78.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Antonio Cesar Silva - Apelado : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Marco Roberto Pereira da Silva (10172/AM) e Angélica Maria Monteiro Duarte (2659/AM), Marcia Monteiro Alves Vailante (10333/AM), Naudal Rodrigues de Almeida (4068/AM) e Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM) - Processo 4002683-90.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Fixação -

Agravante : Luciete Paes GuimarãesAgravante : Leonardo Gabriel Guimarães AzevedoAgravante : Suzana Emily Guimarães Azevedo - Agravado : Raimundo França Azevedo - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Clotilde Miranda Monteiro de Castro (8888/AM), Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior (14182/AM) e Yuri Dantas Barroso (4237/AM) e Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM), Pedro Câmara - Sociedade de Advogados Oab/am Nº 613/2017 (999999/AM) e Pedro Câmara Junior (2834/AM) - Processo 4002979-15.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Cooperativa - Agravante : Elaine Paula Vendola - Agravado : Unimed de Manaus - Cooperativa de Trabalho Medico - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Solon Argelim de Alencar Ferreira (3338/AM) e Alberto Simonetti Cabral Neto (2599/AM), Jéssica Gomes Ferreira (6826/AM) e José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (3725/AM) - Processo 4003374-07.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Honorários Advocatícios - Agravante : Eric Stone de HolandaAgravante : Michele Bronze TonizaAgravante : Wanderson de Vasconcelos RochaAgravante : Alessandro Bronze TonizaAgravante : Sivaldo Cruz Baraúna - Agravado : Juruá Estaleiros Ltda - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Henrique França Ribeiro (7080/AM) e Marcilene de Sousa Nunes (7687/AM) - Processo 4003436-47.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Cobrança de Aluguéis - Sem Despejo - Agravante : Naíse da Rocha Lima - Agravado : Atila Romano Araújo Benjamin JuniorAgravado : Átila Romano Araújo Benjamin - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Rodrigo Monteiro Custódio (6452/AM) e Eduarda Rosa Cavalcante Oliveira (8846/AM) - Processo 4005131-70.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Impostos - Agravante : O Município de Manaus - Agravada : Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Relator: Aristóteles Lima Thury

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 27 de agosto de 2019.

Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

Agravo Interno Cível nº 0005188-25.2019.8.04.0000, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Patri Quatro Empreendimentos Imobiliário Ltda., advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM). Agravada: Fabrícia Kelen Silva Assunção, advogada: Isabela Ribeiro Alves (OAB: 5270/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Apelação Cível nº 0005543-28.2002.8.04.0001, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Distribuidora Equatorial de Produtos de Petroleo Ltda., advogada: Luciana Goulart Penteado (OAB: 167884/SP). Apelado: Orlandino Marreiro Lucio, advogado: Pedro Augusto Oliveira da Silva (OAB: 1923/AM). Apelada: Petróleo Sabbá S/A., advogados: Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB: 8700/PA) e Cassiano Pires Vilas Boas (OAB: 214984/RJ). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Apelação Cível nº 0225073-48.2013.8.04.0001, de 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante : Fort Empreendimentos e Tecnologia Ltda, advogados: Lucas da Costa Souto (OAB: 14322/AM), Vanessa Pizarro Rapp (OAB: 196126/SP) e Glauce Maria Costa de Sousa (OAB: 6140/AM). Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), advogado: Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Apelação Cível nº 0601609-27.2013.8.04.0001, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Pan S/A., advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Apelada: Bernadete Romão da Silva, advogado : Nelson Abdon Souto Kizem (OAB: 5454/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Apelação / Remessa Necessária nº 0608767-65.2015.8.04.0001, de 4ª Vara de Família. Apelante: J. D. M. A., advogado s: Francisco Cabral da Silva (OAB: 111122/MG) e Carlos Alexandre Amaral Rodrigues (OAB: 115548/MG)Apelada : I. J. B. da S., advogada: Eliete de Oliveira (OAB: 3523/AM). Apelada: R. B. da S., advogada: Eliete de Oliveira (OAB: 3523/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0645845-88.2018.8.04.0001, de 6ª Vara de Família. Apelante: I. C. V. J., advogada: Letícia Alencar Cavalcante (OAB: 6346/AM). Apelado: G. A. P. J., advogados: Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB: 3456/AM), Igor Bergson Silva Almeida (OAB: 11407/AM) e Isabela Esperança Machado (OAB: 11024/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Agravo de Instrumento nº 4003231-18.2019.8.04.0000, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Inez Floriano Leite, advogado: Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB: 10450/AM). Agravado: Crefisa S/A - Credito, Financiamento e Investimento, advogado: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 27 de agosto de 2019.

De ordem da Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 931 e 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes autos digitais:

Apelação Cível nº 0608578-48.2019.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Jean Zylberberg, advogados: Raquel Pinto Valente (OAB: 6771/AM) e Nilson Coronim (OAB: 1925/AM). Apelada: Santa Cláudia Bebidas e Concentrados da Amazônia Ltda., advogada: Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Membros: Exmo. Sr. Des. airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 27 de agosto de 2019.

Julgamento Virtual

(*)Republicação

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

Apelação Cível nº 0638247-88.2015.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Allan Coutinho Pereira, advogados: José Carlos Souza Alves (OAB: 8719/AM) e Albert Valente Matos (OAB: 9303/AM). Apelante: Jassyara Ribeiro Guedes Coutinho, advogados: José Carlos Souza Alves (OAB:

8719/AM) e Albert Valente Matos (OAB: 9303/AM). Apelado: API SPE42 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda., advogado: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões.

*Republicado por erro material no Diário Eletrônico disponibilizado no dia 27.08.2019, pág. 47, ano XII - Ed. 2685.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 27 de agosto de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimação

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0227359-91.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: D. F. do N. P. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0227359-91.2016.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante D. F. do N. P. e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante D. F. do N. P., na pessoa de seu Advogado Dr. Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior, (OAB/AM nº 8.713) e Mário José Chagas Paulain Júnior (OAB/AM nº 7405), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB: 8713/AM) - Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB: 7405/AM) - Lilian Nara Pinheiro de Almeida - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0246008-07.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: André da Silva Costa - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0246008-07.2016.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante André da Silva Costa e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Ãndré da Silva Costa, na pessoa de seu Advogado Dr. Mauro Verçoza Ferreira, (OAB/AM nº 9.079), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Mauro Verçoza Ferreira (OAB: 9079/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4004184-79.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Emília Carolina Mello Vieira - Paciente: Igor Vinicius da Rocha Montes - Impetrado: Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004184-79.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dra. Emília Carolina Mello Vieira OAB 3872/AM, Paciente Igor Vinicius da Rocha Montes e Impetrado Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Igor Vinicius da Rocha Montes , na pessoa de sua Advogada Dra. Emília Carolina Mello Vieira, (OAB/AM nº 3.872), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: “Ante o exposto, indefere-se a liminar. “. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desdora. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Emília Caroliona Mello Vieira (OAB: 3872/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Davi Santana da Câmara e Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Processo 0200404-92.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal - Leve - Apelante : M. P. do E. do A. - P. G. - Apelado : D. V. da S. - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Antonio de Souza Filho (8123/AM) e Marcelo Pinto Ribeiro (1111A/AM) - Processo 0203728-55.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo - Apelante : Lucas Vieira Miranda - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Karleno José Pereira (9059/AM) e Hilton Serra Viana - Processo 0237170-12.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Idelclecio da Silva Menezes - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: João Mauro Bessa

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 27 de agosto de 2019.

Julgamento Virtual

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos - Julgamento Virtual

1. Processo: 0004682-49.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 3º Vara do Tribunal do Júri. Embargante: Laerte Maciel Lopes Junior. Advogado: Josemar Berçot Rodrigues (OAB: 5935/AM). Advogado: Josemar Berçot Rodrigues Junior (OAB/AM 7557). Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP : Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PROCESSO PENAL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO COLEGIADA – INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO – RECURSO INADEQUADO PARA REDISCUTIR MATÉRIA DE FUNDO DEVIDAMENTE ENFRENTADA POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA – PREQUESTIONAMENTO – INVIABILIDADE - ACLARATÓRIOS REJEITADOS.1. Os embargos

de declaração são cabíveis quando houver, na decisão, qualquer obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão a ser suprida. Inexistindo qualquer dos mencionados vícios, impõe-se a rejeição dos aclaratórios.2. Na verdade, busca o Embargante o rejulgamento da causa, o que não se adequa à via estreita dos declaratórios, tendo, pois, esta Primeira Câmara Criminal prestado devidamente a tutela jurisdicional, ainda que em desfavor de sua pretensão. 3. É inviável o acolhimento dos aclaratórios quando ausentes os requisitos do art. 619 do CPP, ainda que tenham o escopo de prequestionar a matéria.4. Embargos de Declaração rejeitados.. DECISÃO: "PROCESSO PENAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO COLEGIADA - INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO - RECURSO INADEQUADO PARA REDISCUTIR MATÉRIA DE FUNDO DEVIDAMENTE ENFRENTADA POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA - PREQUESTIONAMENTO - INVIABILIDADE - ACLARATÓRIOS REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na decisão, qualquer obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão a ser suprida. Inexistindo qualquer dos mencionados vícios, impõe-se a rejeição dos aclaratórios. 2. Na verdade, busca o Embargante o rejulgamento da causa, o que não se adequa à via estreita dos declaratórios, tendo, pois, esta Primeira Câmara Criminal prestado devidamente a tutela jurisdicional, ainda que em desfavor de sua pretensão. 3. É inviável o acolhimento dos aclaratórios quando ausentes os requisitos do art. 619 do CPP, ainda que tenham o escopo de prequestionar a matéria. 4. Embargos de Declaração rejeitados. **DECISÃO**: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração n.º 0004682-49.2019.8.04.0000 , em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por maioria de votos, em rejeitar os presentes aclaratórios, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

2. Processo: 0005063-57.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Embargante: E. G. C. Defensora Pública Dra: Flavia Lopes de Oliveira. Embargado : Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, AMBIGUIDADE OU CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os embargos de declaração possuem fundamentação vinculada e o seu acolhimento depende da demonstração de que a decisão embargada se mostrou ambígua, obscura, contraditória ou omissa, conforme disciplina o art. 619 do CPP, o que não ocorreu na espécie. 2. Embargos rejeitados. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos Declaratórios ora opostos, nos termos do voto da Relatora.".

3. Processo: 0200826-16.2017.8.04.0016 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: Alex Batista dos Santos. Defensora Pública Dra.: Laiane Tammy Abati. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. **EMENTA**: "APELAÇÃO CRIMINAL - AMEAÇA - SENTENÇA EM CONSONÂNCIA COM AS PROVAS DOS AUTOS - PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA PELO DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA PRESENCIAL - CONDENAÇÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.1. A versão da vítima, devidamente corroborada pelo depoimento de testemunha compromissada que presenciou a dinâmica dos fatos, comprova de modo suficiente a prática do crime previsto no art. 147 do Código Penal pelo réu, quem, em razão de um desentendimento relacionado a uma vaga de estacionamento, ameaçou atirar duas pedras contra a ofendida, causando-lhe temor e receio de sofrer uma injusta agressão. 2. A despeito da tese de insuficiência probatória sustentada pela defesa, entendo que a condenação do acusado encontra o suporte necessário, na medida em que os depoimentos colhidos na fase judicial, sob o crivo do contraditório e ampla defesa, aliados àqueles produzidos em sede inquisitiva, são suficientes para autorizar o juízo condenatório.3. Apelação Criminal desprovida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0200826-16.2017.8.04.0016, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

4. Processo: 0205243-62.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1ª V.E.C.U.T.E.. Apelante: Renato Araujo de Vasconcelos. Advogada Dra.: Efigenia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM) e Dr.: João Evangelista Generoso de Araujo (OAB: 12394/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** "PROCESSO PENAL - APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - NEGATIVA DE AUTORIA DO CRIME DE TRÁFICO - PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS - TRAFICÂNCIA COMPROVADA - DOSIMETRIA DA PENA - CRITÉRIO TRIFÁSICO - REINCIDÊNCIA - CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA - 33 §4º DA LEI 11.343/06 - NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO LEGAL - ADEQUADA FIXAÇÃO DO REGIME PRISIONAL FECHADO - NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A CONVERSÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM RESTRITIVA DE DIREITOS - APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. 1. Os fundamentos adotados na sentença condenatória são suficientes para confirmar a autoria e materialidade delitivas, não sendo possível acolher a tese de ausência de provas para a condenação pelo crime de tráfico, na medida em que restou demonstrada a efetiva prática da traficância ilícita por parte do apelante. 2. O juízo a quo observou o princípio constitucional da individualização da pena, como também o critério trifásico estabelecido no artigo 68 do Código Penal, quando condenou o apelante nas sanções do tipo previsto no artigo 33 da lei 11.343/06. A leitura atenta da sentença condenatória, principalmente da parte em que o procedimento sancionador encontra-se fundamentado, comprova que as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal foram regularmente examinadas para a fixação da pena-base. 3. O juízo singular reconheceu acertadamente a reincidência como circunstância agravante, em conformidade com o entendimento jurisprudencial acerca do tema. Assim, ao contrário do que alega o apelante, a reincidência resta configurada em razão da prática anterior do crime de roubo circunstanciado, pelo qual o apelante foi condenado e sua pena executada. 4. No que se refere à aplicação da causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, §4º, da Lei 11.343/06, verifica-se ser incabível na hipótese dos autos, na medida em que o apelante não é primário, condição exigida no dispositivo legal em comento. 5. A imposição do regime fechado decorre da disposição legal contida no artigo 33, §2º e §3º, do CPB, considerando que a pena foi fixada em 06 (seis) anos e o apelante é reincidente, o que demonstra ser adequada a fixação do regime fechado para início do cumprimento da pena. 6. Com base na pena aplicada, o apelante não preenche o requisito temporal previsto no artigo 44, inciso I do Código Penal para obtenção de tal benefício, haja vista que a condenação do apelante foi superior a 04 (quatro) anos. 7. Apelação criminal conhecida e não provida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0205243-62.2014.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, consoante os termos do

voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.”.

5. Processo: 0223727-52.2019.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 3º Vara do Tribunal do Júri. Recorrente: Romulo Cunha da Silva. Advogado Dr.: Daniel de Oliveira Campos (OAB: 5258/AM). Recorrente: Raimundo Gomes da Silva Filho. Advogado Dr.: Daniel de Oliveira Campos (OAB: 5258/AM). Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP : Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PROCESSUAL PENAL. ART. 121, CAPUT, DO CPB. PRONÚNCIA. DÚVIDA EM RELAÇÃO À EXCLUDENTE DE ILICITUDE DE LEGÍTIMA DEFESA. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. RECURSO IMPROVIDO.1. A sentença de pronúncia não constitui um juízo de certeza acerca dos fatos, mas mera admissibilidade da acusação fundada em suspeita, exigindo-se, para tanto, apenas o convencimento do magistrado quanto à existência do crime e de indícios de que o réu seja seu autor, segundo determina o art. 413 do CPP.2. In casu, comprovadas a materialidade e a autoria do delito, e não havendo provas inequívocas de excludente de ilicitude, faz-se necessário manter a pronúncia do réu, tendo em vista que vige nessa fase processual o princípio do in dúbio pro societate.3. Recurso conhecido e improvido. **DECISÃO**: “ Vistos, relatados e discutidos os autos de Recurso em Sentido Estrito, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidadede votos, em consonância com o Parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer do recurso interposto, para no mérito NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.”.

6. Processo: 0226387-87.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1ª Vara Criminal. Apelante: Lui Geovane Pires Mariano. Defensora Pública: Laiane Tammy Abati. Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO RASPADA. BINÔMIO MATERIALIDADE-AUTORIA COMPROVADO. PROVAS SUFICIENTES PARA CONDENAÇÃO. CONFIGURAÇÃO DO CRIME AINDA QUE A ARMA ESTEJA DESMUNICIADA. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não há falar em absolvição por ausência de provas como requereu a defesa, uma vez que os elementos colhidos na instrução criminal são plenamente suficientes para comprovar a configuração do binômio autoria-materialidade. 2. O simples porte de arma de fogo já expõe a incolumidade pública e a paz social ao perigo, que é de natureza abstrata (não necessita de comprovação de qualquer tipo de lesão de um bem jurídico ou a colocação deste bem em risco real e concreto). É tipo penal que descreve apenas um comportamento, uma conduta, sem apontar um resultado específico como elemento expresso do injusto. 3. A posição atualmente pacífica no âmbito dos Tribunais Superiores é que o crime resta configurado ainda que a arma esteja desmuniciada. Precedentes do STF e do STJ. 4. Apelação criminal conhecida e não provida. **DECISÃO**: “ Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0226387-87.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.”.

7. Processo: 0226801-32.2010.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: Leonardo Valdeci Pinto Nascimento. Advogado Dr.: Armando de Souza Negrao (OAB: 1082/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA PARCIALMENTE. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 577, DO CPP. CONDENAÇÃO NA FIGURA DO ART. 157, §2º, I E II, DO CP. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. DESNECESSIDADE DE APREENSÃO E PERÍCIA. CAUSA DE AUMENTO MANTIDA. 1. Conhece-se parcialmente do presente recurso, por ausência de pressuposto subjetivo de admissibilidade recursal, nos termos do parágrafo único, do art. 577, do Código de Processo Penal, quanto ao pleito de redução da pena-base ao mínimo legal, porquanto já fora efetivado na sentença pelo d. Juiz a quo, de modo que restando inviável, no presente tópico, uma situação mais favorável daquela constatada na sentença, carece de interesse recursal.2. Quando evidenciado o uso de arma de fogo através de outros elementos de prova, como no caso concreto pela palavra da vítima, torna-se despicienda a apreensão e a perícia deste objeto, para a incidência da majorante do § 2º, I, do art. 157 do Código Penal. Precedentes. 3. Apelação criminal parcialmente conhecida e nesta extensão desprovida. **DECISÃO:** “Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0226801-32.2010.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em harmonia substancial com o parecer ministerial, em conhecer parcialmente e nesta extensão negar provimento ao recurso, nos termos do voto que segue.”.

8. Processo: 0606649-54.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante : M. da S. M. Defensor Público Dr: Danilo Germano Ribeiro Penha. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP : Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: “APELAÇÃO CRIMINAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - LESÃO CORPORAL - AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS COMPROVADAS - SENTENÇA EM CONSONÂNCIA COM AS PROVAS DOS AUTOS - TESE DE LEGÍTIMA DEFESA - NÃO COMPROVAÇÃO - DOSIMETRIA - CULPABILIDADE - CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE E EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA - FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA - ANTECEDENTES - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS NOS AUTOS - REFORMA NECESSÁRIA - APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. 1. A materialidade e a autoria delitivas restaram comprovadas por meio das declarações da vítima, do réu, bem como laudo de exame pericial, onde foram confirmadas as lesões descritas na denúncia. 2. Apesar de algumas alterações em relação ao depoimento prestado em sede inquisitiva, o depoimento prestado pela vítima, em juízo, não desconstitui o fato delituoso, tendo em vista que a sua narrativa condiz perfeitamente com a prova técnica materializada no laudo de exame de corpo de delito. 3. No que tange à alegação de legítima defesa, observa-se que a referida tese deve ser refutada, frente às provas carreadas aos autos, que não evidenciam, de modo incontestável, a presença de excludente de ilicitude.4. A dosimetria da pena é um exercício de discricionariedade juridicamente vinculada do julgador, cabendo-lhe exasperar a pena dentro das balizas do preceito secundário do tipo penal apenas quando identificar elementos concretos que extrapolem as circunstâncias elementares do tipo penal básico, devendo fazê-lo sempre de maneira fundamentada e à luz dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e individualização da pena. Precedentes. 5. A consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa caracterizam-se como elementos integrantes da estrutura do tipo penal, figurando, especificamente, como pressupostos da culpabilidade em sentido estrito. Logo, por não fazerem parte do rol das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, não se prestam para justificar a exasperação da pena-base. Precedentes. 6. Inexistindo prova dos antecedentes do réu, não há como valorar negativamente essa circunstância

judicial, motivo pelo qual retiro, igualmente, a sua exasperação. 7. Apelação Criminal conhecida e parcialmente provida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0606649-54.2018.8.04.0020, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em parcial consonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

9. Processo: 0607507-11.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP)

Agravante : Santino Rodrigues de Lima. Defensor Público: Arthur Sant anna Ferreira Macedo. Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP : Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: "AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INCIDENTE PARA A APURAÇÃO DE FALTA GRAVE, EM RAZÃO DA PERPETRAÇÃO DE NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO, JULGADO PROCEDENTE PELO DOUTO JUÍZO A QUO. DESNECESSIDADE DE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, EM RELAÇÃO AO NOVO DELITO. SÚMULA N.º 526 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR PARA AVERIGUAR A FALTA DISCIPLINAR, A SER CONDUZIDO PELA DIREÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL. IMPRESCINDIBILIDADE. ARTS. 47, 48 E 59 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. SÚMULA N.º 533 DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE REFORMA DA DECISÃO PROFERIDA PELO DOUTO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Antes de enfrentar a matéria trazida à baila, é de rigor salientar que a questão relativa à execução penal é abordada por norma infraconstitucional, vale dizer, pela Lei n.º 7.210/1984, e, por via de consequência, deve ser examinada, em última instância, pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de contrariedade à repartição constitucional de competências. 2. A despeito dos fundamentos relativos à ausência de trânsito em julgado, relativo ao novo delito doloso, supostamente, praticado pelo Apenado, a Terceira Seção do colendo Tribunal da Cidadania, no bojo do REsp n.º 1.336.561/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, firmou entendimento no sentido de que o reconhecimento de falta grave, decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena, prescinde de trânsito em julgado de sentença penal condenatória em processo penal instaurado para apuração do fato. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça. 3. Tal assertiva, inclusive, é abordada pela Súmula n.º 526 do colendo Tribunal da Cidadania: "O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato." 4. Noutro giro, à luz dos arts. 47, 48 e 59 da Lei n.º 7.210/1984, frisa-se que, quando o Apenado praticar falta disciplinar, dever se-á instaurar procedimento administrativo-disciplinar para a sua apuração, cujo poder disciplinar será exercido pela Autoridade Administrativa, à qual estiver sujeito o sentenciado, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa. 5. Acerca dessa temática, já definiu a Terceira Seção do colendo Tribunal da Cidadania, no bojo do REsp n.º 1.378.577/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, que definiu que, para o reconhecimento da prática de falta disciplinar, no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado. 6. Nessa linha de intelecção, preleciona a Súmula n.º 533 do colendo Superior Tribunal de Justiça: "Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado." 7. In casu, considerando que não houve a instauração de processo administrativo, pela Autoridade da Administração Penitenciária, a fim de apurar a falta disciplinar, supostamente, praticada pelo Apenado, em violação aos arts. 47, 48 e 59 da Lei n.º 7.210/1984 e ao entendimento firmado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, conclui-se que a decisão vergastada, proferida pelo douto Juízo de Direito da Vara de Execução Penal, deve ser reformada, para julgar improcedente o incidente instaurado pela Instância a quo. 8. Por derradeiro, uma vez acolhidas as alegações atinentes à inexistência de instauração de procedimento administrativo para averiguar a falta disciplinar, conduzido pela Direção da Unidade Prisional, resta prejudicado o exame do argumento atinente à ausência de". **DECISÃO**: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo em Execução Penal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em disonância ao Graduado Órgão Ministerial, CONHECER DO PRESENTE RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.

10. Processo: 0608202-96.2018.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Apelante: João Fhilipe Carvalho de Castro. Advogado Dr.: Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB: 4992/AM) e Advogado Dr: Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB: 13392/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. ProcuradoraMP : Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. **EMENTA:** "RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO - PRONÚNCIA - MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO - PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA DELITIVA - IN DUBIO PRO SOCIETATE - IMPRONÚNCIA DO RECORRENTE - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DE SUBMISSÃO AO JÚRI - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A sentença de pronúncia caracteriza-se como mero juízo de admissibilidade da acusação, exigindo-se do julgador apenas a verificação de prova da materialidade delitiva e de indícios suficientes de autoria, ainda que inquisitoriais. Nessa fase processual, a dúvida deve ser interpretada em favor da sociedade (in dubio pro societate), de modo a preservar a competência constitucional do Tribunal do Júri. 2. Incabível acolher a tese de impronúncia do recorrente, na medida em que existem elementos de prova que demonstram a existência de indícios da autoria delitiva, de maneira que se faz necessária a submissão ao Tribunal do Júri para julgamento, momento em que as provas e a dinâmica dos fatos serão analisadas com mais profundidade. 3. Recurso em Sentido Estrito conhecido e não provido. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso em Sentido Estrito n.º 0608202-96.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

11. Processo: 0608208-11.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, Vara Especializada do Meio Ambiente. Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Apelado: George Antisthenes Lins de Albuquerque. Advogado Dr.: Marcelo Augusto dos Santos. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL APELAÇÃO CRIMINAL – CRIMES PREVISTOS NOS ARTIGOS 60, 64 E 68 DA LEI PENAL AMBIENTAL - ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA – NÃO CABIMENTO – NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL A FIM DE APURAR AS PRÁTICAS DELITIVAS – INICIAL ACUSATÓRIA QUE DESCREVE SUFICIENTEMENTE AS CONDUTAS – RESPOSTA À ACUSAÇÃO QUE NÃO TRAZ ARGUMENTOS INSOFISMÁVEIS QUE POSSAM ANCORAR A DECISÃO DO JUÍZO DE PISO EM ABSOLVER SUMARIAMENTE O RECORRIDO – NECESSIDADE DE SE RESGUARDAR O CONTRADITÓRIO E A AMPLA

DEFESA COMO COROLÁRIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL – PROSSEGUIMENTO DA DEMANDA CRIMINAL – CAUSA EXTINTIVA DA PUNIBILIDADE – PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA– TERMO A QUO QUE SE INICIA NO DIA EM QUE O CRIME SE CONSUMOU - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Cuida-se de apelo criminal interposto pelo Ministério do Público do Estado do Amazonas, com fundamento no artigo 593, inciso I, do Código de Processo Penal, por meio do qual se insurge a respeito da decisão de mérito que absolveu sumariamente o recorrido do tipo penal previsto no artigo 68 da Lei Penal Ambiental e extinguiu a sua punibilidade com relação as condutas previstas nos artigos 60 e 64, da mesma Lei. 2. O compulsar dos autos revelam que a inicial acusatória descreve, com minúcias, os fatos perpetrados com as circunstâncias que lhes são inerentes, de onde se extraem as demonstrações dos supostos fatos típicos, de modo a viabilizar, por parte da defesa, o pleno direito de oposição à acusação ofertada.3. O instituto da absolvição sumária, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial, somente é cabível quando houver nos autos a demonstração irrefutável de que a acusação é improcedente, sendo desnecessária a instrução do feito, viabilizando a aplicação do disposto no artigo 397, do Código de Processo Penal.4. In casu, a peça acusatória descreveu suficientemente a suposta conduta delitiva, tanto que permitiu ao acusado, por meio da respectiva resposta à acusação, apresentar sua tese defensiva, refutando as condutas que lhes foram atribuídas.5. O prosseguimento da ação penal constitui a decisão mais acertada, sobretudo em razão dos autos evidenciarem a necessidade de instrução do feito, tudo para que seja possível apurar concretamente as infrações penais imputadas ao recorrido. 6. A prescrição, enquanto causa extintiva da punibilidade marcada pela renúncia do Estado ao direito de punir pelo decurso do tempo, segue regras próprias definidas no Código Penal, entre as quais a de que seu termo a quo deve ser computado a partir do dia em que o crime se consumou, conforma dicção do artigo 111, do Código penal. 7. Na situação em voga, considerando-se que a conclusão das obras ocorreu somente em 20.06.2013, equivocado o reconhecimento de tal instituto, sobretudo da forma prematura como restou reconhecido. 8. Recurso conhecido e parcialmente provido para o fim de reformar a sentença de primeiro grau, afastando a absolvição sumária e as prescrições outrora concedidas, devolvendo-se os autos à origem para regular marcha processual. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal em epígrafe, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia parcial com o Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

12. Processo: 0608804-53.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP)

Agravante: Sidney Alves Nascimento. Defensor Público: Andre Ricardo Antonovicz Munhoz.. Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** "AGRAVO EM EXECUÇÃO - INCIDENTE DE FALTA GRAVE - AUSÊNCIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA COMPETENTE - IMPRESCINDIBILIDADE - SÚMULA N.º 533 DO STJ - PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL - AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A leitura atenta da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) e do Estatuto Penitenciário do Estado do Amazonas (Lei 2.711/2001) não revela qualquer ressalva quanto à competência para o exercício do poder disciplinar em sede de execução da pena, atribuída exclusivamente à autoridade administrativa, de sorte que a atuação do Juízo da Execução na apuração de falta grave mostra-se indevida, senão prematura, na medida em que sua competência se subsume apenas em posterior aplicação de sanção derivada da prévia apuração de falta grave pela direção do presídio. 2. Nos termos da legislação pertinente e consoante recentes precedentes firmados por esta e. Primeira Câmara Criminal, somente após o procedimento administrativo, o Diretor da Unidade Prisional representará ao Juiz da Execução, a fim de que sejam aplicadas as sanções disciplinares de sua competência, dentre elas, quando for o caso, a regressão de regime, ocasião em que o apenado será, novamente, ouvido, por meio de sua defesa técnica. 3. Urge constatar, nessa senda, que o procedimento administrativo e a audiência de justificação são complementares entre si, devem ser realizados em fases diversas e possuem finalidades diferentes, razão pela qual não se confundem, na medida em que, repise-se: o primeiro visa apurar a ocorrência da própria falta grave, com a estrita observância do contraditório e da ampla defesa, e a aplicação das sanções disciplinares pela direção da unidade presidiária, enquanto o segundo, a ser realizado em momento posterior e frente ao reconhecimento da prática de falta grave em procedimento administrativo disciplinar, possui como único objetivo a aplicação da sanção concernente à regressão de regime. 4. Nada obstante o magistrado possa exercer, quando provocado pelas partes, o controle de legalidade dos atos administrativos realizados pela Administração Prisional e possua competência para determinadas questões no âmbito da execução penal, não lhe é permitido adentrar em matéria de competência exclusiva da autoridade administrativa, no que concerne à instauração do procedimento para fins de apuração do cometimento de falta disciplinar, sob pena de afronta ao princípio da legalidade e violação frontal ao princípio do devido processo legal. 5. Considerando a inexistência de julgamento definitivo pelo plenário do STF ou de tese fixada acerca do tema, é de rigor a adoção do entendimento constante do enunciado n.º 533 da súmula do Superior Tribunal de Justiça, dado a sua força vinculante perante a presença instância, considerando a sua maestria na tutela da legislação infraconstitucional e em homenagem ao princípio da segurança jurídica. 6. Agravo em Execução Penal conhecido e provido.**DECISÃO**: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo em Execução n.° 0608804-53.2019.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância do graduado órgão ministerial, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

13. Processo: 0608806-23.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP)

Agravante : Julison Correa de Carvalho. Defensor Público: Arthur Sant'anna Ferreira Macedo. Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP : Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. EXECUÇÃO PENAL. PRÁTICA DE CRIME DOLOSO NO CURSO DA EXECUÇÃO. INCIDENTE DE APURAÇÃO DE FALTA GRAVE. DESNECESSIDADE DE SENTENÇA DE TRÂNSITO EM JULGADO REFERENTE AO NOVO DELITO. SÚMULA 526 DO STJ. ART. 52 DA LEP. APURAÇÃO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. IMPRESCINDIBILIDADE. CONDUÇÃO POR AUTORIDADE ADMINISTRATIVA DO PRESÍDIO. ARTIGOS 47, 48 e 59 DA LEP E SÚMULA N.º 533 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA-STJ. REFORMA DA DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO EXECUTÓRIO. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.1. A defesa argumenta a impossibilidade de aplicar tal medida punitiva em razão da inexistência de trânsito em julgado da ação penal que apura novo delito doloso perpetrado. Tese superada pelo julgamento do Resp n.º 1.336.561, sob o rito dos recursos repetitivos, e pelo teor da Súmula n.º 526, ambos do Superior Tribunal de Justiça que expõe a seguinte concepção sobre o tema: "o reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato."2. O Magistrado da Vara de Execução Penal só poderá realizar audiência de justificação, a fim de apurar incidente de falta grave, quando da existência prévia de procedimento administrativo (PAD), a ser conduzido pelo Diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito

defesa. Posicionamento atual do Superior Tribunal de Justiça, embasado no teor do REsp n.º 1.378.577/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, e na intelecção da Súmula n.º 533, que apresenta a seguinte redação: "Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado." Precedentes STJ e TJAM.3. Outro passo, os artigos 47, 48 e 59 da Lei de Execução Penal, são bem cognoscíveis, ao relatarem que a conduta faltosa do detento, deverá ser apurada pelo Diretor do Presídio, detentor do poder disciplinar, sendo imprescindível a instauração de procedimento administrativo, assegurado o direito de defesa, a ser exercido por advogado constituído ou defensor público nomeado.4. Recurso conhecido e provido, a fim reformar decisão exarada pelo Juízo de Direito da Vara de Execução Penal da Comarca de Manaus/AM, para julgar improcedente o incidente instaurado pela Instância a quo. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal em epígrafe, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância substancial com o Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e dar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

14. Processo: 0614476-42.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal, 9ª Vara Criminal. Apelante: João de Oliveira Araújo. Advogado: Hernane Pereira Machado (OAB: 7649/AM). Advogado: Ícaro Rodrigo Valente Lopes (OAB: 7457/AM). Advogado: Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB: 4395/AM). Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA:** "PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. ALEGAÇÃO DE PERICULOSIDADE, EM ABSTRATO, DO ACUSADO. NÃO CONFIGURADA. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. REDUÇÃO DO QUANTUM AO MÍNIMO LEGAL. RÉU REINCIDENTE. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE PELAS RESTRITIVAS DE DIREITO. IMPOSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DE QUE A MEDIDA NÃO É SOCIALMENTE RECOMENDADA. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. 1. In casu, a autoria e a materialidade da infração penal atribuída ao Apelante, qual seja, Posse Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito, encontram-se devidamente consubstanciadas no conjunto fático-probatório existente nos presentes autos. 2. Depreende-se da Sentença que o douto Juízo sentenciante utilizou-se da periculosidade do agente, fundamentada no envolvimento do Réu no crime de Homicídio, já transitado em julgado, para exasperar a pena-base. 3. Contudo, é cediço que se demonstra inviável a valoração negativa, na análise das circunstâncias judiciais, de crime anterior, transitado em julgado, sobretudo porque a reincidência do agente já será valorada, igualmente, quando da segunda fase da dosimetria. Na esteira do entendimento consolidado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça, utilizar a mesma condenação criminal, duas vezes, para piorar a situação do Réu, evidencia bis in idem, vedado pelo ordenamento jurídico pátrio. 4. Lado outro, a regra de substituição das penas privativas de liberdade, por restritivas de direitos, depende do atendimento de 04 (quatro) requisitos, sendo 02 (dois) objetivos (quanto à natureza do crime e quantidade da pena) e 02 (dois) subjetivos (relacionados à pessoa do condenado). 5. Não se olvida, entretanto, que o requisito do art. 44, inciso II, pode ser suplantado, mesmo que o Réu seja reincidente, acaso comprovado que a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não seja específica. 6. Nessa senda, in casu, observa-se que o Apelante possui condenação transitada em julgado pelo crime de Homicídio e, durante a execução da pena, praticou novo delito, igualmente grave, de Posse Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito, razão pela qual não se pode aventar que a medida de substituição da pena privativa de liberdade, por 02 (duas) penas restritivas de direitos, seja socialmente recomendada. 7. Embora a reincidência do Réu não possa ser duplamente valorada na dosimetria da pena, esta é suficiente para ser considerada na eventual substituição da pena privativa de liberdade, mormente quando o comando normativo impõe ao julgador a análise da medida mais recomendada, a partir dos elementos disponíveis nos autos. 8. Apelação Criminal CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. **EMENTA**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

15. Processo: 0622693-11.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3ª V.E.C.U.T.E. Apelante: M. A. C. dos S. Defensora Pública: Larissa Vianez Santanna Figueira Macedo. Apelante: H. M. C. dos S. Defensor Público:Ulysses Silva Falcão. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP : Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: Sabino da Silva Marques. **EMENTA:** PROCESSO PENAL - APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS CONFIGURADAS - CERTA QUANTIDADE DE DROGA ACONDICIONADA - CARACTERIZAÇÃO DA FINALIDADE MERCANTIL - VALOR PROBATÓRIO DOS DEPOIMENTOS DOS AGENTES POLICIAIS - CAUSA DE REDUÇÃO DE PENA – NÃO APLICAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. Sendo o conjunto probatório apto à comprovação da materialidade e autoria delitivas do crime de tráfico de drogas, expresso no art. 33 da Lei 11.343/2006, não devem ser acolhidos os requerimentos de absolvição e de desclassificação da conduta criminosa para o delito de uso, previsto no art. 28 do mesmo diploma legal. 2. A quantidade de droga apreendida e a forma como ela estava acondicionada denotam a finalidade mercantil do agente, não sendo cabível falar em desclassificação para uso de entorpecentes. 3. Os depoimentos dos agentes policiais, prestados em Juízo, à luz do devido processo legal, possuem alto grau de credibilidade e legitimidade, como elemento probatório. 4. Quanto à redutora, para aplicação da causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, o condenado deve preencher, cumulativamente, todos os requisitos legais, quais sejam, ser primário, de bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa. No caso, não há se falar em sua aplicação, tendo em vista que o acusado ostenta outras ações penais. (HC 370.375/RS, Rel. Ministro Reynaldo Soares Da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 20/10/2016, DJe 27/10/2016). 5. Apelação criminal conhecida e não provida. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0622693-11.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

16 . Processo: 0645487-60.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 11ª Vara Criminal. Apelante: Byancka Araujo Chaves. Advogado: Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB: 13944/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Francisco das Chagas Santiago da Cruz. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: João Mauro Bessa. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PROCESSO PENAL – APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO, FURTO, ADULTERAÇÃO DE VEÍCULO E RECEPTAÇÃO – CORRUPÇÃO DE MENORES – COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS – DOSIMETRIA - PENA BASE NO MÍNIMO LEGAL - ATENUANTE DA CONFISSÃO – NÃO APLICAÇÃO - VEDAÇÃO IMPOSTA

PELO ENUNCIADO 231 DA SÚMULA DO STJ – APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA.1. Especificamente no que concerne ao crime de corrupção de menores, impende ressaltar que, conforme entendimento consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça na Súmula 500, "a configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal."2. Havendo, in casu, provas incontestáveis da participação do menor no crime de roubo perpetrado em concurso de agentes, observa-se que a autoria do crime do art. 244-B do ECA está devidamente caracterizada pelas provas produzidas e colacionadas aos autos, não havendo que se cogitar a absolvição pleiteada na via recursal. 3. Conforme entendimento consagrado pela Súmula 231 do STJ, "a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal."4. Esse entendimento ampara-se em uma interpretação segundo a qual as circunstâncias atenuantes, ao contrário das causas de diminuição de pena, não integram o tipo penal e, portanto, não ensejam a redução da pena aquém do limite mínimo fixado pelo legislador, que deve servir de parâmetro intransponível para o aplicador do direito quando da dosagem da pena a ser aplicada.5. Não obstante se reconheça a existência de circunstância atenuante em favor da apelante, não se faz possível a sua aplicação na hipótese dos autos, ante a impossibilidade de redução da pena-base abaixo do mínimo legal.6. Apelação criminal conhecida e não provida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0645487-60.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer do recurso, negando-lhe provimento, consoante os termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

17. Processo: 4002615-43.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 2ª Vara Criminal. Impetrante/Advogado: Thalles da Cunha Ramos (OAB: 14136/AM). Paciente: Mayko dos Santos Farias. Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Capital/AM. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: Sabino da Silva Marques. **EMENTA:** HABEAS CORPUS. PORTE DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO RASPADA. LEGALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. AUSÊNCIA DE HIPÓTESE DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REQUISITOS DO ART. 312, CPP. DA GRAVIDADE DOS FATOS, CONSIDERANDO SEUS CONTORNOS CONCRETOS, SE DEPREENDE A CONCLUSÃO DE NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO. HISTÓRICO CRIMINAL DO AGENTE. REITERAÇÃO. RISCO CONCRETO. PERICULOSIDADE SOCIAL. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. DENEGADA A ORDEM.I - No caso, estão configurados os pressupostos e os requisitos da prisão preventiva (art. 312 do cpp). II - Não há o que se falar em constrangimento ilegal quando a constrição está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da gravidade efetiva dos delitos denunciados e da periculosidade social do acusado, bem demonstradas pelas circunstâncias em que ocorridos os fatos criminosos.III - Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a segregação se encontra justificada e mostra-se imprescindível para acautelar o meio social da reprodução de fatos criminosos e garantir a ordem pública.IV Diante do apurado até a presente impetração, não se vislumbra a possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.V Ordem denegada. DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 4002615-43.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer Ministerial, conhecer o presente do Habeas Corpus, mas denegar a ordem, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente. Publique-se.".

18. Processo: 4003586-28.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, Vara de Execuções Penais (VEP). Impetrante/Advogado : Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (OAB: 9967/AM). Paciente : William Nobre da Silva. Impetrado: Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais (vep). ProcuradoraMP : Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques.Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. LEI DE EXECUÇÃO PENAL. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. REGRESSÃO PROVISÓRIA. RECURSO ESPECÍFICO PREVISTO NO ARTIGO 197 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU MANIFESTA ILEGALIDADE QUE PERMITA, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, A UTILIZAÇÃO DIRETA DO REMÉDIO HEROICO. HABEAS CORPUS MANEJADO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL. VEDAÇÃO. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. NÃO SUPERAÇÃO DO REQUISITO INTRÍNSECO DO CABIMENTO NECESSÁRIO AO CONHECIMENTO DA ORDEM. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.1- Nos termos do artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal, "conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder".2- Dessume-se, sem maior esforço, que ohabeas corpus tem por finalidade resguardar ou proteger o direito de ir e vir das pessoas. Tutela, assim, o propalado direito de vir, ficar, ir ou voltar (jus ambulandi, manendi, e undi ultro citroque).3- Segundo a doutrina brasileira, o remédio heroico se classifica em liberatórioou repressivo, mas em quaisquer das situações em que for manejado, destina-se, primordialmente, a afastar violência ou coação ilegal atual, presente e concreta ou na iminência de concretização desta mesma coação ilegal ou de violência.4- Da atenta leitura do disposto no artigo 648, do Cânone Processual Penal, conclui-se, sem maior esforço hermenêutico, várias situações em que o writ pode ser manejado em sede de execução penal: (i) quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei; (ii) quando o processo for manifestamente nulo; (iii) quando extinta a punibilidade do agente.5- Inobstante tais assertivas, os mais variados pedidos que podem ser requeridos durante a execução penal, tais como os de saída temporária, progressão de regime, livramento condicional, anistia, graça, entre outros, devem ser formulados peremptoriamente e diretamente ao Juízo das Execução Criminais. Havendo o indeferimento do pleito ou omissão injustificável em sua apreciação, permite o legislador ordinário que o prejudicado interponha o recurso de agravo em execução, previsto no artigo 197, da Lei de Execução Penal.4- Ocorre que desde o julgamento do Habeas Corpus nº 109.956/PR (julgado em 11.09.12), a Suprema Corte passou a adotar o entendimento segundo o qual a referida ação autônoma de impugnação não pode ser utilizada como substituto das vias recursais ordinárias, na espécie, do agravo em execução, previsto no artigo 197, da Lei de Execução Penal, que dispõe: "Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo". O mesmo entendimento, de forma uníssona e consolidada é utilizado pelo Superior Tribunal de Justiça. 5- Os órgãos julgadores criminais fracionários desta Corte Estadual de Justiça, perfilhados ao entendimento adotado pelos Tribunais Superiores, igualmente não tem admitido a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso próprio, prestigiando, assim, o sistema recursal ao tempo que preserva a importância e a utilidade do writ, visto permitir a concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade, o que, à toda evidência, não é o caso destes autos. 6- Por tais razões, na fase da execução penal, defesa a impetração do habeas corpus como substitutivo ao recurso específico e legalmente previsto, não havendo o impetrante, portanto, superado o cabimento, requisito intrínseco de sua admissibilidade.7- Ordem de Habeas Corpus não conhecida, em harmonia ao Parecer do custus legis. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Graduado Órgão do Ministério Público, EM NÃO CONHECER DA ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

19. Processo: 4003589-80.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Impetrante/ Advogada: Ana Paula Cardoso Sarmento (OAB: 20180/PA). Paciente : Marco José Maia da Silva. Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/am. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: Revisor do processo Não informado. **EMENTA:** HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES. IRRELEVÂNCIA, NO CASO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA1.Não ocorre constrangimento ilegal quando, além da prova da existência do crime e suficientes indícios de autoria, resta caracterizado, na espécie, algum dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, devidamente fundamentado no decreto de prisão. 2.No caso, a prisão foi decretada em decorrência do modus operandi empregado na conduta delitiva, consistente na prática, em tese, de crime de homicídio, bem como para assegurar a aplicação da lei penal e garantir a instrução criminal, uma vez que o paciente evadiu-se do distrito de culpa, permanecendo foragido por quase 09 (nove) anos. 3.O fato de o Paciente ser primário, ter bons antecedentes, emprego e residência fixa é irrelevante quando prevalecerem os indicativos da custódia preventiva4. Ordem de Habeas Corpus denegada. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Graduado Órgão do Ministério Público, denegar a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

20. Processo: 4003643-46.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 9ª Vara Criminal. Impetrante/Defensor Público:Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho. Paciente: Daniele Coimbra Ferreira. Impetrado: Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Comarca da Capital/AM. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. RÉ PRESA DURANTE TODA A PERSECUÇÃO PENAL. PERSISTÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. PRISÃO DOMICILIAR. CRIME COMETIDO COM GRAVE AMEAÇA. IMPOSSIBILIDADE. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.1. Não ocorre constrangimento ilegal quando a prisão cautelar da Paciente encontra-se alicerçada no pressuposto do fumus comissi delicti, consubstanciado nos indícios de autoria e na prova da materialidade do delito, bem como, no periculum libertatis, embasado na garantia da ordem pública, como bem descrito nas decisões proferidas pelo MM. Juiz de primeira instância – decretação da prisão preventiva da Paciente; indeferimento do pedido de concessão de liberdade provisória; indeferimento do pedido de prisão domiciliar –, contrariando, dessa forma, as afirmações do Impetrante, acerca da ausência de fundamentação.2. In casu, a materialidade do delito resta consubstanciada no Auto de Exibição e Apreensão e no Termo de Entrega, os quais são aptos a confirmar que a Ré foi encontrada em posse dos pertences da Vítima, quais sejam, 01 (um) aparelho celular da marca Samsung, modelo J2 Prime, 01 (um) relógio, 01 (um) automóvel, modelo Fiat MOBI, ano 2017/2018, placa PHW-5110, cor branca. 3. Em relação à autoria, a Ré confessou que participou da empreitada criminosa, tanto na Delegacia, quanto em Juízo. Noutro giro, a Vítima também reconheceu os Acusados, como autores do crime em análise, conforme atesta o Termo de Reconhecimento de Pessoa. Logo, presente o pressuposto do fumus comissi delicti.4. Ademais, além dos aspectos anteriormente citados, há fundado risco à ordem pública, evidenciado, em especial, pelo fato de que a Paciente foi a idealizadora do crime e, quando anunciado o assalto, ameaçou a Vítima com uma faca no pescoço.5. Não configura ofensa ao princípio da presunção de inocência a segregação da Ré, enquanto aguarda o processamento e julgamento de seu Recurso de Apelação, nos termos da Súmula n.º 09 do colendo Superior Tribunal de Justiça, impondo-se, no caso em tela, a manutenção da custódia cautelar, uma vez que, além da Ré haver permanecido custodiada durante toda a persecução criminal, remanescem presentes os requisitos ínsitos no art. 312 do Código Penal. Precedentes. 6. Noutro giro, o crime cometido pela Paciente, com emprego de violência e grave ameaça, está inserido nas exceções para a concessão do benefício da prisão domiciliar, nos termos do art. 318-A do Código de Processo Penal. 7. Ordem de Habeas Corpus CONHECIDA E DENEGADA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER E DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.".

Secretaria da Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 27 de agosto de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusão de Acórdãos

JULGAMENTO VIRTUAL da 2CCRIM.

1. Processo: 0001915-95.2017.8.04.4401 - Apelação Criminal, 2ª Vara de Humaitá. Apelante: A. de S. P. Advogado: Valdeir de Souza Malta (OAB: 8505/AM), Advogado: Lucivaldo Breves da Silva (OAB: 10226/AM), Advogada: Aliciene Onety da Silva (OAB: 11884/AM). Advogado: Izabhele Lopes Moura (OAB: 10011/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Simone Martins Lima (OAB: 2432/AM), Procurador: Francisco das Chagas Santiago da Cruz - Procurador Geral de Justiça. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE.AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS. PROVA. PALAVRA DA VÍTIMA. SENTENÇA RESPALDADA NA PALAVRA DA VÍTIMA, TESTEMUNHAL E NO EXAME DE CORPO DE DELITO. PRETENSA CONDUÇÃO DA PENA NO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. I. Materialidade e Autoria suficientemente demonstradas pelas provas harmônicas entre si e condizentes com o resultado do processo. II. - A palavra da vítima, corroborada por outros elementos dos autos, faz-se admitir como prova válida nos delitos contra a liberdade sexual, que em geral, são cometidos na clandestinidade. III. - O depoimento, in casu, mostrou-se coerente e compatível tanto na fase policial quanto na fase judicial. IV. O Principio do Livre Convencimento do Juiz atribui discricionariedade a apreciação da prova. V. Observa-se que, além da condenação encontrar-se em perfeita harmonia com o conjunto fático-probatório que instrui os autos, o Magistrado a quo, ao aplicar a pena, observou o critério trifásico estabelecido no artigo 68 do CP, fundamentando todas as circunstâncias judiciais do artigo 59, da mesma forma que as agravantes, as atenuantes e as causas de aumento e diminuição da pena, tudo à luz da fundamental proporcionalidade. VI. Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS. PROVA. PALAVRA DA VÍTIMA. SENTENÇA RESPALDADA NA PALAVRA DA VÍTIMA, TESTEMUNHAL E NO EXAME DE CORPO DE DELITO. PRETENSA CONDUÇÃO DA PENA NO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. I. Materialidade e Autoria suficientemente demonstradas pelas provas harmônicas entre si e condizentes com o resultado do processo. II. - A palavra da vítima, corroborada por

outros elementos dos autos, faz-se admitir como prova válida nos delitos contra a liberdade sexual, que em geral, são cometidos na clandestinidade. III. - O depoimento, in casu, mostrou-se coerente e compatível tanto na fase policial quanto na fase judicial. IV. O Principio do Livre Convencimento do Juiz atribui discricionariedade a apreciação da prova. V. Observa-se que, além da condenação encontrar-se em perfeita harmonia com o conjunto fático-probatório que instrui os autos, o Magistrado a quo, ao aplicar a pena, observou o critério trifásico estabelecido no artigo 68 do CP, fundamentando todas as circunstâncias judiciais do artigo 59, da mesma forma que as agravantes, as atenuantes e as causas de aumento e diminuição da pena, tudo à luz da fundamental proporcionalidade. VI. Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0001915-95.2017.8.04.4401, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em harmonia com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

2. Processo: 0005065-27.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, Vara Única de Autazes. Embargante: Albesson de Souza Cruz. Advogado: Jones Karrer de Castro Monteiro (OAB: 906/AM). **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Carlos Firmino Dantas. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. ARGUIÇÃO DA TESE DE ERRO DE TIPO. APRECIADA.1- Os Embargos de Declaração têm como escopo completar ou aclarar as decisões judiciais que tenham pontos ambíguos, omissos, obscuros ou contraditórios, sendo a presença destes vícios o pressuposto de admissibilidade dessa espécie recursal;2- Verificada a existência de omissão quanto a tese de erro de tipo no crime de estupro de vulnerável, esta foi devidamente combatida nos presentes embargos, sanando tal omissão, sem alterar a sentença de primeiro grau.3- Embargos de Declaração conhecidos e providos, sem alteração da sentença do juízo a quo.. DECISÃO: "EMENTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. ARGUIÇÃO DA TESE DE ERRO DE TIPO. APRECIADA. 1- Os Embargos de Declaração têm como escopo completar ou aclarar as decisões judiciais que tenham pontos ambíguos, omissos, obscuros ou contraditórios, sendo a presença destes vícios o pressuposto de admissibilidade dessa espécie recursal; 2- Verificada a existência de omissão quanto a tese de erro de tipo no crime de estupro de vulnerável, esta foi devidamente combatida nos presentes embargos, sanando tal omissão, sem alterar a sentença de primeiro grau. 3- Embargos de Declaração conhecidos e providos, sem alteração da sentença do juízo a quo. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração em Apelação Criminal, em que são partes as acima nominadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia 2.ª Câmara Criminal desta Corte de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, para acolher e prover os presentes embargos declaratórios, apenas para sanar a omissão apontada, mantendo-se na íntegra a sentença de primeiro grau.".

3. Processo: 0216762-34.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3º Vara do Tribunal do Júri. Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Rogerio Marques Santos. **Apelado: Eliton Reis de Moura.** Defensor: Ana Karoline dos Santos Pinto (OAB: 98745/AM). Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Procurador: Públio Caio Bessa Cyrino. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO SIMPLES. SENTENÇA DE IMPRONÚNCIA. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Nos termos do art. 413 do Código de Processo Penal, o acusado somente poderá ser pronunciado diante da presença da prova da materialidade e indícios suficientes de autoria; 2. Na hipótese, o arcabouço probatório é frágil e não fornece indícios seguros do envolvimento dos réus na empreitada criminosa, especialmente porque nenhuma testemunha arrolada nos autos presenciou os fatos ou foi capaz de apontar, com convicção, a autoria delitiva; 3. Recurso Conhecido e Não Provido, em dissonância do parecer ministerial, mantendo-se a Sentença de impronúncia.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO SIMPLES. SENTENÇA DE IMPRONÚNCIA. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Nos termos do art. 413 do Código de Processo Penal, o acusado somente poderá ser pronunciado diante da presença da prova da materialidade e indícios suficientes de autoria; 2. Na hipótese, o arcabouço probatório é frágil e não fornece indícios seguros do envolvimento dos réus na empreitada criminosa, especialmente porque nenhuma testemunha arrolada nos autos presenciou os fatos ou foi capaz de apontar, com convicção, a autoria delitiva; 3. Recurso Conhecido e Não Provido, em dissonância do parecer ministerial, mantendo-se a Sentença de impronúncia. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em dissonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante. Presidente ONILZA ABREU GERTH Relatora Procurador (a) De Justiça".

4. Processo: 4003752-60.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, Vara da Auditoria Militar. Impetrante: Juarez Camelo Rosa. **Paciente: Bruno Dayvison Lima de Sales.** Advogado : Juarez Camelo Rosa (OAB: 2695/AM). **Impetrado: Juizo de Direito da Vara da Auditoria Militar da Capital/AM.** Procuradora: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: HABEAS CORPUS. CRIME MILITAR. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO POR EXCESSO DE PRAZO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. I - à luz dos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoável duração do processo, não reputa-se configurado, na espécie, excesso de prazo hábil a permitir a revogação da prisão preventiva do paciente. II - No caso, considera-se regular o prazo de tramitação do processo, tendo em vista a pluralidade de réus, representados por advogados distintos, com diversos pedidos de relaxamento das prisões preventivas/concessões de liberdade provisória. III - Ausente a alegada desídia da autoridade judiciária na condução da ação penal, não há falar em constrangimento ilegal. IV – Ordem denegada, em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS. CRIME MILITAR. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO POR EXCESSO DE PRAZO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. I - à luz dos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoável duração do processo, não reputa-se configurado, na espécie, excesso de prazo hábil a permitir a revogação da prisão preventiva do paciente. II - No caso, considera-se regular o prazo de tramitação do processo, tendo em vista a pluralidade de réus, representados por advogados distintos, com diversos pedidos de relaxamento das prisões preventivas/concessões de liberdade provisória. III - Ausente a alegada desídia da autoridade judiciária na condução da ação penal, não há falar em constrangimento ilegal. IV - Ordem denegada, em consonância com o parecer ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a Egrégia 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por de votos, em harmonia com o Graduado Órgão do Ministério Público, denegar a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

5. Processo: 4003861-74.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª Vara Especializada em Crimes contra a Dignidade

Sexual da Criança e Adolescente. Impetrante: Cassio José Matos Barros. **Paciente: A. dos S. M.** Advogado: Cassio José Matos Barros (OAB: 13256/AM). **Impetrado: Juíza da Vara Especializada em Crimes contra a Dignidade Sexual da Criança e Adolescente.** Procurador : Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Onilza Abreu Gerth. HABEAS CORPUS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.1- A manutenção da prisão preventiva somente se justifica quando restar evidenciado, através de dados concretos, o preenchimento dos requisitos previstos no art. 312, do Código de Processo Penal.2- Inexiste constrangimento ilegal, quando há, na manutenção da prisão provisória, prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria, que se fundamenta na conveniência da custódia, para garantia da ordem pública. 3- Constata-se estar a segregação da paciente perfeitamente respaldada pelos ditames legais, uma vez que não ocorre constrangimento ilegal quando, além da prova da existência do crime e suficientes indícios de autoria, resta caracterizado, na espécie, algum dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, devidamente fundamentado no decreto de prisão.4- Ordem conhecida e denegada, em consonância com o Ministério Público.. DECISÃO: "HABEAS CORPUS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1- A manutenção da prisão preventiva somente se justifica quando restar evidenciado, através de dados concretos, o preenchimento dos requisitos previstos no art. 312, do Código de Processo Penal. 2- Inexiste constrangimento ilegal, quando há, na manutenção da prisão provisória, prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria, que se fundamenta na conveniência da custódia, para garantia da ordem pública. 3- Constata-se estar a segregação da paciente perfeitamente respaldada pelos ditames legais, uma vez que não ocorre constrangimento ilegal quando, além da prova da existência do crime e suficientes indícios de autoria, resta caracterizado, na espécie, algum dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, devidamente fundamentado no decreto de prisão. 4- Ordem conhecida e denegada, em consonância com o Ministério Público. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Habeas Corpus, em que é parte o acima nominado, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial e nos termos do voto da Relatora.".

Secretaria da Segunda Câmara Criminal , em Manaus, 27 de agosto de 2019.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e **prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Tamara Jessica Neves Ferreira (12363/AM) - Processo 4003563-82.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Tamara Jessica Neves Ferreira - Paciente: Kleber da Silva Almeida - Impetrado: Juizo de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Manaus - Relator: Djalma Martins da Costa

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 27 de agosto de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0272/2019

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 899A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0000626-98.2000.8.04.0012 (012.00.000626-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Altamiro Mitoso da Camara - Euzebio Ferreira da Costa - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: FABIO LUIS VALDEZ POLETTO (OAB 57671/RS) - Processo 0049859-15.2010.8.04.0012 (012.10.049859-3) - Cumprimento de sentença - Tutela Provisória - REQUERENTE: Sweda - Sistemas Eletrônicos da Amazônia - REQUERIDO: Contarégis Equipamentos de Controle S/a - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: Juntado o expediente positivo ou parcialmente positivo - bloqueio de valor inferior à dívida, reputa-se concretizada a penhora, dispensada a lavratura de termo, devendo a parte devedora ser intimada para fins de manifestação, no prazo legal. Intime-se.

ADV: WELLINGTON ARAÚJO DE OLIVEIRA (OAB 10146/AM), ADV: THIAGO NASCIMENTO DE BRITO E SILVA (OAB 9643/AM), ADV: AUGUSTO CESAR SANTOS PANTOJA (OAB 5976/AM), ADV: HELENA MARIE DA CUNHA FISH (OAB 4332/AM) - Processo 0211746-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO RICARDO DA COSTA - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: O Autor mostra o desinteresse em realizar audiência de conciliação, desta feita, percebe-se que não há o que se discutir nos autos, as partes são legítimas e estão devidamente representadas por seus procuradores. Ademais, entendo que não há necessidade de produção de novas provas. Destarte, anuncio o julgamento antecipado da lide, conforme prevê o art. 355, I do CPC/2015. Intimem-se as partes e voltem-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0253553-41.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Itautinga Agro Industria S/A - EXECUTADO: J. Castro da Silva - ME - Jorge Castro da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: GEYSILA FERNANDA MENDES DE MELO (OAB 6594/AM), ADV:

DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0602753-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Wilson da Silva Marinho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos etc.. Cuida-se de Ação de Revisional de Faturas de Abastecimento de Água com pedido de Tutela Provisória de Urgência ajuizada por Wilson da Silva Marinho contra Manaus Ambiental S/A, na qual, constituído o respectivo título executivo judicial, cuidou o executado de efetuar o pagamento do débito (fls. 70/73). É o relatório. Decido. Tendo o devedor satisfeito a obrigação que desencadeou a atuação jurisdicional e a constituição do próprio título executivo, JULGO EXTINTO O PROCESSO na forma do art. 924, II, do CPC. Expeça-se Alvará de Levantamento nos termos requeridos às fls. 74. Após o trânsito e julgado, arquive-se e dê-se baixa. P. R. I.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: RODRIGO SOUZA LACONI (OAB 9292/AM), ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM) - Processo 0604399-42.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Sebastiao Paes da Silva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Na forma do artigo 513 § 2º, do NCPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: MARY ELLEN BONATTO (OAB 11574/ES) - Processo 0604438-05.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Incovel Indústria e Comércio de Vestuário S/A - EXECUTADO: A e I Representacoes Comerciais - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: RADSON ROCHA DE ARAÚJO (OAB 6740/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0604687-53.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0660185-37.2018.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Mec dos Santos Topografia - Me - EXECUTADO: Direcional Rubi Empreedimentos Imobiliários Ltda - Vistos. Trata-se de apresentação em Juízo de acordo extrajudicial pactuado entre os litigantes, em que é requerido sua homologação após o cumprimento de seus termos. Entendo que o acordo deve ser homologado desde já, tendo em vista o princípio da celeridade processual e primazia pela autocomposição entre as partes, previsto no art. 3º, §2º, do NCPC. Dessarte, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada nestes autos da Ação de Embargos à Execução movida por MEC DOS SANTOS TOPOGRAFIA - ME contra DIRECIONAL RUBI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com fulcro no art. 487, III, "b", do NCPC. Determino que os autos sejam arquivados administrativamente, o que não impede o peticionamento das partes segundo os termo do acordo ora homologado. Em caso de descumprimento, valerá a presente sentença como título executivo judicial, cuja execução seguirá o rito do art. 523 e seguintes do NCPC, podendo o feito prosseguir através de simples peticionamento nos autos. Honorários advocatícios já distribuídos pelas partes. Arquivem-se . P. R. I.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0605455-81.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Raimundo Marques Queiroz - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: MARCOS LARA TORTORELLO (OAB 249247/SP), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0605954-26.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Comércio e Transportes Hernandes Ltda - EMBARGADO: Palhano Fomento Mercantil Ltda - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, fulcro no art. 920, II, segunda parte, do NCPC. Nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: RÉGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM) - Processo 0608077-94.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Edna Marquez de Menezes - EMBARGADA: Mayra Fukumoto - Kayra Fukumoto - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, fulcro no art. 920, II, segunda parte, do NCPC. Nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0608809-80.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Ana Virgínia Arakian Izel & Cia Ltda - REQUERIDO: PEDRO MÁRCIO GOMES BATISTA - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as despesas postais (correio/ar), necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 26 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB

118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609439-73.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Angela da Silva Janeiro - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0610211-02.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Esperança Confecções Ltda - Ali Hussein Bawab - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0610366-05.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: HERBERT HENRIQUE PUCU BARRETO - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: RAIMUNDO ALFREDO BRITO DA SILVA (OAB 9709/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTERIRO (OAB 1080A/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: MARCOS OSAMO BASTO TAKEDA (OAB 3739/AM) - Processo 0611369-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cleowillot de Freitas Santos - REQUERIDO: América Veículos Ltda - Ford Motor Company Brasil Ltda - Primeiramente, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. No mais, DEFIRO o pedido de colheita do depoimento pessoal da parte autora. Determino, desde já, seja pautada audiência de instrução e julgamento. Outrossim, DEFIRO o pedido de prova pericial requerida pelas rés. Nomeio como perito o Sr. ANTONIO DIMAEL DE ALMEIDA LOPES, engenheiro, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que pericie o carro do autor objeto dos autos. Determino à Secretaria que intime a referida expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, como acima apontado. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data determinada pelo perito para realizar vistoria do veículo Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá às partes requeridas ratearem os honorários do perito, porque ambas requereram referida prova, conforme se denota das fls. 191 e 242, vide art. 95, “caput”, do NCPC. Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0612115-23.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EXECUTADO: MM Turismo - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: MAGDA RAQUEL GUIMARÃES FERREIRA (OAB 724A/AM), ADV: JOÃO CARLOS BEZERRA DA SILVA (OAB 6262/AM) - Processo 0616253-72.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0242696-28.2013.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Prisma Fomento Mercantil Ltda - EXECUTADO: Prince Bike Norte ltda - Estevam Edson Chen - Chen Hwa Yu - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: RICARDO VIEIRA RODRIGUES (OAB 8801/AM), ADV: ANA TEREZA GUIMARAES ALVES (OAB 9552/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: LUCELIA ALVES RIBEIRO DA SILVA (OAB 10009/RN), ADV: MANOEL TARCISIO C. DE AGUIAR FILHO (OAB 10446/RN) - Processo 0616984-34.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ELCINEY MARIA DE LIMA PINHEIRO - REQUERIDO: Banco BMG S/A - LITSPASSIV: Banco Itaú S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XVII - Intimação das partes para manifestação sobre o laudo pericial apresentado, no prazo legal;

ADV: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA (OAB 13463/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DOUGLAS BARBOSA DE LIMA (OAB 14511AM), ADV: YURI DOURADO DE ANDRADE (OAB 12309/AM), ADV: MARCUS VINÍCIUS BESSA MENEZES (OAB 12285/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0617604-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Juvencio Vitorino de Menezes Filho - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, Nomeio como perito o Sr. Bruno Prestes de Oliveira , perito contábil, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para atuar no presente caso. Pontuo que, em razão da parte que requereu a perícia ser beneficiária da justiça gratuita, serão pagos honorários ao expert no montante estabelecido pela Portaria nº 1233/2012, conforme art. 95, §3º, II, do NCPC. Assim, determino à Secretaria que intime o perito acima nomeado para que, no prazo de 05 dias: i) diga se aceita o encargo nos termos acima explicitados; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, bem como dispenso a apresentação de proposta de honorários, visto os motivos acima

alinhavados. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data determinada pelo perito para vistoria/da colheita das assinaturas/do dia em que forem enviados os documentos a serem periciados. Ficam as partes intimadas para apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar desta decisão. Determino à Secretaria que: Publique esta decisão para que as partes fiquem intimadas do seu conteúdo decisório; e, intime o perito aqui nomeado para, em 5 dias: i) dizer se aceita o encargo nos termos acima explicitados; ii) apresentar seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC; Caso o perito recuse o encargo, voltem os autos conclusos para despacho, para que seja nomeado outro profissional. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0617702-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jose da Rocha Loureiro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Proceda-se a citação da parte Requerida, por meio eletrônico, como também, intimem-se as partes a respeito do Laudo Pericial, apresentado, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos.

ADV: CRISTIANE MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9080/AM), ADV: MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM) - Processo 0617718-14.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: STEPHAN HOFER - REQUERIDA: MILENE SILVA DE PAULO - Vistos. Primeiramente, consigno que deixo para analisar as preliminares por ocasião da sentença. No mais, DEFIRO os pedidos de colheita de depoimento pessoal da autora e de oitiva de testemunhas. Abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referida prova. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, "caput", do NCPC. Dessarte, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0618917-42.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco de Assis Lima Tomaz - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LENILTON FORTUNATO DE OLIVEIRA (OAB 2025/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0621065-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ml Santos Comércio de Alimentos Ltda - Me - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Manaus, 26 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0621267-95.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ronne Von Silva da Cunha - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Intime-se o autor, através de seu advogado, para informar se houve a perícia.

ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: TIAGO MARTINS SISTO (OAB 226018/SP) - Processo 0621888-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Matusalem Goncalves Fernandes - REQUERIDO: Banco da Amazônia S/a. - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Manaus, 26 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0622400-17.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria Joscileide Garcia Alves - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e outro - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0622944-92.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Inaria de Figueiredo Costa - EMBARGADA: Deuza Souza e Silva - José Cavalcante da Silva - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, fulcro no art. 920, II, segunda parte, do NCPC. Nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0623788-52.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: COSTA E MENEZES LTDA (SOLIMÕES MADEIRAS E MAT. CONSTRUÇÃO) - REQUERIDO: M F Lustosa Brasil - BANCO ITAÚ S/A - Vistos etc.. Cuida-se de Ação de Cancelamento dos Efeitos do Protesto c/c Declaratória de Inexgibilidade de Título Executivo e Indenização por Danos Morais com Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela ajuizada por COSTA E MENEZES LTDA (SOLIMÕES MADEIRAS E MAT. CONSTRUÇÃO) contra M. F. LUSTOSA BRASIL e BANCO ITAÚ S/A., na qual, constituído o respectivo título executivo judicial, cuidou o executado de efetuar o pagamento do débito (fls. 290). É o relatório. Decido. Tendo o devedor satisfeito a obrigação que desencadeou a atuação jurisdicional e a constituição do próprio título executivo, JULGO EXTINTO O PROCESSO na forma do art. 924, II, do CPC. Expeça-se o Alvará de Levantamento. Após, arquivem-se e dê-se baixa. P. R. I.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0623835-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Dirlan Tavares Paiva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0624595-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Sidiney Araujo Gloria - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, etc... Tendo em

vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM) - Processo 0624687-45.2016.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: Moises Fernandes Rabelo - REQUERIDO: Denison Cavalcante Oliveira - Auto Escola Alves Ltda ME - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: ADAM SILVA DE AZEVEDO (OAB 9745/AM), ADV: LIA CAROLINA SANTOS DA SILVA (OAB 6874/AM), ADV: LUIZ PAULO FERNANDES (OAB 10080/AM), ADV: MARCOS DE REZENDE ANDRADE JÚNIOR (OAB 188846/SP), ADV: RODRIGO DO NASCIMENTO NUNES (OAB 8751/AM) - Processo 0624735-38.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MARIA GONÇALVES DA SILVA - REQUERIDO: L M NAVEGAÇÃO E TRANSPORTE LTDA - LISTPASSIV: Silvia de Oliveira Atem - Liberty Seguros - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Manifestem-se às partes acerca da proposta apresentada pelo Sr(a). Expert em 05 (cinco) dias.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: RENATA BARBOSA RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 12605/AM), ADV: ANTÔNIO ADALBERTO MAGALHÃES MARTINS (OAB 2792/AM), ADV: ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 1628/AM), ADV: EDUARDO DAVID BARBOSA GUIMARÃES (OAB 7684/AM) - Processo 0624930-86.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Serviços Profissionais - EXEQUENTE: F.R.P.S. - EXECUTADO: A.E.L.S.B. e outro - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: ANTONIO MARQUES FILHO (OAB 73266/MG), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0626208-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amarcia Andreia dos Santos Aragão - REQUERIDO: Clínica Odontológica Meu Dentista Ltda-me - Determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, no prazo de 05 dias, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626287-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marcelo de Oliveira Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Proceda-se a citação da parte Requerida, por meio eletrônico, como também, intimem-se as partes a respeito do Laudo Pericial, apresentado, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0626615-31.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: VALDERINO PEREIRA DA SILVA - REQUERIDO: Paulo Farias Imoveis LTDA - Posto isso, resolvo o mérito do processo, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC e, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para ipso facto adjudicar em favor do autor os seguintes imóveis: a) Loteamento Itacolomi, Lote 10, quadra 08, frente 10,00m, perímetro 70,00m, área 250 m², rua F, fundo 25m, norte: limita-se com rua F m1/m2, dist. 10m, leste: limita-se com lote 08 m2/m3, dist, 25m, sul: limita-se c/lote 09 m3/m4 dist. 10m, oeste: limita-se c lote 12 m4/m1 dist. 25 m (fls. 21); b) Loteamento Itacolomi, Lote 12, quadra 08, frente 10,00m, perímetro 70,00m, área 250 m², rua F, fundo 25m, norte: limita-se com rua F m1/m2, dist. 10m, leste: limita-se com lote 10 m2/m3, dist, 25m, sul: limita-se c/lote 11 m3/m4 dist. 10m, oeste: limita-se c lote 14 m4/m1 dist. 25 m (fls. 21); Servirá está como título hábil à transcrição perante o registro imobiliário competente, uma vez atendidas as exigências fiscais (fls. 26/27). Expeça-se mandado de intimação ao 4º Ofício de Registro de Imóveis para que o mesmo realize o desmembramento a partir da matrícula nº 6.445, tendo como característica dos novos lotes os já descritos nesta decisão, ambos a serem adjudicados em nome do autor VALDERINO PEREIRA DA SILVA. A emissão do mandado fica condicionada ao pagamento de custas do expediente, que deverão ser pagas no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário, acessível no stítio eletrônico do TJ;AM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM. Pela sucumbência, condeno a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) do valor dado à causa, nos termos do art. 85, § 2º, do NCPC. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimentos, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I. Manaus, 23 de agosto de 2019 Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0626638-69.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: José Carlos Barboza de Melo - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: SACHA BATISTA CARNEIRO (OAB 18086/PA), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0626999-28.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Jose Miguel Loureiro da Costa Lima Filho - EXECUTADO: Cláudio Ferreira de Andrade - Supermercado Ceara Comercio de Alimentos - José Cavalcante da Silva - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS (OAB 5630-A/TO) - Processo 0628051-20.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bonsucesso S.a. - REQUERIDO: Daniel Williams Lopes de Oliveira - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo

especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO (OAB 32786/PE), ADV: MARCELO AUGUSTO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 3632/AM) - Processo 0628269-82.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Tim Celular S/A - EMBARGADO: Empresa Jornal do Comercio Ltda - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628431-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jackeline de Souza Ramos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Proceda-se a citação da parte Requerida, por meio eletrônico, como também, intimem-se as partes a respeito do Laudo Pericial, apresentado, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0628988-35.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despesas Condominiais - REQUERENTE: COENCIL-Comércio, Importação e Exportação Ltda - REQUERIDO: Daniel Pinheiro Texeira Guedes - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Primeiramente, deixo para analisar as questões preliminares na ocasião da sentença. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 5533/AM), ADV: CAROLINA GOMES MAR (OAB 8627/AM) - Processo 0630993-59.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Requinte Comércio de Alimentos Ltda. - EMBARGADO: Bvlog Logística Ltda. - Caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0631184-07.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Maristoteles Rodrigues da S Filho - EMBARGADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Diga a Embargante sobre a impugnação à concessão de gratuidade, apresentada no bojo dos embargos a execução, em 05 dias. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: GABRIELA BARILE TAVARES (OAB 4485/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM), ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0631745-07.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: T de Castro Pereira - ME - REQUERIDO: Centro Italia Assessoria de Imoveis Ltda - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632840-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ana Rosa Santos Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Proceda-se a citação da parte Requerida, por meio eletrônico, como também, intimem-se as partes a respeito do Laudo Pericial, apresentado, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0633066-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: N. G. Representacao Comercial de Vestuario, Moveis e Eletros - Eireli ME - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: GABRIELA COSTA MACHADO (OAB 11300/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0634465-39.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ney Pereira da Costa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Do exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC, Julgo Improcedente o pedido deduzido na inicial. Condeno, ainda, a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do NCPC. Suspensa a exigibilidade, nos termos do art. 98, §2 e 3º, do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: LÍVIA SÁ PEIXOTO FRAXE DA COSTA (OAB 5113/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: JOÃO ANTONIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV:

CRISTIANE GANDA RIBEIRO (OAB 11885/AM), ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0634902-51.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empreitada - REQUERENTE: Construtora Soma Ltda - REQUERIDO: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Primeiramente, deixo para analisar as questões preliminares por ocasião da sentença. No mais, quanto ao enquadramento da autora como consumidora, o art. 2º, do CDC, é claro em afirmar que consumidor é destinatário final, sendo que destinatário final interpreta-se através do prisma econômico e fático, chamando tal posicionamento de teoria finalista. No entanto, a jurisprudência do STJ adota, pacificamente, a teoria finalista aprofundada, que entende que mesmo que o consumidor não seja destinatário final econômico, isto é, adquira um bem de produção para inseri-lo diretamente em sua atividade produtiva, em se identificando vulnerabilidade em razão de desequilíbrio na relação entre as partes, a norma consumerista deverá incidir sobre o caso. No caso sub examine, entendo que a ré tem porte econômico e administrativo suficiente para acompanhar a execução contratual sem qualquer dificuldade de ordem técnica, vez que poderia contratar algum profissional para lhe prestar consultoria sobre qualquer questão técnica que surgisse. Nesses termos, entendo que a demandada não é vulnerável frente a autora, de modo que não é aplicável ao caso a teoria finalista mitigada. Dessarte, INDEFIRO a aplicação do CDC ao caso em comento. Ainda, INDEFIRO o chamamento do INSS como terceiro interessado no feito, visto que não vislumbro qualquer interesse jurídico deste na resolução do mérito dos autos. Ademais, as alegações que a demandada pretende provar com referida intervenção podem ser comprovadas por outros meios. No mais, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça em prol da requerida, visto que, conforme pontuado pelo acórdão do 2º grau, colacionado às fls. 384/392, o fato da ré ser instituição sem finalidade lucrativa, por si só, não é fator suficiente para que lhe seja deferido referido benefício. Outrossim, o artigo 14, do CTN, mencionado pela ré como fundamento de seu pedido, aplica-se apenas a impostos, espécie de tributo distinta da taxa judiciária de custas processuais. Noutro giro, defiro o pedido de prova pericial requerida pela ré. Nomeio como perita a Sra. ALESSY AGUIDAMARA CORRÊA DA SILVA, contadora, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que pericie os documentos indicados pela ré às fls. 405/406/407 deste caderno processual. Determino à Secretaria que intime a referida expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, como acima apontado. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data determinada pelo perito para vistoria dos documentos na sede da requerida. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá à parte requerida pagar os honorários do perito, porque foi quem requereu prova pericial, às fls. 405/407, vide art. 95, “caput”, do NCPC. Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II -Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM) - Processo 0634976-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Boulevard Panificadora e Conveniência Ltda Epp - Mary Amélia Barros Muniz Tuma - Gabriel Muniz Tuma - Julio Antônio Tuma - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII c/c art. 775, ambos do Novo Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0635747-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Aline Cajuhy Trigueiro - Lucas Cajuhy Trigueiro - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - Pdg Incorporadora, Construtora, Urbanizadora e Corretora Ltda. - Aliança Incorporadora Ltda - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum Cível intentada por Aline Cajuhy Trigueiro em desfavor de Gonder Incorporadora Ltda.. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 80). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637578-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Helena Soares da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Proceda-se a citação da parte Requerida, por meio eletrônico, como também, intimem-se as partes a respeito do Laudo Pericial, apresentado, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0638325-82.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: DPM - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MAGISTRAL LTDA. - REQUERIDO: A de S Mayo - ME (Distribuidora Júnior) - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0641189-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marli Souza da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, e determino que se intime a parte requerente para recolher, de forma parcelada, o valor aproximado de R$ 993,60 (novecentos e noventa e três reais e sessenta centavos), referente às custas judiciais e despesas processuais, em 06 (seis) prestações, devendo a primeira ser paga em até 5 (cinco) dias, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do CPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/201, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. À secretaria para: Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento parcial das custas, retornem-me os autos conclusos para apreciação da Tutela Antecipada, na fila de Despacho Inicial. Int. Manaus, 26 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP) - Processo 0641398-28.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Multisegmentos Npl Ipanema Vi - Não Padronizado - EXECUTADO: Wd Transportes e Serviços Financeiros Ltda- Me - Wiles Douglas Aquino de Souza - Art. 1º.

Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0641445-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimunda Conceição da Silva Garcia - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, Analisando os autos constato que a sentença prolatada foi publicada no DJE em nome dos advogados Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque, Luciano Mauro Nascimento Albuquerque e Hendrya Karnopp Albuquerque. A partir de então iniciou-se a contagem do prazo processual correspondente (art. 1.003, § 5º do NCPC). A posterior habilitação da advogada Marina Bastos da Porciuncula Benghi, inscrita na OAB/PE sob o nº 983-A, não tem o condão de afastar a ciência e intimação dos atos publicados em nome dos advogados outrora constituídos. Assim, tem-se que a intimação foi válida e regular, de forma que o prazo transcorre incólume. Outrossim, consigno que o julgado mencionado pelo peticionante não se amolda à presente situação.Trata-se, aqui, de mudança de advogado logo após a intimação e consequente início de contagem de prazo processual. Nesse caso, a concessão de novo prazo decorrente de renovação da publicação implica indevido benefício à parte, que gozará de concessão duplicada de prazo. Expostas tais razões, DEFIRO a habilitação, devendo a Secretaria proceder ao cadastro no SAJ, mas INDEFIRO a restituição do prazo, uma vez que foram atendidas as disposições do art. 272, § 2º, do NCPC.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0641488-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Marcela Soares de Araujo - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, e determino que se intime a parte requerente para recolher, de forma parcelada, o valor aproximado de R$ 1.312,56 (hum mil, trezentos e doze reais e cinquenta e seis centavos), referente às custas judiciais e despesas processuais, em 05 (cinco) prestações, devendo a primeira ser paga em até 5 (cinco) dias, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do CPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/201, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. À secretaria para: Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento parcial das custas, retornem-me os autos conclusos para apreciação da Tutela Antecipada, na fila de Despacho Inicial. Int. Manaus, 26 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0642590-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Terezinha de Oliveira Azedo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 26 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: EDISON BERNARDO DE SOUSA (OAB 10185/GO) - Processo 0642882-44.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Mix Componentes Automotivos Ltda - EXECUTADO: Dario Picanço Balieiro - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; O AR foi entregue a pessoa diversa da parte Requerida. Manifeste-se a autora. Prazo: 10 dias.

ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM) - Processo 0644301-31.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Parente Andrade Ltda. - REQUERIDO: Petrobras Transporte S/A - Transpetro - Trata-se de Ação Monitória, cujo prova escrita, sem eficácia de título executivo que afirma, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento da quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). A inicial, está devidamente instruída e de acordo com os §§ 2º a 5º do art. 700 do NCPC, sendo, ainda, evidente o direito da parte autora, DEFIRO, de plano, a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, CONCEDENDO o prazo de quinze (15) dias para o cumprimento e o pagamento dos honorários advocatícios de cinco (05) por cento do valor atribuído à causa (NCPC, art. 701, caput), ficando isento das custas processuais se cumprir o mandado no prazo (NCPC, art. 701, § 1º). Caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (NCPC, art. 701, § 2º). A parte requerida deverá ser intimada, ainda, da faculdade do art. 916 do NCPC. Contudo, a citação, dar-se-á por meio de carta, modalidade preferencial contida no art. 246, inciso I, do NCPC, tendo à parte Requerente, no prazo de dez (10) dias, arcar com a despesa prévia, conforme determina a Portaria deste Egrégio Poder, com a comprovação do pagamento da diligência que, deverá ser juntada aos autos. Em não havendo o recolhimento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM), ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM) -

Processo 0644322-75.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Julio Cezar Arruda - REQUERIDO: Antoniele Messias de S. Ferreira - Primeiramente, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0644359-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Aroldo Negreiros de Araujo - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644747-34.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Armando Macedo Shapiama - Trata-se de Ação Monitória, cujo prova escrita, sem eficácia de título executivo que afirma, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento da quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). A inicial, está devidamente instruída e de acordo com os §§ 2º a 5º do art. 700 do NCPC, sendo, ainda, evidente o direito da parte autora, DEFIRO, de plano, a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, CONCEDENDO o prazo de quinze (15) dias para o cumprimento e o pagamento dos honorários advocatícios de cinco (05) por cento do valor atribuído à causa (NCPC, art. 701, caput), ficando isento das custas processuais se cumprir o mandado no prazo (NCPC, art. 701, § 1º). Caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (NCPC, art. 701, § 2º). A parte requerida deverá ser intimada, ainda, da faculdade do art. 916 do NCPC. Contudo, a citação, dar-se-á por meio de carta, modalidade preferencial contida no art. 246, inciso I, do NCPC, tendo à parte Requerente, no prazo de dez (10) dias, arcar com a despesa prévia, conforme determina a Portaria deste Egrégio Poder, com a comprovação do pagamento da diligência que, deverá ser juntada aos autos. Em não havendo o recolhimento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644806-22.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Nilza Bragança Rodrigues - Trata-se de Ação Monitória, cujo prova escrita, sem eficácia de título executivo que afirma, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento da quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). A inicial, está devidamente instruída e de acordo com os §§ 2º a 5º do art. 700 do NCPC, sendo, ainda, evidente o direito da parte autora, DEFIRO, de plano, a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, CONCEDENDO o prazo de quinze (15) dias para o cumprimento e o pagamento dos honorários advocatícios de cinco (05) por cento do valor atribuído à causa (NCPC, art. 701, caput), ficando isento das custas processuais se cumprir o mandado no prazo (NCPC, art. 701, § 1º). Caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (NCPC, art. 701, § 2º). A parte requerida deverá ser intimada, ainda, da faculdade do art. 916 do NCPC. Contudo, a citação, dar-se-á por meio de carta, modalidade preferencial contida no art. 246, inciso I, do NCPC, tendo à parte Requerente, no prazo de dez (10) dias, arcar com a despesa prévia, conforme determina a Portaria deste Egrégio Poder, com a comprovação do pagamento da diligência que, deverá ser juntada aos autos. Em não havendo o recolhimento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ADELAIDE DA COSTA NOVO ANTONY (OAB 1361/AM), ADV: ALEXANDRE PENA DE CARVALHO (OAB 4208/AM), ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 666A/AM), ADV: TERESA CRISTINA CORRÊA DE PAULA NUNES (OAB 4976/AM), ADV: CLOTILDE MIRANDA MONTEIRO DE CASTRO (OAB 8888/AM), ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM), ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM), ADV: FLÁVIO CORDEIRO ANTONY (OAB 1040/AM), ADV: FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO (OAB 6910/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM) - Processo 0644827-32.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: J. G. Construções e Transportes Ltda - EMBARGADO: Daniel Correa Oliveira - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0644916-21.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - REQUERIDO: Firma Participações Empresariais Ltda. - De atenta análise dos autos, observo que há um equívoco quanto ao valor da causa, uma vez que foram considerados os honorários advocatícios para a obtenção do montante final, conforme tabela de fls. 134/137. Dessarte, determino que seja intimada a parte autora para emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias e dar o valor correto à ação (valor total dos títulos), sob pena de extinção. Por sua vez, no que tange à concessão da gratuidade de justiça, o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Nesse contexto, o art. 98, do CPC estabelece que “A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com

insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei." Dessa forma, é entendimento sumulado do STJ que o pedido de gratuidade relativo a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, deve, necessariamente vir instruído de comprovação da condição de hipossuficiência, in verbis: "Súmula 481/STJ - Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." No caso em tela, o autor da ação é ente despersonalizado, contudo, segundo os precedentes do STJ, sujeita-se ao mesmo regime das pessoas jurídicas no tocante ao requerimento de justiça gratuita, com aplicação análoga da súmula 481 do STJ. Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade e deferimento do pagamento de custas ao final, é dever legal facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo. Assim, a parte requerente deverá, em igual prazo de 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) declaração de renda apresentada à Receita Federal; b) cópia dos balancetes financeiros, dos últimos três meses; c) cópia do fluxo de caixa direto, dos últimos três meses. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 26 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM) - Processo 0644950-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Antônio Cleuder Lima da Silva - REQUERIDA: Maria José Costa da Silva - Nesse diapasão, reconheço a incompetência desta Vara Cível e de Acidentes de Trabalho para processar e julgar a presente ação, eis que declino a competência em prol das Varas de Família desta Comarca. Ao Setor de Distribuição, para que ocorra a redistribuição do feito. Int. Cumpra-se

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644958-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manuel Filgueira de Souza - Trata-se de Ação Monitória, cujo prova escrita, sem eficácia de título executivo que afirma, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento da quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). A inicial, está devidamente instruída e de acordo com os §§ 2º a 5º do art. 700 do NCPC, sendo, ainda, evidente o direito da parte autora, DEFIRO, de plano, a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, CONCEDENDO o prazo de quinze (15) dias para o cumprimento e o pagamento dos honorários advocatícios de cinco (05) por cento do valor atribuído à causa (NCPC, art. 701, caput), ficando isento das custas processuais se cumprir o mandado no prazo (NCPC, art. 701, § 1º). Caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (NCPC, art. 701, § 2º). A parte requerida deverá ser intimada, ainda, da faculdade do art. 916 do NCPC. Contudo, a citação, dar-se-á por meio de carta, modalidade preferencial contida no art. 246, inciso I, do NCPC, tendo à parte Requerente, no prazo de dez (10) dias, arcar com a despesa prévia, conforme determina a Portaria deste Egrégio Poder, com a comprovação do pagamento da diligência que, deverá ser juntada aos autos. Em não havendo o recolhimento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0645007-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francisco Sidney da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). No caso em tela, verifico que o Requerente se identifica como funcionário público na inicial, portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 26 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0645206-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Adalgiza de Oliveira Monteiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA

GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 26 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM) - Processo 0645375-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Conveniência Refeições Ltda - REQUERIDO: Companhia de Seguros Aliança do Brasil - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". O Art. 98, do Código de Processo Civil, por sua vez, estabelece que "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei." Já o art. 99, § 3º, do mesmo diploma dispõe que "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural." Ou seja, o pedido de gratuidade relativo a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, deve, necessariamente vir instruído de comprovação da condição de hipossuficiência. Nesse exato sentido, a posição sumulada pelo Superior Tribunal de Justiça: "Súmula 481/STJ - Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." No caso em tela, os argumentos aduzidos pela parte autora não possuem força probante necessária para demonstrar a total ausência de receitas e patrimônio, suficiente para inviabilizar a assunção dos ônus decorrentes desta demanda. É importante observar que a simples presença de dívidas e protestos e até mesmo eventual pedido de recuperação judicial e falência não se revelam suficientes para demonstrar a "impossibilidade" no recolhimento das custas e despesas, já que a empresa pode ter outros bens suficientes para saldá-las. Portanto, deferir o benefício, que, em última análise, é custeado pelo Estado, equivaleria a carrear à população os ônus que deveriam ser pagos pela requerente, o que não pode ser admitido. Nessas condições, antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) apresentada à Receita Federal; b) cópia dos balancetes financeiros, dos últimos três meses; Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 26 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM) - Processo 0646907-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Neves - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Primeiramente, deixo para analisar as questões preliminares por ocasião da sentença. No mais, reconheço a incidência das normas consumeristas ao caso em comento, visto que a autora foi vítima de acidente de consumo, sendo, portanto, consumidor bystander, nos moldes do art. 17, do CDC. Dessarte, inverto o ônus da prova, ante a hipossuficiência no plano técnico e probatório do autor, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC Na oportunidade, intimo a requerida para que decline a finalidade da perícia, seu objeto e indique a especialidade do perito, no prazo de 05 dias. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, pautе-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial pela parte autora, deve a mesma indicar a finalidade, objeto e natureza da perícia. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas ou se mantenha inerte a requerida quanto aos esclarecimentos necessários ao deferimento da prova pericial, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: RADSON ROCHA DE ARAÚJO (OAB 6740/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0660185-37.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Direcional Rubi Empreedimentos Imobiliários Ltda (filial) - EMBARGADO: Mec dos Santos Topografia - Me - Vistos, etc... Trata-se de apresentação em Juízo de acordo extrajudicial pactuado entre os litigantes, em que é requerido sua homologação após o cumprimento de seus termos. Entendo que o acordo deve ser homologado desde já, tendo em vista o princípio da celeridade processual e primazia pela autocomposição entre as partes, previsto no art. 3º, §2º, do NCPC. Dessarte, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada nestes autos da Ação de Embargos à Execução movida por MEC DOS SANTOS TOPOGRAFIA - ME contra DIRECIONAL RUBI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com fulcro no art. 487, III, "b", do NCPC. Determino que os autos sejam arquivados administrativamente, o que não impede

o peticionamento das partes segundo os termo do acordo ora homologado. Em caso de descumprimento, valerá a presente sentença como título executivo judicial, cuja execução seguirá o rito do art. 523 e seguintes do NCPC, podendo o feito prosseguir através de simples peticionamento nos autos. Honorários advocatícios já distribuídos pelas partes. Arquivem-se . P. R. I.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0660910-26.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADO: Mezaqui Ferreira da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: Juntado o expediente positivo ou parcialmente positivo - bloqueio de valor inferior à dívida, reputa-se concretizada a penhora, dispensada a lavratura de termo, devendo a parte devedora ser intimada para fins de manifestação em 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA, ADV: SARAH TALIÁ BEZERRA SERUDO (OAB 4934/AM), ADV: LARISSA RETTO DUTRA (OAB 5143/AM) - Processo 0703325-34.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Sarah Taliá Bezerra Serudo - REQUERIDA: Ama Empreedimento Comércio e Indústria Ltda - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0705442-95.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: JFBM Participações - Gold Brasil Logística Ltda - REQUERIDO: Formapack embalagens Plásticas Ltda. - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: Juntado o expediente positivo ou parcialmente positivo - bloqueio de valor inferior à dívida, reputa-se concretizada a penhora, dispensada a lavratura de termo, devendo a parte devedora ser intimada para fins de Impugnação, no prazo legal. Intime-se.

ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0718283-25.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transporte de Coisas - REQUERENTE: CM Distribuidora de Alimentos Ltda - REQUERIDA: LLA Distribuidora Ltda - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM), ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM) - Processo 0718283-25.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transporte de Coisas - REQUERENTE: CM Distribuidora de Alimentos Ltda - REQUERIDA: LLA Distribuidora Ltda - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: RICARDO DE PAULA RIBEIRO (OAB 15928/DF), ADV: MARIA FERNANDA PULCHERIO DE MEDEIROS CAMPOS (OAB 30340/DF) - Processo 0719642-10.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia Arquitetura e Agronomia - EXECUTADO: Celso Pereira de Oliveira - Maura Rodrigues de Oliveira - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

Adam Silva de Azevedo (OAB 9745/AM)
Adelaide da Costa Novo Antony (OAB 1361/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandre Pena de Carvalho (OAB 4208/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
ANA TEREZA GUIMARAES ALVES (OAB 9552/RN)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Ananias Ribeiro de Oliveira Júnior (OAB 1628/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Adalberto Magalhães Martins (OAB 2792/AM)
Antonio Marques Filho (OAB 73266/MG)
Aquila Reissy Andrade da Gama (OAB 13463/AM)
Augusto Cesar Santos Pantoja (OAB 5976/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB 5910/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Carolina Gomes Mar (OAB 8627/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Celso de Faria Monteriro (OAB 1080A/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Clotilde Miranda Monteiro de Castro (OAB 8888/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiana Vasconcelos Borges Martins (OAB 5630-A/TO)
Cristiane Ganda Ribeiro (OAB 11885/AM)
Cristiane Moraes de Oliveira (OAB 9080/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Douglas Barbosa de Lima (OAB 14511AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Edison Bernardo de Sousa (OAB 10185/GO)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Eduardo David Barbosa Guimarães (OAB 7684/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Fabio Luis Valdez Poletto (OAB 57671/RS)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flávio Cordeiro Antony (OAB 1040/AM)
Flávio Cordeiro Antony Filho (OAB 6910/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Gabriela Barile Tavares (OAB 4485/AM)
Gabriela Costa Machado (OAB 11300/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Geysila Fernanda Mendes de Melo (OAB 6594/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 899A/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)

Helena Marie da Cunha Fish (OAB 4332/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Igson de Oliveira Andrade (OAB 5533/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
João Antonio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Carlos Bezerra da Silva (OAB 6262/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Retto Dutra (OAB 5143/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lenilton Fortunato de Oliveira (OAB 2025/AM)
LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO (OAB 32786/PE)
Lia Carolina Santos da Silva (OAB 6874/AM)
Lívia Sá Peixoto Fraxe da Costa (OAB 5113/AM)
LUCELIA ALVES RIBEIRO DA SILVA (OAB 10009/RN)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz Paulo Fernandes (OAB 10080/AM)
Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB 724A/AM)
MANOEL TARCISIO C. DE AGUIAR FILHO (OAB 10446/RN)
Marcelo Augusto Andrade de Oliveira (OAB 3632/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marcos de Rezende Andrade Júnior (OAB 188846/SP)
Marcos Lara Tortorello (OAB 249247/SP)
Marcos Osamo Basto Takeda (OAB 3739/AM)
Marcus Vinícius Bessa Menezes (OAB 12285/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Fernanda Pulcherio de Medeiros Campos (OAB 30340/DF)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mary Ellen Bonatto (OAB 11574/ES)
MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Orlando Patrício de Sousa
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Radson Rocha de Araújo (OAB 6740/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Raimundo Alfredo Brito da Silva (OAB 9709/AM)
Régis Ferreira Machado (OAB 10077/AM)
Renata Barbosa Ribeiro de Oliveira (OAB 12605/AM)
Ricardo de Paula Ribeiro (OAB 15928/DF)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Ricardo Vieira Rodrigues (OAB 8801/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo do Nascimento Nunes (OAB 8751/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Souza Laconi (OAB 9292/AM)
Sacha Batista Carneiro (OAB 18086/PA)
Sarah Taliá Bezerra Serudo (OAB 4934/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 666A/AM)
Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes (OAB 4976/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Thiago Nascimento de Brito e Silva (OAB 9643/AM)
Tiago Martins Sisto (OAB 226018/SP)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wellington Araújo de Oliveira (OAB 10146/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)
Yuri Dourado de Andrade (OAB 12309/AM)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0330/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0225802-06.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0610117-88.2015.8.04.0001) (processo principal 0610117-88.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP), ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM) - Processo 0243260-36.2015.8.04.0001 (processo principal 0011223-68.1996.8.04.0012) - Cumprimento de sentença - Cheque - EXEQUENTE: BRF - Brasil Foods S/A - EXECUTADO: Brasbol Frigorífico Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0249432-23.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Marlúcia da Silva Freire - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0600548-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adimplemento e Extinção - REQUERENTE: Jefferson C. da S. Andrade - ME - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0601349-71.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de Hipoteca - REQUERENTE: Marco Antônio Ricci Corrêa Júnior e outro - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - Banco Bradesco S/A - DIANTE DO EXPOSTO, julgo improcedente a

impugnação ao cumprimento de sentença e, diante do pagamento, por conseguinte, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Autorizada a expedição do alvará para levantamento da quantia depositada a partir do dia 29/08/2019. Transitada em julgado, arquive-se com as cautelas legais

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0601827-50.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602460-61.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602693-58.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0606241-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: M. I. A. da Silva Comércio - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0606304-19.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: ANDRÉ GUSTAVO SALVADOR KAUFFMAN (OAB 126991RJ) - Processo 0606771-27.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Elevadores Atlas Schindler Ltda. - REQUERIDO: Fucapi - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LARISSE SILVA OLIVEIRA (OAB 37385/BA) - Processo 0609933-35.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria Lúcia de Castro da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609943-79.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615672-47.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada no sistema conveniado (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: JERRY LÚCIO DIAS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11272/AM), ADV: GEORGES DE MOURA FERREIRA (OAB 19700/GO) - Processo 0616735-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente Aéreo - REQUERENTE: Itaciara Pantoja Ribeiro - REQUERIDO: Tio Taxi Aéreo Ltda. - Moreno Viagens e Turismo Ltda. - ME e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Sr. Perito para que apresente o laudo pericial, no prazo de 05 (cinco) dias, tendo em vista o término do prazo estabelecido pelo juízo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0617255-09.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NAIRAH DE CARVALHO PIRES (OAB 10176/AM), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM) - Processo 0617622-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Estado do Amazonas - SINTEAM - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB A1133/AM) - Processo 0618203-48.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: Eduardo dos Santos Gomes - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: MARCELA MIRA D'ARBO (OAB 190456SP) - Processo 0619046-76.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Kidsword Comercial Eireli - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0619195-67.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Sd Comércio de Veículos Ltda - Ante o exposto, indefiro a petição inicial e declaro o feito extinto sem resolução de mérito da forma do art. 485, inc. I, do CPC.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0620167-08.2017.8.04.0001 - Execução de

Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Lusitano - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: JEAN CARLOS SIQUEIRA DE SOUZA (OAB 8165/AM) - Processo 0620823-91.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Jesus Candido da Silva - REQUERIDA: Luciene Silva do Nascimento - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0625423-97.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Sidney Farias Fernandes - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0627727-30.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Cleiton Nilton da Silva Porfiro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALFREDO GLUCK YOUNG (OAB 1838/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0628972-76.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: William Lemos da Costa - REQUERIDO: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0629120-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Carlos Roberto Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro - SCMS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0629734-05.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Alongelsia Matos de Souza - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629921-03.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: ANA CAROLINA JANSEN PEREIRA DE ARAÚJO PRADO (OAB 7510/AM) - Processo 0630325-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Cristiane Carneiro da Silva - REQUERIDO: Banco Itaú S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da proposta de acordo de fls. 211/212, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0630532-53.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM) - Processo 0633237-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ilson José dos Santos Júnior - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0634652-47.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls.235-237, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0635727-92.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriana da Silva Matos - REQUERIDO: Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com os termos do despacho de fl. 597, intimo as

partes interessadas para que se manifestem acerca dos cálculos apresentados pela Contadoria, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: RINALDO CUNHA COSTA (OAB 4854/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0635730-76.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Pedrosa Distribuidora Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM) - Processo 0636494-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amazonas Indústria e Comércio de Colchões e Espuma Ltda. - REQUERIDA: Ivete dos Santos de Oliveira Almeida e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0636741-38.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0637622-49.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Willys Monteiro de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0637902-83.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL REBELO AFFONSO (OAB 12284/AM), ADV: THAIS DA COSTA BATISTA MENDES (OAB 12548/AM) - Processo 0640111-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Liz Saner Barros Sena - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0641038-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: João Eberson da Silva Flexa - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ AIRTON MENDES DA SILVA (OAB 220A/AM) - Processo 0641284-21.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Renan Moraes do Nascimento e outro - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0641457-79.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0716041-93.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Alfredo Gluck Young (OAB 1838/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Jansen Pereira de Araújo Prado (OAB 7510/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Gustavo Salvador Kauffman (OAB 126991RJ)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB A1133/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)

Georges de Moura Ferreira (OAB 19700/GO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jean Carlos Siqueira de Souza (OAB 8165/AM)
Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior (OAB 11272/AM)
José Airton Mendes da Silva (OAB 220A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larisse Silva Oliveira (OAB 37385/BA)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcela Mira D'Arbo (OAB 190456SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Nairah de Carvalho Pires (OAB 10176/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Rafael Rebelo Affonso (OAB 12284/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
Rinaldo Cunha Costa (OAB 4854/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Thais da Costa Batista Mendes (OAB 12548/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0331/2019

ADV: ALEXANDRE GAIOFATO DE SOUZA (OAB 163549/SP) - Processo 0207084-19.2019.8.04.0001 (processo principal 0613294-31.2013.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Comercial Importadora e Distribuidora Marc 4 Ltda. - REQUERIDO: Rodrigo Fernandes Duarte - Diante do exposto, defiro o pedido formulado pelo exequente, no sentido de desconsiderar a personalidade jurídica da executada, possibilitando que o sócio Rodrigo Fernandes Duarte seja pessoalmente responsabilizado por suas obrigações, limitando-se a superação do atributo apenas para o fim de garantir a satisfação do crédito do exequente reconhecido nesta ação judicial. Traslade-se cópia desta decisão para os autos principais e proceda-se lá, de imediato, à consulta ao BACENJUD e RENAJUD no nome do sócio da pessoa jurídica referida. Arquivem-se os presentes autos.

ADV: RUI DE JESUS SOARES JÚNIOR (OAB 7253/AM), ADV: GRACO DINIZ FREGAPANI (OAB 2357/AM) - Processo 0230074-77.2014.8.04.0001 (processo principal 0014907-59.2000.8.04.0012) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Agro Pecuária Mendonça Ltda. - EXECUTADO: Banco do Brasil S/A - Assim, no caso em testilha, verifica-se que o processo executório foi suspenso (por infindáveis recursos, todos julgados e transitados) a partir do bloqueio Judicial. Firme nessa argumentação, este Juízo determina o bloqueio imediato das contas da Executada via Bacen-Jud da importância de R$ 4.593.114,27 (quatro milhões, quinhentos e noventa e três mil, cento e catorze reais e vinte e sete centavos). Após, expeça-se Alvará em favor da parte Exequente. Posteriormente, confirmadas todas as medidas acima, arquivem-se os autos.

ADV: AMADEU ALMEIDA DE AGUIAR FILHO (OAB 5324/AM) - Processo 0603317-05.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Comercial Benayon Sociedade Ltda. - EPP - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca do pedido de Desistência do Requerente conforme fl.94/95, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0611991-69.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Margareth Soares de Freitas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta almejada no sistema conveniado (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM) - Processo 0612803-53.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Moisés Assayag - Elizabeth Assayag - EXECUTADO: Obelisco Construção Civil Ltda. - Arthur de Carvalho Cruz Neto, Diretor e Proprietário da Empresa Porto Seguro Consultoria de Imóveis - PERITO: Brian Galvão Frota - INTSSADA: Antonelly Construções e Serviços Eirelli - Takehisa Takaki - : Takehisa Takaki - Cuida-se de execução de título extrajudicial proposta por Moysés e Elizabeth Assayag em desfavor de Obelisco Construção Civil Ltda. e Arthur de Carvalho Cruz, no curso do qual ocorreu a penhora e arrematação de dois bens imóveis (fls. 396/413) que estavam registrados em nome de terceiro, quem seja Masatoshi Takaki, pessoa falecida. Diante da impugnação à arrematação, apresentada pelo espólio de Masatoshi Takaki nos autos da ação anulatória nº 0628834-46.2018, este juízo concedeu tutela de urgência no sentido de suspender a execução em epígrafe (fl. 498 dos autos da ação anulatória, ratificada à fl. 593 dos autos em epígrafe), deferindo-se, em momento posterior, a reintegração de posse do Sr. Takehisa Takaki no imóvel que anteriormente ocupava (fl. 557 dos autos em epígrafe). Entretanto o mandado de reintegração de posse não foi cumprida, em razão de não ter sido disponibilizado policiais para cumprimento da medida, bem assim porque não constava do mandado o detalhamento da área a ser reintegrada, e no local existir três terrenos, conforme certidão do Oficial de Justiça de fl. 615. Paralelamente, noticiou-se nos presentes autos que os imóveis arrematados são objeto de ação de adjudicação compulsória nº 0637773-54.2014, na qual proferida liminar, confirmada por sentença proferida pela 5ª Vara Cível de Manaus, em favor da executada Obelisco. A partir daí, recentemente, sobrevieram catorze peticionamentos diversos nos autos em epígrafe, de todas as partes e interessados (à exceção da executada Obelisco), cujas pretensões são, em síntese, as seguintes: 1 - Exequentes Moyses e Elizabeth: prosseguimento da execução quanto ao saldo remanescente da dívida, via indisponibilização de outros imóveis (fl. 613) e penhoras on line de bens por meio de sistemas eletrônicos - fls. 613, 669 e 673; 2 - Terceiros interessados Takehisa Takaki e Hidetoshi Takaki e Masateru Takaki: expedição de novo mandado de reintegração na posse do imóvel arrematado - fls. 616, 650, 651, 662/663 e 674/675; 3 - Terceiro interessado arrematante Antonelly Construções e Serviços Eireli: revogação das decisões de fls. 557 e 602, mantendo-na na posse dos imóveis que arrematou e condenando o Sr. Takehisa Takaki por litigância de má-fé - fls. 617/619, 645/646,

658/661 e 664/665. Feitas estas considerações, decido. Trata-se de peculiar controvérsia acerca da propriedade de imóveis urbanos que findaram penhorados e arrematados na presente execução de título extrajudicial como se fossem pertencentes ao executado Obelisco Construção Civil Ltda. Tal questão transcende os limites objetivos da presente demanda, na medida em que a propriedade dos imóveis está sendo discutida nos autos da ação de adjudicação compulsória nº 0637773-54.2014, atualmente em fase recursal de apelação. Nesta demanda, constata-se que a 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus concedera antecipação da tutela no sentido de que fosse realizada a adjudicação/transcrição dos imóveis em testilha para a titularidade da executada Obelisco (autora naqueles autos), conforme fls. 167/168 dos referidos autos. A decisão liminar foi cumprida em junho de 2015 (fls. 171/172 daqueles autos), tendo sido confirmada por sentença, que julgou "totalmente procedente o pedido formulado por Obelisco Construção Civil em face dos herdeiros de Masatoshi Takaki, os Sra. Hideroshi Takaki e Masateru Takaki", consignando-se, ao final, expressamente que "eventual apelação não terá efeito suspensivo sobre a imediata ordem de adjudicação compulsória (...) devendo a secretaria expedir carta de adjudicação, desde que prestada a devida caução (...) pela requerente ou por sua assistente Antonelly Construções e Serviços EIRELI" (fl. 327 daqueles autos). A caução foi prestada perante a 5ª Vara Cível, que a homologou e já determinou a expedição da carta de adjudicação em maio de 2019 (fls. 347, 364 e 403 daqueles autos nº 0637773-54.2014). Portanto, pelas circunstâncias postas, resta inexorável a eficácia da decisão proferida nos autos da ação de adjudicação compulsória, sendo descabido a este juízo ir de encontro àquela decisão. Revolver ou (re)discutir a questão exaustivamente decidida naqueles autos seria contrariar a autoridade da atividade jurisdicional ali prestada, em desprestígio ao próprio Poder Judiciário. Se as partes ou os terceiros interessados eventualmente se irresignam quanto à referida decisão, cabe a eles manifestarem o inconformismo recursal pela via adequada naqueles autos, e não nestes. Assim, se a reintegração de posse vindicada pelos terceiros Takehisa, Hidetoshi e Masateru Takaki diz respeito aos imóveis cuja propriedade anterior à arrematação reconheceu-se ser da executada Obelisco Construção Civil Ltda., não subsiste plausibilidade jurídica para a concessão daquela medida possessória. Posicionar-se de maneira diversa significaria direta afronta à decisão proferida pela 5ª Vara Cível, juízo que detém a mesma hierarquia do presente. Forte nesses fundamentos, decido: A) REVOGAR a reintegração de posse outrora concedida em favor do espólio da família Takaki à fl. 557; B) determinar o prosseguimento do presente processo executivo, com a lavratura de termo de penhora sobre os imóveis indicados à fl. 673, com averbação da restrição no cartório de registro de imóveis competente, a cargo dos exequentes; C) determinar que se proceda à penhora on line de bens dos executados Obelisco e Arthur via Bacenjud e Renajud até o limite do saldo remanescente da dívida calculada à fl. 673 (R$ 1.355.937,94 - um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e quatro centavos); D) ad cautelam, manter a suspensão desta execução exclusivamente no que pertine ao levantamento de quaisquer valores relacionados à arrematação, até o trânsito em julgado do processo nº 0637773-54.2014.

ADV: MÁRCIO FIGUEIREDO PESSOA (OAB 6458/AM) - Processo 0618501-98.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: A.R.A. - G.S.S.N. - M.C.B. - REQUERIDO: P.D.T. - Isto posto, julgo extinto o feito, com base no art. 485, IV, c/c art. 309, I, do CPC, revogando, por conseguinte, a liminar concedida neste processo. Arquivem-se. P.R.I.

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: TÚLIO TEIXEIRA PINHEIRO (OAB 14551/AM) - Processo 0627054-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Victor Alex Neves Pinheiro - Charlene Teles Guedes - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Tendo em vista processo de recuperação judicial em curso nos autos nº 0603350-29.2018.8.04.0001, defiro o pedido retro, no sentido de determinar a suspensão dos autos em epígrafe por 180 (cento e oitenta) dias a contar desta decisão.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0628834-46.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0612803-53.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Hidetoshi Takaki - Masateru Takaki - REQUERIDO: Obelisco Construção Civil Ltda. - Antonelly Construções e Serviços Eirelli - Moysés Assayag - Elizabeth Assayag - INTSSADO: Oficial Titular do Cartório do Sexto Ofício de Registro de Imóveis de Manaus - ASSLITISC: Takehisa Takaki - Considerando que a causa de pedir da presente ação anulatória guarda relação com o objeto da ação de adjudicação compulsória nº 0637773-54.2014, que tramitou na 5ª Vara Cível de Manaus e se encontra em fase recursal de apelação, determino a SUSPENSÃO dos presentes autos até a resolução definitiva daquela demanda, com vistas a evitar a ocorrência de decisões contraditórias, com fulcro no art. 313, V, "a", do CPC.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0630057-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Walda Pereira da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca do requerimento de execução invertida, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ LUIZ MOUCO FERNANDES (OAB 5017/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM) - Processo 0635455-64.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - REQUERENTE: Davi Ramos dos Santos - Jorge Cassiano dos Santos Júnior - Maria Nilda Ribeiro Ramos - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Defiro o pedido de fls. 1135/1136. Expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento da(s) quantia(s) penhorada(s) via Bacenjud. Proceda-se à penhora on line via BacenJud e Renajud para garantia da dívida remanescente, no valor de R$ 71.667,72 (setenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos), já incluídas a multa e honorários advocatícios previstos no art. 523, § 1º, do CPC, prosseguindo-se com as intimações de praxe.

ADV: ELIZANDRA LUCIANE PINTO DA SILVA (OAB 12704/AM) - Processo 0662097-69.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Roberval Marcelo Galvanini - REQUERIDO: Ocupantes - Invasores - Vistos, Apreciada a manifestação do requerente, ao que tange o pedido de gratuidade judicial, CONCEDO o referido benefício pleiteado em face dos documentos juntados nas fls. 58 a 78, os quais dão indícios quanto a sua hipossuficiência. Citem-se os supostos ocupantes do imóvel reivindicado.

Alexandre Gaiofato de Souza (OAB 163549/SP)
Amadeu Almeida de Aguiar Filho (OAB 5324/AM)
André Luiz Mouco Fernandes (OAB 5017/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elizandra Luciane Pinto da Silva (OAB 12704/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Graco Diniz Fregapani (OAB 2357/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Márcio Figueiredo Pessoa (OAB 6458/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rui de Jesus Soares Júnior (OAB 7253/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Túlio Teixeira Pinheiro (OAB 14551/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0297/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR) - Processo 0041062-30.2003.8.04.0001 (001.03.041062-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDA: Rozana Paz Lopes - Indefiro pedido de fls. (172), haja vista até o presente momento não ter sido efetivado a citação do requerido, e ser de competência da parte autora promover as diligências cabíveis para fins de citação. Ademais, conforme o NCPC/2015, interrompe a prescrição, o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição do título, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 79757/MG), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0204593-20.2011.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: BB Leasing S.A - Arrendamento Mercantil - REQUERIDO: Luiz Aurélio Soares Marreiros - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM) - Processo 0222067-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Livanildo José Barbosa de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Tendo em vista impugnação à execução às fls. (174/188), determino a intimação da parte requerente para se manifestar acerca de petição retro, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM) - Processo 0222996-08.2009.8.04.0001 (001.09.222996-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S.A - EXECUTADO: Matadouro Frigorifico de Manaus S A Frig - Edmilson Bezerra de Souza - Mario Bezerra de Araújo - Delnando Correa Machado - Tendo em vista petição de fl. (168), requerendo a substituição da penhora do imóvel pelo sistema BACENJUD, determino a intimação da parte autora para atualizar planilha atualizada de débitos, nos moldes da Portaria 1855/2016 - PTJ, no prazo de 10 (dez) dias. P.R.I.C.

ADV: EDSON BELMONT DE LIMA (OAB 8931/AM) - Processo 0232573-63.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: João Batista Nogueira de Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Indefiro pedido de fl. (210/213). Portanto, tendo em vista procedimento de execução invertida através de acordo entre as partes, intimo a Autarquia Federal para apresentação de calculos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, determino a expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV), nos termos do art. 30.º da Resolução nº 10/2010 do TJAM para pagamento da quantia indica às folhas retro. Após, intime-se (ato eletrônico) a entidade devedora (INSS) a fim de que deposite a importância devida, através de DJO (Depósito Judicial Ouro) junto à Caixa Econômica Federal, Agência 3205, no prazo de 02 (dois) meses, nos termos do art.535, §3º, II, do NCPC. Após cumprida tal determinação, hei por bem determinar o arquivamento dos presentes autos, bem como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0233366-12.2010.8.04.0001 (001.10.233366-2) - Monitória - Inadimplemento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: AFFIX SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - Luiz Carlos Cananéia Ramos - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 298933/SP), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0250187-91.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco PSA Finance Brasil S/A - Diretor Geral do DETRAN - RONDÔNIA - REQUERIDO: José Rocélio Mendes - TERCEIRO I: Fórum da Comarca de Porto Velho/RO - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR (assinado por pessoa diversa), intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 281, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ADALBERTO BARRETO ANTONY (OAB 2093/AM), ADV: ARIOMAR NASÇON DE OLIVEIRA ALENCAR (OAB 2990/AM), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 973A/AM) - Processo 0600562-81.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: MARIA AUXILIADORA MORAES ANTONY - REQUERIDO: Banco Finasa BMC S.A. - Banco Bradesco Financiamentos S/A - INTSSADO: Clube de Diretores Lojistas de Manaus (SPC) - Serasa Experian - Ante o exposto, INDEFIRO pedido à fl. 231, por falta de fundamentação legal, e HOMOLOGO os cálculos do contador às fls. 219-226. Intime-se as partes para requerer o que entenderem de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Noutro giro, tendo em vista que o requerente criou obstáculos à efetivação dos provimentos judiciais, nos termos do art, 77, IV, §1° e 2°, adverto a parte autora sobre a não repetição de embaraços processuais, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: SILVANA M. GIACOMINI WERNER (OAB 23805/RS), ADV: GABRIELA WERNER RANCI (OAB 87903/RS), ADV: RAQUEL WONDRACEK MOURA (OAB 68920/RS), ADV: MAIANA SALTON (OAB 70263/RS) - Processo 0601869-70.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: CINEX INDUSTRIA DO IMOBILIARIO LTDA - EXECUTADO: Techshop Comércio e Serviços Ltda (EVVIVA BERTOLINE) - MARCIO ALBERTO VERÇOSA MARINHO - Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC/2015. Após escoar o prazo retro sem apresentação de defesado executado, conforme preleciona o artigo 72, II do Código de Processo Civil, “réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto

não for constituído advogado ", determino a intimação eletrônica do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC), para que atue como curadora especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). Noutro giro, determino expedição de Certidão de Crédito, conforme art. 828 do CPC, saliento, que caberá ao exequente se dirigir aos registros de bens e realizar a averbação, sendo de sua responsabilidade a eventual abusividade nessa conduta. À secretaria providências. P.R.I.C.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0602262-87.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Livre Admissão Sicoob Manaus - EXECUTADA: Ilza Porto Veiga - Certifico para os devidos fins, que foi efetivado o desbloqueio do veículo objeto da lide por este Juízo.

ADV: ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM), ADV: DAYANA MÁRCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA (OAB 10892/AM) - Processo 0602397-65.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Representação comercial - EXEQUENTE: F L Dias Representacoes-me - EXECUTADO: Editora Pini S.a - Indefiro pedido de fls. (187/188), tendo em vista ser de competência da parte exequente diligenciar sobre tais pedidos. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Portanto, sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que sejam encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Saliento que, suspensa a execução, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: SÉRGIO ROBERTO BULCÃO BRINGEL JÚNIOR (OAB 14182/AM), ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM) - Processo 0602903-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: Daniela Frota de Souza - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico - Acautelo-me quanto a liminar pretendida, para análise posterior a manifestação do requerido. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil.

ADV: SORAYA SEIXAS NUNES COLARES (OAB 9952/AM), ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0603325-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nilo Alexandre Lopes Colares - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: LUCAS DE SOUZA VALENTE (OAB 13191/AM), ADV: ELISÂNGELA ALVES DOS SANTOS (OAB 53139/PR), ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0603711-80.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Osami Imahori - REQUERIDO: Freddy Toshio Koba Sakamoto - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, "d". Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: DENIS RICOY BASSI (OAB 249960/SP), ADV: JOSÉ VICENTE CÊRA JUNIOR (OAB 155962/SP), ADV: VINICIUS REIS MOREIRA (OAB 322264/SP) - Processo 0604001-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Dell Computadores do Brasil Ltda - REQUERIDO: Criar Soluções Produtos e Servicos de Informática Ltda - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (endereço) realizadas via sistemas RENAJUD, INFOJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM) - Processo 0604750-44.2019.8.04.0001

- Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Waldergleyson Andrade Ramos - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Instituto Médico Legal - IML - TERCEIRO I: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Determino a remessa dos autos para o CEJUSC a fim de redesignar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado, bem como intimo a parte autora para apresentar todos os documentos pertinentes à avaliação pericial, sob pena de preclusão de prova. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605051-25.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Movam Amazonas Industria e Comercio de Moveis Ltda - Epp - Jose Heretiano da Silva Filho - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (endereço) realizadas via sistemas RENAJUD, INFOJUD, SIEL e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0605126-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Vícios de Construção - REQUERENTE: Ary Silva de Vasconcelos - REQUERIDO: Rosales Empreendimento Imobiliário SPE S/A - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: CARLOS FELYPPE TAVARES PEREIRA (OAB 9512/ES), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM) - Processo 0605498-86.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Marcus Antonio Alves de Carvalho - REQUERIDA: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Defiro pedido de fl. (239), determino o encaminhamento dos autos à Contadoria a fim desse setor certificar em 15 (quinze) dias, o cálculo das custas finais. P.R.I.C.

ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605676-64.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: SIMONE IRENE ASSUNÇÃO - Compulsando os autos, verifico que não houve o retorno das cartas de citação às fls. 79 e 85, portanto, determino renovação do ato citatório, que desta vez deverá ser diligenciado por Oficial de Justiça, nos termos do art. 249 do NCPC/2015. Antes, porém, intimo a parte autora para comprovar o recolhimento das custas das diligências do referido mandado de citação, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJ/AM, conforme portaria 116/217 - PTJ, tabela VII, (atos Processuais), no prazo de 10 (dez) dias. Após, expeça-se o competente mandado de citação. P.R.I.C.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0605973-66.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Mútuo - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - Sucessor de Banco Losango S/A - Banco Multiplo - EXECUTADO: Marcos Antônio da Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR (ass.pessoa diversa), intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 98, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VANESSA PIZZARO RAPP (OAB 569A/AM), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 13904A/PA), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP) - Processo 0606265-90.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0630637-40.2013.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: FORT EMPREENDIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA - ADEMAR ANTONIO PEREIRA - fabio antonio silva ferreira - Dispositivo Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhes provimento, para que tornar sem efeito a decisão interlocutória à fl. 894. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM), ADV: ROSELI DOS SANTOS FERRAZ VERAS (OAB 77563/SP) - Processo 0607065-50.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Fundação São Paulo - REQUERIDO: Gerfran Carneiro Moreira - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, “d”. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para

conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0607215-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Climepsi Clinica Médica Psicológica Ltda - LITSATIVO: Aluizio Valério de Miranda - Maria de Lourdes Ribeiro Siqueira - Donata da Cunha e Silva - Zaira de Lourdes Ramos Aquino - REQUERIDO: Mansur Seffair Neto - LISTPASSIV: Karla de Siqueira Cavalcanti Azevedo - Raphael Carriço de Aguiar - Compulsando os autos, verifica-se que requerido Raphael Carriço de Aguiar não fora devidamente citado. Portanto, intime-se o autor para que promova a citação do requerido no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção nos termos do art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0607649-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Herick Sombra de Souza - REQUERIDO: Tomas Oliveira - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 123, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM) - Processo 0607834-63.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Ailson da Silva Moreira - Indefiro pedido de fls. (139), haja vista até o presente momento não ter sido efetivado a citação do requerido, e ser de competência da parte autora promover as diligências cabíveis para fins de citação. Ademais, na execução, conforme o art. 802 do NCPC/2015, interrompe a prescrição, o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição do título, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM), ADV: MARCOS ROBERTO MARINHO CAMPOS (OAB 4492/AM) - Processo 0608985-59.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0608982-07.2016.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Evanilde Reinaldo Sales - REQUERIDO: Quem estiver na posso do Lote de Terra nº 01, Quadra 12, do Loteamento Paraíso Tropical - Ante o exposto, declaro nula a sentença proferida às fls. 199/201. Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, não havendo manifestação, retornem-me os autos conclusos para sentença, nos termos do art. 355, I do Novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074/AM) - Processo 0609448-35.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antônio Carneiro da Costa - Intime-se o requerente para dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de julgamento sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, §1º, do NCPC/2015. Decorrido os prazos, conclusos os autos. P.R.I.C.

ADV: HELADIO DE SOUZA GOMES JÚNIOR (OAB 11129/AM), ADV: NICOLAS NEGRI PEREIRA (OAB 345125/SP), ADV: HELÁDIO DE SOUZA GOMES (OAB 11163/AM), ADV: ANGELO DE OLIVEIRA SPANO (OAB 314472/SP) - Processo 0609510-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: José Olimpio de Queiroga Junior - REQUERIDO: Dabi Atlante Industrias Medico Odontológicas Ltda - TERCEIRO I: Serasa Experian - INTSSADO: Serviço de Proteção ao Crédito - SPC - Compulsando os autos, verifica-se que o autor não promoveu o recolhimento das custas iniciais. Portanto, determino a intimação da parte autora para que proceda o pagamento das 3 (três) últimas parcelas das custas em sua totalidade, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0609550-52.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Hts - Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda - EXECUTADO: Taiwan Bom Pão Lanchonete Ltda Me (Loja Taiwanesa) - Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC/2015. Após escoar o prazo retro sem apresentação de defesado executado, conforme preleciona o artigo 72, II do Código de Processo Civil, "réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado ", determino a intimação eletrônica do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC), para que atue como curadora especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). P.R.I.C.

ADV: MÁRCIO CÉSAR OLIVEIRA LEITE (OAB 9195/AM), ADV: ANA PAULA NOGUEIRA DE SÃO MARCOS BATISTA MOURA (OAB 6677/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0609694-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernanda Kelly Diran Rodrigues - REQUERIDO: Avelino e Nelson Consultoria Imobiliária Ltda. - Epp - Imbrasco Empreendimento Imobiliario - Laion Empreendimentos Imobiliários Ltda - Banco do Brasil S.A - Compulsando os autos, verifico que o requerido Avelino e Nelson Consultoria Imobiliária Ltda. não fora citado, conforme AR negativo à fl. 402. Portanto, determino a renovação do ato citatório, que desta vez deverá ser diligenciado por Oficial de Justiça, nos termos do art. 249 do NCPC/2015. Antes, porém, intimo a parte autora para comprovar o recolhimento das custas das diligências do referido mandado de citação, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJ/AM, conforme portaria 116/217 - PTJ, tabela VII, (atos Processuais), no prazo de 10 (dez) dias. Após, expeça-se o competente mandado de citação. Noutro giro, determino à secretaria para que dê ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intime para manifestação no prazo legal de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0609800-56.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora

de Energia S/A - REQUERIDA: Eliene Fernandes de Andrade - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas através dos sistemas RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0609960-47.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Paulo Freitas da Silva - Por ora, indefiro pedido de fls. (125/126), haja vista até o presente momento não ter sido efetivado a citação do requerido, e ser de competência da parte autora promover as diligências cabíveis para fins de citação. Ademais, conforme o NCPC/2015, interrompe a prescrição, o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição do título, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: CARLOS DIOGO CARDOSO MAIA (OAB 12568/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM) - Processo 0611065-25.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Francilena Dantas de Andrade - REQUERIDA: Cristiane Guimarães da Silva - TERCEIRO I: INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, - Certifico para os devidos fins que, conforme petição de fls. 149, a realização da Perícia ocorrerá no escritório na Rua Salvador, 120, térreo Sala - 05, Bairro: Adrianópolis, Manaus-AM, CEP.: 69.057-040, no dia 23/09/2019, às 14:30 horas.

ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM) - Processo 0611088-73.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Aldelicia Almeida Nascimento - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0611383-42.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Pedro Igor Frota de Carvalho - REQUERIDO: Fernando Duarte Almeida - Chamo o processo a ordem e torno sem efeito o despacho de fl. 46. Intime-se o requerente no prazo de 15 (quinze) dias, para promover a citação, sob pena de extinção do feito. P.R.I.C.

ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM) - Processo 0612797-46.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Daniely Felix da Silva - REQUERIDO: Michael Schwarcz - PAULO LIMA DE SOUZA SCHWARCZ - Marcelo Lima de Souza Schwarcz (Rep. Espólio de Michael Schwarcz) - INTSSADO: Tim Celular S/A - Claro S/A - Vivo S/A - Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 177, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0612974-68.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Rubemario de Castro Bento - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP) - Processo 0613240-31.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: IVANETE MAGALHAES FARIAS DE LIRA - TERCEIRO I: Juiz de Direito da Comarca de Manacapuru/AM - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (endereço) realizadas via sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0614118-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Neandro Garcia Nakanome - REQUERIDO: Banco BMG S/A - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: RUI NOGUEIRA PAES CAMINHA BARBOSA (OAB 22355-ACE), ADV: ERIK IDLER GOMES (OAB 305677/SP), ADV: GESIEL DE SOUZA RODRIGUES (OAB 141510/SP) - Processo 0616517-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Carl Zeiss do Brasil Ltda - REQUERIDO: Hospital Unimed - Parque das Laranjeiras - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM), ADV: MARIA FERNANDA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI (OAB 13000/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM) - Processo 0616567-47.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: BELLAS'S MODAS LTDA - EPP - REQUERIDO: JHSF MANAUS EMPREENDIMENTOS E

INCORPORAÇÕES LTDA - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616726-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Hipoteca - REQUERENTE: Medeiros Empreendimentos e Participações Ltda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Gonder Incorporadora Ltda. - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0617548-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Massula Mile Barbosa de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - ASSLITISC: Bradesco Vida e Previdência S/A - Tendo em vista proposta de acordo, determino a intimação da parte autora para informar seu aceite ou não acerca da petição de fl. (177/179), no prazo de 5 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR) - Processo 0617665-04.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS VIEIRA DOS SANTOS - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Instituto Médico Legal - IML - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de extinção sem resolução de mérito. P.R.I.C.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 2708/AC), ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR) - Processo 0618250-51.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazonia S/A - EXECUTADO: Expert Comércio de Confecções Ltda-me - Claudemir Soares Falcão - Wagner José Navega Alecrim - Tendo em escoado o prazo retro sem apresentação de defesado executado, conforme preleciona o artigo 72, II do Código de Processo Civil, "réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado ", determino a intimação eletrônica do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC), para que atue como curador especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). Noutro giro, determino a intimação da parte autora para querer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0620326-82.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Joselino Trajano da Silva - Defiro pedido à fl. 57. Portanto, sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Saliento que, suspensa a execução, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM), ADV: MARIA FERNANDA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI (OAB 13000/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM) - Processo 0620414-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antônio Daniel Augusto de Paiva - REQUERIDO: Hapvida Assitência Médica Ltda - Jefferson Benayon de Carvalho - Odicélio Rabelo da Silva - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0620741-36.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: WELLINGTON NEY BORGES DE SOUZA - REQUERIDO: BRASFRUT - DA FRUTA DISTRIBUIDORA DE MANAUS - Armando Costa de Oliveira Filho - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG), ADV: FLAVIA SAFADI UBALDO (OAB 173434/RJ), ADV: KAREN BADARÓ VIERO (OAB 270219/SP), ADV: LUIZ JOSÉ LOPES PESSÔA (OAB 1075/AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 173524/RJ), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0621452-07.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luciana Bastos - REQUERIDO: Solimões Veiculos Ltda - Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda - TERCEIRO I: Carlos José Tôrres Galindo Filho - Decido. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o julgamento antecipado de mérito como medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0621677-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: WALLACE NASCIMENTO LIMEIRA - Indefiro pedido de fls. (188/190), tendo em vista que todas as tentativas anteriores de bloqueio dos ativos financeiros em nome do executado, não lograram êxito, portanto, é improvável que desta vez se obtenha resultado positivo. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Portanto, sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja

localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Saliento que, suspensa a execução, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0622802-59.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Marli Tramuntinn - Tendo em vista AR negativo à fl. 138, determino a renovação do ato de intimação, que desta vez deverá ser diligenciado por Oficial de Justiça, nos termos do art. 249 do NCPC/2015. Antes, porém, intimo a parte autora para comprovar o recolhimento das custas das diligências do referido mandado de citação, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJ/AM, conforme portaria 116/217 - PTJ, tabela VII, (atos Processuais), no prazo de 10 (dez) dias. Após, expeça-se o competente mandado de intimação. Em caso de inércia da parte ré, façam-me os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0622805-14.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: MINISTÉRIO INTERNACIONAL GERAÇÃO APOSTÓLICA - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, “d”. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0622829-42.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: H E H Comércio de Produtos Alimentícios Ltda - ME - Indefiro, por ora, o pedido de citação por edital, nos termos do art. 256, §3º, do CPC, segundo o qual o réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos. Em razão disso e por decorrência de não ter sido encontrado o réu, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do endereço do requerido via BACENJUD e nos demais cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias e delegatários de serviço público (arts. 319, §3º, 256, §3º, do NCPC). Antes, porém, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, tendo em vista o requerimento de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados, cobrado (por cada ato), conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 10 (dez) dias. Após, recolhimento das devidas custas, determino à secretaria para que efetue as respectivas pesquisas eletrônicas. P.R.I.C.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: MÁRCIA LÚCIA TURIEL HAGGE (OAB 7681/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: EDUARDO DÓRIA NEHMÉ (OAB 34320/DF), ADV: BRUNA DO CANTO MACHADO (OAB 55655/DF), ADV: FELIPE DE ASSIS SERRA (OAB 47114/DF), ADV: BRUNA DO CANTO MACHADO (OAB 405143/SP) - Processo 0623030-73.2013.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Companhia de Navegação da Amazônia - CNA - REQUERIDA: Lec-Liceu de Ensino Contemporâneo - EPP - Eude Gomes Felício da Costa - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0623346-18.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: João Marcos Pozzetti - REQUERIDO: CONSTRUTORA F. LOPES LTDA - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0623703-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: L. S. M. Comércio de Alimentos e Navegação Ltda. - Me - REQUERIDO: Igor Gabriel Mendes Lopes - De ordem, INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto. Após tal comprovação, expeça-se o necessário ao endereço indicado na fl. 57.

ADV: THALLYNE JAMYLLE CAMPOS FEIJAO (OAB 14295/AM), ADV: ADOLFO PRAIA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 10804/AM), ADV: ERIKA PATRICIA MARINHO OLIVEIRA (OAB 12133/AM), ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0623828-29.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Allegro Residencial Club - REQUERIDA: Luísa Ortiz de Souza Aranha - Indefiro, por ora, o pedido de citação por edital, nos termos do art. 256, §3º, do CPC, segundo o qual o réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos. Em razão disso e por decorrência de não ter sido encontrado o réu, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do endereço do requerido via RENAJUD e nos demais cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias e delegatários de serviço público (arts. 319, §3º, 256, §3º, do NCPC). Antes, porém, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, tendo em vista o requerimento de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados, cobrado (por cada ato), conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 10 (dez) dias. Após, recolhimento das devidas custas, determino à secretaria para que efetue as respectivas pesquisas eletrônicas. P.R.I.C.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP), ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 1054A/AM) - Processo 0624210-17.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcio Ltda. - REQUERIDO: Joilson de Souza Ramos - Compulsando os autos, verifico que o mandado de citação de fls. (42) retornou negativa. Portanto, intime-se a parte autora para promover as diligências cabíveis para fins de citação da parte requerida ou junte aos autos comprovante de acordo realizado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0624897-28.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Jucilene dos Santos Oliveira - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0625046-87.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDO: Manoel Alamo Navarro Neto - Keite Brito da Cruz - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: EDUARDO ANTÔNIO SOARES RIBEIRO (OAB 8578/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0625874-83.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Danielle Ferreira da Silva, - REQUERIDO: Colméia Laranjeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda, - Construtora Colmeia S/A - ATO ORDINATÓRIO Autos vindos da Contadoria com os relatórios de fls. 50/52. De ordem, intime-se o exequente para cumprir o disposto no Despacho de fl. 48. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM) - Processo 0626309-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Importadora de Tecidos Villacrez Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - À luz do art. 290 do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, no prazo legal de 15 (quinze), antecipar as custas processuais, sob pena de cancelamento do feito na distribuição. Também deverá o autor, no mesmo prazo, pagar as custas referentes à emissão de aviso de recebimento (AR), ou mandado, conforme o caso requeira, nos termos do que determinam a Portaria 116/217 - PTJ, (atos Processuais). P.R.I.C.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0626525-28.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: ROSEMEIRY GOMES ALMEIDA - Defiro pedido de fls. (169). Portanto, sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Saliento que, suspensa a execução, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0626965-87.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: JUAREZ LIMA MACHADO - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 130, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: RAFAEL CININI DIAS COSTA (OAB 152278/MG) - Processo 0627255-34.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Roberto Wagner Portilho Bonates - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.A. - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627451-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços

- REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Sidalina Felipe de Carvalho Veras - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 55, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0628131-81.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ilza Aparecida de Almeida Schaedler Me - Intime-se o requerente para dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Em caso de não haver a respectiva manifestação por meio de procurador, determino, desde logo, a seguinte providência, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA DECISÃO, conforme princípio processual da concentração. Intime-se o autor pessoalmente (CARTA - AR) para promover o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de configurar-se o abandono da causa, razão de julgamento sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, §1º, do NCPC/2015. Decorrido os prazos, conclusos os autos. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0628220-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empreitada - REQUERENTE: Ladislau Queiroz Amorim - REQUERIDO: Santo Ildelfonso Empreendimentos Imobiliários Ltda - Capital Rossi Empreendimentos S/A - À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM), ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP) - Processo 0628565-75.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0628396-88.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: NILMARA SILVA DE SOUZA - REQUERIDO: SWISS PARK MANAUS INCORPORADORA LTDA - TERCEIRO I: Serasa Experian - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: LENA MARINA MOREIRA PUGA BARBOSA (OAB 5224/AM) - Processo 0628766-67.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Charleston Said Atala - REQUERIDO: Gilson da Silva Castro - Defiro pedido à fl. 92 para nova pesquisa no sistema SIEL. Concedo o prazo de 10 (dez) dias para que o autor informe a este juízo a data de nascimento e nome da genitora do executado. Após, intime-se o exequente para que promova o recolhimento das despesas de consulta eletrônica. P.R.I.C.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM), ADV: RENNO ANDRADE VALER (OAB 8669/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0630918-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josinete Cordovil Medeiros - REQUERIDO: Banco BMG S/A - TERCEIRO I: INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, - Hélio do Carmo Magalhães Neto - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o Despacho de fl. 201, tendo em vista que a perícia ainda não foi devidamente agendada, sendo assim, intime-se o perito (perito.heliomagalhaes@inpeam.com.br) para que agende uma data para realização da perícia. Cumpridas as determinações acima, defiro o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo pericial. P.R.I.C.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 6975/AM) - Processo 0632550-18.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Propriedade - REQUERENTE: Cibele Maria Bellone Ventura - Antônio Carlos de Castro Paiva Filho - REQUERIDO: Wanderley Nunes de Medeiros Soares - Patri Onze Empreendimentos Imobiliários . - A oitiva por videoconferência - não obstante seja medida que visa agilizar a prestação jurisdicional, recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal - é faculdade conferida ao Juízo da causa, portanto, indefiro o pedido de fls. 342/343. P.R.I.C.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0632769-65.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Interface Serviços Terceirizados Ltda - REQUERIDO: Christhian Naranjo de Oliveira - Douglas Sivaldo Ferreira - Compulsando os autos, verifico que a assinatura do retorno de AR (aviso de recebimento) de fls. 52, é de pessoa que não faz parte da lide. Nos termos do que dispõe o artigo 248 § 1°, do Código de Processo Civil, a citação pelo correio deverá ser entregue pessoalmente ao citando, de quem deverá ser exigida a assinatura do recibo. Nestes termos, para se ter como válida a citação não basta a simples entrega da carta no endereço do réu, com recebimento por outrem, uma vez que a lei não se contenta com simples presunção da ciência inequívoca do réu citando, acerca dos termos e atos da ação que lhe é movida. Ademais, o ato citatório, para alcançar suas finalidades, deve ser cumprido em estrita observância às exigências legais, sob pena de viciar toda a demanda. Posto isso, restando verificado que o AR de fls. 52, não foi entregue na pessoa do requerido/executado, sendo assinado por terceiro estranho à lide, determino a renovação do ato citatório, que desta vez deverá ser diligenciado por Oficial de Justiça, nos termos do art. 249 do NCPC/2015. Antes, porém, intimo a parte autora para comprovar o recolhimento das custas das diligências do referido mandado de citação, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJ/AM, conforme portaria 116/217 - PTJ, tabela VII, (atos Processuais), no prazo de 10 (dez) dias. Após, expeça-se o competente mandado de citação. P.R.I.C.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: RICARDO ALAN MONTEIRO BATISTA (OAB 8084/AM) - Processo 0633528-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: L.R.V. - REQUERIDO: Gutemberg Mokdic Barros - LITSPASSIV: Hospital e Maternidade Santo Alberto Ltda - TERCEIRO I: Lívia Pereira Pasqua Melo, CRM-AM 9690, - Defiro pedido à fl. 302. Intime-se o requerido para depositar em juízo os outros 50% (cinquenta por cento) dos honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de redesignação da data de início da produção de provas periciais. Após comprovação de pagamento nos autos, intime-se a perita para que tome ciência do depósito. Ressalvo que a expedição dos alvarás periciais deve seguir o exposto no art. 465, §4°, do CPC. Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo. § 4º O juiz poderá autorizar o pagamento de até cinquenta por cento dos honorários arbitrados a favor do perito no início dos trabalhos, devendo o remanescente ser pago apenas ao final, depois de entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos necessários. Noutro giro, intime-se as partes para que confirmem a ciência sobre a data de início da perícia, conforme informado à fl. 301. P.R.I.C.

ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM), ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 666A/AM), ADV: CLOTILDE MIRANDA MONTEIRO DE CASTRO (OAB 8888/AM),

ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM), ADV: ALEXANDRE PENA DE CARVALHO (OAB 4208/AM), ADV: SÉRGIO ROBERTO BULCÃO BRINGEL JÚNIOR (OAB 14182/AM), ADV: TERESA CRISTINA CORRÊA DE PAULA NUNES (OAB 4976/AM), ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM) - Processo 0633625-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: Rachel de Oliveira Perdiz - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico - Acautelo-me quanto a liminar pretendida, para análise posterior a manifestação do requerido. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: LUÍS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0634584-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Big Trading e Empreendimentos Ltda - Big Amigão - REQUERIDO: Claro S/A - Acolho o aditamento efetuado pelo parte autora à fls. 40/44 dos autos, e determino que seja alterado no sistema SAJ o novo valor da causa informado. Ato contínuo, à luz do art. 290 do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, no prazo legal de 15 (quinze), antecipar as custas processuais, sob pena de cancelamento do feito na distribuição. Também deverá o autor, no mesmo prazo, pagar as custas referentes à emissão de aviso de recebimento (AR), ou mandado, conforme o caso requeira, nos termos do que determinam a Portaria 116/217 - PTJ, (atos Processuais). P.R.I.C.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: FREDERICO AUGUSTO SAMPAIO VEIGA (OAB 11411/AM) - Processo 0635698-03.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Eleilde de Jesus Silva - REQUERIDO: Amilcar Ribeiro da Silveira - Indefiro, por ora, o pedido de citação por edital, nos termos do art. 256, §3º, do CPC, segundo o qual o réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos. Em razão disso e por decorrência de não ter sido encontrado o réu, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do endereço do requerido via BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD e nos demais cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias e delegatários de serviço público (arts. 319, §3º, 256, §3º, do NCPC). Antes, porém, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, tendo em vista o requerimento de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados, cobrado (por cada ato), conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 10 (dez) dias. Após, recolhimento das devidas custas, determino à secretaria para que efetue as respectivas pesquisas eletrônicas. P.R.I.C.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR), ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 25498/PA) - Processo 0635800-93.2016.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/a. - REQUERIDO: Hotel R. D. Ltda Me - Roberta Anunciação Marques - Rodrigo Demetrio Anunciação Marques - Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro a citação de Rodrigo Demetrio Anunciação Marques por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC/2015. Após escoar o prazo retro sem apresentação de defesado requerido, conforme preleciona o artigo 72, II do Código de Processo Civil, "réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado ", determino a intimação eletrônica do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC), para que atue como curadora especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). P.R.I.C.

ADV: JOÃO ROBERTO DOS ANJOS FILHO (OAB 12389/AM) - Processo 0636660-89.2019.8.04.0001 - Monitória - Locação de Móvel - REQUERENTE: Diego Simões da Silva Eireli - Me (Vip Automotive Service) - REQUERIDO: Cléber Ferreira de Amorin - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR (assinado por pessoa diversa), intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 40, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ACÁCIO VALDEMAR LORENÇÃO JÚNIOR (OAB 105465/SP) - Processo 0636828-62.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Wapmetal Componentes Metalicos e Automacao Ltda - Tendo em vista o transcurso do prazo de suspensão concedido à fl. 105, determinando o desarquivamento dos autos e o prosseguimento do feito. Noutro giro, defiro pedido à fl. 103, e à luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0638531-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Pedro Batista Brito Filho - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de suspensão dos descontos referente aos contratos supracitados na exordial. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, determino que seja pautada audiência de conciliação a ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Cite-se. No entanto, intime-se a parte para em cinco dias úteis recolher as custas referentes à emissão de carta/AR, nos termos do que determina o Provimento 273/CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA (OAB 150793/SP) - Processo 0641517-81.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Tatiana Barroso de Vasconcelos - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro

liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Somente após o recolhimento das custas de mandado, e da inerente a consulta eletrônica RENAJUD, expeça-se competente mandado.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0641541-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S A - REQUERIDO: Industria Comercio e Servicos Quality Ltda (Café Garcia) - Ante citação positiva da empresa executada à f. 50 dos autos, defiro pedido de do executado Ezequiel de Lima, no endereço informado à f. 50 dos autos. Todavia, tendo em vista a Portaria n° 116/2017 PTJ/AM, determino a intimação do autor, para que proceder ao pagamento das custas de despesas postais, no prazo de 5 (cinco) dias. Efetuado o pagamento, façam os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0642538-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Distribuidora de Carnes Jk Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Energia - Companhia Energética do Estado do Amazonas - Pela análise dos autos, verifico que a exordial não está constituída de procuração do patrono da causa, elemento indispensável a propositura da ação, nos termos do art. 320 do Código Processual Civil. Verifico não estarem presentes todos os requisitos da petição inicial, como determina o art. 319, do Código de Processo Civil, em seu inciso II (estado civil e profissão exercida pelo executado), sendo que tais informações são facilmente aferíveis pelo exequente na condição de condomínio na qual aquele reside. Portanto, à luz do art 321, caput e parágrafo único, do mesmo diploma, determino que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a juntada do instrumento de procuração, bem como recolha a primeira parcela das custas judiciais, sob pena de indeferimento. Intime-se. Cumpra-se

ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0642609-94.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Corporate Trade Center - REQUERIDO: Senso Engenharia e Comércio Ltda. - À luz do art. 290 do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, no prazo legal de 15 (quinze), antecipar as custas processuais, sob pena de cancelamento do feito na distribuição. Também deverá o autor, no mesmo prazo, pagar as custas referentes à emissão de aviso de recebimento (AR), ou mandado, conforme o caso requeira, nos termos do que determinam a Portaria 116/217 - PTJ, (atos Processuais). P.R.I.C.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0642646-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: C.E.P.A. - REQUERIDO: P.S.M. - Da análise dos autos, verifico razoável o pagamento das custas judiciais de maneira parcelada em duas parcelas pela parte autora, consoante determina o art. 98 §6 ° CPC. Desse modo, em consonância com a Portaria n° 490/2017 PTJ/AM, determino o pagamento das custas iniciais em duas prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro para as providências cabíveis. Após a juntada do comprovante da primeira parcela, ou decorrido o prazo anteriormente concedido, façam os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0642769-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcio José Neves da Silva - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0642814-26.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Jcm Transportes Ltda Me - À luz do art. 290 do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, no prazo legal de 15 (quinze), antecipar as custas processuais, sob pena de cancelamento do feito na distribuição. Também deverá o autor, no mesmo prazo, pagar as custas referentes à emissão de aviso de recebimento (AR), ou mandado, conforme o caso requeira, nos termos do que determinam a Portaria 116/217 - PTJ, (atos Processuais). P.R.I.C.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0642968-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edilene de Melo Araujo - REQUERIDO: Nosso Lar Administração de Imóveis Ltda. - Concedo os benefícios da justiça gratuita na forma do art. 98 e 99 do Código Processual civil. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0642968-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edilene de Melo Araujo - REQUERIDO: Nosso Lar Administração de Imóveis Ltda. - Concedo os benefícios da justiça gratuita na forma do art. 98 e 99 do Código Processual civil. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0642972-81.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Jose Francine Nogueira Barros Filho - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese

vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Somente após o recolhimento das custas de mandado, e da inerente a consulta eletrônica RENAJUD, expeça-se competente mandado.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643144-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Andre Alexandre Areosa da Rocha - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM) - Processo 0643282-29.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: DO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - SETOR DE RH - DANIEL OLIVEIRA LIMA - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca da consulta realizada no SISTEMA DE INFORMAÇÕES ELEITORAIS (SIEL), com resultado NEGATIVO, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0643348-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Fabio Queiroz de Souza - AGRAVADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0643461-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rainei Campos Azevedo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Da análise dos autos, verifico razoável o pagamento das custas judiciais de maneira parcelada pela parte autora, consoante determina o art. 98, §6°, Código Processual Civil. Desse modo, em consonância com a Portaria n° 490/2017 PTJ/AM, determino o pagamento das custas iniciais em cinco prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: TÂMIA PICANÇO DE JESUS MARQUES (OAB 10111/AM) - Processo 0643667-74.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Mario Ricardo Thaumaturgo de Souza - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Compulsando os autos verifica-se ter decorrido lapso temporal considerável da última atualização de valores, desta forma, INTIME-

SE a parte requerente para apresentar a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça , devidamente ATUALIZADO, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Custas já devidamente recolhidas às fls. 94.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643744-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Jose Irenilson Meira - AGRAVADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Cumpra-se.

ADV: ALTEMIR DE SOUZA PEREIRA (OAB 6773/AM) - Processo 0643790-33.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Lazaro Mendonça Batista - Elizabeth Ferreira Sarmento - REQUERIDO: Arlindo Mendonça Batista - A parte autora requereu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. No entanto, muito embora seja essa pessoa física favorecida pela presunção relativa de hipossuficiência econômico-financeira, verifico a existência de alguns elementos nestes autos que demonstram a falta dos pressupostos legais para concessão integral do solicitado. Vejamos. I) ausência de documentação a partir da qual se possa objetivamente aferir a renda, as receitas, as posses, os gastos, como contracheque, declaração de imposto de renda dos três últimos anos, dentro outros; Por outro lado, não se pode impedir o direito de acesso à justiça por conta de obstáculos monetários, como é o caso do deferimento, ou não, da gratuidade judiciária, seja total, seja parcial. É que o autor alegou estar sem condições de arcar com o adiantamento das custas judiciais. Não obstante tais alegações, em nosso entender, no caso sub judice, principalmente pelos elementos discriminados acima, o mais consentâneo com a distribuição da justiça é a oportunidade para que o próprio autor junte documentação favorável ao requerimento. Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643791-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Renato Alves de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Cumpra-se.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0643821-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Parque São José do Rio Negro - REQUERIDA: Marilda Cordeiro da Mota - Carmen Lúcia de Andrade Magalhães Costa - Pela análise dos documentos colacionados à fls. 82/90, verifico a razoabilidade do pagamento das custas judicias pelo Condomínio, sem prejuízo de seu funcionamento, tendo em vista que o autor colacionou apenas os inadimplentes, sem ao mesmo informar seus ativos financeiros para análise de eventual prejuízo em arcar com as despesas processuais. Nesse sentido: CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. CONDOMÍNIO RESIDENCIAL. INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS. IRRELEVÂNCIA PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. NECESSIDADE DE DEMONSTRAR SUA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA PARA O DEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA. PRECEDENTE DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Precedente do STJ. 2. Em não havendo nos autos elementos que justifiquem a impossibilidade do condomínio arcar com as despesas processuais, indefere-se o pedido de concessão de justiça gratuita. 3. Agravo de Instrumento conhecido e não provido. (TJ-AM 40022898820168040000 AM 4002289-88.2016.8.04.0000, Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Data de Julgamento: 27/11/2016, Primeira Câmara Cível) (grifo). Ante ao exposto, indefiro o benefício da justiça gratuita, e determino que o autor proceda ao pagamento das custas judicias, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da exordial. Decorrido o prazo, façam os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se .

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0643843-14.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Angel Alvens Rivero Gonzalez - À luz do art. 290 do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, no prazo legal de 15 (quinze), antecipar as custas processuais, sob pena de cancelamento do feito na distribuição. Também deverá o autor, no mesmo prazo, pagar as custas referentes à emissão de aviso de recebimento (AR), ou mandado, conforme o caso requeira, nos termos do que determinam a Portaria 116/217 - PTJ, (atos Processuais). P.R.I.C.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB A671/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0643904-11.2015.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros - REQUERIDO: Luiz Roberto Camargo Aroxa - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, - Diego de Vasconcelos Gonçalves - Tendo em vista apresentação dos documentos solicitados às fls. 305-307, intime-se o perito para que apresente o laudo pericial no prazo 30 (trinta) dias. P.R.I.C.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0643984-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Tereza Correia Queiroz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Na exordial, a requerente noticia que em junho de 2019 ao fazer a retirada de sua aposentadoria, percebeu os descontos no seu benefício, inerente a empréstimo de não efetuou no montante de R$ 1.285,00 (mil duzentos e oitenta e cinco reais). Por estas razões, pleiteia a concessão de tutela antecipada para que seja suspensa a execução contratual, para que o requerido abstenha-se de cobrar qualquer valor referente ao contrato questionado. Acompanha a exordial documentação referente aos contracheques do período em questão, que atestam os descontos decorrentes do empréstimo. É necessário. Decido. Para a concessão das tutelas de urgência, o art. 300 do novo Código de Processo Civil exige a existência de elementos suficiente para evidenciar a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado do processo. Demonstrados o fumus boni iuris e o periculum in mora, ao juiz não é dado optar pela concessão ou não da tutela de urgência, pois tem o dever de concedê-la. No caso dos autos, entendo que estão presentes os requisitos exigidos pelo Art. 300 do NCPC, como o perigo de dano, uma vez que cobranças indevidas podem comprometer os rendimentos da autora e sua subsistência, com consequente plausabilidade de seu pedido e má-fé do Banco por não informar de forma transparente, as condições do serviço oferecido. Além disso, resta evidenciado a probabilidade do direito, considerando os documentos colacionados que comprovam as sucessivas cobranças em seu contracheque além do limite de parcelas pactuadas. Ante ao exposto, CONCEDO A TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA, a fim de que o Banco Requerido proceda a SUSPENSÃO DAS COBRANÇAS descontadas na aposentadoria da autora, referente ao contrato n° 14439312. Informo que o descumprimento desta determinação ensejará multa diária de R$500,00 (quinhentos reais), inerente a cada mês em que houver o desconto a partir desta decisão. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Ressalte-se que tal espécie de gratuidade concede isenção apenas no tocante às custas processuais, taxa judiciária e emolumentos do Oficial de Justiça. As demais despesas deverão ser suportadas por quem requerer o ato a ser praticado,por entender que não afetam sua capacidade de subsistência. No caso dos autos, inegável a existência de relação de consumo entre as partes, quando inseridos na definição de consumidor e fornecedor, constante dos arts. 2º e 3º do CDC. Assim, a hipossuficiência de que fala o art. 6º, inc. VIII, do CDC, se configura na espécie, quer na dificuldade econômica do autor, quer na dificuldade técnica de comprovar as suas alegações, razão pela qual concedo a inversão do ônus da prova. Expeça-se o competente mandado de intimação para cumprimento da decisão e citação pessoal do Requerido, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador, devendo constar as advertências do Art. 344 do NCPC. Caso a parte passiva não possua cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme o Provimento n° 273 CGJ/AM. Em não havendo comprovação de pagamento, no prazo assinalado, intime-se a parte requerente, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Ato contínuo, Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, determino que seja pautada audiência de conciliação a ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. Publique-se.Intime-se. Cumpra-se

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0643985-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Tereza Correia Queiroz - REQUERIDO: Banco Bmg Consignado S/A - Para a concessão das tutelas de urgência, o art. 300 do novo Código de Processo Civil exige a existência de elementos suficiente para evidenciar a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado do processo. Demonstrados o fumus boni iuris e o periculum in mora, ao juiz não é dado optar pela concessão ou não da tutela de urgência, pois tem o dever de concedê-la. No caso dos autos, entendo que estão presentes os requisitos exigidos pelo Art. 300 do NCPC, como o perigo de dano, uma vez que cobranças indevidas podem comprometer os rendimentos da autora e sua subsistência, com consequente plausabilidade de seu pedido e má-fé do Banco por não informar de forma transparente, as condições do serviço oferecido. Além disso, resta evidenciado a probabilidade do direito, considerando os documentos colacionados que comprovam as sucessivas cobranças em seu contracheque além do limite de parcelas pactuadas. Ante ao exposto, CONCEDO A TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA, a fim de que o Banco Requerido proceda a SUSPENSÃO DAS COBRANÇAS descontadas na aposentadoria da autora, referente ao contrato n° 14439312. Informo que o descumprimento desta determinação ensejará multa diária de R$500,00 (quinhentos reais), inerente a cada mês em que houver o desconto a partir desta decisão. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Ressalte-se que tal espécie de gratuidade concede isenção apenas no tocante às custas processuais, taxa judiciária e emolumentos do Oficial de Justiça. As demais despesas deverão ser suportadas por quem requerer o ato a ser praticado,por entender que não afetam sua capacidade de subsistência. No caso dos autos, inegável a existência de relação de consumo entre as partes, quando inseridos na definição de consumidor e fornecedor, constante dos arts. 2º e 3º do CDC. Assim, a hipossuficiência de que fala o art. 6º, inc. VIII, do CDC, se configura na espécie, quer na dificuldade econômica do autor, quer na dificuldade técnica de comprovar as suas alegações, razão pela qual concedo a inversão do ônus da prova. Expeça-se o competente mandado de intimação para cumprimento da decisão e citação pessoal do Requerido, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador, devendo constar as advertências do Art. 344 do NCPC. Caso a parte passiva não possua cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme o Provimento n° 273 CGJ/AM. Em não havendo comprovação de pagamento, no prazo assinalado, intime-se a parte requerente, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Ato contínuo, Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, determino que seja pautada audiência de conciliação a ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. Publique-se.Intime-se. Cumpra-se

ADV: TIBIRIÇÁ VALÉRIO DE HOLANDA FILHO (OAB 7159/AM) - Processo 0644050-13.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Raquel de Oliveira Brito - REQUERIDO: Jacaúna Rego Nunes Campos - A parte autora requereu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. No entanto, muito embora seja essa pessoa física favorecida pela presunção relativa de hipossuficiência econômico-financeira, verifico a existência de alguns elementos nestes autos que demonstram a falta dos pressupostos legais para concessão integral do solicitado. Vejamos. I) ausência de documentação a partir da qual se possa objetivamente aferir a renda, as receitas, as posses, os gastos, como contracheque, declaração de imposto de renda dos três últimos anos, dentro outros; Por outro lado, não se pode impedir o direito de acesso à justiça por conta de obstáculos monetários, como é o caso do deferimento, ou não, da gratuidade judiciária, seja total, seja parcial. É que o autor alegou estar sem condições de arcar com o adiantamento das custas judiciais. Não obstante tais alegações, em nosso entender, no caso sub judice, principalmente pelos elementos discriminados acima, o mais consentâneo com a distribuição da justiça é a oportunidade para que o próprio autor junte documentação favorável ao requerimento. Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO,

ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0644105-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Rubens de Abreu Costa - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca de pesquisa de endereço realizada via sistema BACENJUD às fls. 86/87, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0644150-65.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: Cristovam Cristiano Torres - Recebo os autos para devido cumprimento. No entanto, em face da existência da Portaria n° 116/2017 PTJ/AM, determino que o autor proceda ao pagamento das custas de diligência do Oficial de Justiça no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito. Decorrido o prazo concedido, determino imediata devolução dos

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0644244-47.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Alessandra Martins Correa - Em se tratando de dúvida no efetivo valor atualizado do débito da ação, uma vez que incerta é a conclusão que se extrai do sistema processual, encaminhe-se o processo à contadoria a fim de esse setor certificar em 15 (quinze) dias úteis a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe. Após a disponibilização da tal planilha, conclusos os autos. P.R.I.C.

ADV: BIANCA PETRONILHA DOS SANTOS BARROS (OAB 44798GO) - Processo 0644320-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Telmo Vale dos Santos - REQUERIDO: Tomas Henrique Santiago Turner - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0644385-32.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDA: Maria Lucia Coelho dos Santos - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Somente após o recolhimento das custas de mandado, e da inerente a consulta eletrônica RENAJUD, expeça-se competente mandado.

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0644521-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Raimunda Hortencia Farias Ferreira - REQUERIDO: Gente Seguradora S/A - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Cumpra-se.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0644589-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ralph William Monteiro da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão

da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644735-20.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Francisco Fredson da Silva Pinto - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes daTabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. A Secretaria que expeça carta de citação monitória. Custas de AR juntadas aos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0644737-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Iranete Leite - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644746-49.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria de Fatima Ribeiro dos Santos - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes daTabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. A Secretaria que expeça carta de citação monitória. Custas de AR juntadas aos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644904-07.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Helisnelson L Menezes - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme

valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. A Secretaria que expeça carta de citação monitória. Custas de AR juntadas aos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JORGE VICENTE BORGES LIRA JÚNIOR (OAB 11820/AM) - Processo 0644932-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: E. Alberto A de Souza - REQUERIDO: Frigorifico Amazonia Ind. e Com. Ltda Me - J J Comercio de Pescados Ltda me - INTSSADO: Raimundo Orlando Soares de Souza - A parte autora requereu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. No entanto, por se tratar de pessoa jurídica, verifico a existência de alguns elementos nestes autos que demonstram a falta dos pressupostos legais para concessão integral do solicitado. Vejamos: Conforme Súmula 481, do STJ: Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Desse modo, necessária a juntada de documentos que comprovem a hipossuficiência econômica da empresa, para seu deferimento. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - JUSTIÇA GRATUITA - PESSOA FÍSICA - BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA - PRESUNÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - PESSOA NATURAL - INEXISTÊNCIA DE PROVAS CONTRÁRIAS À HIPOSSUFICIÊNCIA - PESSOA JURÍDICA - COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTOS QUE DEMONSTRAM A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA - SÚMULA 481/STJ - DECISÃO REFORMADA - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A simples afirmação do estado de pobreza para o requerimento do benefício da gratuidade judiciária configura uma presunção iuris tantum em favor da pessoa física segundo o entendimento das Cortes Superiores, somente podendo ser elidida diante de prova em contrário. 2. A pessoa jurídica para gozar do benefício da gratuidade judiciária necessita comprovar a incapacidade de arcar com as despesas processuais, inexistindo a presunção de miserabilidade em favor das pessoas jurídicas. Entendimento da Súmula n.º 481 do STJ. 3. Agravo de Instrumento conhecido e provido. (TJ-AM - AI: 40053967220188040000 AM 4005396-72.2018.8.04.0000, Relator: Airton Luís Corrêa Gentil, Data de Julgamento: 11/03/2019, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 11/03/2019) (grifei). Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0645011-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Residencial Salvador Dali - REQUERIDO: Grupo Amazonas (Amazonas Industria e Comercio Ltda) - Art Pedras Ltda. - À luz do art. 290 do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, no prazo legal de 15 (quinze), antecipar as custas processuais, sob pena de cancelamento do feito na distribuição. Também deverá o autor, no mesmo prazo, pagar as custas referentes à emissão de aviso de recebimento (AR), ou mandado, conforme o caso requeira, nos termos do que determinam a Portaria 116/217 - PTJ, (atos Processuais). P.R.I.C.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0645161-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: A.A.A.M. - REQUERIDO: I.M.E. - Verifico que a exordial está incompleta, razão pela qual resta a impossibilidade de quaisquer análise da demanda. Desse modo não estão presentes todos os requisitos da petição inicial, como determina o art. 319, do Código de Processo Civil, inerentes aos incisos II, III, IV, V, V e VII. Portanto, à luz do art 321, caput e parágrafo único, do mesmo diploma, determino que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, complete a petição inicial, bem como recolha as devidas custas judiciais, sob pena de indeferimento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0645166-54.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Cicero Alves da Silva Filho - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes daTabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. A Secretaria que expeça carta de citação monitória. Custas de AR juntadas aos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0645335-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisco Ivanilson Pessoa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Da análise dos autos, verifico razoável o pagamento das custas judiciais de maneira parcelada pela parte autora, consoante determina o art. 98 §6 ° CPC. Desse modo, em consonância com a Portaria n° 490/2017 PTJ/AM, determino o pagamento das custas iniciais em cinco prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0646402-75.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Aldaci Galdino de Araújo - EXECUTADO: Wellington Saturnino Freitas - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR (ass. pessoa diversa), intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 111, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VIVIANE MARINO (OAB 325316/SP) - Processo 0646910-21.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Comercial Camav Ltda Epp - REQUERIDO: M e Serviços de Instalação e Manutenção Eletrica Ltda -me - Intime-se o requerente para dar se manifestar acerca do mandado juntado aos autos sem cumprimento à fl. 73 e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de julgamento sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, §1º, do NCPC/2015. Decorrido os prazos, conclusos os autos. P.R.I.C.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: JULIANA FALCI MENDES (OAB 223768/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0648470-

95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Ronaldo Celio Monteiro de Lima - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ISABELLE MARIA A. DE O. M. DE MORAIS (OAB 45941/DF) - Processo 0650642-10.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Preminas Industria e Comercio de Pre-moldados Ltda - Marceones Costa da Silva - Indefiro, por ora, pedidos de fls. (119), posto que não se esgotaram os meios disponíveis nesta serventia. Portanto, tendo em vista a Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o requerente para efetuar o pagamento da custa eletrônica, no prazo de 10 (dez) dias. Após, proceda-se as pesquisas em nome do requerido, via sistemas (BACENJUD), acerca de endereços diversos ainda não utilizados. Cumpra-se, logo após o comprovante de pagamento juntado nos autos, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJ/AM. P.R.I.C.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0656266-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Empreitada - REQUERENTE: Ladislau Queiroz Amorim - REQUERIDO: Patriurbis 02 Empreendimento Imobiliario Ltda - Trata-se de Execução de Título Extrajudicial proposta por Ladislau Queiroz Amorim, em face de Patriurbis 02 Empreendimento Imobiliario Ltda. Mantenho decisão de fls. 139/140, pelos motivos anteriormente expostos. À luz do art. 290 do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, no prazo legal de 15 (quinze), antecipar as custas processuais, sob pena de cancelamento do feito na distribuição. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores inerentes a reconsideração da concessão do benefício da justiça gratuita, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0657560-30.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Elcimar Costa de Souza - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, “d”. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 621A/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: ISABELLE BIANCA SAMPAIO GOMES (OAB 5831/AM), ADV: MARIA DO CARMO LIMA DOS SANTOS (OAB 9096/AM), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM), ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM) - Processo 0701055-37.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Izabel Maria Fernandes Cavalcante - REQUERIDA: Montanna Veículos Ltda - Banco Itaucard S/A - PERITO: Marcos Antonio Mota de Vasconcelos - Trata-se de Procedimento Comum Cível proposta por Izabel Maria Fernandes Cavalcante, em face de Banco Itaucard S/A e Montanna Veículos Ltda. Exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da questão controvertida, a realização de nova perícia, especialidade (engenheiro mecânico), verificando se há a existência de supostos vícios, natureza dos supostos vícios, a origem dos supostos vícios e dentre outros pontos, conforme requerido às fls. (135). Portanto, nomeio o INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, contato@inpeam.com.br, telefone (92) 99514-4747 / (92) 98415-9162, como perito do Juízo, o qual deverá ser intimado para manifestar se aceita o encargo, marcando data, hora e local para realização da perícia, bem como proposta de honorários, preconizado no art. 465, §2° do NCPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Sendo o encargo aceito, intime-se a parte interessada para o pagamento dos honorários no mesmo prazo supracitado, conforme art. 95 NCPC. No mesmo soar, intimem-se, também, as partes para indicarem assistentes técnicos e quesitos, ou arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso, conforme art. 465, §1º do NCPC, no prazo de 15 (quinze) dias, contados desse despacho de intimação e nomeação do perito. Cumpridas as determinações acima, defiro o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo pericial. P.R.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0712154-04.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: SB Distribuidora de Carnes Ltda - ME - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas

procedimentais: I - Intime-se o Requerente para manifestar-se acerca do bloqueio NEGATIVO via sistema BACENJUD às fls. 321, no prazo de 05 (cinco) dias. II - Informamos, também, que foi feita somente uma pesquisa via sistema BACENJUD, haja vista o requerente ter juntado aos autos o pagamento de apenas 1 (uma) pesquisa eletrônica e tal medida ser cobrado por cada ato. III - Caso, ainda, haja interesse em que sejam realizadas pesquisas via sistemas RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, intime-se a parte interessada para que junte as devidas custas eletrônicas, no mesmo prazo supracitado.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102/PR) - Processo 0715003-46.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Plenosoft Informatica LTDA - INTSSADO: Receita Federal do Brasil em Manaus - Diretor Geral do TRE-AM - TNL PCS S/A - Claro S/A (Net Serviços de Comunicação S/A - Vivax S/A) - Tim Celular S/A - SERASA - Centralização de Serviços Bancários S/A - VIVO - Telefonia Celular S/A - Indefiro pedido de fls. (171), haja vista até o presente momento não ter sido efetivado a citação do requerido, e ser de competência da parte autora promover as diligências cabíveis para fins de citação. Ademais, conforme o NCPC/2015, interrompe a prescrição, o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição do título, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 13904A/PA)
Acácio Valdemar Lorenção Júnior (OAB 105465/SP)
Adalberto Barreto Antony (OAB 2093/AM)
Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB 10804/AM)
Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Pena de Carvalho (OAB 4208/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Altemir de Souza Pereira (OAB 6773/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista Moura (OAB 6677/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
ANGELO DE OLIVEIRA SPANO (OAB 314472/SP)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Ariomar Nasçon de Oliveira Alencar (OAB 2990/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
BIANCA PETRONILHA DOS SANTOS BARROS (OAB 44798GO)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Bruna do Canto Machado (OAB 405143/SP)
BRUNA DO CANTO MACHADO (OAB 55655/DF)
Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB 6975/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Carlos Diogo Cardoso Maia (OAB 12568/AM)
Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB 5910/AM)
Carlos Felyppe Tavares Pereira (OAB 9512/ES)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB A671/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Clotilde Miranda Monteiro de Castro (OAB 8888/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Dayana Márcia Evangelista de Oliveira (OAB 10892/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
DENIS RICOY BASSI (OAB 249960/SP)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Diego Campos (OAB 621A/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 1054A/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edson Belmont de Lima (OAB 8931/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Antônio Soares Ribeiro (OAB 8578/AM)
Eduardo Dória Nehmé (OAB 34320/DF)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisângela Alves dos Santos (OAB 53139/PR)
Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB 3433/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Erik Idler Gomes (OAB 305677/SP)
Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB 12133/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
FELIPE DE ASSIS SERRA (OAB 47114/DF)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flavia Safadi Ubaldo (OAB 173434/RJ)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102/PR)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Frederico Augusto Sampaio Veiga (OAB 11411/AM)
GABRIELA WERNER RANCI (OAB 87903/RS)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gesiel de Souza Rodrigues (OAB 141510/SP)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heládio de Souza Gomes (OAB 11163/AM)
HELADIO DE SOUZA GOMES JÚNIOR (OAB 11129/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)

Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hugo Fábio Sampaio Telles de Souza (OAB 7153/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Isabelle Bianca Sampaio Gomes (OAB 5831/AM)
Isabelle Maria A. de O. M. de Morais (OAB 45941/DF)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
João Roberto dos Anjos Filho (OAB 12389/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB 11820/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 79757/MG)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
José Vicente Cêra Junior (OAB 155962/SP)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Juliana Falci Mendes (OAB 223768/SP)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karen Badaró Viero (OAB 270219/SP)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Karla Maia Barros (OAB 6757/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Lena Marina Moreira Puga Barbosa (OAB 5224/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucas de Souza Valente (OAB 13191/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Eduardo Pessoa Pinto (OAB 11565/CE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz José Lopes Pessôa (OAB 1075/AM)
MAIANA SALTON (OAB 70263/RS)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 173524/RJ)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Márcia Lúcia Turiel Hagge (OAB 7681/AM)
Márcio César Oliveira Leite (OAB 9195/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB 2324/AM)
Marcos Roberto Marinho Campos (OAB 4492/AM)
Maria do Carmo Lima dos Santos (OAB 9096/AM)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (OAB 13000/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Marli Inacio Portinho da Silva (OAB 150793/SP)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Paschoalotto (OAB 108911/SP)
Nelson Paschoalotto (OAB 973A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nicolas Negri Pereira (OAB 345125/SP)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 25498/PA)
Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB 2708/AC)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
Rafael Allbuquerque Gomes de Oliveira (OAB 4831/AM)
Rafael cinini dias costa (OAB 152278/MG)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
RAQUEL WONDRACEK MOURA (OAB 68920/RS)
Renno Andrade Valer (OAB 8669/AM)
Ricardo Alan Monteiro Batista (OAB 8084/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
ROSELI DOS SANTOS FERRAZ VERAS (OAB 77563/SP)
ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Rui Nogueira Paes Caminha Barbosa (OAB 22355-ACE)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sérgio Roberto Bulcão Bringel Júnior (OAB 14182/AM)

Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 298933/SP)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
SILVANA M. GIACOMINI WERNER (OAB 23805/RS)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 666A/AM)
Soraya Seixas Nunes Colares (OAB 9952/AM)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Tâmia Picanço de Jesus Marques (OAB 10111/AM)
Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes (OAB 4976/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thallyne Jamylle Campos Feijao (OAB 14295/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB 7159/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Vanessa Pizzaro Rapp (OAB 569A/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Vinicius Reis Moreira (OAB 322264/SP)
Viviane Marino (OAB 325316/SP)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0275/2019

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 11413/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0620675-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Conversão - REQUERENTE: Jose Sebastião da Costa Filho - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0647420-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ney de Castro Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 11413/MT)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0276/2019

ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: ADRIANA MONTEIRO RAMOS (OAB 4102/AM) - Processo 0311248-89.2006.8.04.0001 (001.06.311248-6) - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão - REQUERENTE: D.C.R.S.R.S.P. - REQUERIDO: G.T. - Isto posto, homologo a desistência, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do NCPC, e extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Pendendo de pagamento as custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Estando as custas processuais devidamente pagas, determino a imediata baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e o arquivamento dos autos. P. R. I. Manaus, 02 de agosto de 2019.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: NEI DE PAULA MARTINS FALCÃO (OAB 11167/AM) - Processo 0600826-30.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: CONDOMÍNIO AMAZONAS - REQUERIDO: I R COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI - EPP (VITRINE AMAZÔNICA) - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 110/119, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO BARBOSA VINHAS (OAB 255427/SP), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO BARBOSA VINHAS (OAB 255427/SP) - Processo 0621398-07.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Samel - Plano de Saúde Ltda - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Intelig Telecomunicações Ltda. - Ante o exposto, com fundamento no art. 842, do Código Civil, homologo por sentença a transação celebrada entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e, como corolário desta decisão, com espeque no art. 487, III, "b" do NCPC, julgo encerrada a controvérsia com resolução de mérito. Caso qualquer das partes quede-se em contumácia quanto as obrigações assumidas, promova a parte interessada o cumprimento da sentença na forma do art. 509, do NCPC. Inexistindo interesse das partes em recorrer, e, uma vez comprovado nos autos o pagamento das custas judiciais devidas, determino a baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e posterior arquivamento dos autos. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de fevereiro de 2019.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0626300-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDA: Irleia do Vale Lopes - Levando em consideração as certidões de fls. 154, 156 e 177, determino a intimação do Exequente BANCO SANTANDER BRASIL S/A., na pessoa de seus patronos integrantes da ROBOREDO ADVOGADOS ASSOCIADOS, com endereço a rua Boa Vista, 254, 7º andar, conj. 709/715 - Centro, CEP 01014-000, São Paulo, SP, conforme substabelecimento de procuração de fls. 7 dos presentes autos, bem como na pessoa de seu Diretor - Presidente, com endereço constante na petição inicial, para efetuar o pagamento imediato das custas processuais deste processo no valor de r$ 11.329,99 (onze mil, trezentos e vinte e nove reais e noventa e nove centavos), conforme calculo de fls. 157 - copia anexa, sob pena de extinção do feito e arquivamento . Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: INGRID GODINHO

DODÔ (OAB 9425/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0628305-32.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: PRISCILA MARCOLINO COUTINHO - REQUERIDO: São Constantino Empreendimentos Imobiliários Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 159/170, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: CELERINO LEITE JÚNIOR (OAB 6481/AM) - Processo 0632929-22.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Santiago Administração e Participações Ltda - REQUERIDO: Black Pub e Restaurante Ltda - Me - Nivea Maria Goncalves Gomes - Isto posto, homologo a desistência, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do NCPC, e extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Condeno ainda a parte requerente ao pagamento das custas processuais, na forma do artigo 90, CPC. Pendendo de pagamento as custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Estando as custas processuais devidamente pagas, determino a imediata baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e o arquivamento dos autos. P. R. I. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0638977-60.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Aldyr Alves Martins Junior - Isto posto, homologo a desistência, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do NCPC, e extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Pendendo de pagamento as custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Estando as custas processuais devidamente pagas, determino a imediata baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e o arquivamento dos autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: THIAGO DE OLIVEIRA SAMPAIO DA SILVA (OAB 59419/DF) - Processo 0642274-75.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Sicoob Executivo - REQUERIDA: Monica Costa Noronha - Feito executório. Cite-se o executado, para no prazo de três (03) dias efetuar o pagamento da quantia em execução, indicado na petição de fls 84-96, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quantos bastem, para a garantia do pagamento da divida e acréscimos legais decorrentes, na forma do artigo 829 do CPC. Após a publicação deste despacho, a parte, em quinze dias, deve apresentar o comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça, sob pena de extinção do feito. Não havendo a comprovação, encaminhem-se os autos para sentença extintiva. Havendo comprovação do pagamento das custas, expeça-se o respectivo mandado. No mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrando o executado, faça o Oficial de Justiça a penhora dos bens que for necessário, devendo indicar nos autos respectivos a estimativa de valor dos bens, conforme preceitua o artigo 830 do CPC. Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. § 1o Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. O devedor deve ser intimado para embargar a execução no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 914 e seguintes, do CPC. Havendo embargos à execução, voltem-me os autos conclusos. Fixo, de plano os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução, nos termos do art. 827 do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO MARQUES MACEDO DA SILVA (OAB 42065/BA) - Processo 0643294-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Luís Jorge de Arruda Rosas - REQUERIDO: Rubenito Cardoso da Silva Júnior - Isto posto, homologo a desistência, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do NCPC, e extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Condeno ainda a parte requerente ao pagamento das custas processuais, na forma do artigo 90, CPC. Pendendo de pagamento as custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Estando as custas processuais devidamente pagas, determino a imediata baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e o arquivamento dos autos. P. R. I. Manaus, 22 de agosto de 2019.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriana Monteiro Ramos (OAB 4102/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Celerino Leite Júnior (OAB 6481/AM)
Diego Marques Macedo da Silva (OAB 42065/BA)
Gustavo Barbosa Vinhas (OAB 255427/SP)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Ingrid Godinho Dodô (OAB 9425/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Nei de Paula Martins Falcão (OAB 11167/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Thiago de Oliveira Sampaio da Silva (OAB 59419/DF)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0221/2019

ADV: ELÓI CONTINI (OAB 35912/RS), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0010443-83.2004.8.04.0001 (001.04.010443-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Ativos S.A - Securitizadora de Créditos Financeiros - Vistos etc. Defiro pedido de Bacenjud. Intime-se o exequente para realizar o pagamento das despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Após o cumprimento da medida, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao resultado. Cumpra-se.

ADV: FRANCINETE SEGADILHA FRANÇA (OAB 867/AM), ADV: JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (OAB 126504/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM),

ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM) - Processo 0012650-21.2005.8.04.0001 (001.05.012650-5) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Marcondes Rocha da Costa - REQUERIDO: Credicard S.a. Administradora de Cartoes de Credito - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca dos documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAMILLA RUBIN MATOS (OAB 9405/PA), ADV: DÉBORA PUREZA COTTA BISINOTO (OAB 2678/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0019444-49.2010.8.04.0012 (012.10.019444-6) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Mil Madeireira Itacoatiara Ltda - Vistos etc. Intime-se o autor pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, regularizar sua representação processual, sob pena de baixa e arquivamento. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0023325-48.2002.8.04.0001 (001.02.023325-7) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: VALERIA MARTINS O A SILVEIRA (OAB 003.697/AM) - Processo 0032017-36.2002.8.04.0001 (001.02.032017-6) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: SMA Administração e Participações S.A - Fundação dos Economiários Federais - Funcef e outros - REQUERIDA: Ishikawa & Ishikawa Ltda - Vistos etc. Tendo em vista o teor da certidão exarada à fl. 405 dê-se baixa, sem prejuízo à parte que poderá postular o cumprimento de sentença, desde que dentro do prazo prescricional. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 79757/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0048724-79.2002.8.04.0001 (001.02.048724-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos etc. Intime-se o autor a recolher e apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do Oficial de Justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção por abandono. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0223396-22.2009.8.04.0001 (001.09.223396-2) - Busca e Apreensão - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Créditos Financiamentos e Investimentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÚCIA PORTO VEIGA MALAVASI (OAB 485A/AM), ADV: WASHINGTON CÉSAR ROCHA MAGALHÃES (OAB 4203/AM), ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: THALITA ODETH RIBEIRO DE PONTES E SOUZA (OAB 11959/AM), ADV: LUCIA PORTO VEIGA MALAVASI (OAB A485/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM) - Processo 0227922-32.2009.8.04.0001 (001.09.227922-9) - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Joel Nonato Freire de Souza - REQUERIDO: M.V. de Souza e Cia Ltda - ASSLITISC: Emmanuel Nonato de Souza - Vistos etc. Intime-se o requerente, pessoalmente e via publicação, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CHRISTIAN LAURE (OAB 155277/SP), ADV: RODRIGO MATOS GERALDO (OAB 319379/SP) - Processo 0229195-94.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Robson Nakamura de Bonis - Vistos etc. Intime-se o autor a recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção por abandono. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se mandado de penhora e avaliação no endereço indicado à fl. 17. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO VILELA LINHARES ARAÚJO (OAB 98585/MG), ADV: EDUARDO VELOSO PEDROSA (OAB 100006/MG) - Processo 0230534-88.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: C.D.M. - Vistos etc. Intime-se o autor a recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção por abandono. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Cumpra-se.

ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: RICARDO WAGNER DA COSTA MONTE (OAB 4436/AM), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0238823-59.2009.8.04.0001 (001.09.238823-0) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria Eduarda Rodrigues Almeida - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S.A. e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0243395-87.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Mercantil Nova Era Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0248402-94.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Raimundo Mathias de Souza Neto - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 2772/AM) - Processo 0254832-33.2008.8.04.0001 (001.08.254832-4) -

Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Simão Gomes Bentes - REQUERIDO: Banco Brasileiro de Descontos S.A - Bradesco - Vistos etc. Intime-se o autor, pessoalmente e via publicação, para se manifestar acerca da petição de fls. 58/59, ou demonstrar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: SILVANA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 8778/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0256121-93.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: RC Recebiveis Ltda - REQUERIDO: Paulo Cezar Castro Lima e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0601232-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Vistos etc. Expeça-se RPV. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM) - Processo 0602981-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Danilo Lima Tavares - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM) - Processo 0604437-83.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: C.F.J.E. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da contraproposta de fls. 64, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: GIULIANNE LOPES CURSINO (OAB 7922/AM), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB 1185A/AM), ADV: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (OAB 28490/PE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607989-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ivanize Maria Siqueira de Farias - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0608129-27.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Tatiane Pereira de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: PAULA DONOLINA MEIRELES RAMOS (OAB 8559/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609570-82.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARILI DALUZ RIBEIRO TABORDA (OAB 727/AM), ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM), ADV: CRISTIAN MENDES DA SILVA (OAB 691A/AM) - Processo 0610356-58.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S.A. - REQUERIDA: Rosimeiry Leite Maia - Vistos etc. Digam as partes sobre a situação atual do contrato, no prazo de 15 (quinze) dias, evitando, assim, eventual decisão contraditória por parte do juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LEILA PRISCILLA PONCIANO DE SOUZA (OAB 12460/AM), ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP) - Processo 0610481-60.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM), ADV: MARIA FERREIRA DE SOUZA (OAB 2346/AM), ADV: EVANDER ELIAS DE QUEIROZ (OAB 7015/AM) - Processo 0610562-72.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0605110-52.2014.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: RAQUEL DA SILVA TOMIASI e outro - REQUERIDO: Ademir Olavo Azevedo Ferreira Filho - LISTPASSIV: MONICA DE SOUZA FARIAS - Compulsando os autos, verifiquei que a nova patrona do requerido Ademir, Dra. Edyranne Nascimento dos Santos OAB/AM 11157, não foi intimada da sentença, vez que não estava cadastrada, o que ocorreu nesta data. Dessa forma, intimo a parte acima mencionada para que tome ciência da determinação cujo teor segue abaixo: " DISPOSITIVOS Proc. 0605110-52.2014 - Reivindicatória JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por Ademir Olavo Azevedo Ferreira Filho em face de Mônica de Souza Farias, extinguindo o processo 0605110-52.2014.8.04.0001 com resolução de mérito, na forma do CPC 487, I, para: a) reconhecer que o autor, à época da inicial, era titular dos direitos de promissário comprador do imóvel localizado no Loteamento Novo Aleixo, Rua Juazeirinho, Lote 04, Quadra C-27, parte do todo maior registrado sob a matrícula 8833, do Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras de Manaus; b) reconhecer que o autor transferiu sua posição contratual para Celso Tomiasi e Raquel da Silva Tomiasi e, assim, dar por perdido o objeto do pedido de imissão na posse do referido imóvel. Condeno a requerida a pagar custas processuais e honorários de advogado, estes arbitrados em 10% sobre o valor da causa, conforme art. 85, § 2º, do CPC, cuja exigibilidade está suspensa diante da gratuidade da justiça deferida, nos termos do CPC 98, §3º. Proc. 0610562-72.2016 - Embargos de Terceiro JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por Celso Tomiasi e Raquel da Silva Tomiasi em face de Ademir Olavo Azevedo Ferreira Filho e Mônica de Souza Farias, e extingo o processo 0610562-72.2016.8.04.0001 com resolução de mérito, na forma do CPC 487, I, para: a) conceder tutela de urgência para a reintegração de posse dos embargantes sobre o imóvel localizado no Loteamento Novo Aleixo, Rua Juazeirinho, Lote 04, Quadra C-27, parte do todo maior registrado sob a matrícula 8833, do Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras de Manaus; b) condenar a requerida a restituir espontaneamente o imóvel descrito no item "a" deste dispositivo aos requerentes, no prazo de 30 dias; Em caso de decurso do prazo sem a devolução espontânea, determino a imediata desocupação forçada e, para tanto, defiro desde já o auxílio de força policial, se necessário, que

deve agir com a parcimônia que o caso familiar requer. Deixo de apreciar o pedido de reparação de supostos danos materiais por não ser este o objeto da demanda. Deixo de condenar o requerido Ademir Olavo Azevedo Ferreira Filho nos ônus de sucumbência por não ter dado causa ao ato judicial que esbulhou os embargantes. Condeno, ainda, a ré a pagar custas processuais e honorários de advogado, estes arbitrados em 10% sobre o valor do imóvel, conforme art. 85, § 2º, do CPC. Não houve pedido de gratuidade da justiça nestes autos, porém nada impede a formalização do pedido e o seu deferimento nas fases processuais seguintes. Faço juntar em cada processo uma cópia desta sentença una. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se todos os processos objetos desta sentença. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611098-20.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: JOÃO VITA FRAGOSO DE MEDEIROS (OAB 12058/PE) - Processo 0611496-35.2013.8.04.0001 - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: PEIXARIA E RESTAURANTE TUCUNARÉ LTDA - EMBARGADO: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Compulsando os autos, verifiquei que o patrono do embargado não foi intimado da sentença, vez que não estava cadastrado, o que ocorreu nesta data. Dessa forma, intimo para que tomar ciência da determinação de fls. 457/461, cujo teor segue abaixo: " Dito dessa maneira, JULGO IMPROCEDENTES os embargos à execução, e como consequência extingo o processo com resolução do mérito na forma do CPC, art. 487, I. Custas e honorários de advogado pela parte embargante, estes são elevados para 20% (vinte por cento) dos estipulados nos autos de execução, na forma do art. 827, §2º, CPC, cuja exigibilidade fica suspensa vez que beneficiados com a justiça gratuita. Prossiga-se a execução nos seus ulteriores termos. Reproduza-se esta sentença nos autos de execução. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Cumpra-se."

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0611726-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM), ADV: LOREN GISELE DE LIMA NICÁCIO PAZOS (OAB 5211/AM), ADV: CAROLINE OLIVEIRA QUINTANILLA (OAB 5594/AM) - Processo 0615792-27.2018.8.04.0001 - Restauração de Autos - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edineia Assis da Costa - REQUERIDO: Radio Tv do Amazonas S/A - Vistos etc. Intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 108. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0616910-77.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0618745-32.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda. - Vistos etc. Proceda-se ao bloqueio do veículo via Renajud. Após intimem-se a falar, em 15 dias. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 8927/SC), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0621266-18.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Defiro a substituição processual. Anote-se. Indefiro os pedidos de fls. 105/107 uma vez que o requerido sequer foi citado conforme a decisão de fl. 102. Assim, determino a intimação do autor para recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0621936-22.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0623006-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: José Nilton Fonseca de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos etc. Intime-se o requerido para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o pedido de desistência do autor. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM) - Processo 0623257-29.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Japurá Pneus Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: FILIPE CÂNDIDO MAIA COUTINHO (OAB 26213/PE), ADV: VERA MARIA TRAVASSOS OLIVEIRA (OAB 11535/PE), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0623892-10.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antônio Soares da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação,

os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: ALEXANDRE MARQUES SILVEIRA (OAB 120410/SP), ADV: MAXIMILIANO CARLOS DA SILVA BARBOZA (OAB 8547/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM) - Processo 0624461-45.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Ariana Cortez Lima - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Compulsando os autos, verifiquei que houve publicação do ato ordinatório de fls. 132 aos antigos patronos do requerido. Nesta data, procedi com o cadastro dos novos advogados do réu conforme poderes de fls. 115/116. Dessa forma, intimo a parte requerida para tomar ciência do ato cujo teor segue abaixo: " Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM), ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM) - Processo 0624702-82.2014.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Adriana Araujo Cruz - REQUERIDO: Pedro Ciredson Sousa Dias - Vistos etc. Intime-se a autora, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM), ADV: ALINE CINTRÃO FERREIRA (OAB 9275/AM) - Processo 0625684-96.2014.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria Adamandia Nadler Theocharopoulos - REQUERIDO: José Auirio Olinto - Compulsando os autos, verifiquei que a patrona do requerido que foi intimada da sentença juntou aos autos termo de renuncia. Outrossim, cadastrei neste ato, a outra patrona do réu que consta na procuração de fls. 129 Dra. Aline Cintrão Ferreira OAB/AM 9275. Dessa forma, intimo a para que tome ciência da determinação acima , cujo teor segue abaixo: " Dito isso, julgo PROCEDENTES os pedidos formulados pela autora, confirmando a liminar concedida referente ao terreno urbano descrito na inicial e extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para: a) condenar o requerido a que se abstenha de realizar qualquer ato que embarace a posse da autora no referido imóvel; b) condenar o requerido ao pagamento de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), a título de danos materiais, referentes ao valor arbitrado pelos prejuízos decorrentes da demolição da casa que havia no terreno e sobre os quais incidirão correção monetária pelo INPC, a partir do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula 43 do STJ, e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação; c) condenar o requerido ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, dos quais está temporariamente dispensado em razão da gratuidade da justiça que ora defiro, na forma do art. 98, §3º, CPC. Publique-se. Registrem-se. Intimem-se. Cumpra-se.Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se."

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0626274-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Laura Rebeca de Oliveira Guimarães - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626554-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Oderlan Santos Souza - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0627299-24.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Vistos etc. Intime-se o autor para promover o andamento da execução, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO DE OLIVEIRA MAIA (OAB 10052/AM) - Processo 0627659-80.2019.8.04.0001 - Demarcação / Divisão - Condomínio - REQUERENTE: Paulo Fernando Fonseca Castagnari - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629095-74.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0629898-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Claudinei Alves Lima - REQUERIDO: Sabemi Previdência Privada - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0631234-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Arlete Garcia Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc. Intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação. Digam as partes, no mesmo prazo, sobre o interesse em audiência de conciliação. Caso positivo, remetam-se os autos ao CEJUSC. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO CARLOS RAMOS DA SILVA (OAB 163988/RJ) - Processo 0632588-30.2017.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A e outro - Vistos etc. Revel Maria do Perpétuo Socorro Farias de Araújo. À secretaria para providenciar a intimação do primeiro embargado, Banco Bradesco. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS ANDRADE MARTINS (OAB 10396/AM), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0635423-88.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Entregar - REQUERENTE: Marcelo Cardoso do Nascimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM) - Processo 0636047-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Giovanna Leão Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta

nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0637417-88.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0640771-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Pedro Henrique Monteiro de Sousa - REQUERIDO: Hapvida Assitência Médica Ltda - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes, requerente e requerida, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0641626-32.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda. - SAMEC - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO P OLIVEIRA FREITAS (OAB 235676/SP), ADV: RODRIGO POZNIAK OLIVEIRA FREITAS (OAB 235676/SP) - Processo 0641732-57.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: A.D.G.C.C.A. - Vistos etc. Intime-se a autora para, em 15 (quinze) dias, falar sobre a competência desta Comarca, visto que nenhuma das partes tem domicílio ou residência neste Estado e o fato, conforme demonstrado na inicial, não ocorreu aqui, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0641919-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Vistos etc. Defiro o parcelamento das custas iniciais em 6 (seis) vezes, termos do art. 98, §6º, do CPC. Intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, recolher as custas da primeira parcela, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme o art. 290, do CPC. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: IGOR GOYA RAMOS (OAB 371952/SP), ADV: LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO (OAB 32786/PE), ADV: PAULO ROBERTO BRAGA BARBOSA JÚNIOR (OAB 2356/AM) - Processo 0642966-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Petroleo Sabba Sa - REQUERIDO: Powertech Engenharia Serviços e Locações de Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S/A - Vistos etc. Intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 236-265. Com ou sem manifestação, façam-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DE LIMA FILHO (OAB 10014/AM), ADV: BRUNO CÉSAR BENTES FREITAS (OAB 18475/PA), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM) - Processo 0643245-31.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADA: TANIA MARIA DE CARVALHO BATISTA e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e em cumprimento ao despacho de fls. 131, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da petição e documentos acostados às fls.134/136, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0652189-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Romildo Vieira da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Vistos etc. Intime-se como requerido. Cumpra-se.

ADV: NATHALIE RICHTER MINHOTO WIEMES (OAB 380644/SP), ADV: MARIA FERNANDA VIRMOND PEIXOTO (OAB 33724/PR), ADV: VANESSA ANIS MEDEIROS ASSAD (OAB 39397/PR) - Processo 0659527-13.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0661636-97.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Alliance Comércio e Representação de Material Médico Hospitalar Ltda - EXECUTADO: Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) Exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da comprovação de pagamento nas fls. 199-201, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0704057-15.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Alexandre Marques Silveira (OAB 120410/SP)
Aline Cintrão Ferreira (OAB 9275/AM)
Antônio Braz de Lima Filho (OAB 10014/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Lúcio de Oliveira Maia (OAB 10052/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno César Bentes Freitas (OAB 18475/PA)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camilla Rubin Matos (OAB 9405/PA)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Caroline Oliveira Quintanilla (OAB 5594/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
Cristian Mendes da Silva (OAB 691A/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Débora Pureza Cotta Bisinoto (OAB 2678/AM)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB 1185A/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Eduardo Veloso Pedrosa (OAB 100006/MG)

Edyranne Nascimento dos Santos (OAB 11157/AM)
ELÓI CONTINI (OAB 35912/RS)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Evander Elias de Queiroz (OAB 7015/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Filipe Cândido Maia Coutinho (OAB 26213/PE)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francinete Segadilha França (OAB 867/AM)
Francisco Carlos Ramos da Silva (OAB 163988/RJ)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Giulianne Lopes Cursino (OAB 7922/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 8927/SC)
Gustavo Vilela Linhares Araújo (OAB 98585/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Igor Goya Ramos (OAB 371952/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Vita Fragoso de Medeiros (OAB 12058/PE)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 79757/MG)
José Carlos Pereira de Oliveira (OAB 2772/AM)
José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB 126504/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júlio Christian Laure (OAB 155277/SP)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leila Priscilla Ponciano de Souza (OAB 12460/AM)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO (OAB 32786/PE)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (OAB 5211/AM)
Lúcia Porto Veiga Malavasi (OAB 485A/AM)
Lucia Porto Veiga Malavasi (OAB A485/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Maria Fernanda Virmond Peixoto (OAB 33724/PR)
Maria Ferreira de Souza (OAB 2346/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Marili Daluz Ribeiro Taborda (OAB 727/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Maximiliano Carlos da Silva Barboza (OAB 8547/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
MOISÉS ANDRADE MARTINS (OAB 10396/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nathalie Richter Minhoto Wiemes (OAB 380644/SP)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paula Donolina Meireles Ramos (OAB 8559/AM)
Paulo Roberto Braga Barbosa Júnior (OAB 2356/AM)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Wagner da Costa Monte (OAB 4436/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 33416/SC)
Rodrigo Matos Geraldo (OAB 319379/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo P Oliveira Freitas (OAB 235676/SP)
Rodrigo Pozniak Oliveira Freitas (OAB 235676/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silvana Lima de Oliveira (OAB 8778/AM)
Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB 28490/PE)
Thalita Odeth Ribeiro de Pontes e Souza (OAB 11959/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Valeria Martins O A Silveira (OAB 003.697/AM)
Vanessa Anis Medeiros Assad (OAB 39397/PR)
Vera Maria Travassos Oliveira (OAB 11535/PE)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Washington César Rocha Magalhães (OAB 4203/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0326/2019

ADV: NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 2708/AC), ADV: FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES (OAB 1192/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: THAÍSA CARVALHO BATISTA FRANCO DE MOURA (OAB 8300/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: FLÁVIO CORDEIRO ANTONY (OAB 1040/AM) - Processo 0009555-96.1995.8.04.0012/01 (012.95.009555-3/00001) - Embargos à Execução - EXEQUENTE: Flávio Cordeiro Antony - EXECUTADO: José Adelson Tupinambá - Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0246880-32.2010.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Gilberto de Jesus Vieira Mourão e outro - Considerando a ausência de acesso por parte do juízo aos sistemas indicados às fls. 226, intimo o exequente a informar diligências úteis, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0603093-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 4482/MT), ADV: WERLY STENNYSON SILVA DE MEDEIROS (OAB 9862/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0607005-77.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - REQUERIDA: Fernanda Cordeiro de Souza - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, , no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0608221-73.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: J. Souza dos Santos Rent a Car - ME (J. V. M. Veículos) - Jocynei Souza dos Santos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Executado para que se manifeste acerca da contraproposta de acordo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609652-79.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE STÁBILE (OAB 251594/SP) - Processo 0614284-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antônio Freitas Sampaio - REQUERIDO: Mundial Editora - L. A. M. Folini Cobranças - ME - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0622480-73.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: Israel Souza de Almeida - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: MINÉIA SOUZA DOS SANTOS (OAB 9231/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0624462-25.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria Auxiliadora da Silva Pinto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Sr. Perito para que apresente o laudo pericial, no prazo de 05 (cinco) dias, tendo em vista o término do prazo estabelecido pelo juízo.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0630550-79.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634841-25.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada no sistema conveniado (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0635340-43.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL MESQUITA (OAB 193189/SP), ADV: PAULA SCHIAVOLIN (OAB 323112/SP), ADV: RODRIGO QUINTINO PONTES (OAB 274196/SP) - Processo 0635642-09.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Belizi Atacadista de Produtos de Beleza Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0639745-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Francisca Raimunda Balieiro Teixeira

- REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO (OAB 33668/PE), ADV: TIAGO JOÃO SALLES BOTELHO (OAB 11873/AM) - Processo 0640190-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: R. N. R. Real Eireli - REQUERIDO: General Motors do Brasil Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Sr. Perito para que apresente o laudo pericial, no prazo de 05 (cinco) dias, tendo em vista o término do prazo estabelecido pelo juízo.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0647168-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Diogo Dantas de Moraes Furtado (OAB 33668/PE)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flávio Cordeiro Antony (OAB 1040/AM)
Francisco Nascimento Marques (OAB 1192/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Stábile (OAB 251594/SP)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Ioldy Vânio Lima Fonseca (OAB 8069/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 4482/MT)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Minéia Souza dos Santos (OAB 9231/AM)
Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB 2708/AC)
Paula Schiavolin (OAB 323112/SP)
Rafael Mesquita (OAB 193189/SP)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Rodrigo Quintino Pontes (OAB 274196/SP)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Thaísa Carvalho Batista Franco de Moura (OAB 8300/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tiago João Salles Botelho (OAB 11873/AM)
Werly Stennyson Silva de Medeiros (OAB 9862/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0327/2019

ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM) - Processo 0609010-38.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: J. L. Chaar Simão (Amazon Print) - REQUERIDO: Danielle Albano Peçanha - ME - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0610340-36.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Michel Silva de Brito - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: NEWTON SAMPAIO DE MELO (OAB 5306/AM) - Processo 0633261-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Leônidas Alves da Silva Júnior - REQUERIDO: Kaele Ltda. - K. L. Rent A Car - INTSSADO: Serviço de Proteção ao Crédito - SPC - Serasa - AM - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos às fls. 34, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0637372-84.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Walzenir Grangeiro Pinheiro - INTSSADO: Vara Única da Comarca de Boca do Acre/AM - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
Newton Sampaio de Melo (OAB 5306/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0185/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR) - Processo 0601937-83.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre a pesquisa no sistema judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 23 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: ELISÂNGELA DIAS GAMA (OAB 12349/AM) - Processo 0611651-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Heraclito Leal Gama - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613047-45.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: KELVIN RODRIGUES DA SILVA (OAB 9203/AM) - Processo 0616235-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: N.E.L.P. - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0617044-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Alberto Mourao Saraiva Filho - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0618818-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ricardo da Encarnacao Lima - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: SANDRO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 4830/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM) - Processo 0618861-33.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Autoserviço Processamento de Dados Ltda - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.702, §2º do NCPC, Abro vista ao Autor sobre os embargos à monitoria e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0621938-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda. - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0622776-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - De acordo com o Provimento nº 261-CGJ/AM .Intimo o Autor a proceder o pagamento do boleto eletrônico referente as custas da diligencia do Oficial de Justiça, com a devida comprovação nos autos, para que possa ser gerado o devido mandado.

ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM) - Processo 0626820-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Regina Coeli Cabral de Abreu - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0629406-36.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0629791-47.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Unipar Spe Moradas do Parque Ltda - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 26 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0630245-90.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0632515-97.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 23 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM) - Processo 0633677-20.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Sandro Cley Simões Rafael - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633687-06.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre a pesquisa no sistema judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 26 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0636792-49.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0637094-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Marlucia Peixoto Figueiredo - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: RICARDO MARTINS AMORIM (OAB 216762/SP) - Processo 0638552-33.2019.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Móvel - REQUERENTE: Playarte Cinemas Ltda - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: JOÃO PAULO SIMÕES DA SILVA ROCHA (OAB 5549/AM), ADV: PAULO NEY SIMÕES DA SILVA (OAB 2196/AM) - Processo 0638611-21.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0010908-40.1996.8.04.0012) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: I M Motame - REQUERIDO: Jumar Pecas e Acessorios para Veiculos Ltda - Vistos, Defiro o parcelamento das custas processuais, em 3 parcelas, cuja primeira parcela deverá ser paga no prazo de 15 (quinze) dias, e as demais na mesma data dos meses subsequentes, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do

art. 321, parágrafo único, CPC. Ressalto que o pagamento deverá ser realizado mediante guias a serem obtidas junto à Contadoria. Após o pagamento da primeira parcela, recebo os Embargos de Terceiros, determino a suspensão da execução por imposição do art. 678 do CPC. Determino ainda a suspensão da medida para regularizar o veiculo junto ao DETRAN, contudo, ressalto que permanecerá a restrição para a transferência do veículo. Certifique-se nos autos principais. CITE-SE/INTIME-SE o embargado, para, em querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 679 do CPC.

ADV: ERIC RAFAEL MACEDO DE CARVALHO (OAB 10485/AM) - Processo 0642259-09.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Compra e Venda - REQUERENTE: João Rosa Correia - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.93/136. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0644348-05.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Expeça-se Carta de CITAÇÃO para o pagamento no valor de R$ 149.847,23 acrescido dos honorários advocatícios, que fixo em 5% do valor atribuído a causa, conforme previsão do art. 701, caput do CPC, no prazo de quinze (15) dias, dele constando que, nesse prazo: I - cumprido o mandado ficará o réu isento do pagamento de custas; II - poderá o réu oferecer embargos, com suspensão da eficácia do mandado inicial; III - não ocorrendo o pagamento ou a interposição de embargos no prazo fixado, o mandado de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial. Advirta-se o requerido que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados pelo autor, nos termos do art. 344 do NCPC. Conste ainda, observação quanto a data de início de apresentação do embargos monitórios, nos termos do art. 335 do CPC. Intime-se o autor para pagar as despesas postais para expedição da carta de citação.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0645059-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De acordo com o art. 1°, inciso I, do provimento de n.° 63/02-CGJ, e nos termos do art.82 do NCPC. Intime o Autor para efetuar o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser cancelada a distribuição (art. 290 do NCPC).

ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0649271-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Madalena Costa Navarro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.249/320. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0657053-69.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Phelipe Medeiros Bastos Monteiro - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.702, §5º do NCPC, Abro vista ao Autor sobre os Embargos à monitória e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0660878-21.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0707805-55.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 26 de agosto de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Elisângela Dias Gama (OAB 12349/AM)
Eric Rafael Macedo de Carvalho (OAB 10485/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Paulo Simões da Silva Rocha (OAB 5549/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Kelvin Rodrigues da Silva (OAB 9203/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Ney Simões da Silva (OAB 2196/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo Martins Amorim (OAB 216762/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Sandro Rodrigues de Souza (OAB 4830/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0268/2019

ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ CARVALHO REIS (OAB 1375/RR), ADV: ALMÉRIO MOTA PEREIRA NETO (OAB 1486/RR), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: LUCINEIDE MARIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 72973/SP), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: DANIEL CREPALDI DIAZ (OAB 441A/AM) - Processo 0236584-82.2009.8.04.0001 (001.09.236584-2) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: William Rodrigues Alves - REQUERIDO: RENASCER TRANSPORTE E TURISMO LTDA - TERCEIRO I: Juízo de Direito da Comarca de São Paulo setor de carta precatória - ASSLITISC: Nobre Seguradora do Brasil S/A - De ordem, intimo o Autor para manifestar-se acerca da petição de fls. 1283/1288, no prazo de cinco dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0606245-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Francineide Almeida de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de cinco dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC.

ADV: FRANCISCO SOARES CALHEIROS (OAB 12562/AM), ADV: KEILA AZEVEDO MENEZES DE CASTRO (OAB 8113/AM) -

Processo 0634451-50.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Jose Nazário de Lima Junior - REQUERIDO: Antonia Loreto da Silva - De ordem, intimo a parte Autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, bem como, responder aos termos da reconvenção, sob pena de revelia.

Almério Mota Pereira Neto (OAB 1486/RR)
André Luiz Carvalho Reis (OAB 1375/RR)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Daniel Crepaldi Diaz (OAB 441A/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Francisco Soares Calheiros (OAB 12562/AM)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Keila Azevedo Menezes de Castro (OAB 8113/AM)
Lucineide Maria de Almeida Albuquerque (OAB 72973/SP)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0269/2019

ADV: VANESSA GUEDES DE AGUIAR (OAB 7493/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 621/AM), ADV: MARCOS ANDRADE DE ALMEIDA XAVIER (OAB 5747/AM), ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS (OAB 15131/PE), ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0208169-89.2009.8.04.0001 (001.09.208169-0) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Leomar Freitas Marques - A execução deve ser julgada extinta. De acordo com os elementos constantes nos autos houve total pagamento de valor objeto de execução (fls. 536/539) e concordância aos valores calculados, o que gera a extinção da obrigação. Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, II, do Código de Processo Civil. Ressalto que a confecção do alvará está sujeita a pagamento, nos termos da Lei n. 4.408/2016 regulamentadora das custas judiciais no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a Tabela 02 - Atos Processuais , item K, onde consta “Expedição de Alvará (POR ATO)”, no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Em razão disso, INTIME-SE o Requerente para providenciar o pagamento no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, com identificação do processo, no prazo de cinco dias. Comprovado o pagamento, expeça-se alvará para os devidos fins. Custas processuais pagas. (fl. 64). Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ CARVALHO REIS (OAB 1375/RR), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ALMÉRIO MOTA PEREIRA NETO (OAB 1486/RR), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM), ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: LUCINEIDE MARIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 72973/SP), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: DANIEL CREPALDI DIAZ (OAB 441A/AM) - Processo 0236584-82.2009.8.04.0001 (001.09.236584-2) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: William Rodrigues Alves - REQUERIDO: RENASCER TRANSPORTE E TURISMO LTDA - TERCEIRO I: Juízo de Direito da Comarca de São Paulo setor de carta precatória - ASSLITISC: Nobre Seguradora do Brasil S/A - De ordem, intimo o Autor para manifestar-se acerca da petição de fls. 1283/1288, no prazo de cinco dias.

ADV: WANDERLEY ROMANO DONADEL (OAB 422887/SP), ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG), ADV: TACIANA SEGATTO MOREIRA (OAB 157513/MG) - Processo 0601372-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Defiro o pedido de fl. 198. Concedo prazo suplementar de dez dias, devendo o Exequente, após o transcurso do mesmo, dar a devida movimentação, independente de nova intimação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS AUGUSTO PESTANA VIEIRA (OAB 4003/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0603470-30.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Crimes contra as Relações de Consumo - REQUERENTE: Julio Cesar Rebelo Coimbra - REQUERIDO: Manaus Ambiental (Gabriel Brum Junqueira Nogueira) - Manaus Ambiental S/A - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 10h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: KLEBER DEL RIO (OAB 203799/SP), ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM), ADV: ALVARO PAEZ JUNQUEIRA (OAB 160245/SP), ADV: ATHILA RENATO CERQUEIRA (OAB 237770/SP), ADV: DANIELE DE FREITAS CORREA (OAB 9287/AM) - Processo 0604102-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Futura Tecnologia, Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos da Amazônia Ltda - REQUERIDO: Jorge Fernandes Umbelino - Me - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 05 de Novembro de 2019, às 13h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0606245-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Francineide Almeida de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de cinco dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC.

ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: PETRINI DE SOUSA BARBOSA MARTINS (OAB 6680/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM) - Processo 0606583-10.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 05 de Novembro de 2019, às 10h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: JÉSSICA DAYANE FIGUEIREDO SANTIAGO (OAB 9431/AM), ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM) - Processo 0606620-32.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito Autoral - REQUERENTE: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD - Considerando que não foi possível efetuar transferência em razão da divergência do CNPJ da conta destinada, em cumprimento à Decisão de fl. 457, expeça-se Alvará para o CNPJ informado à fl. 479.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: LIDIANE DA SILVA ROQUE (OAB 161799/MG) - Processo 0607303-98.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Concessão - REQUERENTE: Raimar do Nascimento Costa - De ordem, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre a exceção de pré-executividade, no prazo de quinze dias.

ADV: MARCIA BORELLI GOMES (OAB 235601SP), ADV: ADRIANE RADELISKI MIRANDA (OAB 13460/MS) - Processo 0607608-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Alvest (Usa) Inc. Tld America Corporation - REQUERIDO: Pessi e Pessi Ltda - Epp - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho

Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 16h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0607758-34.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de consulta de bens nos sistema conveniado eRIDFT, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM) - Processo 0609062-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Silmara Moraes Viana Regis - REQUERIDO: Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliarios Ltda. - Patrimônio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 05 de Novembro de 2019, às 09h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: AMANDA GOUVEIA MOURA (OAB 7222/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM) - Processo 0609542-12.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Santo Idelfonso Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SANTA GIANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Capital Rossi Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 13h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0609962-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Geyna Brelaz da Silva - REQUERIDO: Colméia Tarumã Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 16h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0610792-46.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica intimada a parte autora para recolher as despesas de diligências do Sr. Oficial de Justiça, necessárias à prática do ato processual, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, expeça-se mandado de citação para o endereço indicado à fl. 142/143.

ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0611159-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Luciene de Souza Ferreira - REQUERIDO: A S Neves Construcoes Ltda e outro - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 05 de Novembro de 2019, às 14h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: DEBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM), ADV: ELTON CARLOS DE ARRUDA SANTOS (OAB 12678/AM), ADV: ELTON CARLOS DE ARRUDA SANTOS (OAB 12678/AM), ADV: KENNIO SOUZA AZEVEDO (OAB 10487/AM) - Processo 0613063-28.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: C. D. L. Centro de Diagnóstico Laboratorial Ltda - REQUERIDO: Raimundo Dantas dos Santos (Cemetra-centro Medico do Trabalho) e outro - Destarte, considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes às fls. 100/103, 106/107, 112, 115/116, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, "b" do Código de Processo Civil. Tendo em vista que as partes não informaram quem será o responsável pelas despesas como custas processuais, impostos, taxas administrativas e remanescentes do processo, o pagamento de tais despesas deverá ser realizado de forma pro rata, nos termos art. 90, § 2.° do CPC, que assim dispõe: "havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão divididas igualmente". Assim sendo, ENCAMINHEM-SE os autos à Contadoria para cálculo das custas processuais de forma pro rata. Após, INTIMEM-SE as partes para procederem com o pagamento, no prazo de quinze dias, sob pena de penhora. EXPEÇA-SE Alvará dos valores depositados às fls. 102/103, conforme solicitado às fls. 15/16. Ressalto que a confecção do alvará está sujeita a pagamento, nos termos da Lei n. 4.408/2016 regulamentadora das custas judiciais no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a Tabela 02 - Atos Processuais , item K, onde consta "Expedição de Alvará (POR ATO)", no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Em razão disso, INTIME-SE a parte Exequente para providenciar o pagamento no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, com identificação do processo, no prazo de cinco dias. Comprovado o pagamento, expeça-se alvará para os devidos fins. Oportunamente DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ROBERTO RAMOS DE CASTRO JUNIOR (OAB 10467/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM) - Processo 0613067-02.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Waisten de Matos Dourado - REQUERIDO: Hibride Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 14h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0613592-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Karol Pereira Regis de Almeida - Francisco Kayro Pedrosa Brito Melo - REQUERIDO: Colméia Laranjeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 06 de Novembro de 2019, às 9h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: JÉSSICA LOPES DE LIMA (OAB 10184/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0615689-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Cristina Colares Izel Lopes de Lima - REQUERIDO: Unimed de Manaus

Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 9h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0616633-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: J. B. da Silva & Cia. Ltda. - REQUERIDO: Revenda Representações e Vendas Comerciais Sa - Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 05 de Novembro de 2019, às 15h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0616864-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Claro S/A - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 15h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: FLAVIA VALE DE FARIA CARVALHO (OAB 133375/MG), ADV: DRIELY KAROLINA BRANDAO RIBEIRO (OAB 13605/AM) - Processo 0617823-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marcelo Augusto Farias de Souza - Cristiane Maria Pontes da Silva - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda e outro - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 06 de Novembro de 2019, às 13h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: REINILDA GUIMARÃES DO VALLE (OAB 1392/AM) - Processo 0618032-57.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: MARINES FONTES DOS SANTOS - De ordem, intimo a parte impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de quinze dias.

ADV: MANUELA GRIS GOVERNIGO (OAB 45700/SC), ADV: LINDOMAR FALCÃO DOS SANTOS (OAB 7303/AM), ADV: HULIAN FELIPE MULLER BULIGON (OAB 40703/SC) - Processo 0618062-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Roberto de Bortolli Moro - REQUERIDO: Gcel Incorporadora Ltda. - Me - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 05 de Novembro de 2019, às 11h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: JOSÉ ANTONIO MARTINS (OAB 31277/SC), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: CELSO MEIRA JÚNIOR (OAB 8635/SC), ADV: RENATO RINALDI (OAB 20331/SC) - Processo 0618888-21.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERIDO: ATHLETIC DA AMAZONIA LTDA (UNIVERSAL FITNESS DA AMAZONIA LTDA) - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 06 de Novembro de 2019, às 10h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: MARIA JOSÉ ALVES DA SILVA (OAB 1385/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0619128-44.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERIDO: Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 05 de Novembro de 2019, às 13h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: MAISA VIVIANE PEREIRA PARENTE CAMPOS (OAB 5897/AM), ADV: MAISA VIVIANE PEREIRA PARENTE CAMPOS (OAB 5897/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DAMASCENO DE ARAÚJO (OAB 5265/AM) - Processo 0620018-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Ericlênio Faustino de Oliveira Castro - REQUERIDO: Theófilo da Silva Alves - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 11h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0620855-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: R.B.E.I.C. - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 13h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: ELTON MANOEL BARRETO RODRIGUES (OAB 6683/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0620976-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Natalino Acordi e outro - REQUERIDO: São Daniel Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 06 de Novembro de 2019, às 13h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: HELDER CINTRA BASTOS (OAB 12929/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: IGOR COSTA DE SOUZA (OAB 10608/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM) - Processo 0621616-98.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 06 de Novembro de 2019, às 11h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOSÉ NILSON RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 12558/AM), ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM), ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0624101-76.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Francisca Santos da Silva e outro - Conforme se infere dos autos, a execução encontra-se prejudicada em razão da não localização de bens passíveis de penhora. De acordo com o art. 921, III, do Código de Processo Civil, a execução é suspensa quando o devedor não possuir bens penhoráveis. Assim, DETERMINO a suspensão da execução pelo prazo de um ano, nos termos do § 1.º do art. 921 do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4.º da mesma

norma processual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM), ADV: GIOVANNI VIANA SALES REIS (OAB 11162/AM) - Processo 0624156-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Sônia Maria de Castro Serudo - De ordem, ficam as partes intimadas para comparecem em audiência de conciliação designada para o dia 07 de Novembro de 2019, às 09h.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0624925-64.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Eridano Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Rossi Consultoria de Imóveis e/ou Paulista Serviços de Recebimentos e Pagamentos e outros - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 10h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0626929-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Artes de Chef Comércio e Representação de Generos Alimentícios Ltda - Me - REQUERIDA: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Vistos e examinados. ARTES CHEFE COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA- ME, ingressou com AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, em face de EMPRESA SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA., todos devidamente qualificados. Narra a autora, em síntese, que: "(...)A empresa Requerente e a empresa Requerida firmaram um Contrato de Locação no dia 31/08/2011, com duração de 12 (dize) meses. Referido contrato renovava-se automaticamente após o término do prazo inicial por mais 12 (doze) meses, e assim sucessivamente, conforme as partes fossem acordando." Afirma a parte autora que teria ocorrido pedido de desocupação do imóvel, fora dos parâmetros contratuais, o que gerou, segundo alegando, prejuízos de ordem patrimonial e extrapatrimonial, pugnando pelo ressarcimento de R$275.000,00, a título "de danos materiais e lucros cessantes" e R$140.550,00 em decorrência do dano moral, requerendo, ainda, os benefícios da assistência judiciária gratuita. Ato ordinatório, fl. 120. Petição de fl. 123, requerendo juntada de declaração de imposto de renda. Decisão interlocutória, deferindo a assistência judiciária gratuita em favor da parte autora, fl. 154. Petição de fl. 158. Ato ordinatório, fl. 163. Manifestação do requerido, fl. 170. Termo de Audiência, fls. 193/194. Manifestação de fl. 195. Contestação de fls. 198/219, argumentando em preliminar a ausência de interesse processual e, no mérito, a informação de que houve notificação prévia para desocupação do imóvel, bem como não teria ocorrido aditamento ou renovação do contrato, segundo as cláusulas contratuais, requerendo a total improcedência do pedido inicial. Decisão sobre a impugnação ao deferimento da assistência judiciária gratuita, manifestando-se a minha antecessora pela rejeição dos argumentos da empresa Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda (fls. 226/228). Réplica nas fls. 234/244. Ato ordinatório, fl. 246. Pedido de reconsideração, fls. 247/250. Manifestação da parte autora, fl. 261. Manifestação do requerido, fls. 263/264. Manifestação do requerido, fls. 265/268. Despacho de fl. 273, designando audiência de instrução. Manifestação do requerido, fls. 285/286. Termo de Audiência, fls. 277/278. Manifestação de fl.301. Alegações finais da parte autora, fls. 316/324. Alegações finais da parte requerida, fls. 325/336. É o suficiente relatório. Fundamento e decido. Inicialmente, verifico que estão presentes os requisitos para o provimento final, isto porque, em tese, a parte autora celebrou contrato com a parte requerida, havendo discussão sobre o teor de cláusula do contrato de locação, devendo ser afastada a alegação de ausência de interesse processual. No mérito, constato que houve notificação extrajudicial para desocupação do imóvel com aceite do representante da parte autora (documento anexado na contestação). Ademais, na cláusula terceira que trata "da vigência do contrato", verifica-se o seguinte: "O prazo de locação é de 12 (doze) meses, com termo inicial em 01 de setembro de 2011, renovando-se, após o término do prazo inicial, por mais 12 (doze) meses e assim subsequente. PARÁGRAFO ÚNICO- Findo o prazo estipulado no caput desta Cláusula, operar-se-á o término da avença, sendo que eventual prorrogação ocorrerá por meio de adiamento contratual, de acordo com a conveniência das partes." Com efeito, o teor da cláusula mencionada após o término do prazo previsto no contrato prevê a convenção das partes, segundo o critério de conveniência, quanto à renovação ou não do que pactuado (não se trata, a meu sentir, de renovação automática por tempo indefinido). Não vislumbro abusividade a sofrer a interferência do Poder Judiciário, não há, ademais, interesse público a ser protegido (interesse de incapazes, consumidores, idosos, etc). Neste caso, o contrato faz lei entre as partes, devendo haver o mínimo de segurança jurídica a ser observada pelas partes e pelo Estado-Juiz. Se o suposto dano material e moral pretendido decorre da análise da observância sobre o ato ilícito mencionado e, não sendo identificada a conduta ilícita, tais pedidos igualmente devem ser rejeitados por ausência de amparo legal (artigos 186 e 927, do CC). Com a devida vênia, não identifico enriquecimento sem causa e/ou ilícito a ser amparado pelo Poder Judiciário. Lembro, outrossim, que a parte autora é pessoa jurídica, sendo necessária a comprovação do abalo à honra objetiva, tal como definido nos precedentes que cito: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DANO À HONRA OBJETIVA DA PESSOA JURÍDICA NÃO COMPROVADA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO, 1. O acolhimento das alegações da agravante não dispensa o reexame da prova. Rever a conclusão a que chegou o Tribunal a quo demandaria a incursão no conjunto probatório para concluir-se da forma requerida pelo Recorrente. Incide nesse ponto a Súmula 7/STJ. 2. O agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar o decidido, que se mantém por seus próprios fundamentos. 3. Agravo Regimental improvido. (STJ, AgRg no AREsp 462559 ES 2014/0007788-0, Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe 29/04/2014) DANO À HONRA OBJETIVA DA PESSOA JURÍDICA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO BOM NOME, IMAGEM E REPUTAÇÃO DA EMPRESA. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. ATO ILÍCITO. INOCORRÊNCIA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Não existem direitos ou garantias fundamentais que se revistam de caráter absoluto no ordenamento brasileiro. Necessário o sopesamento entre os direitos de expressão e de informar versus o direito à privacidade e à imagem. 2. Não configura ofensa à honra e à imagem do recorrente a matéria jornalística reproduzida em revista de circulação nacional, que, sem veicular palavras ou termos ofensivos à dignidade do autor, narra episódio de relevante interesse público, com intenção informativa, não se podendo, nesses casos, cogitar em qualquer extrapolação ao exercício da liberdade de imprensa, concernente ao Estado Democrático de Direito, conforme preceitua a CF/88. 3. Demonstrado nos autos que a publicação jornalística não teve o ânimo de difamar ou de caluniar o apelante, limitando-se tão somente ao animus narrandi, não há falar em responsabilidade civil decorrente de tal publicação. (TJBA, Apelação Cível n. 0340874-82.2013.8.05.0001, Relatora: Joanice Maria Guimarães de Jesus, Terceira Câmara Cível, Publicado em 26/03/2019). Forte nas razões que precedem, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial e, pelo princípio da causalidade, condeno a parte autora a arcar com as despesas processuais e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 10% sobre o valor da causa. Suspendo a exigibilidade da cobrança das custas, tendo em vista o deferimento da assistência judiciária gratuita. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Publique-se. Registrado eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: DENISE MORGADO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 6999/AM), ADV:

KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628096-63.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: HIBRIDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CONSTRUTORA CAPITAL/ ROSSSI- ESEPO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e outro - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 05 de Novembro de 2019, às 10h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: MÁRIO JORGE LOPES SANTANA (OAB 8498/AM) - Processo 0629664-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade e Anulação de Partilha e Adjudicação de Herança - REQUERENTE: Luiz Carlos Lopes Santana - REQUERIDA: Graciete Pinto da Silva - De ordem, fica intimada a parte autora para recolher as despesas postais (correio/ar), necessárias à prática do ato processual, no prazo de dez dias.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0631555-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda - Ante o exposto, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, do Código de Processo Civil. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: LUIS FERNADES CAVALCANTE (OAB 17959/PB), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE) - Processo 0632196-90.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Ines Mendes Castro - REQUERIDO: Ford Motor Company Brasil LTDA - América Veículos Ltda - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 05 de Novembro de 2019, às 11h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM) - Processo 0633947-44.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0622201-82.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Colméia Laranjeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda - EMBARGADO: Ricardo Silva de Almeida - De ordem, ficam as partes intimadas para comparecer em audiência de conciliação designada para o dia 06 de Novembro de 2019, às 09h30min.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0633959-92.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Jussara de Oliveira Pimentel - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 11h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: ANDRÉ OLIVEIRA DA SOLEDADE (OAB 8013/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DANIELLE RAMALHO RODRIGUES DE SOUSA GROSSO (OAB 3982/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0634086-35.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0702362-26.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERIDO: Ub -Mc Incorporação e Construção Spe Ltda - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 05 de Novembro de 2019, às 15h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HELIANE NOGUEIRA (OAB 4041/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: DANIELA TEIXEIRA (OAB 14961/BA), ADV: SÔNIA MARIA FERNANDES PACHECO (OAB 4868/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0634179-95.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: MILMAN PARTICIPAÇÕES LTDA - Tendo em vista que o presente feito encontra-se arquivado, de ordem, intimo a parte Exequente para recolher as custas de desarquivamento, nos termos da Portaria 116/17-PTJ, no valor de R$ 30,00 (trinta reais), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, façam os autos conclusos para análise do pedido de fl. 106.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: RENATA BARROSO VIEIRA (OAB 11230/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP) - Processo 0634290-11.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Suely Fernandes Nascimento - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 15h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: FRANCISCO SOARES CALHEIROS (OAB 12562/AM), ADV: KEILA AZEVEDO MENEZES DE CASTRO (OAB 8113/AM) - Processo 0634451-50.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Jose Nazário de Lima Junior - REQUERIDO: Antonia Loreto da Silva - De ordem, intimo a parte Autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, bem como, responder aos termos da reconvenção, sob pena de revelia.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0634745-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Mar da Silva Serviços Me - Ante o requerimento de fls. 29/30, HOMOLOGO a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. Proceda-se a baixa.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0635243-72.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Conforme se infere dos autos, a execução encontra-se prejudicada em razão da não localização de bens passíveis de penhora. De acordo com o art. 921, III, do Código de Processo Civil, a execução é suspensa quando o devedor não possuir bens penhoráveis. Assim, DETERMINO a suspensão da execução pelo prazo de um ano, nos termos do § 1.º do art. 921 do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4.º da mesma norma processual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NAYARA LIMA MORAIS (OAB 13894/AM) - Processo 0635483-90.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Condomínio Recanto do Mindú - De ordem, intimo a parte exequente para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição. Prazo de 15 dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0635836-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rosanira Oliveira da Silva - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. Em observância à Portaria n. 2183/2016 - PTJAM e ao Termo de Cooperação n.º 012/2017-TJ, REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para as providências iniciais em processos relativos ao INSS e Seguro Obrigatório DPVAT. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0636025-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Fátima Dantas de Figueiredo - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o/a requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM) - Processo 0636130-85.2019.8.04.0001 - Despejo - Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso - REQUERENTE: Thomas Oliveira - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM), ADV: FLORENCE FLECK (OAB 15586/AM) - Processo 0637173-28.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condominio Residencial Authentic Recife - Ante o requerimento de fl. 101, HOMOLOGO a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Isento de custas em razão da concessão do benefício da gratuidade da justiça deferido à fl. 72. Proceda-se a baixa.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM) - Processo 0638013-09.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERIDO: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 05 de Novembro de 2019, às 14h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: ISABELLE DOS SANTOS PERASA RIBEIRO (OAB 12079/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0640208-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Felipe Franca de Moraes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por consequência, CONHEÇO dos embargos e DOU provimento a estes apenas para determinar nova publicação da sentença, mantendo os demais atos decisórios tal como lançados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM) - Processo 0640240-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Claudio Junior da Silva - De ordem, intimo a parte Autora para efetuar o pagamento das custas de consulta de endereço nos sistemas conveniados InfoJud/Siel, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta.

ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0642567-84.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0621853-35.2017.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sales Provedores de Acesso às Redes de Comunicações Ltda - ME - REQUERIDO: Eyes Nwhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda. - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 14h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0643252-52.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S/A - Vistos e examinados. Pagas as referidas custas, com a devida comprovação nos autos, estando devidamente comprovado o inadimplemento do devedor, CONCEDO liminarmente a busca e apreensão do bem descrito na Inicial, ordenando a expedição do competente Mandado para os fins explicitados. Após, CITE-SE o Réu, para no prazo do art. 3.º, § 2.º, do Decreto Lei n.º 911/69, pagar a integralidade da dívida ou oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o § 3.º do referido Decreto (alterado pela Lei n.º 10.931 de 02 de agosto de 2004). Conste ainda no mandado que, para efeitos da purgação da mora, deverão ser pagas as parcelas vencidas e vincendas. Diligências conforme o art. 212 e parágrafos do CPC. Determino, de pronto, o bloqueio do veículo pelo sistema RenaJud. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/Réu, mediante pagamento da diligência, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do Réu via BacenJud/RenaJud/InfoJud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: CARLOS GERALDO CRUZ DUARTE (OAB 10550/AM), ADV: PEDRO LÚCIO MACHADO CRUZ (OAB 13813/AM) - Processo 0647462-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jucimar Farias Sakai - REQUERIDO: Carlos Geraldo Cruz Duarte - Rafael Augusto

Cruz Duarte - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 04 de Novembro de 2019, às 09h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: THAIS PIECHOTTKA (OAB 307992/SP), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM), ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP), ADV: SALLY SCARPARO SENDAS (OAB 236968/SP) - Processo 0648059-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leonardo Henrique Tamietti - REQUERIDO: Swiss Park Manaus Incorporadora - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 06 de Novembro de 2019, às 10h para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: JOHN ELYSTON DE SOUZA ALTMANN (OAB 13708/AM), ADV: FLORISVALDO CORREIA SOUZA JÚNIOR (OAB 969A/AM) - Processo 0648775-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Edileusa dos Santos - REQUERIDO: Construtora Arruda Ltda - Robério Linhares Arruda e outro - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 06 de Novembro de 2019, às 11h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0649902-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elke Maria Soares Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos e examinados. Trata-se de Ação Declaratória c/c Reparação por Danos Morais e Materiais e Tutela Antecipada, proposta por Elke Maria Soares Lima, contra Banco BMG S/A. Em sede de Contestação de fls. 140/267 apresentou as seguintes preliminares: a) inépcia da inicial, sob o fundamento de que o Autor deveria juntar documentos necessários à propositura da ação, quais sejam, extratos bancários do período em que o suposto empréstimo ou saque foram realizados; b) impugnação ao pedido de gratuidade da justiça, argumentando que não restou demonstrado que o Requerente tem insuficiência de recursos para pagamento de custas processuais; c) falta de interesse de agir, aduzindo que não restou comprovada a pretensão resistida pelo Réu. Por fim, requer, seja, acolhida das preliminares tendo como consequência a extinção da ação sem resolução do mérito e/ou o indeferimento dos benefícios da justiça gratuita. Apresentada Réplica pelo Requerente, limitou-se à discussão do mérito. Pois bem. DECIDO Inicialmente, a preliminar de inépcia da inicial não merece acolhimento, pois o próprio Requerido supriu os supostos vícios apontados, dado que na documentação que acompanha sua contestação, consta o contrato entabulado entre as partes, bem como o comprovante de transferências dos valores supostamente emprestados ao Requerente, tudo conforme fls. 173/262 e 267. No que tange à impugnação do pedido de gratuidade da justiça, de igual forma, merece ser rechaçada, visto que, por meio dos contracheques juntados pelo Requerente, há comprovação da insuficiência de recursos financeiros para pagamento das custas processuais. Já no concernente à preliminar de falta de interesse de agir, também merece rejeição, pois a postulação do Autor pode, em tese, lhe ser útil, além de necessária e adequada, uma vez que não conseguiria, por si só, modificar o contrato celebrado. Além do mais, a resposta do réu insurge-se contra o direito material argumentado pelo autor, o que configura a pretensão resistida. Diante do exposto, REJEITO as preliminares arguidas. Oportunamente, verificando, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0651828-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gracinete Costa de Moura - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELIANE DE AGUIAR OLIVEIRA (OAB 4651/AM), ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM) - Processo 0653763-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Consuelo Barroco da Rocha - REQUERIDO: Abreu e Silva Advocacia e Consultoria - Vistos e examinados. Considerando a campanha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça para a consolidação da XIV Semana Nacional de Conciliação, resolvo DESIGNAR o dia 05 de Novembro de 2019, às 09h30min para a realização da Audiência de Conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências de praxe.

Adriane Radeliski Miranda (OAB 13460/MS)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Almério Mota Pereira Neto (OAB 1486/RR)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
ALVARO PAEZ JUNQUEIRA (OAB 160245/SP)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amanda Gouveia Moura (OAB 7222/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Luiz Carvalho Reis (OAB 1375/RR)
André Luiz Damasceno de Araújo (OAB 5265/AM)
André Oliveira da Soledade (OAB 8013/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Athila Renato Cerqueira (OAB 237770/SP)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Geraldo Cruz Duarte (OAB 10550/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Celso Meira Júnior (OAB 8635/SC)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Daniel Crepaldi Diaz (OAB 441A/AM)
Daniela Teixeira (OAB 14961/BA)
Daniele de Freitas Correa (OAB 9287/AM)
Danielle Ramalho Rodrigues de Sousa Grosso (OAB 3982/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Debora de Campos Frota (OAB 10140/AM)
Denise Morgado de Oliveira Junqueira (OAB 6999/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
DIEGO CAMPOS (OAB 621/AM)
Driely Karolina Brandao Ribeiro (OAB 13605/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eliane de Aguiar Oliveira (OAB 4651/AM)

Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Elton Carlos de Arruda Santos (OAB 12678/AM)
Elton Manoel Barreto Rodrigues (OAB 6683/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flavia Vale de Faria Carvalho (OAB 133375/MG)
FLORENCE FLECK (OAB 15586/AM)
Florisvaldo Correia Souza Júnior (OAB 969A/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Soares Calheiros (OAB 12562/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giovanni Viana Sales Reis (OAB 11162/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Helder Cintra Bastos (OAB 12929/AM)
Heliane Nogueira (OAB 4041/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Hulian Felipe Muller Buligon (OAB 40703/SC)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Igor Costa de Souza (OAB 10608/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isabelle dos Santos Perasa Ribeiro (OAB 12079/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jéssica Dayane Figueiredo Santiago (OAB 9431/AM)
Jéssica Lopes de Lima (OAB 10184/AM)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
John Elyston de Souza Altmann (OAB 13708/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Antonio Martins (OAB 31277/SC)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Nilson Ribeiro dos Santos (OAB 12558/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Keila Azevedo Menezes de Castro (OAB 8113/AM)
Kennio Souza Azevedo (OAB 10487/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
KLEBER DEL RIO (OAB 203799/SP)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Lidiane da Silva Roque (OAB 161799/MG)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Lindomar Falcão dos Santos (OAB 7303/AM)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucineide Maria de Almeida Albuquerque (OAB 72973/SP)
Luís Augusto Pestana Vieira (OAB 4003/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luis Fernades Cavalcante (OAB 17959/PB)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Maisa Viviane Pereira Parente Campos (OAB 5897/AM)
Manuela Gris Governigo (OAB 45700/SC)
Marcia Borelli Gomes (OAB 235601SP)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos Andrade de Almeida Xavier (OAB 5747/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria José Alves da Silva (OAB 1385/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Jorge Lopes Santana (OAB 8498/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michele Freitas Corrêa (OAB 3348/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Nayara Lima Morais (OAB 13894/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo Henrique Magalhães Barros (OAB 15131/PE)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Lúcio Machado Cruz (OAB 13813/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Petrini de Sousa Barbosa Martins (OAB 6680/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Reinilda Guimarães do Valle (OAB 1392/AM)
Renata Barroso Vieira (OAB 11230/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato Rinaldi (OAB 20331/SC)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberto Ramos de Castro Junior (OAB 10467/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Sally Scarparo Sendas (OAB 236968/SP)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Sônia Maria Fernandes Pacheco (OAB 4868/AM)
Taciana Segatto Moreira (OAB 157513/MG)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thais Piechottka (OAB 307992/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Vanessa Guedes de Aguiar (OAB 7493/AM)
Virginia Nunes Bessa (OAB 3591/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wanderley Romano Donadel (OAB 422887/SP)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0284/2019

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM), ADV: CAMILA UIARA VIEIRALVES ALMEIDA (OAB 12160/AM) - Processo 0224697-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Manoel Pereira Frazão Filho - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: VAGNER SILVESTRE (OAB 275069/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0607980-94.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial

- Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0608016-73.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0610719-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Glauco Castro da Silva - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0612156-24.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0614082-40.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial "Praia dos Passarinhos" - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, ou se preferir intimação por oficial de justiça, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão consta, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0616817-51.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento da decisão de fl. 229, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0617937-22.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCIO CÂNDIDO DE ARAUJO (OAB 9298/AM) - Processo 0618198-21.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0623475-86.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Prescrição e Decadência - EMBARGANTE: Transcal Transp. Com. Construções Araujo Ltda - Tta Engenharia - EMBARGADO: Banco Bradesco - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 93/97, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSÉ PAULO CITOLIN JÚNIOR (OAB 13311/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0618274-45.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos recebido por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM), ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM), ADV: FLAVIANA HONORATA DE ARAÚJO (OAB 8918/AM) - Processo 0619905-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ronaldo Aparecido Ferreira da Cruz - REQUERIDO: Sirlam Gomes Cohen - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora, em cumprimento do que fora decidido em audiência, para que apresente nome completo e endereços das testemunhas apontadas Salena, Erickson e Ravel(fl. 124), a fim de que sejam expedidas cartas de intimação para comparecimento na audiência aprazada para 09/10/2019, às 9 horas, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM), ADV: FLAVIANA HONORATA DE ARAÚJO (OAB 8918/AM), ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM) - Processo 0619905-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ronaldo Aparecido Ferreira da Cruz - REQUERIDO: Sirlam Gomes Cohen - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício nº 1225/2019 e decisão de fls. 124/128, remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: SARA RAFAELLA JORGE ARAÚJO (OAB 11776/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM) - Processo 0620647-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marcilene dos Santos Souza - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (132/149) e documentos às Pág.(s) (150/258).

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0621766-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leonardo Paiva Moreira - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - De ordem, intimo a parte interessada (Requerente) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar procuração válida com poderes especiais (levantamento de valores/alvarás).

ADV: SAMANTHA MARTONI PIRES GABRIEL (OAB 286761/SP), ADV: HÉLIO YAZBEK (OAB 168204/SP) - Processo 0623203-24.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Locação de

Imóvel - REQUERENTE: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos Mandados juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ULRICH SOETHE (OAB 16616/SC) - Processo 0623328-55.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Philips Clinical Informatics Sistemas de Informação Ltda - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0623572-81.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM) - Processo 0625052-94.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Celso de Albuquerque Alencar - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM) - Processo 0625335-88.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicar o endereço completo e atualizado que deverá constar no mandado de penhora e avaliação deferido em fls. 142, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: LUIZ OTÁVIO DE VERCOSA CHÂ (OAB 148931/RJ), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0627010-23.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Aldenor R. de Souza - ME e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627958-57.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS (OAB 12002/MS) - Processo 0628359-56.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0629891-65.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM) - Processo 0630356-16.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: MERRONIT COMERCIAL LTDA ME - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca de , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0630558-51.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Consórcio - REQUERENTE: José Maria Santiago Leite - REQUERIDO: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (92/104) e documentos às Pág.(s) (105/188).

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 7023/AM) - Processo 0632728-98.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Adriano Bezerra Agra - ME e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes a serem consultadas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0635325-35.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos recebido por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: FRANCISCO MONTEIRO DE LIMA (OAB 2031/AM) - Processo 0635691-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Monteiro de Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 07/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0637212-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rodrigo Matheus Silva de Vasconcelos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LEDA MARIA DE ANGELIS MARTOS (OAB 241999/SP) - Processo 0637393-55.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 18335A/PA) - Processo 0637496-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação/Alteração de Leilão - REQUERENTE: Nauara Alessandra Bertucchi Vogt e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (71/91) e documentos às Pág.(s) (92/124).

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: TARCÍSIO ALMEIDA CORRÊA (OAB 19377/ES), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (OAB 1290A/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM) - Processo 0638332-69.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - EXEQUENTE: Vilela e Ibanez Sociedade de Advogados - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0638388-39.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0639716-67.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Permanente - EXEQUENTE: Moises da Silva Lima - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca do ofício de fls.142/146, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 15201A/PA), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0641617-07.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, às fls. 451, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0641850-33.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente o valor do mandado de citação com as custas de penhora e de avaliação, uma vez que as custas devem ser recolhidas em sua integralidade e antecipadamente.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM) - Processo 0641974-84.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM) - Processo 0643089-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Sônia Maria Nunes da Silva Me - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 07/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição

inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: CLÁUDIO VICENTE MONTEIRO (OAB 88206/SP) - Processo 0648552-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Janete Saraiva de Azevedo - REQUERIDO: Blue Tree Macaé Hoteis Ltda e outro - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts. 350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (101/113) e documentos juntados às Pág.(s) (114/167), bem como, responder aos termos da Reconvenção de Pág.(s) (110/111).

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Camila Uiara Vieiralves Almeida (OAB 12160/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 18335A/PA)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
CLÁUDIO VICENTE MONTEIRO (OAB 88206/SP)
Cristiana Vasconcelos Borges Martins (OAB 12002/MS)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibanez (OAB 1290A/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Flaviana Honorata de Araújo (OAB 8918/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Monteiro de Lima (OAB 2031/AM)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hélio Yazbek (OAB 168204/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
José Paulo Citolin Júnior (OAB 13311/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
LEDA MARIA DE ANGELIS MARTOS (OAB 241999/SP)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luiz Otávio de Vercosa Châ (OAB 148931/RJ)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Ferreira da Costa Filho (OAB 7023/AM)
Marcio Cândido de Araujo (OAB 9298/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 15201A/PA)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Samantha Martoni Pires Gabriel (OAB 286761/SP)
Sara Rafaella Jorge Araújo (OAB 11776/AM)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Tarcísio Almeida Corrêa (OAB 19377/ES)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Ulrich Soethe (OAB 16616/SC)
Vagner Silvestre (OAB 275069/SP)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0282/2019

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: CÉLIO ANTÔNIO SZLACHTA (OAB 6260/AM), ADV: GRACIREZA BEZERRA AZEDO (OAB 3842/AM), ADV: FRANCISCO DE ASSIS VIANA DE VASCONCELLOS DIAS (OAB 696/AM), ADV: ARISTÓFANES BEZERRA DE CASTRO FILHO (OAB 705/AM), ADV: ALOISIO DA COSTA FILGUEIRAS JUNIOR (OAB 2170/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: ANDRÉ LEANDRO DE LIMA SANTOS (OAB 5805/AM), ADV: NILDO NOGUEIRA NUNES (OAB 2698/AM) - Processo 0002658-36.2005.8.04.0001 (001.05.002658-6) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kleber José Menezes Vieira Júnior e outros - REQUERIDO: Espólio de Mario Hindemburgo Garcia Gomes e outro - LITSPASSIV: Cartorio do 4. Oficio de Notas - REQUERIDA: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB e outro - LITSPASSIV: Porto Seguro Consultoria de Imóveis - REQUERIDO: Cartorio do 3 Oficio do Registro de Imoveis e outro - R.H. Compulsando os autos verifico que não foram citados o Espólio de Dalúzio de Deus Antonio Vieira, e o Espólio de Mário Hindemburgo Garcia Gomes. Foram citados e apresentaram contestação Cartório do 3. Oficio de Notas, Cartório do 4. Oficio de Notas, Porto Seguro Consultoria de Imóveis, e Suhab - Supertintendência Estadual de Habitação. Suhab - Superintendência Estadual de Habitação, excluída da lide nos termos da decisão interlocutória de fls. 550/552. Intimem-se os réus, Cartório do 3. Oficio de Notas, Cartório do 4. Oficio de Notas, Porto Seguro Consultoria de Imóveis para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o pedido de desistência do feito formulado pelo autor, tudo com base no § 6º do art. 485 do CPC, ressaltando que o silêncio das partes será interpretado como aquiescência com a extinção do feito sem julgamento do mérito. Cumpra-se.

ADV: ASTRID MARIA CABRAL MAUÉS (OAB 13458/AM), ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0221735-56.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0656514-06.2018.8.04.0001) (processo principal 0656514-06.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Bem de Família - REQUERENTE: Breno Barbosa Ferreira - Astrid Maria Cabral Maués - Pelo que, nos termos do artigo 924, I, do Código de Processo Civil, INDEFIRO a inicial do presente pedido de Cumprimento de Sentença, determinando o ulterior arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV:

ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM), ADV: ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO (OAB 6413/AM) - Processo 0358837-43.2007.8.04.0001 (001.07.358837-8) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manoel Amarildo Passos dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. 675-676 retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VITOR GODINHO DAS CHAGAS (OAB 14192/AM), ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM) - Processo 0600204-48.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - EXEQUENTE: JORGE CESAR MOREIRA HANYSK - EXECUTADA: ROSILDA BENIGNO LITAIFF MONTEIRO e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM) - Processo 0600354-24.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Habitacional Tocantins - II Etapa - Vistos, etc Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB A422/AM), ADV: FERNANDO ROSENTHAL (OAB 146730/SP), ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB 422A/AM), ADV: ERIKA PAIVA PONCE E SILVA (OAB 10795/AM) - Processo 0602587-96.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: RANAM INDUSTRIAL E COMERCIAL DE IMPLEMENTOS DE TRANSPORTES LTDA - REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS DA INDUSTRIA - EXODUS I e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 133/153, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: WILLIAM ALVES SILVA (OAB 9520/AM), ADV: GERALDO MOCELLIN (OAB 12711/PR), ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 3710/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0602624-94.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0603551-21.2018.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: Alydea Maria Freitas Cordeiro e outros - REQUERIDO: Francisco Freitas Cordeiro - Ivano Freitas Cordeiro e outros - Petições de fls. 341-348, 350 e 359-360. Indefiro o requerimento de destituição do liquidante. A documentação juntada, consistente em conversas de aplicativo de mensagens, não comprovam conduta do liquidante, pois versam sobre o que alguém (corretora) teria comentado com outra pessoa sobre suposta interlocução com o liquidante. Sobre os alugueres, determino à secretaria da UPJ que oficie à empresa Mercopampa Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda, com endereço na Avenida Pedro Cezar Saccol, 1000, Eixo 6, Depósito 01, Distrito Industrial, CEP 97095-000, Santa Maria/RS, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe a este juízo sobre detalhes do contrato de aluguel supostamente existente com a sociedade em liquidação Fazenda Cordeiro Ltda., inclusive fornecendo, se houver, documentos comprobatórios de pagamentos de aluguel. No mais, a questão central é a venda do único imóvel do sociedade em liquidação. É insuficiente o anúncio físico de venda, por meio de faixa no local do imóvel. Atualmente há vários meios de anunciar, inclusive por meio da internet. É necessário que o liquidante diligencie neste sentido. Com efeito, intime-se o liquidante para que atualize este juízo sobre as providências tendentes à consecução da venda do imóvel, no prazo de 15 (quinze) dias. Expeça-se o ofício. Intimem-se . Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0602693-63.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Lucio Glaucio Mendonça de Almeida - Vistos, etc Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0605493-54.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD,

de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0606006-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: José Horaci Lavor Oliveira - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Restabelecer o NB 6203188771 a partir do dia 08/05/2018 calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, até a data da citação da Autarquia previdenciária, oportunidade em que o INSS deverá converter o auxílio doença em aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho (92). B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição qüinqüenal, se existir, e descontados os valores que o Requerente recebeu em razão do deferimento administrativo do NB 628781946-8, concedido em em 26/07/2019 (fls. 113). C) Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: JORGE LUIZ FERRARI (OAB 221049/SP) - Processo 0607514-13.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: HTS - Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda - EXECUTADA: Gabrielli Viagens e Turismo Ltda - Vistos, etc Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: EUSTÁQUIO NUNES SILVEIRA (OAB 25310/DF), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM), ADV: VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA (OAB 19640/DF) - Processo 0607556-91.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carlo Nelson de Oliveira Cruz - REQUERIDO: São Raimundo Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0607826-86.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: HTS - Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda - Vistos, etc Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados (renajud e infojud) Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: WALLACE ELLER MIRANDA (OAB 56780/MG), ADV: WALLACE ELLER MIRANDA (OAB 868A/AM) - Processo 0607917-40.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0608487-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Irisdalva Tavares de Almeida - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo o processo com resolução de mérito (art. 487, I, do CPC). Condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 1.000,00 (mil reais), com fulcro no art. 85, § 8º, do CPC. Todavia, em razão da gratuidade de justiça concedida, fica suspensa a exigibilidade desses valores, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: JOSE RENATO FERREIRA NOBRE (OAB 7992/AM), ADV: ARIOSTO LOPES BRAGA NETO (OAB 1448/AM), ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: SEVERINO RAMOS DA SILVA (OAB 2588/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0608522-88.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Imissão - REQUERENTE: LUIZ CARLOS LOPES DA SILVA - REQUERIDO: Maria Esmeralda Mendes da Costa - Não havendo qualquer insurgência nos autos quanto a decisão de fls. 94, façam-se os autos conclusos para sentença . Atente-se que o requerente encontra-se assistido pela Defensoria Pública, conforme habilitação de fls. 60.

ADV: TAÍS STERCHELE ALCEDO (OAB 194073/SP), ADV: ANA LIDIA MACEDO PRADO (OAB 389483SP), ADV: FABIAN LENZI NERBASS (OAB 15459/SC) - Processo 0608646-66.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: JBS S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TATIANA SOARES AGUIAR (OAB 9875/AM), ADV: MIZZI GOMES GEDEON (OAB 14371/MA), ADV: SILAS AYRTON VINHOTE DE SOUZA (OAB 10035/AM) - Processo 0611228-73.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI - EXECUTADO: Jose James Onofre E Silva - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no

valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0613003-55.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - A parte autora acostou a petição requerendo a desistência da demanda. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VIII, do CPC. Custas pelo demandante, com estribo no art. 90, também do Diploma Processual Civil. Proceda-se a liberação do veículo por meio do sistema RENAJUD, caso conste nos autos o bloqueio efetivado. Oficie-se a Central de Mandados para devolução do mandado de busca e apreensão, caso encontre-se na situação aguardando cumprimento. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0613464-95.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado às fls.201 é confuso. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para corrigir o endereço que deverá constar no mandado no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: JANAINA LEÃO BRAGA (OAB 12906/AM) - Processo 0613698-09.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Bancários - EXEQUENTE: Humberto Moçambite - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Defiro o requerimento da parte autora de fls. 855. À contadoria para emitir boleto de custas remanescentes. Após arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO AURELIO MARCHIORI (OAB 199440/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0614096-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Fernandes Comercio e Representacoes Ltda - ASSLITISC: A. P. Factoring Fomento Mercantil Eireli - Epp - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, recolha as custas para consulta no RENAJUD/INFOJUD/BACENJUD, de modo a viabilizar a citação, sob pena de extinção. Após a juntadas das custas, procedam-se as consultas. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS COSTA (OAB 171793/RJ) - Processo 0614220-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gracinete de Souza Araujo - REQUERIDO: Vivo - Telefonica Brasil S/A e outro - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (125/142) e documentos.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: HELDER SOARES DE LIMA (OAB 7536/AM), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM) - Processo 0615564-23.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rodrigo Mardem Sousa de Oliveira e outro - REQUERIDO: API SPE 10 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários (PDG e Aliança) - Ante o exposto, na ação movida por Rodrigo Mardem Sousa de Oliveira e Simone Barros Gadelha contra API SPE 10 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários (PDG e Aliança), julgo procedente o pedido nos termos do art.487, I, do C.PC., a fim de decretar a rescisão da promessa de compra e venda entabulada entre as partes do imóvel objeto do contrato, bem assim condenar a ré a restituir à parte autora, de forma una e imediata, 100% (cem por cento) do montante por esta despendido durante o desenlace contratual, acrescido de juros, desde o trânsito em julgado da sentença, e de correção monetária, a partir do prazo de inadimplência da parte ré, julho de 2014, tudo calculado na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno a parte ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) - acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou diretamente pelo link (http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0616604-40.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. 144 recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a

parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: THALLYNE JAMYLLE CAMPOS FEIJAO (OAB 14295/AM) - Processo 0617508-60.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Condomínio Residencial Amazon Village - Vistos, etc Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0617672-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Mailce dos Santos Pinto - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Restabelecer o NB 6242705749 (CNIS - fls 108). (convertendo de espécie 31 - previdenciário em 91 acidentário) a partir do dia 21/02/2019 , calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91 , até conclusão de curso de reabilitação, ou conversão em aposentadoria caso a mesma não logre êxito. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição quinquenal, se existir. C) Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0617697-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ismael Alencar da Silva - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Condenar o INSS a pagar o benefício de auxílio-acidente à parte autora, no valor de 50% do salário-de-benefício, a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença NB 5518046533 , respeitada a prescrição quinquenal. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição qüinqüenal, se existir. C) Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C

ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0619395-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Orivaldo da Cunha Pinheiro - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Condenar o INSS a pagar o benefício de auxílio-acidente à parte autora, no valor de 50% do salário-de-benefício, a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, NB 6105419434, respeitada a prescrição quinquenal (fls.96). B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição qüinqüenal, se existir. C) Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0620527-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jenner Médici Gadelha - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos constantes da demanda declaratória movida por Jenner Médici Gadelha em face de Amazonas Distribuidora de Energia S/A., a fim de declarar inexigível o débito referente à fatura do mês de dezembro de 2014, no valor de R$ 26.609,51, de modo a determinar, em caráter definitivo, que a ré se abstenha de cobrar o consumidor por tal dívida. Custas e honorários advocatícios pela ré, os quais fixo em R$ 2.600,00, com fulcro no art. 85, §2º, do CPC. P.R.I.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0620806-55.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: I. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: ISABELA FARIAS NEVES (OAB 7950/AM) - Processo 0622407-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Martins Felix Gomes - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: ISABELA FARIAS NEVES (OAB 7950/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0622407-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Martins Felix Gomes - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação de fls.

406/426, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LINDOMAR FALCÃO DOS SANTOS (OAB 7303/AM) - Processo 0622641-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Jonas Martins - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. A parte autora acostou a petição requerendo a desistência da demanda, intimada a se manifestar acerca do pedido a Requerida deixou transcorrer o prazo in albis. Por conseguinte, tendo em vista o pedido de desistência, revogo a liminar concedida e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VIII, do CPC. Custas pelo demandante, com estribo no art. 90, também do Diploma Processual Civil. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628057-27.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como nforme o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANA LÚCIA DA SILVA BRITO (OAB 286438/SP), ADV: EDINEIA SANTOS DIAS (OAB 197358/SP) - Processo 0628615-33.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Elementis Specialties do Brasil Quimica Ltda - A defesa por negativa geral apresentada pelo não tem o condão de infirmar as alegações constantes na inicial, que estão corroboradas pelos documentos que a instruíram, notadamente os títulos de crédito juntados às fls. 29/42. Desta forma, de rigor o prosseguimento da execução. Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados, interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Defiro desde já a consulta e bloqueio de valores e veículos por meio dos sistemas BACENJUD e RENAJUD. Em caso de BACENJUD positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Em caso de RENAJUD positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos bens, para fins de transferência. Defiro, também, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita Federal (INFOJUD) no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição.

ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0629256-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Nazaré do Carmo de Jesus - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (191/216) e documentos às Pág.(s) (217/349).

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0630837-13.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Rosana Administradora Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1198A/AM) - Processo 0632915-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo Andrade da Costa - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (162/175) e documentos às Pág.(s) (176/314).

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0635081-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Evandro Alencar de Souza - Me - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: RAÍSSA SOUZA CURADO (OAB 38897/GO) - Processo 0636500-40.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: Rafael Reis Pereira - EXECUTADO: CONFECÇÕES DOREME LTDA. - Vistos, etc Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados RENAJUD e INFOJUD, interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE GAIOFATO DE SOUZA (OAB 163549/SP) - Processo 0638072-60.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Duplicata - REQUERENTE: Comercial Importadora e Distribuidora Marc4 Ltda. - Defiro a entrega do bem aos cuidados do exequente, até o término do processo, devendo indicar pessoa que exercerá os encargos de fiel depositário. Cumpre alertar ao exequente que: Fiel depositário é a atribuição dada a alguém para guardar um bem durante um processo judicial, e está prevista no inciso IV, artigo 838, do Código de Processo Civil. Assim, como fiel depositário, o exequente será responsável pela guarda e manutenção do bem, portanto, poderá responder criminalmente caso não cumpra exatamente o seu dever. Após indicação do depositário fiel e recolhida as custas, expeça-se mandado de penhora e avaliação do bem de fl. 204 em local a ser indicado pelo exequente. Cumprida a medida, o exequente deverá indicar no prazo de 10 dias a forma de expropriação do bem. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIAN CARUZO (OAB 172893/SP), ADV: ALINE SARAIVA DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9026/AM) - Processo 0638082-

70.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ads Laboratório Nutricional Ltda Epp - No caso em tela, verifica-se que não foram encontrados bens penhoráveis, mantenham-se os autos em arquivo até nova provocação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAYO MARCELLOS LOPES DE VASCONCELOS (OAB 8080AM) - Processo 0638242-27.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Tulio Crisanto Guimarães Ramos - R. H. Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos. Verifico que a parte autora não atendeu ao comando da decisão de fls. 19/20, nem procedeu ao preparo da demanda, motivo pelo qual determino a baixa . Sem custas, tendo em vista que não houve prestação jurisdicional. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0639164-10.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0639549-21.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Bruno de Oliveira Barreto e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0639684-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Kelly Magalhaes da Silva - Pelo exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA, para determinar que o Requerido suspenda os descontos no contracheque da Requerente, em face, exclusivamente do BIB CARTÃO 10 apresentado nos autos, sob pena de multa de R$ 1.000,00 a cada desconto em contracheque efetuado, limitado à R$ 30.000,00. DEFIRO A JUSTIÇA GRATUITA, com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 14 de outubro de 2019, às 10 horas, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC.

ADV: ALDINEI FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 10642/AM) - Processo 0639909-48.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Manoel Antonio de Sena Ribeiro e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 07/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640962-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Érica Seabra da Silva - Defiro o pedido de justiça gratuita para a parte Autora. Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de 15 de dezembro de 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, determino: 1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015 (http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060), devendo CEJUSC, agendar a referida perícia com um dos médicos especialistas em medicina do trabalho conveniados; 2 - A nomeação de perito médico, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil. 4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais). 5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência. 6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. 7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC). 8- A Citação da requerida, por comunicação eletrônica do presente despacho, dando-se ciência que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344;

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0642438-11.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Dispõe o art. 836 do CPC. Não se levará a efeito a penhora quando ficar evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução. Com efeito, tendo em vista que a penhora, via Bacenjud, encontrou valor incapaz de cobrir as custas, determino o desbloqueio da referida quantia. Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados, interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Defiro, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita Federal no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens. Defiro, ainda, a pesquisa por bens em nome do Executado no sistema RENAJUD e o bloqueio para fins de transferência dos veículos eventualmente encontrados. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0643129-93.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Precatória ou indicar novo endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM) - Processo 0644138-22.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - EXECUTADO: Trattoria Portofino Restaurante Ltda Epp e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.227/228, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: VINICIUS CABRAL BISPO FERREIRA (OAB 410103/SP) - Processo 0644756-93.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar o débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para o pagamento do valor principal atualizado, incluindo-se custas e honorários advocatícios. Os honorários advocatícios correspondem a 10% do valor total da dívida. Entretanto, em caso de pagamento integral da dívida, os honorários serão reduzidos à metade (art. 827, pg. 1º, CPC), podendo eventualmente serem majorados na forma do do §2º do artigo anteriormente referido. Para citação, forneça a exequente os meios necessários (recolhimento da taxa para expedição de carta de citação, ou diligência do Oficial de Justiça, indicando inclusive onde serão realizadas), no prazo de 10 dias, sob pena de extinção. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Decorrido o prazo e não efetuado o pagamento, o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, procederá de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, e de tais atos intimando o executado (art. 829, par. 1º do Código de Processo Civil). Se não localizar o executado, o Oficial de Justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução, observando-se, após, os procedimentos do art. 830, par. 1º, do CPC. Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Poderá o devedor, querendo, apresentar defesa, sob a forma de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914), no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos termos do artigo 231 e respectivos incisos. Em caso de execução em cujo pólo passivo haja mais de um executado, o prazo será contado individualmente. Os embargos à execução, via de regra, não terão efeito suspensivo (art. 919, caput, CPC), salvo em casos excepcionais, após apreciação e deferimento judicial, o que poderá vir a ser revogado, caso cessadas as justificativas para a concessão (art. 919, par. 2º, CPC). A eventual concessão do efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante (art. 919, par. 4º). No prazo para embargos, o devedor, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá requerer o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, observando-se, no mais, os termos do artigo 916 do Código de Processo Civil. No caso de citação por carta ou mandado infrutíferos, intime-se o exequente para que, no prazo de 10 dias, recolha as custas para consulta eletrônicas por meio do RENAJUD/BACENJUD/SIEL/INFOJUD ou indique novo endereço para citação com o recolhimento das custas correspondentes. Após, proceda-se à consulta de endereços do réu/s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel e intime-se o exequente para que promova a citação em 10 dias, com a indicação do endereço para cumprimento da medida e o recolhimento das custas correspondentes, sob pena de extinção. Não serão aceitos pedidos de dilação de prazo para o recolhimento das custas, tanto para as consultas eletrônicas, quanto para expedição de carta/mandado, tendo em vista que o prazo de 10 dias é suficiente para tal. A inércia da parte autora ou o não recolhimento das custas para consultas eletrônicas ou expedição de carta/mandado, ensejará a extinção do feito, nos termos do art. 485, IV do CPC. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Cumpra-se.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0645147-48.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco José Lima da Rocha - Pelo exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA para determinar à parte ré que suspenda os descontos no contra-cheque, referentes ao negócio jurídico objeto desta ação, até ulterior decisão deste juízo. No caso de descumprimento desta decisão pela parte ré, com fulcro nos artigos 536, § 1º c/c 537, caput, do CPC, fixo multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para cada desconto realizado após a intimação desta decisão, até o limite de R$ 15.000,00 (quinze mil mil reais), com fundamento no disposto nos artigos 536, § 1º c/c 537, caput, do CPC. Na sequência, observe-se o procedimento a seguir detalhado. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 21 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a requerida para que, querendo, compareça a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0645163-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Jose Medina Dicuru - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrocinálo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: ÁLVARO RÉGIS DE MENEZES JÚNIOR (OAB 8899/AM) - Processo 0645350-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trabalho - AGRAVANTE: Otacilio Torres de Figueiredo - Defiro o pedido de justiça gratuita para a parte Autora. Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de 15 de dezembro de 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, determino: 1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015 (http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060), devendo CEJUSC, agendar a referida perícia com um dos médicos especialistas em medicina do trabalho conveniados; 2 - A nomeação de perito médico, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil. 4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais). 5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência. 6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. 7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC). 8- A Citação da requerida, por comunicação eletrônica do presente despacho, dando-se ciência que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas

de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344;

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: ANDRÉA CARDOSO SALGADO (OAB 4743/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0653308-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Afonso Senhoraes da Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 07/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 26 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0703864-97.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, etc Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (OAB 19353/PE), ADV: ROSIANA APARECIDA DAS NEVES VALENTIM (OAB 223195/SP) - Processo 0704084-95.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Chubb do Brasil Cia. de Seguros e outros - EXECUTADA: Soares Administração de Franquias Ltda. - Vistos, etc Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados (RENAJUD e INFOJUD), interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ABRAHIM JEZINI JÚNIOR (OAB 8073/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0719551-17.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Thaysa Lemos de Carvalho - REQUERIDA: Direcional Engenharia S.A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

Abrahim Jezini Júnior (OAB 8073/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Aldinei Fernandes de Azevedo (OAB 10642/AM)
Alexandre Gaiofato de Souza (OAB 163549/SP)
Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)
Aline Saraiva da Silva Oliveira (OAB 9026/AM)
Aloisio da Costa Filgueiras Junior (OAB 2170/AM)
Álvaro Régis de Menezes Júnior (OAB 8899/AM)
Alysson George Gomes Cavalcante (OAB 3710/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Ana Lidia Macedo Prado (OAB 389483SP)
Ana Lúcia da Silva Brito (OAB 286438/SP)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
André Leandro de Lima Santos (OAB 5805/AM)
Andréa Cardoso Salgado (OAB 4743/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariosto Lopes Braga Neto (OAB 1448/AM)
Aristófanes Bezerra de Castro Filho (OAB 705/AM)
Astrid Maria Cabral Maués (OAB 13458/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB 19353/PE)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1198A/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489A/BA)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cayo Marcellos Lopes de Vasconcelos (OAB 8080AM)
Célio Antônio Szlachta (OAB 6260/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edineia Santos Dias (OAB 197358/SP)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Érico Rodrigo Freitas Pinheiro (OAB 6413/AM)
Erika Paiva Ponce e Silva (OAB 10795/AM)
Eustáquio Nunes Silveira (OAB 25310/DF)
Fabian Caruzo (OAB 172893/SP)
Fabian Lenzi Nerbass (OAB 15459/SC)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
FERNANDO ROSENTHAL (OAB 146730/SP)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco de Assis Viana de Vasconcellos Dias (OAB 696/AM)
Geraldo Mocellin (OAB 12711/PR)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
Gracireza Bezerra Azedo (OAB 3842/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Helder Soares de Lima (OAB 7536/AM)
Isabela Farias Neves (OAB 7950/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Janaina Leão Braga (OAB 12906/AM)
Jorge Luiz Ferrari (OAB 221049/SP)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
JOSE RENATO FERREIRA NOBRE (OAB 7992/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lindomar Falcão dos Santos (OAB 7303/AM)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marco Aurelio Marchiori (OAB 199440/SP)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Mizzi Gomes Gedeon (OAB 14371/MA)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nildo Nogueira Nunes (OAB 2698/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raíssa Souza Curado (OAB 38897/GO)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rosangela Aparecida dos Santos Costa (OAB 171793/RJ)
Rosiana Aparecida das Neves Valentim (OAB 223195/SP)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Severino Ramos da Silva (OAB 2588/AM)
Silas Ayrton Vinhote de Souza (OAB 10035/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Taís Sterchele Alcedo (OAB 194073/SP)
Tatiana Soares Aguiar (OAB 9875/AM)
Thallyne Jamylle Campos Feijao (OAB 14295/AM)
URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE)
Vera Carla Nelson Cruz Silveira (OAB 19640/DF)
Vinicius Cabral Bispo Ferreira (OAB 410103/SP)
Vitor Godinho das Chagas (OAB 14192/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Wallace Eller Miranda (OAB 56780/MG)
Wallace Eller Miranda (OAB 868A/AM)
wellyngton da Silva e Silva (OAB 422A/AM)
Wellyngton da Silva e Silva (OAB A422/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
William Alves Silva (OAB 9520/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0283/2019

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE PAULA (OAB 2388/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO MARTINS AFONSO (OAB 1325/AM), ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM), ADV: FRANCISCO RITTA BERNARDINO (OAB 360/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0204480-90.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0206068-45.2010.8.04.0001) (processo principal 0206068-45.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Terezinha de Jesus Vieira Nunes - EXECUTADO: Francisco Ritta Bernardino - À fls. 179 foi concedido o prazo de dois meses para que o exequente promovesse a substituição do polo passivo da demanda, diante do falecimento do executado. Transcorrido quase um ano, não se desincumbiu de tal exigência. Assim, concedo o prazo de 30 dias para que o faça, sob pena de extinção do feito.

ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL (OAB 8044/AM), ADV: DENISON MELO DE AGUIAR (OAB 6825/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: PATRÍCIA FORTES ATTADEMO FERREIRA (OAB 6170/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM) - Processo 0210267-03.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Benefícios em Espécie - EXEQUENTE: Alcino Marques Xavier - EXECUTADO: INSS - Instituto Nacional de Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Agência de Atendimento de Demandas Judiciais - APSADJ/AM - Entretanto, os cálculos apresentados pelo autor foram objeto de recurso pelo réu, alegando o excesso da execução, motivo pelo qual determino à

remessa ao contador judicial para que efetue a atualização de dívida, nos termos do acórdão de fls.278/285, conforme dispõe o art. 524, § 2° do CPC. Após, apresentado o cálculo, voltem-me os autos conclusos. No mais, intime-se o requerido para que cumpra imediatamente o determinado em sentença, confirmado em 2º grau, no que se refere a conversão do auxílio doença em aposentadoria. Intime-se e cumpra-se.

ADV: MARAJU CORREIA DE MIRANDA (OAB 7569/PB), ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0229540-12.2009.8.04.0001 (001.09.229540-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: R C Recebiveis Ltda - REQUERIDO: FREDERICO JORGE DE MIRANDA FARIAS - A. J. Quintela Lopes E.I - Antônio José Quintela Lopes - Intime-se o executado, na pessoa do seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, a fim de que, querendo, manifeste-se sobre a penhora no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 852, § 3º do CPC, ou, ainda, no prazo de 10 (dez), quanto aos ditames do art. 854, § 6º c/c 847 do CPC. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0235986-60.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o exequente para que recolha as custas para a intimação pessoal do executado no prazo de 10 dias. Após, intime-se o(a) devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º c/c 847, ambos do CPC. Proceda-se a transferência dos valores bloqueados para conta judicial a fim de preservar o valor da moeda.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0601433-09.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Verifico que a parte Requerente recolheu custas suficiente para 01 consulta, sendo necessárias 04 consultas. Intime-se a parte requerente para que no prazo de 05 (cinco) dias complemente o recolhimento das custas, sob pena de extinção por ausência de citação. Cumpra-se.

ADV: RICARDO ALMEIDA (OAB 4884/AM) - Processo 0601435-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Ricardo Almeida - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM) - Processo 0601454-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S.a. - Basa - EXECUTADO: S. F. Bar e Restaurante Ltda. - Lukas Ramyses Leão Ferreira - Antônio Ademir Stroski Junior - Adélia Neumann de Lima - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas a expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 1175A/AM) - Processo 0601727-90.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: TARCÍSIO ALMEIDA CORRÊA (OAB 19377/ES), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0602417-56.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - EXECUTADA: Margareth Magalhães do Nascimento - Intime-se o exequente para que complemente as custas para a intimação pessoal do executado no prazo de 10 dias. Após, intime-se o(a) devedor(a).

ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602902-61.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: JANDER LÚCIO GONÇALVES LOUREIRO - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, rejeito a prescrição arguida pelo autor e, ainda no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes da demanda declaratória agitada pelo JANDER LÚCIO GONÇALVES LOUREIRO, em face de AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, a fim de declarar inexigíveis as obrigações de pagamento constantes das faturas declinadas na alínea “c” de fls. 15 da prefacial. Repilo a pretensão, contudo, no que concerne às obrigações vencidas durante a lide, pois não houve demonstração, pelo autor, de anormalidade alguma no consumo. Improcedentes os pleitos de danos morais e materiais, nos termos da fundamentação. Havendo sucumbência recíproca, as partes deverão ratear o valor das custas processuais. Fixo os honorários em R$ 3.000,00, com fulcro no art. 85, §2º, do CPC, os quais deverão ser remunerados por cada parte em favor dos patronos da parte adversa. Ressalto ser o requerente beneficiário da justiça gratuita, restando suspensa qualquer cobrança. P.R.Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENAN RODRIGUES FIALHO (OAB 13904/AM), ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE), ADV: ANTONIO YVES C. DE MELLO JUNIOR (OAB 30225/PE) - Processo 0604732-23.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Farias e Batista Locaçao de Automoveis Ltda Me - Renan Rodrigues Fialho - EXECUTADO: Itau Seguros S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo,

desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO NUNES DA FROTA (OAB 1527/AM) - Processo 0606402-96.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro de Carvalho Jovem - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0606775-64.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0609096-72.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Clarismundo B dos Santos - Relação: 0275/2019 Teor do ato: No caso em tela, verifica-se que foram esgotadas as diligências junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, contudo não foram encontrados bens passíveis de penhora. Assim, havendo evidências concretas da ausência de bens penhoráveis,suspendo a execução nos termos do artigo 921, III, do Código de Processo Civil, pelo prazo de um ano, determino que se aguarde a provocação em arquivo, sendo que nesse período fica suspensa a prescrição. Após o decurso do prazo acima, observando-se o § 2º do mesmo diploma legal, ficam mantidos os autos em arquivo, iniciando-se o prazo da prescrição intercorrente. Fica ciente o exequente que a retomada da execução deverá observar o disposto §3º do artigo 921 do CPC: "§ 3º Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis". Intime-se. Cumpra-se. Advogados(s): Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG), Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG), Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM), Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)

ADV: TATIANA SOARES AGUIAR (OAB 9875/AM), ADV: SILAS AYRTON VINHOTE DE SOUZA (OAB 10035/AM), ADV: MIZZI GOMES GEDEON (OAB 14371/MA), ADV: GIOVANA ZOTTIS (OAB 48921RS), ADV: FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ (OAB 44277/RS) - Processo 0611228-73.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI - EXECUTADO: Jose James Onofre E Silva - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: WALTER JUNIO ELESBAO DA SILVA (OAB 11427/AM), ADV: BRUNNA BEZERRA COSTA RIBEIRO (OAB 12996/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (OAB 6168/AM) - Processo 0611338-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Wilson Miranda Lima - Intime-se o requerente para que recolha as custas para expedição de carta e indique endereço para citação. Após, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para que seja pautada audiência de conciliação nos termos do art. 334 do CPC.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 1175/AM) - Processo 0613563-36.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: ARILDO DOS SANTOS MARTINS - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: JULIANA FALCI MENDES (OAB 223768/SP), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM) - Processo 0614204-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Jose Raimundo Batista da Silva - R.H Deixo de apreciar a petição de fls. 87/99, ante a sua intempestividade conforme certidão de fl. 82. Arquivem-se os autos com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA

CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0614228-13.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: M. R. S. da Silva - Minimercado - ME (Comercial M. R.) - Maria Rita Santos da Silva - Consulta Siel realizada à fl. 100. Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0615704-52.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0617506-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Conjunto dos Jornalistas - Nos termos do que dispõe o artigo 248, §1º do CPC/2015, a citação pelo correio deverá ser entregue pessoalmente ao citando, de quem deverá ser exigida a assinatura do recibo. Nestes termos, para se ter como válida a citação não basta a simples entrega da carta no endereço do réu, com recebimento por outrem, uma vez que a lei não se contenta com simples presunção da ciência inequívoca do réu citando, acerca dos termos e atos da ação que lhe é movida. Isso porque, o ato processual da citação afigura-se como a base da instauração da relação jurídica processual, e como corolário, do julgamento da causa, traduzindo providência necessária à realização do princípio do contraditório e da ampla defesa, sendo imprescindível à constituição e desenvolvimento válido do processo. Partindo dessa premissa, o ato citatório, para alcançar suas finalidades, deve ser cumprido em estrita observância às exigências legais, sob pena de viciar toda a demanda. A teor do exposto, chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a certidão de fls. 110. À secretaria para certificar quanto a tempestividade da contestação de fls. 117/120. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0618476-61.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA ROSIMEIRE ALVES DE SOUZA SENA - REQUERIDO: NET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S/A (CLARO S.A.) - R.H. Defiro o pedido de fls. 236, publique-se a presente decisão, autorizo, desde já a expedição do alvará em nome do Patrono habilitado nos autos com poderes para tal. Posteriormente, arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: WALTER DA CUNHA AZEVEDO FILHO (OAB 3828/AM) - Processo 0618508-27.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Sumaran Bastos Trigueiro - Vistos etc ... Trata-se de ação de Alvará Judicial - Lei 6858/80 interposta por Sumaran Bastos Trigueiro. A autora em sua inicial não apresentou petição inicial, sendo seu dever instruir o processo com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Assim, a irregularidade da falta de petição inicial necessita ser sanada, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da mesma, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC. Por todo o exposto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos ditames do Compêndio Processual Civil, sob pena de extinção do feito, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 320, 321, parágrafo único, 330, IV e 485, I, todos do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo legal, com ou sem resposta do requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos. Intime-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0618771-35.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: P A dos Santos Estivas - Pedro Araújo dos Santos - NELSON ARAUJO DOS SANTOS - Raimunda Nonata Santos Cunha - KÁTIA FERREIRA DOS SANTOS - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JÚNIO LAUREANO DE SOUZA BARBOSA (OAB 12332/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0619893-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Marcos Aurélio Ramos Paula - REQUERIDO: Sul America Seguro Saúde S.a - Em razão de a hipótese encartada aos autos cuidar de matéria de fato e de direito, sem necessidade, contudo, de maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, conforme art. 355, I, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo para recurso, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: DENYS FALABELO JAIME (OAB 8235/AM) - Processo 0620335-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Extinção - REQUERENTE: Sidomar Ferreira de Oliveira - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spe - N. V. Industria Comercio e Construção Ltda - Em complementação à decisão in retro, ao analisar os documentos acostados pelo autor, entendo ser caso de deferimento da gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 do CPC.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0620618-33.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0621573-93.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: TELMÁRCIA DAYENE SILVA DO NASCIMENTO (OAB 10097/AM), ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0622333-47.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0602132-34.2016.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EXEQUENTE: Rodolfo Paulo Cabral - EXECUTADO: Norte Comercial Distribuidora de Medicamentos Ltda - R. Hoje À Vista do bloqueio efetuado, transfira-se o valor para conta do juízo, e proceda-se as desbloqueio do valor excedente. Intime-se o executado, na pessoa do seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, a fim de que, querendo, manifeste-se sobre a penhora no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 852, § 3º do CPC, ou, ainda, no prazo de 10 (dez), quanto aos ditames do art. 854, § 6º c/c 847 do CPC. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0625436-91.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de

extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0626621-04.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlene dos Santos Moreno - REQUERIDO: Global Gnz Empreendimentos e Participações Ltda - Chamo processo à ordem para que seja desconsiderada do despacho anterior a referência de perito grafotécnico, vez que evidente o engano. A perita nomeada é médica , com especialização em ortopedia, como requer a prova a ser produzida. . Cumpra-se

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0628357-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629871-74.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0630101-19.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630658-06.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM) - Processo 0630842-59.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Antônia Ieda Mesquita de Oliveira, - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: RONAN BATISTA MOREIRA (OAB 8849/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM) - Processo 0631265-53.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Harley Bayma de Araújo - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES o pedido formulado na demanda de busca e apreensão ajuizada por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A, em face de HARLEY BAYMA DE ARAÚJO, em ordem a confirmar a liminar antes deferida e a autorizar a alienação do bem pelo credor fiduciário, consolidando, destarte, o domínio e o direito de posse em suas mãos. Condeno a parte ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, este fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, §2º, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0632012-42.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Rodrigo Otávio Borges Melo - MAGALI DINELLI DESIDERI MELO - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda - SANTO INDALÉCIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - ROSSI RESIDENCIAL S.A (CAPITAL ROSSI VENDAS) - Ante o exposto, reconheço a prescrição da pretensão de restituição das parcelas pagas a título de comissão de corretagem e, no mais, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes da demanda indenizatória ajuizada por MARIA NILDA RIBEIRO RAMOS, em face de Construtora Capital S/A, São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda, SANTO INDALÉCIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e ROSSI RESIDENCIAL S.A (CAPITAL ROSSI VENDAS), a fim de condenar as rés solidariamente ao pagamento de indenização por lucros cessantes cujo valor arbitro, para o período junho de 2013 até o mês em que as rés estorvarem o direito de os autores se imitirem na posse do imóvel, em 0,5% sobre o montante atualizado do contrato, com juros legais desde a citação inicial. Julgo procedente, ainda, o pedido de afastamento da capitalização mensal de juros, posto que ilegal. A repetição da quantia sobejante deverá se dar de modo simples e será apurada mediante liquidação por arbitramento. Revogo a interlocutória de fls. 104/107, de modo que as requeridas estão autorizadas a imputar correção monetária ao saldo devedor, excluindo, todavia, as parcelas de juros e a multa convencional durante o período de atraso na entrega da obra, qual seja desde 20/06/2013, conforme item II do acórdão proferido pelo E. TJAM nos autos de n. 0005477-60.2016.8.04.0000. Após o cálculo escorreito do saldo devedor, os autores deverão proceder à quitação do saldo devedor nos termos da cláusula quinta do compromisso de compra e venda celebrado (fls. 61/62).. Defiro a imediata imissão dos autores na posse do bem, ante a descaracterização da mora durante o período de normalidade contratual. Julgo procedente o pedido de dano moral, nos termos da fundamentação supra, condeno a requerida ao pagamento de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Improcedentes os demais pedidos. Havendo a parte autora sucumbindo em menor parte na demanda, as custas deverão ser pagas pela parte ré, assim como a verba de patrocínio que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. P.R.Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0634069-57.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Marilene Cruz Rangel - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue

o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0635202-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - REQUERENTE: Davi Antônio Araújo de Araújo - REQUERIDO: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: HEBERT SHINITI TAKANO (OAB 10717/AM), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0637764-92.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: TORNEADORA MANAUS - REQUERIDO: BANCO HSBC BANK BRASIL S.A - R.H. Defiro o pedido de fls. 184, publique-se a presente decisão, autorizo, desde já a expedição do alvará em nome do Patrono habilitado nos autos com poderes para tal. Posteriormente, intime-se o autor para que se manifeste requerendo o que entender de direito, caso não haja manifestação, arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0637889-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Corrija-se o valor da causa, e remetam-se os autos à contadoria para emissão da guia de custas complementares. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC.

ADV: MÁRCIO DJAMES DA COSTA FURTADO (OAB 4533/AM) - Processo 0638299-45.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Odimar da Silva Cruz - REQUERIDO: Frida Souza de Oliveira - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrocinálo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0638570-54.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Rc Recebíveis Ltda - REQUERIDO: Servtree Eireli Me - Andreza Silva Vaz - Alessandro Barbosa da Silva - Dispõe o art. 836 do CPC. Não se levará a efeito a penhora quando ficar evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução. Com efeito, tendo em vista que a penhora, via Bacenjud, encontrou valor incapaz de cobrir as custas, determino o desbloqueio da referida quantia. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABÍOLA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 8980/AM) - Processo 0639108-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Célia Bento de Santana - REQUERIDA: Zeila Preira Mendes - Julio de Oliveira Mendes - R.H. Compulsando os autos, verifico que a petição inicial apresenta documentos ilegíveis às fls. 131. Pelo exposto, nos termos do art. 321, caput e parágrafo único, do CPC, determino que o autor, querendo, emende a inicial, juntando cópias legíveis dos documentos acima referidos, sob pena de indeferimento liminar da petição inicial e extinção do feito, ex vi do art. 330, IV, do mesmo Diploma. Decorrido o prazo legal, com ou sem resposta do requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos. Intime-se.

ADV: WALTER FROTA DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 9866/AM) - Processo 0640907-16.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Francisco Daniel Sampaio de Oliveira - REQUERIDO: Aco e Semi-joias Comercio Ltda Me - Defiro o pedido de parcelamento da custas iniciais em 6 parcelas mensais e sucessivas. Intime-se o requerente para que comprove o recolhimento da primeira parcela no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, voltem-me conclusos para deliberação.

ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0641173-03.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Comercial - REQUERENTE: Kafe Hotel Ltda - REQUERIDO: H C G de Oliveira - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB 1083A/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0643152-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Entec Guindastee Conteinêres Ltda - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0644220-82.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Construtora Uatuma Ltda - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0644308-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Cristina Dias Moura - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Primeiramente, defiro o pedido de justiça gratuita total, uma vez que a documentação apresentada pela parte autora satisfaz os requisitos estabelecidos na Lei 1060/50 e no CPC. Na sequência, em se tratando de ação, cuja prova depende, essencialmente, de perícia médica e tendo em vista os Termos da Portaria 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, paute a perícia e expeça as comunicações necessárias de citação e intimação. No laudo o perito deverá responder aos quesitos do Juízo: 1º) Que região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)? 2º) As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (Considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma). 3º) Há indicação de algum tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever. 4º) Há perda anatômica ou funcional de natureza permanente? 5º) Se há, perda, esta é: Total? Parcial completa? Parcial incompleta? 6º) Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: Intensa (75%)? Média (50%)? Leve (25%)? Ou Residual (10%)? Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do art. 465, §1º, do Digesto Processual Civil. Após a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes, na forma do art. 477, §1º do CPC. Sendo o laudo favorável ao Autor, paute-se audiência de conciliação prevista no artigo 334, CPC, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, devendo a citação, ora ordenada, ocorrer por meio eletrônico, e em harmonia com a informação obtida, atentando-se para o teor dos arts. 247 e 248, com pelo menos 40 (quarenta) dias de antecedência (caput do art. 334 c/c artigo 183, CPC). Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para a referida audiência. Neste caso, contar-se-á o prazo para contestação na forma do artigo 335, CPC, a partir da data da audiência. Sendo o laudo contrário às pretensões do Autor, dispensa-se a audiência de conciliação, tendo em vista que a Requerida não apresenta, em tais casos, proposta de acordo, mostrando-se necessária a racionalização do processo de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Neste caso, contar-se-á o prazo para contestação de 15 dias, a partir da intimação da juntada do laudo pericial. A intimação do Autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. A Citação da requerida, por comunicação eletrônica do presente despacho, dando-se ciência que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344. Cite-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0644681-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Bem Viver Total Ville Vida Nova - REQUERIDO: D. e Serviços Gerais Ltda - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0644706-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Edinaldo Melo de Araújo - Verifico que o autor não trouxe junto à inicial demonstrativo de débito atualizado do saldo devedor em aberto quanto a dívida objeto da demanda, razão pela qual determino que seja emendada, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, caput e parágrafo único, do CPC.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644731-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644789-83.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR,

por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM) - Processo 0644815-81.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0634797-98.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Sófios Construções Ltda. - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0644919-73.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Defiro a gratuidade da justiça em favor da parte autora. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC, a ser recolhido em caso de não haver gratuidade.

ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0645735-89.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Maria Gracineide da Silva Alencar - Trata-se de ação de busca e apreensão ajuizada em 01 de outubro de 2018. Citada para apresentar contestação em 17 de junho de 2019, a parte requerida quedou-se inerte. Sentença proferida às fls. 135/136, em que reconheci a revelia da requerida e julguei procedente o pedido para atribuir ao autor o direito ao domínio e a posse plena do bem. Busca e apreensão do bem objeto da ação cumprida em 20 de agosto de 2019. Em manifestação de fls. 142/145, a parte requerida informa que encontra-se em tramitação na 18ª Vara Cível a ação revisional de n.º 0648873-64.2018.8.04.0001, movida em face ao autor acerca do mesmo contrato de financiamento do veículo apreendido. Narra que naquela ação foi determinada, em 09 de novembro de 2018, a suspensão do contrato sub judice e autorizada a consignação dos valores incontroversos. Destaca que por conta da liminar deferida na ação revisional, não pode ser mantida a apreensão realizada. Alega que a parte autora tinha conhecimento da ação revisional e se omitiu quanto a informação da liminar concedida e da existência da ação a este juízo. Requer a anulação da sentença, alega que a omissão da requerente induziu o juiz a erro e pugna pela devolução do veículo. É o relatório. Decido. Não há que se falar em anulação da sentença, pois não há vício na citação, a requerida regularmente citada não apresentou defesa, operando-se os efeitos da revelia. Julgo que não se deve impor qualquer ônus ao requerente, pois o requerido teve a oportunidade de se manifestar nestes autos e não o fez a tempo e modo. Indefiro o pedido de devolução do veículo pois o ajuizamento de ação revisional não obsta o prosseguimento da ação de busca e apreensão, sobretudo porque o requerido teve oportunidade de se manifestar nesta ação e, ainda assim, nada disse acerca das próprias teses de defesa ou sobre a antecipação de tutela deferida por outro Juízo, o que tornou impossível a este Juízo conhecer antes da sentença qualquer matéria impugnativa à consolidação da propriedade em favor do autor.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0652552-72.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Marcia Cristina Gomes de Lima - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0655128-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de

Crédito - REQUERENTE: Svetlana Kozlova - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A e outro - R.H. Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentem eventuais propostas de acordo e especifiquem se há provas que pretendem ver produzidas em eventual audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência e anexando rol de testemunhas se for o caso. Em caso de inércia dos litigantes, procederei ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CPC. Cumpra-se.

Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antonio Yves C. de Mello Junior (OAB 30225/PE)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
BRUNNA BEZERRA COSTA RIBEIRO (OAB 12996/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 1175/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 1175A/AM)
Denison Melo de Aguiar (OAB 6825/AM)
Denys Falabelo Jaime (OAB 8235/AM)
DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB 1083A/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elci Simões de Oliveira Júnior (OAB 5543/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fabíola Ferreira do Nascimento (OAB 8980/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fabrício Zir Bothomé (OAB 44277/RS)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernando Nunes da Frota (OAB 1527/AM)
Flávio Queiroz de Paula (OAB 2388/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Francisco Ritta Bernardino (OAB 360/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
GIOVANA ZOTTIS (OAB 48921RS)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hebert Shiniti Takano (OAB 10717/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Alves Barbosa Filho (OAB 4246/PE)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Juliana Falci Mendes (OAB 223768/SP)
Júnio Laureano de Souza Barbosa (OAB 12332/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB 6168/AM)
Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB 8044/AM)
Maraju Correia de Miranda (OAB 7569/PB)
Márcio Djames da Costa Furtado (OAB 4533/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos Antônio Martins Afonso (OAB 1325/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mizzi Gomes Gedeon (OAB 14371/MA)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Patrícia Fortes Attademo Ferreira (OAB 6170/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Renan Rodrigues Fialho (OAB 13904/AM)
Renato Fioravante do Amaral (OAB 349410/SP)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Almeida (OAB 4884/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronan Batista Moreira (OAB 8849/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Silas Ayrton Vinhote de Souza (OAB 10035/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Tarcísio Almeida Corrêa (OAB 19377/ES)
Tatiana Soares Aguiar (OAB 9875/AM)
Telmárcia Dayene Silva do Nascimento (OAB 10097/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Walter da Cunha Azevedo Filho (OAB 3828/AM)
Walter Frota de Oliveira Júnior (OAB 9866/AM)
Walter Junio Elesbao da Silva (OAB 11427/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0192/2019

ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM) - Processo 0229343-76.2017.8.04.0001 (processo principal 0604430-67.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: ELENILDO DO CARMO SILVA - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, À vista da certidão de fls. 289, determino que se oficie a Caixa Econômica Federal a fim de proceda à transferência dos valores depositados na conta judicial da 11a. Vara do Juizado Especial Cível pertinentes às parcelas 27, 30, 31 e 33 à conta judicial desta 11a. Vara Cível e de Acidentes do Trabalho. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: OSÉIAS VITORINO DO NASCIMENTO (OAB 13236/PA), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB

1047A/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0338064-74.2007.8.04.0001 (001.07.338064-5) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Bb - Leasing S/a - Arrendamento Mercantil - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: LEONARDO LEMOS DE ASSIS (OAB 6497/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM) - Processo 0346312-29.2007.8.04.0001 (001.07.346312-5) - Interdito Proibitório - Interdição - REQUERENTE: Oriente Baby Center Ltda - REQUERIDO: Engeco Engenharia e Construções LTDA - Encerrada a fase postulatória, passo a sanear o presente feito, nos termos do art. 354 do CPC. Inicialmente, avalio as preliminares suscitadas pela empresa Requerida em Contestação de fls. 60/117. I) Ilegitimidade Passiva: Aduz a empresa Requerida que seria ilegítima para figurar no pólo passivo da presente demanda, uma vez que quem exerce a posse e é proprietária da área limítrofe da área da Requerente é a empresa Habitec - Habitação, Empreendimentos e Construção Ltda comprovando tal alegação através da certidão narrativa do terreno (fls. 80/84). Impende salientar que tratam os autos de ação de interdito proibitório. Nesse contexto, a fim de resolver a arguida preliminar de ilegitimidade passiva, deve a cognição do juízo se limitar a análise sobre quem estaria ameaçando a posse da empresa Autora. Na hipótese, verifico que a fundamentação da referida preliminar cinge-se à propriedade do bem imóvel; não restando por comprovado nos autos que Habitec - Habitação, Empreendimento e Construção Ltda seria a empresa que estaria ameaçando a posse da Requerente. Assim, decido por afastar tal arguição e declarar legítima a Requerida Engeco Engenharia e Construções Ltda para figurar no pólo ativo da presente demanda. II) Inépcia da Inicial: Inicialmente, importante frisar que a fase postulatória do presente feito tramitou quando ainda se encontrava em vigência o CPC/73, portanto a análise da presente preliminar deve ser realizada à luz da norma processual corrente ao tempo da prática do ato, ou seja, das regras do CPC/73. Nesse contexto, verifico que a Requerida alega quanto a ocorrência de inépcia da inicial, eis que a empresa Autora teria ingressada com ação de interdito proibitório quando já teria ocorrido a turbação de sua posse. Afasto a alegação, uma vez que nos termos do art. 920 do CPC/73, o ingresso pelo Autor de ação de interdito proibitório em vez de ação de manutenção da posse não obsta o conhecimento do pedido pelo juiz. Superadas as questões processuais ora decididas, fixo os pontos controvertidos que se referem às questões de fato e de direito sobre as quais deverá recair atividade probatória de natureza documental, testemunhal e pericial: a) sobre a delimitação do terreno e configuração da posse da Autora; b) sobre a delimitação do terreno e configuração da posse da Ré; e, c) sobre a ocorrência de turbação da posse da Autora pela Ré. No que tange ao ônus da prova, fixo-a nos termos do art. 373, I e II, do CPC. Na sequência, determino que a instrução processual se inicie com a produção de prova pericial e nomeio perito nos autos o Dr. Ronaldo Pereira Santos, engenheiro agrônomo, CREA 10898-D/AM - psantos.ronaldo@gmail. com; (092)981248462, que deve apresentar proposta de honorários no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 465, §2°, do CPC. Dispenso a apresentação de currículo e comprovação de especialização, eis que referida documentação já resta arquivada em cartório. Fixo em 60 (sessenta) dias o prazo para apresentação do laudo pericial. Ficam as partes intimadas a apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos; querendo, arguirem impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos o art. 465, §1°, do CPC. Após a apresentação de proposta de honorários, intimem-se as partes para que se manifestem no prazo comum de 5 (cinco) dias, eis que as custas deverão ser rateadas considerando que a prova foi deferida de ofício pelo juízo, conforme assim dispõe o art. 95, caput, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0600550-28.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Em análise à manifestação de fls. 118/189, verifico que se impõe novamente à Exequente retificar o cálculo exequendo, na medida em que não observo os juros moratórios, aplicados conforme a taxa SELIC, incidindo a partir do vencimento de cada parcela, consoante os termos da condenação. Determino, portanto, que intime a Exequente para que ultime referidas diligências, no prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento, nos termos do art. 801 do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM) - Processo 0603508-55.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Antonio do Vale Venâncio - Vistos, etc Considerando a juntada de novos documentos em fls. 116 e seguintes, determino mais uma vez diga o Exequente o que entender de direito em prazo de 10 (dez) dias. Inocorrendo manifestação no prazo, intime-se-lhe pessoalmente a suprir a falta no prazo de 05 (cinco) dias, pena de extinção do feito, na forma do disposto no art.485, III, §1º do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ANTÔNIO FRAGADA JÚNIOR (OAB 1179A/BA), ADV: LUÍS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 16780/BA), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM), ADV: CELSO DAVID ANTUNES (OAB 1141A/BA), ADV: DAIANA FERREIRA DE SOUSA (OAB 8527/AM) - Processo 0603759-73.2016.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: IVANILDO CASTRO DOS SANTOS - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Vistos, etc Considerando o teor do AR em fls.195, reitero os termos do despacho em fls.191, determinando seja cumprido através da expedição de mandado gratuito, à vista de ser o Requerente beneficiário da gratuidade de justiça, conforme fls.89/93. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0605168-89.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Posse - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos. Determino que se intime o Banco Exequente a fim de que se manifeste sobre a certidão do Oficial de Justiça de fls. 119, requerendo aquilo que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0605947-05.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: EZEQUIAS VASCONCELOS DE PAULA (OAB 9284/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM) - Processo 0607743-65.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Jardim Regado Paisagismo Ltda. ME - REQUERIDO: MCW Construções, Comércio e Terraplanagem Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de fls. 281, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: VILMAR ANTONIO DA ROSA (OAB 13262/AM) - Processo 0612853-40.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Raimunda Selma Costa da Rosa - REQUERIDO: A. Martins Construções Ltda e outro - Vistos, etc

Através do termo em fls.63/64, vislumbro quanto a possibilidade de que sejam os autos sentenciados em homologação de acordo entre as partes. Contudo, impõe-se lavrar termo para tanto, eis que o terceiro parágrafo do termo em fls.63 coloca óbice à realização da adjudicação compulsória pretendida pela Autora. Nesse contexto, determino à Requerente que apresente em 15 (quinze) dias termo e respectivas cláusulas à homologação do acordo pretendido com as empresas Rés. Int. Cumpra-se.

ADV: LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 10011A/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0614918-13.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Valmir de Jesus Sousa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc Verificada a irregularidade de representação do Autor nos autos, conforme fls.138, decido por suspender o processo por 30 (trinta) dias, a fim de que o Requerente constitua novo (s) patrono (s), pena de extinção do feito, na forma do disposto no art.76, §1º, I, do CPC. Intime-se-lhe pessoalmente. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM) - Processo 0615019-16.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0603508-55.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Antonio Costa Pinheiro - EMBARGADO: Antonio do Vale Venâncio - Defiro como requerido em fls.73/74. Providências legais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VALDECI SOARES DA SILVA (OAB A600/AM), ADV: SIDNEY SANTOS SOUSA JUNIOR (OAB 8896/AM) - Processo 0615112-08.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Soon Industria Comercial Plasticos Ltda - REQUERIDO: Visão Serviços de Instalação e Manutenção de Maquinas Ltda Epp - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0617953-73.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: MARCO AURÉLIO PINHEIRO GONSALVES (OAB 17151/DF), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM) - Processo 0618260-32.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Tomazia Pereira Trindade - REQUERIDO: Caixa de Assitência dos Funcionários do Banco do Brasil - Cassi - Vistos, etc Digam as partes em 15 (quinze) dias sobre se ainda pretendem produzir prova documental e testemunhal, nos termos da decisão interlocutória de fls.318/319. Inocorrendo manifestação neste sentido, façam-se conclusos à sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM), ADV: VIVIAN MENDONÇA MARTINS (OAB 9403/AM), ADV: ERIK FRANCO DE SÁ (OAB 3786/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: JOSÉ ANGELO FILHO (OAB 84090/SP), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0622087-85.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0635517-41.2014.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: C.A.B.S. - REQUERIDA: K.N.C. - TERCEIRO I: U.M.C.T.M. - H.S.J. - Vistos, etc Reitero à Secretaria da 4a. UPJ providências ao cumprimento da decisão de fls.955, independentemente de restarem os valores de fls.896 depositados nos autos em apenso, eis que cumprem ao desiderato de custear os honorários periciais. Ultimada referida providência, notifique-se o perito judicial à realização da prova em prazo de 60 (sessenta) dias. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622818-52.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Raimunda Cardoso da Silva - Determino que se intime o Exequente a fim de que se manifeste sobre o aviso de recebimento de fls. 121, requerendo aquilo que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE VIANA FREIRE (OAB 9947/AM) - Processo 0625291-35.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Odenildo Teixeira Sena - Ante o exposto, acolho os presentes embargos de declaração opostos por Odenildo Teixeira Sena e, no mérito, lhes dou provimento, para integrar o dispositivo da sentença de fls. 90/93, o qual passará a prever, para além das obrigações já determinadas, a condenação do Réu a pagar ao Autor o montante de R$ 503,55, referente aos encargos cartorários, sobre o qual deverá incidir correção monetária, segundo o INPC, desde o pagamento de cada parcela que o compõe até a data de citação, tempo em que passará a incidir juros moratórios, segundo a taxa SELIC, nos moldes da Súmula n.º 43 do STJ e do art. 407 do CC c/c os arts. 3º, IX; 12, II; e parágrafo único, III, da Portaria n.º 1855/2016 do TJAM. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0625871-70.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: DANIEL ANTONIO DE ALBUQUERQUE - REQUERIDO: SEGURADORA BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A - Vistos, etc Considerando que até a presente data não houve o perito judicial nomeado em fls. 173/174 por ter informado proposta de honorários e bem assim sobre se aceita realizar a perícia nos autos, determino seja novamente notificado a dizer em 05 (cinco) dias através dos seguintes contatos - mauricioamp@uol.com.Br, 3304-4536 e 989213-3851. Em assim sendo, certique sobre referida comunicação e resposta a Secretaria da Vara e após, voltem-me conclusos. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: DIEGO ARAÚJO BENAYON (OAB 10766/AM), ADV: JOSÉ CARLOS MARINHO DA SILVA (OAB 1273/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: ANA CAROLINA JANSEN PEREIRA DE ARAÚJO PRADO (OAB 7510/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JOÃO VÍTOR CASTELLO BRANCO GIRÃO (OAB 9454/AM), ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0627899-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: José Carlos Marinho da Silva e outro - REQUERIDO: Centro de Doenças Renais do Amazonas S/s Ltda - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Plural Administradora de Benefícios - Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos contidos na exordial, resolvendo no mérito a presente demanda, nos moldes do art. 487, I, do CPC, para condenar as Rés, solidariamente, a pagarem ao Autor, através de seu sucessor Salomão José Israel Marinho, o quantum de R$ 8.000,00, a título de indenização por danos morais, devendo incidir sobre este montante juros moratórios, segundo a taxa SELIC, limitados a 1% ao mês, a contar da última citação, ocorrida em 02/08/2017, até a data desta decisão, tempo em que

deverá passar a incidir correção monetária, segundo a taxa SELIC, nos termos dos arts. 405 e 406, do CC, da Súmula n.º 362, do STJ e do art. 12, parágrafo único, IV, da Portaria 1.855/2016 do TJAM. Diante da sucumbência das Rés, condeno-as ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da condenação, a correr juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628119-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marilza de Souza Fernandes - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAROLINE VASCONCELOS DA CUNHA (OAB 6977/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0630076-11.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adriano Augusto da Silveira Rolim - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631185-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOANA DARC DOS SANTOS CORDEIRO (OAB 8645/AM), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0632700-67.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JULIANO LAFUENTE SILVELO - Ante o exposto, acolho os presentes embargos de declaração opostos por Juliano Lafuente Silvelo e, no mérito, lhes dou provimento, para integrar o dispositivo da sentença de fls. 70/76, o qual passará a prever, para além das obrigações já determinadas, o deferimento da tutela de urgência requerida pelo Autor a fim de determinar ao Réu que proceda, no prazo de 30 dias, à transferência do veículo objeto dos autos ao terceiro adquirente, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00, limitada a 10 dias-multa. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633833-42.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA (OAB 157875/SP), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0634148-07.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bb Administradora de Consórcio S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: BRUNO BIANCHI FILHO (OAB 4912/AM), ADV: FABRÍZIO DE SOUSA BARBOSA GROSSO (OAB 4473/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: MARIANA MARQUES DOS SANTOS (OAB 10339/AM), ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0634254-37.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: WILLIAM ORAN BARROS COUPE - REQUERIDO: Cartaxo Empreendimento Mobiliarios Ltda - CONDOMÍNIO VIVENDAS DO RIO NEGRO PRAÇAS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634825-71.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: JORGE LAURI FAZIONI (OAB 5914/AM), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP), ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM) - Processo 0636152-51.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Amanda Gonçalves da Silva e outros - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spebel e outro - Vistos, etc A hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0636667-86.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rilzabete de Jesus Sousa - REQUERIDO: Pdg Realty S/A Empreendimentos e Participações e outro - Vistos, Em análise aos autos, verifico que se impõe retificar o cálculo exequendo no que refere aos lucros cessantes, pois que, a correção monetária, segundo o INPC, deve incidir a partir do primeiro dia útil de cada mês em que se venceriam os aluguéis devidos à Autora até a data da citação, ocorrida em 01/02/2017, e não até 25/08/2019, como houve por ocorrer no demonstrativo de débito apresentado em fls. 178/179. Diante disso, determino que se intime a Exequente para que ultime referida diligência, no prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento, nos termos do art. 801 do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0636889-49.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria

nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0637025-17.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0637055-52.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 10 (dez) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM) - Processo 0637176-17.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S/A - REQUERIDA: Jerlane Christine Pereira Granja - Vistos, Jerlane Christine Pereira Granja, já qualificada nos autos, opõe embargos de declaração, às fls. 170/272, em face da sentença de fls. 158/164, afirmando sobre a ocorrência de contradição no julgado, uma vez que conquanto tenha o juízo reconhecido por abusivos os juros moratórios contratuais, a declarar a quitação do contrato, bem assim a existência de saldo devedor em favor da Autora, advindo de pagamento excedente ao necessário à purga da mora, não houve por determinar a devolução do montante de R$ 1.200,00 por ela dado em caução. O embargado, em contrarrazões, afirmou ter cumprido o determinado em sentença, depositando em juízo o montante de R$ 73,47, tido por excedente. Decido. A título de admissibilidade, o embargante tem sucesso ao responder positivamente aos pressupostos constantes dos arts. 1.022 e 1.023 do CPC, sobretudo aos da tempestividade e do cabimento. No mérito, constato que obtém o mesmo êxito. Julgo por evidente a contradição apontada pelo Embargante, visto que através dos cálculos apresentados pela contadoria do juízo, à fl. 148, houve por se atualizar o crédito perseguido pelo Autor/Embargado, abatendo-se de seu montante os seguintes valores devidamente atualizados: a) R$ 5.450,85, depositado à fl. 77; e b) R$ 670,00, depositado à fl. 116. Assim, chegou-se à conclusão sobre a existência de depósito excedente, o qual corresponde à importância de R$ 73,47. Sendo assim, levando em consideração que a Embargante realizou ainda, à fl. 127, depósito no montante de R$ 1.200,00, o qual não foi incluído nos cálculos da contadoria, entendo que, de igual modo, a referida importância compõe valor excedente ao necessário à purga da mora, razão pela qual é devido à Embargante a sua devolução. Ante o exposto, acolho os presentes embargos de declaração opostos por Jerlane Christine Pereira Granja e, no mérito, dou-lhes provimento, para determinar seja expedido alvará no valor de R$ 1.200,00 em benefício da Embargante/Ré. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0638110-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0641543-21.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0642553-61.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: João Bosco de Queiroz Cruz - Vistos, Inicialmente, defiro a alteração no polo ativo dessa demanda, devendo constar, portanto, o nome da empresa JB de Queiroz Cruz Cia Ltda. Dessarte, determino providências à Secretaria da 4a. UPJ ao cumprimento desse comando judicial. Verifico ainda que se impõe novamente emendar a inicial, na medida em que registro ao Requerente que para as pessoas jurídicas não ocorre presunção relativa de veracidade de suas alegações, senão que a elas comprovem nos autos sua alegada insuficiência de recursos. Nesse sentido, o NCPC incorpora a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema; vale dizer, a Súmula, nº 481 do STJ que permanece plenamente em vigor. Em assim sendo, intime-se a empresa Autora, por seus advogados, para que comprove sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e outros documentos idôneos, a exemplo de balancetes anexados de fluxo de caixa ou outros documentos contábeis atuais, a fim de que possa o Juízo analisar o pedido da gratuidade de justiça, ou, acaso acaso opte por não comprovar sua alegada insuficiência de recursos, efetue o pagamento integral das custas iniciais, tudo em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0644712-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Joaquim Camara da Silva - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) defiro a gratuidade da justiça ao Autor, na forma do art. art. 98, § 1.º, do CPC, c/c o art. 9.º, I, da Constituição Estadual; c) definir a distribuição do ônus da prova por ocasião da decisão de saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC; d) deferir o pleito de prioridade na tramitação do presente feito, nos moldes do art. 1.048, inc. I, CPC; e) determinar que o Banco Requerido, no prazo de contestação, acoste aos autos o contrato de que trata a presente demanda; e f) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. P.R.I.C.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0644783-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Compromisso - REQUERENTE: Edson Gurgel Barreto e outros - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação de Monitória formulada por Edson Gurgel Barreto, Egerton Gurgel Barreto e Francisco Cleiton Gurgel Barreto em face de Amazon Combustíveis para Veículos e Construções Ltda. A demanda monitória, nos termos do art. 700, do CPC, deve estar instruída com documentos escritos sem eficácia de título executivo que detenham atributos suficientes para que o juízo se convença, por meio de cognição sumária, acerca da existência da obrigação neles consignada e do direito do autor ao seu cumprimento, tornando-se possível, a imposição liminar do pagamento de soma em dinheiro, da entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. Desse modo, conforme disposição do art. 700, §2º do CPC, a petição inicial deve ser instruída com

memória de cálculo apta a individualizar a importância devida, bem como deve ser demonstrado o valor atual da coisa reclamada e discriminado o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido. Nessa toada, verifico que os Autores acostaram à petição inicial, como prova escrita sem eficácia de título executivo, os Contratos de Locação de Imóvel Comercial (fls. 23/28 e 29/32). Observo ainda às fls. 45/46 sobre a existência de demonstrativo de débito, em que é explicitada a importância requerida devidamente atualizada. Dessarte, retifico o valor da causa para R$142.216,30 (cento e quarenta e dois mil, duzentos e dezesseis reais e trinta centavos), o que faço com fulcro no art. 292, §3.°, NCPC. Diante do exposto, é possível asseverar que resta demonstrado o valor atual do crédito reclamado, bem como que se encontra suficientemente delimitado o proveito econômico perseguido. Isso posto, estando presentes os requisitos estampados no §2º do artigo 700 do CPC, defiro o pedido de expedição de mandado de pagamento, conforme o caput do artigo 701, devendo-se citar o Réu para que no prazo de 15 (quinze) dias, pague aos Autores a importância de R$: R$142.216,30 (cento e quarenta e dois mil, duzentos e dezesseis reais e trinta centavos), bem como os honorários relativos a 5% do valor da causa. Oportunamente, determino que conste no mandado de pagamento a advertência segundo a qual não opostos embargos no referido prazo, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, nos termos do art. 701, §2º do CPC. Anote-se, de igual forma que, ocorrendo o pagamento também no mesmo prazo, o Réu ficará isento de custas, conforme art. 701, §1º do CPC. Desta forma, intimem-se os Requerentes para que procedam ao prévio recolhimento das custas do Oficial de Justiça, conforme os termos da Portaria n° 116/2017, publicada no DJE no dia 23 de janeiro de 2017. Verifico ainda que os Requerentes pleitearam o parcelamento em 6x das custas iniciais, na forma do art. 1º da Portaria n.º 490/2017- PTJ, o que, em outras palavras, representa pedido de modulação da concessão dos efeitos da gratuidade, ex vi do art. 98, §6º do CPC. Assim sendo, conforme o precedente da lavra da Desembargadora Nélia Caminha Jorge, o diferimento/parcelamento é possível desde que o requerente demonstre quanto a impossibilidade momentânea de arcar com a exação, senão vejamos: 4002826-16.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIFERIMENTO DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS. PORTARIA N.° 116/2017-TJ/AM. MEDIDA EXCEPCIONAL. IMPOSSIBILIDADE MOMENTÂNEA DE PAGAR O TRIBUTO. NECESSIDADE DE PROVAS. PATRIMÔNIO DE PESSOA JURÍDICA E SEU REPRESENTANTE. CONCEITOS INCONFUNDÍVEIS. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - Nos termos da Portaria n.° 116/2017-TJ/AM, é possível o diferimento do recolhimentos das custas processuais e taxa judiciária até o momento anterior à prolação da sentença, devendo o requerente, para tanto, demonstrar a impossibilidade momentânea de arcar com a exação. II - No caso, conquanto a ação tenha sido intentada por pessoa jurídica, as razões de recursos limitam-se a versar sobre as condições financeiras do representante daquela, não logrando êxito, portanto, em demonstrar que a impossibilidade de pagamento imediato ou parcelado pela pessoa ficta. III - Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (Relator (a): Nélia Caminha Jorge; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Terceira Câmara Cível; Data do julgamento: 23/07/2018; Data de registro: 23/07/2018) Por essa lógica, o deferimento do pedido de parcelamento das custas iniciais em 6x não prescinde de demonstração da condição de hipossuficiência, ainda que momentânea. Indefiro, portanto, o parcelamento das custas processuais em 6 (seis) parcelas, pois que, não há como acolher referida pretensão, diante da ausência de comprovação da impossibilidade momentânea de os Requerentes pagarem referido tributo. Em assim sendo, diante da ausência de recolhimento das custas processuais, intimem-se os Autores para diligenciarem quanto a providência legal no prazo de 15 dias, na forma do art. 290, do CPC, pena de cancelamento da distribuição. Diante da comprovação do pagamento, expeça-se o competente mandado. Int. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM) - Processo 0644921-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Ideal Torquato - Vistos, A Constituição Federal no art. 5º, LXXIV, preceitua que o Estado deve prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos. Pois bem. Apesar de o Novo Código de Processo Civil haver revogado boa parte da Lei 1.060/50 e estabelecido um novo regramento para o pedido de gratuidade de justiça e de modulação de seus efeitos (redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento art.98, §5º do NCPC), a legislação processual acentua que o Juiz pode indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, conforme assim estatuí o art.99, §2º, da Lei 13.105/15. À vista disso, esclareço que a pessoa jurídica deve comprovar sua alegada insuficiência de recursos para fazer jus à gratuidade da justiça ou para a modulação de seus efeitos. Nesse contexto, registro ao Requerente que para as pessoas jurídicas não ocorre presunção relativa de veracidade de suas alegações, senão que a elas se impõe que comprovem nos autos sua alegada insuficiência de recursos. Nesse sentido, o NCPC incorpora a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema; vale dizer, a Súmula, nº 481 do STJ que permanece plenamente em vigor. Em assim sendo, determino que se intime o condomínio Autor, por sua advogada, para que comprove sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e/ou outros documentos idôneos, a fim de que possa o Juízo analisar o pedido da gratuidade de justiça, ou acaso acaso opte por não comprovar sua alegada insuficiência de recursos, efetue o pagamento integral das custas iniciais, tudo em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0645131-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose da Cruz Oliveira - Vistos, Constato que a vestibular preenche os requisitos dos art. 319 e 320 do CPC. Adiante, defiro a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC. Ademais, quanto ao pedido de inversão do ônus da prova, decido por postergar sua apreciação para a ocasião do saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC. Outrossim, defiro o pleito de prioridade na tramitação do presente feito, nos moldes do art. 1.048, inc. I, CPC. Assim, determino sejam os autos encaminhados ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do artigo 334 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0645160-47.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação Monitória formulada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Bom Gosto Fornecimento de Alimentos Ltda - ME. A demanda monitória, nos termos do art. 700, do CPC, deve estar instruída com documentos escritos sem eficácia de título executivo que detenham atributos suficientes para que o juízo se convença, por meio de cognição sumária, acerca da existência da obrigação neles consignada e do direito do autor ao seu cumprimento, tornando-se possível, a imposição liminar do pagamento de soma em dinheiro, da entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. Desse modo, conforme disposição do art. 700, §2º do CPC, a petição inicial deve ser instruída com memória de cálculo apta a individualizar a importância devida, bem como deve ser demonstrado o valor atual da coisa reclamada e discriminado o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido. Nessa toada, verifico que o Autor acostou à petição inicial, como prova escrita sem eficácia de título executivo, as faturas de energia elétrica referentes aos meses em que a Empresa Requerida encontra-se em débito (fls. 33/98). Observo ainda à fl. 31 a existência de demonstrativo de débito, em que é explicitada a importância requerida devidamente atualizada. Ocorre correspondência entre a referida importância e o valor da causa, conforme preceitua o §3º do art. 700 do CPC. Diante do exposto, é possível asseverar que resta demonstrado o valor atual do crédito reclamado, bem como que se encontra suficientemente delimitado o proveito econômico perseguido. Isso posto, estando presentes os requisitos estampados no §2º do art. 700 do CPC, defiro o pedido de expedição de carta de citação com

aviso de recebimento, conforme o caput do artigo 701, devendo-se citar a empresa Ré para que no prazo de 15 (quinze) dias, pague à Autora a importância de R$: 245.196,12 (duzentos e quarenta e cinco mil, cento e noventa e seis reais e doze centavos), bem como os honorários relativos a 5% do valor da causa. Oportunamente, determino que conste na carta de citação a advertência segundo a qual não opostos embargos no referido prazo, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, nos termos do art. 701, §2º do CPC. Anote-se, de igual forma que, ocorrendo o pagamento também no mesmo prazo, o Réu ficará isento de custas, conforme art. 701, §1º do CPC. Diante da comprovação do pagamento (fls. 6/7), expeça-se a competente carta de citação. Int. Cumpra-se.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0645325-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Francisca Moreira Paiva - Vistos, etc. Cuidam os presentes autos de ação previdenciária de restabelecimento de auxílio-doença com conversão em aposentadoria por invalidez, formulada por Francisca Moreira Paiva em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Com a exordial foram juntados os documentos às fls. 15/45. Estão conclusos. Verifico que a inicial preenche os requisitos legais insculpidos nos art. 319 e 320 do NCPC. No que tange ao requerimento de gratuidade de justiça, constato que a Autora preenche os requisitos legais para sua obtenção, razão por que tenho por deferi-la e o faço com fulcro no art.98, § 1º, do NCPC. Relativamente ao pleito de antecipação do efeitos da tutela, acautelo-me quanto ao pedido, decidindo por remeter os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 2183/2016 - PTJ, de 28 de novembro de 2016, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de novembro de 2016, que disciplina acerca dos procedimentos iniciais em processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro obrigatório DPVAT. À Secretaria da 4.ª UPJ para providências. Int.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0706070-84.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da juntada de extrato bancário, no prazo de 10 (dez) dias.

Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alessandra Gomes dos Santos (OAB 6938/AM)
Alexandre Viana Freire (OAB 9947/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Carolina Jansen Pereira de Araújo Prado (OAB 7510/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bruno Bianchi Filho (OAB 4912/AM)
Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Caroline Vasconcelos da Cunha (OAB 6977/AM)
Celso David Antunes (OAB 1141A/BA)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Daiana Ferreira de Sousa (OAB 8527/AM)
Diego Araújo Benayon (OAB 10766/AM)
EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Erik Franco de Sá (OAB 3786/AM)
Ezequias Vasconcelos de Paula (OAB 9284/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fabrízio de Sousa Barbosa Grosso (OAB 4473/AM)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Francisco Antônio Fragada Júnior (OAB 1179A/BA)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Humberto Luiz Teixeira (OAB 157875/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Joana Darc dos Santos Cordeiro (OAB 8645/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Vítor Castello Branco Girão (OAB 9454/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Lauri Fazioni (OAB 5914/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Angelo Filho (OAB 84090/SP)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Marinho da Silva (OAB 1273/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Leonardo Lemos de Assis (OAB 6497/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luís Carlos Monteiro Laurenço (OAB 16780/BA)
LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 10011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Marco Aurélio Pinheiro Gonsalves (OAB 17151/DF)
Mariana Marques dos Santos (OAB 10339/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
oséias vitorino do nascimento (OAB 13236/PA)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)

Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidney Santos Sousa Junior (OAB 8896/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Valdeci Soares da Silva (OAB A600/AM)
Vilmar Antonio da Rosa (OAB 13262/AM)
Vivian Mendonça Martins (OAB 9403/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0194/2019

ADV: MARIANA SILVA MONACHESI (OAB 296861/SP), ADV: LUCIANO SARTORI FIRMINO (OAB 183420/SP), ADV: MAURO EDUARDO LIMA DE CASTRO (OAB 146791/SP), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: FERNANDO JOSÉ MONTEIRO PONTES FILHO (OAB 183379/SP), ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM) - Processo 0208681-67.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: LG Eletronics da Amazônia Ltda - EXECUTADA: Vulcaplast Indústria da Amazônia Ltda - INDEFIRO, por ora, o pedido de citação por edital do sócio Francisco Carlos Pereira da Silva, uma vez não esgotadas todas diligências para realização do ato judicial. DEFIRO a expedição de novo mandado de citação do sócio SAULO MACIEL DA SILVA no endereço localizado na Rua São Vicente, 103, Aleixo, Manaus, CEP: 69060-140, custas pagas a fl. 263. Expeça-se MANDADO de PENHORA e AVALIAÇÃO dos BENS indicados pelo Exequente a fls. 267/268, descrito na matrícula n° 1.105, do Cartório do Sexto Ofício de Registro de Imóveis de Manaus/AM. Proceda à EXEQUENTE o recolhimento das custas de diligências do oficial de justiça, juntando aos autos o respectivo comprovante. Após, com a comprovação do recolhimento, EXPEÇA-SE o pertinente MANDADO. I.C.

ADV: RUBENS CARMO ELIAS FILHO (OAB 138871/SP), ADV: CARLA MALUF ELIAS TOMMASI (OAB 110819/SP), ADV: MARCELA PACIFICO MICHILES (OAB 8449/AM) - Processo 0601504-79.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: HAYLIE FERNANDO OLDENBURG BARBOSA FILHO e outro - REQUERIDO: Escola Nilton Lins - Educaçao de Jovens e Adultos - Certifico, para os devidos fins, que os advogados do requerido Dr. Rubens Carmo Elias Filho, inscrito na OAB/SP sob o nº 138.871, e Carla Maluf Elias, inscrita na OAB/SP sob o nº 110.819. não possuem habilitação nos presentes autos. De ordem, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602517-16.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0603401-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - R.H. INTIME-SE o EXEQUENTE para, ciente do MALOTE DIGITAL acostado a fls. 111/113, PROCEDER ao RECOLHIMENTO das custas processuais e demais emolumentos junto ao Juízo Deprecado, no prazo de 05 (cinco) dias. No mais, aguarde-se a devolução da carta precatória.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: JOAQUIM LIBÓRIO DOS SANTOS (OAB 8860/AM) - Processo 0604337-36.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luciana Samara Libório Abrahim e outro - REQUERIDO: Habitec Habitação e Construção Ltda. - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silente as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0605607-27.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Habitacional Ariranhas - Isto posto, HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil, determinando a suspensão destes autos até cumprimento integral do termo pactuado. Adimplidas as condições firmadas no termo de acordo celebrado pelas partes arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no SAJ e no setor de Distribuição. Em caso de descumprimento, deverá a credora apresentar o valor remanescente do débito e então o feito terá continuidade. P.R.I.C.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0605868-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Vanilda Nunes de Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: LUCCA FERNANDES ALBUQUERQUE (OAB 11712/AM), ADV: KEVIN AUGUSTO DE SOUZA PEREIRA (OAB 11710/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM) - Processo 0609559-87.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: MARTINS VEICULOS LTDA - REQUERIDO: JOSÉ LOURENÇO GADELHA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da proposta do requerente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MOACIR MARQUES DE MEDEIROS (OAB 13394/AM), ADV: WAGNEY GUIMARÃES ROSAS (OAB 7908/AM), ADV: MARIA AURILENE GUIMARÃES ROSAS (OAB 8148/AM) - Processo 0609896-37.2017.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Tereza Cristina Silva Peres - REQUERIDO: Roberto Pereira Nunes - Designo AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 06/11/2019 às 10h00, a realizar-se na sede deste Juízo (sala 02). Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de

até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, parágrafo 8º, do referido Código. Cite-se o Requerido. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM) - Processo 0610653-94.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: João Souza Frota - REQUERIDO: Rommel Makarem Nadaf - Evidencia-se que satisfeita está a obrigação por parte da devedora e necessário se faz a declaração da extinção do processo por sentença. Isto posto, extingo o presente cumprimento de sentença nos termos do arts. 924, II, e 925 c/c 513 do Código de Processo Civil, para que produza seus efeitos legais e jurídicos. EXPEÇA-SE em favor da EXEQUENTE o ALVARÁ JUDICIAL dos valores depositados em conta judicial. Após, ARQUIVEM-SE os autos, sendo observadas as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: FLORIANO DE OLIVEIRA MAIA JÚNIOR (OAB 8762/AM), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0611864-68.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Michel da Silva Azevedo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição e documentos de fls. 126/128, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LINDOMAR FALCÃO DOS SANTOS (OAB 7303/AM), ADV: ADRIA SOLANGE DA CRUZ DA SILVA (OAB 12763/AM) - Processo 0612126-81.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Posto Japiim Comercio Varejista de Combustiveis Ltda - REQUERIDO: Cooperativa dos Transportadores Autonomos de Cargas Rodov e Logis - Compulsando os autos, verifico que advogada da parte requerida não foi intimada da sentença de fls. 153. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) sentença, cujo teor segue abaixo: "HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silente as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C. "

ADV: ROSINETE COSTA DOS SANTOS (OAB 14383/AM), ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM) - Processo 0614001-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Renato Barbosa Paulino - Rosinete Costa dos Santos - Vistos. Indefiro o requerimento de citação por edital formulado pela parte autora, haja vista que não foram esgotados todos os meios de localização da requerida. Posto isto, intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Observo que, se houver interesse do Requerente na realização de pesquisas via Renajud e Bacenjud, para localização de endereços do Requerido, defiro-o desde já. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM) - Processo 0615279-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Luísa Gondim Machado - R.H. Designo AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 06/11/2019 às 11h00, a realizar-se na sede deste Juízo (sala 02). Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, parágrafo 8º, do referido Código. Cite-se o Requerido. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JEDIER DE ARAÚJO LINS (OAB 1635/AM), ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0615536-21.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Evandro Paes de Farias e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615624-93.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0616218-05.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0617059-68.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Mauro Gomes de Souza - Isto posto, sob o fulcro do princípio do contraditório e da vedação a decisão surpresa, INTIME-SE a AUTORA para que, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sane as irregularidades apontadas, sob pena de extinção do processo. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617110-50.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0617534-87.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Maria Rita de Souza Peres - Me e outros - Designo AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 06/11/2019 às 11h30, a realizar-se na sede deste Juízo (sala 02). Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, parágrafo 8º, do referido Código. Cite-se a Requerida. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: RICARDO DA CUNHA COSTA (OAB 5737/AM) - Processo 0618352-44.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: SAINT YVES VEICULOS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir

novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVEIA (OAB 2955/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: PAULO CÉSAR ESPÍRITO SANTO DE GOUVÊA (OAB 4119/AM) - Processo 0618832-51.2017.8.04.0001 - Protesto - Liminar - REQUERENTE: Amazon Ecopark Hotéis e Turismo Ltda - REQUERIDO: Banco do Brasil S/a. e outro - Vistos. ESPECIFIQUEM as partes, no prazo de 15 dias, as provas que pretendem produzir. Em não havendo outras provas a produzir, DECIDO pelo julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inc. I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. I. C.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0622977-24.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Fergel Indústria de Ferro e Aço Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0624701-24.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. DEFIRO a EXPEDIÇÃO de novo MANDADO, e caso seja necessário, desde já, AUTORIZO o ARROMBAMENTO do referido IMÓVEL descrito a fls. 56 para cumprimento da diligência. I. C.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM) - Processo 0625037-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kl Rente A Car - REQUERIDA: Gracibete Tanaka Soares - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0627321-77.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627774-04.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627880-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Izeane Medeiros de Souza - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM) - Processo 0627993-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manuel Pinheiro de Arruda - REQUERIDO: Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios - Vistos. ESPECIFIQUEM as partes, no prazo de 15 dias, as provas que pretendem produzir. Em não havendo outras provas a produzir, DECIDO pelo julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inc. I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. I. C.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628046-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Jerri Ribeiro da Silva - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628050-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Joelma Cavalcante Macedo - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: JOÃO ROSA (OAB 17023/BA) - Processo 0628210-60.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Marca - REQUERENTE: Petrobras Distribuidora S/A - Vistos. Ao acessar os autos digitais, o sistema E-SAJ perfaz a OBSERVAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO com o PROC. 0623667-14.2019.8.04.0001 razão pela qual a DISTRIBUIÇÃO se fez por VINCULAÇÃO. Consultando aquele feito, restou constatado que trata-se de ação de tutela de antecipada em caráter antecedente, onde figuram PARTES, PEDIDO e/ou OBJETO DISTINTOS. Portanto, sendo INFUNDADA a SUSPEITA, DETERMINO a REMESSA dos autos à DISTRIBUIÇÃO, para os fins de proceder à EXCLUSÃO da ANOTAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO, bem como para que proceda à regular DISTRIBUIÇÃO por SORTEIO a quaisquer das VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer. I. C.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0629535-41.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0630685-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De

ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO MENENDES SUAID (OAB 184885/RJ), ADV: SUAID SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 184885RJ), ADV: MARCELO LADEIRA OLIVEIRA (OAB 202502/RJ) - Processo 0634082-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Firma Médica Petrópolis Ltda - Firme no exposto, indefiro o pedido de gratuidade judiciária. Intime-se o demandante para pagamento das custas no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: WILSON FILIPE DE SOUZA MATOS (OAB 14254/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0636488-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Alfredo Gomes Sevalho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0636607-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Ante ao exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, via consequência, extingo o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0637351-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Corporate Trade Center - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0642762-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Stop Jeans Confecções Ltda e outros - Isto posto, sem audiência da parte contrária e independentemente da prestação de caução, uma vez demonstrada a presença dos requisitos essenciais, DEFIRO a TUTELA DE URGÊNCIA pleiteada, nos termos do art. 300, do CPC, para os fins de DETERMINAR que a REQUERIDA AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A se ABSTENHA de SUSPENDER e/ ou INTERROMPER o SERVIÇO de FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA prestado à REQUERENTE STOP JEANS CONFECÇÕES LTDA, bem como que se ABSTENHA de PROCEDER à INCLUSÃO do NOME da REQUERENTE no CADASTRO de INADIMPLENTES dos ÓRGÃOS de PROTEÇÃO ao CRÉDITO SPC e SERASA, e, caso já tenha procedido, ADOTE as providências necessárias à IMEDIATA RETIRADA/EXCLUSÃO, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 30 (trinta) dias/multa. No mais, com fundamento no art. 6º, VIII, do CDC, entendo que o Autor é hipossuficiente para produzir a melhor prova para este juízo, portanto, DETERMINO a INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. Considerando a possibilidade de autocomposição, DESIGNO AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA para o dia 05/11/2019 às 13h30, a ser realizada na sede deste Juízo (sala 02), ficando as partes advertidas de que: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. CITE-SE e INTIMEM-SE com as cautelas de praxe. Comprovante de recolhimento das custas acostado a fls. 78/80.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0642910-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sandra Marcileia da Silva Souza Kunhen - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: PAULO TYRONE PERASA DE SOUZA JÚNIOR (OAB 6573/AM) - Processo 0643920-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Sebastiana Bernal da Conceição - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM) - Processo 0643991-25.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Dissolução - REQUERENTE: Walmir - Vistos. CHAMO o PROCESSO à ORDEM para TORNAR SEM EFEITO o COMANDO dado no DESPACHO de fl. 39, no qual designou Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, na sede deste Juízo. Cumpra-se os demais termos da decisão de fls. 37/38, declinando a competência da presente demanda em favor do MM. Juízo da 4ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0644442-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Condomínio Residencial Amazon Village - A T O O R D I N A T Ó R I O DE ORDEM do Dr. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES, Juiz Titular da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus/AM, neste ato, procedo a INTIMAÇÃO do Autor para que realize o pagamento das CUSTAS INICIAIS, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 CPC), conforme Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, art. 1º, inciso I, c/c Portaria 116/2017-PTJ art. 7º, §2º e art. 10).

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0644661-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco do Nascimento - Em exame, ação objetivando a INDENIZAÇÃO relativa ao DPVAT. DEFIRO o pedido de GRATUIDADE DA JUSTIÇA à parte Requerente, na forma do § 3º do art. 99 do CPC. Destaque-se que o BENEFÍCIO se faz TEMPORÁRIO, nos termos do art. 98, §§ 2º e 3º, do referido diploma legal, não afastando a responsabilidade do beneficiário, pelo ônus da SUCUMBÊNCIA em caso de tornar-se VENCIDO na demanda. À luz do art. 1º da PORTARIA PTJ nº 2.183/2016-PTJ, DETERMINO sejam os autos encaminhados ao CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA - CEJUSC para a prática de todos os expedientes

necessários à realização da PERÍCIA. I.C.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0644709-22.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Vistos. Ao acessar os autos digitais, o sistema E-SAJ perfaz a OBSERVAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO com o PROC. 0647391-81.2018.8.04.0001 razão pela qual a DISTRIBUIÇÃO se fez por VINCULAÇÃO. Consultando aquele feito, restou constatado que trata-se de Ação de Busca e Apreensão, onde figuram PARTES, PEDIDO e OBJETO DISTINTOS. Portanto, sendo INFUNDADA a SUSPEITA, DETERMINO a REMESSA dos autos à DISTRIBUIÇÃO, para os fins de proceder à EXCLUSÃO da ANOTAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO, bem como para que proceda à regular DISTRIBUIÇÃO por SORTEIO a quaisquer das VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer. I. C.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644727-43.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação, constata-se a evidência do direito do autor, satisfazendo as exigências dos arts. 700 e 701 do novo Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da AÇÃO MONITÓRIA. CITE-SE a Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, EFETUAR O PAGAMENTO da dívida mencionada na inicial ou OPOR EMBARGOS, sob pena de constituir-se o mandado monitório em mandado executivo. Anote-se que, ocorrendo o pagamento no referido prazo, a parte Requerida ficará isenta do pagamento de custas processuais, em consonância com o disposto no artigo 701, §1º, NCPC. À Secretaria para expedição da CARTA DE CITAÇÃO. Custas pagas conforme fls. 6/7. P.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0644745-64.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - DESPACHO CITE-SE a parte EXECUTADA, para que efetue o PAGAMENTO do DÉBITO indicado na PETIÇÃO INICIAL, acrescido dos HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, os quais fixo de plano em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, no PRAZO de 03 (três) DIAS, contado da CITAÇÃO, nos termos dos arts. 827 e 829 do Código de Processo Civil. Na hipótese de o EXECUTADO NÃO SER LOCALIZADO, proceda-se ao ARRESTO de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Em caso de o EXECUTADO - regularmente CITADO, NÃO EFETUAR o PAGAMENTO da DÍVIDA no prazo assinalado, AUTORIZO de logo a realização de PENHORA e AVALIAÇÃO de BENS, inclusive via BACENJUD e/ou RENAJUD, em conformidade com o art. 829, §1º c/c art. 854, ambos do NCPC. Façam-se presentes os preceitos contidos nos arts. 914 e 915 do CPC, que fixam PRAZO e INSTRUMENTO para que a parte EXECUTADA, querendo, apresente sua OPOSIÇÃO à EXECUÇÃO. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO do EXEQUENTE para, no PRAZO de 05 (cinco) DIAS, PROCEDER AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA e AVALIAÇÃO. P.I.C. MÁRCIO R. P. TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644773-32.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação, constata-se a evidência do direito do autor, satisfazendo as exigências dos arts. 700 e 701 do novo Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da AÇÃO MONITÓRIA. CITE-SE a Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, EFETUAR O PAGAMENTO da dívida mencionada na inicial ou OPOR EMBARGOS, sob pena de constituir-se o mandado monitório em mandado executivo. Anote-se que, ocorrendo o pagamento no referido prazo, a parte Requerida ficará isenta do pagamento de custas processuais, em consonância com o disposto no artigo 701, §1º, NCPC. À Secretaria para expedição da CARTA DE CITAÇÃO. Custas pagas conforme fls. 6/7. P.I.C.

ADV: JANDERCLEIDE ROCHA DE SOUZA FIACADORI (OAB 11064/AM) - Processo 0644869-47.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Data Base - REQUERENTE: Jonas Alves de Oliveira - Em razão do exposto, DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor de uma das VARAS DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA, devendo os autos serem REMETIDOS via DISTRIBUIÇÃO. I.C.

ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM) - Processo 0644872-02.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Construtor, Oliveira Comércio e Serviços de Usinagem Ltda - DESPACHO DEFIRO o PARCELAMENTO das CUSTAS JUDICIAIS INICIAIS em 6 (seis) PARCELAS IGUAIS E SUCESSIVAS Assim, assinalo ao Autor o prazo de 15 (quinze) dias para promover o recolhimento relativo à PRIMEIRA parcela das custas iniciais, sob pena de cancelamento e baixa na distribuição (CPC, art. 290 c/c 485, inc. IV). CITE-SE a parte EXECUTADA, para que efetue o PAGAMENTO do DÉBITO indicado na PETIÇÃO INICIAL, acrescido dos HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, os quais fixo de plano em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, no PRAZO de 03 (três) DIAS, contado da CITAÇÃO, nos termos dos arts. 827 e 829 do Código de Processo Civil. Na hipótese de o EXECUTADO NÃO SER LOCALIZADO, proceda-se ao ARRESTO de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Em caso de o EXECUTADO - regularmente CITADO, NÃO EFETUAR o PAGAMENTO da DÍVIDA no prazo assinalado, AUTORIZO de logo a realização de PENHORA e AVALIAÇÃO de BENS, inclusive via BACENJUD e/ou RENAJUD, em conformidade com o art. 829, §1º c/c art. 854, ambos do NCPC. Façam-se presentes os preceitos contidos nos arts. 914 e 915 do CPC, que fixam PRAZO e INSTRUMENTO para que a parte EXECUTADA, querendo, apresente sua OPOSIÇÃO à EXECUÇÃO. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO do EXEQUENTE para, no PRAZO de 05 (cinco) DIAS, PROCEDER AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA e AVALIAÇÃO. P.I.C. MÁRCIO R. P. TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: MEIREJANE RODRIGUES RIBEIRO (OAB 14091/AM) - Processo 0644879-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Imagemcef - Centro de Radiologia e Imaginologia Odontológica Ltda. - INTIME-SE a parte REQUERENTE para, sob a égide do art. 290 do CPC, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, proceder ao RECOLHIMENTO das custas e despesas de ingresso. I.C

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644894-60.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação, constata-se a evidência do direito do autor, satisfazendo as exigências dos arts. 700 e 701 do novo Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da AÇÃO MONITÓRIA. CITE-SE a Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, EFETUAR O PAGAMENTO da dívida mencionada na inicial ou OPOR EMBARGOS, sob pena de constituir-se o mandado monitório em mandado executivo. Anote-se que, ocorrendo o pagamento no referido prazo, a parte Requerida ficará isenta do pagamento de custas processuais, em consonância com o disposto no artigo 701, §1º, NCPC. À Secretaria para expedição da CARTA DE CITAÇÃO. Custas pagas conforme fls. 6/7. P.I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0645000-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Emanoel Reis da Silva - Ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Defiro o benefício da Justiça Gratuita pleiteado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0645109-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Daniel Silva de Lira - Em exame, ação objetivando a INDENIZAÇÃO relativa ao DPVAT. DEFIRO o pedido de GRATUIDADE DA JUSTIÇA à parte Requerente, na forma do § 3º do art. 99 do CPC. Destaque-se que o BENEFÍCIO se faz TEMPORÁRIO, nos termos do art. 98, §§ 2º e 3º, do referido diploma legal, não afastando a responsabilidade do beneficiário, pelo ônus da SUCUMBÊNCIA em caso de tornar-se VENCIDO

na demanda. À luz do art. 1º da PORTARIA PTJ nº 2.183/2016-PTJ, DETERMINO sejam os autos encaminhados ao CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA - CEJUSC para a prática de todos os expedientes necessários à realização da PERÍCIA. I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0645126-72.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação, constata-se a evidência do direito do autor, satisfazendo as exigências dos arts. 700 e 701 do novo Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da AÇÃO MONITÓRIA. CITE-SE a Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, EFETUAR O PAGAMENTO da dívida mencionada na inicial ou OPOR EMBARGOS, sob pena de constituir-se o mandado monitório em mandado executivo. Anote-se que, ocorrendo o pagamento no referido prazo, a parte Requerida ficará isenta do pagamento de custas processuais, em consonância com o disposto no artigo 701, §1º, NCPC. À Secretaria para expedição da CARTA DE CITAÇÃO. Custas pagas conforme fls. 6/7. P.I.C.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0645401-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Linelza de Abreu da Silva - Verificando a hipossuficiência econômica do Autor e ciente das custas incidentes sobre o feito, DEFIRO A GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Em sede de admissibilidade prévia da ação, estando a INICIAL em termos, à luz do art. 334 do CPC, designo a Audiência de Conciliação para o dia 06/11/2019 às 12h00, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Caso a parte requerida não possua cadastro para fins de citação eletrônica, expeça-se o expediente necessário. Deverão as PARTES serem ADVERTIDAS sobre os preceitos contidos no § 8º de referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta ATENTATÓRIA à DIGNIDADE da JUSTIÇA e respectiva COMINAÇÃO. CITE(M)-SE. INTIME(M)-SE. CUMPRA-SE.

ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM) - Processo 0651213-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Raphael Lobo Silva - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Barão da Villa - R.H. CHAMO o PROCESSO à ORDEM para TORNAR SEM EFEITO o DESPACHO proferido a fls. 146, no que se refere ao “deferimento do pedido de gratuidade da justiça às Requerentes”, uma vez que este Juízo, utilizando-se de despacho padronizado, equivocou-se em não excluir o parágrafo que trata do referido tema, que, inclusive, já fora INDEFERIDO a fls. 107/108, com as CUSTAS já recolhidas pelo Autor a fls. 115/117. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação designada. I.C.

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM), ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0659257-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Cristina Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Carlos Mateus Nunes Havas - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0714883-03.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Terry Florindo Paraizo - EXECUTADO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Pois bem, diante da notória DIVERGÊNCIA entre os VALORES discriminados nos cálculos do EXECUTADO a fls. 172/173 em relação aos apresentados pelo EXEQUENTE a fls. 185/186, cabe ao Juiz valer-se do contador judicial para solucionar o impasse, conforme estabelece o art. 524, § 2º, do CPC. Dessa forma, DETERMINO a REMESSA dos presentes AUTOS à CONTADORIA para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca das divergências apontadas. No mais, quanto aos VALORES INCONTROVERSOS já depositados pelo EXECUTADO a fls. 176/181, DEFIRO o pedido de levantamento formulado pelo Autor, pelo que DETERMINO a expedição de ALVARÁ JUDICIAL, em separado, em favor do EXEQUENTE e seu respectivo ADVOGADO, devidamente atualizados. Com o retorno dos autos da Contadoria, voltem os autos conclusos. P. I. C.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Adria Solange da Cruz da Silva (OAB 12763/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Auriana Ramos Pereira de Gouveia (OAB 2955/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carla Maluf Elias Tommasi (OAB 110819/SP)
Carlos Alexandre M.C.M Matos (OAB 2364/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fernando José Monteiro Pontes Filho (OAB 183379/SP)
Floriano de Oliveira Maia Júnior (OAB 8762/AM)
Francisco Ivan Palheta Camurça (OAB 9596/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jandercleide Rocha de Souza Fiacadori (OAB 11064/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jedier de Araújo Lins (OAB 1635/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Rosa (OAB 17023/BA)
JOAQUIM LIBÓRIO DOS SANTOS (OAB 8860/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Karlla Alynne Queiroz de Souza (OAB 308881/SP)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kevin Augusto de Souza Pereira (OAB 11710/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lindomar Falcão dos Santos (OAB 7303/AM)
Lucca Fernandes Albuquerque (OAB 11712/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Sartori Firmino (OAB 183420/SP)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Marcela Pacifico Michiles (OAB 8449/AM)
Marcelo Ladeira Oliveira (OAB 202502/RJ)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Maria Aurilene Guimarães Rosas (OAB 8148/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313/AM)
Mariana Silva Monachesi (OAB 296861/SP)

Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Mauro Eduardo Lima de Castro (OAB 146791/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Meirejane Rodrigues Ribeiro (OAB 14091/AM)
Moacir Marques de Medeiros (OAB 13394/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo César Espírito Santo de Gouvêa (OAB 4119/AM)
Paulo Tyrone Perasa de Souza Júnior (OAB 6573/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Ricardo da Cunha Costa (OAB 5737/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Menendes Suaid (OAB 184885/RJ)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rosinete Costa dos Santos (OAB 14383/AM)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)
Rubens Carmo Elias Filho (OAB 138871/SP)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Suaid Sociedade Individual de Advocacia (OAB 184885RJ)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wagney Guimarães Rosas (OAB 7908/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)
Wilson Filipe de Souza Matos (OAB 14254/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0220/2019

ADV: QUEIDI DOMINGUES SERAFIM (OAB 40634/SC) - Processo 0215043-41.2019.8.04.0001 - Monitória - Recuperação extrajudicial - REQUERENTE: Universal Fitness da Amazônia Ltda. - Expeça-se a competente carta, observando-se o endereço indicado à fl.102. Intime-se o Autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da Carta fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM) - Processo 0223771-86.2010.8.04.0001 (001.10.223771-0) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Boulevard Medical Center - REQUERIDO: GERALDO FELIPE DA COSTA MARQUES BARBOSA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta aos sistemas Infojud e Renajud, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM) - Processo 0228928-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: David Cruz Cunha - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: PATRÍCIA DA SILVA MELO (OAB 8172/AM) - Processo 0228996-24.2009.8.04.0001 (001.09.228996-8) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ubiratan Bayma da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta aos sistemas Infojud e Renajud, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0230466-27.2008.8.04.0001 (001.08.230466-2) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - REQUERIDO: Benedito Rufino da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta aos sistemas Infojud e Renajud, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0240902-93.2018.8.04.0001 (processo principal 0237539-16.2009.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivanete de Sousa Almeida - EXECUTADO: Auto Viação Vitória Régia Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: OCTAVIO DE PAULA SANTOS NETO (OAB 196717/SP), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: MAURÍCIO LOPES TAVARES (OAB 162763/SP), ADV: GEOVANE ARAÚJO GALVÃO (OAB 636/AM) - Processo 0264308-61.2009.8.04.0001 (001.09.264308-7) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - O pedido de reconsideração não encontra albergue em nosso ordenamento, salvo nos casos em que há a modificação da situação fática sob a qual se dá a decisão cuja reconsideração se persegue. (Art. 505, NCPC). No mais as irresignações devem ser dirigidas à instância

recursal pela via adequada, razão pela qual indefiro o pedido e mantenho a decisão de fl. 209.

ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: BRUNO CESAR VELOSO DE SOUZA (OAB 13290/AM), ADV: GUTENBERG DE MENEZES SEIXAS (OAB 14168/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0602427-66.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Adimplemento e Extinção - REQUERENTE: Romulo da Costa Serrão - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Ante o exposto, nos termos do 924, II, do CPC, JULGO EXTINTO o presente cumprimento de sentença, por conseguinte, determino a expedição em prol da parte autora. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0602513-08.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Duramar Industria e Comercio Ltda - João Batista de Brito Machado - JANIS POLLYANE MACHADO LOPES MAGALHAES DE OLIVEIRA (Rep.: Duramar Industria e Comercio Ltda.) - DEPRECADO: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dosTerritórios da Comarca de Brasília/DF - Intime-se o Autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição do ofício fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 13904A/PA), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: ALBERTO ALVES DE MORAES (OAB 17578/PA) - Processo 0602631-18.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM) - Processo 0604200-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Contratual - REQUERENTE: Robenilson Higson Vale - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 18-12-2019, às 12h , no endereço RUA LUIZ CORRENTE S/N - UBS - Enf. IVONE LIMA, COROADO, conforme informação do perito de fls. 153.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0604502-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0605887-66.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG) - Processo 0606383-03.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Federação dos Pescadores dos Estados do Amazonas e Roraima - FEPESCA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta aos sistemas Infojud e Renajud, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0607586-58.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Expeça-se o competente mandado, observando-se o endereço indicado à fl.181. Intime-se a Parte Autora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0609019-68.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, entenda o que de direito. Intime-se.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0609073-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Maria Suely Freitas Colares - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ANTÔNIO MIGLIORE FILHO (OAB 314197/SP), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0609543-60.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - EXECUTADO: Ripasa Comercio e Representacoes de Alimentos Ltda - Congresso da Pizza e outros - O pedido de reconsideração não encontra albergue em nosso ordenamento, salvo nos casos em que há a modificação da situação fática sob a qual se dá a decisão cuja reconsideração se persegue. (Art. 505, NCPC). No mais as irresignações devem ser dirigidas à instância recursal pela via adequada, razão pela qual INDEFIRO o pedido e mantenho a decisão de fls. 179 dos autos. Assim, diante do exposto, mantenho a SUSPENSÃO deste processo, visto que não transcorreu o prazo estabulado na DECISÃO de fl.179. À Secretaria para que verifique se os advogados da parte requerida Ripasa Comércio e Representações de Alimentos Ltda foram devidamente citados, no processo de Nº 0630997-96.2018.8.04.0001.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611893-84.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A

- Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0612136-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Bruno Moraes Lima - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: RAYNEI CALDAS GOMES (OAB 9675/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613030-09.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Zeneide da Silva Costa - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0613086-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Alderindo Costa Ferreira - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0613752-38.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Sayara Martins da Cruz - CONSIGNADO: Assupero - Ensino Superior Ltda (Universidade Paulistaunip) - Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0613840-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Marinete Costa de Oliveira - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: MARIA MOTA ACIOLY (OAB 175A/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: JOSÉ EDVALDO DE SOUZA FERREIRA (OAB 7086/AM) - Processo 0613895-66.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: antonia suderlanea alves de sousa - REQUERIDO: INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Intime-se o Exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) sobre a petição de fls. 246-247 e documentos anexos, no qual o Executado informa que o beneficio deferido fora implementado em 21-07-2015.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0615117-64.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Assim, pelo exposto e por tudo que consta nos autos, nos termos do artigo 485, inciso VI, do CPC c/c art. 1.361, §1º, do CC, JULGO EXTINTO o feito sem analisar o mérito, em razão da ausência de interesse de agir decorrente da inadequação da via processual eleita. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615707-07.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Haja vista que não compete ao juiz determinar que a citação se faça por hora certa, apenas o Sr. Meirinho pode indicar fatos evidenciadores de que o citando vem tentando evitar o cumprimento do mandado, indefiro parcialmente o pedido de fl. 63-64. Determino que seja expedido novo Mandado de Citação, observando o endereço indicado na fl. 64, ficando ao encargo do Oficial de Justiça, quanto a citação por hora certa, caso haja suspeita de ocultação, nos termos do art. 252, do CPC/15. Intime-se a parte autora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0616227-74.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco GMAC S/A. - Requeiram as partes o que for de direito. Intimem-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0616577-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Celia Martins Liborio - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I, do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, para: i) DETERMINAR que o Réu cancele as cobranças referentes a tarifa “Cesta Exclusive”, tornando inexigíveis as suas obrigações; ii) CONDENAR o Requerido a devolver os valores descontados da conta corrente da Autora (fls. 18/78) à título de pacote de serviços tarifa “Cesta Exclusive” desde janeiro de 2014, em dobro, com correção monetária e juros de mora (INPC) incidentes desde a data da quitação das parcelas; iii) CONDENAR o Requerido ao pagamento da indenização pelos danos morais provocados, os quais arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) com correção monetária e juros de mora incidentes a partir da presente data. CONDENO o Requerido ao pagamento de custas e honorários de advogado, os quais arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor do proveito econômico, devidamente atualizado, nos termos do art. 85, §2º do CPC. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0616973-97.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0616975-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: L. S. M. Comércio de Alimentos e Navegação

Ltda. - Me - ATENTE-SE que houve extinção da prestação jurisdicional, ante ao trânsito em julgado da SENTENÇA de fls. 52/55, motivo pelo qual INDEFIRO pedido de fls. 60/61 dos autos. ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. Dê-se baixa na distribuição.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0617344-66.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0617371-15.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0617679-51.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Celso Antônio da Silveira - Haja vista que não compete ao juiz determinar que a citação se faça por hora certa, apenas o Sr. Meirinho pode indicar fatos evidenciadores de que o citando vem tentando evitar o cumprimento do mandado, indefiro parcialmente o pedido de fl. 184 . Determino que seja expedido novo Mandado de Citação, ficando ao encargo do Oficial de Justiça, quanto a citação por hora certa, caso haja suspeita de ocultação, nos termos do Art. 252, do NCPC. Custas pagas (fls. 185/190). À Secretaria para as cautelas de praxe.

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM) - Processo 0620628-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lorran Lucas Barreto Cavalcante e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM) - Processo 0620716-47.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Sandrelaine Mota Lopes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622/AM), ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0621248-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: E.C.M.J. - REQUERIDO: B.V.T.V.C.P. - Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR) - Processo 0621319-62.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD e BACENJUD, dos dados cadastrais da parte requerida GREICE FERNANDES PINHEIRO sob o CPF de Nº 749.817.812-53. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM), ADV: FELIPE LOPES PAULO (OAB 13796/AM) - Processo 0621345-21.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Meshwire Industria de Titanio Ltda - DETERMINO a emenda da petição inicial, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução do mérito (CPC, §2º do art. 303).

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0621393-19.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621577-33.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o executado, por carta com aviso de recebimento (NCPC, art. 513, §2º, II), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 8.119,81 (oito mil, cento e dezenove reais e oitenta e um centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 66. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621743-07.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. Nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 95-97, firmado entre as partes nos autos da Cumprimento de Sentença ajuizada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A e em desfavor de Antonieta Pereira Menezes da Costa. Após o cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0622424-40.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0623350-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0623996-26.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Yamaha Administradora de Consórcio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0624472-35.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S/a. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0625186-63.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG) - Processo 0625620-47.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento para a expedição de ofícios às concessionárias de serviço público, conforme Decisão Interlocutória de fl.101, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VALÉRIA LIMA GUIMARÃES (OAB 10818/AM), ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP), ADV: WASHINGTON FARIA SIQUEIRA (OAB 50879/SP) - Processo 0626152-26.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO FIBRA S.A. - REQUERIDO: FELLIPE SILVA DE SOUSA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: IGOR GÓES LOBATO (OAB 307482/SP), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB 90461/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0626398-51.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda (Manaus Plaza Shopping) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0627176-21.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Araújo e Araújo Comércio de Tintas Ltda. - Considerando que a parte Autora não promoveu o pagamento das despesas postais, necessárias para o implemento da disposição contida no art. 254 do CPC, declaro a nulidade da citação realizada à fl. 141 por ausência dos requisitos obrigatórios intrínsecos ao ato. Expeça-se novo Mandado de Citação, por seu representante legal, no endereço indicado à fl. 129. Intime-se a Parte Autora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627180-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Maria Dulcilene Conceição de Albuquerque - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627823-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francisco Guimaeaes Pereira - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou

evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009,na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0627865-65.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Márcio Miranda da Silva - Diante do pagamento das custas de diligências (fl. 145), cumpra-se a decisão de fl. 141.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0627987-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Jsafra Sa - Vistos e examinados. Nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 61-64, firmado entre as partes nos autos da Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária ajuizada por Banco Jsafra Sa e em desfavor de Rina de Freitas Soares. Após o cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0629482-60.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante ao exposto, com fundamento no art. 485, VI do CPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629493-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Dayse Oliveira da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629876-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 2º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas no período de 01/15 a 03/19, conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do transito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0631317-49.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0632207-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Edinaldo de Oliveira Guimarães - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0632627-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condominio Bem Viver Total Ville Vida Nova - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0632661-65.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634183-64.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 2º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas no período de 04/16, 07/16 a 01/17, 03/17 a 06/17, conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida

em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do transito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM) - Processo 0634227-83.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Altercina de Oliveira Braga - REQUERIDO: Josias Brito Costa Cristóforo - Isto posto, REJEITO os pedidos formulados na impugnação ao cumprimento de sentença. Prossiga o exequente no feito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: QUEIDI DOMINGUES SERAFIM (OAB 40634/SC) - Processo 0635101-97.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Universal Fitness da Amazônia Ltda - Diante da decisão de fls. 111-112, suspenda-se o processo até decisão final do Agravo de Instrumento nº 40003793-27.2019.8.04.0000.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0636281-51.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Eduardo Amorim de Mendonça - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para no prazo de 10 (dez) dias, comparecer ao Cartório desta 3ª UPJ, 13ª Vara Cível, a fim de proceder a retirada dos objetos entregues em juízo pelo fiel depositário, Sr. Leonardo Gracia Amaral, conforme certidão de fl. 146.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636822-84.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636897-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Expeça-se o competente mandado de citação, observando-se o endereço indicado à fl.61. Intime-se a Parte Autora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637023-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I - Nos termos do art. 701, do NCPC, expeça-se carta de citação para pagamento no prazo de 15 dias, constando no expediente as advertências dos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal. II - Fixo os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído à causa (NCPC, art. 701 - parte final). III - Decorrido o prazo sem o devido pagamento, havendo ou não oposição dos embargos à ação monitória (NCPC, art. 702), voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0637296-26.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Ademais, o art. 282 do CPC é muito explícito ao determinar que um dos requisitos da petição inicial, além da qualificação das partes, prevê que se deva dar a conhecer ao juízo as suas respectivas residência e domicílio. O princípio informativo constante da propositura da ação é o de que se deve levar ao juiz o conhecido para, pela controvérsia, se encontrar o desconhecido. Ora, que procedimento é o adotado, diferindo para a atividade jurisdicional a busca de dados que deveriam constar da petição inicial ou, na pior das hipóteses, do conhecimento da parte autora para colocá-los à disposição do juízo quando a exigência se fizer pertinente? É por todas estas razões que os requerimentos de expedição de ofício devem ser indeferidos. Intimem-se.

ADV: WAGNER LIMA DA COSTA (OAB 9985/AM) - Processo 0639201-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: F.c Mendes Muniz Eireli - Epp - Com amparo no art. 7º da Portaria nº 116/2017 - PTJ c/c art. 98, 6º, do CPC, a fim de evitar prejuízo ao direito constitucional de acesso ao Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF), DEFIRO o benefício da gratuidade da justiça somente com relação às custas iniciais, para conceder o direito ao pagamento parcelado das mesmas em 06 (seis) parcelas iguais. Por conseguinte, determino que a parte autora apresente nos autos, mensalmente, comprovante de pagamento das respectivas parcelas independente de nova intimação, sob pena de extinção. Intime-se a parte Autora para dirigir-se a 3ª contadoria deste forum a fim de providenciar o emissão e retirada dos boletos, com o referido parcelamento e efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, ficando o vencimento da mesma aprazado para o dia 23/09/2019 e as demais, para o mesmo dia dos meses subsequentes sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 290 do CPC).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0639413-87.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lisly Hellen de Brito Aragão - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, ACOLHO os pedidos formulados na impugnação, homologando os cálculos apresentados pela contadoria às fls. 294-295 e reduzindo o valor do cumprimento de sentença para R$ 5.785,85 (cinco mil setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos). CONDENO o Impugnado/Exequente ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre a diferença do valor requerido às fls. 221-222 e valor apurado à fl. 294-295, suspensa a exigibilidade diante dos benefícios da gratuidade da justiça concedidos à referida parte na decisão de fls. 33-34. Prossiga o exequente na execução, no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0639730-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: José Rodrigues da Costa - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: OZEIAS DE OLIVEIRA SOBRINHO (OAB 12031/AM) - Processo 0639956-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leonel de Oliveira - O pedido de reconsideração não encontra albergue em nosso ordenamento, salvo nos casos em que há a modificação da situação fática sob a qual se dá a decisão cuja reconsideração se persegue. (Art. 505, NCPC). No mais as irresignações devem ser dirigidas à instância recursal pela via adequada, razão pela qual indefiro o pedido e mantenho a decisão de fl. 54.

ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM) - Processo 0641254-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Silvestre Sobrinho Netto - Ante o exposto, homologo a desistência requerida e, com espeque no art. 485, VIII, do NCPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0641282-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Renato de Castro Soares - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado,

caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0641493-92.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 6118/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0641601-53.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gisele Oliveira Serrulha - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, BACENJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, MAQUISON OLIVEIRA DA SILVA, inscrito no CPF-MF sob o nº 641.501.432-34 . Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0641771-25.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR) - Processo 0642349-51.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Marilândia Maria Enes Ribeiro Hattori e outros - Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ELÓI CONTINI (OAB 51764/BA) - Processo 0642813-12.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Cia de Credito Financiamento e Investimento Rci Brasil - I- Diante do termo de declaração de cessão de fls. 157-192, defiro a substituição processual para figurar no polo ativo da demanda ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS. Proceda-se à alteração no SAJ-PG5. II- Prossiga o exequente, para promover a citação da parte Executada, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0643772-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Maria Aldivina Belem da Silva - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados a inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de análise por ocasião da sentença. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0643794-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Cite-se a Requerida por Carta de Citação com Aviso de Recebimento para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente). Para expedição da Carta de Citação, promova o requerente o pagamento das despesas postais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do Provimento 0273/2016-CGJ/AM, disponibilizada no DJE de 20-06-2016.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0644041-51.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Processo n. 0644041-51.2019.8.04.0001 Monitória Requerente: Banco Cruzeiro do Sul S/A Requerido: Raimunda Nazareth Mendonca Jin Kings DECISÃO Com amparo no art. 7º da Portaria nº 116/2017 - PTJ c/c art. 98, 6º, do CPC, a fim de evitar prejuízo ao direito constitucional de acesso ao Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF), DEFIRO o benefício da gratuidade da justiça somente com relação às custas iniciais, para conceder o direito ao pagamento parcelado das mesmas em 06 (seis) parcelas iguais. Por conseguinte, determino que a parte autora apresente nos autos, mensalmente, comprovante de pagamento das respectivas parcelas independente de nova intimação, sob pena de extinção. Nos termos do art. 701, do NCPC, expeça-se carta de citação para pagamento no prazo

de 15 dias, constando no expediente as advertências dos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal. Fixo os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído à causa (NCPC, art. 701 - parte final). Decorrido o prazo sem o devido pagamento, havendo ou não oposição dos embargos à ação monitória (NCPC, art. 702), voltem-me os autos conclusos. Para expedição do mandado, promova o requerente o pagamento das despesas postais, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE em 24-01-2017. Intime-se a parte Autora para dirigir-se a 3ª contadoria deste forum a fim de providenciar o emissão e retirada dos boletos, com o referido parcelamento e efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, ficando o vencimento da mesma aprazado para o dia 23/10/2019 e as demais, para o mesmo dia dos meses subsequentes sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 290 do CPC). À Secretaria para as diligências de praxe. Manaus, 23 de agosto de 2019. Victor André Liuzzi Gomes Juiz de Direito

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0644076-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Rosany Lima Cavalcante - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0644178-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Yeda de Lima Souza - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0644237-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0644994-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Deusa Batista da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante da informação do falecimento da parte autora, conforme certidão de óbito de fl. 338, intime-se o Sr. Perito para que se manifeste sobre a possibilidade de realização da perícia grafotécnica, com os documentos constantes nos autos.

ADV: ALDINEI FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 10642/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO KOLENDA LEMOS DOS SANTOS (OAB 7199/AM), ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM), ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0645932-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marco Antonio Cavalcanti - REQUERIDO: Teixeira e Rezende Viagens Turismo Eventos e Promoções Ltda - Eram - Estaleiro Rio Amazonas - Reizo Felício da Silva Castelo Branco Maués - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Reporto-me à petição de fls. 896-901. Quanto ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, mantenho a decisão de fl. 445, pelos mesmos fundamentos. Aguarde-se o realização da audiência de instrução e julgamento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0650674-15.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: AMANDA MOREIRA BARROS (OAB 13113/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0651684-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Raimundo de Matos Medeiros - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Verifico que a parte autora não apresentou procuração, por conseguinte, determino a suspensão do presente pelo prazo de 05 (cinco) dias para que a parte autora para regularize a representação processual, sob pena de extinção (art. 76, §1º, I, do CPC). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0652931-13.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0656280-24.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0716360-61.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Real Bebidas da Amazonia ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT),

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: ISANA SILVA GUEDES (OAB 12679/PA), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0719752-09.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM) - Processo 0719920-11.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Tendo em vista que a parte foram localizados novos endereços da parte requerida na consulta via Bacenjud (fls. 128/130), indefiro o pedido de fl. 144 e determino a intimação da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar as providências necessárias a fim de viabilizar a citação, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0719976-44.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 13904A/PA)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alberto Alves de Moraes (OAB 17578/PA)
Aldinei Fernandes de Azevedo (OAB 10642/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Amanda Moreira Barros (OAB 13113/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Migliore Filho (OAB 314197/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Bruno Cesar Veloso de Souza (OAB 13290/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
Caroline Pereira de Souza (OAB 6118/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Elói Contini (OAB 51764/BA)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Felipe Lopes Paulo (OAB 13796/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Geovane Araújo Galvão (OAB 636/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gutenberg de Menezes Seixas (OAB 14168/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Góes Lobato (OAB 307482/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
Isana Silva Guedes (OAB 12679/PA)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Paulo Marquez Romano (OAB 7332/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Edvaldo de Souza Ferreira (OAB 7086/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Luiz Leite (OAB 622/AM)
Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB 90461/MG)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Maria Mota Acioly (OAB 175A/AM)
Maurício Lopes Tavares (OAB 162763/SP)

Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Octavio de Paula Santos Neto (OAB 196717/SP)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Ozeias de Oliveira Sobrinho (OAB 12031/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patrícia da Silva Melo (OAB 8172/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Rogério Kolenda Lemos dos Santos (OAB 7199/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Queidi Domingues Serafim (OAB 40634/SC)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Raynei Caldas Gomes (OAB 9675/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Guenda (OAB 101856/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Valéria Lima Guimarães (OAB 10818/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Violeta Cristina Muniz Teixeira (OAB 8452/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Wagner Lima da Costa (OAB 9985/AM)
Washington Faria Siqueira (OAB 50879/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0211/2019

ADV: MARÍLIA PEREIRA DE FIGUEIREDO (OAB 300458/SP), ADV: ANDRE DELLA NINA LOPES (OAB 311269/SP) - Processo 0218550-10.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: L.G.W. - Em observância ao disposto no art. 290 do CPC, determino a intimação do requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento despesas relativas à expedição da carta precatória, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0248274-45.2008.8.04.0001 (001.08.248274-9) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Eronildo de Oliveira Costa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas do edital e junte comprovante de recolhimento, conforme Portaria nº 116/PTJ ,no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOCIMAR COÊLHO MILON (OAB 11175/AM), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0261293-11.2014.8.04.0001 (processo principal 0207595-27.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: M.C.S.A. - EXECUTADO: J.X.N. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0364675-64.2007.8.04.0001 (001.07.364675-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Manaus Energia S/A - Isto posto, julgo PARCIALMENTE EXTINTO o processo com resolução do mérito, com relação ao requerido Carlos Sebastião Miranda e Silva, com fulcro no art. 487, II, do CPC, pelos fundamentos acima. Sem condenação em honorários, vez que não satisfeita a condição prevista em lei para esse fim. Custas processuais pelo requerente. À Secretaria para que proceda à devida alteração do polo passivo no SAJ. Transitada em julgado esta sentença, certifique-se nos autos. A demanda terá prosseguimento quanto aos requeridos T. S. N. Distribuidora Ltda. E Waldenice Maria Miranda e Silva. P. R. I.C.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600543-36.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SORANEY SANTOS DE ALBUQUERQUE GOMES DE MATOS (OAB 8513/AM) - Processo 0600660-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Wanderley Barros Penha - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0600797-14.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO RURAL S/A EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0601152-58.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: VICENTE EUGENIO DE SOUZA e outro - REQUERIDO: Urbis Empreendimentos Imobiliários S.A

- Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: WALBER PRATA DE MENDONÇA (OAB 11816/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602120-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Oliveira Barbosa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para declarar a inexigibilidade do débito questionado na inicial, ou seja, de R$ 1.184,19 (hum mil, cento e oitenta e quatro reais e dezenove centavos), bem como CONDENAR a requerida a compensar a requerente em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária a contar do arbitramento e juros de mora a contar da citação, com fulcro no art. 487, inciso I do CPC. Como corolário próprio da sucumbência, condeno o requerido a pagar as custas processuais e os honorários do advogado do requerente, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação em atenção ao disposto no art. 85, § 2º, do novo CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0603342-18.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lineuza de Souza e Souza - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte impugnante para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha o preparo referente à impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ELBA KÁTIA CORRÊA DE OLIVEIRA, ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM) - Processo 0603818-32.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: JEAN PRESLEY SEIXAS AGUIAR - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0603993-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valderlandia Cabral de Souza - Em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação da aludida parte, por seus patronos habilitados nos autos, para proceder ao recolhimento da das custas de diligência do oficial de justiça no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAXON DO NASCIMENTO SOUZA (OAB 12615/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604176-21.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Cbaa Asfaltos Ltda - REQUERIDO: Lopes e Lopes Construções Ltda - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte executada para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ILCIA LITAIFF DE SOUZA (OAB 7691/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM), ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM) - Processo 0604562-27.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: E.M representacoes comerciais ltda - REQUERIDO: Keiji Kaneko - determino a intimação da requerente, por seus advogados habilitados nos autos, para proceder ao recolhimento das despesas de processamento eletrônico (RENAJUD), conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Após a comprovação, proceda-se à consulta acima aludida, devendo ser realizado o registro da penhora relativa ao débito exequendo em caso de serem localizados veículos livres e desembraçados. Retornando resposta positiva da constrição via RENAJUD, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a juntada do respectivo comprovante, expeça-se o mandado de penhora, avaliação e intimação. Reversamente, havendo resposta negativa da diligência, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88 e à garantia da eficácia jurisdicional, é, desde logo, deferido o pedido de consulta pelo sistema INFOJUD acerca da relação de bens somente do executado. Nesta hipótese, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação, proceda-se à consulta acima aludida, devendo o resultado ser juntado aos autos como documento sigiloso, em atenção ao disposto no art. 773, parágrafo único, do CPC; e, ato contínuo, dê-se vista à parte autora para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3194/AM), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM), ADV: ARMANDO VICENTE MESQUITA CHAR (OAB 172682/SP) - Processo 0604638-80.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Alexandre Ribeiro de Almeida - REQUERIDO: SONY BRASIL LTDA. - DENUNCIADO: Generali Brasil Seguros S.A. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RAIMUNDO EDSON TORRES LIMA (OAB 8732/AM), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0605124-36.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: FRANCISCO ALVES FILHO - REQUERIDO: BANCO ITAÚCARD S.A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) Requerida para que se manifeste(m) acerca da petição de fls. 279/280 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM) - Processo 0605432-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: W.V.D.F. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0606307-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Eliomar Chagas Palheta - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o anteriormente exposto, JULGO IMPROCEDENTE OS PEDIDOS do requerente, com fulcro no art. 487, I, do CPC. Por consequência, condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor dado a causa, suspensa a exigibilidade de ambos, haja vista que a parte é beneficiária da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV:

ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), ADV: THIAGO CAVALCANTE DA COSTA (OAB 37011/CE), ADV: ROBÉRIO CASSIUS SAMPAIO ARAGÃO (OAB 16468/CE) - Processo 0606519-24.2018.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Funcef - Fundação dos Economiarios Federais - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 291906/SP), ADV: GABRIEL TOSETTI SILVEIRA (OAB 252852/SP), ADV: JOÃO GILBERTO FEIRE GOULART (OAB 291913/SP), ADV: GÉRSON DA SILVA PAULINO (OAB 8445/AM), ADV: ELCI OLIVEIRA NOBRE (OAB 10182/AM), ADV: JOÃO RICARDO BRAGA (OAB 7953/AM) - Processo 0606575-62.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - REQUERIDO: Norte Viagens e Turismo Ltda -ME e outros - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: JESSICA SANTOS ANTUNES (OAB 205732/RJ), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0606670-29.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: CMA CGM DO BRASIL AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA., agente de CMA-CGM SOCIETÉ ANONYME - REQUERIDO: Fort Industria e Comercio de Cimento e Argamassa Ltda EPP - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LINIKER CARMO DE HOLANDA (OAB 7893/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0608722-90.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Matadouro Frigorifico de Manaus S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0608936-81.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0609339-21.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM) - Processo 0609356-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria Antonia Gomes da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0609792-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Fundação Assefaz Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para declarar a inexigibilidade do débito questionado na inicial, ou seja, de R$ 12.579,77 (doze mil, quinhentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos), com fulcro no art. 487, inciso I do CPC. Como corolário próprio da sucumbência, condeno o requerido a pagar as custas processuais e os honorários do advogado do requerente, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação em atenção ao disposto no art. 85, § 2º, do novo CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: AFRAUDISO DA SILVA XAVIER (OAB 2164/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM) - Processo 0610932-56.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Vanusa Ferreira de Vasconcelos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - De ordem do MMº Juiz de Direito, procedo a intimação da Autarquia Federal - INSS, acerca dos ofícios requisitórios de fls 293/294, 295/296, devendo dar cumprimento no prazo de lei. Manaus, 26 de agosto de 2019 Reginaldo da Costa Batalha Matrícula: M14057

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0611918-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0612579-18.2015.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: ROSEANE RAMOS DE HOLANDA - REQUERIDO: JOSE ALVES DA CUNHA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Ministério Publico para que se manifeste no presente feito, haja vista o interesse de incapaz.

ADV: LILIAN DA SILVA MAFRA (OAB 10899SC) - Processo 0613795-77.2016.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Credor - Duplicata - REQUERENTE: Karsten S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0616781-04.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho

/ Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Polimix Concreto Ltda - REQUERIDO: Itautinga Agro Industrial S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALEX SANDER DE ALMEIDA ALBQUERQUE (OAB 8971/AM), ADV: IVAN WALLACE DA SILVA (OAB 8823/AM) - Processo 0617551-26.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Divimaster Representações Comércio e Indústria Ltda - Me - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0617701-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jeniffer Paixao da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM) - Processo 0618007-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Clomara Amazonense de Melo - Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para, com fulcro no art. 487, inciso I do CPC, declarar a inexigibilidade do débito questionado na inicial referentes aos meses de março, abril, maio e junho de 2018, bem como CONDENAR a compensar a requerente em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária a contar do arbitramento e juros de mora a contar da citação. Como corolário próprio da sucumbência, condeno o requerido a pagar as custas processuais e os honorários do advogado do requerente, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação em atenção ao disposto no art. 85, § 2º, do novo CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0622935-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elessandro da Silva Lopes - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0624972-38.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José de Moura Teixeira Lopes - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM) - Processo 0625212-95.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Telma Rodrigues Marinho e outro - REQUERIDO: Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários Limitada - PATRIMONIO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM) - Processo 0625429-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Carlos José de Barros - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627450-14.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628340-26.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s)

do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0633022-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Fernando Vieira da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0635012-50.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0636020-57.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0640263-44.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: R S Industria e Comercio de Plasticos Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para declarar a inexigibilidade do débito questionado na inicial, ou seja, de R$ 225.283,33 (duzentos e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), com fulcro no art. 487, inciso I do CPC. Considerando que a requerente decaiu na parte mínima do seu pedido, somente no tocante ao dano moral, condeno o requerido a pagar as custas processuais e os honorários do advogado do requerente, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação em atenção ao disposto no art. 85, § 2º, do novo CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR) - Processo 0636078-31.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Luciclea Ramos de Carvalho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para declarar a inexigibilidade dos débitos questionados na inicial, ou seja, faturas de consumo de energia elétrica referente ao período , bem como CONDENAR a requerida a compensar em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária a contar do arbitramento e juros de mora a contar da citação, com fulcro no art. 487, inciso I do CPC. Como corolário próprio da sucumbência, condeno o requerido a pagar as custas processuais e os honorários do advogado do requerente, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação em atenção ao disposto no art. 85, § 2º, do novo CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA JÚNIOR (OAB 12864/AM), ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0637419-53.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0207023-13.2009.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Francinalva Pinto Fernandes - REQUERIDO: Silverio Pinto Loureiro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 53182/DF), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG) - Processo 0639684-96.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Jehanesburg Pereira da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0640146-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jeová Costa de Melo - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0640539-46.2015.8.04.0001 - Monitória - Locação de Móvel - REQUERENTE: Martins Rent a Car Ltda. - REQUERIDO: Silvano e Silvano Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0641640-50.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0645776-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum

Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria Edna de Oliveira Martins - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0649433-06.2018.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Coisas - REQUERENTE: Skn-grife Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda. - REQUERIDO: Condomínio Residencial Ilhas Gregas I - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: REBECA BRAGA ALBUQUERQUE MARINHO LOPES (OAB 13063/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0650095-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Tony Cezar Pereira de Jesus - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: EDSON MACHADO (OAB 12572/AM) - Processo 0652298-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: C.K.S. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0655890-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cecília de Oliveira Pinheiro - REQUERIDO: Simois Empreendimentos Imobiliários Ltda - LITSPASSIV: Banco Bradesco S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB 1161A/AM), ADV: CARLOS VARANDA (OAB 3091/AM), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 19613A/MA), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: ROSANA JARDIM RIELLA PEDRÃO (OAB 25298/PR) - Processo 0705828-28.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Gláucia Abreu da Costa - REQUERIDO: Porto Veículos Ltda - Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0712608-81.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: GALETERIA LA FARRUCA LTDA - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para declarar a inexigibilidade do débito questionado na inicial, ou seja, de R$ 16.582,30 (dezesseis mil, quinhentos e oitenta e dois reais e trinta centavos), com fulcro no art. 487, inciso I do CPC. Convolo em definitiva a liminar concedida (fls. 29/31). Como corolário próprio da sucumbência, condeno o requerido a pagar as custas processuais e os honorários do advogado do requerente, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação em atenção ao disposto no art. 85, § 2º, do novo CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB 10357/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Afraudiso da Silva Xavier (OAB 2164/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Albadilo Silva Carvalho (OAB 1161A/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Alex Sander de Almeida Albquerque (OAB 8971/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRE DELLA NINA LOPES (OAB 311269/SP)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)
Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior (OAB 3194/AM)
Armando Vicente Mesquita Char (OAB 172682/SP)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 53182/DF)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carlos Varanda (OAB 3091/AM)
Cristiano Silva Colepicolo (OAB 291906/SP)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Edson Machado (OAB 12572/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elba Kátia Corrêa de Oliveira
Elci Oliveira Nobre (OAB 10182/AM)
Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Ernesto Alves de Sousa Júnior (OAB 12864/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Gabriel Tosetti Silveira (OAB 252852/SP)
Gérson da Silva Paulino (OAB 8445/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM)
IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM)
Ilcia Litaiff de Souza (OAB 7691/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Ivan Wallace da Silva (OAB 8823/AM)
Jessica Santos Antunes (OAB 205732/RJ)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Gilberto Feire Goulart (OAB 291913/SP)
João Ricardo Braga (OAB 7953/AM)
Jocimar Coêlho Milon (OAB 11175/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)

José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
LILIAN DA SILVA MAFRA (OAB 10899SC)
Liniker Carmo de Holanda (OAB 7893/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
MARÍLIA PEREIRA DE FIGUEIREDO (OAB 300458/SP)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 19613A/MA)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Maxon do Nascimento Souza (OAB 12615/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Edson Torres Lima (OAB 8732/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Rebeca Braga Albuquerque Marinho Lopes (OAB 13063/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Robério Cassius Sampaio Aragão (OAB 16468/CE)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
ROSANA JARDIM RIELLA PEDRÃO (OAB 25298/PR)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Soraney Santos de Albuquerque Gomes de Matos (OAB 8513/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Cavalcante da Costa (OAB 37011/CE)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Walber Prata de Mendonça (OAB 11816/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0342/2019

ADV: ROVANI DIETRICH (OAB 139878/SP), ADV: ANDRÉ DE ALMEIDA (OAB 151551/RJ), ADV: RICARDO BAZZANEZE (OAB 57033/PR), ADV: ANDRÉ DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 164322/SP), ADV: PÉRISSON LOPES DE ANDRADE (OAB 192291/SP) - Processo 0214860-56.2008.8.04.0001 (001.08.214860-1) - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Tyco Eletronics da Amazônia Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados Bacenjud,), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM) - Processo 0218794-51.2010.8.04.0001 (001.10.218794-1) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cristiane da Silva Gomes - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 13 de setembro de 2019, às 16:00 horas, no endereço Av. Mário Ypiranga, nº 315 - Sala 413 - Edifício The Office, Bairro Adrianópolis, conforme informação do perito de fls. 492.

ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0251934-76.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Expurgos inflacionários sobre os benefícios - REQUERENTE: Anita Gomes da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, intimo a parte autora para que se manifeste acerca dos cálculos apresentados e promova diligências para o recebimento do crédito, consoante decisão de fls. 186, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0606969-40.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. De início, no que toca à prescrição quinquenal, decido: A pretensão de cobrança pelo fornecimento do serviço essencial de energia hasteado através da demanda monitória é decenal, de conformidade com o que reza o artigo 205, do Código Civil. A tal respeito frisar que o STJ já pacificou referido entendimento como adiante se delineia. "ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA. OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE NO MEDIDOR. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL (ART. 205 DO CC DE 2002) OU VINTENÁRIO (ART. 177 DO CC DE 1916), OBSERVADA A REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NO ART. 2.028 DO CÓDIGO CIVIL/2002. TEMA DECIDIDO EM RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE ENTENDEU SUFICIENTE A INSTRUÇÃO DO FEITO. SÚMULA 7/STJ. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE ANÁLISE DE RESOLUÇÃO, ATO NORMATIVO NÃO INSERIDO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. INVIABILIDADE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 04/04/2018, que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015. II. Na origem, trata-se de Ação Monitória, ajuizada por CEB Distribuição S/A em face da parte agravante, objetivando o recebimento do valor de R$ 606.244,64 (seiscentos e seis mil, duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), relativo a diferenças de medição de energia elétrica, ocasionadas por irregularidades nos medidores instalados junto à ré. O acórdão do Tribunal de origem manteve a sentença, que julgara procedente o pedido. III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022

do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. IV. No que concerne à prescrição, o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento firmado pela Primeira Seção desta Corte, ao julgar o REsp 1.113.403/RJ (DJe de 15/9/2009), sob a relatoria do Ministro Teori Albino Zavascki, sob o rito dos recursos repetitivos, no sentido de que, nas ações de cobrança de tarifa de energia elétrica, água e esgoto, incidem os prazos prescricionais estabelecidos na regra geral do Código Civil, quais sejam, o decenal (art. 205 do CC de 2002) ou o vintenário (art. 177 do CC de 1916), observada a regra de transição prevista no art. 2.028 do Código Civil de 2002. Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência sedimentada nesta Corte, merece ser mantida a decisão ora agravada, em face do disposto no enunciado da Súmula 568 do STJ. V. Consoante a jurisprudência do STJ, "não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente" (STJ, AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 850.552/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 19/5/2017). Incidência da Súmula 7/STJ. VI. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo - no sentido da existência de irregularidade no medidor de energia elétrica da parte agravante - não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ. VII. Na forma da jurisprudência, "o apelo nobre não constitui via adequada para análise de ofensa a resoluções, portarias ou instruções normativas, por não estarem tais atos normativos compreendidos na expressão "lei federal", constante da alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal" (STJ, REsp 1.613.147/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/09/2016). VIII. Agravo interno improvido." (AgInt no REsp 1725959 / DF -AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - 2018/0040180-5 - Relatora: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES - Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA - Data do Julgamento: 06/09/2018 - Data da Publicação/Fonte: DJe 13/09/2018). Num segundo momento, em que pese tenha o processo sido distribuído em 01/04/2013, tem-se que, até o presente dia, não se deu a citação perfeita da Ré, Maria José Freitas Gomes. Intime-se a Autora para que, em cinco dias, adote as providências necessárias para citação, sob pena de extinção do feito.

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0608140-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Arinaldo Vasconcelos dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0612043-65.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JACQUES ANTUNES SOARES (OAB 75751/RS), ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS) - Processo 0612737-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Sense Apart Hotel II - REQUERIDO: ITC - Serv. Comércio e Serviços de Tecnologia Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612970-36.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos em correição permanente. Malograda as duas tentativas de citação do Réu (fls. 56, 72), e realizados o INFOJUD (fls. 88) e RENAJUD (fls. 87) para localização do endereço, nos quais gerou-se uma terceira tentativa de citação (fl. 97), a qual não teve êxito, o Autor atravessou petitório em que informou a pendência da realização de BACENJUD apenas para busca do endereço do demandado (fls. 105). É o relato sucinto. DECIDO. INDEFIRO o pedido de consulta do endereço do Réu por meio da ferramenta BACENJUD, a uma porque referida medida implicaria quebra indevida dos sigilos bancários e fiscais sem o esgotamento das possibilidades de vir o Réu realizar o adimplemento do débito, a duas porque persistem outras vias de citação do Réu não exauridas após a localização do endereço, nos moldes do artigo 246 do CPC. Intime-se o Autor para que promova, no prazo de 5 dias úteis, o andamento do feito, com espeque à ultimar providências para a citação do Réu através dos esgotamento das vias estatuídas no artigo 246 da Lei do Rito Civil, sob pena de sua extinção sem resolução do mérito por indeferimento à proemial, tal a inteligência do artigo 485, e incisos, daquele diploma. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0616291-

74.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM) - Processo 0619321-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimunda Elizia Serra Pinheiro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 05/11/2019 às 10:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0621593-89.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: PAULO GUSTAVO BARROSO SOBRAL (OAB 11235/AM) - Processo 0624218-91.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Ivanilson Queiroz da Costa - Vistos. Trata-se de demanda denominada de consignação e pagamento aviada por IVANILSON QUEIROZ DA COSTA em face de IMPORTADORA SÃO LUIZ (LOJA DO MÚSICO), em razão de negativa do Réu, ao recebimento de parcela em atraso sob justificativa de que estaria protestada no 2º Ofício Registro de imóveis e protesto de letras. Requer o depósito judicial do montante de R$244,80, referente a quantia que julga devida ao Réu. Atribuiu à causa o valor de R$ 244,80 (duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), sob os quais requer a benesse da gratuidade da justiça. É breve o relato. Decido. Pois bem, pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, e/ou Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Intime-se e cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627225-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Edilson Pereira de Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0627535-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Patrícia Silva de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco Cartões S/A - Vistos em correição permanente. Em análise preliminar, esta Julgadora vislumbrou a necessidade de recolhimento das custas processuais (fl. 18). Todavia, o Autor não cumpriu a diligência ordenada. Além disso, o Réu Banco Bradesco Cartões S/A apresentou contestação (fls. 22 a 70), solicitando o indeferimento dos pedidos feitos na exordial, bem como condenação do Autor ao pagamento das custas, despejas processuais e honorários advocatícios. Vale ressaltar que o Réu compareceu aos autos de maneira espontânea, suprindo a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução, de acordo com o art. 239 § 1º do CPC. É o relato. Decido. Pois bem. Apesar do litigante do polo passivo ter apresentado contestação, não há como haver o prosseguimento da demanda se o Autor não realizar o pagamento das custas processuais da ação. Nunca demais lembrar que o não recolhimento das custas processuais inviabiliza o regular andamento do feito, provocando sua extinção sem aprofundamento do mérito, na forma do que apregoa o artigo 485, inciso IV, do Digesto Processual Civil. Assim sendo, ordeno seja dirigida intimação ao Autor para que, em 5 (cinco) dias emende a vestibular, de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único, da Lei do Rito Civil, sob pena de seu indeferimento e extinção do feito sem resolução do mérito. Controle-se o prazo assinalado. Recomendo que qualquer peça a ser atravessada pelo Autor só o seja depois de publicado este pronunciamento. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628209-75.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tarifas - REQUERENTE: Edney Bezerra Menezes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova

oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0630339-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Leandro Gonçalves Azevedo - Vistos. Considerando a intervenção obrigatória do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica nos processos que envolvam interesse de incapaz, nos termos do artigo 178, II, NCPC, intime-se oParquet, no prazo de 30 (trinta dias) para manifestação. Quanto ao pleito da gratuidade da justiça, entendo por seu deferimento, tendo em vista a condição de incapacidade absoluta do Autor. Recebo a inicial. É o relato. Decido. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 05/11/2019 às 11h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0631744-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria de Nazare Marques de Almeida - Vistos em correição permanente. Em análise preliminar, esta Julgadora vislumbrou a necessidade de demonstração fidedigna da benesse da justiça gratuita, além de prestação de esclarecimentos quanto ao valor da causa, assim como, apresentação de documentos que comprovem a legitimidade ativa da Autora (fls. 40 e 41). Desta feita, a parte integrante do polo ativo emendou à exordial arrolando declaração de hipossuficiência (fl. 47), cumulada com contra-cheque (fl. 48). Ademais, reafirmou a veracidade do valor da causa, através das folhas 17 e 18 dos autos. Ainda, a Autora alegou integrar legitimamente a parte ativa, por ter acostado sentença que reconhece a união estável entre ela e de cujus. Por fim, peticionou a regularização dos quatro herdeiros no polo passivo da ação (fls. 44 a 46). É o relato. Decido. Primeiramente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois, esta Magistrada entendeu que, em fls. 44 a 48, a Autora acostou aos autos documentos suficientes para comprovação de sua hipossuficiência econômica, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Nada obstante o valor atribuído à causa corresponder a pretensão econômica, é evidente o equivoco da parte integrante do polo ativo da demanda ao afirmar que o pedido da restituição dos valores pagos é acessório. Afinal, como a solicitação principal é a rescisão contratual, a restituição dos valores nada mais é do que uma consequência da concessão deste primeiro, isto é, trata-se de uma cumulação de um pedido consecutivo. Assim, esta Julgadora ORDENA que seja corrigida a nomenclatura errônea auferida à demanda (fls. 44 a 46). Noutro giro, nota-se outros dois graves erros por parte da Sra. Maria Nazaré Marques de Almeida, o primeiro ao pugnar que seja deferido pedido para que a autora seja nomeada inventariante e, o segundo refere-se a regularização da prole do falecido, esta composta por 4 (quatro) filhos, no polo passivo da demanda. Desta feita, é necessário informar à integrante do polo ativo que o Juízo responsável pelo reconhecimento de um litigante como inventariante é a Vara de Órfãos e Sucessões, não sendo portanto competência deste Juízo de Direito da 15ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho. Tal entendimento encontra-se respaldado em recente alteração à Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Amazonas (Lei Complementar 17/97). Ademais, cabe afirmar que o procedimento fidedigno para que os filhos do de cujos integrem a demanda é através da intimação e inclusão dos mesmos e da autora no polo ativo como espólio do falecido. Portanto, concede-se de maneira derradeira à Sra. Maria Nazaré Marques de Almeida o prazo de 5 (cinco) dias para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento da petição inicial, por sentença sem aprofundamento do mérito. Faça-o de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único do Rito Processual Cível. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0631915-66.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0632399-18.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0613082-05.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - ADMINISTRA: Karen Bezerra Rosa Braga - De ordem, intimo a administradora judicial para informações, consoante decisão de fls. 192, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM) - Processo 0633335-09.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Rio Negro Loteamentos e Incorporações Ltda. - Vistos. Tratam-se de Embargos de Declaração manejados pelo Autor em relação à despacho que determinou à Secretaria o encaminhamento do feito à contadoria para confirmação de recolhimento das custas de processamento da demanda (fls. 56 e 57), sob argumento de que se revelou omissa esta Julgadora no que tange ao pedido de parcelamento das custas de fls. 1 a 6. É o relato. Cumpre salientar que esta Julgadora afirma seu não compromisso com equívocos que possam se dar no momento do pronunciamento judicial. No caso em tela, verifica-se que deixou este Juízo de observar o pedido do Autor de parcelamento das custas de processamento da demanda, conforme apontado por este em aclaratórias. Desta feita, em observância ao pedido de parcelamento das custas, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, deve haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Exequente que que traga documentos capazes de lhe atestar as dificuldades financeiras para o pagamento de custas e despesas processuais de maneira parcelada, dentre os quais a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais, o comprovante de gastos da empresa e tudo o mais que possa convencer quanto ao estado de hipossuficiência da pessoa jurídica. Ante o exposto, ACOLHO os Aclaratórios para eliminar a omissão acima bosquejada. Faço-o de conformidade com o que dita o artigo 1.022, inciso II, segunda figura do Digesto Processual Civil. Mantenho incólume, no mais o decisório. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM) - Processo 0633826-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum

Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Aguimarina Pinheiro de Araújo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 06/11/2019 às 14:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634391-19.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco Augusto Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0636157-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial San Marino - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 06/11/2019 às 10:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0638180-55.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Hospital e Maternidade Santo Alberto - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0638511-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Alessandro da Costa Rodrigues - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda de pedido de tutela de urgência antecipada em caráter antecedente, aviada por Alessandro da Costa Rodrigues em face de Liliane Nascimento Costa. Requer-se a sustação de protestos feitos pelo Réu contra o Autor, em relação a dois cheques emitidos em 07/01/2018 (fl. 2). Atribui-se a causa o valor de R$ 46.377,46 (quarenta e seis, trezentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos), sob os quais recolheu-se as custas processuais da demanda (fls. 9 a 11). É o relatório. Decido. Em análise preliminar da ação, esta Julgadora passa à apreciação do pedido tutela de urgência antecipada em caráter antecedente estatuído pelo artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - observa-se que o Autor não juntou documentos suficientes que comprovassem o cancelamento do negócio, assim como, acordo que os cheques não seriam utilizados. Sendo mais adequado, no entendimento desta Magistrada, haver a citação para que a Ré seja ouvida. Desta feita, apesar de se fazerem presentes os elementos periculum in mora e a reversibilidade do pedido, INDEFIRO a tutela de urgência, a qual baseia-se na sustação de protestos feitos pelo Réu contra o Autor, em relação a dois cheques emitidos em 07/01/2018 (fl. 2). Em sendo assim, imperioso cuidar-se, no plano endoprocessual, da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória a ser realizada durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 05/11/2019 às 14h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: JORGE ALBERTO SILVA DE MELO (OAB 5916/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 107414/SP) - Processo 0638564-23.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Seguros S/A - REQUERIDO: WAGNER RODRIGUES ALVES - Vistos. Autos retornados ao primeiro grau. Defiro o petitório de fls. 315. Expeça-se o mandado de restituição à parte Autora. Verificar custas nos autos de n. 0207526-82.2019.8.04.0001.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 1175/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0638998-75.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAGÉLIA SANTOS DE PAIVA KANAWATI (OAB 10998/AM) - Processo 0639671-29.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Andreia Mendonça de Souza e outro - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda anulatória de negócio jurídico, cumulada com ação consignatória, pedido de indenização a título de danos morais e tutela de evidência (fls. 1 a 33), aviada por Sebastião Rodrigues de Souza e Andreia Mendonça de Souza em face de Maria Auxiliadora Costa de Jesus, Valter Alves da Costa, Valdir Alves da Costa, Maria Inês Fialho da Costa, Maria Helena da Costa Romero, Ademar Fialho da Costa, Bruna Rafaela Fialho da Costa, Vanessa da Costa Rezende e Espólio de Aldemar Cavalcante Costa e Helena Fialho da Costa. Ação foi ajuizada em virtude de problemas no cumprimento de ambas as partes, em relação a compromisso de compra e venda de imóvel situado na Rua Beco São Bento, nº 18, Bairro da Paz, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Acostou-se nos autos procuração (fls. 34 a 36), recibo de compra de imóvel (fl. 44), termo de acordo entre as partes (fls. 46 e 47), boletim de ocorrência (fl. 45), termo de confissão de dívida (fls. 50 a 52), além de conversas entre os litigantes (fls. 53 a 66). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 85.600,00 (oitenta e cinco mil, seiscentos reais), em referência à indenização por danos morais R$ 20.000,00 (vinte mil reais), devolução do valor pago, qual seja, R$ 60.000,00 (sessenta mil) e recolhimento de consignação em pagamento dos alugueis de janeiro/2018 a agosto/2019, totalizando R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais). Requisitou-se a concessão da benesse da justiça gratuita (fl. 31).

É o relato. Decido. Pois bem. Os Autores pugnam a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino aos Autores que comprovem a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que sejam os Autores intimados a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Ademais, esta Julgadora vislumbra a necessidade de redigitalização da peça aviada na folha 46, tendo em vista a dificuldade de visualização da mesma. Assinalo o prazo de 15 dias para que os Autores ultimem o que lhes foi apontado, sob pena de indeferimento da gratuidade da justiça. Intime-se e cumpra-se.

ADV: SÍLVIO KLEBER BATISTA LOBATO (OAB 8813/AM) - Processo 0639935-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Joel Souza dos Santos e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 06/11/2019 às 09:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: SANDRO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 4830/AM) - Processo 0640516-61.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Dissolução - REQUERENTE: Marcos Antônio Pereira e outros - Vistos. Trata-se de demanda de exclusão de sócio cumulada com apuração de haveres aviada por Marcos Antônio Pereira, Renato Alberto Marques Lins e Autoserviço Processamento de Dados LTDA. em face de Marcos Aurélio Neves Cabral, em virtude de supostas condutas incompatíveis com o papel deste na sociedade. Pugnam a tutela de urgência para excluir preventivamente o Réu do quadro de sócios. Dá-se à causa o valor de R$ 1.000,00, sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. Acostou aos autos procuração (fls. 10 e 11); contrato social (fls. 18 a 33); notificação extrajudicial ao sócio (fls. 78 e 79) É o relato. Decido. Inicialmente, a gratuidade da justiça deve revelar a dispensa do recolhimento das custas e despesas do processamento da demanda em virtude de condição habitual e permanente de pobreza da parte ou dificuldades financeiras que lhe são momentâneas. A concessão da gratuidade facilita o acesso à justiça de forma indeclinável, todavia por relevante o instituto aludido, tem-se que deverá estar balizado em prova documental concreta para que se impeça a banalização, de tal forma que a eficácia do pleito é contida, restringível e relativa, tanto assim que pleiteada diante do Estado-Juiz, incumbe ao órgão julgador que a considere de acordo com o caso que lhe é concretamente deduzido, pouco importando se quem a pede é pessoa natural, ou jurídica, o que há ser evidenciado é a igualdade substancial das partes nos termos do direito processual, eis que elemento que com ele tem direta vinculação. Transcrevo, ante a pertinência, a Sumula 481, do STJ: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." A assistência judiciária e a gratuidade da justiça são reguladas pela Lei n. 1.060/50; artigo 5º LXXIV, da Constituição Federal e mais recentemente pelo artigo 99, § 2º, da Lei do Rito Civil. Ora, levando-se em consideração, ainda, o valor ínfimo atribuído à causa, qual seja, um mil reais, não há que se excogitar a incapacidade para o recolhimento das custas de processamento desta demanda, porquanto verificou-se em balanço patrimonial (fls. 38 a 41), a empresa ostenta condições para efetuar o pagamento das custas de processamento da demanda. Por assim ser, INDEFIRO a gratuidade da justiça e ordeno ao Autor que realize o pagamento das custas e despesas de ingresso da demanda, inclusive quanto ao chamamento citatório do Réu no prazo de 15 dias úteis, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. Observo, ainda, que é dever do Autor corrigir o valor da causa de conformidade com o proveito econômico pretendido de dissolução da sociedade. Intime-se. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM) - Processo 0641064-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Mayara Priscila da Silva Laborda - Vistos. Trata-se de demanda Acidentária aviada por MAYARA PRISCILA DA SILVA LABORDA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna pela tutela de urgência para o restabelecimento do auxílio-doença, sendo condicionada sua cessação à submissão do segurado a processo de reabilitação profissional. Atribuiu à causa o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. É o relato. Decido. De início, por erro de lançamento, torno sem efeito a decisão de fls. 81 e 82, eis que estranha ao processo em tela. Como ato seguinte, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica prova imprescindível ao deslinde da demanda o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0641098-61.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível

- Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elane Pinheiro Ramos - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda de inexigibilidade de débitos, cumulada com indenização por danos morais, em virtude de cobrança excessiva e desídia por parte da Requerida. A ação foi aviada por Elane Pinheiro Ramos em face da concessionária Manaus Ambiental S/A. Acostou-se nos autos ação civil pública aviada pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face do Município de Manaus e a concessionária Manaus Ambiental S/A (fls. 16 a 108) e sentença da mesma demanda proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Municipal (fls. 117 a 130). Atribui-se a causa o valor de R$ 12.000 (doze mil reais) a título de danos morais, sobre os quais requereu-se a benesse da justiça gratuita (fl. 7). É o relato. Decido. Preliminarmente, vislumbra-se que a Autora pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Ademais, verifica-se que ao atribuir a causa seu valor total a Autora considerou somente o valor dos danos morais, qual seja R$ 12.000,00 (doze mil reais), o que vai diretamente contra a própria natureza da tutela peticionada e o próprio Rito Processual Civil em seu artigo 292, VI. Isto se deve pois na ação em que há a cumulação de pedidos, o valor da demanda corresponde à soma dos valores de todos eles. Assim, essa Magistrada ORDENA que a Autora indique quais seriam os débitos indevidos, ensejando a inexigibilidade, objetivando corrigir o quantia total pleiteada. Assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento do pleito da gratuidade da justiça e extinção da pretensão sem apreciação do mérito. Intime-se e cumpra-se.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0641169-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Márcio Clebson da Silva Costa e outro - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial, verificou-se que o Autor requereu a benesse da gratuidade da justiça. Entretanto, pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento do pleito da gratuidade da justiça. Intime-se e cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0641496-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Cezar Albuquerque da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 06/11/2019 às 09:00h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0641620-30.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, Renajud levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THERSE CATARINE PIRES FIGUEIREDO (OAB 11406/AM), ADV: THAÍS CAROLINE PIRES DE FIGUEIREDO (OAB

8295/AM), ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0641803-30.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - REQUERIDA: Alrilene Souza da Costa - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora para que se manifeste(m) acerca da petição retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0642202-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda de cobrança aviada pela Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de M de L Feitosa CIA LTDA - ME, em virtude de contrato de locação de infraestrutura pactuado entre as partes, consubstanciado na utilização de postes destinados à rede de distribuição de energia para a instalação de cabos de fibra ótica, acessórios e caixas herméticos com equipamentos de rede para uso exclusivo na prestação de serviço de comunicação multimídia à terceiros (fls. 1 a 5). O Autor informa que à parte Ré se tornou inadimplente, acumulando um débito no valor de R$ 95.499,88 (noventa e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos). Desta feita, o litigante da parte ativa requisitou a condenação da parte passiva neste valor referido. Acostou-se procuração (fls. 8 a 40), contrato de compartilhamento de infraestrutura entre as partes (fls. 41 a 54) e juntou comprovantes do débito (fls. 55 a 73). É o relato. Decido. Pois bem. Verifica-se que o Autor apesar de ter arrolado comprovantes dos valores devidos pelo Réu nas folhas 55 a 73, falta documento indispensável à propositura da ação, faz-se necessário, portanto, o demonstrativo de débito das parcelas vencidas e vincendas, para que se tenha um saber em referência ao valor pleiteado pela Amazonas Distribuidora de Energia S/A em consonância com o devido valor da causa. Diante disso, determino seja o Autor intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder à emenda da petição inicial, na forma acima apontada, sob pena de indeferimento e extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do parágrafo único do artigo 321 e artigo 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0642411-57.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda monitória aviada por Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam em face de Laercio Amud do Nascimento, fulcrada em contrato de abertura de crédito para utilização por intermédio do Cartão de Crédito Mastercard Gold nº 7565008001778, como dita o Autor em fl. 2. Acostou-se nos autos procuração (fl. 7), proposta de adesão ao instrumento particular em questão assinado pelo Réu (fls. 42 a 61) e comprovantes do débito discutido (fls. 62 a 68). Atribui à causa valor de R$ 5.683,20 (cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais e vinte centavos), sobre os quais recolheu-se as custas processuais da demanda (fls. 79 a 81). É o relato. Decido. Pois bem, em apreciação aos documentos colacionados ao feito virtual, verifica, este Juízo, que o Autor deixou de colacionar aos autos documento imprescindível ao manejo da presente demanda monitória, qual seja, o memorial de cálculo o qual expressa o valor dado à causa. Importante ressaltar que incumbe ao autor explicitar, na petição inicial, a importância devida instruindo-a com memória de cálculo, conforme o disposto no artigo 700, parágrafo 2º, inciso I do Código de Processo Civil. Desta feita, ordeno ao Autor que traga aos autos o documento aludido para que se dê prosseguimento ao feito. Assinalo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que cumpra o apontado, conforme disposição do artigo 700, parágrafo 2º, inciso I do Código de Processo Civil sob pena de indeferimento da proemial, e consequente extinção da presente ação à luz do que dita o artigo 700, § 4º, do mesmo Diploma. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM) - Processo 0642499-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francilene da Silva Simões - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda de ressarcimento cumulada com indenização por danos morais, em virtude de não utilização de serviço, qual seja transporte aéreo de animal (fl. 2 e 3). O processo em questão foi aviada por Francilene da Silva Simões em face de Gol Linhas Aereas S.A. Atribui-se a ação o valor de R$ 20.250,00 (vinte mil, duzentos e cinquenta reais), sendo que R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) é a quantia do ressarcimento solicitado e R$ 20.000,00 (vinte mil) o dano moral requisitado. Ademais, peticionou-se a benesse da justiça gratuita (fls. 1 e 2). É o relato. Decido. Em análise prefacial, esta Julgadora vislumbra a petição da justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento do pleito da gratuidade da justiça. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0642554-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Almeida Pereira da Silva - Vistos em correição permanente. Ante a suspeita de repetição sendo uma delas através deste feito e, a outra, por meio do processo que tomou o número 0600899-94.2019 como destacado pela informação do SAJ/PG5 em relação a qual, após análise desta julgadora, constatou não haver igualdade de partes. Trata-se de demanda de revisão de faturas, cumulada com ação declaratória de inexistência de débito, indenização por danos morais e pedido de tutela antecipada, aviada por José Almeida Pereira da Silva em face da concessionária Amazonas Energia S.A. Atribuiu-se a causa o valor de R$ 39.900,00 (trezentos e nove mil e novecentos reais), referente ao pagamento de R$ 31.655,08 (trinta e um mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos) a título de danos morais, bem como, devolução dos valores indevidos R$ 4.122,46 (quatro mil, cento e vinte e dois reais e quarenta e seis

centavos), em dobro, que perfaz a quantia de R$ 8.244,92 (oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos). Requereu-se, ainda, a benesse da justiça gratuita (fl. 14). É o relato. Decido. Preliminarmente, esta Julgadora vislumbra que o Autor pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Pois bem. Passo à apreciação do pedido tutelar provisório de urgência estatuído pelo artigo 301, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que se faz sustentado na plausibilidade do bosquejo firmado pelo Autor quanto a cobrança abusiva feita pelo Réu, com lançamento de multa imposta unilateralmente (fl. 13). O segundo requisito - periculum in mora - também está inteiramente enquadrado na hipótese fática, afinal eventual delonga na prestação da tutela jurisdicional na espécie, relativa à resolução da controvérsia firmada pode conduzir à negativação dos dados autorais em cadastros restritivos de crédito e na suspensão do serviço essencial de água em prejuízo ao princípio da dignidade da pessoa humana. Ademais, eventual outorga de tutela de urgência antecipada não gera ao Réu qualquer perigo de sua irreversibilidade - periculum in mora inverso - de que trata o artigo 300, §3º, da Lei do Rito Civil. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela de urgência em cognição prévia e sumária para ordenar ao Réu Manaus Ambiental S.A. que se abstenha de suspender o serviço essencial de água e de realizar a negativação dos dados autorais até que se resolva definitivamente a questão posta, tudo sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Em caso de já se ter ultimado a restrição creditícia, impõe-se ao Réu que a retire e demonstre em 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Impõe-se-lhe o restabelecimento do serviço de água, acaso o haja interrompido, em 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de imposição da mesma multa pelo mesmo período mencionado. Assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento do pleito da gratuidade da justiça. Intime-se e cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0642713-86.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos em correição permanente. O Autor aviou a presente demanda de Busca e Apreensão contra o Réu com o escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas do financiamento, como se infere da planilha em anexo. Antes da movimentação do aparato judiciário para o alcance de tutela jurisdicional houve a notificação extrajudicial dirigida ao Réu com respectivo Aviso de Recebimento (fl. 13). Dá-se à causa o valor de R$ 27.848,96 (vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), sobre os quais não recolheu as custas de processamento da demanda. Acostou demonstrativo de débito (fl. 8) e cédula de crédito bancário (fl. 4 a 7). Contudo, não arrolou aos autos procuração. É o relato. Decido. Preliminarmente, apontar a inexistência do recolhimento das custas processuais para o aviamento desta demanda, motivo pelo qual ordeno à Secretaria que busque saber diante da Contadoria se o Autor realizou o recolhimento das custas processuais relativas ao processamento desta demanda. Em caso negativo sejam tomadas as necessárias providências para que o faça, no prazo que adiante assinalo, sob pena de indeferimento da exordial. Nunca demais lembrar que o não recolhimento das custas processuais inviabiliza o regular andamento do feito, provocando sua extinção sem aprofundamento do mérito, na forma do que apregoa o artigo 485, inciso IV, do Digesto Processual Civil. Noutro giro, nota-se que o procurador do Autor não arrolou aos autos procuração, o que o impede de postular em juízo a favor do integrante do polo ativo, de acordo com o art. 104 do Rito Processual Civil. Consequentemente, a presente demanda encontra-se em risco de extinção sem apreciação do mérito, de acordo com o art. 485, CPC. Assim sendo, ordeno seja dirigida intimação ao Autor para que, em 15 (quinze) dias emende a vestibular, de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único, da Lei do Rito Civil, sob pena de seu indeferimento e extinção do feito sem resolução do mérito. Controle-se o prazo assinalado. Recomendo que qualquer peça a ser atravessada pelo Autor só o seja depois de publicado este pronunciamento. Cumpra-se.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0642872-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Risomar dos Santos Jaques - Vistos. Trata-se de demanda de revisão e nulidade de cláusulas contratuais, com consignação incidental, aviada por RISOMAR DOS SANTOS JAQUES em face de BANCO PAN S.A., com quem entabulou contrato de financiamento de veículo marca/modelo: HONDA/CG 160 FAN ESDI, ANO FABRICAÇÃO 2016/2016. Informa o Autor que não concorda com o valor cobrado e que trata-se de enriquecimento ilícito pela empresa Ré visto que, ao final do contrato, receberá o montante de R$ 21.439,31 (vinte e um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos), uma vez que o valor financiado é de R$ 10.174,61 (dez mil, cento e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos). Atribuiu à causa o valor de R$ 3.872,65 (três mil, oitocentos e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. Demanda distribuída por dependência ao processo nº 0610511-56.2019, o qual este foi extinto sem resolução do mérito, em virtude de não cumprimento tempestivo de despacho. Assim sendo, este Juízo torna-se prevento na presente lide. Todavia, observe-se às partes que poderão novamente propor a demanda, desde que ultimem o saneamento de todos os vícios que lhe foram, objetivamente apontados neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. Sucede que, no caso posto, o Autor não corrigiu os vícios apontados, sendo estes: comprovação da gratuidade da justiça e valor da causa. Indefiro a gratuidade da justiça na hipótese e assinalo ao Autor o prazo de 15 dias para que recolha as custas

de processamento da demanda e da diligência de citação da parte adversa, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. Intime-se e cumpra-se.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0643214-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Alzenira Queiroz Barroso - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda previdenciária de conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, aviada por Alzenira Queiroz Barroso em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Peticionou-se a tutela de urgência para a apreciação do pedido de implantação do benefício em sentença (fl. 7). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 11.976,00 (onze mil, novecentos e setenta e seis reais), sob os quais requisitou-se a benesse da justiça gratuita (fl. 7). Defiro o pedido de gratuidade da justiça, porquanto vislumbre que a atividade de labor indicada na inicial seja daquelas que criva ao Autor sua impossibilidade de custear as despesas para o processamento desta demanda. Faço-o, ademais em atendimento ao que dita o artigo 129, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91. Rememore-se que a presunção de hipossuficiência do Autor emerge dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A propósito, a Súmula n. 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por expert para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Noutra banda apontar que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento de demandas acidentárias, em que se pretenda aferir o grau de lesão sofrido pela parte através de perito judicial, à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências, inclusive quanto à nomeação de perito para a realização da prova técnica essencial ao deslinde da quaestio. Intime-se o Autor através de seu patrono para ciência de que, em caso de seu não comparecimento à perícia técnica - prova imprescindível ao deslinde da demanda - o processo será julgado improcedente por não ter ele se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Desta feita ordeno o encaminhamento deste caderno processual ao setor apontado. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643339-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elidiane Lira dos Santos - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda de concessão de auxílio-acidente, sucessivamente o restabelecimento de auxílio-doença e, ainda, consecutivamente aposentadoria por invalidez, aviada por Elidiane Lira dos Santos em face do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Atribui-se a causa o valor de R$ 49.432,16 (quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e dois reais e dezesseis centavos), devidamente comprovados em planilha nas folhas 226 a 229. Requereu-se a benesse da justiça gratuita (fl. 37). Defiro o pedido de gratuidade da justiça, porquanto vislumbre que a atividade de labor indicada na inicial seja daquelas que criva ao Autor sua impossibilidade de custear as despesas para o processamento desta demanda. Faço-o, ademais em atendimento ao que dita o artigo 129, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91. Rememore-se que a presunção de hipossuficiência do Autor emerge dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A propósito, a Súmula n. 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por expert para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Noutra banda apontar que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento de demandas acidentárias, em que se pretenda aferir o grau de lesão sofrido pela parte através de perito judicial, à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências, inclusive quanto à nomeação de perito para a realização da prova técnica essencial ao deslinde da quaestio. Intime-se o Autor através de seu patrono para ciência de que, em caso de seu não comparecimento à perícia técnica - prova imprescindível ao deslinde da demanda - o processo será julgado improcedente por não ter ele se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Desta feita ordeno o encaminhamento deste caderno processual ao setor apontado. Cumpra-se.

ADV: MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA (OAB 150793/SP) - Processo 0643356-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos em correição permanente. B.V. Financeira S/A - Crédito, Financimento e Investimento contra Raquel de Oliveira Abdala ante o descumprimento de cláusula prevista em Cédula de Crédito Bancário nº 780933655. Atribuiu à causa o valor de R$ 94.590,12 (noventa e quatro mil, quinhentos e noventa reais e doze centavos), sobre os quais recolheu as custas iniciais da demanda. Colacionou aos autos procuração (fls. 05 a 11); Cédula de crédito bancário (fls. 26 e 27); Demonstrativo de débito atualizado (fls. 33) e Notificação Extrajudicial (fls. 29 a 31). É o relatório. Decido. Em detida análise dos documentos anexados à inicial, constata-se que a notificação extrajudicial de fls. 29 a 31, emitida ao endereço da requerida por meio de AR, restou frustrada ante a ausência do número da residência da Ré na tentativa de entrega realizada. Em que pese o entendimento pacificado que o Aviso de Recebimento com a notícia de "mudou-se", seja considerado válido, uma vez que incumbe ao Réu atualizar seu endereço perante o cadastro de crédito. E ainda, que não seja necessário que ele pessoalmente receba a Notificação. Em recente pesquisa jurisprudencial, bem como visando à segurança jurídica, direciona-se pelo entendimento de que é cargo do Autor esgotar todos os meios possíveis de localização do Réu para constituí-lo em mora de maneira eficaz, o que não é recorrente nas Ações de Busca e Apreensão aviadas perante este Juízo. Nunca demais lembrar que a constituição do devedor em mora é condição de procedibilidade da demanda de Busca e Apreensão. Ocupo-me de transcrição da Súmula 72, do STJ: "A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente". Nesse sentido, segue entendimento jurisprudencial pacífico sobre o tema: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE COISA MÓVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO - DECISÃO QUE DETERMINA A COMPROVAÇÃO DA MORA - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL NÃO ENTREGUE AO DEVEDOR FIDUCIANTE OU A TERCEIRO - AVISO DE RECEBIMENTO DEVOLVIDO COM A INFORMAÇÃO "AUSENTE" - DEVEDOR NÃO CONSTITUÍDO EM MORA - DECISÃO MANTIDA. - Recurso desprovido.(TJ-SP 22307740520178260000 SP 2230774-05.2017.8.26.0000, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 14/12/2017, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/12/2017) EMENTA APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DEVOLVIDA NÃO DEMONSTRADA A CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR ÔNUS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ESGOTAR DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAR DEVEDOR IMPOSSIBILIDADE DE PROTESTO POR EDITAL EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO RECURSO DESPROVIDO. 1 A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente. (Súmula nº 72 do C. STJ). 2 Conforme o art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69 a mora poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, ainda que por outra pessoa. Assim, não basta que ocorra a mera expedição da notificação

extrajudicial para que haja a constituição em mora do devedor, mas sim o seu efetivo recebimento, o que não restou atendido no caso dos autos constando o motivo da não entrega como ausente. 3 O protesto por edital, para fins de constituição em mora do devedor, depende do prévio esgotamento de todos os meios tendentes à localização do devedor. 4 Sentença mantida. 5 Recurso conhecido e desprovido. (TJ-ES - APL: 00245294720178080048, Relator: ARTHUR JOSÉ NEIVA DE ALMEIDA, Data de Julgamento: 03/09/2018, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/09/2018) EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - COMPROVAÇÃO DA MORA - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - ENDEREÇO DO DEVEDOR - A.R. DEVOLVIDO - DEVEDOR AUSENTE - MORA NÃO COMPROVADA. 1 - Na ação de busca e apreensão decorrente do Decreto-Lei 911/69, para constituição em mora do devedor, é necessário que o credor fiduciário comprove o envio da notificação extrajudicial para o endereço fornecido pelo devedor por ocasião do contrato firmado entre as partes. 2 - Nos casos em que o AR da notificação do devedor retorna com a informação de "ausente", verifica-se que não foi caracterizada a mora, motivo pelo qual o indeferimento da inicial é medida que se impõe. (TJ-MG - AC: 10000181389925001 MG, Relator: Claret de Moraes, Data de Julgamento: 07/04/0019, Data de Publicação: 22/04/2019) APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DA JUNTADA DO AVISO DE RECEBIMENTO. ART. 2º, § 2º, DO DECRETO-LEI Nº 911/69. AR DEVOLVIDO AO REMETENTE POR MOTIVO DE DESTINATÁRIO "DESCONHECIDO". NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL NÃO CUMPRIDA. RECURSO IMPROVIDO. De acordo com pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é válida a notificação extrajudicial, para a constituição em mora do devedor, desde que recebida no endereço de seu domicílio por via postal e com aviso de recebimento. No entanto, nos caso em apreço, o AR foi devolvido com a informação destinatário "desconhecido". Desta forma, não resta comprovada a notificação judicial, pois não houve a efetiva entrega no destino. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0531042-02.2017.8.05.0001, Relator (a): Gardenia Pereira Duarte, Quarta Câmara Cível, Publicado em: 10/09/2018) (TJ-BA - APL: 05310420220178050001, Relator: Gardenia Pereira Duarte, Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: 10/09/2018. Ademais, observa-se que foi acostado comprovante do débito total devido (fl. 33), em R$ 87.364,02 (oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e dois centavos). Diferindo do valor da causa apresentado pelo autor, qual seja, R$ 94.590,12 (noventa e quatro mil, quinhentos e noventa reais e doze centavos). Portanto, faz-se necessários esclarecimentos sobre a temática. Desta feita, ORDENO ao Autor que promova, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a emenda da peça inicial, para que junte aos autos comprovação da constituição em mora eficaz da parte Ré e determine o valor verídico da causa, na forma como acima apontada, sob pena de indeferimento e consectária extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 321, parágrafo único, e 485, inciso I, do Novo Código de Processo Civil. Cumprida a diligência retromencionada, volvam-me conclusos os autos para análise da medida liminar pretendida. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO FERNANDES DE FREITAS NARCISO (OAB 32418/PE) - Processo 0643357-29.2019.8.04.0001 - Habilitação - Classificação de créditos - REQUERENTE: José Admilson de Lira - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda de habilitação de crédito aviada por José Admilson de Lira em face da empresa Melo Distribuidora de Peças LTDA., distribuída por dependência a este Juízo em virtude da ação 0613082-05.2016.8.04.0001. O Autor aponta na exordial que seu título de crédito oriunda-se da Ação Trabalhista nº 0000201-02.2016.5.06.0143 e afirma que o mesmo segue anexo. Ademais, atribui o valor à causa de R$ 128.451,26 (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos), sobre os quais requereu a benesse da justiça gratuita (fl. 2). É o relato. Decido. Preliminarmente, apesar da alegação do Autor que apresentaria em anexo o Título de Crédito oriundo da Ação Trabalhista nº 0000201-02.2016.5.06.0143, não o fez. Portanto, esta Magistrada ORDENA que o litigante do polo ativo apresente o Título de Crédito, sob pena de extinção da demanda sem resolução do mérito (art. 330 CPC). Ultimada a providência no prazo de 5 dias que se lhe assinala ao Autor, é de se ultimar a citação do Réu para manifestação, em 15 dias para que só então seja a administradora judicial no processo de Recuperação, instada a se manifestar. Intime-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643432-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Irineu Oliveira de Souza Junior - Vistos. Trata-se de demanda Acidentária aviada por IRINEU OLIVEIRA DE SOUZA JÚNIORcontra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna pela concessão do auxílio-acidente; pelo restabelecimento do auxílio-doença; bem como pela concessão do benefício em aposentadoria por invalidez. Atribuiu à causa o valor de R$ 9.580,40 (nove mil quinhentos e oitenta reais e quarenta centavos), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica prova imprescindível ao deslinde da demanda o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643742-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jose Carlos da Silva Maia - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda de concessão de auxílio-acidente, sucessivamente o restabelecimento de auxílio-doença e, ainda, sucessivamente aposentadoria por invalidez, aviada por José Carlos da Silva Maia em face do Instituto Nacional de Segurança Social - INSS. Atribui-se a causa o valor de R$ 59.520,59 (cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte reais e cinquenta e nove centavos), sob os quais requereu-se a benesse da gratuidade da justiça (fl. 27). Defiro o pedido de gratuidade da justiça, porquanto vislumbre que a atividade de labor indicada na inicial seja daquelas que criva ao Autor sua impossibilidade de custear as despesas para o processamento desta demanda. Faço-o, ademais em atendimento ao que dita o artigo 129, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91. Rememore-se que a presunção de hipossuficiência do Autor emerge dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A propósito, a Súmula n. 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por expert para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Noutra banda apontar que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria

2183/2016-PTJ, o encaminhamento de demandas acidentárias, em que se pretenda aferir o grau de lesão sofrido pela parte através de perito judicial, à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências, inclusive quanto à nomeação de perito para a realização da prova técnica essencial ao deslinde da quaestio. Intime-se o Autor através de seu patrono para ciência de que, em caso de seu não comparecimento à perícia técnica - prova imprescindível ao deslinde da demanda - o processo será julgado improcedente por não ter ele se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Desta feita ordeno o encaminhamento deste caderno processual ao setor apontado. Cumpra-se.

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0643782-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Cristovão Lima dos Santos - Vistos. Trata-se de demanda de inexigibilidade de débito cumulada com repetição do indébito e danos morais aviada por CRISTÓVÃO LIMA DOS SANTOS em face de BANCO ITAÚ BMG S/A em virtude de suposta fraude em contratação de empréstimo consignado, o qual alega o Autor não ter contratado. Requer a inexigibilidade do débito do contrato fraudulento n. 592516776; que seja declarado o valor creditado ao Autor sem sua autorização como "amostra grátis"; repetição do indébito no valor de R$ 3.680,00 (três mil, seiscentos e oitenta reais); indenização por danos morais no montante de R$ 26.739,48 (vinte e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e oito centavos). Atribuiu à causa o valor de R$ 30.419,48 (trinta mil, quatrocentos e dezenove reais e quarenta e oito centavos), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. É o relato. Decido. Inicialmente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. Passo à apreciação do pedido tutelar provisório de urgência pelo a estatuído no artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que se faz sustentado na plausibilidade do bosquejo firmado pelo Autor relativo este à cédula de crédito bancária acostada aos autos (fls. 30 a 39), que demonstra a impossibilidade de ter realizado o Autor a contratação do referido empréstimo. O segundo requisito periculum in mora também está inteiramente enquadrado na hipótese fática, afinal eventual delonga na prestação da tutela jurisdicional na espécie pode levar ao Autor prejuízo que pode ser potencializado por descontos realizados em sua aposentadoria. Ademais, eventual outorga de tutela de urgência antecipada não gera ao Réu qualquer perigo de sua irreversibilidade periculum in mora inverso de que trata o artigo 300, §3º, da Lei do Rito Civil. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela de urgência em cognição prévia e sumária para ordenar ao Réu que se abstenha de realizar novos descontos na aposentadoria do Autor, no valor de R$ 368,00 (trezentos e sessenta e oito reais). Faça-o em 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual, até a data da audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossuficiência informacional e técnica do Autor, na qualidade de consumidor. É a dicção do artigo 6º, inciso VIII, do Digesto Consumerista. "Cabimento da inversão do ônus da prova para determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA NÃO OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE LEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE - RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC) - ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NO CASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. (...) II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancários necessários à comprovação das alegações do correntista decorre de lei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Código do Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio da boa-fé objetiva; (...) IV - Para fins do disposto no art. 543-C do Código de Processo Civil, é cabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fi m de determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles, tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratual compulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como o adiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir os documentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação, incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada, com indícios mínimos capazes de comprovar a existência da contratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodos em que pretenda ver exibidos os extratos. V - Recurso especial improvido, no caso concreto." (REsp 1133872/PB, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2011, DJe 28/03/2012) Tema: 411. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação no dia 06/11/19 às 10:00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Observe-se ao Réu sobre o comando de tutela antecipada de urgência que lhe foi concedida em desfavor. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0643797-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Vistos em correição permanente. Trata-se de ação monitória aviada pelo Banco Cruzeiro do Sul S/A em face de Pelágio Brago da Silveira. Atribui-se a causa o valor de R$ 132.453,07 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sete centavos), sobre os quais requereu a gratuidade da justiça. É o breve relato. Decido. Primeiramente, denota-se que a exordial não atende à exigência do artigo 75, inciso VIII, do Código de Processo Civil, que espelha o ônus processual da parte relativo ao preenchimento da condição atinente à sua capacidade processual para figurar na angularidade ativa da demanda, eis que o Autor - pessoa jurídica - não colacionou aos autos documento indispensável à demonstração de tal condição, qual seja, o contrato social. "Art. 75. São representados em juízo, ativa e passivamente: (...)VIII - a pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem, ou, não havendo essa designação, por seus diretores. " Por óbvio, a falta de documento a partir do qual se possa inferir certeza acerca da representação processual legal conduz à extinção do processo sem análise meritória, por ausência de pressuposto processual. Digno de registro que a constituição válida da relação jurídica no processo exige atendimento aos pressupostos processuais atinentes à capacidade de ser parte; à capacidade de estar em Juízo e à capacidade de postular. Desta

feita, as pessoas jurídicas dotadas de personalidade como sujeitos de direitos e obrigações devem provar sua representação legal para a prática de atos no processo, daí falar-se no atrelamento do requisito de representação à capacidade processual para que só se permita o manejo do aparato judiciário na busca de tutela jurisdicional se a pessoa jurídica trouxer aos autos o instrumento hábil comprobatório, a saber: o contrato social, sem o que resta indeclinável a extinção da demanda por ausência do relevante pressuposto processual. Ademais, mesmos tendo sido acostadas diversas decisões judiciais de diversos Tribunais deferindo a benesse da justiça gratuita para casos semelhantes a presente demanda, esta Julgadora vislumbra a necessidade de relembrar o Autor de que este Juízo não se encontra adstrito a decisões vinculadas a Tribunais outros. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Determino, pois, seja o Autor intimado para que promova, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a emenda da peça inicial, na forma como acima apontada, sob pena de indeferimento e consectária extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 321, parágrafo único, combinado com o artigo 485, incisos I e IV, do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM) - Processo 0643868-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Leandro do Nascimento Oliveira - Vistos em correição permanente. Ante a suspeita de repetição sendo uma delas através deste feito e, a outra, por meio do processo que tomou o número 0613152-17.2019 como destacado pela informação do SAJ/PG5 em relação a qual, após análise desta julgadora, constatou não haver igualdade de partes. Trata-se de demanda de concessão de auxílio acidente previdenciário 50%, aviada por Leandro do Nascimento Oliveira em face do Instituto Nacional de Seguridade Social. Atribuiu-se o valor à causa de R$ 15.600,00 (quinze mil, seiscentos reais), sob os quais requereu o beneplácito da justiça gratuita (fl. 9). Ademais, peticionou-se tutela de urgência, visando o imediato recebimento do benefício auxílio acidente (fl. 9). Defiro o pedido de gratuidade da justiça, porquanto vislumbre que a atividade de labor indicada na inicial seja daquelas que criva ao Autor sua impossibilidade de custear as despesas para o processamento desta demanda. Faço-o, ademais em atendimento ao que dita o artigo 129, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91. Rememore-se que a presunção de hipossuficiência do Autor emerge dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A propósito, a Súmula n. 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por expert para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Noutra banda apontar que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento de demandas acidentárias, em que se pretenda aferir o grau de lesão sofrido pela parte através de perito judicial, à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências, inclusive quanto à nomeação de perito para a realização da prova técnica essencial ao deslinde da quaestio. Intime-se o Autor através de seu patrono para ciência de que, em caso de seu não comparecimento à perícia técnica - prova imprescindível ao deslinde da demanda - o processo será julgado improcedente por não ter ele se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Desta feita ordeno o encaminhamento deste caderno processual ao setor apontado. Cumpra-se.

ADV: RUY GUILHERME BECHARA DE OLIVEIRA (OAB 13058/AM) - Processo 0644475-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jose Maria Quadro dos Santos - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda revisional com pedido de dano moral e tutela provisória de urgência, aviada por José Maria Quadro dos Santos em face do Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos, em virtude de contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento nº 041590029209 (fls. 40 a 52 e 54 a 59). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 14.129,14 (quatorze mil, cento e vinte e nove mil e quatorze centavos), sob os quais requisitou-se a benesse da justiça gratuita (fl. 36 e 37). É o relato. Decido. Preliminarmente, vislumbra-se que o valor atribuído a causa foi de R$ 14.129,14 (quatorze mil, cento e vinte e nove mil e quatorze centavos), contudo, carece de esclarecimentos quanto a sua cumulação. Afinal, entende-se que R$ 12.000 (doze mil) trata-se de indenização à título de danos morais, porém não se estabeleceu qual a origem do restante da quantia atribuída a causa. Portanto, ORDENO que a parte apresente memorial de cálculo, o qual esclareça de maneira derradeira o valor da causa, sob pena de resolução da demanda sem exame do mérito, em concordância com o art. 485 inc. IV do CPC. Noutro giro, o Autor pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e

indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento do pleito da gratuidade da justiça. Intime-se e cumpra-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0644674-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Tereza Grana Reis e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 07/11/2019 às 09:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0644884-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Ideval Santeiro da Silva - Vistos. Trata-se de demanda de obrigação de fazer aviada por Luana Kelly Freitas Santeiro em face de

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0645003-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Flavio Augusto Dias da Luz - Vistos. Trata-se de demanda Acidentária aviada por FLÁVIO AUGUSTO DIAS DA LUZ contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna tutela antecipatória de urgência para concessão do auxílio acidente; restabelecimento do auxílio doença e conversão/concessão do benefício em aposentadoria por invalidez. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica prova imprescindível ao deslinde da demanda o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: WALDIR EUGÊNIO DE SOUZA (OAB 11350/AM) - Processo 0645095-52.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - REQUERENTE: IDAM - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENETO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda de execução de título extrajudicial aviada por Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM em face de Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Pecuaristas, Piscicultores e Agricultores de Nova Olinda do Norte - ADESPPAF. A ação foi ajuizada em virtude de instrumento particular de confissão de dívida, em que o Executado confessou e reconheceu ser devedor da importância R$ 196.924,85 (cento e noventa e seis mil, novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos). Todavia, não houve o pagamento das parcelas firmadas, resultando na dívida atual de R$ 254.545,07 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e sete centavos). Acostou-se nos autos procuração (fl. 6) e o Termo de Acordo Extrajudicial parcelamento e confissão de débito (fls. 18 a 21). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 100,00 (cem reais), a título de custas processuais (fl. 4). É o relato. Decido. Preliminarmente, vislumbra-se que o valor atribuído a causa foi de R$ 100,00 (cem reais), "a título de custas processuais", em contrapartida, a quantia do débito litigado é de R$ 254.545,07 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e sete centavos). Portanto, é necessário lembrar ao Exequente o disposto no artigo 292 inciso II do Código de Processo Civil: "Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: II - na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, o valor do ato ou o de sua parte controvertida;". Assim, nota-se que houve erro parte do Exequente ao atribuir a causa o valor de R$ 100,00 (cem reais), devendo o mesmo corrigi-la em concordância com o artigo citado do Rito Processual Cível. Concedo-lhe o prazo de 15 (quinze) para que faça as correções necessárias, sob pena de resolução da demanda sem apreciação do mérito, com base no artigo 485 inciso IV do Código de Processo Civil. Intima-se e Cumpra-se.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM), ADV: MARIA ELIANA DA SILVA HOROHIAQUE (OAB 9095/AM) - Processo 0645311-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jc Gomes dos Santos & Cia Ltda - Me - Vistos. Trata-se de demanda de obrigação de fazer com cancelamento de débitos indevidos cumulada com indenização por danos morais e repetição de indébito aviada por JC GOMES DOS SANTOS CIA LTDA - ME em face de AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A em virtude de supostas cobranças com valores abusivos. Informa que os valores exorbitantes representam um percentual de mais de 278% de aumento, sem aumento de consumo por parte do Autor. Requer tutela de urgência para suspensão e retificação das cobranças indevidas; sustação de protesto em cartórios; substituição do relógio; abstenção do fornecimento de água; indenização por danos morais e repetição de indébito dos valores cobrados em excesso. Atribuiu à causa do valor de R$ 42.235,49 (quarenta e dois mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e nove centavos), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. É o relato. Decido. Em juízo de admissibilidade da exordial, a parte autora qualificou-se como Microempresa, todavia, salta aos olhos desta Julgadora que em Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica a natureza jurídica é de Sociedade Empresária Limitada. Ora, ressalta-se que a natureza jurídica da empresa é fundamental para o convencimento desta Julgadora no que tange ao pleito da justiça gratuita, beneplácito este que, goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Transcrevo, ante a pertinência, a Sumula 481, do STJ: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de

arcar com os encargos processuais." A assistência judiciária e a gratuidade da justiça são reguladas pela Lei n. 1.060/50; artigo 5º LXXIV, da Constituição Federal e mais recentemente pelo artigo 99, § 2º, da Lei do Rito Civil. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que traga documentos capazes de lhe atestar as dificuldades financeiras para o pagamento de custas e despesas processuais, dentre os quais a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais, o comprovante de gastos da empresa e tudo o mais que possa convencer quanto ao estado de hipossuficiência da pessoa jurídica. Determino, pois, seja o Autor intimado para que promova, no prazo de 15 (quinze dias), a emenda da peça inicial, na forma como acima apontada, sob pena de indeferimento da gratuidade e consectária extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 321, parágrafo único, e 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Intime-se. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se.

ADV: CAMILLA KAROLLINA RESENDE DE ALMEIDA VIEIRA DA CUNHA (OAB 18973/PB), ADV: MARINA LACERDA CUNHA LIMA (OAB 15769/PB) - Processo 0648601-70.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Control Construções Ltda - Vistos em correição permanente. Com base nos esclarecimentos fornecidos pelo Juízo da 19ª Vara Cível, na folha 439, entendo minha competência para julgar a presente ação, portanto prossigo em análise preliminar da exordial. Trata-se de ação de cobrança aviada pela empresa Control Construções LTDA. em face da concessionária Amazonas Distribuidora de Energia, em virtude de processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 675/2011, o qual foi acostado nos autos nas folhas 36 a 196. Apresentou-se contrato social da empresa Autora (fls. 27 a 34), assim como procuração (fl. 35). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 5.423.328,53 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e três centavos), com base no memorial de cálculo apresentado nas folhas 277 a 284. Requereu-se, ainda, a benesse da justiça gratuita (fl. 2). É o relato. Decido. O Autor pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Transcrevo, ante a pertinência, a Sumula 481, do STJ: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." A assistência judiciária e a gratuidade da justiça são reguladas pela Lei n. 1.060/50; artigo 5º LXXIV, da Constituição Federal e mais recentemente pelo artigo 99, § 2º, da Lei do Rito Civil. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que traga documentos capazes de lhe atestar as dificuldades financeiras para o pagamento de custas e despesas processuais, dentre os quais a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais, o comprovante de gastos da empresa e tudo o mais que possa convencer quanto ao estado de hipossuficiência da pessoa jurídica. Por assim ser, à luz do artigo 321, parágrafo único do Digesto Processual Civil, assinalo, ao Autor, o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que realize a emenda da petição inicial como lhe foi objetivamente apontado, sob pena de seu indeferimento por inobservância à ordem com que a proemial e os documentos que a instruem deveriam aparecer no processo virtual. Intime-se. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0657028-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jacques do Nascimento Neto - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0712354-11.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Adauto Batista - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 107414/SP)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Almeida (OAB 151551/RJ)
André de Almeida Rodrigues (OAB 164322/SP)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camilla Karollina Resende de Almeida Vieira da Cunha (OAB 18973/PB)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 1175/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jacques Antunes Soares (OAB 75751/RS)
Jorge Alberto Silva de Melo (OAB 5916/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo Fernandes de Freitas Narciso (OAB 32418/PE)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Eliana da Silva Horohiaque (OAB 9095/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)

Marina Lacerda Cunha Lima (OAB 15769/PB)
Marli Inacio Portinho da Silva (OAB 150793/SP)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Gustavo Barroso Sobral (OAB 11235/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Périsson Lopes de Andrade (OAB 192291/SP)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Ragélia Santos de Paiva Kanawati (OAB 10998/AM)
Ricardo Bazzaneze (OAB 57033/PR)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rovani Dietrich (OAB 139878/SP)
Ruy Guilherme Bechara de Oliveira (OAB 13058/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sandro Rodrigues de Souza (OAB 4830/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sílvio Kleber Batista Lobato (OAB 8813/AM)
Thaís Caroline Pires de Figueiredo (OAB 8295/AM)
Therse Catarine Pires Figueiredo (OAB 11406/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Waldir Eugênio de Souza (OAB 11350/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO IDA MARIA COSTA DE ANDRADE

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0343/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ) - Processo 0229530-55.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Gercino João Vendrame - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR) - Processo 0611134-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Dory Selma Jezine - REQUERIDO: Paulo Farias Imóveis S/C Ltda. - R. H. Averbo-me suspeito para atuar no presente feito por motivo de foro íntimo, na forma do parágrafo único, do art. 145, § 1º, do NCPC, in verbis:

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0638176-47.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: Rafael Cordeiro da Silva - REQUERIDO: Zilma Elimar Santos da Costa - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda declaratória de reconhecimento de doação, cumulada com pedido de tutela provisória cautelar, aviada por Rafael Cordeiro da Silva em face do espólio de Zilma Elimar Santos da Costa. O Autor ao realizar serviço de mototáxi sem a devida regularização, teve sua motocicleta apreendida, sendo que esta é fruto de doação por parte da Ré (fls. 2 e 3). Portanto, o integrante do polo ativo não consegue reaver a moto, por a titular desta ser a Sra. Zilma. Acostou nos autos duas testemunhas que sabiam da doação entre as partes (fl. 10), peticionou tutela provisória cautelar para que figure como depositário da motocicleta de chassi 9C2KC2200HR046000, além de realização de audiência de justificação prévia (fl. 8) e, pelo fato da Ré ter falecido, solicitou a citação por edital de seu espólio (fl. 9). Atribuiu a causa o valor de R$ 10.761,55 (dez mil, setecentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), sob os quais requereu a benesse da justiça gratuita por ser hipossuficiente, ademais ser representado pela Defensoria Pública (fl. 9). É o relato. Decido. Preliminarmente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois, esta Magistrada entendeu que o Autor por ser representado pela Defensoria Pública não tem condições de arcar com os encargos decorrentes do processo sem prejuízo de seu sustento e da sua família, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, e artigo 91, do Código de Processo Civil. Noutro giro, o Autor requereu a citação por edital do espólio, uma vez que ela faleceu sem deixar herdeiros, desta feita, nem mesmo apresentou possível endereço da Ré (fl. 1). Todavia, é o entendimento desta Magistrada de que esta modalidade de citação só deve ser aplicada em última análise (art. 256, 527 e 258, do CPC), ainda havendo outras medidas para encontrar o espólio da Ré. Assinalo ao Autor o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que informe a este Juízo o endereço do espólio da Ré, ou pugne a utilização de outras ferramentas de localização de endereço, sob pena de extinção da demanda executiva por falta de seu desenvolvimento válido e regular, na forma como firmado pelo artigo 218, §3°, combinado com o artigo 924, inciso I, da Lei do Rito Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0644617-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Luiz Carlos da Silva Vieira - CONSIGNADO: Ironildo Souza dos Anjos - Vistos. Trata-se de demanda de consignação em pagamento aviada por LUIZ CARLOS DA SILVA VIEIRA em face de IRONILDO SOUZA DOS ANJOS em virtude de não adimplemento de contrato particular de Cessão de posse e venda de benfeitorias por desemprego do Autor. Informa que tentou inúmeras vezes justificar ao Réu o motivo de sua inadimplência, com promessa de pagamento quando estivesse empregado. Requer a consignação em pagamento dos valores que perfazem o montante de R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), bem como a concessão da justiça gratuita. É o relato. Decido. Inicialmente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, porquanto a presunção de hipossuficiência emerja dos autos em virtude da assistência do Autor pela Defensoria Pública. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação no dia 06/11/2019 às 14:00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: FRANK JÚNIOR MENEZES DO NASCIMENTO FILHO (OAB 13805/AM) - Processo 0648285-57.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Valdecir Alves Gondin Júnior - EPP - EXECUTADO: Seabra Navegação - ME - Fúlvio Pacífico Seabra - R. H. Averbo-me suspeito para atuar no presente feito por motivo de foro íntimo, na forma do parágrafo único, do art. 145, § 1º, do NCPC, in verbis:

Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Frank Júnior Menezes do Nascimento Filho (OAB 13805/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0327/2019

ADV: GERALDO LUIZ DE MOURA TAVARES (OAB 415207/SP), ADV: MARIA RAQUEL DE SOUSA LIMA UCHÔA (OAB 62954/MG), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: GERALDO LUIZ DE MOURA TAVARES (OAB 31817/MG) - Processo 0205880-52.2010.8.04.0001 (001.10.205880-7) - Procedimento Comum Cível - Perda da Propriedade - REQUERENTE: Elasa Elo Alimentação S/A - REQUERIDA: PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A - DENUNCIADO: Mam Engenharia Ltda. e outros - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls. 1610/1611. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do CPC/15. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0209152-83.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: LUCINEIDE MARIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 72973/SP), ADV: ALMÉRIO MOTA PEREIRA NETO (OAB 1486/RR), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: IVAN LANZA CORDEIRO DE SOUZA (OAB 4615/AM), ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0226015-22.2009.8.04.0001 (001.09.226015-3) - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Raul de Oliveira Rodrigues - REQUERIDO: Renascer Transporte e Turismo Ltda. - DENUNCIADO: Nobre Seguradora do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0240616-62.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Artur Parente Rebelo - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - INTSSADO: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de cálculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: SILVYANE PARENTE DE ARAÚJO CASTRO (OAB 7237/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO (OAB 7507/AM) - Processo 0260803-91.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: S. E. Factoring Fomento Mercantil Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0600592-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior - REQUERIDO: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da Petição de fls. 176, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603547-52.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luís Alberto de Oliveira Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido acolhendo a pretensão inicial de exibição de documentos e declarando satisfeita a obrigação de fazer imposta ao Requerido, nos termos do artigo 478, I do CPC. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0605446-56.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Arlete Nascimento Félix - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606064-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: J K Pecas Ltda - Me - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM), ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM), ADV: CÉLIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 2906/AM), ADV: ANELSON BRITO DE SOUZA (OAB 5342/AM) - Processo 0606685-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivone Marques de Oliveira - REQUERIDA: Adriana Letícia Silva Manzoli - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da

causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0609276-59.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, Renajud, Infojud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM) - Processo 0609298-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Manoel Dias da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ARETUSA ANGÉLICA SILVA (OAB 416991/SP), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0610015-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial Agave - REQUERIDO: Pjbank Pagamentos S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610302-97.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Carolina Galvão Lima - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: EMÁNUEL SINATRA BUÁS DE LIMA (OAB 8895/AM) - Processo 0611369-87.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Ronnie Davies Buas de Lima - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0611884-30.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: C. S. Serviços de Montagens Industriais Ltda. - ME - ADMINISTRA: Clodoaldo Alves de Alencar - Sócrates Mesquita de Alencar - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: GILMAR RAPOSO DA CÂMARA (OAB 5501/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0612332-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: André Ramos Lopes e outro - REQUERIDO: Parente Andrade Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0612699-90.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriana da Silva e Silva - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0614206-91.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: João Bosco Martins Macena - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - R. H. Trata-se de Cumprimento de Sentença contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o qual se enquadra nas hipóteses previstas no art. 534, e seguintes do CPC/15. Assim, intime-se a Autarquia Federal para que se manifeste acerca da petição de fls. 229/238, conforme art. 535, caput, do CPC, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução. Cumpra-se.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0614209-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Carlos de Lima - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos VI, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial apresentando extratos bancários dos meses de agosto de 2018 à fevereiro de 2019, atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Saliento, por fim, que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 2488A/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0615173-73.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Francisco Carlos Zurra Dantas - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0616303-88.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - REQUERIDA: Laura Maria Valente de Lira Ervilha e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/02/2020 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado

na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0616891-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Sucessor de Banco Losango S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0617217-65.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - R. H. Nos autos, há requerimento para que este juízo expeça ofícios a órgãos públicos e/ou privados com escopo de obter informação acerca da parte requerida. Todavia, entendo que a movimentação da máquina judiciária para obtenção de tais informações junto a repartições pública e/ou entidades privadas é inviável, sendo ônus do requerente diligenciar em busca do pretendido. Nesse sentido, aliás, existe precedente do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR. EXPEDiÇÃO DE OFÍCIOS A ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADES. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor, formulado no exclusivo interesse do credor, pois recai nele o ônus de diligenciar no sentido de obter tais dados. Precedentes.(STJ-Resp.nº 328.862-RS, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 24.06.2002, DJU 02.12.2002, p. 306). AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA LOCALIZAÇÃO DE ENDEREÇO DO DEVEDOR. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPROVIMENTO. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com o objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor sem que o credor tenha envidado esforços para tanto. Precedentes. II. A ausência de similitude fática entre os casos confrontados impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Agravo improvido. (AgRg no Ag 798.905/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 30/09/2008) Por isso, INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios. Intime-se.

ADV: MÁRCIO DANIEL BRITO TAVARES (OAB 9681/AM), ADV: DALTON PEDROSA DOS SANTOS (OAB 9565/AM), ADV: JIULIANE MOURA DA COSTA (OAB 9809/AM) - Processo 0617885-65.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Judson Kleber da Silva Santos e outro - Expeça-se novo mandado para o endereço indicado em fls. 110/115. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0618750-54.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620543-57.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco de Assis Alves - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0620680-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Nely Bispo de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0621063-80.2019.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - Por tais razões, concedo a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC e art. 59, §1.º da Lei n.º 8245/91, no sentido de determinar que seja expedido mandado de desocupação do imóvel no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de expedição de mandado de desocupação imediata. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a

Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: GENERVAL FRANCISCO AMORIM DA GRAÇA (OAB 12115/AM) - Processo 0621869-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francerli Ferreira Duarte e outros - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/02/2020 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0624267-11.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jean Machado Maciel da Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: GABRIEL EDUARDO DA SILVA MACHADO (OAB 13340/AM), ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625412-68.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Sebastião Marizio Costa Rego Filho - Por tais razões, concedo a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar que a Requerente efetue o imediato religamento do fornecimento de energia ao Requerido até a data da audiência de conciliação, e o faça no prazo de 3 (três) dias sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de 10 (cinco) dias-multa. Expeça-se o necessário para o cumprimento desta decisão. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0625925-31.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Aquisição - REQUERENTE: José Gomes de Souza - REQUERIDO: Obelisco Construção Civil Ltda. e outro - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM) - Processo 0625930-19.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Lucilene Rodrigues Menezes - Compulsando os autos, verifico que o autor deixou de cumprir os requisitos pelos quais se exige a ação reivindicatória, a saber, a prova que exerce o domínio sobre a coisa reivindicada através do título translativo no registro imobiliário competente, os limites e confrontações do imóvel e a posse injusta do réu. Verifico ainda que se encontram ausentes os requisitos indicados nos arts. 292, IV e 319, inciso V, do NCPC, senão vejamos: Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: I - na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação; II - na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, o valor do ato ou o de sua parte controvertida; III - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor; IV - na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido; V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido; VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles; VII - na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor; VIII - na ação em que houver pedido subsidiário, o valor do pedido principal. Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a

opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626858-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da Certidão do Oficial de Justiça de fls. 69, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GISELE SIMONE LIMA CERF LEVY (OAB 7123/AM) - Processo 0627642-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abatimento proporcional do preço - REQUERENTE: S. A. M Calderaro Me - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/02/2020 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628031-29.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesses termos, não oferecidos os embargos, constitui-se, ex vi legis, o título executivo judicial. Convertido de pleno direito o mandado inicial em mandado executivo, prossiga-se a ação, na forma prevista no art. 701, §2º do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial no valor pleiteado, atualizado nos moldes da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Expeça-se o novo mandado, agora de execução, intimando a parte executada para pagar a quantia devida em 15 (quinze) dias, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido (CPC 523). Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Não sendo pretendida a execução do julgado pela parte interessada, com o trânsito em julgado, proceda-se a baixa no sistema processual, sem prejuízo de reativação caso postulado. P.R.I.C.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0628216-04.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Marcus Vinícius de Souza Pinto - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630362-81.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesses termos, não oferecidos os embargos, constitui-se, ex vi legis, o título executivo judicial. Convertido de pleno direito o mandado inicial em mandado executivo, prossiga-se a ação, na forma prevista no art. 701, §2º do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial no valor pleiteado, atualizado nos moldes da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Expeça-se o novo mandado, agora de execução, intimando a parte executada para pagar a quantia devida em 15 (quinze) dias, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido (CPC 523). Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Não sendo pretendida a execução do julgado pela parte interessada, com o trânsito em julgado, proceda-se a baixa no sistema processual, sem prejuízo de reativação caso postulado. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631509-45.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 6321/AM), ADV: ALEXANDRE VIANA FREIRE (OAB 9947/AM) - Processo 0632139-38.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Vulcap Indústria e Comércio Ltda. - Indefiro o pedido de fls. 160. A citação por edital é medida excepcional, autorizada apenas quando todas as tentativas de localização do réu restaram, comprovadamente, frustradas, o que não é o caso dos autos. Intime-se a parte Autora para promover a citação, no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do art. 240, § 2º, do NCPC, sob pena de extinção do feito.

ADV: HOMERO TEIXEIRA JÚNIOR (OAB 26069/CE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0632646-72.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Fábia Batista Martins - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outro - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633633-40.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0634881-07.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Jéssica Vanessa Souza da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0637537-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: J. G. Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda. - REQUERIDO: I. Batista Fernandes - Banco Santander Brasil S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/02/2020 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0638651-08.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marilza de Figueiredo Mascarenhas - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0638945-94.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: José Francisco Pesqueira Lessa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0639075-45.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM), ADV: CAMILA COELHO GEISSLER (OAB 14649/AM) - Processo 0639219-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Janete Dantas Rocha - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/02/2020 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 27 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não

comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0639827-22.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM) - Processo 0643912-17.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Polyana de Abreu França - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0644431-21.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dulce Ferreira do Carmo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/02/2020 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0644634-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/02/2020 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGUES PARENTE (OAB 15785/CE) - Processo 0644812-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Felipe Batalha Cavalcante - REQUERIDO: Assupero Ensino Superior Ltda (Universidade Paulistaunip) - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0644924-95.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0644929-20.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas,

quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0644965-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Costa e Silva - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos IV, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ressalto que deve ser considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM, que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. A parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Saliento, por fim, que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM) - Processo 0645096-37.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Brumed Representações Médicas - Intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0645386-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Sung Un Song - Intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM), ADV: NÚBIA BATISTA PINHEIRO (OAB 11184/AM) - Processo 0654486-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Fabricia Xavier Nunes - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a

parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0711051-59.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0714340-97.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0718712-89.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Sílvio José Cintra Maia - Janete Cintra Maia - Cintra e Maia Empreendimentos Ltda. - ME - NÃO INFORM: Imóvel para Avaliação 01 - Imóvel para Avaliação 02 - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alexandre Viana Freire (OAB 9947/AM)
Almério Mota Pereira Neto (OAB 1486/RR)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
André Rodrigues Parente (OAB 15785/CE)
Anelson Brito de Souza (OAB 5342/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Aretusa Angélica Silva (OAB 416991/SP)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Camila Coelho Geissler (OAB 14649/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Célio Alberto Cruz de Oliveira (OAB 2906/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Dalton Pedrosa dos Santos (OAB 9565/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Emánuel Sinatra Buás de Lima (OAB 8895/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB 13340/AM)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Generval Francisco Amorim da Graça (OAB 12115/AM)
Geraldo Luiz de Moura Tavares (OAB 31817/MG)
Geraldo Luiz de Moura Tavares (OAB 415207/SP)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Gilmar Raposo da Câmara (OAB 5501/AM)
Gisele Simone Lima Cerf Levy (OAB 7123/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Homero Teixeira Júnior (OAB 26069/CE)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivan Lanza Cordeiro de Souza (OAB 4615/AM)
Jiuliane Moura da Costa (OAB 9809/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Lucineide Maria de Almeida Albuquerque (OAB 72973/SP)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Márcio Daniel Brito Tavares (OAB 9681/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)

Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Raquel de Sousa Lima Uchôa (OAB 62954/MG)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB 6321/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Núbia Batista Pinheiro (OAB 11184/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Sérgio Paulo Monteiro Litaiff Filho (OAB 7507/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB 7237/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vítor Kikuda (OAB 2488A/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0328/2019

ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM), ADV: GIBRAN DE ALMEIDA MAQUINÉ (OAB 3960/AM), ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM) - Processo 0028555-32.2006.8.04.0001 (001.06.028555-0) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Olivaldo Barbosa da Silva - REQUERIDA: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre a desatualização da calculadora do tribunal de Justiça do Amazonas noticiado às fls. 306. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO GUEDES REIS E SOUZA (OAB 275562/SP), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0045695-79.2006.8.04.0001 (001.06.045695-8) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Paulo Roberto Reis e Souza - REQUERIDO: Centro Médico do Amazonas Ltda. - FIADORA: Juracy Ibernom Gomes - Francisco do Nascimento Gomes - Paute-se audiência. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: AMADEU JARDIM MAUÉS FILHO (OAB 6059/AM) - Processo 0601428-84.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Spartacus Pereira da Silva Tuma - EXECUTADO: Célio César Coutinho Said - Nesse sentido, entendo que o título executivo que deu origem a presente demanda tem os requisitos legais, ou seja, é título extrajudicial certo, líquido e exigível, vislumbro, assim, interesse de agir do Exequente quanto ao recebimento da dívida discutida no feito. Pelos motivos expostos, não acolho a presente exceção de pré-executividade. À Secretaria, para que certifique acerca de apresentação de Embargos à Execução na demanda. Ainda, como pugna o Exequente às fls. 208/212, oficiem-se a Secretaria de Estado de Cultura e a Secretaria de Estado da Fazenda para que se manifestem acerca da existência de eventuais créditos em nome do Requerido, bem como para que fale sobre as respectivas circunstâncias desses créditos. Após, voltem-me para análise dos demais pedidos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0602702-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aldirene Cavalcante Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - À Secretaria para certificar acerca da apresentação de defesa pela parte Requerida. Em seguida, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0605217-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lindinalva Maria Santos Lucena - REQUERIDO: Banco BMG S/A - R. H. Compulsando os autos, verifico que a parte Requerida, apesar de devidamente citada, para apresentar defesa, deixou transcorrer in albis o prazo, conforme certidão encartada em fls. 336, tornando-se revel. Portanto, tenho que a matéria comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, II, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: DANDARA VIÉGAS DANTAS (OAB 27739/PE) - Processo 0606663-37.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jean Moisés Amorim Bezerra - REQUERIDO: Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - R. H. Intimem-se as partes para que se manifestem acerca dos cálculos do contador apresentadas em fls. 281/286. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0631780-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Neide da Silva Taveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca da petição de fls. 203, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0639441-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Antônio Marcos de Souza Gato - Remetam-se os autos à Contadoria para que proceda à modificação, no sistema PG5-SAJ, do valor da causa referente à presente demanda, uma vez que houve a alteração da sua classe processual. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0659088-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria de Fátima Batista Farias - REQUERIDO: Banco BMG S/A - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da

decisão de mérito. Cumpra-se.

Amadeu Jardim Maués Filho (OAB 6059/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dandara Viégas Dantas (OAB 27739/PE)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Gibran de Almeida Maquiné (OAB 3960/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rodrigo Guedes Reis e Souza (OAB 275562/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0207/2019

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM), ADV: ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES JÚNIOR (OAB 18992/SP), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: ADRIANA BARBOSA SODRÉ FLORES (OAB 4273/AM), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 139482/SP), ADV: VANESSA PIZARRO RAPP (OAB 196126/SP) - Processo 0234619-06.2008.8.04.0001 (001.08.234619-5) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Euziane Bezerra de Lima - REQUERIDA: Vera Cruz Vida e Previdência S.A - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA) - Processo 0245737-27.2018.8.04.0001 (processo principal 0615207-72.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Por ora, determino que seja realizado o bloqueio e consulta de bens via Renajud e Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: DANIEL CREPALDI DIAZ (OAB 441/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM) - Processo 0252323-27.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Izabel da Silva Valente - REQUERIDO: P.L.DE Oliveira & Cia Ltda (Residencial Modulados) - Defiro a conversão em perdas e danos. Intime-se o(a) Executado(a) para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MARQUES SILVEIRA (OAB 120410/SP), ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0601889-56.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0602700-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Tiago Nikolay Pereira - Vistos, Retifique-se o endereço do Autor no cadastro do SAJ, conforme solicitado à fl. 95. Após, busque a Secretaria identificar o motivo de até o presente não ter sido juntado o laudo médico, e na impossibilidade de fazê-lo então remeta os Autos ao Cejusc para realização de nova perícia.

ADV: CASSIANO PIRES VILAS BOAS (OAB 214984/RJ), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0602782-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Morada dos Jardins - Edifício Orquídeas - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0603763-08.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0615275-85.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Kmp de Moraes - Epp e outro - Concedo a dilação de prazo por 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0604836-20.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Waldina Grana Pacheco - REQUERIDO: Auto Ônibus Líder Ltda - Transtol Transportes Ltda - Intime-se o Perito para apresentar nova data, da qual deverão ser intimados pessoalmente a Autora, por AR, e o motorista indicado à fl. 369, por Oficial de Justiça.

ADV: MARIA MOTA ACIOLY (OAB 175A/AM) - Processo 0604930-60.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nota Promissória - REQUERENTE: Maria do Perpetuo do Socorro Neves Lasmar - Considerando que na Ação Monitória a parte Requerida já é citada para pagar o débito, e, no caso de não apresentação de Embargos, a Sentença proferida apenas reconhece a conversão em título judicial, não é necessário que a parte seja chamada para pagar novamente, na forma do art. 513, §2º e 523 do CPC. Isto porque as regras do Cumprimento de Sentença se aplicam à monitória apenas no que couber, conforme inteligência do art. 701, §2º do CPC, igualmente sendo inaplicável a multa do art. 523, §1º do CPC. Diante disto, proceda-se desde já ao bloqueio via Bacenjud. Observe-se a Gratuidade de Justiça. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0606446-23.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud às fls. 194, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/

AM) - Processo 0610244-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Fabiana de Lima Alves - REQUERIDO: Vivere Imóveis e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0610483-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Pedro da Silva Conceição - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na presente Ação Acidentária ajuizada por Pedro da Silva Conceição em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, condenando o Requerido a conceder à parte Autora o benefício da aposentadoria por invalidez, com início a partir da juntada do laudo pericial (14/04/2019). Antecipo os efeitos da tutela a fim de que o Requerido proceda a conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez ou a concessão direta deste no caso de ter cessado o auxílio-doença no curso dos Autos, no prazo de 30 (trinta) dias corridos (art. 219, parágrafo único do CPC), contados da intimação via Portal Eletrônico, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), até o limite de 10 (dez) dias-multa. Ficam devidas as diferenças em relação ao recebido pela Autora a título de auxílio-doença até a data da efetiva implantação da aposentadoria por invalidez, com juros e correção nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação data pela Lei 11.960/2009. Condeno ainda o INSS a pagar os honorários advocatícios no valor de 15% calculados nos termos da Súmula 111 do STJ ("Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença"). A autarquia está isenta do pagamento de custas. Dispensada a remessa necessária, considerando que o valor da condenação e do proveito econômico obtido na causa é inferior a 1.000 salários mínimos (CPC, 496, § 3º, I). P. R. I.Cumpra-se.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: MÁRCIO CÉSAR OLIVEIRA LEITE (OAB 9195/AM), ADV: ANA PAULA NOGUEIRA DE SÃO MARCOS BATISTA MOURA (OAB 6677/AM) - Processo 0610538-73.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Fabio Batista - REQUERIDO: Marcelo Silva Aucar e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611193-11.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Dimaraes Braga de Lima - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, nos termos do art. 487, I do Novo Código de Processo Civil, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido constante da ação para: a) ACOLHER o pedido de revisão das faturas de energia elétrica no período de 05/2013 à 12/2017, determinando o recálculo dos valores considerando o consumo mensal de 100 KWh, sendo que caberá à Ré, para cobrar tal débito, enviar nova fatura ao Autor, com prazo de 30 dias para pagamento cada, sob pena de, enquanto não o fizer, não poder considerá-lo em mora; b) condenar a Ré a providenciar a troca do medidor de energia elétrica da unidade de consumo do Autor, às suas expensas; c) determino a exclusão do protesto referentes à fatura em revisão, oficiando-se aos órgãos mantenedores do cadastro; d) condenar a Requerida a pagar, à parte Autora, a título de indenização por danos morais, o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros legais e correção monetária correndo a partir da data de publicação desta sentença. Faculto a compensação do crédito do Autor com os débitos apurados. Condeno a Ré, por fim, ao pagamento das custas processuais, bem como dos honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (mil reais). P.I. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0611434-53.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria de Lourdes Queroes dos Santos e outro - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará em favor da Autora e ofício para transferência dos honorários ao FUNDEP. Após arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP) - Processo 0612055-89.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: JOSEFA BEZERRA LIMA e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: DANIELLY COELHO DE MOURA (OAB 13183/AM), ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM), ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0612453-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Julielza Maciel Cruz - REQUERIDA: Maria Odete de Sales Ferreira e outro - Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido e o faço para condenar as Rés ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em sanar, com mão de obra e material às suas expensas, os problemas de infiltrações e alagamentos causados no imóvel da Autora, no prazo de 60 dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), limitada, inicialmente a 30 dias. Condenar as Rés ao pagamento de danos morais de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigido do arbitramento e com juros da citação. Em razão da sucumbência, condeno as Rés ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios de 20% do valor da condenação, mas suspendo a exigibilidade por serem beneficiárias da justiça gratuita.

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0613276-68.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Odivaldo Paiva Lima - REQUERIDO: Vagildo Barbosa Couto - Retificando erro material da Decisão de fl. 293, intime-se o Autor para recolher o valor dos honorários periciais, conforme já fora decidio à fl. 284, ficando devolvido o prazo de 5 (cinco) dias para fazê-lo. Intimem-se.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0613970-37.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Deixo de homologar o acordo de fls. 221/223, em razão de já ter o processo sido extinto. Destaco que a não homologação não invalida nem inviabiliza o acordo ou sua eventual execução autônoma no caso de descumprimento. Intime-se e retornem-se os Autos ao Arquivo.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM) - Processo 0615705-42.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: AQUIM NUNES FREIRE - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se o(a) Executado(a) para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: JOSÉ ORLANDO DOMINGUES DE CASTRO (OAB 1607/AM), ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM), ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV:

CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM) - Processo 0617370-98.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Industrial - EXEQUENTE: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.- Afeam - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR de fls. 98, 102, 103 e 104 juntados aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0617398-95.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) e-RIDFT às fls. 200/202, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0617895-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0618503-05.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Seguro - REQUERENTE: Aline Cantanhede Correia e outros - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Do exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, ajuizada por Aline Cantanhede Correia, Ana Vitória Magalhães Correia, e Maria Filomena Souza Correia em face de Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, condenando as Requeridas solidariamente ao pagamento de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), com juros de 1% am da citação e correção monetária pelo INPC desde o ajuizamento da Ação. Condeno ainda as Requeridas ao pagamento de custas aos cofres do TJ/AM e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do CPC. Inclua-se a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no pólo passivo da demanda. Dê-se ainda ciência ao Ministério Público da presente Sentença, via Portal Eletrônico. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE LARA DE OLIVEIRA (OAB 20324/DF), ADV: GIOVANA TONELLO PEDRO LIMA (OAB 34777/DF), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 14839/PA) - Processo 0618952-60.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Mútua de Assistência dos Profissionais do Crea - Caixa de Assistê. - Proceda-se ao desbloqueio do veículo via Renajud. Após retornem os Autos à fila de “suspensos”. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0619032-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0619298-45.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Srb Comercio e Servicos de Materiais de Construcao Ltda - Intime-se o(a) Executado(a), por Carta, para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas de expedição da Carta, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0619417-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Cildo de Oliveira Maia - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o INSS para que se manifeste acerca da petição e documentos juntados às fls. 189/190, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: SÉRGIO PINHEIRO MÁXIMO DE SOUZA (OAB 135753/RJ) - Processo 0620103-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sul América Companhia Nacional de Seguros - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0621063-17.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Clelton de Souza Azevedo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 170/172, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0621254-28.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Manoel Nelton Freitas Meireles - Isto posto, com amparo dos dispositivos citados e argumentação expendida, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação de Busca e Apreensão proposta por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A em face de Manoel Nelton Freitas Meireles, consolidando a posse plena e definitiva do bem sub-judice, confirmando a liminar deferida e efetivada. Revogo a Decisão de fl. 136. Comunique-se à relatoria do AI 4002952-32.2019.8.04.0000 Condeno ainda o Requerido, ao ônus da sucumbência, com pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85 do CPC, restando suspensa a exigibilidade em face da Gratuidade de Justiça. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG), ADV: ISADORA CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB 163279/MG), ADV: IGOR SOARES SOUSA (OAB 158069/MG) - Processo 0621835-77.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Expeça-se Mandado de Penhora e Avaliação para o endereço indicado. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0622410-22.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas

Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) e-RIDFT às fls. 135, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0623585-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0623884-62.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LAURA MACEDO COELHO (OAB 11723/AM), ADV: FÁBIO TAVARES AMORIM (OAB 8606/AM), ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM), ADV: MARÍLIA RAMOS DE OLIVEIRA (OAB 3733/AM) - Processo 0623957-05.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Ilmacc Comercio e Servicos Postumos - REQUERIDO: Municipio de Coari - Prefeitura Municipal - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que forneça a este juízo informações como NIT, PIS e PASEP, necessárias à expedição do Precatório.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0624364-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Zelmar Pontes Seixas - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: VICTOR JOSÉ PETRAROLI NETO (OAB 978A/AM), ADV: OTONIEL QUEIROZ DE SOUZA NETO (OAB 8821/AM), ADV: ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (OAB 1013A/AM) - Processo 0624949-92.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Arthagnan Luis Fidelis Gomes - REQUERIDO: Itaú Seguros S/A - Destituo o Perito Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias, em razão do descumprimento do seu encargo. Nomeio como perita do Juízo em sua substituição a Médica Ortopedista dra. Lívia Pereira Pasqua Melo, CRM 9690-AM, devendo ser intimada para informar se aceita o encargo, e se concorda com os honorários já depositados à fls. 280/283. Cumpra-se.

ADV: POLLIANA RODRIGUES DA SILVA (OAB 9476/AM), ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0625336-44.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: EDERVAL LIMA DOS SANTOS - Proceda-se ao bloqueio e consulta de bens via Bacenjud, Renajud e Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM) - Processo 0626050-38.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: MARCOS LARA TORTORELLO (OAB 249247/SP) - Processo 0627686-34.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0610933-02.2017.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Cdl Centro de Distribuição e Log Ltda - EMBARGADO: Palhano Fomento Mercantil Ltda - Considerando o disposto na Certidão de fl. 254, intime-se a Exequente para informar se há interesse na expedição de Carta Precatória, em 10 (dez) dias, devendo, se for o caso, complementar o valor das custas.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627767-12.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos assinado por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: IZABEL COSTA FERREIRA (OAB 6537/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0628178-89.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Wave Brasil Telecom Ltda - CONSIGNADO: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Expeça-se Alvará e após retornem os Autos ao Arquivo.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM) - Processo 0629079-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Kauana Pessoa dos Santos Borges - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da

Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ROBERTO PONTES DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 9142/AM), ADV: GABRIEL WILLIAM FACHIN LIMA (OAB 8518/AM) - Processo 0629446-18.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Hilson Moreira Caxias - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud e Infojud às fls. 113/157, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246/RO) - Processo 0629773-89.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Fundo de Prevenção Ao Risco Sistema Sicoob Norte - Sicoob Frs - Com relação ao pedido de fl. 72, a Sentença de fl. 70 reconheceu a validade do ato citatório realizado por AR. Assim, não há qualquer óbice para se iniciarem as medidas executivas, considerando que na Ação Monitória a parte Requerida já é citada para pagar o débito. Assim, no caso de não apresentação de Embargos, a Sentença proferida apenas reconhece a conversão em título judicial, não sendo necessário que a parte seja chamada para pagar novamente, na forma do art. 513, §2º e 523 do CPC. Diante disto, proceda-se ao bloqueio via Bacenjud. Observe-se que as custas juntadas cobrem o ato. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0631491-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Solange Bentes da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0632122-36.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos assinado por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632823-26.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0633730-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Cleuilma Cruz Brasil - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634768-53.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando que até o momento as diligências realizadas não foram suficientes para encontrar bens penhoráveis da parte Executada, determino a suspensão do presente feito com fulcro no art. 921, III, do CPC, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido do(a) Exequente, indicadas novas medidas executórias concretas. Intime-se via DJE e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: JOÃO VICTOR CASTELLO BRANCO (OAB 9454/AM) - Processo 0634791-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raul Fernando Wallace de Carvalho - REQUERIDO: Ebazar.com.br Ltda (Mercado Livre) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição da parte requerida às fls. 210/211, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM) - Processo 0636840-08.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Fabrício dos Santos Queiroz da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0636862-66.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 111030/RJ), ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM), ADV: DANIELE DE FREITAS CORREA (OAB 9287/AM) - Processo 0637231-31.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Albert Daniel Oliveira Uchoa - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Vista ao Exequente da Petição de fls. 508/509, em 5 (cinco) dias.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0637722-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elizangela Ribeiro Cordeiro - Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se o Requerido no endereço indicado à fl. 79, por Mandado, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta. Observe-se a Gratuidade de Justiça. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0637874-23.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0642513-79.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos assinado por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0642563-08.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Selma Maria da Silva - Vista à Autora da Petição de fls. 52/120, em 5 (cinco) dias, devendo informar ainda se concorda com a inclusão do Peticionante no pólo passivo.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0643801-04.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Aldenilza Andrade - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se o(a) Executado(a) para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0644949-11.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - Vistos, Intime-se o Autor para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação contábil que comprove a condição de hipossuficiência e escassez de recursos, podendo também juntar outros documentos que entender pertinentes para este fim; ou então recolher o valor das custas iniciais, que podem ser parceladas (Portaria n° 490/2017 - PTJ), tendo em vista que a Gratuidade de Justiça não constitui mera liberalidade em favor do jurisdicionado. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0645004-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Francisco Antonio Santos Costa - Vistos, Verifico que este processo apresenta a pendência de suspeita de repetição da ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do processo nº 0607323-55.2019.8.04.0001, não vislumbro essa repetição, pois são causas diversas. Deste modo, não há que se falar em distribuição por dependência nos termos do art. 286, do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente, em atenção ao Princípio do Juiz Natural. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0645005-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Josefa Diana Benigno de Araújo - Defiro a gratuidade. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou dos réus à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de as partes rés não serem encontradas nos logradouros declinados na exordial, autorizo a pesquisa de novos endereços por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, observando-se a gratuidade de justiça deferida. Após proceda a remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renovem-se as citações. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal das demandadas, defiro, mediante prévio requerimento, a citação das partes requeridas por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que as rés, querendo, apresentem defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação das partes requeridas, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse das requeridas quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo

réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intimem-se as partes requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0645116-28.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0645134-49.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Bacenjud, Renajud e Infojud às fls. , para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0645278-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: ANA RAQUEL MARTINS PRIMO e outros - Vistos, Intimem-se os Autores para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem documentação contábil que comprove a condição de hipossuficiência e escassez de recursos, podendo também juntar outros documentos que entenderem pertinentes para este fim, ou então recolherem o valor das custas iniciais, que podem ser parceladas (Portaria n° 490/2017 - PTJ), tendo em vista que a Gratuidade de Justiça não constitui mera liberalidade em favor dos jurisdicionados. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0645443-41.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: RODRIGO AIACHE CORDEIRO (OAB 2780/AC) - Processo 0647408-20.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S.a. - REQUERIDO: Amazonia Transportes Imp e Exp Ltda - Rep. Gilson Carneiro Machado - MIRIA DA SILVA CORDEIRO e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0647464-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jones Mota Lopes - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Banco Bradesco S/A - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Oficie-se à Caixa Econômica para realizar transferência para a conta indicada. Após arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MONIQUE BARBOSA MAQUINÉ (OAB 9043/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: RODRIGO CEZAR NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 12017/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0652136-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Raimunda Maria Barbosa Maquiné - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0654430-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jefte Fontenelle Cordeiro - Pelo expendido, julgo PROCEDENTES os pedidos contidos na presente Ação Acidentária ajuizada por Jefte Fontenelle Cordeiro, a fim de condenar o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, a conceder à Autora o benefício de auxílio-doença acidentário, desde a data do requerimento (DER 31/01/2018), incidindo sobre as parcelas vencidas juros de 0,5% am e correção monetária pelo IPCA-E, a partir dos respectivos vencimentos, desconsiderando eventuais os períodos em que o Autor estava em gozo de benefícios inacumuláveis. Tendo em vista o caráter alimentar do benefício, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar a imediata implantação do benefício de auxílio-doença acidentário, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da presente, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (reais), até o limite de 10 (dez) dias-multa. Condeno ainda o INSS a providenciar para o Autor a reabilitação profissional, nos termos do art. 62 da LBP, devendo manter a concessão do auxílio-doença até esta ser efetivada, ou até que eventualmente seja concedida a aposentadoria por invalidez, a teor do parágrafo único do mesmo dispositivo. Condeno o réu ao pagamento de honorários fixados em 15% das parcelas vencidas até a sentença, conforme Súmula 111 do STJ. Isento de custas. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CLAUDIO MARA LOPES MELLO (OAB 103405/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0713778-88.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e etc., Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, fls. 203/204, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriana Barbosa Sodré Flores (OAB 4273/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alexandre Marques Silveira (OAB 120410/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista Moura (OAB 6677/AM)
Ana Rita dos Reis Petraroli (OAB 1013A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Armando Ribeiro Gonçalves Júnior (OAB 18992/SP)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 111030/RJ)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Cassiano Pires Vilas Boas (OAB 214984/RJ)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)

CLAUDIO MARA LOPES MELLO (OAB 103405/MG)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiane Lara de Oliveira (OAB 20324/DF)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Crepaldi Diaz (OAB 441/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniele de Freitas Correa (OAB 9287/AM)
Danielly Coelho de Moura (OAB 13183/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Fábio Tavares Amorim (OAB 8606/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Gabriel William Fachin Lima (OAB 8518/AM)
Giovana Tonello Pedro Lima (OAB 34777/DF)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Igor Soares Sousa (OAB 158069/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isadora Cardoso de Oliveira (OAB 163279/MG)
Izabel Costa Ferreira (OAB 6537/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Victor Castello Branco (OAB 9454/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
José Orlando Domingues de Castro (OAB 1607/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Laura Macedo Coelho (OAB 11723/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 139482/SP)
Márcio César Oliveira Leite (OAB 9195/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos Lara Tortorello (OAB 249247/SP)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Mota Acioly (OAB 175A/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Marília Ramos de Oliveira (OAB 3733/AM)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michele Freitas Corrêa (OAB 3348/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
MONIQUE BARBOSA MAQUINÉ (OAB 9043/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Paschoalotto (OAB 108911/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 14839/PA)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Otoniel Queiroz de Souza Neto (OAB 8821/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Polliana Rodrigues da Silva (OAB 9476/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246/RO)
Roberto Pontes do Nascimento Júnior (OAB 9142/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Aiache Cordeiro (OAB 2780/AC)
Rodrigo Cezar Nascimento Ribeiro (OAB 12017/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Pinheiro Máximo de Souza (OAB 135753/RJ)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vanessa Pizarro Rapp (OAB 196126/SP)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
Victor José Petraroli Neto (OAB 978A/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0205/2019

ADV: MARCUS DI FABIANNI FERREIRA LOPES (OAB 358A/AM), ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: FABIANA CAROLINE SILVA (OAB 8019/AM), ADV: DIEGO DOS SANTOS RAMOS (OAB 12503/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CALIL MOURÃO (OAB 4035/AM), ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0028893-40.2005.8.04.0001 (001.05.028893-9) - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Cometais Comércio de Metais Ltda - REQUERIDA: Digital Training Informática Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM), ADV: MARIA DO CARMO SEFFAIR LINS DE

ALBUQUERQUE (OAB 4039/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0239011-18.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0250637-05.2008.8.04.0001) (001.10.239011-9) - Cumprimento de sentença - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Leandro Seffair Lins de Albuquerque - EMBARGADO: Unipar Construtora S.A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM), ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM) - Processo 0253760-11.2008.8.04.0001 (001.08.253760-8) - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Alael Nacimento Miranda Júnior - REQUERIDO: Elane Angela de Castro e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM) - Processo 0253912-59.2008.8.04.0001 (001.08.253912-0) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Carla Martins Silva - ME (LUBRICAR) - REQUERIDO: David Raik do Nascimento Rodrigues - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0601322-93.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LOHANA SOARES ADRIANO PEREIRA (OAB 218362/RJ), ADV: BRUNO AUGUSTO DUARTE LOURENÇO (OAB 201215/RJ) - Processo 0603399-70.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Afonso Celso Senna Costa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0607231-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Gladson Saltao Maues - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CHARLES LUIZ EVANGELISTA SOUZA (OAB 589A/AM) - Processo 0609147-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jaiti Marcio Barreto Barata - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLA DA PRATO CAMPOS (OAB 156844/SP), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM) - Processo 0610159-40.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: JOÃO DE OLIVEIRA E SOUZA - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: PAULO AUGUSTO GRECO (OAB 119729/SP) - Processo 0612391-83.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: Innova S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÍDIA NAYARA ELIS RABELO DE OLIVEIRA (OAB 13156/AM), ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR) - Processo 0612754-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Larissa Vasconcelos de Souza e outros - REQUERIDO: Viação São Pedro Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ ROBERTO LOPES CAÚLA (OAB 8151/AM) - Processo 0615344-59.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Roberto Lopes Caúla - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0615472-45.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0617885-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0618939-27.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com

o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: AMILCAR AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 1450/AM) - Processo 0620224-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amilcar Augusto Cesar de Carvalho, representante legal de "Ceasar Participações Ltda". - REQUERIDO: Miquéias de Oliveira Atem - Waldir Duarte Alecrim e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM) - Processo 0620548-21.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM) - Processo 0622138-28.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: I C Comercio de Veiculos Ltda - Me (Cavalo de Aco Veiculos) e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o executado/embargante para adequar os Embargos à Execução na forma da lei vigente.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROQUE DE ALMEIDA LIMA (OAB 7216/AM), ADV: RONNY ONETI LIMA (OAB 13040/AM) - Processo 0622536-72.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Carlos Sérgio Gomes Picanço - Vistos. Tendo em vista a manifestação da parte requerente, às fls. 115, onde pleiteia a reexpedição de alvará para o levantamento de valores em nome da atual patrona, a Dra. Neyla Amanda Meireles Saraiva OAB/AM 10561, determino a Secretaria para que proceda com a consulta de saldo atualizada em conta vinculada ao feito. Em resposta positiva, reexpeça-se o competente alvará na forma requerida, tornando sem efeito o expediente de fls. 114. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: RONNY ONETI LIMA (OAB 13040/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROQUE DE ALMEIDA LIMA (OAB 7216/AM) - Processo 0622536-72.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Carlos Sérgio Gomes Picanço - Em consulta ao sítio eletrônico da Caixa Eletrônica, verifica-se que o Valor Ativo das contas judiciais vinculadas ao feito se encontra zerado. Destarte, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de tal fato, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0624744-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Adney Amorim de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0628637-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Wanderleia do Nascimento Costa - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0629472-50.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0630676-27.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Rcl Comércio de Produtos Alimentícios - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0632445-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Marcos Antonio da Costa - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem

como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632870-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Daniel de Carvalho Lima - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves nº 64 Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0632993-66.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0633293-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Edilson Maciel Lopes - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 00800 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634147-90.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0635068-49.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0636668-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Djeimison Fellipe Rodrigues Batalha - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no

prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 12/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637171-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Edilson de Paiva Tavares - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 11/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0637817-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, bem como o resultado da consulta ao sistema RENAJUD, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM), ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM), ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM) - Processo 0645492-82.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: Pmz Distribuidora S.a. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0645559-47.2017.8.04.0001 - Monitória - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Supermercados DB Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: YNGRID VENTILARI DE FIGUEIREDO BEZERRA (OAB 4658/AM) - Processo 0646031-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Micael José Prata Ferreira - REQUERIDO: Aliança Incorporadora Ltda. e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento de fls. 94/96 , no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB 1450/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bruno Augusto Duarte Lourenço (OAB 201215/RJ)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carla da Prato Campos (OAB 156844/SP)
Charles Luiz Evangelista Souza (OAB 589A/AM)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
Diego dos Santos Ramos (OAB 12503/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)
Fabiana Caroline Silva (OAB 8019/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
José Carlos Calil Mourão (OAB 4035/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
José Roberto Lopes Caúla (OAB 8151/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karla Maia Barros (OAB 6757/AM)
Lídia Nayara Elis Rabelo de Oliveira (OAB 13156/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Lohana Soares Adriano Pereira (OAB 218362/RJ)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (OAB 358A/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque (OAB 4039/AM)

Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Augusto Greco (OAB 119729/SP)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Ronny Oneti Lima (OAB 13040/AM)
Roque de Almeida Lima (OAB 7216/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Yngrid Ventilari de Figueiredo Bezerra (OAB 4658/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0251/2019

ADV: CARLOS HENRIQUE COSTA DE SOUZA (OAB 5712/AM), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: MARIA DE JESUS FERREIRA CORRÊA (OAB 10252/CE), ADV: MARCELO DE QUEIROZ RANGEL (OAB 16376/CE), ADV: FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES (OAB 1192/AM), ADV: FABRÍCIO FROTA MARQUES (OAB 6444/AM) - Processo 0202168-88.2009.8.04.0001 (001.09.202168-0) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: JLN - Material de Construção - REQUERIDO: Transportes Rodrigo Ltda - LITSPASSIV: Aço Cearense Comercial Ltda - Aliança Navegação e Logística Ltda - Ante a inércia das partes, não havendo qualquer manifestação de prosseguimento, conforme certidão de fls.263, determino a baixa e arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0203002-86.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0218584-63.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Banco Itau S/A - Cuida-se de cobrança ajuizada por Banco Itau S/A, já qualificado nos autos, contra Guaglianone Sirotheau Ltda, também qualificado na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 266/268, que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea "b" do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: CAMILA CASTRO DE ALENCAR (OAB 13045/AM), ADV: JOEL CUESTA TÉLLES (OAB 3584/AM) - Processo 0223581-45.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0610634-93.2015.8.04.0001) (processo principal 0610634-93.2015.8.04.0001) - Oposição - Imissão - REQUERENTE: FRANCISCO LEOTINO GOMES DE ALENCAR - REQUERIDO: E.J.R.G.A. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 25/26, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: ADRIANA FREITAS DE MATTOS (OAB 11236/AM), ADV: LUIZ JOSÉ LOPES PESSÔA (OAB 1075/AM) - Processo 0242429-61.2010.8.04.0001 (001.10.242429-3) - Cumprimento de sentença - Posse - EXEQUENTE: Adriana Freitas de Matos - EXECUTADA: Maria Braga de Oliveira - Compulsando aos autos, verifico que o renunciante não juntou comprovante de comunicação de sua renúncia ao mandante, conforme determina o art. 112 do CPC. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o renunciante para que comprove a comunicação ao mandante, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600091-65.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0600660-95.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: ROBERTO SOARES SIZA JUNIOR - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca dos cálculos apresentados de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LIDIANE DA SILVA ROQUE (OAB 12702/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: LIDIANE DA SILVA ROQUE (OAB 161799/MG) - Processo 0603293-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Otoni Moreira de Mesquita - REQUERIDO: Engeco - Engenharia e Construções Ltda - Dê-se vista dos autos à parte ré para que se manifeste e tome ciência do pedido de fls.101. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0603925-13.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reivindicação - EXEQUENTE: Juliana Chaves Coimbra Garcia - EXECUTADA: MERIAN RABELO MACHADO - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca de petição em fls.633 e 634, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0604878-35.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Cuida-se ação em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por Banco Bradesco Financiamentos S/A, já qualificado nos autos, contra Gilson Pereira Angelo, também qualificado na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 166/168, que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea "b" do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-

se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0605944-08.2017.8.04.0015 (apensado ao processo 0611643-22.2017.8.04.0001) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josilane Gomes Vieira - REQUERIDA: Wanderlene Lima Ferreira Lungareze - Isto posto, EXTINGO o processo SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO com relação à ação de cobrança e indenização por danos materiais, com fulcro no art. 485, VI do Código de Processo Civil, e PROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Condeno, ainda, a ré ao pagamento das custas processuais, bem como honorários advocatícios na proporção que 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2° do CPC. Após o trânsito em julgado desta ação, arquive-se e dê-se baixa. P.R.I.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609947-82.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0610095-93.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: M J COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTE LTDA ME NOSSO POSTO - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0612752-08.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB A739/AM) - Processo 0614236-63.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (OAB 1290A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0616407-85.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO J. SAFRA S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM), ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/RS), ADV: VINICIUS MARTINS DUTRA (OAB 930A/AM) - Processo 0616920-53.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Fundação de Crédito Educativo - FUNDACRED - EXECUTADA: Lucilene Macêdo dos Santos e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 109/122, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM), ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM), ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM) - Processo 0617740-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Educac - Centro de Educação Continuada e de Qualificação Profissional do Amazonas Ltda. Epp - REQUERIDO: Norte Comercial Distribuidora de Medicamentos Ltda Epp - Averbo-me suspeito para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do § 1º do artigo 145 do CPC. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto nos artigos 7º e 9º da resolução nº 23/2010doTJAM. Cumpra-se.

ADV: DAYLA BARBOSA PINTO (OAB 8179/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: WALDENIR DE SOUZA VIEIRA (OAB 4479/AM) - Processo 0617962-35.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0600340-40.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Souzas Consultoria e Auditoria Contabil - Eireli - EMBARGADO: E. Bezerra de Oliveira - Me - Em assim sendo, exauridas as oportunidades do mencionado saneamento, percebo que a petição inicial não preencheu os requisitos do art. 320 c/c 321, do CPC, mormente o referente ao pagamento das custas processuais, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do que dispõe o art. 485, inc. I, c/c 330, IV, e 321, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil. Deixo de condenar em custas processuais a parte requerente. Igualmente entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Sem recurso adequado da presente decisão, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA ROCHA ASFOR (OAB 26894/CE), ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA) - Processo 0622747-79.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: MARIA DE FATIMA SOEIRO DO NASCIMENTO - REQUERIDA: DARLETE ALVES SOEIRO - Cuida-se de ação possessória, ajuizada por MARIA DE FATIMA SOEIRO DO NASCIMENTO, já qualificado nos autos, contra DARLETE ALVES SOEIRO, também qualificado na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio do Termo de Audiência de fls. 181/182, que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea “b” do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: FELIPE ALMEIDA FERREIRA (OAB 10271/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0623720-34.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Chirleno Manoel dos Santos Maia - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - A teor do exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular da relação processual, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Condeno a parte autora em custas processuais e honorárioas advocatícios em 10% sobre o valor atualizado da causa. Entretanto, fica suspensa a exigibilidade para tanto, nos termos do artigo 98, §3º, do CPC. Transitada em

julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Publique-se.Registre-se. Intime-se

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0624045-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP), ADV: ALBÉRIO DO VALE LOPES PEIXOTO (OAB 12464/AM) - Processo 0625332-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM) - Processo 0626150-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: George Lucas Alencar Dias - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Averbo-me suspeito para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do § 1º do artigo 145 do CPC. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto nos artigos 7º e 9º da resolução nº 23/2010doTJAM. Cumpra-se.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0626561-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Lucidalva da Silva Gomes - Com efeito, e tendo em conta o benefício recebido pelo autor é de natureza previdenciária, JULGO EXTINTO o presente processo sem resolução do mérito nesta Justiça, nos termos do artigo 485, inciso IV, do CPC. Em face ao artigo 109, inciso I, da CF, declino a competência para o processo e julgamento desta ação em favor da Justiça Federal. Findo o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição e remetam-se os autos ao Juízo competente. Intimem-se

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: KELLY DE SOUZA CORDEIRO (OAB 20087/DF), ADV: ALACID COÊLHO SILVA (OAB 3878/AM), ADV: CELERINO LEITE JÚNIOR (OAB 6481/AM) - Processo 0628768-42.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Juros de Mora - Legais / Contratuais - REQUERENTE: NORTH VISION SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS E COMÉRCIO LTDA ME - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Intime-se o perito nomeado para manifestar-se sobre a possibilidade de redução de seus honorários periciais. Esclareço ainda que, o ônus do pagamento da perícia fica a cargo do requerido, conforme definido anteriormente às fls.251, 255 e ratificado às fls.251, razão pela qual torno sem efeito o despacho de fls.297 somente no que diz respeito o pagamento dos honorários de forma pro rata, mantendo no mais o despacho tal como lançado. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0628807-29.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajós - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos com cumprimento parcial, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629700-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Inglide Maria Franco de Menezes - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0630347-15.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, em face da ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM), ADV: FRANCISCA LOUREIRO DE SOUZA (OAB 8343/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0632262-41.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Maria Isabel Lopes da Silva - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S,A - Tendo o devedor satisfeito a obrigação que desencadeou a atuação jurisdicional e a constituição do próprio título executivo, JULGO EXTINTO O PROCESSO na forma do art. 924, II do CPC. Determino a expedição de alvará para levantamento do valor devido aos autores, conforme pedido de fls 243. Custas pagas às fls.149. Transitada esta em julgado, proceda-se a baixa atinente e posterior arquivamento dos autos, com as cautelas legais. P. R. I.

ADV: ANA CLÁUDIA MEDEIROS DE AQUINO (OAB 6712/AM), ADV: DAVID AZULAY BENAYON (OAB 8688/AM) - Processo 0632715-36.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazon Compressores Comércio e Serviços de Equipamentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632860-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Consuelo de Jesus Souza - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0633609-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Walterly Souza da Silva - Cuida-se de busca e apreensão, ajuizada por Itaú Unibanco S/A, já qualificado nos autos, contra Walterly Souza da Silva, também qualificado na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 108/109, que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea

"b" do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: INGRID KELLY G. COSTA (OAB 7081/AM), ADV: EDLENI MARIA LOUREIRO PEREIRA (OAB 7346/AM), ADV: EDLENI MARIA LOUREIRO PEREIRA (OAB 7346/AM), ADV: LUCIANA APARECIDA TOZZATTO DE ALMEIDA (OAB 113713/SP) - Processo 0634497-78.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: LUCIANA APARECIDA TOZZATTO DE ALMEIDA - EXECUTADO: José Herculano Bandeira de Melo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls. 161/163, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0634828-21.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Silva e Pimentel Logística e Serviço de Transportes Ltda - Defiro o pedido de fls.54. Expeça-se Mandado de Citação ao endereço ali indicado para fins de citação da empresa executada na pessoa de seu representante legal, Sr. Everton Teixeira Sousa. Cumpra-se ainda a determinação de bloqueio no RENAJUD, conforme Despacho de fls.40.

ADV: JÉSSICA DE VERÇOSA MELLO (OAB 10240/AM), ADV: MARITZA VALÉRIA TAVARES DIBO (OAB 12139/AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM) - Processo 0635419-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: R.T.V. - REQUERIDO: R.N.S. e outro - Vistos, etc. Na precisa hipótese dos autos a autora é beneficiária da justiça gratuita, portanto, conforme a Portaria 1.233/2012 o pagamento dos honorários do perito será efetuado pelo Tribunal de Justiça do Amazonas. Assim, em consonância com o artigo 6º da referida Portaria, o Tribunal de Justiça do Amazonas arcará com o pagamento dos honorários do experto até o limite de R$ 1.000,00 (mil reais), valor este que fixo como verba honorária. Ante a necessidade de perícia, nos termos do art. 370 do CPC, nomeio como perito deste Juízo o Dr. Wellmon Lima de Souza, Médico, CRM 4117, com endereço na Rua 08, nº 28B, Ed. Nápoles, Apto nº 601, Conjunto Tropical - Parque 10, CEP 69055-747, e-mail wellmonsouza@yahoo.com.br, o qual deverá ser intimado para informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se aceita o encargo e adotar as medidas necessárias à realização do exame pericial, conforme art. 465, § 2° do CPC. Intimem-se os litigantes para, em 15 (quinze) dias, arguirem o impedimento/suspeição do perito nomeado, se for o caso; indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos, querendo, nos termos do art. 465, §1°, I, II e III do CPC. Após, intime-se o perito e assistentes, se indicados, para a efetivação da perícia informando a data e local em que poderá realizar a perícia judicial. Em ato contínuo, deve o(a) Autor(a) ser encaminhado(a) à perícia. Assinalo o prazo máximo de 60 dias, contados da realização da perícia, para a entrega do laudo em Juízo (art. 465 do CPC). As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer, nos termos do art. 477, §1° do CPC. Transitada em julgada a presente demanda, expeça-se o competente alvará judicial em favor do perito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP) - Processo 0635904-80.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, em face da ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0637387-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Yamaha Administradora de Consórcios Ltda - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Oficie-se à Central de Mandados para que seja intimado o Sr. Oficial de Justiça a fim de que devolva o Mandado n. 001.2019/112910-1, sem cumprimento. Custas pagas. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, em face da ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0639476-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, em face da ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0640175-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Paulo Jose Duarte de Souza - REQUERIDA: Delliany Carla Adriano Leite - Renato Pereira Rodrigues - Averbo-me suspeito para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do § 1º do artigo 145 do CPC. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto nos artigos 7º e 9º da resolução nº 23/2010doTJAM. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0642157-55.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Pss - Seguridade Social - CONSIGNADA: Maria Angelica Madureira Freitas, - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) consignante(s) para que se manifeste(m) acerca da manifestação da parte consignada, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 670A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0651820-91.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, em face da ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0654450-23.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, em face da ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP) - Processo 0657141-10.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, em face da ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: JESSICA MACIEL PASSOS (OAB 13808/AM), ADV: ADILSON JOSÉ DA COSTA ALMEIDA FILHO (OAB 11094/AM) - Processo 0660318-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Felipe Silva de Azevedo - Firme nessas razões, percebo o desinteresse do autor em dar prosseguimento ao presente processo, razão pela qual EXTINGO-O SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Por fim, CONDENO o autor em custas e honorários advocatícios. Estes últimos estabeleço em 10% sobre o valor da condenação, ex vi do art. 85, §§ 2º e 3°, do CPC. Todavia, tendo em vista que a mesma

é beneficiária da justiça gratuita nos termos do disposto no art. 98, § 3° do CPC, ressalto que as obrigações decorrentes da sua sucumbência, ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações da beneficiária. Transitada esta em julgado, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos.

ADV: LEONARDO ALVES CANUTO (OAB 355791/SP) - Processo 0661272-28.2018.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Púb. Federais Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0702758-03.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: SILAS ARAÚJO LIMA (OAB 1738/TO), ADV: ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 8200B/PA), ADV: ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 1207A/AM), ADV: BRUNA CAROLINE BARBOSA PEDROSA (OAB 18292/PA), ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM), ADV: IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 5533/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM) - Processo 0711180-64.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco da Amazônia - REQUERIDO: Jose Carlos Lacerda e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0714246-52.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: DÉBORAH LOUREIRO OHANA LAVAREDA (OAB 4643/AM), ADV: MAICY BATISTA FONSECA (OAB 6374/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0715541-27.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: André Lavareda Fonseca - EXECUTADO: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Cuida-se de ação de indenização ajuizada por André Lavareda Fonseca, já qualificado nos autos, contra Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda e Patrimônio Construções e Empreednimentos Imobiliários Ltda, também qualificado na peça vestibular, a qual encontra-se em fase de cumprimento de sentença. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 909/914, que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea "b" do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adilson José da Costa Almeida Filho (OAB 11094/AM)
Adriana Freitas de Mattos (OAB 11236/AM)
Alacid Coêlho Silva (OAB 3878/AM)
Albério do Vale Lopes Peixoto (OAB 12464/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB A739/AM)
Ana Cláudia Medeiros de Aquino (OAB 6712/AM)
Ana Paula Rocha Asfor (OAB 26894/CE)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Brenno Cazemiro Câmara (OAB 13168/AM)
Bruna Caroline Barbosa Pedrosa (OAB 18292/PA)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Castro de Alencar (OAB 13045/AM)
Carlos Henrique Costa de Souza (OAB 5712/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Celerino Leite Júnior (OAB 6481/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
David Azulay Benayon (OAB 8688/AM)
Dayla Barbosa Pinto (OAB 8179/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Déborah Loureiro Ohana Lavareda (OAB 4643/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Edleni Maria Loureiro Pereira (OAB 7346/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 670A/AM)
EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Fabrício Frota Marques (OAB 6444/AM)
Felipe Almeida Ferreira (OAB 10271/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibanez (OAB 1290A/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francisca Loureiro de Souza (OAB 8343/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Nascimento Marques (OAB 1192/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Igson de Oliveira Andrade (OAB 5533/AM)
Ingrid Kelly G. Costa (OAB 7081/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)

Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Jéssica de Verçosa Mello (OAB 10240/AM)
Jessica Maciel Passos (OAB 13808/AM)
Joel Cuesta Télles (OAB 3584/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Kelly de Souza Cordeiro (OAB 20087/DF)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Alves Canuto (OAB 355791/SP)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lidiane da Silva Roque (OAB 161799/MG)
Lidiane da Silva Roque (OAB 12702/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
LUCIANA APARECIDA TOZZATTO DE ALMEIDA (OAB 113713/SP)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz José Lopes Pessôa (OAB 1075/AM)
Maicy Batista Fonseca (OAB 6374/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Marcelo de Queiroz Rangel (OAB 16376/CE)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria de Jesus Ferreira Corrêa (OAB 10252/CE)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Maritza Valéria Tavares Dibo (OAB 12139/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 1207A/AM)
Roberto Bruno Alves Pedrosa (OAB 8200B/PA)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Silas Araújo Lima (OAB 1738/TO)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Vinícius Martins Dutra (OAB 69677/RS)
VINICIUS MARTINS DUTRA (OAB 930A/AM)
Waldenir de Souza Vieira (OAB 4479/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0260/2019

ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM) - Processo 0217544-65.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: A.B. - Em virtude do cumprimento da diligência, determino a remessa dos autos ao juízo deprecante. À Secretaria para as medidas de praxe. Cumpra-se.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0221935-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Arlete Rodrigues da Silva - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: MÁRCIA REJANE DA COSTA LIMA (OAB 9636/AM), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE) - Processo 0600218-32.2016.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Marluce Braga de Menezes - REQUERIDO: Vera Cruz Seguradora S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM), ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE) - Processo 0600399-96.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Big Eletro da Amazonia Ltda. e outro - Defiro parcialmente pedido de fls. 780/792. Em se tratando do pedido de penhora do faturamento das empresas nas quais o executado José Francisco é possuidor de quotas, este não encontra repouso na legislação pátria, haja vista que, conforme art. 835, X, CPC, este instituto se aplica tão somente a empresas que sejam devedoras, o que não se caracteriza no presente caso. Em contrapartida, não há impedimentos para tal procedimento com relação às empresas JF Comércio de Móveis e Eletrônicos Eireli e Big Eletro da Amazônia LTDA, assim, a penhora sobre faturamento encontra esteio em nosso sistema jurídico nos artigos 835, X e 866, § 3º, do Código de Processo Civil, sendo admitida de forma excepcional quando presentes os seguintes requisitos enumerados pela jurisprudência do STJ: (i)comprovada inexistência de outros bens passíveis de garantir a execução ou sejam os indicados de difícil alienação; (ii)nomeação de administrador (arts.863 e 869, Caput, do CPC), ao qual incumbirá a apresentação das formas de administração e pagamento; (iii)fixação de percentual que não inviabilize a atividade econômica da empresa; Nessa esteira, tratando-se de hipótese excepcional, em que não existem outros bens indicados pelo devedor ou pelo credor para a constrição, necessário se mostra que a penhora não comprometa a solvabilidade do devedor, restringindo-se ao percentual que viabilize a manutenção da atividade empresária, prestigiando-se o princípio da função social da empresa e da menor onerosidade. Além disso, impõem-se a nomeação de administrador e a apresentação de plano de pagamento, com a atribuição de submeter à aprovação judicial a forma de efetivação da constrição, bem como de prestar contas mensalmente, entregando ao exequente as quantias recebidas, a fim de serem imputadas no pagamento da dívida, nos termos do art. 863, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Sobre o tema manifestou-se o Superior Tribunal de Justiça: TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. PENHORA SOBRE O FATURAMENTO DA EMPRESA. MEDIDA EXCEPCIONAL. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NOS ARTS. 677 E 678 DO CPC. EXCLUSÃO DA MULTA POR AUSÊNCIA DE CARÁTER

PROCRASTINATÓRIO. RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM. 1. A jurisprudência desta Corte possui entendimento pacificado no sentido da possibilidade de a penhora incidir sobre o faturamento da empresa, em casos excepcionais, desde que preenchidos os seguintes requisitos: (a) inexistência de bens passíveis de constrições, suficientes a garantir a execução, ou, caso existentes, sejam bens de difícil alienação; (b) nomeação de administrador (arts. 678 e 719, caput, do CPC), ao qual incumbirá a apresentação da forma de administração e do esquema de pagamento; (c) fixação de percentual que não inviabilize o próprio funcionamento da empresa. Precedentes. 2. In casu, depreende-se da literalidade do acórdão recorrido que a penhora de faturamento teve tratamento equivalente a de dinheiro. Assim, não tendo o Tribunal a quo se utilizado das condições firmadas pela jurisprudência desta Corte para, somente em caso excepcionais, quando preenchidos cumulativamente os requisitos, deferir penhora sobre o faturamento da empresa, impõe-se o retorno dos autos para que a penhora sobre o faturamento obedeça aos requisitos fixados pela jurisprudência deste Tribunal Superior. 3. Não configurado o intuito protelatório do recurso, uma vez que a ora recorrente buscava adequação do julgado, nos exatos termos desta decisão, há que ser reconhecida a ofensa aos arts. 17, 18, do CPC, com a consequente exclusão da multa imposta de 15% sobre o valor do débito. 4. Recurso especial provido para determinar o retorno dos autos ao Tribunal a quo, a fim de que a penhora sobre o faturamento obedeça aos requisitos fixados pela jurisprudência deste Tribunal Superior. (STJ - REsp: 1086514 RJ 2008/0190592-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 27/10/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/11/2009) Com efeito, defiro a penhora sobre o faturamento das empresas executadas, nos termos do art.835, X e 866, § 3º , ambos do CPC, razão pela qual nomeio o senhor FERNANDO ANTÔNIO FERREIRA MACEDO, CRC/AM-011212/O-8, como administrador-depositário. Intime-se o nomeado, preferencialmente via eletrônica, f_afm@yahoo.com.br, para que diga, no prazo de 10(dez) dias, se tem interesse em atuar como administrador-depositário, bem como para que indique, em igual prazo, proposta de honorários, esclarecendo que estes deverão incluídos no quantum penhorado, obedecido o plano de administração a ser elaborado, mas antecipados pela parte exequente, nos termos do art.95 c/c art.771, ambos do CPC/2015. Ademais, expeça-se mandado de citação da empresa MD Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Eireli para, querendo, responder a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, após a comprovação, no prazo de 5 (cinco) dias, do pagamento das custas das diligências do Oficial de Justiça, conforme valores constantes na Portaria nº116/2017-PTJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/2015. Por fim, à secretaria para que expeça a certidão requerida consoante art. 828, CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9080/AM), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: LUCIANA CLAUDIA MAIA DE O. GURGEL (OAB 13292/AM) - Processo 0601078-62.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Maria Hormalici de Souza Martins - EXECUTADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, etc. Cuida-se de exceção de pré-executividade oposta por Banco Bradesco Financiamentos S/A contra Maria Hormalici de Souza Martins. Sustentou o excipiente: (i) que a obrigação de fazer foi devidamente cumprida pelo banco, face o deferimento da nova obrigação de fazer, através de depósito judicial; (ii) que os valores depositados nos autos foram feitos após o seu vencimento e impediu a atualização do contrato e emissão de novos boletos das parcelas subsequentes; (iii) que não foi objeto da obrigação de fazer entabulada na sentença a emissão de boleto para pagamento das parcelas vincendas; (iv) que não houve intimação do banco para cumprir a obrigação de fazer. No mais, apresentou proposta de acordo. Ao final, pugnou pela concessão de efeito suspensivo, com o respectivo afastamento da multa ou subsidiariamente a sua redução. Manifestação da excepta às fls.290/300.. É o essencial. Decido. De início, entendo cabível a oposição da exceção de pré-executividade, uma vez que a tese de inexequibilidade do título se insere entre as hipóteses em que é dado ao juízo conhecer de ofício, além de carecer de dilação probatória. Todavia, ao contrário do que defende o excipiente, denota-se que este efetivamente criou entrave ao cumprimento da obrigação, uma vez que nunca efetuou a emissão dos boletos para pagamento das parcelas vencidas, consoante determinado na sentença, sendo que os depósitos judicias realizados pela excepta apenas demonstram o seu interesse no cumprimento da obrigação. Nesse contexto, é indiscutível que após o reconhecimento da falta de pressuposto processual para a propositura da ação de busca e apreensão, com a consequente restituição do veículo, era de se esperar, por questão lógica, a continuidade da relação contratual com a emissão dos boletos do finaciamento. Ademais, é inoportuna a tese de falta de cooperação da excepta na resolução do litígio pelo fato de não ter aderido ao acordo proposto pelo excipiente, na medida em que a falta de cooperação processual decorreu em verdade da própria conduta deste que poderia ter emitido os boletos desde o início, mas preferiu protelar uma obrigação que emergia naturalmente da sentença. Comporta registar ainda que os valores depositados no autos foram efetuados após o vencimento em virtude de conduta atribuível à própria excipiente que deixou de emitir os boletos. Aliás, nem se diga que a obrigação do excipiente de emitir os boletos restou substituída pelos depósitos da excepta, uma vez que não havia incompatibilidade entre as obrigações. Assim, reputar que a excepta deu causa à mora e no mínimo uma deslealdade processual, uma vez que esta se prontificou a suprir a inércia do excipiente na emissão dos boletos, tendo esta sim dando causa à mora. Certo é, como antes asseverado, que a emissão de boletos das parcelas vincendas mostrava-se como consequência natural da sentença, verdadeira obrigação implícita que sequer demandaria determinação deste juízo. Dessa forma, é notório que houve claro descumprimento da decisão nesse ponto a justificar o arbitramento e a majoração da multa. Todavia, assiste razão ao excipiente no tocante à incidência da multa diária, tendo em vista a falta de intimação pessoal, o que conduz à inexigibilidade da multa aplicada. A questão se encontra pacificada no STJ. É o que dispõe Súmula 410: “Súmula 410: A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer”. Nesse contexto, a intimação do procurador não é suficiente para exigir o pagamento da multa fixada, sendo imprescindível a intimação pessoal do devedor, conforme orientação da Súmula, que na hipótese, não ocorreu. Ademais, nada a prover sobre o valor da multa, tendo sido fixada com razoabilidade e proporcionalidade, incapaz de gerar enriquecimento ilícito. Nesse esteira, incabível modificar o valor da multa ou excluí-la na hipótese, sem a comprovação de que o excipiente cumpriu a obrigação ou a menos apresentou justa causa para o descumprimento. De outro lado, entendo prejudicada a questão relativa à transferência do veículo, uma vez que a excipiente comunicou o cumprimento da obrigação. A teor do exposto, ACOLHO PARCIALMENTE a exceção de pré-executividade para reconhecer a inexequibilidade da multa arbitrada e majorada, devendo-se reiterar a intimação pessoal do executado/excipiente, preferencialmente pela via eletrônica, para cumprir a decisão interlocutória de fls.238, cujo o teor transcrevo: “Concedo o prazo improrrogável de 05(cinco) dias úteis para que a executada comprove a transferência do veículo, sob pena de incorrer em multa diária que majoro em R$1.000,00. De igual modo, concedo o prazo de 15(quinze) dias úteis para que a executada emita e colacione aos autos os boletos bancários das parcelas restantes do financiamento, sem juros e multa, nas mesmas datas de vencimento previstas contratualmente, deduzido o valor das parcelas já depositadas em juízo e ainda não levantadas pela instituição financeira, sob pena de incorrer na mesma multa acima fixada”. Condeno a excepta ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art.85, §2º, do CPC, suspensa e exigibilidade em razão da gratuidade de justiça. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0601855-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francirene da S B Anunciacao - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo

legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0604988-63.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO RAFAEL LÓPEZ ALVES (OAB 56563/RS), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0606814-95.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Darsonia Batista Barreira - EXECUTADO: Sabemi Seguradora S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte impugnante para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha o preparo referente à impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0607753-12.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$8.635,26, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0608016-39.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0611859-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marcos Antonio Cerqueira - REQUERIDO: Alzelir Feitosa Pereira - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação de cobrança que Marcos Antonio Cerqueira ajuiza em face de Alzelir Feitosa Pereira. Aduz em suas razões ter o seu veículo abalroado pela ré, resultando prejuízos acima de seis mil reais. Ao final, requer a condenação da demandada ao adimplemento da quantia susomencionada, acrescida de juros e correção monetária. Devidamente citada para responder aos termos da presente ação, a requerida deixou transcorrer in albis o prazo de sua manifestação, consoante demonstra a certidão de fls.120. Às fls.39, decisão interlocutória no sentido de proferir julgamento antecipado da lide. Vieram os autos conclusos para sentença. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Dos autos emerge a ausência de contestação da requerida aos termos da presente ação de cobrança, circunstância essa que, por corolário, deverá acarretar sobre si os efeitos da revelia, consistente na presunção de veracidade dos fatos assacados pela autora na prefacial, ex vi do artigo 344 do Código de Processo Civil. Sobre o tema, colaciono os seguintes ensinamentos de Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery: Efeitos da Revelia. Verificada a revelia, dela decorrem os seguintes efeitos: a) a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor na petição inicial; b) desnecessidade de o revel ser intimado dos atos processuais subsequentes. Impende ressaltar, que malgrado a ausência de defesa na espécie, a ocorrência dos efeitos de tal instituto não importará em julgamento automático da procedência do pedido, entendendo-se, portanto, que a presunção de veracidade decorrente da revelia não é absoluta e insuperável. Isso porque, a ideia de presunção de veracidade decorrente da revelia do adversário somente poderá produzir todos os efeitos quanto a fatos revestidos de credibilidade ou verossimilhança. No caso dos autos, aventa o requerente ter tido seu carro abalroado pelo veículo da requerida, fato ocorrido em março de 2017. Malgrado naquela ocasião o condutor do automóvel da ré tenha se comprometido a arcar com os prejuízos, acabou por homiziar-se de todos os chamados do requerente. As provas coligidas aos autos dão estofo à pretensão, tais como boletim de ocorrência, fotos e orçamentos de reparo do veículo. Nesse espeque, as provas coligidas aos autos dão conta de que a pretensão entabulada pela parte autora é pertinente e verossímil, motivo pelo qual deve a requerida ser compelida ao pagamento da quantia devida. Quato ao dano moral este não se deflagra automaticamente do ato lesivo, devendo o autor conformar os desdobramentos danosos que vieram a afetar a sua psique, o que não foi feito a contento. Ademais, acidentes automobilísticos são fatos corriqueiros do dia a dia de uma metrópole, não podendo ser fonte por si só da aludida pretensão indenizatória. III-DISPOSITIVO Com base nas razões retro alinhavadas, JULGO PROCEDENTE o pedido de indenização material, para condenar a parte requerida ao pagamento de R$6.766,95, incidindo sobre esta verba juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da data do evento danoso (data do acidente). Julgo improcedente o pedido de indenização moral. Condeno ainda a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este

arbitrados em 10% sobre o valor da condenação, na forma do que preconiza o artigo 85,§2º do Código de Processo Civil. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Publique-se.Intime-se.Cumpra-se.

ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: MARLUCE BRAGA DE MENEZES (OAB 8652/AM) - Processo 0613447-64.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Tukano Viagens e Turismo Ltda - REQUERIDA: TAM Linhas Aéreas S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0615029-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adalberto Ramos Magalhães - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, etc. Cuida-se de ação revisional de débitos inten

ADV: JOSÉ DA ROCHA FREIRE (OAB 3768/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: LARISSA MONTENEGRO DE MEDEIROS (OAB 12196/AM) - Processo 0616721-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Miriam Maciel da Silva Cabral - TERCEIRA: Miriam Maciel da Silva Cabral - Sílvia Maria Montenegro Freire - Torne-se sem efeito a decisão de fls.164, uma vez que pertence ao embargos de terceiro em apenso. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CHARLES DA SILVA RIBEIRO (OAB 23291/PR) - Processo 0617971-94.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Serilon Brasil Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM) - Processo 0618868-64.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Valeria Mesadri Pezzetta - O feito submete-se ao cumprimento de sentença, devendo os executados serem intimados para pagar o débito, na forma do art.523 do CPC. Ademais, cabe à exequente elaborar demonstrativo discriminado e atualizado do débito, atendendo aos requisitos do art. 524 do CPC. Assim, determino a intimação da exequente, através de seu patrono, para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, memória discriminada e atualizada do débito, na forma do dispositivo supracitado. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CHRISTINA FERREIRA FRAZÃO DA SILVA (OAB 6924/AM), ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM), ADV: RODRIGO SOUZA LACONI (OAB 9292/AM) - Processo 0619537-83.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lourival Ferreira do Carmo - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Expeça-se ofício à Presidência do Tribunal de Justiça, requisitando-lhe o pagamento dos honorários periciais (R$ 1.000,00) do expert Marcelo Frassei, na forma da Portaria nº 1.233/2012. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0620065-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Francisca do Rosario Viriato Viana - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.297/331 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ANDREIA JACOB DE SOUZA (OAB 4870/AM), ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM) - Processo 0620661-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gabriela Soares Leão - REQUERIDO: My Way Idiomas Ltda - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (111/128) e documentos às Pág.(s) (129/191).

ADV: RENATA BARROSO VIEIRA (OAB 11230/AM) - Processo 0621157-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aricilvio Correia Vieira - Vistos, etc. Cuida-se de ação de obrigação de fazer intentada por Aricilvio Correia Vieira em face de Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a suspensão dos descontos referente à contribuição extraordinária instituída pelo fundo previdenciário. Decido. Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. De acordo com o artigo 21 da Lei Complementar 109 /2001, o plano de equacionamento pauta-se pelo princípio da solidariedade, de modo que o resultado deficitário, independente dos motivos que causaram o desequilíbrio do plano, deve ser equacionado por meio de contribuições tanto dos patrocinadores, como dos participantes e assistidos, com vistas ao restabelecimento do equilíbrio atuarial. A situação apresentada nos autos se revela delicada, de modo que a concessão de uma tutela de urgência, objetivando a suspensão das taxas extras, se mostra desaconselhável, mormente em razão do autor não ter demonstrado que o Plano de Equacionamento da Petros tenha sido proposto em desobediência ao regramento previsto na Lei Complementar 109 /2001 e na Resolução 26 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar. Em sendo assim, tem-se que uma decisão contrária ao que foi deliberado para implemento do referido plano de equacionamento, nessa fase de cognição rasa, implicaria, na verdade, no comprometimento de todo o sistema atuarial e, via de consequência, resultaria em prejuízos ainda mais graves aos participantes. A esse respeito, veja-se o seguinte julgado: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PETROS. PLANO DE EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT. DECISÃO AGRAVADA QUE DEFERE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA PARA SUSPENDER O PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA. DECISUM QUE ATUA NA CONTRAMÃO DOS REQUISITOS NO ART. 300 DO CPC. ALTO RISCO DE DANO INVERSO, ISTO É, DE MALOGRO DA RECONSTITUIÇÃO DAS RESERVAS GARANTIDORAS DOS BENEFÍCIOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 21 DA LC Nº 109/2001. QUESTÃO QUE DEMANDA APROFUNDAMENTO DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA E DO CONTRADITÓRIO, O QUE CERTAMENTE NÃO PODE SER ALCANÇADO EM SEDE DE TUTELA DE URGÊNCIA. DEFERIMENTO DE PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR INCIDENTAL À ACP [SLS 2507], RESTABELECENDO A COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA INTEGRAL, QUE IMPULSIONA A REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. (TJ-RJ - AI: 00207999820198190000, Relator: Des(a). MYRIAM MEDEIROS DA FONSECA COSTA,

Data de Julgamento: 12/06/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL). E: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO INTERNO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PREVIDÊNCIA PRIVADA. PETROS. PLANO DE EQUACIONAMENTO. CONTRIBUIÇÃO. DECISÃO DEFERINDO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PARA SUSPENDER O DESCONTO PREVIDENCIÁRIO ADICIONAL, COM O FIM DE COBRIR DÉFICIT DO PLANO PPSP. DECISÃO REFORMADA. - A pretensão autoral é a de suspensão do pagamento das contribuições extraordinárias relativas ao Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros - Diante da patente controvérsia estabelecida no âmbito desta Corte acerca do tema em questão, restou deflagrado procedimento de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, processado sob o nº 0026581-23.2018.8.19.0000 - Em que pese a instauração do referido incidente, os casos de urgência que podem ser apreciados, como ressalvado no corpo do acórdão - A Lei Complementar nº 109/01 dispõe em seu artigo 21 que o resultado deficitário nos planos de entidade fechada será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições - Autorização legal específica que permita a imposição de contribuições extraordinárias para suprir déficit existente no plano de previdência privada firmado - Entidade de previdência privada que encontra-se com déficit atuarial, sendo imprescindível para a manutenção de seu equilíbrio financeiro que não se rompa o plano de equacionamento derivado do Termo de Ajustamento de Conduta entre a PETROS e a PREVIC, elaborado considerando premissas que contavam com a contribuição da totalidade de participantes e assistidos pelo prazo máximo permitido de 18 anos - Cálculo atuarial para a consecução do plano feito levando-se em consideração as contribuições tal qual estão sendo realizadas no presente momento e sua redução demanda a necessidade de prévio estudo, isto é, recálculo, o que certamente não pode ser alcançado em sede de tutela de urgência - Inegável perigo de dano inverso na manutenção da decisão proferida pelo Juízo a quo. Decisão reformada para indeferir, por ora, a tutela antecipada. PROVIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREJUDICADO O AGRAVO INTERNO. (TJ-RJ - AI: 00706885520188190000, Relator: Des(a). MARIA HELENA PINTO MACHADO, Data de Julgamento: 17/07/2019, QUARTA CÂMARA CÍVEL) Ante o exposto, INDEFIRO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC. Assim, determino que seja oficiado o respectivo órgão para que proceda com a determinação. O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade de justiça e a tramitação prioritária, na forma do art.1.048, I, do CPC. Cite(m)-se preferencialmente por meio eletrônico. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0622352-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bagplastic Embalagens Plásticas Eireli - Epp - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 181 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626779-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar na carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: JOSÉ DA ROCHA FREIRE (OAB 3768/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: LARISSA MONTENEGRO DE MEDEIROS (OAB 12196/AM) - Processo 0628749-94.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0616721-94.2017.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - EMBARGANTE: Silvia Maria Montenegro Freire - EMBARGADA: Miriam Maciel da Silva Cabral - Vistos, etc. Indefiro o pedido de fls. retro, visto que a ausência em audiência de conciliação não acarreta a extinção do processo. Outrossim, constato que os comprovantes de apagamento do saldo devedor do imóvel perante a Caixa encontram-se ilegíveis. Diante da controvérsia entre as partes em que ambas assumem o pagamento das parcelas perante a Caixa Econômica, atribuo o ônus da prova à embargante quanto a essa afirmação. Ao juiz é permitido, conforme as peculiaridades do caso, atribuir a uma das partes o ônus de provar algum fato (§ 1º do artigo 373 do CPC). Em razão da facilidade da embargante em produzir a prova e verificando que poucos extratos foram juntados em contrapartida aos diversos extratos trazidos pela autora/embargada no processo principal, tenho que esse é o melhor caminho para a resolução da lide. Os comprovantes e uma planilha deverão ser apresentados em quinze dias, sob pena de ser considerados como não pagos pela embargante. Cumprida a determinação, intime-se a embargada para se manifestar em quinze dias sobre os novos documentos. Na inércia, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0630678-94.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0632134-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Sebastião Paz da Silva - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 60295/PR) - Processo 0632317-50.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0632540-37.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia

S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória de fls.125/128.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0633079-37.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0057927-65.2002.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGADO: Banco do Brasil S/A - Intime-se o embargado, na pessoa de seu patrono, para que, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 920, I, CPC/2015. Indefiro o pedido de efeito suspensivo, visto que não colmatados os requisitos do art. 919, §1º, CPC/2015. Decorrido o prazo legal, com ou sem resposta do embargado, remetam-se os autos à contadoria para elaboração, no prazo de 10(dez) dias, da planilha do débito que instrui a execução de título extrajudicial em apenso, a fim de se verificar eventual excesso de execução. Após, voltem-me os autos imediatamente conclusos para deliberação. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: FABIO HOELZ DE MATOS (OAB 147798/SP) - Processo 0635686-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Apa. Comércio de Móveis Ltda. - Epp - REQUERIDO: Elgin Industrial da Amazônia Ltda - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (97/104) e documentos às Pág.(s) (105/114).

ADV: JOÃO ROBERTO DOS ANJOS FILHO (OAB 12389/AM) - Processo 0636438-24.2019.8.04.0001 - Monitória - Locação de Móvel - REQUERENTE: Diego Simões da Silva Eireli - Me (Vip Automotive Service) - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ERIKA NAIANA D'AQUINO PIRES (OAB 590A/AM), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0637297-45.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Luso Sporting Club - Intime-se a parte executada, por meio de edital, a fim de que esta, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias, manifeste-se sobre o bloqueio de valores realizado às fls.148/149, conforme art.854, §3º, CPC. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da intimação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para manifestação da executada, nos termos do artigo 231, IV, CPC. Decorrido o prazo para a manifestação da parte executada, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a consulta realizada às fls. retro, bem como para requerer o que entender de direito. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, III do CPC. A outro turno, verifico que o bloqueio realizado às fls.148/149 não foi suficiente para satisfazer o quantum debeatur. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome dos executados, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0637626-52.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM), ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: KELLY VANESSA GURGEL MEDINA (OAB 1946E/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM) - Processo 0639633-22.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direitos da Personalidade - EXEQUENTE: Ruan Alves de Araújo - EXECUTADO: Fato Amazonico Agencias de Noticias Ltda - Me - Elcimar Freitas Guimarães - Vistos, etc. Cuida-se de impugnação a penhora em dinheiro feita pelo executado Ruan Alves de Araújo, alegando impenhorabilidade por se tratar de verba salarial. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Como é sabido o Código de Processo Civil veda a penhora sobre os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal (artigo 833, IV do CPC). Todavia o Superior Tribunal de Justiça tem dado uma interpretação restritiva ao dispositivo quando, em situações excepcionais, a retenção de percentual preserve o Mínimo Existencial do devedor e de sua família, ainda que não se trate de crédito de caráter alimentar: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. ART. 649 DO CPC/1973. EXCEÇÃO IMPLÍCITA À REGRA DE IMPENHORABILIDADE. PENHORABILIDADE DE PERCENTUAL DOS VENCIMENTOS. BOA-FÉ. MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA. 1. Caso em que o acórdão recorrido consignou que o salário, soldo ou remuneração são absolutamente impenhoráveis, nos termos do art. 649, IV, do CPC/1973 (833, IV, do CPC/2015). 2. A Corte Especial do STJ, recentemente, por maioria, adotou o entendimento de que a regra geral da impenhorabilidade de salários, prevista no Código de Processo Civil, pode ser excepcionada quando for preservado percentual capaz de dar amparo à dignidade do devedor e de sua família (EREsp 1.582.475/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe 16/10/2018). Conforme consignado na ementa da orientação vencedora: "A interpretação dos preceitos legais deve ser feita a partir da Constituição da República, que veda a supressão injustificada de qualquer direito fundamental. A impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. tem por fundamento a proteção à dignidade do devedor, com a manutenção do mínimo existencial e de um padrão de vida digno em favor de si e de seus dependentes. Por outro lado, o credor tem direito ao recebimento de tutela jurisdicional capaz de dar efetividade, na medida do possível e do proporcional, a seus direitos materiais. 4. O processo civil em geral, nele incluída a execução civil, é orientado pela boa-fé que deve reger o comportamento dos sujeitos processuais. Embora o executado tenha o direito de não sofrer atos executivos que importem violação à sua dignidade e à de sua família, não lhe é dado abusar dessa diretriz com o fim de impedir injustificadamente a efetivação do direito material do exequente. 5. Só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes". 4. Recurso Especial provido para afastar a conclusão acerca da impenhorabilidade absoluta dos soldos, determinando o retorno dos autos à origem, para que o Tribunal regional prossiga no julgamento do feito, como entender de direito. (REsp 1730317/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 11/03/2019) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE 30% DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EXCEPCIONAL POSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DA TEORIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. REQUERIMENTO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO NA HIPÓTESE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O Tribunal de origem adotou solução em consonância com a jurisprudência do STJ, segundo a qual é possível, em situações excepcionais, a mitigação da impenhorabilidade dos salários para a satisfação de crédito não alimentar, desde que observada a Teoria do Mínimo Existencial, sem prejuízo direto à subsistência do devedor ou de sua família, devendo o Magistrado levar em consideração as peculiaridades do caso e se pautar nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 2. Nos casos em que o recurso especial não é admitido com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida, demonstrando-se que outro é o entendimento jurisprudencial desta Corte. 3. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovimento do agravo interno em votação unânime. A condenação da parte agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não se verifica na hipótese ora examinada. 4. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1386524/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 28/03/2019) Na hipótese sob exame, o executado recebe em valores líquidos cerca de R$ 4.015,57 (quatro mil, quinze reais e cinquenta e sete centavos) mensalmente. Firmado em tais premissas, reputo suficiente a penhora de 10% (dez por cento) sobre o montante considerado como salário, percentual que garante o pagamento da execução e atende a Teoria do Mínimo Existencial. Cancele-se a ordem de bloqueio, procedendo a transferência apenas da parte penhorável (R$ 401,15). Outrossim, diante da notícia que o executado trabalha no setor público, determino a penhora mensal de dez por cento sobre seus vencimentos, devendo o órgão empregador (SEAD - Secretaria de Estado da Administração e Gestão) proceder com o bloqueio diretamente na folha de pagamento até atingir o montante de R$ 5.749,85 (cinco mil, setecentos e quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), saldo este que deverá ser atualizado com base na Portaria nº 1855/2016. Para tanto, intime-se o credor para informar, em cinco dias, agência e conta para o órgão depositar o crédito. Após, à secretaria para emitir ofício para a SEAD - Secretaria de Estado da Administração e Gestão. Impende ressaltar que a parte exequente ficará responsável por imprimir, enviar e protocolar o respectivo ofício, conforme dispõe, §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0640497-60.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0645858-24.2017.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Baracho Comercio de Veiculos Ltda Me e outros - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO a transação celebrada (fls.394/396), para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, na forma do art.487, III, "b" c/c art.354, Caput, do NCPC. As partes ficam dispensadas das custas, na forma do artigo 90 § 3º do CPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0640802-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Marilei Ramos dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Cuida-se de ação intentada por Marilei Ramos dos Santos em face de Banco Bradesco S/A, com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a suspensão dos descontos a titulo de Cesta Fácil Econômica. Decido. Nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. Verifica-se que estamos diante de suposta cobrança indevida, visto que a instituição financeira tem feito cobranças a título de tarifa de serviços na conta corrente da parte autora sem prévia autorização. A probabilidade do direito se encontra evidenciada pelo fato de que o consumidor pode a qualquer momento manifestar sua intenção em cindir a relação, ainda que se demonstre a celebração regular no curso do processo e os pedidos sejam julgados improcedentes. Quanto ao dano irreparável, a demora na prestação jurisdicional a fim de conceder a tutela poderá prejudicar a parte requerente, em razão dos sucessivos descontos que comprometem sua renda familiar. Ademais, no que concerne a tutela de urgência, verifico que possível a reversibilidade da medida, sendo pleito que se refere somente a suspensão de descontos. Ante o exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de que se proceda com a SUSPENSÃO dos descontos a título "CESTA UNIVERSITÁRIA/CESTA FÁCIL ECONÔMICA". O descumprimento dessa medida acarretará multa de R$500,00 (quinhentos reais) reais a cada desconto, até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade de justiça. Cite(m)-se preferencialmente por meio eletrônico. Intime(m)-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0642809-04.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias I - Vistos, etc. Cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$5.311,29), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa e custas processuais, conforme o art. 827 do CPC/2015. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a)s executado(a)s. Faça-se constar da carta executiva que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 15(quinze) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 15(quinze) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 15(quinze) dias. Expeça-se a referida carta

de citação. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0644702-30.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Consórcio - REQUERENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - Vistos, etc. Cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$5.371,67), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Expeça-se a referida carta após a comprovação, no prazo de 15 (quinze) dias, do pagamento das custas de emissão da carta com aviso de recebimento pelo(a) exequente, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/15. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a)s executado(a)s. Faça-se constar na carta que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 15(quinze) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 15(quinze) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 15(quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644764-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 10 (dez) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644828-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 10 (dez) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELA FERREIRA LUZ (OAB 14592/AM) - Processo 0644857-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Santina Gomes Xavier - Vistos, etc. Cuida-se de Procedimento Comum Cível intentada por Maria Santina Gomes Xavier em face de Banco BMG S/A, com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a suspensão dos descontos em seu contracheque. Decido. Nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco

ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. No que se refere à probabilidade do direito alegado, verifica-se que estamos diante de suposta cobrança indevida, decorrente da violação ao dever efetivo de informação (art.6º, do CDC), uma vez que a parte autora teria contrato empréstimo consignado e não cartão de crédito consignado e apesar do longo tempo e quantia vultuosa derivada de descontos mensais no seu contracheque até o momento a instituição não promoveu a quitação da dívida. O requisito do dano irreparável também resta presente no caso, pois a demora da prestação jurisdicional acarretará comprometimento da renda da parte autora em virtude dos descontos supostamente indevidos. Ademais, verifico ser possível a reversibilidade da medida, uma vez que a tutela restringe-se apenas a suspender os descontos afirmados indevidos. Ante o exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de determinar que a parte ré proceda com a IMEDIATA SUSPENSÃO DOS DESCONTOS no contracheque da parte autora, à título de "BMB CARTÃO 10, CÓDIGO 6306". Fica a parte autora responsável, de forma acessória, por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício junto à SEAD, devendo juntá-la aos autos no prazo de 10(dez) dias), conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade de justiça. Cite(m)-se preferencialmente por meio eletrônico. Intime(m)-se.

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0644996-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Alcenir Joao de Sant Anna - Vistos, etc. Cuida-se de Procedimento Comum Cível intentada por Alcenir Joao de Sant Anna em face de Banco Pan S/A, com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a suspensão dos descontos em seu contracheque. Decido. Nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. No que se refere à probabilidade do direito alegado, verifica-se que estamos diante de suposta cobrança indevida, decorrente da violação ao dever efetivo de informação (art.6º, do CDC), uma vez que a parte autora teria contrato empréstimo consignado e não cartão de crédito consignado e apesar do longo tempo e quantia vultuosa derivada de descontos mensais no seu contracheque até o momento a instituição não promoveu a quitação da dívida. O requisito do dano irreparável também resta presente no caso, pois a demora da prestação jurisdicional acarretará comprometimento da renda da parte autora em virtude dos descontos supostamente indevidos. Ademais, verifico ser possível a reversibilidade da medida, uma vez que a tutela restringe-se apenas a suspender os descontos afirmados indevidos. Ante o exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de determinar que a parte ré proceda com a IMEDIATA SUSPENSÃO DOS DESCONTOS no benefício previdenciário da parte autora (NIT:114.09176.08-2), à título de "EMPRÉSTIMO SOBRE A RMC, CÓDIGO 217". Fica a parte autora responsável, de forma acessória, por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício junto à INSS, devendo juntá-la aos autos no prazo de 10(dez) dias), conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade de justiça. Cite(m)-se preferencialmente por meio eletrônico. Intime(m)-se.

ADV: WELLINGTON GUIMARÃES BENTES (OAB 6828/AM), ADV: ELISA OLIVEIRA DA SILVA BENTES (OAB 11261/AM), ADV: CHARLES BACCAN JÚNIOR (OAB 2823/RO), ADV: HÉLIDA GENARI BACCAN (OAB 2838/RO) - Processo 0645055-41.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Haza Construções de Edifícios Ltda - Me - REQUERIDO: Dotto Comércio e Servicos Eireli - Me - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que compareçam nesta Unidade, caso queiram, a fim de que possam fazer cópia de CD-ROM com oitiva de testemunhas (fls. 266), bem como cumpram o despacho de fl. 262, que concedeu o prazo comum para apresentação de alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0645094-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Fabriela Silva Marques - Vistos, etc. Trata-se de ação de complementação de indenização de seguro obrigatório proposta por Fabriela Silva Marques contra o Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente aos honorários periciais, a Secretaria fica autorizada a expedir o respectivo alvará ou a transferência para conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0645099-89.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Fundação Getúlio Vargas - Fgv - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo

ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 10 (dez) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0645279-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antônio Sacramento Lisboa Filho - Vistos, etc. Cuida-se de Procedimento Comum Cível intentada por Antônio Sacramento Lisboa Filho em face de Banco Bonsucesso Consignado S/A, com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a suspensão dos descontos em seu contracheque. Decido. Nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá “quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”. Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. No que se refere à probabilidade do direito alegado, verifica-se que estamos diante de suposta cobrança indevida, decorrente da violação ao dever efetivo de informação (art.6º, do CDC), uma vez que a parte autora teria contrato empréstimo consignado e não cartão de crédito consignado e apesar do longo tempo e quantia vultuosa derivada de descontos mensais no seu contracheque até o momento a instituição não promoveu a quitação da dívida. O requisito do dano irreparável também resta presente no caso, pois a demora da prestação jurisdicional acarretará comprometimento da renda da parte autora em virtude dos descontos supostamente indevidos. Ademais, verifico ser possível a reversibilidade da medida, uma vez que a tutela restringe-se apenas a suspender os descontos afirmados indevidos e impedir a negativação do nome do autor nos cadastros restritivos e crédito. Ante o exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de determinar que a parte ré proceda com a IMEDIATA SUSPENSÃO DOS DESCONTOS no contracheque da parte autora, à título de “OLÉ BONSUC.CARTÃO, CÓDIGO 5886”, bem como abstenha-se de inscrever o nome do autor nos cadastros de inadimplentes, sob pena de incorrer em multa diária de R$200,00 até o limite de R$10.000,00. Fica a parte autora responsável, de forma acessória, por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício junto à SEAD, devendo juntá-la aos autos no prazo de 10(dez) dias), conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: “A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.” O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Defiro a gratuidade de justiça. Cite(m)-se preferencialmente por meio eletrônico. Intime(m)-se.

ADV: HÉLIO YAZBEK (OAB 168204/SP) - Processo 0645413-35.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Vistos, etc. Cuida-se de ação de despejo por falta de pagamento c/c cobrança de aluguéis e acessórios intentada por

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: ALESSANDRA VANESSA LIMA ARCANJO (OAB 13470/AM) - Processo 0650878-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Keila Maria Ferreira de Brito - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.213/220, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALDO RAPHAEL MOTA DE OLIVEIRA (OAB 11865/AM) - Processo 0652948-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andrea da Silva Xavier Pinto - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para que se manifeste(m) acerca da devolução de carta precatória da Comarca de Sarandi/PR, com cumprimento negativo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALAN CARLOS VASCONCELOS AGUIAR (OAB 13538/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: PEDRO DA SILVA GONÇALVES (OAB 13144/AM) - Processo 0660331-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Eliana Timóteo da Silva - REQUERIDO: Natura Cosméticos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.49/51, no prazo de 05 (cinco) dias.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Carlos Vasconcelos Aguiar (OAB 13538/AM)
Aldo Raphael Mota de Oliveira (OAB 11865/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alessandra Vanessa Lima Arcanjo (OAB 13470/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andreia Jacob de Souza (OAB 4870/AM)
ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Charles Baccan Júnior (OAB 2823/RO)
Charles da Silva Ribeiro (OAB 23291/PR)
Christina Ferreira Frazão da Silva (OAB 6924/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cristiane Moraes de Oliveira (OAB 9080/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Elisa Oliveira da Silva Bentes (OAB 11261/AM)
Erika Naiana D’Aquino Pires (OAB 590A/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Fabio Hoelz de Matos (OAB 147798/SP)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)

Hélida Genari Baccan (OAB 2838/RO)
Hélio Yazbek (OAB 168204/SP)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jackson William de Lima (OAB 60295/PR)
João Rafael López Alves (OAB 56563/RS)
João Roberto dos Anjos Filho (OAB 12389/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José da Rocha Freire (OAB 3768/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
KELLY VANESSA GURGEL MEDINA (OAB 1946E/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Larissa Montenegro de Medeiros (OAB 12196/AM)
LUCIANA CLAUDIA MAIA DE O. GURGEL (OAB 13292/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcela Ferreira Luz (OAB 14592/AM)
Márcia Rejane da Costa Lima (OAB 9636/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maria Socorro Araújo Santiago (OAB 1870/CE)
Marluce Braga de Menezes (OAB 8652/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pedro da Silva Gonçalves (OAB 13144/AM)
Renata Barroso Vieira (OAB 11230/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Rodrigo Souza Laconi (OAB 9292/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wellington Guimarães Bentes (OAB 6828/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0161/2019

ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM) - Processo 0606306-18.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Antonia Fernandes de Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0608888-88.2018.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERIDA: MARIA SILVIA LOPES DE LIMA e outros - Defiro os pedidos de fls. 562/563. À Secretaria para providências. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0610602-25.2014.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Especial (Constitucional) - REQUERENTE: Lorena Teixeira da Silva - Venham-me os autos conclusos para sentença, nos moldes da Decisão de fl. 142. Intime-se Cumpra-se.

ADV: ANA MARIA BEZERRA PINHEIRO (OAB 5052/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ROLNEY JOSE FAZOLATO (OAB 1369B/RJ), ADV: HELOIZA PENALBER LÔBO PEREIRA (OAB 9027/AM), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM) - Processo 0617120-31.2014.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERIDO: Banco Alvorada S.A - Real Certeza Empresa de Materiais de Construcoes Ltda e outro - Decisão. Diante do exposto, ACOLHO A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA para determinar a EXCLUSÃO DO BANCO ALVORADA S/A DA LIDE, declarando contra este encerrada a fase de conhecimento processual, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VI, do CPC. e HOMOLOGO o reconhecimento do pedido constante da exordial para declarar incorporado ao patrimônio da Expropriante o imóvel situado na Avenida Campos Salles, Bairro Campos Salles, declarado de utilidade pública pelo Decreto nº 28.636 de 22.05.09, que delimita seus limites e confrontações (fl.09). Por conseguinte, encerrada a fase de conhecimento do processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "a", do CPC. Honorários advocatícios pela Expropriada que, em razão do reconhecimento do pedido, arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais). Custas e despesas processuais, inclusive honorários periciais, pela Expropriada, na forma da lei. Após a publicação, proceda-se ao levantamento, pela Expropriada, do valor remanescente relativo ao montante indenizatório depositado em juízo (vide fls. 75). P.R.I

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM) - Processo 0620199-18.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: SEBASTIÃO COUTINHO DE LIMA e outros - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: MARA INEZ RIBEIRO DE LIMA (OAB 6449/AM) - Processo 0633195-82.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - REQUERENTE: DILCYLENE SOUZA MACIEL - DECISÃO. Por todo o exposto, conheço dos embargos porque propostos em obediência ao art. 1.023 do Código de Processo Civil, ACOLHENDO-OS, a fim de suprir a omissão apontada pelo Embargante e, no mérito da Impugnação de fls. 1244/1314, REJEITÁ-LA para considerar devidas as diferenças do período compreendido entre a data de prolação da sentença e o efetivo ajuste dos proventos do Requerente (outubro/2018), nos moldes da fundamentação. Honorários de sucumbência pela Impugnante fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre o excesso apontado (art. 85, §§1º e 2º, do CPC). Custas pela Impugnante, isenta, nos termos da lei. Decorrido in albis o prazo recursal, encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para mera atualização do cálculo de fls. 1230/1233, segundo os mesmos critérios adotados pelo Estado do Amazonas, OBSERVANDO, todavia, que o valor dos honorários sucumbenciais da fase de conhecimento (fl. 1233) deve ser dividido em partes iguais, em cálculos separados, entre os dois Executados. Após, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos e, caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. P.R.I.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM) - Processo 0633412-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: Guilherme de Andrade Antoniazzi - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido relativo ao dano material, por reconhecer o direito do Autor ao percebimento das diferenças remuneratórias existentes entre janeiro/2015 a dezembro/2017, quando deveria ter passado a integrar a 4ª classe, por força

da imposição legal expressa na Lei Estadual nº 3.722/12, acrescidas de correção monetária e juros de mora, nos moldes da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I, do CPC. Honorários advocatícios pelo Requerido, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Custas pelo Requerido, isento na forma da lei. P.R.I.

ADV: MOISES DO MONTE SANTOS (OAB 142674 / MG) - Processo 0641025-89.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Zetrasoft Ltda. - Notifique-se a autoridade coatora (art. 7°, I, da Lei 12.016/09). Dê-se ciência da impetração do presente writ ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (art. 7°, II, da Lei 12.016/09). Decorrido o prazo para apresentação das informações, retornem os autos do processo conclusos para apreciação da liminar requerida. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0645578-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Férias - REQUERENTE: Conceição Mercedes Lopes da Silva - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0646010-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Em consulta à Central Eletrônica de Integração e Informações - CEI/AM, disponibilizada pela ANOREG/AM, verifica-se que o óbito do sr. José Roberto Costa Viana foi registrado perante o 6º Ofício de Registro Civil da Capital. Assim, determino a intimação da referida Serventia Extrajudicial, via portal eletrônico do e-SAJ e malote digital, para que encaminhe a este Juízo, no prazo de 5 (cinco) dias, cópia da certidão de óbito do sr. José Roberto Costa Viana, RG 3055936-7 SSP/AM. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0646253-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Rosélia Rodrigues Alves Brasileiro - Decisão. Diante do exposto, RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO do pleito correspondente ao período anterior a outubro/2013, em relação aos quais declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC. JULGO PROCEDENTES os pedidos de indenização de férias relativas aos períodos aquisitivos de 2011 a 2015, por terem os contratados temporários assegurados os direitos sociais que foram constitucionalmente estendidos aos servidores públicos, nos termos da fundamentação. JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de FGTS e multa, pois a eventual irregularidade na contratação temporária não tem o condão, por si só, de alterar a natureza jurídica da relação administrativa firmada entre a parte Requerente e o Requerido, a ponto de assegurar-lhe verbas típicas de vínculo regido pela CLT, conforme ventilado na fundamentação. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, por não reconhecer dano indenizável a esse título na conduta estatal. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução de mérito, consoante o artigo 487, I, do CPC. Diante da sucumbência recíproca, fixo os honorários advocatícios, pelas partes, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor que, respectivamente, sucumbiram, ressaltando que, em relação à parte Requerente, esse ônus fica com a exigibilidade suspensa pelo prazo legal, por conta da gratuidade judicial deferida (fl.226). Custas pela parte Requerente, das quais fica isenta, na forma da lei. Deixo de submeter a sentença ao reexame necessário, a teor do que dispõe o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM) - Processo 0652508-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sheila Maria Serrão Gama Neves - Decisão. Diante do exposto, RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO do pleito correspondente ao período anterior a novembro/2013, em relação aos quais declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC. JULGO PROCEDENTES os pedidos de 13º salário proporcional de 2016 e das férias proporcionais de 2016, considerando-se a data da dispensa em novembro/2016 (fls. 103/105), por terem os contratados temporários assegurados os direitos sociais que foram constitucionalmente estendidos aos servidores públicos, nos termos da fundamentação. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização do salário de 2016, uma vez que devidamente pago (fl.105), nos moldes da fundamentação. JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de FGTS e multa, pois a eventual irregularidade na contratação temporária não tem o condão, por si só, de alterar a natureza jurídica da relação administrativa firmada entre a parte Requerente e o Requerido, a ponto de assegurar-lhe verbas típicas de vínculo regido pela CLT, conforme ventilado na fundamentação. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, por não reconhecer dano indenizável a esse título na conduta estatal. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução de mérito, consoante o artigo 487, I, do CPC. Diante da sucumbência recíproca, fixo os honorários advocatícios, pelas partes, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor que, respectivamente, sucumbiram, ressaltando que, em relação à parte Requerente, esse ônus fica com a exigibilidade suspensa pelo prazo legal, por conta da gratuidade judicial deferida (fl.28). Custas pela parte Requerente, das quais fica isenta, na forma da lei. Deixo de submeter a sentença ao reexame necessário, a teor do que dispõe o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM), ADV: MARCELO DE FIGUEIREDO ARRUDA (OAB 4505/AM), ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM) - Processo 0653103-52.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Adjudicação - REQUERENTE: Latino Ind. e Com. Ltda. - LITSPASSIV: Z de O Bessa & Cia Ltda - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte embargada para que diga, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos declaratórios opostos, tendo em vista os efeitos infringentes perseguidos (Art. 1023, §2° c/c Art. 183, caput, do CPC). Intime-se.

ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM) - Processo 0654502-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: E.P.C. - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido relativo ao dano material, por reconhecer o direito do Autor ao percebimento das diferenças remuneratórias existentes entre janeiro/2015 a dezembro/2017, quando deveria ter passado a integrar a 4ª classe, por força da imposição legal expressa na Lei Estadual nº 3.722/2012, acrescidas de correção monetária e juros de mora, nos moldes da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I, do CPC. Honorários advocatícios pelo Requerido, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Custas pelo Requerido, isento na forma da lei. P.R.I.

Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Ana Maria Bezerra Pinheiro (OAB 5052/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antonio Jose Tavares Barbosa (OAB 10068/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Heloiza Penalber Lôbo Pereira (OAB 9027/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Mara Inez Ribeiro de Lima (OAB 6449/AM)
Marcelo de Figueiredo Arruda (OAB 4505/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Moises do Monte Santos (OAB 142674 /MG)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Mylene Costa Maciel Façanha (OAB 4835/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
ROLNEY JOSE FAZOLATO (OAB 1369B/RJ)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0145/2019

ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: ELIANA LEITE GUEDES (OAB 4313/AM), ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: RAIMUNDO FRÂNIO DE ALMEIDA LIMA (OAB 439/AM), ADV: RICARDO CARVALHO PAIXÃO (OAB 3742/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM), ADV: TAHILA FERNANDA DE CARVALHO MEM (OAB 10389/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: EDNILSON PIMENTEL MATOS (OAB 001.799/AM), ADV: DIEGO D'AVILLA CAVALCANTE (OAB 6905/AM), ADV: DANIELLE VASCONCELOS CORRÊA LIMA LEITE (OAB 3337/AM), ADV: DANIEL ANTÔNIO DE AQUINO NETO (OAB 176831/SP), ADV: ANTÔNIO DIONYSIO CARVALHO PAIXÃO (OAB 147A/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: ADELAIDE DA COSTA NOVO ANTONY (OAB 1361/AM), ADV: VITOR FABIAN SOARES CIPRIANO (OAB 6019/AM), ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM), ADV: IVAN NOGUEIRA COSTA NOVO (OAB 2543/AM), ADV: JEAN PIERRE BESSA (OAB 440A/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: LEONARDO LEMOS DE ASSIS (OAB 6497/AM), ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM), ADV: HELDER ARAÚJO BARBOSA (OAB 4444/AM), ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: FLÁVIO CORDEIRO ANTONY (OAB 1040/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM) - Processo 0009069-32.2004.8.04.0001 (001.04.009069-9) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Paulo Carlos de Carli - REQUERIDO: Dr. Carlos Eduardo de Souza Braga e outros - José Carlos de Souza Braga - Afonso Lobo Moraes - Eliane Corrêa Gentil - Juarez Paulo Tridapalli - Maria José Silva de Aquino - José Elcy Barroso Braga - Maria Jose Araujo Calmont - Heraldo Lucas Melo - Maria de Lourdes de Moraes Buzaglo - Indra Mara dos Santos Bessa - Dr. Francisco Ferreira da Silva Sobrinho - Frans Marinho de Alcantara - Maria Lenize Tapajós Maués - José Bernardo da Encarnação Neto - Luiz Gonzaga da Silva Junior - Valdenor Pontes Cardoso - Mauricio Cardoso Ribeiro - Antônio Carlos Rodrigues Fernandes - Ubiracy Bezerra de Araujo - Estado do Amazonas - EXECUTADO: Estado do Amazonas - Embora regularmente intimado, o executado não procedeu ao pagamento voluntário do crédito, motivo pelo qual sobre a quantia exequenda deverá incidir multa de 10% e honorários de 10%, na forma do § 1º, do art. 523, do Código de Processo Civil. Assim, proceda-se ao bloqueio do valor via BacenJud.

ADV: LUIZ CARLOS DA SILVA SAMPAIO (OAB 000.983/AM), ADV: MARIA DA GLÓRIA AMAZONAS CAVALCANTI (OAB 615/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM), ADV: RÔMULO SARMENTO DOS REIS (OAB 5435/AM), ADV: ROBERTA FERREIRA DE ANDRADE (OAB 2334/AM), ADV: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR (OAB 3626/AM) - Processo 0016171-42.2003.8.04.0001 (001.03.016171-2) - Cumprimento de sentença - Aquisição - REQUERENTE: Arlindo de Jesus Sá - Maria de Fátima Lopes de Sá - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - CONFINTE: Igreja Nossa Senhora de Fátima - Bezerra Veículos - Raimunda de Tal - NÃO INFORM: 1° Registro de Imóveis e Protesto de Manaus - Nada requerido pelos interessados, arquivem-se os autos com a baixa nos registros e distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONES KARRER DE CASTRO MONTEIRO (OAB 906/AM), ADV: JONES KARRER DE CASTRO MONTEIRO (OAB 2104/AM) - Processo 0026538-48.2010.8.04.0012 (012.10.026538-6) - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Improbidade Administrativa - REQUERENTE: 78 .ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - REQUERIDO: Jones Karrer de Castro Monteiro - Defiro a petição de fl. 409. Requisite-se, por meio de mandado urgente, os servidores da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM), ADV: ABRAHAM NISSIM BENOLIEL (OAB 2375/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: SALVIA HADDAD G. DO AMARAL (OAB 1P/RO), ADV: RICARDO TAVARES DE ALBUQUERQUE (OAB 5092AM), ADV: MARIA DO CARMO DO AMARAL LINHARES (OAB 1786/AM) - Processo 0033011-25.2006.8.04.0001 (001.06.033011-3) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andrezza Pacheco Alves - Wellyton Pacheco Alves - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Defiro a petição de fls. 963-964. De fato, os cálculos realizados pela contadoria deixaram de observar o termo final de apuração do valor devido a título de pensão aos requerente. Na verdade, conquanto para a primeira requerente, Andrezza Pacheco Alves, tenha atingido a idade de 24 anos em 24/06/2014, nada interfere nos cálculos, dado que o valor que a ela cabia passaram a integrar o patrimônio do segundo requerido, Wellyton Pacheco Alves, todavia, até o data em que este último atingiu a idade de 24 anos, no caso, 05/06/2018. Portanto, a partir da data de 05/06/2018, o valor a ser atualizado é o somatório de todos o valores devidos até 05/06/2018, não mais o valor unitário da pensão arbitrada. Sendo assim, remetam-se os autos à contadoria judicial para refazimento dos cálculos.

ADV: FERNANDO VERGUEIRO (OAB 8811/SP) - Processo 0033268-75.2010.8.04.0012 (012.10.033268-7) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Serragro S/a - Industria Comercio e Reflorestamento - INTSSADO: 13.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - Não há necessidade de produção de outras provas, na forma do inciso I, do art. 355, do Código de Processo Civil. Assim, decorrido o prazo de 10 (dez) dias, sem manifestações em contrário, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 9052/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: MARIA DOMINGAS GOMES LARANJEIRA (OAB 1239/AM) - Processo 0213748-47.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Eliana Pinheiro de Castro - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Sendo assim, da feita que os cálculos de fls. 380-383 estão em perfeita harmonia com o título judicial e o entendimento dos Tribunais Superiores, HOMOLOGO-OS INTEGRALMENTE, reconhecendo como valor devido a quantia de R$ 342.890,08 (trezentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa reais e oito centavos). Deixo de arbitrar verba honorária, visto que ambas as partes não lograram êxito em suas pretensões. Transitada em julgado esta decisão, expeça-se a requisição de precatório.

ADV: VITOR FABIAN SOARES CIPRIANO (OAB 6019/AM), ADV: ANDERSON BELCHIOR (OAB 1413/S), ADV: ANDERSON GUIMARÃES BELCHIOR RAMOS (OAB 6436/AM) - Processo 0215262-40.2008.8.04.0001 (001.08.215262-5) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcelly Cristina Almeida Viana - Anderson Almeida Viana - Milena Paula Almeida Viana - REPTANTE: Rosinha Almeida Moraes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o(a) executado (a) intimado (a) para, no prazo legal, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA JÚNIOR (OAB 12864/AM) - Processo 0231719-64.2019.8.04.0001 (processo principal 0266621-24.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Cléia da Costa e Silva - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Diante do certificado à fl. 19, dê-se baixa e arquivem-se os presentes autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM), ADV: SOCIEDADE CIVIL BRUNO SENA PEREIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL

DE ADVOCACIA EIRELI - ME (OAB 272016/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0237776-45.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - IMPETRANTE: Claudiomar da Costa Gonçalves - IMPETRADO: Comandante Geral da Policia Militar do Amazonas - LITSPASSIV: Estado do Amazonas - A realização dos cálculos do crédito é ônus que recai sobre a exequente, ao qual cabe proceder a instrução do cumprimento de sentença, observando o ditames traçados pelo art. 534 do Código de Processo Civil. Assim, determino ao autor que adeque, no prazo de 15 (quinze) dias, o seu cumprimento de sentença aos parâmetros legais, sob pena de arquivamento do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NEYDE REGINA DEMOSTHENES TRINDADE (OAB 795/MP), ADV: FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL (OAB 18476/CE) - Processo 0239071-25.2009.8.04.0001 (001.09.239071-5) - Cautelar Inominada - Tutela Provisória - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - 13º Promotoria de Justiça Especializada da Proteção do Patrimônio Público - 13.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - REQUERIDO: César Marques de Carvalho - Luiz Gastão Bittencourt da Silva - Eliana Gurgel Monteiro Bittencourt - Gustavo Henrique Macário Bento - Raimundo Evaldo Picanço Correa - Maria José Ferreira - Auxílio Agenciamento Financeiro e Serviços Ltda - GH Macário Bento - Moderna Comercio Representacoes e Servicos Ltda - Diante da petição de fls. 218/232, em especial o item II, remetam-se aos autos ao Tribunal de Justiça. Após, retornem-me para nova deliberação.

ADV: HEVELANE DA SOSTA ALBUQUERQUE (OAB 4291/AM), ADV: VIVIAN MARIA OLIVEIRA DA FROTA (OAB 6880/AM) - Processo 0246274-04.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bens Públicos - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Havelane da Costa Albuquerque - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: JÚLIO CEZAR LIMA BRANDÃO (OAB 2258/AM), ADV: MARLENE CARVALHO (OAB 3381/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR (OAB 3626/AM), ADV: MARILEIDE MAIA PINTO (OAB 3667/AM) - Processo 0250066-97.2009.8.04.0001 (001.09.250066-9) - Cumprimento de sentença - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Lucilene de Castro e Souza - REQUERIDO: AMAZONPREV - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - CNPJ: 04.986.163/0001-46 - Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - PROMOTOR: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Embora regularmente intimado, a executada não procedeu ao pagamento voluntário do crédito, motivo pelo qual sobre a quantia exequenda deverá incidir multa de 10% e honorários de 10%, na forma do § 1º, do art. 523, do Código de Processo Civil. Proceda-se ao bloqueio do valor exequendo via BacenJud.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: ROBERTA FERREIRA DE ANDRADE MOTA (OAB 2334/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM) - Processo 0258012-52.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0618801-94.2018.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: PAULO SERGIO MAIA REIS - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Processo nº:0258012-52.2011.8.04.0001. Classe: Cumprimento de Sentença Requerente:PAULO SERGIO MAIA REIS Requerido:Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e Estado do Amazonas DECISÃO Versam os autos acerca de Impugnação oposta pela Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas em face de Cumprimento de Sentença apresentada por Paulo Sérgio Maia Reis. Aduz o Impugnante que os cálculos realizados pelo exequente estão em excesso de execução no valor de R$ 8.415,45 (oito mil, quatrocentos e quinze reais e quarenta e cinco centavos), devendo ser reconhecida como quantia devida o montante de R$ 94.011,31 (noventa e quatro mil, onze reais e trinta e um centavos). Manifestação do impugnado à fl. 920 anuindo com os termos apresentados na impugnação. Vieram-me os autos conclusos. Verifico que não a há controvérsia a ser dirimida, vez que o Impugnado aquiesceu com os argumentos apresentados pelo Impugnante. Isto posto, acolho a Impugnação ao Cumprimento de Sentença, reconhecendo o excesso de execução no valor de R$ 8.415,45 (oito mil, quatrocentos e quinze reais e quarenta e cinco centavos), HOMOLOGANDO como quantia devida a importância de R$ 94.011,31 (noventa e quatro mil, onze reais e trinta e um centavos). Condeno o impugnado ao pagamento de honorários de advogado no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do excesso de execução, ficando, no entanto, com exigibilidade suspensa, tendo em vista ser ele beneficiário da justiça gratuita, conforme § 3º, do art. 98 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Manaus, 22 de agosto de 2019 Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822), ADV: JOSÉ SODRÉ DOS SANTOS (OAB 1156/AM), ADV: DRA. ELIANA LEITE GUEDES (OAB 4313/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM) - Processo 0307327-25.2006.8.04.0001 (001.06.307327-8) - Cumprimento de sentença - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - REQUERENTE: Eldaiza Gomes Martins - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Outrossim, a manifestação do requerido incorre em preclusão lógica de seu direito de recorrer em face da decisão de fl. 433, motivo pelo qual determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado da referida decisão, adotando os procedimentos previstos na legislação para a expedição da requisição de pequeno valor.

ADV: ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 10554/AM), ADV: EDINHO GOMES DA CRUZ (OAB 11273/AM), ADV: ALDEMAR LUIZ DORNELES (OAB 2075/AM), ADV: JAE SANG WON (OAB 11715/AM), ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM), ADV: MARLENE RODRIGUES DE SOUZA (OAB 2510/AM), ADV: MARILEIDE MAIA PINTO (OAB 003.667/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: GICELDA MARIA PINHEIRO DIAS DE AGUIAR (OAB 2840/AM) - Processo 0343881-22.2007.8.04.0001 (001.07.343881-3) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Marcelino dos Santos Dias - REQUERIDA: Junta Comercial do Estado Amazonas Jucea - EXECUTADO: JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas - INTSSADO: Cassio Rogerio Carvalho - NÃO INFORM: Estado do Amazonas - Inicialmente, atenho-me à questão da habilitação do herdeiro da falecida advogada Marlene Carvalho, conforme noticiado às fls. 183-187, verifico que, na esteira da devido processo legal, imperioso se faz proceder à suspensão do presente processo, no que tange à execução dos honorários de sucumbência, bem como a citação da devedora, no caso a Junta Comercial do Estado do Amazonas para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, sobre ela se pronunciar, conforme dicção do art. 689 e 690, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Outrossim, desde logo, reputo que o contrato de fls. 07/08 é completamente vazio de valor jurídico, dado que não fora firmado pelo constituinte das patronas, motivo pelo qual indefiro, fundado na nulidade tal documento, a separação, no crédito do autor, de quantia relativa aos honorários contratuais. Ademais, nos presentes autos, salta-me aos olhos o fato de a autarquia estadual ter procedido às fls. 213-217 ao depósito de numerário, a título de pagamento voluntário do crédito, em total descompasso com a legalidade e rito de pagamento dos créditos devidos pela Fazenda Pública, olvidado a autarquia que é integrante da Administração Pública indireta e, por isso, todo e qualquer crédito que supere o valor estabelecido como de pequeno valor (20 salários mínimos, conforme inciso I, do art. 1o, da Lei 2.748/2002) deve obedecer rigorosamente o regime de pagamento por precatório, sob pena de caracterizar crime de improbidade administrativa, sem prejuízo de outras sanções legais. Portanto, nos termos do art. 40 do CPP e art. 7o, da Lei 7.347/1985, oficie-se o Ministério Público do Estado do Amazonas para adotar as providências que entender cabíveis. Outrossim, determino a autarquia que indique, no prazo de 05 (cinco) dias, conta bancária para a devolução do valor depositado

aos cofres públicos. Por fim, quanto aos cálculos de fl. 193, deverá a contadoria atualizá-los, retificando os valor relativo aos honorários de sucumbência, os quais deverão observar o seguinte: Valor Base: R$ 500,00 Termo Inicial - Correção Monetária: data o arbitramento. Termo Inicial- Juros de Mora: data do trânsito em julgado (§ 16, do art. 85, CPC). Índice - Correção Monetária: IPCA-E Índice - Juros de Mora: remuneração aplicada à caderneta de poupança, na forma do art.1o-F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009.

ADV: ELIANA GOMES SILVA DE PAULA (OAB 4341/AM), ADV: FERNANDO COSTA ALVES (OAB 10859/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM) - Processo 0362454-11.2007.8.04.0001 (apensado ao processo 0011826-05.2000.8.04.0012)(001.07.362454-4) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Maria Ossineide Pinheiro Lima - REQUERIDO: Estado do Amazonas - LITSPASSIV: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - PERITO: Newton Carlos Heinrich de Oliveira - Por motivo de foro intimo superveniente, averbo minha suspeição, nos moldes do art. 145, §1º, do CPC/2015.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM), ADV: FÁBIO BRAGA GOMES (OAB 2671/AM), ADV: ROBERTO SERGIO SCERVINO (OAB 242171/SP), ADV: EUGÊNIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG (OAB 8625/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM) - Processo 0601179-75.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Sony Ericcson Mobile Communications do Brasil Ltda - REQUERIDO: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos Programa Estadual PROCON AM - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ELIZABETH SOUZA SILVA CHAVES (OAB 8991/AM) - Processo 0606094-60.2019.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação Indireta - REQUERENTE: Marcelo Vieira da Cunha - Erika Facanha da Cunha - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Para o deslinde desta ação, imprescindível a produção de prova técnica pericial. Assim, nomeio perito judicial o Engenheiro, Newton Carlos Heinrich de Oliveira, que deverá ser intimado do munus público para, no prazo de 5 (cinco) dias apresentar contatos profissionais atualizados, especialmente endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações. Caso a realização da perícia dependa da presença das partes, deverá o Senhor Perito informar a este Juízo a data e o local para início dos trabalhos periciais, com antecedência suficiente para as intimações necessárias. Arbitro os honorários periciais em R$ 1.000,00 (mil reais), cujo pagamento deve ser suportado pelo Tribunal de Justiça, dentro dos limites e termos fixados pela Resolução 232/2016, do CNJ, por se tratar de prova cuja realização foi requerida pelos Autores, beneficiários da gratuidade de justiça. Fixo em 30 (trinta) dias o prazo para apresentação laudo pericial, tendo como termo inicial da data estabelecida para início dos trabalhos periciais. Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo legal (art. 465, §1º, NCPC). Cumpra-se.

ADV: LUCIANO RADAELLI (OAB 8565/AM) - Processo 0606415-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sanções Administrativas - REQUERENTE: Life Saude Assistencia Medica e Odontologica Ltda - REQUERIDO: Presidente da Comissão Geral de Licitação do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Defiro a petição de fls. 717-718. De fato, compulsando os autos, verifico que a pretensão de fls. 684-687 é completamente irrelevante para o deslinde do processo, motivo pelo qual torno sem efeito a decisão de fl. 713. Ademais, o processo já se encontra suficientemente instruído, prescindo a produção de novas provas. Assim, remetam-se os autos Ministério Público para emissão de parecer. Após, voltem-me conclusos para sentença.

ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM) - Processo 0609585-75.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Ml Nascimento - REQUERIDO: Acb Locadora de Veículos Ltda -me - Estado do Amazonas - PRESIDENTE DA COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO AMAZONAS - Notifique-se a empresa ACB Locadora de Veículos Ltda - ME no endereço indicado pelo impetrante à fl. 1598. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: REINILDA GUIMARÃES DO VALLE (OAB 1392/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM), ADV: EUGÊNIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG (OAB 8625/AM), ADV: MARIA DO PERPETUO SOCORRO APARICIO DE SOUZA (OAB 7142/AM), ADV: LUCIANA GUIMARÃES PINHEIRO VIEIRA (OAB 2859/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM) - Processo 0612672-78.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: ANA KARLA SILVA DE SOUSA - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDA: Tatiana Andrade Lima da Silva - Raymundo Lucimar Marques Pinheiro (Cartório Pinheiro) - Estado do Amazonas - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - DENUNCIADO: Antônio Marcos - Decorrido o prazo do edital de citação, o denunciado Antônio Marcos deixou de apresentar contestação, motivo pelo qual decreto a sua revelia, sem, no entanto, incidir os efeitos dela decorrentes, na forma no inciso I, do art. 345, do Código de Processo Civil. Deste modo, conforme dicção do inciso II, do art. Art. 72, nomeio Defensor Público para exercer tal encargo. Intime-se a Defensoria Pública do Estado do Amazonas, a fim de indicar Defensor Público para atuar no feito.

ADV: ISLA QUEIROZ MONTEIRO (OAB 14000/AM), ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB 10013/AM) - Processo 0614842-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: E.S.S. - REQUERIDO: E.A. - Às partes para em 10 (dez) dias indicarem se pretendem produzir outras provas no processo. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: ANA CECÍLIA COSTA ORTIZ (OAB 8387/AM), ADV: CAROLINA FARIAS DE BARROS (OAB 8005/AM) - Processo 0615243-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Instrumental Tecnico Ltda - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Não há necessidade de produção de outras provas. Assim, sem manifestações em contrário no prazo de 10 (dez) dias, remetam-se os autos ao Ministério Público para emissão de parecer. Após, procederei ao julgamento antecipado do mérito, consoante dicção do inciso I, do art. 355, do Código de Processo Civil. Intimem-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM) - Processo 0620896-68.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Silva Guedes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Indefiro a produção da prova pericial, nos termos do inciso II, do § 1º, do art. 464, do Código de Processo Civil, dado que os documentos de fls. 43-49 são capazes de suprir a produção da prova técnica requestada. Publicada esta decisão, voltem os autos conclusos para sentença.

ADV: KLEMILSON AZEVEDO MELO (OAB 2382/AM), ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: ELLEN FLORÊNCIO SANTOS ROCHA (OAB 2752/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB 13184/AM), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0621866-34.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Gratificação de Incentivo - REQUERENTE: Antonio Claudio Bezerra - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista que, até o presente momento não consta nos autos informações acerca do pagamento da RPV, determino o imediato bloqueio do valor requisitado, conforme ofício de fl. 97. Outrossim, diga o Estado do Amazonas, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca das demais alegações apresentadas pelo autor às fls. 103-104. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/

AM), ADV: JÚLIO CEZAR LIMA BRANDÃO (OAB 2258/AM), ADV: GLÍCIA PEREIRA BRAGA E SILVA (OAB 2269/AM), ADV: ELLEN FLORÊNCIO SANTOS ROCHA (OAB 2752/AM), ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0622659-07.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Rita Almeida Teixeira - REQUERIDO: Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado - FMT - Estado do Amazonas - Defiro a produção da prova testemunhal requerida. Designo audiência de instrução e julgamento o dia 24/09/2019, às 10:00 horas. Alerto, desde logo, que cabe ao advogado da autora informar ou intimar as testemunhas arroladas dos dia, hora e local da audiência designada, dispensado a intimação do juízo, observando, ainda, o que traça os parágrafos e caput do art. 455 do Código de Processo Civil.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0623563-95.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: SAMIR SOLART CAVALCANTI - REQUERIDO: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - Universidade do Estado do Amazonas - UEA - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0625332-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ivan Coutinho Vieira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 23 de agosto de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM) - Processo 0626702-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Quitação - REQUERENTE: Gelson Vitorino de Brito - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 23 de agosto de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: ANDRÉ LUIZ MOUCO FERNANDES (OAB 5017/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0627062-24.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM), ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM), ADV: EUGÊNIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG (OAB 8625/AM) - Processo 0632033-18.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: LUIZ GUILHERME DE PAULA CORREA JUNIOR - Luiz Correa Neto - Larissa de Abreu Corrêa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De fato, há equívoco na decisão de fl. 378. Sendo assim, defiro a produção de prova testemunhal, alertando, desde logo, que cabe ao advogado dos autores informar ou intimar as testemunhas arroladas dos dia, hora e local da audiência designada, dispensado a intimação do juízo, observando, ainda, o que traça os parágrafos e caput do art. 455 do Código de Processo Civil. Fixo o prazo de 05 (cinco) dias para a apresentação dos rol de testemunhas. Designo audiência de instrução e julgamento o dia 24/09/2019, às 09:00 horas.

ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: INGRID GODINHO DODÔ (OAB 9425/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM) - Processo 0632635-72.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ANGELA FERNANDA LACERDA BRITO - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - LITSPASSIV: Margareth Vieira da Silva Brito - Considerando o eventual prejuízo que a autora vem suportando devido ao fato de não haver a localização da pensionista, com fulcro no poder geral de cautela, DETERMINO à AMAZONPREV que deposite em juízo, mensalmente, 50% do valor da pensão, mantendo-se o pagamento dos outros 50% à atual pensionista.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: CLARA MARIA LINDOSO E LIMA (OAB 2602/AM) - Processo 0635721-17.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Iram Xavier Gomes - REQUERIDO: Polícia Militar do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0639165-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marinalda Dantas Meirelles - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Tendo em vista que o aditamento da petição inicial, após a citação do requerido, depende da anuência deste último, não tendo sido ela concedido, prejudicado se mostra a pretensão autoral na emenda da exordial, consoante dicção do inciso II, do art. 329, do Código de Processo Civil.Sendo assim, indefiro a petição de fls. 118-120. Outrossim, não tendo as partes apresentados requerimentos de outras provas, remetam-se os autos ao Ministério Público para emissão de parecer. Após, voltem-me conclusos para sentença.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0642954-94.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0332006-55.2007.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Osimar Ramos Meireles - REQUERIDO: Suhab - Superintendência Estadual de Habitação - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - O presente processo não pode ficar ad perpetuam aguardando pretensa autocomposição entre as partes. Assim, fixo o peremptório prazo de 10 (dez) dias para que seja demonstrado o êxito ou não das tratativas. Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos para nova deliberação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO) - Processo 0643189-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alberto Brandão Xavier - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Analisando os autos, constato que há divergência entre a parte indicada como autora e aquela constante no instrumento de mandato à fl. 11. Assim, determino aos advogados constituído para que, no prazo de 05 (cinco) dias, esclareçam tal incongruência.

ADV: DIOGO VICTOR BRASIL (OAB 9693/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: HELGA OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8242/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM) - Processo 0643610-56.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Sheila Maria dos Santos Fernandes - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ivone de Castro Lasmar Lima - Defiro a produção da prova testemunhal. Designo audiência de instrução e julgamento o dia 25/09/2019, às 10:00 horas.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0643635-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ricardo Magno da Silva Ferreira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Compulsando os autos, verifico que o autor não junta aos autos comprovante atualizado de sua remuneração sendo que, à primeira vista, conforme documento

de fl. 09, evidencia a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade de justiça, consoante disposição do § 2º, do art. 99, do Código de Processo Civil, sobretudo por ser possível hoje o parcelamento das custas em até 06 (seis) vezes, na forma da Portaria nº. 490/2017-PTJ. Assim, determino ao autor que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o preenchimento dos requisitos legais para litigar sobre o pálio da justiça gratuita. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0644300-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Graciete Gomes da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17, que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0659091-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Maria Lúcia Alves de Oliveira - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Às partes para em 10 (dez) dias indicarem se pretendem produzir outras provas no processo. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0660643-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Lúcia da Silva Ferreira - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Embora regularmente citado o réu não apresentou contestação, motivo pelo qual decreto a sua revelia, deixando, no entanto, de produzir os efeitos dela decorrentes, dado que a ação versa sobre direito indisponível, na forma do inciso II, do art. 345, do CPC. Não há necessidade de produção de outras prova, na forma do inciso I, do art. 355, do Código de Processo Civil, estando o processo apto para julgamento antecipado. Portanto, decorrido o prazo de 10 (dez) dias sem manifestações em contrário, remetam-se os autos ao Ministério Publico para emissão de parecer. Após, voltem-me conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: LUANA BARROSO COLARES (OAB 6864/AM), ADV: RAPHAEL RAMOS PEREIRA (OAB 6925/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM), ADV: ALCINEIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 3887/AM), ADV: TIBIRIÇÁ VALÉRIO DE HOLANDA FILHO (OAB 7159/AM) - Processo 0707070-22.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Nilson do Nascimento Queiroz - Raimundo Nonato Tavares da Silva - Raimunda da Silva Lima Souza - Rosimere dos Santos Tavares - Rosângela Araújo Fernandes - Ronaldo Freitas de Souza - Razete Silva Araújo - Valeria Gomes de Souza - Valdir da Silva Palheta - Wladimir Cavalcante Coelho - Wagner Andrade de Souza - REQUERIDO: Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas F VS - Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Indefiro a petição de fls. 146-152. Não evidencio nos presentes autos motivos para que haja a inversão do ônus probatório, mantendo-o, consoante traça os inciso do art. 373 do Código de Processo Civil. Todavia, na esteira da vigente sistemática processual, a qual busca alcançar o mérito da lide, reforçada pelo inovador princípio de cooperação entre as partes, requisito da Fundação de Vigilância em Saúde, nos termos do inciso I, do art. 438, do CPC, as certidões de tempo de serviço dos autores da ação, acaso existentes, devendo ser juntadas aos autos no prazo de 10 (dez) dias.

Abraham Nissim Benoliel (OAB 2375/AM)
Adelaide da Costa Novo Antony (OAB 1361/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alcineia da Silva Rodrigues (OAB 3887/AM)
Aldemar Luiz Dorneles (OAB 2075/AM)
Alessandro Nogueira Monteiro (OAB 10554/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Ana Cecília Costa Ortiz (OAB 8387/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Anderson Belchior (OAB 1413/S)
Anderson Guimarães Belchior Ramos (OAB 6436/AM)
André Luiz Guedes da Silva (OAB 5261/AM)
André Luiz Mouco Fernandes (OAB 5017/AM)
Antônio Dionysio Carvalho Paixão (OAB 147A/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Carolina Farias de Barros (OAB 8005/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Caroline Pereira de Souza (OAB 9052/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Clara Maria Lindoso e Lima (OAB 2602/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Clóvis Smith Frota Júnior (OAB 3626/AM)
Daniel Antônio de Aquino Neto (OAB 176831/SP)
Danielle Vasconcelos Corrêa Lima Leite (OAB 3337/AM)
Diego D'Avilla Cavalcante (OAB 6905/AM)
Diogo Victor Brasil (OAB 9693/AM)
Dra. Eliana Leite Guedes (OAB 4313/AM)
Edinho Gomes da Cruz (OAB 11273/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Ednilson Pimentel Matos (OAB 001.799/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Eliana Gomes Silva de Paula (OAB 4341/AM)
Eliana Leite Guedes (OAB 4313/AM)
Élida de Lima Reis Corrêa (OAB 7458/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elizabeth Souza Silva Chaves (OAB 8991/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Ellen Florêncio Santos Rocha (OAB 2752/AM)
Ernesto Alves de Sousa Júnior (OAB 12864/AM)
Eugênio Augusto Carvalho Seelig (OAB 8625/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Braga Gomes (OAB 2671/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Felipe Silveira Gurgel do Amaral (OAB 18476/CE)
Fernando Costa Alves (OAB 10859/AM)
FERNANDO VERGUEIRO (OAB 8811/SP)
Flávio Cordeiro Antony (OAB 1040/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gicelda Maria Pinheiro Dias de Aguiar (OAB 2840/AM)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Glícia Pereira Braga e Silva (OAB 2269/AM)
Helder Araújo Barbosa (OAB 4444/AM)
Helga Oliveira da Costa (OAB 8242/AM)
Hevelane da Sosta Albuquerque (OAB 4291/AM)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Ingrid Godinho Dodô (OAB 9425/AM)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Isla Queiroz Monteiro (OAB 14000/AM)
Ivan Nogueira Costa Novo (OAB 2543/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Jae Sang Won (OAB 11715/AM)
Jean Pierre Bessa (OAB 440A/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Paulo Marquez Romano (OAB 7332/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
jones karrer de castro monteiro (OAB 2104/AM)
Jones Karrer de Castro Monteiro (OAB 906/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
José Roberto Gióia Alfaia (OAB 1746/AM)

José Sodré dos Santos (OAB 1156/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Júlio Cezar Lima Brandão (OAB 2258/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Brito Novo (OAB 4771/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
klemilson azevedo melo (OAB 2382/AM)
Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB 13184/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Leonardo Lemos de Assis (OAB 6497/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Luana Barroso Colares (OAB 6864/AM)
Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (OAB 2859/AM)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Luciano Radaelli (OAB 8565/AM)
Luís Otávio de Araújo Silva (OAB 6972/RO)
Luiz Carlos da Silva Sampaio (OAB 000.983/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB 2324/AM)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria da Glória Amazonas Cavalcanti (OAB 615/AM)
Maria do Carmo do Amaral Linhares (OAB 1786/AM)
Maria do Perpetuo Socorro Aparicio de Souza (OAB 7142/AM)
Maria Domingas Gomes Laranjeira (OAB 1239/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Marileide Maia Pinto (OAB 003.667/AM)
Marileide Maia Pinto (OAB 3667/AM)
Marlene Carvalho (OAB 3381/AM)
Marlene Rodrigues de Souza (OAB 2510/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Michael Lemes Monteiro (OAB 10013/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Neyde Regina Demosthenes Trindade (OAB 795/MP)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Raimundo Frânio de Almeida Lima (OAB 439/AM)
Raphael Ramos Pereira (OAB 6925/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Reinilda Guimarães do Valle (OAB 1392/AM)
Ricardo Carvalho Paixão (OAB 3742/AM)
Ricardo Tavares de Albuquerque (OAB 5092AM)
Roberta Ferreira de Andrade (OAB 2334/AM)
Roberta Ferreira de Andrade Mota (OAB 2334/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Sergio Scervino (OAB 242171/SP)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rômulo Sarmento dos Reis (OAB 5435/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Salvia Haddad G. do Amaral (OAB 1P/RO)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Sociedade Civil Bruno Sena Pereira Sociedade Individual de Advocacia EIRELI - ME (OAB 272016/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Tahila Fernanda de Carvalho Mem (OAB 10389/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB 7159/AM)
Virginia Nunes Bessa (OAB 3591/AM)
Vitor Fabian Soares Cipriano (OAB 6019/AM)
Vivian Maria Oliveira da Frota (OAB 6880/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0157/2019

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB A116/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: JOSÉ ALFREDO FERREIRA DE ANDRADE (OAB 29A/AM) - Processo 0349297-68.2007.8.04.0001 (001.07.349297-4) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Eder Canto Pinto - Processo nº: 0349297-68.2007.8.04.0001 Classe: Cumprimento de Sentença Exequente: Eder Canto Pinto Executado: Município de Manaus ATO ORDINATÓRIO - VISTA AO EXEQUENTE De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para a formação do precatório, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos das informações e documentos elencados no art. 18 da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e parágrafo 1° do referido dispositivo, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de não formação do precatório. Manaus, 26 de agosto de 2019 Mateus Henrique Ramos da Costa Assistente de Diretor (Portaria 410/2016-PTJ)

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0628438-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença Prêmio - REQUERENTE: Regner de Souza - DESPACHO Autos nº:0628438-35.2019.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoLicença Prêmio Autor: Regner de Souza Réu: Estado do Amazonas Trata-se de ação ordinária, ajuizada por Regner de Souza em face de Estado do Amazonas. Inicialmente, deixa-se de pautar a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, em virtude da ausência de notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição. Dessa forma, cite-se a parte ré para apresentar resposta à presente ação, no prazo legal. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, opondo as considerações que justificadamente entender procedentes. Derradeiramente a manifestação das partes, dê-se vista ao Ministério Público. Ademais, após todos esses trâmites e com a viabilidade do desfecho da fase postulatória, por motivo de manifestação processual de todos os integrantes da relação jurídica processual, venham-me imediatamente os autos em conclusão. Outrossim, ocorrendo circunstância não definida no presente despacho, por certidão, suscite a Secretaria a devida dúvida, para a tomada de decisão do julgador que este subscreve. Por fim, concede-se à parte demandante os benefícios da justiça gratuita. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 12 de junho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0638068-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Marcos André Filgueiras Dias - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0638068-18.2019.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto: Autor(a): Réu(s): Nomeação Marcos André Filgueiras Dias Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Marcos André Filgueiras Dias em face de Estado do Amazonas. Aduz o demandante que prestou concurso promovido pela SUSAM, regido pelo edital n° 001/2014, tendo sido aprovado, na 331ª colocação para o cargo de Médico Graduado, estando fora do número de vagas. Informa que o prazo de validade do referido certame expirou em 16/04/2019. Sustenta que o referido certame disponibilizou 299 vagas para o seu cargo, porém, durante o prazo de validade, 37 nomeações foram tornadas sem efeito, o que fez nascer o seu direito subjetivo à nomeação. Diante desta situação, o autor entende que possui direito subjetivo a ser nomeado para o cargo no qual foi aprovado mediante concurso público. Juntou documentos às fls. 15/191. É o relatório. II.- Fundamenta-se, para ulterior decisão. Inicialmente, é imperioso explicar que para a concessão das tutelas de urgência (satisfativas e cautelares), se faz necessário que a parte que a

requereu demonstre elementos que evidenciem a probabilidade do direito, bem como o perigo de dano ou risco ao resultado útil ao processo, conforme dicção do art. 300, do CPC. Não havendo tal demonstração, impõe-se o indeferimento do pedido in initio litis. No caso em apreço, o autor aduz que deve ser nomeado para o cargo em comento, argumentando que 37 candidatos desistiram da posse no cargo em questão, tendo sido suas nomeações tornadas sem efeito, havendo, portanto, o seu direito à nomeação. Após análise da argumentação do autor, bem como dos documentos juntados, tem-se que o pedido liminar deve ser deferido. Isso porque, a jurisprudência do Tribunais Superiores afirma que o candidato aprovado fora do número de vagas tem mera expectativa de direito, passando a ter direito subjetivo à nomeação apenas quando passar a figurar entre as vagas quando os candidatos aprovados a sua frente desistirem da posse. Nessa senda, a jurisprudência do STJ e STF: (...) Os candidatos classificados em concurso público fora do número de vagas previstas no edital possuem mera expectativa de direito à nomeação, nos termos do RE 598.099/MS, julgado pelo Supremo Tribunal Federal. (...) (STJ. 1ª Turma. AgRg no RMS 38.892/AC, Min. Benedito Gonçalves, julgado em 16/04/2013) (...) O Plenário desta Corte, no julgamento do RE 598.099/MS, Rel. Min. Gilmar Mendes, firmou jurisprudência no sentido do direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado dentro do número de vagas previstas no edital de concurso público. Tal direito também se estende ao candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital, mas que passe a figurar entre as vagas em decorrência da desistência de candidatos classificados em colocação superior. (...) (STF. 2ª Turma. ARE 675202 AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 06/08/2013). No presente caso, há a verdadeira confirmação de que a 37 candidatos aprovados a frente do autor não possuem interesse em tomar posse do cargo ora analisado, permanecendo os cargos indicados no edital, vagos. Assim, evidente a presença da probabilidade do direito no caso. Quanto ao perigo de dano, este também se mostra presente, na medida em que o autor vem deixando de receber os proventos de remuneração pelo desempenho de suas funções, os quais possuem natureza alimentar. Assim, presentes os requisitos autorizadores da concessão da liminar requerida, impõe-se o seu deferimento. III.- Decide-se. Diante do exposto, DEFERE-SE o pedido de antecipação de tutela requerido pelo autor, determinando-se ao réu que promova a nomeação do autor para tomar posse do cargo de médico graduado, no qual foi aprovado por meio de concurso público. A ordem deve ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação da multa diária fixada em R$1.000,00 (um mil reais), no limite de 30 dias-multa. Ainda, fica advertido o gestor público responsável pela obrigação, com a possibilidade de responder pelo crime de desobediência e por ato de improbidade administrativa, em caso de descumprimento da ordem. Ademais, deixa-se de pautar a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, em virtude da ausência de notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição. Dessa forma, cite-se a parte ré para apresentar resposta à presente ação, no prazo legal. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, opondo as considerações que justificadamente entender procedentes. Derradeiramente a manifestação das partes, dê-se vista ao Ministério Público. Ademais, após todos esses trâmites e com a viabilidade do desfecho da fase postulatória, por motivo de manifestação processual de todos os integrantes da relação jurídica processual, venham-me imediatamente os autos em conclusão. Outrossim, ocorrendo circunstância não definida no presente despacho, por certidão, suscite a Secretaria a devida dúvida, para a tomada de decisão do julgador que este subscreve. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
José Alfredo Ferreira de Andrade (OAB 29A/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB A116/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0152/2019

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: ANTONIO DUARTE (OAB 002.316/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0012119-19.1993.8.04.0012 (012.93.012119-0) - Procedimento Comum Cível - Adicional de Periculosidade - REQUERENTE: Antonio Platao de Almeida e Outros e outros - Defiro o requerido pelo Autor às fls.2.835. À Secretaria para tornar sem efeito e retificar o alvará de fls.2.827 Intime-se. Manaus, 26 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM) - Processo 0024123-04.2005.8.04.0001 (001.05.024123-1) - Procedimento Comum Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Claudemir Jose Andrade - R.Hoje. Intime-se o Executado - Município de Manaus para, no prazo do art. 535 do CPC, impugnar o cumprimento de sentença. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM) - Processo 0061196-98.2010.8.04.0012 (012.10.061196-9) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERIDO: Marco Antonio de Freitas Ferreira e outros - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com cálculos às fls.434/437, conforme decisão de fls.426/430, e abro vista às partes para manifestação. Manaus, 26 de agosto de 2019 Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: ALEXANDRE COELHO DA SILVA (OAB 5846/AM), ADV: INGRID COELHO DA SILVA (OAB 8761/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0206973-45.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão - REQUERENTE: Francisca Silva Lima - Em tempo, expeçam-se Alvarás. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: HAILDO JARBAS RODRIGUES (OAB 5304/AM), ADV: MARA LICIENE RODRIGUES AGUIAR (OAB 7244/AM) - Processo 0221395-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Servidor Público Civil - REQUERENTE: Antônio Osório Corrêa - INTIME-SE o requerente, na presença de seus representantes, para que tome ciência do teor da r. Sentença de fls. 69/70 proferida nos autos do processo em epígrafe.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0617555-97.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Atilu Moraes Correia - R.Hoje. Em face ao certificado intime-se o Município de Manaus, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do pagamento. Cumpra-se. Intim-se Manaus, 23 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0617564-59.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Amarildo Felix Gomes - R.Hoje. Em face ao certificado intime-se o Município de Manaus, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do pagamento. Cumpra-se. Intim-se Manaus, 23 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direit

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM) - Processo 0625068-58.2013.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - ISS/ Imposto sobre Serviços - REQUERENTE: VEGA MANAUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA - Dê-se vista ao Ministério Público para apresentação de Parecer de Mérito. A seguir, retornem os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0627036-55.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ONEIDE DINIZ MESQUITA - Decisão. Com tais considerações, conheço dos presentes embargos para, no entanto, negar-lhes provimento, por ausência de omissão na decisão de fls. 208/213, mantendo-a tal como se acha lavrada, nos termos do art. 1.024, § 5° do CPC. P.R.I. Manaus, 26 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARCELO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 7023/AM), ADV: RAQUEL GUERRA GARCIA (OAB 28185/GO) - Processo 0637146-11.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Licitações - REQUERENTE: Tecwey Serviços e Locação de Equipamentos Ltda. - Epp - Decisão. Diante do exposto, DENEGO A SEGURANÇA, nos termos da fundamentação. Condeno o impetrante ao pagamentos das custas e despesas processuais. Sem honorários advocatícios - art. 25 da Lei 12.016/09. Sem reexame necessário. P.R.I. Manaus, 26 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM) - Processo 0643542-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Paulo Cesar Farias de Oliveira - Diante do exposto, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido, DETERMINANDO a reforma da invalidez na mesma graduação, mas com os calculos dos proventos de acordo com a classe superior de acordo com o art. 98, § 1° da Lei 1.154/75 acrescido de 5% do beneficio funcional de Auxílio Invalidez conforme 98 da Lei Estadual n° 1.502/81, na forma da lei, tudo a ser implementado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, sob pena de multa diária no valor de R$2.000,00 (dois mil reais) até o limite de 60 dias/multa. Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a AMAZONPREV a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Citem-se os Requeridos para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO PARAISO RIBEIRO DE PAIVA (OAB 50938A/GO) - Processo 0644206-98.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: 3d Projeto e Assessoria Em Informatica Ltda Epp - DENEGO A LIMINAR requerida. Notifique-se a autoridade coatora (art. 7°, I, da Lei 12.016/09). Dê-se ciência da impetração do presente writ ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada. Cite-se o litisconsorte passivo necessário. Advirto a impetrante que a expedição do(s) mandado(s) fica condicionada ao recolhimento das custas do oficial de justiça. Após, dê-se vista ao Ministério Público (art. 12 da Lei nº 12.016/09) para que se manifeste sobre o pedido, retornando os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0644580-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Manoel Lopes de Souza Neto - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0644749-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abono de Permanência - REQUERENTE: Renato Damasceno Bessa - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0644776-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Iranete Saldanha de Oliveira Pena - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pela Autora, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: JARI VARGAS FILHO (OAB 4722/AM) - Processo 0644861-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Domingos Savio do Nascimento Alfaia - Portanto, diante do existência de impedimento legal para a medida, INDEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA requerida. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em Juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DRÁUZIO CORTEZ LINHARES (OAB 16424/CE) - Processo 0644873-84.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Point Suture do Brasil Indústria de Fios Cirúrgicos Ltda - À Requerente para, em 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 do CPC). Intime-se. Manaus,

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0644886-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Genival Jacob Gonzales - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0654176-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Raimunda Smith Paixão - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação: JULGO PROCEDENTES os pedidos da Autora. CONDENO o Requerido a proceder a nomeação definitiva da Requerente, para que ingresse no quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, com a imediata convocação para admissão no CBMAM e matrícula no curso de formação no Cargo de 2º Tenente Enfermeiro e, em caso de inexistência de tal cargo, que a nomeação seja efetuada em um cargo equivalente, no prazo de até 20 dias úteis, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, no valor de R$ 2.000,00 no limite de até 60 dias/multa. CONDENO o Requerido ao pagamento de Honorários Advocatícios, os quais fixo em 12% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, §3 º, I do CPC. Estado isento do pagamento das custas, na forma do art. 17, IX da Lei 4.408/2016. Remetam-se os autos para o E. Tribunal, para reexame necessário, nos termos do art. 496 do CPC. P.R.I. Manaus, 26 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: BRUNO JOSE DE FREITAS BORGES (OAB 8824/MA) - Processo 0659987-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Fabio Henrique de Sousa Valois - Diante do exposto, CONCEDO o pedido de tutela de urgência, determinando que o Estado do Amazonas conceda prazo para entrega da documentação e realização de Perícia Médica pelo Requerente e, uma vez preenchidos os requisitos, seja o mesmo nomeado para o cargo de Enfermeiro na cidade de Manaus/AM, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de aplicação de multa diária, no caso de descumprimento, no valor de R$ 1.000,00, no limite de até 20 dias/multa. Deixo de pautar audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC, em homenagem ao principio da celeridade

processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo, o que por consequência acaba por inadimitir a autocomposição. Determino a exclusão da Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Amazonas - SUSAM do polo passivo da presente demanda, vez que se trata de entidade desprovida de personalidade jurídica hábil para compor a presente lide, mantendo assim, somente o Estado do Amazonas como parte Requerida. Ao Requerido para apresentar contestação no prazo legal. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

Alexandre Coelho da Silva (OAB 5846/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antonio Duarte (OAB 002.316/AM)
Bruno Jose de Freitas Borges (OAB 8824/MA)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Dráuzio Cortez Linhares (OAB 16424/CE)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Francisco Paraiso Ribeiro de Paiva (OAB 50938A/GO)
Haildo Jarbas Rodrigues (OAB 5304/AM)
Ingrid Coelho da Silva (OAB 8761/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
Jari Vargas Filho (OAB 4722/AM)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Luís Otávio de Araújo Silva (OAB 6972/RO)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Mara Liciene Rodrigues Aguiar (OAB 7244/AM)
Marcelo Ferreira da Costa Filho (OAB 7023/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Raquel Guerra Garcia (OAB 28185/GO)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0365/2019

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0202977-45.2014.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - DENUNCIADO: NIVALDO GAMA OLIVEIRA e outro - Trata-se de ação criminal proposta contra NIVALDO GAMA OLIVEIRA em que houve a suspensão do processo. Às fls. 80/115 verificou-se que houve o decurso do período de prova da suspensão condicional do processo e que o acusado cumpriu integralmente as condições impostas. Desta forma, às fls. 117 o Ministério Público se posicionou pela extinção da punibilidade do acusado. É o sucinto relatório. Passo a decidir. Assiste razão ao posicionamento ministerial manifestado na respeitável promoção, haja vista que o período de prova já se esgotou, não havendo que se falar em descumprimento das condições. Ex positis, DECLARO EXTINTA a punibilidade, dando-se a devida baixa na distribuição desta ação, vez que o acusado cumpriu as condições impostas na proposta de suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89, § 5º da Lei nº 9.099/95. Transcorrido o prazo para o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa em relação a este acusado. Publique-se, Registre-se e Intime-se. À secretaria para providências.

ADV: LUCIVALDO BREVES DA SILVA (OAB 10226/AM) - Processo 0630114-86.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADA: Lucicleia Latorre Carneiro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0630114-86.2017.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 10226/AM - Lucivaldo Breves da Silva, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 23/09/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0630114-86.2017.8.04.0001, onde figura como Réu Lucicleia Latorre Carneiro, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM) - Processo 0630114-86.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉ: Grace Kelly Pacheco Pereira e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0630114-86.2017.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 9674/AM - Moacyr Ramos Canuto Filho, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 23/09/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0630114-86.2017.8.04.0001, onde figura como Réu Grace Kelly Pacheco Pereira, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0638595-67.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Ramirez Rodrigues de Melo - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0638595-67.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 13110/AM - Benedito de Oliveira Costa, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 18/09/2019 às 11:30h, concernente ao Processo nº 0638595-67.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Ramirez Rodrigues de Melo, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0647500-95.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Denis Lima de Lima - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face Denis Lima de Lima já qualificado (s) nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 157, §2º, II e §2º-A, I do Código Penal. Narra a denúncia que: em 06/06/2018, por volta das 08h00, o acusado, acompanhado de um terceiro não identificado, subtraiu das vítimas, fazendo uso de uma arma de fogo, a quantia de R$221,65 (duzentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos). Segundo o apurando, no dia, hora e local dos fatos, o acusado e terceiro, renderam os vendedores e caixas da loja COMEPI, localizado no Hiper DB Ponta Negra, anunciando o assalto e ameaçando todos com uma arma de fogo. O acusado permaneceu próximo ao caixa e subtraiu todo montante que havia no momento, tendo o seu comparsa adentrado na loja atrás de um cofre, sem êxito na Empreitada. Ao perceber a movimentação estranha dos funcionários, o acusado evadiu-se do local com seu comparsa. Recebida a denúncia e regularmente citado (s), o (s)

acusado (s) apresentou (ram) Defesa Prévia e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento onde foram colhidos os depoimentos da (s) testemunha (s) arrolada (s) pela acusação e pela defesa, Sr.ª Monique Quadros Vasconcelos e Sr. Victor Reis da Silva Brasil, bem como realizado o interrogatório do (s) acusado (s), foi determinada a abertura de prazo para apresentação das Alegações Finais. Em suas Alegações Finais, o Ministério Público pugnou pela procedência dos pedidos formulados na denúncia, e consequente condenação do (s) réu (s) nos termos narrados na inicial acusatória. A defesa de requereu: a) a desclassificação do crime de roubo para o crime de furto, b) a fixação da pena base no mínimo legal pela ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, bem como o reconhecimento da atenuante da confissão. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando os autos, verifico que é atribuído ao acusado a prática do delito de roubo, majorado pelo emprego de arma de fogo e concurso de pessoas. Trata-se de crime material que depende de resultado naturalístico que se consubstancia com a efetiva inversão da posse do bem da esfera patrimonial da vítima para do autor do delito, mediante grave ameaça, violência a pessoa, ou depois de havê-la, reduzido à impossibilidade de resistência, independendo da posse mansa e pacífica da res furtiva. Ressalto ainda que, desnecessário que o objeto saia da vigilância da vítima para sua configuração. Nesse sentido: RECURSO ESPECIAL. PROCESSAMENTO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ROUBO. MOMENTO CONSUMATIVO. POSSE MANSA E PACÍFICA DA RES FURTIVA. DESNECESSIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Recurso Especial processado sob o regime previsto no art. 543-C, § 2º, do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e na Resolução n. 8/2008 do STJ. TESE: Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada. 2. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal é de que o crime de roubo se consuma no momento em que o agente se torna possuidor da coisa subtraída, mediante violência ou grave ameaça, ainda que haja imediata perseguição e prisão, sendo prescindível que o objeto subtraído saia da esfera de vigilância da vítima. Jurisprudência do STF (evolução). (REsp 1499050/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/10/2015, DJe 09/11/2015) Ementa: Recurso ordinário em habeas corpus. Roubo majorado pelo concurso de pessoas e pelo emprego de arma de fogo. Pedido de anulação de condenação transitada em julgado. 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a posse mansa e pacífica da coisa subtraída não é necessária para a consumação do delito de roubo. (RHC 118627, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 04/02/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-048 DIVULG 11-03-2014 PUBLIC 12-03-2014) Da mesma forma, irrelevante se o bem foi restituído a vítima, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal. Ementa: Penal e Processual Penal. Habeas Corpus substitutivo de revisão criminal. Roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e concurso de pessoas. Reconhecimento da tentativa. Inadequação da via eleita. 2. O acórdão impugnado está em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "tem-se por consumado o crime de roubo quando, cessada a clandestinidade ou a violência, o agente tenha tido a posse da coisa subtraída, ainda que retomada logo em seguida". (HC 95174, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 09/12/2008). 3. As peças que instruem o processo não evidenciam nenhuma teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que justifique a concessão da ordem de ofício. No caso, ainda que por um curto espaço de tempo, deu-se a posse da coisa subtraída, apesar de restituída à vítima, logo em seguida. 4. Habeas corpus não conhecido. (HC 116239, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 08/05/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-102 DIVULG 24-05-2018 PUBLIC 25-05-2018) No caso em concreto, em relação a materialidade do crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e do concurso de pessoas, verifico que se fazem presentes todos os elementos do tipo penal, materializados nos Termos de Declaração das autoridades policiais responsáveis pelo flagrante do (s) acusado (s), nos Termos de Declaração da (s) vítima (s), no Termo de Reconhecimento de Pessoa, bem como no interrogatório do (s) próprio (s) acusado (s) que confirmou a ocorrência dos fatos criminosos analisados nos presentes autos, confessando participação no evento. Em depoimento prestado em delegacia, a vítima Victor Reis da Silva Brasil narrou de forma concisa os fatos delituosos imputados ao (s) acusado (s) (fls. 06). Informando, em síntese, que: Trabalha como segurança na Comepi do DB da Ponta Negra; Que hoje por volta das 09h15m, o declarante estava de serviço quando avistou um rapaz entrando na loja com roupa de carteiro (blusa amarela de manga comprida e calça azul), mochila e capacete na cabeça; Que este se dirigiu ao setor profissional e pediu para falar com a gerente; Que a vendedora chamou o declarante e quando este se aproximou do autor, este puxou da mochila uma arma caseira e apontou para o declarante; Que o autor exigiu que o declarante o levasse até o cofre; Que enquanto isso, havia um comparsa no caixa, usando uma blusa de manga comprida cinza, calça preta, boné e mochila; Que o declarante levou o autor de blusa amarela para o refeitório, este disse que o declarante estava enganado ele, que iria matá-lo se não o levasse até o cofre que ficava numa sala ao lado, assim foi feito; Que o autor passou a mochila para o declarante e mandou ele colocar o dinheiro; Que s"ao 03 (três) gavetas, apenas uma delas tem chave, que é onde fica o dinheiro; Que o declarante não tinha a chave; abriu apenas as duas gavetas sem chave e não tinha nada de valor nelas; Que como estava demorando o comparsa que estava no caixa passou a gritar por ele dizendo: "bora Mossoró, bora"; Que este saiu correndo da sala; Que o outro autor que estava no caixa levou R$ 221,65 (duzentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos); Que como a loja havia acabado de abrir tinham apenas valor para dar o troco no caixa; Destaco que o depoimento da vítima foi corroborado pelo Termo de Declaração da vítima testemunha Monique Quadros Vasconcelos (fls. 15), pelo Termo de Reconhecimento de Pessoa (fls. 16 e 18). Ressalto que as provas colhidas durante o inquérito policial foram confirmadas durante a instrução processual, em especial durante audiência de instrução e julgamento através das provas testemunhais, onde todos os depoimentos prestados em delegacia foram ratificados. Observo que a arma de fogo não foi apreendida com o acusado, tampouco foi encontrado o suposto segundo autor do crime, para a configuração do concurso de pessoas. Entretanto, conforme entendimento jurisprudencial, nos crimes cometidos sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima é conferido valor diferenciado, desde que corroborada pelas demais provas. Nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO (ART. 157, § 2º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL). PLEITO ABSOLUTÓRIO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. PRETENDIDA DESCLASSIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. 1. No caso dos autos, o Tribunal a quo, a partir da análise do contexto probatório existente nos autos, indicou, de forma fundamentada, as provas produzidas sob o crivo do contraditório que ampararam a condenação do agravante às penas do crime de roubo circunstanciado, ressaltando a importância das palavras da vítima, que de maneira harmônica reconheceu o réu e descreveu com clareza as circunstâncias em que o roubo circunstanciado foi perpetrado. (AgRg no Ag no REsp 1561836/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 25/04/2018) Acrescento que, no presente caso, diante do robusto conjunto probatório, é irrelevante o fato de a vítima não ter comparecido em juízo para confirmar o depoimento prestado na delegacia, como já mencionado. EMENTA - PENAL - PROCESSO PENAL - ROUBO - PROVA - VÍTIMA NÃO OUVIDA EM JUÍZO - IRRELEVÂNCIA - OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - ARMA IMPRÓPRIA - APREENSÃO - DESNECESSIDADE - REGIME Nos crimes de roubo, a palavra da vítima é decisiva para a condenação, sendo válido o reconhecimento por ela operado em sede policial, ainda que não tenha sido ouvida em juízo, porquanto outros elementos de prova confirmam a autoria da infração, sendo o

acusado preso logo após a infração na posse dos bens subtraídos, o que foi confirmado pelos policiais em juízo. Prova suficiente. Condenação mantida. (TJ-RJ - APL: 01048484020178190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 27 VARA CRIMINAL, Relator: MARCUS HENRIQUE PINTO BASÍLIO, Data de Julgamento: 17/04/2018, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 19/04/2018) ROUBO. CONCURSO DE AGENTES. PROVA. AUTORIA E MATERIALIDADE. CONDENAÇÃO. RECONHECIMENTO. PRESCINDIBILIDADE. VÍTIMA NÃO OUVIDA EM JUÍZO. PRESCINDIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE OUTROS MEIOS DE PROVA. RECONHECIMENTO FEITO NA DELEGACIA PELA VÍTIMA. CONFIRMAÇÃO EM JUÍZO PELOS POLICIAIS. VALIDADE PROBATÓRIA. II - NÃO HÁ QUE SE FALAR EM ABSOLVIÇÃO PELO FATO DE A VÍTIMA NÃO HAVER SIDO LOCALIZADA PARA SER OUVIDA EM JUÍZO, SE EXISTENTES NOS AUTOS OUTROS ELEMENTOS DE PROVA HÁBEIS À CONDENAÇÃO. III - OS DEPOIMENTOS PRESTADOS POR POLICIAIS, AGENTES PÚBLICOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, SÃO DOTADOS DE PRESUNÇÃO DE VERACIDADE, DESDE QUE INEXISTA CONTRADIÇÃO APTA A DESABONÁ-LAS. V - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJ-DF - APR: 20130310082248 DF 0008010-04.2013.8.07.0003, Relator: NILSONI DE FREITAS, Data de Julgamento: 06/02/2014, 3ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 11/02/2014 . Pág.: 168) Ademais, quanto ao emprego da arma, verifico que o entendimento dos tribunais pátrios superiores é no sentido de ser irrelevante para a configuração do crime de roubo a apreensão e a perícia da arma de fogo, desde que o conjunto probatório evidencie sua utilização. No caso sob análise, os depoimentos colhidos em audiência de instrução e julgamento das testemunhas são coesos entre si e se coadunam com as demais provas produzidas no inquérito policial. Nesse sentido: CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS - PRÁTICA DELITUOSA - DUPLICIDADE - PENA-BASE - FIXAÇÃO - DIVERSIDADE. Possível é, ante as peculiaridades das práticas delituosas, chegar-se à majoração do mínimo previsto para cada um dos tipos consideradas percentagens diversas. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL VERSUS REINCIDÊNCIA. A diversidade dos institutos, presentes sob o ângulo da circunstância judicial maus antecedentes, afasta a possibilidade de acolher-se defesa no sentido da sobreposição - considerações. ROUBO - ARMA DE FOGO - APREENSÃO E PERÍCIA. A caracterização do crime de roubo prescinde da apreensão e perícia da arma de fogo utilizada e, portanto, da definição da potencialidade lesiva desta última. (HC 112654, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 03/04/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-073 DIVULG 16-04-2018 PUBLIC 17-04-2018) PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO. EMPREGO DE ARMA. AUSÊNCIA DE APREENSÃO E PERÍCIA DO ARTEFATO. INCIDÊNCIA DA CAUSA DE AUMENTO COM FUNDAMENTO EM PROVA TESTEMUNHAL. POSSIBILIDADE. REGIME PRISIONAL FECHADO. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. MAUS ANTECEDENTES DO RÉU. WRIT NÃO CONHECIDO. 2. A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento dos Embargos de Divergência n. 961.863/RS, firmou o entendimento de que é despicienda a apreensão e a perícia da arma de fogo, para a incidência da majorante do § 2º, I, do art. 157 do CP, quando existirem, nos autos, outros elementos de prova que evidenciem a sua utilização no roubo, como na hipótese, em que há farta comprovação testemunhal atestando o seu emprego. 5. Writ não conhecido. (HC 419.278/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 22/05/2018) Por último, ouvido (s) em juízo, o (s) acusado (s) confessou a prática do crime. Desclassificação o crime de furto Com fulcro no depoimento do acusado, a defesa tenta a desclassificação do crime de roubo para o crime de furto. Entretanto, não merece prosperar referida alegação. Isto porque, conforme depoimento das vítimas a despeito de o acusado não ter proferido ameaças verbais ou se utilizado efetivamente de arma, a abordagem direta da vítima, por si só, é responsável por gerar desconforto, apreensão, angústia e medo, configurando o elemento objetivo do tipo, qual seja, a grave ameaça. Ressalto que, para a configuração do elemento objetivo da grave ameaça, não é necessário que o acusado profira expressamente ameaça ou que intimide a vítima com arma de fogo ou arma branca,abarcando também formas de ameaça veladas. Nesse sentido: Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, DJe 21/03/2017) PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE FURTO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 560.244/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, DJe 28/10/2016) Ressalta-se que a ameaça nada mais é que a intimidação de outrem, que, na hipótese de crime de roubo, pode ser feita com emprego de arma, com a sua simulação, ou até mesmo de forma velada (ut, REsp 1294312/SE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe 17/11/2016). Ora, no momento do delito, a vítima não tem meios de prever a reação do autor caso decida não obedecer ao seu comando, ademais, no caso em concreto o acusado fez menção que portava uma arma, conforme depoimento da vítima. Acrescento ainda que o segundo indivíduo que praticava o assalto portava, de fato, arma de fogo. Por todo o exposto, deixo de proceder a desclassificação do crime de roubo para o crime de furto. Por todo o exposto, verifico que, que as provas colhidas em sede policial, bem como durante a instrução processual, são suficientes para a comprovação da materialidade e autoria do crime elencado na inicial acusatória e a consequente formação de um Juízo condenatório. Decisão. Manifestamente comprovadas, portanto, a materialidade e a autoria do delito sob exame, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia. Pelo exposto, CONDENO Denis Lima de Lima já qualificado (s) nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 157, §2º, II e §2º-A, I do Código Penal. Passo à dosimetria individualizada da pena, observando o disposto no art. 68 do CPB. Primeira Fase - Fixação da Pena - Base Quanto aos parâmetros estabelecidos no art. 59 do Código Penal, analiso. Primeiramente, quanto aos antecedentes, verifico que o acusado possui somente uma condenação transitada em julgado anterior a data dos fatos analisados nos presentes autos, motivo pelo qual deixo para apreciá-la na segunda fase da dosimetria.Por outro lado, quanto à culpabilidade, não verifico elementos de maior reprovabilidade da conduta. Ademais, não constam nos autos parâmetros técnicos que permitam a análise da conduta social do acusado, ou elementos suficientes que desabonem sua personalidade. Quanto ao motivo e as consequências do crime, nenhum deles extrapola os próprios do tipo penal. Não verifico ter o comportamento da vítima contribuído de qualquer forma para o resultado. Por último, posto que o emprego da arma de fogo será utilizado como causa de aumento na terceira fase da dosimetria, em observância ao princípio da individualização da pena e da proporcionalidade, considero, em relação as circunstâncias do crime, o fato de este ter sido praticado através do concurso de pessoas - quatro agentes. Destaco que não há que se falar em bis in idem, posto que o concurso de pessoas não será utilizado como causa de aumento. Nesse sentido: PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E RESISTÊNCIA. PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. CONCURSO DE PESSOAS. POSSIBILIDADE. NÃO UTILIZAÇÃO NA TERCEIRA FASE DOSIMÉTRICA. INOCORRÊNCIA DE BIS IN IDEM. REGIME FECHADO ADEQUADO. QUANTUM DA PENA. WRIT NÃO CONHECIDO. 3. Para fins do art. 59 do Código Penal, as circunstâncias do crime devem ser entendidas como os aspectos objetivos e subjetivos de natureza acidental que envolvem o fato delituoso. In casu, o decreto condenatório demonstrou que o modus operandi do delito revela gravidade concreta superior à ínsita ao crime de roubo, pois os três agentes encapuzados, em concurso de pessoas, subtraíram bens de uma residência. No caso, ressalte-se que tal circunstância não foi utilizada para majorar o crime, motivo pelo qual não é possível vislumbrar bis in idem. Outrossim, não há informações nos autos que os outros dois agentes tenham sido absolvidos, motivo pelo qual não é possível perquirir a veracidade dessa alegação nesta sumária via do habeas corpus, sob pena de indevido revolvimento fático probatório. (HC 484.625/DF, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 26/02/2019) Desta forma, diante da

existência de uma circunstância que justifique sua majoração, fixo a pena-base do crime tipificado no art. 157, §2º, I e II do CP em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Segunda Fase - Da Fixação da Pena Provisória (atenuantes e agravantes) Passo a fixação da pena provisória, observando o disposto nos artigos 61, 62 e 65 do CPB. Reconheço a agravante do art. 61, I do CP, qual seja, a reincidência, tendo em vista que o acusado possui condenação anterior aos fatos narrados nestes autos que já transitaram em julgado (Processo 0607114-57.2017, fato 04 de março de 2017, trânsito em 14 de julho de 2017). Por outro lado, tendo em vista que o acusado confessou a autoria do delito espontaneamente, reconheço a existência da circunstância atenuante da confissão espontânea, prevista nos arts. 65, III, "d" do CPB. Reconheço ainda a atenuante da menoridade relativa. Desta forma, fixo a pena-provisória do crime tipificado no art. 157, §2º, I e II do CP em 04 (quatro) anos de reclusão. Terceira Fase - Causas de aumento e diminuição Passo a análise das causas de aumento e diminuição. Reconheço a causa de aumento de pena prevista no § 2º-A, I do Código Penal. Desta forma, majoro a pena em 2/3. Por este motivo, fixo a PENA DEFINITIVA do crime tipificado no art. 157, §2º, I e II e § 2º-A, I do CP em 07 (sete) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Do Regime inicial: O regime inicial para o cumprimento da pena de reclusão deverá ser o FECHADO a teor da regra ínsita no art. 33, § 2º, alínea "a" e "b" do CP e tendo em vista a reincidência. Da Detração: Constata-se que o réu encontra-se custodiado desde o dia 01 de outubro de 2018, fazendo jus a 10 (dez) meses e 12 (doze) dias de detração. Do direito de Recorrer em Liberdade: Levando-se em conta que o acusado permaneceu preso durante a instrução criminal e que ainda se fazem presentes os requisitos da sua custódia cautelar, os da garantia da ordem pública a fiel execução da pena, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade. Da pena de multa: Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 25 (vinte e cinco) dias-multa, levando-se em consideração as condições financeiras do acusado, estabelecendo que o valor do dia-multa corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Da substituição da pena de reclusão pela restritiva de direitos: Deixo de operar a substituição prevista no art. 44 da Lei Substantiva Penal, em razão de: a) o crime ser punível com pena superior a 4 (quatro) anos, nos termos do inciso I do referido dispositivo legal, b) da reincidência, nos termos do inciso II do referido dispositivo legal. Da suspensão condicional da pena: Deixo de aplicar a suspensão condicional da pena em observância ao art. 77, do CP. Do pagamento das custas processuais: Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas processuais em consideração a sua situação econômica. Expeça-se as guias de recolhimento, para a execução provisória da pena. Após o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados e comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF. Remetam-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital, devendo ser observado o período em que o réu permaneceram presos provisoriamente, comunicando-se à Unidade Prisional sobre a presente decisão. Publique-se e registre-se. Intimem-se.

Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Lucivaldo Breves da Silva (OAB 10226/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)

4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARGARETH ROSE CRUZ HOAGEN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0077/2019

ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM) - Processo 0000270-92.2007.8.04.0001 (001.07.000270-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - DENUNCIADO: Cleidsonhanderson Braga de Souza - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, e em consequência CLEIDSONHANDERSON BRAGA DE SOUZA, qualificados nos autos, das imputações que lhe foram feitas na denúncia. Transitado em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Custas na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 23 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: GISELLE RACHEL DIAS FREIRE (OAB 5138/AM) - Processo 0202157-89.2015.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Desobediência - DENUNCIADO: ANTONIO ALEX RODRIGUES - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, observada a pena máxima abstratamente cominada para o delito em tela, JULGO, por sentença, EXTINTA A PUNIBILIDADE do denunciado

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0202500-79.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Madson Martins de Queiroz - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: A MMa Juíza concedeu às partes o prazo de cinco (05) dias, para apresentação de Memoriais.

ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM) - Processo 0204655-84.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Wellington de Sousa Meirelles e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia para condenar: ALFREDO PEREIRA DE SOUZA e WELLINGTON DE SOUSA MEIRELLES, como incursos nas sanções previstas pelo artigo 157, § 2.º, II, do CP, ao tempo em que passo a dosar as respectivas penas a ser-lhes aplicadas, individualmente, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. As condutas incriminadas e atribuídas aos réus incidem no mesmo juízo de reprovabilidade. Portanto, impõe-se uma única apreciação sobre as circunstâncias judiciais enunciadas no artigo 59 do Código Penal a todos os crimes, a fim de se evitar repetições desnecessárias. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à espécie. Os Réus são primários; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime demonstram extrema ousadia dos Réus, porquanto realizado à luz do dia; As consequências dos crimes são próprias do tipo. Não existem elementos para se aferir situação econômica dos Réus. À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente é que fixo as respectivas penas, em 04 (quatro) anos de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, I, do Código Penal, a menoridade relativa, em relação ao réu ALFREDO DE SOUZA, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). Não concorrem circunstâncias atenuantes, somente em face do réu WELLINGTON MEIRELLES, nem circunstâncias agravantes e causas de diminuição a serem observadas, referente a ambos os réus. Presente no crime de roubo uma causa de aumento de pena prevista no inciso II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, sobretudo pelo uso efetivo da arma, ficando os Réus condenados pelo crime de roubo à pena

de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, a ser adimplida de modo individual, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 04.02.2016 e 15.08.2016, dosando definitivamente a pena em 04 (quatro) anos, 09 (nove) meses e 19 (dezenove) dias. Assim, ficam os réus condenados definitivamente à pena de 04 (quatro) anos, 09 (nove) meses e 19 (dezenove) dias de reclusão, e ao pagamento, de forma individual, de 10 (dez) dias-multa, cada um, no valor anteriormente arbitrado. Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, "b", do Código Penal, os Réus deverão cumprir a pena em regime SEMIABERTO. Por sua vez, por vislumbrar ausentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhes o direito de recorrerem em liberdade, se por outro motivo não estiverem presos. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lancem-se os nomes dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus, com as suas devidas identificações, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: CINTHIA PEREIRA DE SOUZA LIMA (OAB 9797/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0207461-29.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: RODRIGO DE LIMA MOREIRA e outro - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista às partes, a fim de apresentarem os Memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM), ADV: ELAINA LARISSE FRUTUOSO CESTARI DE LIMA (OAB 13633/AM), ADV: OCIMAR LOPES DE SOUZA (OAB 1717/AM) - Processo 0211488-26.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉ: Kethlen Santana de Souza - Vista à defesa para apresentação de alegações finais, sob a forma de memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA EDILEUSA MORAES DE MEDEIROS (OAB 7060/AM) - Processo 0217860-83.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - DENUNCIADA: Regiane Miranda do Vale e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e condeno CLEUTON CORREA DOS SANTOS e REGIANE MIRANDA DO VALE, anteriormente qualificados, como incursos nas sanções previstas pelo artigo 155, § 4.º, II e IV, do Código Penal, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhes aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à espécie. Os Réus são tecnicamente primários; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo dos delitos se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão descritas nos autos; As consequências dos crimes são próprias do tipo, sendo que de modo algum o comportamento da vítima contribuiu para a prática do crime, razão pela qual nada se tem a valorar. Não existem elementos para se aferir situação econômica da Ré. À vista dessas circunstâncias analisadas é que fixo a pena base em 02 (dois) anos de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a confissão. Tendo em vista que a pena-base foi fixada no mínimo legal, deixo de aplicá-la, em observância à Súmula n.º 231, do STJ, razão pela qual mantenho a pena anteriormente dosada. Não concorrem circunstâncias agravantes e nem causas aumento e de diminuição a serem observadas. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, a qual deve guardar exata proporcionalidade com a pena de multa, fixo esta no pagamento de 10 (dez) dias-multa, a ser adimplida individualmente, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 30.04.2016 e 05.05.2016 (fls. 97 e 139), dosando definitivamente as respectivas penas em 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 25 (vinte cinco) dias; Assim, ficam os réus condenados definitivamente à pena de 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 25 (vinte cinco) dias de reclusão, e ao pagamento, individual, de 10 (dez) dias-multa, cada um, no valor anteriormente arbitrado. Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, "c", do Código Penal, os Réus deverão cumprir a pena em regime ABERTO. Contudo, torna-se cabível a aplicabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, uma vez que os Réus preenchem os requisitos alinhados no artigo 44, inciso III, do Código Penal, revelando ser a substituição suficiente à repreensão do delito. Assim sendo, observado o disposto pelo artigo 44, parágrafo 2.º, 2.ª parte e na forma do artigos 46, parágrafo 3.º, e 48, do Código Penal, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por DUAS restritivas de direitos, quais sejam, a de PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E DE LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA, por se revelarem as mais adequadas ao caso, na busca de reintegração dos sentenciados à comunidade e como forma de lhe promover a autoestima e compreensão do caráter ilícito de suas condutas, consistentes em tarefas gratuitas a serem desenvolvidas, pelo prazo designado em audiência, junto a uma das entidades enumeradas no parágrafo 2.°, do artigo 46, do CP, em local a ser designado pelo Juízo da Execução, devendo ser cumprida a razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, que será distribuída e fiscalizada, de modo a não prejudicar a jornada de trabalho do condenado e, esta, na permanência, aos sábados e domingos, de 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado. Ao Juízo da Execução, após o trânsito em julgado desta decisão, em audiência admonitória a ser designada, caberá indicar as entidades beneficiadas com as prestações de serviços, as quais deverão ser comunicadas a respeito, com a remessa de fotocópia da presente decisão, incumbindo-lhe encaminhar mensalmente relatório circunstanciado, bem como a qualquer tempo, comunicar sobre a ausência ou falta disciplinar do condenado, consoante disposto pelo artigo 150, da Lei 7.210/84. Deverá, ainda, serem cientificados os réus que lhes é facultado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (artigo 55, do Código Penal), sendo que, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada ou restante. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus, com as suas devidas identificações, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Expeçam-se guias de recolhimento em desfavor dos Réus, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas-VEMEPA. Publique-se. Registre-

se. Intimem-se. Manaus, 26 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM), ADV: IDEGILSON DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 10210/AM), ADV: JORGE HENRIQUE GONZAGA DIAS JÚNIOR (OAB 9953/AM) - Processo 0221225-48.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Kedson Ferreira de Lima - Intimem-se as partes, nos termos do Art. 402 do CPP.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0236441-83.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - INDICIADO: Rafael Costa de Araújo - Instrução e Julgamento Data: 17/12/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM) - Processo 0241938-78.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: DAVI PINHEIRO DE SOUZA - Marcel da Silva Moraes - Instrução e Julgamento Data: 03/12/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ALINE INHAMUNS PAULO (OAB 6790/AM) - Processo 0242308-23.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: MARCOS MOTA DE SOUZA - Ante o exposto, e em acolhimento as alegações finais do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e CONDENO MARCOS MOTA DE SOUZA, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções previstas pelo artigo 157, caput, do Código Penal, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância aos dispostos pelos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à espécie. O réu é primário; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo dos delitos se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão descritas nos autos; As consequências dos crimes são próprias do tipo, sendo que de modo algum o comportamento da vítima contribuiu para a prática do crime, razão pela qual nada se tem a valorar. Não existem elementos para se aferir situação econômica do Réu. A vítima em nada contribuiu para o evento. À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente, é que fixo a pena base em 04 (quatro) anos de reclusão. Concorrem circunstâncias atenuantes previstas no artigo 65, I e III, "d", do Código Penal, quais sejam, a menoridade e a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). É pacífico a jurisprudência neste sentido, tomando-se como exemplo, recente decisão do Judiciário local. EMENTA - PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, § 2.º, I, DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE JÁ FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. PRESENÇA DE ATENUANTES. REDUÇÃO DA REPRIMENDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 231 DO STJ. 1. Tendo sido fixada a pena-base no mínimo legal, incabível reduzi-la ainda mais em virtude da presença de atenuantes. Inteligência da súmula n.º 231, do STJ. 2. Ainda que não seja de observância obrigatória, a aplicação da referida súmula é questão pacífica em ambas as Câmaras Criminais deste E. Tribunal. 3. Apelação criminal conhecida e não provida. (TJAM - Apelação n.º 0233071-62.2016.8.04. 0001 Relatora: Desembargadora CARLA MARIA SANTOS DOS REIS, Primeira Câmara Criminal, Data do julgamento: 15/10/2017. (grifei) Não concorrem circunstâncias agravantes e nem causas de aumento e de diminuição a serem observadas. À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no equivalente a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do Código Penal. Não há tempo de prisão provisória a ser detraído. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 04 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em vista do quanto disposto pelo artigo 33, parágrafo 2.º, "c" do Código Penal, o Réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em regime ABERTO. Por outro lado, por estarem ausentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. Em função de as circunstâncias do crime e as provas dos autos demonstrarem que o delito deu-se mediante grave ameaça, e que a ausência desta é requisito para a concessão do beneplácito aduzido no inciso I, 2.ª parte, do art. 44, do CP, DEIXO de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Por outro lado, ISENTO o réu do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação do Réu, com a sua devida identificação, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; e, 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 18 de junho de 2019. (assinado eletronicamente) Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques - Juíza de Direito Respondendo cumulativamente - Portaria n.º 1128, de 08.05.2019.

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM), ADV: TAQUER JUNIO QUEIROZ RIBEIRO (OAB 13226/AM) - Processo 0604024-75.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Kelvisson Souza de Oliveira - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e condeno KELVISSON SOUZA DE OLIVEIRA, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções previstas pelos artigos no artigo 157, § 2.º, II, do CP; e art. 244-B, da Lei n.º 8.069/90, c/c art. 70, do CP, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. As condutas incriminadas e atribuídas ao réu incidem no mesmo juízo de reprovabilidade. Portanto, impõe-se uma única apreciação sobre as circunstâncias judiciais enunciadas no artigo 59 do Código Penal a todos os crimes, a fim de se evitar repetições desnecessárias. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto que o Réu agiu com culpabilidade reprovável normal a espécie, nada tendo a se valorar; O réu é primário; Poucos elementos foram coletados a respeito de suas condutas sociais e personalidades, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão relacionadas nos autos; As consequências do crime são normais a espécie. As vítimas em nada influenciaram à prática do delito. Não há informações sobre a situação econômica do Réu. À vista das circunstâncias analisadas isoladamente é que fixo as seguintes penas bases: A) Crime previsto no art. 157, do Código Penal, em 4 (quatro) anos de reclusão. B) Crime previsto no art. 244-B, da Lei n.º 8.069/90, em 1 (um) ano de reclusão. Não concorrem circunstâncias agravantes nem causas de diminuição a serem observadas. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). Presente no crime de roubo uma causa de aumento de pena prevista no inciso II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente

dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, ficando o Réu condenado pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, relativo ao crime de roubo, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em sendo aplicável ao caso a regra prevista no artigo 70, do Código Penal (concurso formal), à vista da existência concreta da prática de 2 (dois) crimes de roubo e corrupção de menor através de uma única ação delitiva, aplico a pena mais branda, aumentada do critério ideal de 1/6 (um sexto), conforme restou consignado na motivação desta decisão, ficando o réu condenado a 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 08.02.2016 e 24.06.2016, dosando definitivamente a pena em 05 (cinco) anos, 10 (dez) meses e 04 (quatro) dias. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 05 (cinco) anos, 10 (dez) meses e 04 (quatro) dias de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em vista do quanto disposto pelo artigo 33, parágrafo 2.º, "b" do Código Penal, o Réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em regime SEMIABERTO. Por conseguinte, em face de não vislumbrar os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO o réu do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação do Réu, com a sua devida identificação, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: EDUARDO LELES DIAS (OAB 13842/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: AMADEU JARDIM MAUÉS FILHO (OAB 6059/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM), ADV: DÁRIA NUNES BINDÁ (OAB 3672/AM), ADV: FRANK FERREIRA DANTAS (OAB 10195/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM), ADV: TAMARA JÉSSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM), ADV: THIAGO HENRIQUE ANDRADE MARQUES (OAB 14585/AM) - Processo 0604265-44.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - VÍTIMAFATO: A.M.S. - RÉU: S.C.S. - T.S.C. - B.G.O. - L.M.O. - G.S.L. - M.O.M. - M.A.P.G. - F.M.R. - L.V.S. e outro - Instrução e Julgamento Data: 18/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM) - Processo 0604966-73.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Davi de Almeida Pantoja e outro - Instrução e Julgamento Data: 12/09/2019 Hora 11:30 Local: Sala padrão Situacão: Cancelada

ADV: TOMÁS GOMES DA SILVA NETO (OAB 12978/AM) - Processo 0625511-96.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Roubo Majorado - RÉU: C.L.S.A. - Instrução e Julgamento Data: 13/09/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: NILSON DE JESUS FERREIRA (OAB 2799/AM), ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0626418-71.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Avner Andrey Sales de Oliveira - Bruno de Souza Ferreira - DENUNCIADO: João Vitor Barbosa Negrão - Instrução e Julgamento Data: 18/09/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0657994-19.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Felipe Nascimento Pinheiro e outro - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Após a juntada do laudo pericial dê-se vista às partes para apresentação de Memoriais, no prazo legal.

Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Aline Inhamuns Paulo (OAB 6790/AM)
Amadeu Jardim Maués Filho (OAB 6059/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cinthia Pereira de Souza Lima (OAB 9797/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Dária Nunes Bindá (OAB 3672/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Eduardo Leles Dias (OAB 13842/AM)
Elaina Larisse Frutuoso Cestari de Lima (OAB 13633/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Frank Ferreira Dantas (OAB 10195/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Giselle Rachel Dias Freire (OAB 5138/AM)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Idegilson de Oliveira Andrade (OAB 10210/AM)
Jorge Henrique Gonzaga Dias Júnior (OAB 9953/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Maria Edileusa Moraes de Medeiros (OAB 7060/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nilson de Jesus Ferreira (OAB 2799/AM)
Ocimar Lopes de Souza (OAB 1717/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Tamara Jéssica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Taquer Junio Queiroz Ribeiro (OAB 13226/AM)
Thiago Henrique Andrade Marques (OAB 14585/AM)
Tomás Gomes da Silva Neto (OAB 12978/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0228/2019

ADV: FELIX VALOIS COELHO JUNIOR (OAB 339/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: LÚCIA HONÓRIO DE VALOIS COELHO (OAB 4233/AM), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM) - Processo 0207906-08.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Uso de documento falso - RÉU: Rogeanne Oliveira Gomes da Silva representada pelo seu Curador José Carlos Cavalcante - Em vista das informações acostadas na certidão de fls. 510, redesigno a audiência ora designada para o dia 05/06/2019, às 10:30h, para o dia 23/08/2019 às 09:00h para realização da instrução processual.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0628731-05.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - ACUSADO: A.B.F. - F.R.S.T. - R.O.S. - Instrução e Julgamento Data: 11/09/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Alichelly Carina Macedo Ventura (OAB 7185/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Felix Valois Coelho Junior (OAB 339/AM)
Lúcia Honório de Valois Coelho (OAB 4233/AM)

7ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0172/2019

ADV: SÉRGIO RODRIGO RUSSO VIEIRA (OAB 808A/AM), ADV: KAREM LÚCIA CORRÊA DA SILVA RATTMANN (OAB 704A/AM), ADV: FÁBIO DA COSTA VILAR (OAB 167078/SP), ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0206358-84.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMAFATO: Manaus Ambiental S/A - RÉU: Luiz Ricardo Afonso Garcia - Intimem-se os advogados para apresentação de alegações finais.

ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM), ADV: KARLA PATRÍCIA BULASLAN DE MENDONÇA (OAB 11742/AM), ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM), ADV: ALBINO MAGALHAES JUNIOR (OAB 001.381/AM), ADV: ALBINO M. JÚNIOR (OAB 1381/AM) - Processo 0209326-11.2016.8.04.0015 (apensado ao processo 0612002-61.2016.8.04.0015) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Injúria - QUERELANTE: ERLANE KARINNE BARROSO NOGUEIRA BRAGA - QUERELADO: André Luiz da Silva Magalhães - Intimem-se os advogados para apresentação de alegações finais em forma de memoriais.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0237116-17.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Fernando Fernandes Martins - Ex positis, por restar configurado uma das causas saneamento do processo sem julgamento do mérito, em consonância com a promoção ministerial e declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu Fernando Fernandes Martins, nos termos do artigo 107, I do Código Penal. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa nos autos. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM), ADV: LUIZ ANTÔNIO DA SILVA JÚNIOR (OAB 11811/AM) - Processo 0248787-32.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Sidney Rodrigues dos Santos - Trata-se de ação criminal proposta contra Sidney Rodrigues dos Santos denunciado pela prática do crime de receptação, previsto no artigo 180, caput, do Código Penal brasileiro. In casu, houve a suspensão condicional do processo para fins previstos no artigo 89, §1º da Lei nº 9.099/95. À fl. 161, Decisão interlocutória expedida pelo Juízo da VEMEPA, informando que o autor do fato deu total cumprimento ao período de prova da sursis processual. Ex positis, DECLARO EXTINTA a punibilidade do autor do fato em epígrafe, dando-se a devida baixa na distribuição desta ação, vez que o acusado cumpriu as condições impostas no Termo de Audiência de fls. 107-109. Transcorrido o prazo para o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Publique-se, Registre-se e Intime-se.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0622659-70.2017.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Estelionato - REQUERENTE: Ricardo da Cunha Magalhães - Jenner Daniel Fortes Ribeiro - Assim sendo, acolho a promoção ministerial, determino o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de seu eventual desarquivamento, caso venham surgir novos elementos de convicção, como prevê a legislação vigente. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0641802-74.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Furto - AUTORFATO: David Gonçalves Divino - Vistos, etc. Trata-se de Inquérito Policial que visa apurar suposto crime de furto simples, previsto no artigo 155 do Código Penal, supostamente praticado por David Gonçalves Divino, tendo como vítima Arlesson Fernandes de Araújo, fato ocorrido em 25 de julho de 2019. O Ministério Público se manifestou pelo arquivamento nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, aplicando in casu o princípio da insignificância. No feito em tela, o indiciado furtou 01(uma) fita isolante, 04(quatro) pacotes de macarrão Miojo, 01(uma) trena de medição, 01(um) kit de reparo de pneu, além de R$ 4,80 (quatro reais e oitenta centavos), conforme Auto de Exibição e Apreensão, sendo possível, a aplicação do princípio da insignificância, uma vez que restou caracterizado a atipicidade material da conduta. O princípio da insignificância tem razão de ser nos postulados da intervenção mínima do Direito Penal e da proporcionalidade da pena em relação à gravidade do crime. Os critérios para a aplicabilidade do princípio supramencionado estão presentes, quais sejam: a mínima ofensividade do agente; nenhuma periculosidade social da ação, o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada. Assim sendo, acolho a promoção ministerial, por incidência de causa supralegal de exclusão de tipicidade material (princípio da insignificância) determinando, por conseguinte, o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal. Arquivem-se os autos. Intimem-se.Cumpra-se.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0642498-13.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Falsidade ideológica - AUTORFATO: A Esclarecer - Assim sendo, acolho a promoção ministerial determinando, por conseguinte, o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de seu eventual desarquivamento, caso venham surgir novos elementos de convicção, como prevê a legislação vigente. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0642858-45.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - AUTORFATO: Ananiel de Oliveira Almeida - Assim sendo, acolho a promoção ministerial determinando, por conseguinte, o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de seu eventual desarquivamento, caso venham surgir novos elementos de convicção, como prevê a legislação vigente. Arquivem-se os autos.Intimem-se.Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0643987-85.2019.8.04.0001 - Habeas Corpus Criminal - Habeas Corpus - Cabimento - IMPETRANTE: Matheus

Santos Gonçalves - Assim sendo, em consonância a Promoção Ministerial de fls. 15/16, NÃO RECONHEÇO o habeas corpus impetrado, por verificar que a situação ora sob exame não apresenta os requisitos formais necessários para tal, determinando, por conseguinte, a EXTINÇÃO DO FEITO. Arquive-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

Albino M. Júnior (OAB 1381/AM)
Albino Magalhaes Junior (OAB 001.381/AM)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
FÁBIO DA COSTA VILAR (OAB 167078/SP)
Karem Lúcia Corrêa da Silva Rattmann (OAB 704A/AM)
Karla Patrícia Bulaslan de Mendonça (OAB 11742/AM)
Luiz Antônio da Silva Júnior (OAB 11811/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB 808A/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0171/2019

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0209579-23.2012.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉ: A.C.M. e outro - Diante de todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte absolvo as acusadas Aldirene Costa Mesquita e Alcimar Costa Mesquita, das acusações que lhes foram atribuídas, por insuficiência de provas para condenação, com supedâneo legal no que determina o artigo 386, VII do Código de Processo Penal.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0224827-47.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Maurílio Guimarães Leitão - Sendo assim, diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia para CONDENAR MAURÍLIO GUIMARÃES LEITÃO , já qualificados nos autos, como incurso nas penas do artigo 14 da Lei n.° 10.826/03, consoante fundamentação.

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM) - Processo 0627433-75.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Heliton de Oliveira Leal - Sendo assim, diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia para CONDENAR HELITON DE OLIVEIRA LEAL , já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 16, parágrafo único, inciso IV da Lei n.° 10.826/03, consoante fundamentação.

Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0841/2019

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0030008-96.2005.8.04.0001 (001.05.030008-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - INDICIADO: Brydson Braga Bermeu - RÉU: Carlos Sérgio Costa Martins - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 03/10/2019, às 12:00h, será realizada na mesma data, porém no horário das 10:15h na Sala padrão.

ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM), ADV: HELIANDRO BRANDÃO DE LIMA (OAB 4894/AM) - Processo 0201443-95.2016.8.04.0020 - Termo Circunstanciado - Leve - VÍTIMAFATO: FERNANDO MACHADO MARINHO e outro - RÉU: Mozart Santos Salles de Aguiar Junior - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 03/10/2019, às 11:30h, será realizada na mesma data, porém no horário das 10:45h na Sala padrão.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO LIMA PESSOA (OAB 1897/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0209733-93.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra as Relações de Consumo - RÉU: Maria Olandilza cruz de Oliveiras - Sidney de Queiroz Pedrosa e outro - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 18/12/2019, às 10:15h, na Sala padrão, em razão de readequação de pauta.

ADV: DIEGO TEIXEIRA RIBEIRO (OAB 299600/SP) - Processo 0211909-74.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMAFATO: Federal Mogul Industria de Autopeças Ltda - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 18/05/2020, às 09:30h, na Sala padrão.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0222217-14.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Itelvino Ramires da Costa - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 09/03/2020, às 10:45h, na Sala padrão.

ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM) - Processo 0222426-12.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMAFATO: Eloá Harumi Taira Gonçalves - Designo o dia 28/08/2019, às 09:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0230895-23.2010.8.04.0001 (001.10.230895-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Nonato Vieira Martins e outro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 07/10/2019, às 08:00h, será realizada na mesma data, porém no horário das 09:45h na Sala padrão.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0236849-11.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Udson Santos de Andrade - Designo o dia 29/08/2019, às 09:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0239266-39.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Maus Tratos - RÉU: Romerito de Lima Teixeira - Designo o dia 28/08/2019, às 08:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0239431-47.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Sidney da Silva Marinho - Designo o dia 29/08/2019, às 10:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: FABRÍCIO BURGIN DA CUNHA (OAB 9845/AM), ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM) - Processo 0247065-31.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Esbulho possessório (art. 161, § 1º, II) - RÉ: Vera Lúcia Cantanhede da Silva - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta. a audiência foi redesignada para o dia 09/03/2020, às 09:15h, na Sala padrão.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0247657-46.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Welken John Oliveira Coelho - Designo

o dia 28/08/2019, às 11:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: EDUARDO AUGUSTO DA SILVA DIAS (OAB 5857/AM) - Processo 0248698-09.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Arleson Rodrigues da Silva - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 01/06/2020, às 11:00h, na Sala padrão.

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM), ADV: AMARILDO PEREIRA DA SILVA (OAB 3228/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0250633-89.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação de documento público - RÉU: Renan de Oliveira Chaves - Designo o dia 28/08/2019, às 10:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM) - Processo 0250683-57.2009.8.04.0001 (001.09.250683-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Fé Pública - RÉU: Paulo Henrique de Melo Pacó - Designo o dia 27/08/2019, às 11:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0329964-33.2007.8.04.0001 (001.07.329964-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Nicodenes da Cruz de Souza e outro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 02/10/2019, às 12:00h, será realizada na mesma data, porém no horário das 10:45h na Sala padrão.

ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM), ADV: ALLAN YUNES DA ROCHA (OAB 12748/AM), ADV: DEIVESON WUANDERSON DE SENA LIMA (OAB 14258/AM) - Processo 0607111-34.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Adriano Bentes Ribeiro - Josias Xavier Santana - Rodrigo Araujo Moraes e outro - Designo o dia 28/08/2019, às 11:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM) - Processo 0613238-85.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: Marcelo Bitencourt de Brito - Designo o dia 27/08/2019, às 10:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0615202-16.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Edvan Gonçalves de Macena - Designo o dia 28/08/2019, às 11:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0635406-18.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Rugleson Lima de Vasconcelos - Designo o dia 29/08/2019, às 08:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0635591-22.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Lute Muniz Barroso e outro - Nos termos do art. 360 do Código de Processo Penal, se o réu estiver preso, será pessoalmente citado. Deste modo, acautelo-me a decidir acerca do pedido de fls. 111/114 após a citação pessoal do Réu LUTE MUNIZ BARROSO, oferecimento de Resposta à Acusação e juntada de comprovante de residência atualizado, resguardando, assim, a instrução criminal e a aplicação da lei penal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0639311-94.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Marco Antonio Sena de Araújo - Wendrill da Silva Lima - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para o dia 17/09/2019, às 10h:45, foi redesignada para o dia 09/03/2020, às 11:15h, na Sala padrão, em razão de readequação de pauta.

ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0643972-19.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: VITOR LIMA BEZERRA - Ante o exposto, presentes na peça acusatória os requisitos do art. 41 e ausentes quaisquer das circunstâncias do art. 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA contra VITOR LIMA BEZERRA, e DETERMINO as seguintes medidas:

ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0643972-19.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: VITOR LIMA BEZERRA - Designo o dia 25/09/2019, às 11:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: SÉRGIO SAMARONE DE SOUZA GOMES (OAB A1092/AM), ADV: JHENNIFER CRISTINE SOUZA PINTO (OAB 12655/AM), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0646709-29.2018.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Calúnia - QUERELANTE: Luís Jorge de Arruda Rosas - QUERELADO: Rubenito Cardoso da Silva Júnior - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 05/03/2020, às 10:15h, na Sala padrão

Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Allan Yunes da Rocha (OAB 12748/AM)
Amarildo Pereira da Silva (OAB 3228/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
DEIVESON WUANDERSON DE SENA LIMA (OAB 14258/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Diego Teixeira Ribeiro (OAB 299600/SP)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Eduardo Augusto da Silva Dias (OAB 5857/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fabrício Burgin da Cunha (OAB 9845/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Heliandro Brandão de Lima (OAB 4894/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jhennifer Cristine Souza Pinto (OAB 12655/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Francisco Lima Pessoa (OAB 1897/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sérgio Samarone de Souza Gomes (OAB A1092/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)

9ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DEBORA MARQUES PEREIRA DIB
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0065/2019

ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM), ADV: CARLA ROBERTA TIRADENTES (OAB 4742/AM), ADV: HARBEN GOMES AVELAR (OAB 9795/AM), ADV: WALDEMIR DOS SANTOS COSTA JÚNIOR (OAB 8905/AM), ADV: FRANCISCO MOACIR MAIA FILHO (OAB 5560/AM) - Processo 0204379-87.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: D.S.V. - R.S.L. - R.G.S. - R.M.P. - I.B.S. - A.G. - (...) Pelo exposto, julgo procedente em parte a denúncia e condeno Rubens de Souza Lopes e Rallys Moura Pereira, nas penas do Art. 157, §2º, II, do CP, nestes autos, absolvendo Rogério Gomes de Souza, Isac Braga Silva e Antonio Garcia pelos fundamentos acima expendidos, Passo a dosar as penas aos condenados. Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que a culpabilidade dos acusados está evidenciada. Suas personalidades revelam-se deturpadas pela própria prática, com violência gratuitamente empregada contra pessoa indefesa. O motivo era a intenção de lucro, que não elide a culpabilidade do crime, cuja conseqüência de maior relevo foi o transtorno experimentado pelas vítimas, as quais em nada contribuíram para o fato típico. Nos autos não há nada digno de nota acerca das circunstâncias, além das já exauridas no corpo da fundamentação. Pela audácia, pela premeditação e pela impossibilidade de reação das vítimas, colhidas no recato do lar, estipulo como pena-base o assoalho legal de 06 anos de reclusão. A segunda fase traz para o primário Rallys Moura Ferreira o recorte de 06 meses a título da confissão, perfazendo 05 anos e 06 meses de reclusão, enquanto para o contumaz Rubens de Souza Lopes faço a compensaçãoo entre a confidência e a reincidência. Por fim, na última etapa do sistema tripartido no Art. 59 do CP, acresço-lhes 1/3 (um terço), em virtude da causa de aumento do inciso II, do §2º., do Art. 157, do Estatuto Repressivo, o que torna a pena em 07 ANOS E 04 MESES DE RECLUSÃO para Rallys Ferreira e 08 ANOS DE RECLUSÃO para Rubens de Souza Lopes, mais 15 dias-multa à razão de 1/30 (UM TRINTA AVOS) do salário mínimo, de forma individual. Pelo total imposto e devido às diferentes condições pessoais, o regime inicial de cumprimento é o semiaberto para Rallys e fechado para Rubens. Lavre-se alvará de soltura - sob as rubricas de praxe - para o absolvido Antonio Garcia, que teve a prisão preventiva decretada no curso da instrução. Rubens Lopes não poderá apelar em liberdade pela personalidade voltada à seara delitiva que ostenta, em clara afetação da ordem pública. A Rallys Moura Ferreira concedo a possibilidade de solto apresentar razões de eventual irresignação. Custas rateadas entre os condenados. Detração no que couber. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lancem-se os nomes dos réus no rol dos culpados; Proceda-se recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Expeçam-se os mandados de prisão e guias de recolhimento, extraindo-se, ainda, as peças imprescindíveis para remessa a VEP. P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para publicação no Diário de Justiça Eletrônico. Manaus (AM), 22 de agosto de 2019. Henrique Veiga Lima. Juiz de Direito

ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM), ADV: ELIZABETH GOMES DA SILVA (OAB 53324/DF), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM) - Processo 0615915-88.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0630040-95.2018.8.04.0001) - Pedido de Prisão Preventiva - Coação no curso do processo - REPTANTE: B.L.Q. e outro - INVESTIGAD: E.G.C.M. - Autos n°: 0615915-88.2019.8.04.0001 Investigad: Enzo Gregorio de Castro Martins O M.D. Promotor de Justiça que atua perante este juízo entende que mesmo a despeito da remessa dos presentes autos e seus dependentes a esta vara porque a MM Magistrada da 8a Vara Criminal declarou-se suspeita, remanesce a competência do titular da Promotoria que atua junto àquela vara. Assim, oficie-se à Exma. Procuradora-Geral de Justiça para cumprimento do que requer o Dr. Lázaro Campos, antes, porém, desentranhe-se a peça de fls. 273/277. Manaus, 22 de abril de 2019. HENRIQUE VEIGA LIMA. Juiz de Direito

ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM), ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM), ADV: RODRIGO SOUZA LACONI (OAB 9292/AM), ADV: AUGUSTO CEZAR ECHENIQUE RIBEIRO (OAB 13720/AM), ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM) - Processo 0621492-81.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado (Art. 155, § 4o.) - RÉ: Clara Chaves Castro - (...) Pelo exposto, firmados e explicados os motivos, JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA E CONDENO CLARA CHAVES CASTRO nas penas do Art. 155, §4º, II (primeira figura) c/c Art. 71, do CPB. Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que a culpabilidade da acusada está evidenciada porque inexistem excludentes a livrá-lo da pena. Como sua folha de antecedentes criminais mostra primariedade, nada há que desdoure sua personalidade. É de se presumir que o motivo primordial do delito fosse a obtenção de lucro fácil. Inexiste no conjunto coligido algo digno de nota acerca das circunstâncias da figura típica além do que já foi dito alhures. À vista do exposto, com espeque no Art. 68 do CPB, fixo-lhe a pena-base em 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO. Na segunda fase nada há a considerar. Já na derradeira etapa aplico-lhe a causa de aumento geral da continuidade delitiva no percentual de 1/6 (um sexto), totalizando 02 ANOs E 04 MESES DE RECLUSÃO, mais 10 (DEZ) DIAS-MULTA À RAZÃO DE 1/30 DO SM. O regime inicial é o aberto. Dispenso-a do pagamento das custas judiciais, tomando o patrocínio da causa pela DPE ab ovo, como razoável indicativo de hipossuficiência econômica. Na aplicação da pena privativa de liberdade, considerando que a acusada é primária, não possuidora de grau de culpabilidade exacerbada; os resultados, normais ao tipo penal infringido, bem como a desnecessidade de segregação para a eficácia da sanção penal, substituo a pena privativa de liberdade aplicada, nos termos do Art. 44, inciso I, do Código Penal, em restritiva de direitos. Assim, diante do exposto, transformo a pena privativa de liberdade aplicada em pena restritiva de direitos, determinando que CLARA CHAVES CASTRO preste serviços gratuitos à cidade de Manaus, pelo prazo de duração de sua pena, a contar do primeiro dia de trabalho prestado durante 01 (uma) hora por dia, de modo a não prejudicar suas atividades laborais normais, conforme suas aptidões físicas e intelectuais, mais a limitação do final de semana. Poderá apelar em liberdade. Após o trânsito em julgado desta, remetam-se os autos à VEMEPA, onde será especificado o local de cumprimento da reprimenda. P.R.I.C. Extraia-se o dispositivo para circulação no veículo oficial. Manaus (AM), 22 de agosto de 2019. Henrique Veiga Lima. Juiz de Direito.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0632620-64.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: José Antônio Souza Teixeira - (...) Assim sendo, por todo o exposto, julgo procedente em parte a denúncia e CONDENO José Antônio Souza Teixeira nas penas do Art. 157, §2.º, II, do CPB e Art. 244-B, do ECA c/c Art. Art. 70, do CPB. Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que sua culpabilidade está evidenciada; de seus antecedentes colho primariedade, o que não lhe desdoura a personalidade. O motivo alegado não justifica o crime ou afasta a tipicidade de seu ato. Realce-se que a vítima em nada contribuiu para a prática, que teve módicas conseqüências, pois que no desdobramento do crime não houve mal maior. À vista do exposto, com espeque no Art. 68 do CPB, considerando a primariedade fixo-lhe a pena base em 04 anos de reclusão pelo delito de Roubo. A segunda fase passa sem alterações, por força da Súmula 231 do STJ. Na derradeira etapa, impinjo-lhes 1/3 (um terço) relativamente à causa de aumento do concurso de agentes. Desse modo, a reprimenda é transmutada em 05 anos e 04 meses de reclusão, sobre os quais incidem 1/6 (um sexto) do concurso formal com o delito de Corrupção de Menores , perfazendo 06 anos, 02 meses e 20 dias de reclusão, mais 15 (quinze) dias-multa à razão de 1/30 (um trinta avos) do SM. O regime inicial é o semiaberto. Não pode apelar solto pela gravidade concreta da conduta, mas a execução provisória é devida. Detração no que couber. Dispensado das custas. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lancem-se seus nomes no rol dos culpados; Proceda-se recolhimento do valor atribuído a

título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Expeçam-se as guias de recolhimento, extraindo-se, ainda, as peças imprescindíveis para remessa a VEP. Encaminhem-se as facas apreendidas à destruição. P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para publicação no Diário de Justiça Eletrônico. Manaus (AM), 22 de agosto de 2019. Henrique Veiga Lima. Juiz de Direito

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM) - Processo 0637330-64.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Posse Sexual Mediante Fraude - RÉU: F.M.B. - Autos n°: 0637330-64.2018.8.04.0001 Réu: Franciny Marques Batista Cuidam os autos de ação penal instaurada em desfavor de Franciny Marques Batista por haver, em tese, praticado o delito do Art. 215 do CPB. Acatando a representação da autoridade policial endossada pelo MP e tendo ainda a não localização do representado durante a fase da Inquisa, este juízo deferiu a decretação de sua prisão preventiva. Não existe comunicação do cumprimento do Decreto-Forte pela polícia judiciária. Após o recebimento da denúncia, o acusado ofertou resposta escrita na qual atravessou também pedido de revogação de prisão. O parecer ministerial é contrário. Relatei. Decido. Considerando tudo o que dos autos consta, noto que o endereço do réu acha-se devidamente informado pela defesa à fl. 70, não subsistindo o perigo à frustração da instrução processual. Demais disso, apesar da gravidade do delito registro que além do paradeiro fixo, não possui o suplicante maus antecedentes, não estando mais presentes, no vivido momento e atual panorama, os requisitos e pressupostos do Art. 312 do CPP. Ante o exposto, revogo o ergástulo cautelar decretado contra Franciny Marques Batista devendo o increpado ficar obrigado, entretanto, a comparecimento a todos os atos do processo e não se ausentar da Comarca sem a prévia autorização deste Juízo, sob pena de nova decretação da medida restritiva. Recolha-se o mandado de prisão. Aguarde-se a AIJ. Manaus, 22 de março de 2019. Henrique Veiga Lima. Juiz de Direito

Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Augusto Cezar Echenique Ribeiro (OAB 13720/AM)
Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
Carla Roberta Tiradentes (OAB 4742/AM)
Elizabeth Gomes da Silva (OAB 53324/DF)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Francisco Moacir Maia Filho (OAB 5560/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Harben Gomes Avelar (OAB 9795/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Rodrigo Souza Laconi (OAB 9292/AM)
Waldemir dos Santos Costa Júnior (OAB 8905/AM)

Autos n°: 0203674-21.2017.8.04.0001
Luan Carlos Ribeiro de Alencar

(…) Nestes termos, julgo procedente a denúncia e condeno LUAN CARLOS RIBEIRO DE ALENCAR nas penas do Art. 155 c/c Art. 14, II, do CP.

Declarado culpado do crime acima mencionado, nada mais me cabe que não dosar-lhe a pena, a título de repreensão e ressocialização:

Atento aos ditames dos Arts. 59 e 68 do CPB, registro que sua culpabilidade está evidenciada. Seus antecedentes mostram primariedade; os motivos foram, apesar de não declarados, a intenção de auferir lucro fácil, o que, por óbvio, não justificam o delito e não se prestam a afastar a tipicidade de seu ato; que teve como conseqüências as acima explicitadas.

À vista do exposto, com espeque no Art. 68 do CPB, comino-lhe a pena base em 01 ANOS DE RECLUSÃO.

Na segunda fase da aplicação da reprimenda, nada há a considerar, por força da Súmula 231 do STJ.

A terceira etapa da dosimetria traz a causa de diminuição do tentativa no recorte mínimo de 1/3 (um terço) porque foi localizado quando já havia se afastado consideravelmente da igreja levando a res, restando a sanção de 08 MESES DE RECLUSÃO, mais de 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo. Regime aberto.

Dispensado das custas por razoáveis indicativos de pobreza na acepção legal.

Na aplicação da pena privativa de liberdade, considerando que a primariedade técnica, a ausência de violência e de grau de culpabilidade exacerbada, tendo, ainda, que os resultados são normais ao tipo penal infringido, entendo pela desnecessidade de segregação para a eficácia da sanção penal. Assim sendo, substituo a pena privativa de liberdade aplicada, nos termos do Art. 44, inciso I, do Código Penal, por restritiva de direitos, determinando que preste serviços gratuitos à cidade de Manaus, pelo prazo de duração de sua pena, a contar do primeiro dia de trabalho prestado durante 01 (uma) hora por dia, de modo a não prejudicar suas atividades laborais normais, conforme suas aptidões físicas e intelectuais.

Poderá apelar em liberdade.

Detração no que couber.

Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências:

Lance-se o nome do apenado no rol dos culpados;

Extraiam-se as peças imprescindíveis para remessa a VEMEPA.

PRIC. Destaque-se o dispositivo para publicação no DJE.

Manaus (AM), 21 de agosto de 2019.

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito

Autos n°: 0232044-39.2019.8.04.0001

(…) De tudo quanto visto e examinado, comungo com a manifestação ministerial, entendendo que não está suficientemente especificado quais bens pertencem ao requerente e quais das mercadorias apreendidas foram vendidas para Ricardo Botelho e José Roberto. Além disso, o telefone requestado deve ser vindicado pela titular/proprietária ou comprovada documentalmente a aquisição pelo suplicante. Dito isso, indefiro os rogos em apreciação.

Diligencias de praxe.

Manaus, 21 de agosto de 2019.

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito

Autos n°: 0615349-42.2019.8.04.0001
Marcos Antônio Fonseca Matos

(…) Ante o exposto, julgo procedente a incoativa e condeno Marcos Antônio Fonseca Matos nas penas do Art. 157, da Lei Substantiva Penal, nestes autos.

Passo a dosar a pena do condenado.

Atento aos ditames do Art. 59, do Diploma ventilado ao norte, tenho que sua culpabilidade está evidenciada. O motivo alegado não justifica o delito, pois que admitir agruras financeiras como exculpantes seria instalar o caos social. Realce-se que a vítima em nada contribuiu para a prática, que teve módicas conseqüências, pois que no desdobramento do crime não houve mal maior. Circunstâncias devidamente narradas no corpo da fundamentação, não excedendo ao tipo infringido.

A teor, ainda, da certidão de antecedentes colho reincidência.

Porque as circunstâncias foram normais, fixo-lhe a pena-base em 04 ANOS DE RECLUSÃO.

Na segunda fase faço a compensação entre a reincidência e a confissão.

Na terceira etapa, não existem causas de aumento ou diminuição, pelo que aquele montante inicial é a sanção final e definitiva. Impinjo-lhe também 10 (DEZ) dias-multa à base de 1/30 (um trinta avos) do SM vigente.

O regime inicial é o semiaberto, de acordo com a Súmula 269 do STJ.

Não poderá apelar em liberdade porque sua personalidade volvida à seara delitiva mostra afetação da ordem pública, porém a execução provisória- se possível, é devida.

Detração no que couber.

Dispensado das custas.

Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão,

tomem-se as seguintes providências:

Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados;

Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal;

Expeça-se a guia de recolhimento, extraindo-se, ainda, as peças imprescindíveis para remessa a VEP, a fim de que o indigitado cumpra a recriminação no estabelecimento prisional correspondente.

P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para circulação no Diário de Justiça Eletrônico.

Manaus (AM), 21 de agosto de 2019.

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito.

Processo nº 0231866-90.2019.8.04.0001

Indiciado: Monik Dozani de Lira

Vistos, etc.

Compulsando os autos, verifico haver transcorrido o prazo decadencial sem a manifestação da parte interessada. Assim, DECRETO A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE quanto (a) Monik Dozani de Lira, nestes autos de nº 0231866-90.2019.8.04.0001, com base no 107, IV, segunda figura, da Lei Substantiva Penal.

P.R.I.

Após, arquive-se.

Manaus, 21 de agosto de 2019

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito

Processo n.º 0644495-31.2019.8.04.0001

Indiciado: Arlison Marques de Araujo

Vistos etc.

Acolho o parecer de fls. 23 e 24, do ilustre representante do Ministério Público, cujo relatório passo a adotar como razão de decidir porque embasado em sólidos argumentos legais e, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente Caderno Persecutório distribuído sob o nº 0644495-31.2019.8.04.0001, com base no artigo 28 do Código de Processo Penal, considerando que a Promotoria não encontrou elementos suficientes para oferecer a Denúncia. Ressalvo, todavia, a possibilidade de desarquivamento ex-vi do art.18 do mesmo Diploma Legal.

Dê-se baixa com as providências de estilo.

Intime-se. Cumpra-se.

Manaus, 23 de agosto de 2019

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito

Processo n.º 0643377-20.2019.8.04.0001

Indiciado: A Esclarecer

Vistos etc.

Acolho o parecer de fls.22 e 23, do ilustre representante do Ministério Público, cujo relatório passo a adotar como razão de decidir porque embasado em sólidos argumentos legais e, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente Caderno Persecutório distribuído sob o nº 0643377-20.2019.8.04.0001, com base no artigo 28 do Código de Processo Penal, considerando que a Promotoria não encontrou elementos suficientes para oferecer a Denúncia. Ressalvo, todavia, a possibilidade de desarquivamento ex-vi do art.18 do mesmo Diploma Legal.

Dê-se baixa com as providências de estilo.

Intime-se. Cumpra-se.

Manaus, 22 de agosto de 2019

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito

Processo n.º 0644319-52.2019.8.04.0001

Indiciado: A Esclarecer

Vistos etc.

Acolho o parecer de fls.57 e 58, do ilustre representante do Ministério Público, cujo relatório passo a adotar como razão de decidir porque embasado em sólidos argumentos legais e, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente Caderno Persecutório distribuído sob o nº 0644319-52.2019.8.04.0001, com base no artigo 28 do Código de Processo Penal, considerando que a Promotoria não encontrou elementos suficientes para oferecer a Denúncia. Ressalvo, todavia, a possibilidade de desarquivamento ex-vi do art.18 do mesmo Diploma Legal.

Dê-se baixa com as providências de estilo.

Intime-se. Cumpra-se.

Manaus, 22 de agosto de 2019

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito

Autos n°: 0640124-24.2019.8.04.0001

Regiane de Souza Abreu

Cuidam os autos de denúncia ofertada contra Regiane de Souza Abreu pelo delito do Art. 155 c/c Art. 14, II, do CPB.

De tudo quanto visto e examinado, data venia o posicionamento ministerial, tenho que a situação fática apresenta, pelo valor da coisa furtada- que foi integralmente restituída (R$ 452,28) e pela condição de riqueza da empresa vitimada, reduzidíssimo o grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressiva lesão aos bens jurídicos, postos pelo Tribunal da Cidadania como requisitos de aplicação do princípio da insignificância.

Nesse contexto, nota-se que o obrar da denunciada, ainda que provado, sendo acobertado pelo referido princípio, tem afastada a tipicidade da ação e, em conseqüência, o crime, que é ação típica, antijurídica e culpável, porque, como é cediço, a falta de qualquer um desses requisitos arreda a configuração do delito.

Por derradeiro, anoto que as passagens pela Justiça Criminal ostentadas pelo denunciada não se prestam a afastar o princípio em análise, pois que isso configuraria a aplicação do odioso “direito penal do autor”, que contraria frontalmente o direito penal moderno, o qual se alicerça sobre o fato do agente1. Nesse sentido vão os mais abalizados julgamentos:

STJ- HABEAS CORPUS Nº 96.929 - MS (2007/0300036-8)

RELATORA : MINISTRA JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG)

VALOR DE R$ 50,00 – OBJETO RESTITUÍDO À VÍTIMA -REINCIDÊNCIA – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA OU BAGATELA – POSSIBILIDADE –IRRELEVÂNCIA DA REINCIDÊNCIA E DOS MAUS ANTECEDENTES. PRINCÍPIO DA NECESSARIEDADE DA PENA – ORDEM CONCEDIDA PARA RECONHECER A ATIPICIDADE DA CONDUTA.

1- Se o bem tutelado nem mesmo chegou a ser ofendido, nem há relevância na conduta praticada, o princípio da insignificância;deve ser aplicado, afastando-se a tipicidade.

2- A aplicação dos princípios da necessariedade e da suficiência afasta a fixação de pena que se mostra excessiva para reprimir conduta irrelevante.

3- Maus antecedentes e reincidência não impedem a aplicação doprincípio da bagatela.

4- Ordem concedida para absolver o paciente pelo reconhecimento da atipicidade de sua conduta. Expedido alvará de soltura, salvo prisão por outro motivo.

Assim sendo, rejeito a denúncia, nos termos do Art. 395, III, do CPP.

1Conforme magistral explanação efetivada pelo Min. Félix Fischer no Resp. 827.960 DJ 18.12.2006, p. 497: “A ingerência de dados pessoais, levando à denominada relevância ou irrelevância (conforme o caso) penal, é aplicação - inaceitável – do criticado Direito Penal de Autor (e não de Ato) em que a decisão não está voltada ao fato (aí, mero referencial), mas, isto sim, à pessoa(pelo que ela é). Vale dizer: o que seria insignificante passa a ser penalmente relevante diante dos maus antecedentes; e, o que seria penalmente relevante pode deixar de ser pelos louváveis antecedentes(ou condição social). Isto, data vênia, é incompatível com o Estado de Direito Democrático.”

Se não desafiar recurso, arquive-se.

Manaus (AM), 23 de agosto de 2019

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito

NOTA DE INTIMAÇÃO - ADVOGADO

Processo nº: 0213263-08.2015.8.04.0001

Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC

Assunto: Roubo Majorado
Réu(s): Carlos Alexandre Pereira da Silva
Advogado(s): Helena de Oliveira Galvão
Finalidade: Ciência despacho fl. 244
Manaus, 27 de agosto de 2019
Henrique Veiga Lima
Juiz(a) de Direito

Processo nº: 0639661-19.2018.8.04.0001
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC
Assunto: Furto Qualificado
Réu(s): Jander Feitosa Costa
Advogado(s): Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante, Cíntia Albuquerque Brito e Érica Cândida Costa
Finalidade: Ciência despacho fl. 178
Manaus, 27 de agosto de 2019
Henrique Veiga Lima
Juiz(a) de Direito

Processo nº: 0203904-34.2015.8.04.0001
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC
Assunto: Furto
Réu(s): Luis Paulo Castro de Souza
Advogado(s): Cristiano Leitão Tapajós, Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo, Thiago Rodrigues Gomes, CHARLENE DUARTE MAIA, Veraci Torres da Silva e Antônio Frazão Amaral
Finalidade: Ciência despacho fl. 191
Manaus, 27 de agosto de 2019
Henrique Veiga Lima
Juiz(a) de Direito

NOTA DE INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA

Processo nº: 0639281-59.2019.8.04.0001
Assunto: Roubo Majorado
Réu(s): Anderson Lima Amorin
Advogado(s): Érica Cândida Costa
Data da audiência: 18/09/2019 às 10:00h
Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito

Processo nº: 0637369-27.2019.8.04.0001
Assunto: Crimes do Sistema Nacional de Armas
Réu(s): João Victor Pereira Batista, Leonardo Carvalho Onorio, Raimundo Monteiro de Souza, Rodrigo Bentes de Araújo e Weliton Expedito Bezerra de Souza
Advogado(s): Érica Cândida Costa, Érica Cândida Costa, Lucimar Vidinha Gomes, Érica Cândida Costa e Érica Cândida Costa
Data da audiência: 18/09/2019 às 10:15h
Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito

Processo nº: 0215679-22.2010.8.04.0001
Assunto: Outras fraudes
Réu(s): Nestor Rodrigues Xavier Júnior
Advogado(s): Adriano Pereira Boneth
Data da audiência: 18/09/2019 às 08:00h
Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito

Processo nº: 0628796-89.2018.8.04.0015
Assunto: Leve
Réu(s): Lucy Cleide Lira Ramos
Advogado(s): Larissa Campos Rubim, FRANCIELY DA SILVA MATOS e Goreth Campos Rubim
Data da audiência: 19/09/2019 às 09:00h
Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito

10ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0249480-55.2012.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **FRANCISCO MOREIRA DE ARAÚJO**, brasileiro, natural de Itapiúna/CE, nascido em 15/05/1960, filho de Fernando Moreira de Araújo e Àurea Bernardinho de Araújo, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na rua Andorinha, S/N, Aptº 02, ao lado da Manaus Coop, Bairro Cidade de Deus, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 157, caput, c/c art. 14, II do Código Penal Brasileiro. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **29/10/2019 às 11:00h**, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27/08/2019. Eu, Carolina Gomes Barros, Servidor(a), o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0251918-54.2012.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **ZAQUEU ALMEIDA DA SILVA,** brasileiro, natural de Codajas/AM, nascido em 04/08/191, filho de Jose Astrogldo Nunes da Silva e Francisca Almeida da Silva, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na rua Rodão Martins, S/N, bairro Tancredo Neves, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 155, §§1º e 4º, inciso I, do Código Penal Brasileiro. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **30/10/2019 às 11:00h**, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27/08/2019. Eu, Carolina Gomes Barros, Servidor(a), o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0225438-39.2012.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu LANDERSON RODRIGUES BENTES, brasileiro, natural de Santarém/PA, filho de Pedro Orivaldo dos Santos Bentes e Eulália Rodrigues da Rocha, nascido em 17/06/1987, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na rua 01, n.° 285, bairro Mundo Novo, Manaus-Am, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. , 157, §2°, I e II e III e Art. 288, parágrafo único do Código Penal Brasileiro e Art 244-B, ECA. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia 17/10/2019 às 09:00h, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27/08/2019. Eu, Rebeca Gomes Saunier, Estagiária, o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0214484-31.2012.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **BRUNO GOMES DA SILVA**, brasileiro, natural de Tefé -AM, nascido em 02/02/1991, filho de Vicente Pereira da Silva e Lucilina Gomes da Silva, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na rua 02, número 46, bairro Monte Pascoal, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 157, §2° incisos I e II do Código Penal Brasileiro. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **22/10/2019 às 10:30h**, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27/08/2019. Eu, Rebeca Gomes Saunier, Estagiária, o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0633/2019

ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0217386-49.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: MARDSON DA SILVA GOMES e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do advogado 9770/AM - Roberto Wallace Souza Rodrigues, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para que apresente as Alegações Finais em forma de Memoriais, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0634/2019

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0244710-14.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Wilmar Simões da Silveira - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa da advogada 3835/AM - Maria Goreth Terças de Oliveira, devidamente constituída nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para que apresente as Alegações Finais em forma de Memoriais, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0635/2019

ADV: RONALDO CEZAR DA CUNHA BAZI (OAB 2254/AM), ADV: RODRIGO DE ALENCAR MAIA (OAB 5816/AM) - Processo 0252867-20.2008.8.04.0001 (001.08.252867-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Fé Pública - RÉU: Alison Oliveira da Silva - Carlos Roberto Xavier Pereira e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do(a)(s) advogado(a)(s) 2254/AM - Ronaldo Cezar da Cunha Bazi, 2254/AM - Ronaldo Cezar da Cunha Bazi, devidamente constituído(a)(s) nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para que apresente as Alegações Finais em forma de Memoriais, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Rodrigo de Alencar Maia (OAB 5816/AM)
Ronaldo Cezar da Cunha Bazi (OAB 2254/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0636/2019

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM) - Processo 0244541-66.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - ACUSADO: André dos Santos Frazao Pinheiro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do(a)(s) advogado(a)(s) 6389/AM - Kal-El Bessa Nascimento Salem, 7229/AM - Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo, devidamente constituído(a)(s) nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para que apresente as Alegações Finais em forma de Memoriais, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0637/2019

ADV: RODRIGO DE ALENCAR MAIA (OAB 5816/AM) - Processo 0252867-20.2008.8.04.0001 (001.08.252867-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Fé Pública - RÉU: Alison Oliveira da Silva - Esmeraldo Fausto Silva de Souza e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do advogado 5816/AM - Rodrigo de Alencar Maia, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para que apresente as Alegações Finais em forma de Memoriais, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Rodrigo de Alencar Maia (OAB 5816/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0638/2019

ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM) - Processo 0601056-67.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: V.L.S.R. - R.M.O. - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do advogado 7790/AM - Herrazuris Nogueira Duarte Júnior, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para que apresente as Alegações Finais em forma de Memoriais, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0377/2019

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0230575-70.2010.8.04.0001 (001.10.230575-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Rubens de Souza Viana - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 31/10/2019 às 09:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 26 de agosto de 2019 .

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM), ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM) - Processo 0234076-22.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: L.L.O. - D.C.M. - C.E.B.B. e outro - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0234076-22.2016.8.04.0001 Réu: Carlos Eduardo Benicio de Brito, Daniel Cesar Miller, LUCAS LIMA DE OLIVEIRA e Manoel de Oliveira Santana Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 30/10/2019 às 09:45h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 26 de agosto de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0623725-22.2016.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Carlos Armengol Ferreyra Castillo - PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DA CAPITAL FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0623725-22.2016.8.04.0001 Réu: Carlos Armengol Ferreyra Castillo Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 30/10/2019 às 11:15h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 26 de agosto de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0376/2019

ADV: ADRIELLY EDUARDA DA SILVA ALMEIDA (OAB 14513/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0202013-12.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Lewy Souza da Silva - I - Chamo o feito à ordem para receber o recurso de apelação, devidamente arrazoado, interposto pela defesa, no efeito devolutivo, vez que satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, registrando-se que a sentença condenatória somente foi disponibilizada nos autos virtuais em 05.08.2019, o que torna tempestiva a peça recursal interposta; II - Intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões; III - Com ou sem manifestação no prazo legal, remetam-se à Superior Instância.

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0207433-37.2010.8.04.0001 (001.10.207433-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes de Trânsito - INDICIADO: Jardean Lopes de Moraes - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera: Tendo em vista a desistência da oitiva das testemunhas pelo Ministério Público e o teor da petição de fls.127 e 128, o qual informa que o acusado está prestando serviço em Santa Maria/DF.Determino a secretaria que expeça carta precatória com a finalidade de fazer o interrogatório do acusado e após a devolução da carta cumprida, dê-se vista ao MP para apresentar as alegações finais, após vista a Defesa. Demais diligências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0215014-06.2010.8.04.0001 (001.10.215014-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Willians Gutenberg Nascimento e Silva e outro - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera: Declaro encerrada a instrução, razão pela qual, abro prazo ao Ministério Publico, para que apresente suas alegações finais, por memoriais escritos.Após, intime-se a Defesa. Demais diligências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0224220-78.2009.8.04.0001 (001.09.224220-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADA: Franciani Marreira dos Santos - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 25/09/2019 às 12:15h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0227971-29.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Waldemar Braga da Silva - Eliton Rodrigues de Sena - Ante o exposto, MANTENHO a PRISÃO PREVENTIVA pelos fundamentos retro alinhados. Determino seja pautada data para realização de Sessão

Plenária. P.I.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0229009-42.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Yan Nogueira de Sousa - Recebi hoje. Reexaminando os autos, concluo que não deve ser modificada a decisão recorrida cujus fundamentos bem resistem às razões do recurso interposto pela Defesa, razão pela qual entendo em manter in totum a decisão de pronúncia exarada. Entendo que o recurso deve ser remetido juntamente com os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com, vista a possibilitar à Instância Superior a exauriente análise e compreensão da lide, observadas as formalidades legais. P. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0230575-70.2010.8.04.0001 (001.10.230575-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Rubens de Souza Viana - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 31/10/2019 às 09:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 26 de agosto de 2019 .

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0231801-37.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Ivo da Silva Coelho e outro - Recebi hoje. Considerando constar na r. sentença condenatória de fls. 515/517 indicou possibilidade de revisão do regime inicial de cumprimento de pena, certifique-se quanto ao tempo de prisão provisória do réu. Após, voltem-me conclusos.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM) - Processo 0237616-25.2009.8.04.0001 (001.09.237616-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: N.C.P.G. - R.B.A. - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO ambos os acusados, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas seguintes sanções: RONILSON BRITO DE AZEVEDO: Art. 121, §2°, incisos I (mediante paga recompensa) e IV (recurso que dificultou a defesa da vítima), c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. NEWTO CLEUDO PINTO GOMES: Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe), c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-OS EM LIBERDADE, até Decisão contrária deste Juízo. Intimem-se os acusados desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: RENAN RODRIGUES LIMONGI (OAB 12413/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0244019-68.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Luciano Gomes Mendes - Joziene de Souza Mendes - Adriano de Souza Gomes - Doraneide de Souza Gomes - Francisco Jarles das Flores Henrique - José da Cunha Conceição - O Dr. Mateus Guedes Rios, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0244019-68.2013.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado DORANEIDE DE SOUZA GOMES, Convivente, RG 967092-0/AM, CPF 808.824.202-91, pai Jeová Alves Gomes, mãe Dorotéia de Souza Gomes, Nascido/Nascida 07/06/1968, com endereço à Rua 12 de Dezembro, 21, Próximo ao Quinto Batalhão, Compensa 3, CEP 69093-000, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe), III (meio cruel) e IV (recurso que impossibilitou a defesa do ofendido); Art. 211 (ocultação de cadáver); Art. 347, parágrafo único (fraude processual); e Art. 155, §4º, inciso IV (furto qualificado mediante concurso de pessoas); c/c Art. 29 “Caput” e 69 “Caput”, todos do Código Penal, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos “Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTES a Denúncia e o seu Aditamento e por conseguinte PRONUNCIO os acusados JOZIENE DE SOUZA MENDES, ADRIANO DE SOUZA GOMES e DORANEIDE DE SOUZA GOMES, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe), III (meio cruel) e IV (recurso que impossibilitou a defesa do ofendido); Art. 211 (ocultação de cadáver); Art. 347, parágrafo único (fraude processual); e Art. 155, §4º, inciso IV (furto qualificado mediante concurso de pessoas); c/c Art. 29 “Caput” e 69 “Caput”, todos do Código Penal.”. E para que chegue ao conhecimento do(s) Réu(s), e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 19 de julho de 2019. Eu, Pedro Victor Correa Alves (TT), expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretor(a) de Secretaria, confiro.

ADV: RENAN RODRIGUES LIMONGI (OAB 12413/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0244019-68.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Luciano Gomes Mendes - Joziene de Souza Mendes - Adriano de Souza Gomes - Doraneide de Souza Gomes - Francisco Jarles das Flores Henrique - José da Cunha Conceição - DESPACHO Recebi hoje, registrando-se que retornei às minhas funções nesta data. Abra-se vista ao MP para manifestação acerca do pedido de relaxamento de prisão. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM) - Processo 0618622-97.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Otaniran Matos dos Santos - Deliberação: Tendo em vista a conclusão da presente instrução criminal, passo a palavra ao Ministério Público para apresentação de suas alegações e a seguir à Defesa.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0623725-22.2016.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Carlos Armengol Ferreyra Castillo - PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DA CAPITAL FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0623725-22.2016.8.04.0001 Réu: Carlos Armengol Ferreyra Castillo Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 30/10/2019 às 11:15h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 26 de agosto de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: CLAUDIO DALLEDONE JÚNIOR (OAB 27347/PR), ADV: LEONARDO LEMOS DE ASSIS (OAB 6497/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: CAIO FORTES DE MATHEUS (OAB 36002/PR) - Processo 0641996-45.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Gustavo de Castro Sotero - Autos de nº0641996-45.2017.8.04.0001 Acusado: Gustavo de Castro Sotero DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Trata-se de pedido de autorização judicial para que o Réu seja submetido a avaliação medica pela Junta Medica Oficial da Secretaria de Estado de Saúde - SUSAM, com o fito de atestar se o acusado encontra-se em condições de saúde para participar de audiência de interrogatório nos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR nº 22.17.09.03.12591/17, que tramita na 5ª COMISSÃO PERMANENTE DE DISCIPLINA, que integra a Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Publica do Estado do Amazonas, considerando que o acusado vem apresentando reiterados atestados medicos, não comparecendo as audiências pautadas. Assim como há solicitação no mesmo oficio, de que sejam encaminhados copias, se assim houver, de atestados medicos protocolados nesse Juízo pelo acusado, no sentido de não comparecimento em audiências de interrogatório por motivos de saúde. Visto o exposto, DEFIRO na integra o pleiteado pela Corregedoria Geral em seu oficio, para que o acusado seja submetido a tal avaliação medica. Assim como que seja encaminhada certidão de fls. 1453, a qual comprova não constar atestados medicos apresentados pela defesa do acusado, ate a presente data. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito

ADV: LEONARDO LEMOS DE ASSIS (OAB 6497/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: CLAUDIO DALLEDONE JÚNIOR (OAB 27347/PR), ADV: EDUARDO RIBEIRO CALDAS (OAB 32153/PR), ADV: CAIO FORTES DE MATHEUS (OAB 36002/PR), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: DANIELLA LOPES CAVALCANTE (OAB 4164/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM) - Processo 0641996-45.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Gustavo de Castro Sotero - Autos de nº0641996-45.2017.8.04.0001 Acusado: Gustavo de Castro Sotero DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Trata-se de pedido de Redesignação de Sessão de Julgamento pautada para 04/11/2019. Em síntese, alega a defesa que já possui a algum tempo, na data pautada para juri, compromisso de trabalho, visto que, para a mesma data, possui pautada audiência de instrução e julgamento perante a 14ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciaria de Curitiba/PR com início programado para 05.Nov.2019, impedindio seu comparecimento nesta comarca. . É o suscito relatório. Passo a Decidir. A defesa, no dia 22 de agosto de 2019 peticionou pedido de redesignação de juri, juntando documentos que comprovam que ao tempo que o Julgamento foi marcado, o mesmo já possuía compromisso de trabalho, o qual seria audiência em outro Estado pautada anteriormente. As fls. 1411-1418, demonstram claramente não se tratar de mera estratégia da defesa para se esquivar do julgamento, ou má fé. No entanto, adiando este julgamento não teremos mais pauta para este ano, gerando demora ao processo. Em solução para este conflito de datas, encaixamos em nossa pauta uma data próxima, porem, anterior a pautada. Em virtude de todo o exposto acima, DEFIRO o pleiteado pela Defesa, redesignando a data da Sessão de Julgamento pautada para 29.10.2019 as 08:30. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito

Adrielly Eduarda da Silva Almeida (OAB 14513/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Caio Fortes de Matheus (OAB 36002/PR)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Claudio Dalledone Júnior (OAB 27347/PR)
Daniella Lopes Cavalcante (OAB 4164/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Eduardo Ribeiro Caldas (OAB 32153/PR)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Leonardo Lemos de Assis (OAB 6497/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Renan Rodrigues Limongi (OAB 12413/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0372/2019

ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM) - Processo 0714806-91.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - IMPETRANTE: THIAGO BEZERRA DO MONTE - PACIENTE: Marcos Antonio de Souza - ''FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE o patrono do acusado para que compareça à 1ª Vara do Tribunal do Júri, para Audiência de Instrução e Julgamnto, pautada para o dia 10/09/2019 às 09H''

Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0235/2019

ADV: LAUREANO CEZAR ELIAS MULLER (OAB 1633/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0007495-31.2010.8.04.0011 (011.10.007495-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: João Jorge Rufino da Silva - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ADVOGADOS HABILITADOS NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0007495-31.2010.8.04.0011, que a Justiça Pública move contra João Jorge Rufino da Silva, por infração Art. 121 § 2º, I, IV, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP , o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Thiago Andrade de Melo Laureano Cezar Elias Muller, OAB 7214/AM e 1633/AM, A FIM DE APRESENTAREM SUAS RAZÕES RECURSAIS no PRAZO LEGAL DE 02 (DOIS) DIAS, e para que, no futuro, os mesmos não aleguem desconhecimento, bem como não alegue-se a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: SÉRGIO MOURA DA SILVA (OAB 7565/RO) - Processo 0043025-73.2003.8.04.0001 (001.03.043025-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Francisco Rodrigues de Oliveira - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta

secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0043025-73.2003.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Francisco Rodrigues de Oliveira, por infração Art. 121 § 2º, II (duas vezes) c/c Art. 14 "caput", II ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Fábio Moraes Castello Branco e Sérgio Moura da Silva, OAB 4603/AM e 7565/RO, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, conforme despacho de fls.302 neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0212140-48.2010.8.04.0001 (001.10.212140-1) - Ação Penal de Competência do Júri - AUTOR: A Justica Publica - DENUNCIADO: Herisson da Luz Fernandes - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0212140-48.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Herisson da Luz Fernandes, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Eguinaldo Gonçalves de Moura, OAB 3761/AM, a fim de se MANIFESTAR SE TEM INTERESSE OU NÃO NA OITIVA DAS TESTEMUNHAS FALTANTES, no NO PRAZO DE 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão temporal, informando também o endereço atualizado das mesma caso insista, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Vanessa Feitoza dos Santos, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0212140-48.2010.8.04.0001 (001.10.212140-1) - Ação Penal de Competência do Júri - DENUNCIADO: Herisson da Luz Fernandes - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0212140-48.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Herisson da Luz Fernandes, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Eguinaldo Gonçalves de Moura, OAB 3761/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 26/09/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, VANESSA FEITOZA DOS SANTOS, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM), ADV: JOSÉ DILSON CARVALHO FILHO (OAB 13383/AM) - Processo 0247771-14.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Mauro Lucio Gonçalves Santos, vulgo "Badal" - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0247771-14.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Mauro Lucio Gonçalves Santos, vulgo "Badal", por infração Art. 121 "caput" do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Pedro Guimarães Cabral Filho OAB 9111/AM e Dr. José Dilson Carvalho Filho OAB 13383/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 24/09/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM), ADV: JOSÉ DILSON CARVALHO FILHO (OAB 13383/AM) - Processo 0247771-14.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Eduardo Reis de Souza - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - DENUNCIADO: Mauro Lucio Gonçalves Santos, vulgo "Badal" - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0247771-14.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Mauro Lucio Gonçalves Santos, vulgo "Badal", por infração Art. 121 "caput" do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Mauro Lucio Gonçalves Santos, vulgo "Badal", a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 24/09/2019 às 08:30h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de

Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM) - Processo 0255979-26.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Rubens de Souza Silva e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0255979-26.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Rubens de Souza Silva, por infração Art. 121 § 2º, IV c/c Art. 14, II ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Henrique da Silva Braga, OAB 9379/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0621861-41.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - RÉU: R.X.G. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0621861-41.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Reinaldo Xavier Gomes, por infração Art. 121 § 2º, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Geraldo de Souza Nascimento, OAB 12039/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 11/09/2019 às 11:00h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Arlyson Alvarenga do Nascimento, Estagiário, o digitei. ARLYSON ALVARENGA DO NASCIMENTO MATRICULA:E9365-3 A

ADV: REGINA CELIA CUNHA FARIAS (OAB 13135/AM), ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM), ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM) - Processo 0641103-54.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Rayson Barroso de Lucena - Rubson Barroso de Lucena - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0641103-54.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Rubson Barroso de Lucena e Rayson Barroso de Lucena, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 14, II e Art. 29 “caput” todos do(a) CP e Art. 121 § 2º, I c/c Art. 14, II e Art. 29 “caput” todos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Rubemar Rocha de Lucena, Regina Celia Cunha Farias e Marcos Paulo do Carmo Oliveira, OAB 11448/AM, 11771/AM, 11448/AM e 13135/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 24/09/2019 às 10:00h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
José Dilson Carvalho Filho (OAB 13383/AM)
Laureano Cezar Elias Muller (OAB 1633/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Regina Celia Cunha Farias (OAB 13135/AM)
Rubemar Rocha de Lucena (OAB 11448/AM)
Sérgio Moura da Silva (OAB 7565/RO)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

Processo nº 0626585-88.2019.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu TIAGO AUGUSTINHO DE SOUSA, pai Manoel Nunes de Souza, mãe Maria Francisca Augustinho, natural de Manaus - AM. Local de prisão: CRT - Centro de Recebimento e Triagem, Manaus - AM. Endereço: Morador de Rua , por infração no Art. 121 § 2º, IV do(a) CP, do Código Penal Brasileiro, e como referido réu não foi encontrado mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, para dentro do PRAZO DE 15 (quinze) DIAS, pelo qual ficará o acusado CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no PRAZO DE 10 (dez) DIAS, onde deverá apresentar sua RESPOSTA ESCRITA À ACUSAÇÃO nesta 2ª Vara do Tribunal do Júri Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, na forma do Art. 406 e parágrafos, do Código de Processo Penal, podendo no prazo acima mencionado arrolar testemunhas cuja citação valerá para todos os efeitos e termos do processo até final julgamento. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico – Caderno Judiciário e afixado na porta principal da 2ª Vara do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a) o digitei, e eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0218304-87.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Talison Almeida Cunha, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Talison Almeida Cunha, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 10/09/2019 às 09:00h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0236/2019

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0365479-32.2007.8.04.0001 (001.07.365479-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Akel Ananias Benicio Arruda - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0365479-32.2007.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Akel Ananias Benicio Arruda, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14, II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Akel Ananias Benicio Arruda, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 07/10/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente JudiciárioNAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0365479-32.2007.8.04.0001 (001.07.365479-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Akel Ananias Benicio Arruda - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0365479-32.2007.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Akel Ananias Benicio Arruda, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14, II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Jesualdo Ferreira Monteiro, OAB 7935/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 07/10/2019 às 08:00h, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0238/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0233731-27.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Elizangela Matos de Souza - Salomão Souza de Oliveira - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ACUSADOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0233731-27.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Salomão Souza de Oliveira e Elizangela Matos de Souza, por infração Art. 121 § 2º, IV c/c Art. 129 “caput” ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Acusados Salomão Souza de Oliveira e Elizangela Matos de Souza, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 07/10/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0227/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0201387-90.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: ADILSON RIBEIRO FONSECA - Willian Conceição Santos Rodrigues e outros - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 25/02/2020 às 08:00h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: JEBERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 12432/AM) - Processo 0215870-57.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: JACKSON MINGUIM SENA - FALECIDO - RÉU: Francisco Machado dos Santos e outro - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 02/10/2019 às 10:45h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0662225-89.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Amaury Eugenio Nonato - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 02/10/2019 às 10:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Jeberson Fernandes dos Santos (OAB 12432/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ADONAID ABRANTES DE SOUZA TAVARES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0226/2019

ADV: IVO MORAIS DE OLIVEIRA (OAB 5945/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0200846-23.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: José Olímpio Faleiro - Vistos. Ministério Público apresentou Denúncia em desfavor de JOSÉ OLÍMPIO FALEIRO, atribuindo-lhe a prática dos crimes previstos no art. 121, §2º, inciso II, c/c o art. 14, II, ambos do CP. A Denúncia narra o fato delitivo da seguinte forma: Segundo consta das inclusas peças informativas, no dia 11/01/2015, às 3 horas da manhã, na Avenida Samaúma, Monte das Oliveiras, em via pública, a vítima Paulo Frank Barbosa da Costa, foi alvejado pelo denunciado por um disparo de arma de fogo, cujo projétil alojou-se em seu abdômen, vindo a causar lesões no intestino, que foram reparadas via cirurgia laparoscópica (laudo de exame de corpo de delito defls. 147). A vítima só não veio a óbito em razão de rapidamente ter obtido socorro médico. Apurou-se que no endereço acima indicado, acontecia uma festa e que o denunciado passou na frente do local com seu veículo (uma caminhonete), munido de uma arma de fogo e efetuou um disparo na direção dos presentes, atingindo a vítima. O réu não nega ter assim procedido, sustentando que teria atirado, contudo, em direção ao chão. Afirmou que assim o fez, pois o som estaria alto demais e ele e sua esposa não conseguiam dormir. Disse que sua esposa chegou a ir ao local da festa, porém voltou chorando, afirmando que teriam-na ameaçado por ter pedido que o volume fosse diminuído. Por essa razão teria passado na frente da confraternização e atirado. A futilidade do motivo reside no fato de a tentativa de homicídio ter ocorrido em razão do descontentamento do réu com o volume do som de uma festa, configurando a qualificadora prevista no inciso II do § 2.º do art. 121 do CP. Assim procedendo, o acusado praticou a conduta descrita no art. 121, § 2.º, II (motivo fútil) do Código Penal. A Denúncia foi recebida em 13/04/2016. O Acusado foi citado e apresentou resposta escrita à acusação. Após a realização da audiência de instrução da primeira fase do procedimento escalonado do júri, foram apresentados memoriais finais pela acusação e pela defesa, tendo o Acusado sido pronunciado, em 30/10/2018, como incurso nas penas do art. 121, §2º, inciso II, c/c o art. 14, II, ambos do CP. Instado, o Ministério Público indicou para serem ouvidas em plenário a vítima Paulo Frank Barbosa da Costa e as testemunhas Édio José dos Santos Sousa, Carlos Henrique Medeiros Moreira, Fabíola Silva da Conceição. Por sua vez, a defesa do pronunciado indicou para serem ouvidas em plenário, as testemunhas Maria Joselia Dias de Sousa, Mardônio Alves da Silva e José Luis Campos Luz. Estando o processo em ordem para ser submetido ao julgamento plenário pelo Tribunal do Juri, foi designada data para o Julgamento em Sessão Plenária do Juri, conforme arts. 423, inciso II, do Código de Processo Penal Brasileiro. Consoante Ata integrante do processo em epígrafe, no dia 15/08/2019 o Tribunal do Júri desta Comarca se reuniu, tendo sido formado o Conselho de Sentença. Após a instrução, foram procedidos os debates, nos quais a acusação pediu a desclassificação da conduta narrada na exordial para o crime de lesão corporal simples (art. 129, caput, do Código Penal), ante a ausência de prova do animus necandi do acusado, não sustentando agravantes em plenário. Por sua vez, a Defesa pediu a desclassificação da conduta narrada na exordial para o crime de lesão corporal simples (art. 129, caput, do Código Penal), ante a ausência de prova do animus necandi do acusado. Não sustentou, em plenário, atenuantes. Após, o Conselho de Sentença, o Juiz Presidente, o Ministério Público e a Defesa, se reuniram em sala secreta, tendo os Jurados respondido aos quesitos que lhe foram formulados da seguinte maneira: 1 - no dia 11/01/2015, às 3 horas da manhã, na Avenida Samaúma, Monte das Oliveiras, em via pública, a vítima Paulo Frank Barbosa da Costa, foi alvejada por um disparo de arma de fogo, cujo projétil alojou-se em seu abdômen, vindo a causar lesões no intestino? Na forma do art. 483, §§1º e 2º, do CPP, MAIS QUE TRÊS JURADOS RESPONDERAM (x) SIM ( )NÃO 2 - O Acusado JOSÉ OLÍMPIO FALEIRO foi o autor do disparo de arma de fogo que alvejou a vítima Paulo Frank Barbosa da Costa no dia 11/01/2015? Na forma do art. 483, §§1º e 2º, do CPP, MAIS QUE TRÊS JURADOS RESPONDERAM (x) SIM ( )NÃO 3 - O jurado absolve o Acusado JOSÉ OLÍMPIO FALEIRO? Em analogia à forma prevista no art. 483, §§1º e 2º, do CPP, MAIS QUE TRÊS JURADOS RESPONDERAM (x) SIM ( )NÃO 4 - O Acusado JOSÉ OLÍMPIO FALEIRO quis matar ou assumiu o risco de provocar a morte de Paulo Frank Barbosa da Costa? PREJUDICADO 5 - O crime foi cometido por motivo fútil? PREJUDICADO Ante o exposto, em consonância com o art. 5º, inciso XXXVIII da CF/88, e na forma dos arts. 482 e 483 do CPP, o Conselho de Sentença JULGOU IMPROCEDENTE A IMPUTAÇÃO CONTIDA NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, ABSOLVENDO JOSÉ OLÍMPIO FALEIRO PELA PRÁTICA DO CRIME DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO PRATICADO CONTRA PAULO FRANK BARBOSA DA COSTA. Nos termos do art. 492, II, “b” do CPP, REVOGO as medidas restritivas provisoriamente decretadas em desfavor do acusado. Sem custas. A presente sentença foi lida e publicada em Plenário do Júri, estando intimados, portanto, o Ministério Público, o Réu e a Defesa. Publique-se.

ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0201387-90.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: ADILSON RIBEIRO

FONSECA - Willian Conceição Santos Rodrigues e outros - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 25/02/2020 às 08:00h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0201661-83.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: F.A.P. - Recebo o RECURSO DE APELAÇÃO, tendo em vista sua tempestividade, conforme preceitua o art. 593, do CPP. Contrarrazões oferecidas pelo apelado. Remetam-se os autos à Instância Superior, observadas as cautelas de praxe (art. 601, caput, CPP). Cumpra-se.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0203301-06.2012.8.04.0020 - Inquérito Policial - Ameaça - INDICIADO: A.A.S. - Trata-se de procedimento criminal instaurado para apurar a responsabilidade penal do nacional ALDAIR ANDRADE DA SILVA, pela prática, em tese, do crime de tentativa de homicídio capitulado nos arts. 121, c/c art. 14, II ambos do CPB, perpetrado contra Joicilany Marques da Silva. O fato ocorreu no dia 10 de maio de 2012, por volta das 20 horas, na avenida Presidente Kennedy, Feira da Panair, Colônia Oliveira Machado, nesta capital. Instado a se manifestar o representante ministerial se manifestou no sentido de que os presentes autos fossem remetidos ao Juízo de Direito da Vara Comum por entender que este Tribunal do Júri não é o Juízo competente para o processamento e julgamento da matéria constante nos presentes autos (fls.245/246). É o breve relatório. Passo a decidir. Correta e bem lançada a promoção formulada pelo membro do Parquet, cuja fundamentação adoto, para, em consequência declinar a competência para o processamento e julgamento do presente feito, em favor de uma das varas criminais, por tratar-se de crime diverso da competência desta especializada, de acordo com o art. 157, I, da Lei Complementar nº 17/97 e art. 5º, XXXVIII, DA CF/88. Remetam-se os autos para serem redistribuídos a uma das varas criminais da comarca da capital, com as cautelas de praxe. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM), ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0208337-42.2019.8.04.0001 (processo principal 0247963-44.2014.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Crime Tentado - APELANTE: Nacio de Souza Placido - Dou-me por ciente do acórdão que conheceu e não deu provimento ao recurso em sentido estrito interposto pelo réu NÁCIO DE SOUZA PLÁCIDO. À secretaria para as providência do art. 422. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0213724-72.2018.8.04.0001 (processo principal 0220559-81.2015.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Crimes do Sistema Nacional de Armas - APELANTE: Alexsandro Campos da Costa - Diante do trânsito em julgado da decisão (fls. 105), determino à secretaria as providências do art. 422. Cumpra-se.

ADV: JEBERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 12432/AM) - Processo 0215870-57.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: JACKSON MINGUIM SENA - FALECIDO - Isto posto, em consonância com o representante do Parquet, DECRETO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte de Pedro Antonio Nascimento Júnior, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal e art. 62 do Código de Processo Penal. À secretaria para proceder a baixa do nome do acusado no sistema SAJ, prosseguindo-se os autos em face dos demais denunciados.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0219966-57.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Petrônio Torres Jacaúna - Recebo o RECURSO DE APELAÇÃO, tendo em vista sua tempestividade, conforme preceitua o art. 593, do CPP. Remetam-se os autos ao apelante para apresentação de razões recursais no prazo legal. Após, ao recorrido. Remetam-se os autos à Instância Superior, com as razões ou sem elas, observadas as cautelas de praxe (art. 601, caput, CPP). Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0222975-85.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Fernando Azevedo dos Reis - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando a NÃO localização da testemunha Luiza Vidal de Brito arrolada na fase do art. 422, do CPP, providencia a intimação da DEFENSORIA PÚBLICA do RÉU Fernando Azevedo dos Reis para indicar endereço DIVERSO do outrora utilizado (rua, nº.; bairro) - com a indicação da respectiva fonte do endereço -, a ser apontado nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sem prejudicar a data já agendada. Faculta-se ainda providenciar, por sua iniciativa - caso assim queira -, a apresentação da testemunha, outrora não localizada, a que insiste, na sessão de julgamento designada, sob pena de preclusão.

ADV: SÉRGIO ENRIQUE OCHOA GUIMARÃES (OAB 7834/AM) - Processo 0225066-51.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Alexsander Fabrício dos Santos Correa - Diante do exposto, INDEFIRO OS PEDIDOS DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA do(a) acusado(a) ALEXSANDER FABRÍCIO DOS SANTOS CORREA, pelos motivos expostos acima. Intimem-se.

ADV: SÉRGIO ENRIQUE OCHOA GUIMARÃES (OAB 7834/AM) - Processo 0225066-51.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Alexsander Fabrício dos Santos Correa - Isto posto, por entender tratar-se de formalidade exigida pela lei, ORDENO a intimação da defesa para, em 05 (cinco) dias, indicar, de forma objetiva, os quesitos e as questões a serem esclarecidas pelos peritos, sob pena de preclusão na produção da prova. A medida tem por fim o encaminhamento dos quesitos e das questões aos peritos, o quanto antes, uma vez que a lei exige que sejam comunicadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: AFRÂNIO DA SILVA RIBEIRO JÚNIOR (OAB 14190/AM) - Processo 0225361-59.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Claudemir Teixeira da Silva - Os advogados Dr. Afrânio da Silva Ribeiro Júnior OAB/AM 14190 e Dra. Lais Magalhães Queiroz OAB/AM 14695 Foram nomeados apenas para o ATO da Sessão de Julgamento, oportunidade em que representaram o Réu Claudemir Teixeira da Silva. O Advogado outrora habilitado, não compareceu ao ATO, tão pouco justificou sua ausência. Tal fato demanda o conhecimento do réu. Isto posto, ordeno a intimação do Réu Claudemir Teixeira da Silva para cientificar-se do fato e, caso assim queira, constituir novo advogado no prazo de 10 (dez) dias, sob a advertência, de que, assim não o fazendo, ser-lhe-á designada a Defensoria Pública para representa-lo nos ulteriores atos processuais. Intime-se e cumpra-se

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0227436-37.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Ed Carlo Praia da Costa - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 24/02/2020 às 08:00h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM), ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM) - Processo 0231860-88.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Katilane Morais Vieira - RÉU: Helio Veras Castro - ASSISTENTE SIMP: Edneia Mesquita Morais - Em vista da decisão de fls. 373, verifica-se que o pedido fora elaborado pelo assistente do Ministério Público (fls. 372). Assim, onde se lê “defesa”, leia-se “assistente da acusação”. Dê-se vista ao titular da ação penal, após juntada dos documentos; na sequência, vista também à defesa.Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0233728-96.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Homicídio Simples - RÉU: Jose Nildo dos Santos - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 24/09/2019 às 11:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores

públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM) - Processo 0233869-18.2019.8.04.0001 (processo principal 0200473-84.2018.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Simples - APELANTE: Valdir Pinto de Sousa - Recebidos e vistos. RECEBO O RECURSO EM SENTIDO ESTRITO tendo em vista sua tempestividade (art. 593, I, do CPP). Em relação ao juízo de retratação, trata-se da possibilidade de reavaliar a decisão interlocutória proferida diante das alegações apresentadas pelas partes. Ao reexaminar os autos concluo que não deve ser modificada a decisão de PRONÚNCIA recorrida, cujos fundamentos bem resistem às razões do recurso, de forma que, nada tendo a reformar, a mantenho integralmente (art. 589 do CPP). Assim, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, realizando-se o traslado das seguintes peças processuais que entendo necessárias: denúncia, alegações finais e decisão de pronúncia. Por se tratarem de autos digitais, estes podem ser visualizados pelo sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, mediante simples consulta deste número de processo. As peças processuais estão todas nomeadas e identificadas, sendo de fácil acesso e visualização, o que atende ao art. 589 do CPP. A necessidade de traslado das peças processuais, conforme impõe o art. 589 do CPP, justifica-se em casos em que os autos são físicos. Considerando que estes autos são digitais e de domínio público, cujo acesso integral pode ser facilmente realizado via sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, não mais se mostra necessário a realização do traslado de todas as peças do processo. Caso se trate de autos em segredo de justiça, encaminhe-se senha de acesso à secretaria da Câmara Criminal do 2º grau para fins de acesso aos autos desta instância a quo. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0236214-98.2012.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a vida - INDICIADO: A ESCLARECER - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM) - Processo 0240778-81.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: ADAILSON SANTOS DE ASSUNÇÃO e outro - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 02/10/2019 às 10:30h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: WAGNER SILVA DE OLIVEIRA (OAB 6116/AM) - Processo 0245507-53.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Yuri Rodrigues de Siqueira - Isto posto, em consonância com o representante do Parquet, DECRETO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte de YURI RODRIGUES DA SIQUEIRA, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal e art. 62 do Código de Processo Penal. À secretaria para proceder a baixa do nome do acusado no sistema SAJ, e o consequente arquivamento dos autos.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0258737-36.2014.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - INDICIADO: Marcondes Figueiredo de Oliveira - Recebidos e vistos. Mantenha-se o arquivamento (fls. 254). Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0605419-68.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Jose Batista dos Santos - RÉU: Denilson Souza de Menezes - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Denilson Souza de Menezes, pai Rubens Pereira de Menezes, mãe Maria de Lourdes Souza de Menezes, nascido(a) em 08/01/1978, Rua Mário Sahdo (ant. 23), 435, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 16/10/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0605419-68.2017.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 21 de agosto de 2019. Eu, THAIANY DE SOUZA MONTEIRO, Estagiário(a), o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0607750-86.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Jamilson Barbosa Arruda - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0613079-45.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Mario Antonio Cavalcante de Almeida - MATEUS ALVES DOS SANTOS - Pelo exposto, em consonância com o Ministério Público, DEFIRO o pedido de conversão de prisão preventiva em prisão domiciliar formulado pelo investigado Mateus Alves dos Santos e mantenho, e o faço com amparo no art. 317 c/c art. 318, II, CPP. Expeçam-se mandado de prisão domiciliar em desfavor do agente, cientificando-o da obrigatoriedade em se recolher no endereço constante dos autos. Em caso de mudança de endereço, o réu deverá, previamente, comunicar o juízo, sob pena de incorrer em descumprimento da medida e ensejar a revogação do benefício. Ao final do período de 150 (cento e vinte) dias, submeta-se o réu a avaliação médica do sistema carcerário estadual, dando-se vista ao Ministério Público, em seguida, à Defesa, acerca da manutenção do benefício. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0620919-77.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: D.P.C.T.D.I.P. - INVESTIGAD: E.N.S. e outros - Isto posto, em consonância com o representante do Parquet, DECRETO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte de FABRÍCIO DE SOUZA LEAL, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal e art. 62 do Código de Processo Penal. À secretaria para proceder a baixa do nome do acusado FABRÍCIO DE SOUZA LEAL no sistema SAJPG, bem como seguir com o regular prosseguimento do feito em relação ao demais denunciados.

ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM) - Processo 0623842-08.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Fabio da Silva Benarrós e outro - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 10/10/2019 às 09:30h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores

públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0625167-18.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Igor Serudo da Silva - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEVID VINÍCIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9672/AM), ADV: OSVALDO BIASE MARTINS JÚNIOR (OAB 11096/AM), ADV: NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO PERRONE (OAB 9183/AM) - Processo 0632540-03.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: Fabio da Silva e Silva - Postergo a apreciação do pedido de liberdade para a após a apresentação da resposta escrita do acusado Fábio da Silva e Silva, uma vez que o mesmo deu-se por citado mediante informado pelos seus advogados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0635405-67.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: D.E.E.H.S. - Após vista ao Ministério Público para consignar endereço de testemunhas nos autos, o mesmo exarou promoção às fls. 421, ratificando endereço para onde já fora expedido ato. Nessa senda, expeça-se mandado para o endereço informado pelo Parquet, intimado a testemunha Ricardo Hitler Fernandes da Silva a comparecer em cartório, para o fim de ser intimada da sessão plenária a ser designada. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0642434-03.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - REPTANTE: D.P.D.I.P. - INVESTIGAD: R.G.S. e outro - Recebidos e vistos. Adoto integralmente os sólidos fundamentos constantes da promoção Ministerial de fls. 22/24, os quais passam a integrar esta decisão. Pelo exposto, ordeno a remessa dos autos a uma das varas criminas da capital, uma vez que os fatos narrados indicam a prática do crime de latrocínio. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0642968-15.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉ: A.C.L.O. - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 11/10/2019 às 10:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0647765-97.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: Robson Nascimento da Silva - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado ao acusado (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0653087-98.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Eduardo Rangel Moreira dos Santos e outros - AUTORFATO: A Esclarecer - Recebidos e vistos. Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar o incidente que resultou nas mortes de Felipe Gonçalves Marques, Luis Carlos Farias Castro e Eduardo Rangel Moreira dos Santos, fato ocorrido em 28/09/2018, por volta das 15 horas, na Loteria Surpresa, na Praça de Alimentação do bairro da Glória, nesta comarca. O representante ministerial, pugnou pelo arquivamento do feito, com fundamento no art. 23, III, CPB. É o sucinto relatório. Decido Correta e bem lançada a promoção formulada pelo membro do Parquet a qual discorre sobre o estrito cumprimento do dever legal (fls. 68/69), cuja fundamentação adota-se para, em consequência determinar o arquivamento do feito, pelo reconhecimento do art. 23, III, do Código Penal brasileiro. Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0654806-18.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Eriney de Freitas Avinte - AUTORFATO: Julio Cesar Muller - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do

próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o

advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0656179-84.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Rony Gleyvin Marculino Muniz - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0659112-30.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Maicon Ferreira Laborda - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0661067-96.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Ricardo Araujo Barbosa - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM) - Processo 0662225-89.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Amaury Eugenio Nonato - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 02/10/2019 às 10:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

Afrânio da Silva Ribeiro Júnior (OAB 14190/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Devid Vinícius Xavier da Costa (OAB 9672/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Ivo Morais de Oliveira (OAB 5945/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Jeberson Fernandes dos Santos (OAB 12432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Náiade Victória Araújo Perrone (OAB 9183/AM)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Osvaldo Biase Martins Júnior (OAB 11096/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Sérgio Enrique Ochoa Guimarães (OAB 7834/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)
Wagner Silva de Oliveira (OAB 6116/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0176/2019

ADV: FABIOLA REIS DOS REIS (OAB 12103/AM), ADV: LEIDA MARA ARAÚJO DE LIMA FALCÃO (OAB 12463/AM) - Processo 0201045-11.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Sergio Olimpio Collyer Monteiro - Decisão Interlocutória

ADV: EVANDRO SOUSA ALVES (OAB 13420/AM) - Processo 0206274-78.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Crimes contra a vida - APENADO: Adriel Grana dos Santos - Não sendo constatados outros pontos passíveis de correção, HOMOLOGO os cálculos apresentados por este Juízo, com as correções supramencionadas. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa para conhecimento.

ADV: ELIELTON DOS SANTOS PAULO (OAB 9567/AM), ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM), ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM) - Processo 0212138-97.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Contravenções Penais - APENADO: Alzimar Printes do Nascimento - Designo o dia 12/09/2019 às 08:30h para realização da audiência de justificação, na forma do art. 118, § 2º da LEP. Oficie-se à SEAP para que encaminhe as Certidões Carcerária e Disciplinar, Mapa Laboral e Síntese Educacional, se houver, referente ao Apenado Alzimar Printes do Nascimento. Intimem-se as partes no tocante a audiência designada.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0212706-79.2019.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Wanessa Nascimento Jaque do Nascimento - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Wanessa Nascimento Jaque do Nascimento, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços

deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0214945-27.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Josias Gomes da Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Josias Gomes da Silva.

ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM) - Processo 0215072-28.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Carlos Alberto Barbosa de Lima - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Carlos Alberto Barbosa de Lima.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0219812-63.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADA: Ane Caroline Gomes Ferreira - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DA SENTENCIADA Ane Caroline Gomes Ferreiraao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. Cientifique-se ao Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal, do teor da presente decisão, bem como para que informe sobre soltura/condenação de Ane Caroline Gomes Ferreira. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente à apenada epigrafada. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM) - Processo 0223023-10.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - RÉU: Wilson Cesar Santos da Silva - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Wilson Cesar Santos da Silva, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: THALLES DA CUNHA RAMOS (OAB 14136/AM) - Processo 0224410-26.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - DIREITO PENAL - APENADO: Beto Viana Farias - Dê-se vista dos autos ao Ministério Público para que, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre o teor dos documentos de fls. 210/326. Diante da juntada dos documentos de fls. 328/331, intime-se a defesa para comprovar a entrega dos documentos ali elencados à Administração Penintenciária, bem como para apresentar manifestação sobre os documentos de fls. 210/326. Após manifestação ou com a certificação do decurso do prazo sem

resposta, venham os autos conclusos para decisão.

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM) - Processo 0224412-06.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Rodrigo Silva de Oliveira - Dê-se vista dos autos a Defesa e ao Ministério Público para que, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre o teor do documento acostado nos autos. Após manifestação ou com a certificação do decurso do prazo sem resposta, venham os autos conclusos para decisão.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0226040-54.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Fernando da Silva Guerreiro - Ante o exposto, com base nos fundamentos supramencionados, AUTORIZO o deslocamento de FERNANDO DA SILVA GUERREIRO até a Comarca de Manacapuru/AM, pelo período de 23 a 26 de agosto de 2019. Oficie-se ao COC/SEAP para comunicação da presente. Intime-se o reeducando para que apresente comprovante da prestação de serviços no período em tela até o prazo de cinco dias após seu retorno a esta Comarca. Cientifique-se o MP. Cumpra-se.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0226633-59.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Ramon Salazar da Silva - Diante de todo o exposto, homologo o procedimento disciplinar que aplicou falta grave ao apenado Ramon Salazar da Silva. Com efeito, determino a alteração da data-base para 22/03/2019 e declaro a perda de 20 dias remidos. Expeça-se novo atestado de pena a cumprir, observando os parâmetros da presente decisão.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0227186-43.2011.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Júlio César Andrade de Souza - Com efeito, é evidente que não compete ao Juiz da Vara de Execuções Penais exercer juízo de retratação sobre decisões emanadas por outros magistrados, sob pena de flagrante invasão de competência. Diante de todo o exposto, não conheço do pedido formulado, uma vez que entendo ser incompetente para sua análise. P.R.I.C.

ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM) - Processo 0227425-37.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Udiney Francisco Medeiros Souza de Souza - ISTO POSTO, na forma do art. 109 da Lei de Execução Penal, declaro extinta, pelo cumprimento, a pena aplicada a Udiney Francisco Medeiros Souza de Souza, e, consequentemente, determino a imediata expedição de Alvará de Soltura, clausulado. Após, verifique-se a necessidade de se expedir ofício ao TRE/AM ou para recolhimento de mandado de prisão. Ultimadas providências, proceda-se a baixa na distribuição para os efeitos do art. 202 da L.E.P., arquivando-se. Diante disso, entendo que resta prejudicado o pedido de transferência da execução penal para à Comarca de Santarém/PA.

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0230626-13.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Restritiva de Direitos - APENADO: Renato Miranda Cavalcante - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados (atestado de pena a cumprir de fls. 118-120 dos autos) com relação ao apenado Renato Miranda Cavalcante e tome ciência da Decisão Interlocutória de fls. 110-113.

ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM) - Processo 0232837-17.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Carlos Henrique Santos da Silva - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Carlos Henrique Santos da Silva, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM) - Processo 0233988-52.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Bismark Geber Pinto de Oliveira - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Bismark Geber Pinto de Oliveira, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando

recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0236813-32.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Raylandison Moreira da Silva - Assim, acompanhando o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de prisão domiciliar ao sentenciado

ADV: TOMÁS GOMES DA SILVA NETO (OAB 12978/AM) - Processo 0242031-12.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Restritiva de Direitos - APENADO: Anderson Pedrosa de Assis - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Anderson Pedrosa de Assis em 36 dias.

ADV: SÉRGIO SAMARONE DE SOUZA GOMES (OAB A1092/AM) - Processo 0249189-79.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Lindemberg de Souza Sarmento Júnior - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Lindemberg de Souza Sarmento Júnior.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0252027-68.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Jeferson Gomes de Souza - De ordem deste Juízo de Direito, faço vista dos autos à Defesa do apenado para manifestação sobre os cálculos apresentados, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0263528-24.2009.8.04.0001 (001.09.263528-9) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Diego de Farias Peixoto - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Diego de Farias Peixoto em 81 dias.

ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM) - Processo 0265426-04.2011.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Dilson Soares Batista Neto - Considerando que o apenado cumpre regularmente a pena na Unidade Prisional do Puraquequara - UPP, este juízo não se opõe a sua permanência, devendo, entretanto, prevalecer a conveniência da administração carcerária. Intimem-se e encaminhe-se esta decisão para cumprimento.

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0639488-58.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0606052-16.2016.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Denegação - AGRAVADO: Ericka Barbosa das Chagas - De ordem do Juiz de Direito Romulo Garcia Barros Silva, faço vista dos presentes autos à defesa do apenado Ericka Barbosa das Chagas, para contrarrazões no prazo legal.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0641679-76.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0204006-85.2017.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Denegação - RÉU: André Felipe Alves de Farias - De ordem do Juiz de Direito Romulo Garcia Barros Silva, faço vista dos presentes autos à defesa do apenado André Felipe Alves de Farias, para contrarrazões no prazo legal.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0644055-35.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0209087-49.2016.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Denegação - RÉU: Diogo Ferreira Carvalho - De ordem do Juiz de Direito Bárbara Marinho Nogueira, faço vista dos presentes autos à defesa do apenado Diogo Ferreira Carvalho, para contrarrazões no prazo legal.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0644316-97.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0222958-20.2014.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Denegação - RÉU: Denys Fernandes de Oliveira - De ordem do Juiz de Direito Romulo Garcia Barros Silva, faço vista dos presentes autos à defesa do apenado Denys Fernandes de Oliveira, para contrarrazões no prazo legal.

Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Elielton dos Santos Paulo (OAB 9567/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Evandro Sousa Alves (OAB 13420/AM)
Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)
Fabiola Reis dos Reis (OAB 12103/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Ketlem Lopes de Jesus (OAB 10651/AM)
Leida Mara Araújo de Lima Falcão (OAB 12463/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Sérgio Samarone de Souza Gomes (OAB A1092/AM)
Thalles da Cunha Ramos (OAB 14136/AM)
Tomás Gomes da Silva Neto (OAB 12978/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0306/2019

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: JONES DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 9616/AM), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB

8244/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0641971-03.2015.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Inobservancia de lei, regulamento ou instrução - IMPETRANTE: MARCIO RODRIGUES TAVARES - Pelo exposto, tratando-se de matéria de mérito, denego a presente segurança, o que faço com base no artigo 23 da Lei 12.016/2009, combinado com o artigo 487, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem ônus, pela condição econômica do impetrante. P.R.I. Manaus, 27 de agosto de 2019. ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO Juiz de Direito do Juízo Militar

Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Jones de Oliveira Santos (OAB 9616/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)

4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLEMÍLIA MARIA ANDRADE DE SOUSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0093/2019

ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM) - Processo 0043982-11.2002.8.04.0001 (001.02.043982-3) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: B.S.B. - REQUERIDO: J.N.B. - Cumpra-se despacho de folha 61 no endereço informado pelo petitório de folha 69.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: CAROLINA GOMES MAR (OAB 8627/AM), ADV: ELIANE ANDRADE MARTINS (OAB 12118/AM) - Processo 0075691-93.2004.8.04.0001 (001.04.075691-3) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: T.A.M. - REQUERIDO: W.A.M. - Trata-se de cumprimento do título acostado às folhas 21, procedendo-se à execução pelos ritos de prisão e expropriação previstos no Código de Processo Civil. No tocante aos meses março, abril e maio de 2019 e às parcelas que vencerem no curso da presente execução, intime-se o Executado, pessoalmente, através de Mandado, para, no prazo 03(três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetua-lo, assim como as que se venceram no curso do processo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, e ser decretada a prisão, pelo prazo de 01(um) a 03(três) meses. Noutro giro, quanto às parcelas relativas aos meses de maio de 2017 a fevereiro de 2019, intime-se o executado, nos termos dos art. 523 e seguintes, do NCPC, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, advertindo-o que não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Transcorrido o prazo previsto noart. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação em relação aos aos meses não compreendidos pelo § 3º do art. 528 do CPC. Cumpra-se.

ADV: JANE PICANÇO DE FARIAS (OAB 5323/AM), ADV: PENHA MARIA GOMES DE ARAUJO (OAB 8157/AM), ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM) - Processo 0203054-09.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.C.F.M. - REQUERIDO: M.P.A.B.O.M. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante o acordo parcial entabulado Às fls. 178/180, Dê-se vista dos autos ao Ministério Público".

ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM) - Processo 0207702-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.S. - REQUERIDA: C.S.V. e outro - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 56-58. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: PAULINO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 8153/AM), ADV: MÁRIO JORGE DA SILVA ARAÚJO (OAB 6570/AM) - Processo 0211653-44.2011.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.C.M. - T.D.C. - EXECUTADO: J.A.R.C. - Assim, considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, com fulcro no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. No mais, na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado. Intimem-se.

ADV: CARLOS HENRIQUE COSTA DE SOUZA (OAB 5712/AM) - Processo 0213531-57.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: J.K.P.F. - R.G.P.F. - EXECUTADO: R.T.F. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR negativo de fls. 67".

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM) - Processo 0214018-95.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXEQUENTE: D.S.B. - EXECUTADO: A.C.A. - Intime-se a Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 63-64. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: MARIA SUELY MUNIZ DA SILVA (OAB 1474/AM), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: MARY AMÉLIA BARROS MUNIZ TUMA (OAB 4566/AM) - Processo 0216259-86.2009.8.04.0001 (001.09.216259-3) - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: P.A.A.B.K. - REQUERIDO: P.L.P.A.B.K. e outros - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da justificativa de folhas 246-252 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: SABRINA LARISSA DE SOUZA MACHADO (OAB 7061/AM), ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM) - Processo 0218294-48.2011.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: A.C.M. - REQUERIDA: S.F.S. - Cite-se a empresa VIVO S/A para oferecer contestação, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 335 do CPC, à petição de folhas 297-299, observando-se o endereço informado neste petitório. Cumpra-se.

ADV: AGENOR CARLOS SALES DA SILVA (OAB 4757/AL) - Processo 0219502-23.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.C.S.S. - REQUERIDO: D.S.C.S.M. - Conciliação Data: 21/10/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM) - Processo 0220530-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: W.R.P. - REQUERIDA: M.A.C. - Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos. Cumpra-se.

ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM) - Processo 0221753-29.2009.8.04.0001 (001.09.221753-3) - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: C.D.S.F. - EXECUTADO: D.C.F. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art.

485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0222762-74.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0612242-24.2018.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: K.S.A. - EXECUTADO: D.H.P.A. - Indefiro o pedido de folhas 52-53, uma vez que não há no arcabouço jurídico pátrio norma que possibilite a prisão do devedor de alimentos sem que antes seja realizada sua citação válida. Intime-se a parte exequente para, em dez dias, requerer o quê entender de direito, devendo-se atentar que existem meios para localizar o endereço do executado, como o SIEL e, se esgotadas todas as vias de busca mostrando-se infrutíferas as tentativas de citação, há possibilidade de cita-lo por edital.

ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM) - Processo 0228311-36.2017.8.04.0001 (processo principal 0218314-39.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERENTE: Luiz Fernando de Souza Santos - REQUERIDO: Alan da Silva dos Santos - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Ante a certidão de fls. 95, Abro vista dos autos ao Requerente, através de seu patrono, para manifestação no prazo de 10(dez) dias”.

ADV: ELISÂNGELA DIAS GAMA (OAB 12349/AM) - Processo 0233654-13.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.S.C.N. - REQUERIDA: G.A.S.C. - Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Ato contínuo, oficie-se o setor competente para a realização do estudo psicossocial. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0233866-63.2019.8.04.0001 (processo principal 0622724-02.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: PEDRO GABRIEL COSTA VILAS BOAS - Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Sendo assim, determino à secretaria que translade as cópias para os autos do processo n° 0622724-02-2016.8.04.0001. Em seguida, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Sem custas. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO CÉLIO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 4346/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0236113-56.2015.8.04.0001 (processo principal 0227088-63.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Sociedade - EXEQUENTE: Solange Pereira Dias - EXECUTADO: Pedro Soares Gomes - Considerando que o executado já se manifestou nos autos, folhas 159-160, considerando o teor do despacho de folha 172 que não pode ser cumprido, conforme certidões dos oficiais de justiça acostadas nos autos, intime-se a exequente para, em dez dias, esclarecer o petitório de folha 186 e requerer o quê entender de direito para o prosseguimento do feito.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: GABRIEL MELO SAMPAIO (OAB 9793/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM) - Processo 0238133-54.2014.8.04.0001 (processo principal 0616013-83.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Seção Cível - REQUERENTE: Rosimery Mendes Rodrigues - REQUERIDO: O.B.A. - Realize-se pesquisa nos sistemas Bacenjud, Infojud e Renajud a fim de encontrar ativos financeiros e bens em nome do executado. Após, dê-se vista a parte exequente para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias. Na oportunidade, deve a exequente apresentar planilha com o débito devidamente atualizado. Em paralelo, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: MARCO LÚCIO SOUTO MAIOR DE ATHAYDE (OAB 4522/AM), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM), ADV: FLÁVIA SERRÃO SANZ (OAB 100108/RJ), ADV: STEPHANNY KATHERINNY FONSECA MOTTA (OAB 8114/AM) - Processo 0241422-34.2010.8.04.0001 (001.10.241422-0) - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: N.C.O.B. - REQUERIDA: D.T.O. - DESPACHO Defiro o pedido de fls. 120 Paute-se audiência de Conciliação e Mediação. Cumpra-se Manaus, 26 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0246773-07.2018.8.04.0001 (processo principal 0613578-63.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: Valessa da Silva Zaguri do Amor Divino - EXECUTADO: R.H.Q.N. - Assim, considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, com fulcro no art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. No mais, na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado. Intimem-se.

ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALLANI PRISCILA ARAÚJO CARDOSO DA SILVA (OAB 4537/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0258020-29.2011.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Jorgemara da Silva Camargo Santos Costa - REQUERIDO: Reinaldo José dos Santos Costa - Intime-se a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contraproposta de folha 239.

ADV: ROBERTO NONATO PAIVA DE SOUZA (OAB 5496/AM), ADV: JONES KARRER DE CASTRO MONTEIRO (OAB 906/AM), ADV: DRA. SIMONE PATRICIA WANDERLEY DA SILVA (OAB 5353/AM), ADV: RUY MIRAGLIA DA SILVEIRA (OAB 46428/SP), ADV: GEIZA CELESTE FRAZÃO ARAÚJO LINS (OAB 4694/AM), ADV: SHIRLEY DA C. A. DO C. FERREIRA (OAB 5161/AM), ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM), ADV: ARIANE ANDRADE DA SILVA (OAB 10809/AM), ADV: ELIZA PAES ARAÚJO (OAB 5162/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM) - Processo 0360685-65.2007.8.04.0001 (001.07.360685-6) - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.A.S.M. - REQUERIDA: K.L.M.M. - Intime-se as partes para, em dez dias, manifestar-se sobre o ofício de folhas 866-870.

ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0600212-54.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0602686-32.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: C.G.H. - EXECUTADO: G.V.F. - Noto que o executado já apresentou justificativa nos autos, inclusive tendo a exequente manifestado-se acerca dela. Assim, desnecessária sua citação. Portanto, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito e requerer o quê entender de direito para a continuidade da lide executória. Após, torne os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM), ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM), ADV: ALZILENE SEABRA DE LIMA LEÃO (OAB 12112/AM) - Processo 0602329-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Família - REQUERENTE: J.N.S. - REQUERIDA: H.F.S. - Diante do petitório de folha 56, saliento que, na sentença de folhas 43-44, onde se lê "JOSÉ NOGUEIRA DA SILVA" leia-se "JOSÉ NOGUEIRA DE SIQUEIRA". Expeça-se o necessário para a averbação do divórcio. Após, dê-se baixa ao feito devidamente julgado.

ADV: JÉSSICA COSTA SILVA (OAB 10724/AM), ADV: REGILSON PINTO GOMES (OAB 10288/AM) - Processo 0603015-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: E.S.R. - REQUERIDO: E.N.M.R.M. - Em 26 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do Mandado negativo retro.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0603350-92.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: M.F.P. - REQUERIDA: E.M.S.P. - Trata-se de Ação Revisional de Alimentos com Pedido e Tutela de Urgência. Em consonância com a promoção de folhas 46-48, entendo que não restam comprovador nos autos os requisitos autorizadores para a concessão da tutela pleiteada, quais sejam aqueles esculpidos no artigo 300 do Código de Processo Civil: a probabilidade do direito e o perigo do dano. Alega a parte autora que a tutela deveria ser concedida em razão da modificação das suas possibilidades, entretanto, conforme folhas 40-41, verifica-se que o autor não está mais desempregado. Assim, ratificando as razões da promoção de folhas 46-48, entendo pelo INDEFERIMENTO, por hora, da tutela de urgência. Assim, deve-se prosseguir com o feito. Intime-se a parte autora para, em dez dias, juntar aos autos cópia da sentença homologatória do acordo de folha 14 devidamente assinada. No mais, aguarde-se a realização da audiência agendada.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM) - Processo 0604007-39.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: I.S.G.N. - REQUERIDO: K.S.N. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se o executado, por seu patrono, para no prazo de 05(cinco) dias, manifestar-se conforme art. 854, § 3.º, do CPC. Após manifestação, torne-se os autos conclusos".

ADV: OSMAR FORESTO RODRIGUES (OAB 4026/AM) - Processo 0604029-29.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Anulação - REQUERENTE: Lucimeire Queiroz de Azevedo - REQUERIDO: Antônio Carlos Costa dos Santos - Instrução e Julgamento Data: 28/04/2020 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: ANDRE LUIS BENTES DE SOUZA (OAB 8307/AM), ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM) - Processo 0604847-78.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: N.S.S. - EXECUTADO: D.A.S. - Intime-se o executado para pagar o débito descrito às folhas 70-72 no prazo de três dias, no endereço ali indicado. Transcorrido o prazo, certifique-se e intime-se a parte exequente para se manifestar em dez dias. Por fim, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: AGHATTA RAYANDRA CAVALCANTE BARBOSA (OAB 10101/AM) - Processo 0605549-87.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.R.M.C. - REQUERIDO: A.C.A.J. - Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0605731-10.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.M.G.M. - REQUERIDO: G.J.B.M. - Vistos, Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: BRUNO MENDES CORDEIRO (OAB 7420/AM) - Processo 0606738-08.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: G.M.C.F. - EXECUTADO: A.A.F. - Defiro o pedido de folha 74 e determino a suspensão do feito por trinta dias. Após, intime-se a exequente para requerer o quê entender de direito.

ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM), ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0607356-50.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: C.M.S. - REQUERIDO: M.A.S.A. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Em cumprimento ao despacho de fls. 159, Dê-se vista a parte exequente, por seu advogado, para se manifestar no prazo de 10(dez) dias, sobre as pesquisas de fls. 162/187".

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM), ADV: JAMES CAVALCANTE DIRANE (OAB 12145/AM), ADV: BETINA BRENDA GOMES LUNIER (OAB 12370/AM) - Processo 0607719-03.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.S.B. - REQUERIDA: C.S.C. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção do Ministério Público de folhas 461-462. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: JAMILE GONÇALVES SERRA AZUL (OAB 6620/SE) - Processo 0608017-29.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: T.S.O. - REQUERENTE: S.O.S. - EXECUTADO: J.N.O. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: PEDRO EMIDIO LIMA DA SILVA (OAB 10413/AM), ADV: ELAINE PRISCILLA DE SOUSA MARTINS (OAB 10688/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM), ADV: SALOMÃO GUEDES BRANDÃO DE FARIAS (OAB 3036/AM) - Processo 0610563-52.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.S.S. - REQUERIDO: F.S.P.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos".

ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM) - Processo 0611227-54.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: F.A.S. - REQUERIDO: D.A.F.S. - Intime-se a parte autora para, em dez dias, juntar aos autos os documentos comprobatórios da guarda jurídica do menor pela avó. Somente diante da documentação que ratifique a representação legal da avó, poderá esta configurar no polo passivo, caso contrário, a representante legal do menor é sua genitora. Cumpra-se.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: ANTÔNIO ALVES

PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0611550-25.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.S.B. - REQUERIDA: R.B.S. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar A documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0611722-30.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Oferta - REQUERENTE: A.C.S. - REQUERIDA: V.S.S. - Vistos, Tratam os presentes autos de Ação de Divórcio Litigioso, proposta por Adailton Costa da Silva, em face de Vanessa Soares da Silva ambos devidamente qualificados na inicial. Em documento de fls. 37 consta a informação sobre a existência de uma Ação de Divórcio, nº 0202178-93.2019, ajuizada anteriormente a esta e que se encontra tramitando na 8ª Vara de Família. Ademais, vale esclarecer que duas ações se relacionam por conexão quando comum o objeto ou a causa de pedir, bem como quando há incidência da regra da acessoriedade, em que a ação acessória segue a principal. Ante o exposto, tem-se que a presente Ação de Divórcio Litigioso deveria ter sido distribuída por dependência daquela retromencionada, em virtude da existência de conexão e pela prevenção daquele Juízo. Diante disso, DETERMINO a redistribuição dos autos, fundamentada nos artigos 105 e 106, todos do Código de Processo Civil, à 8ª Vara de Família. Int. e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as as cautelas de praxe.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: NATÁLIA DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 9289/AM), ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM) - Processo 0612052-95.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Revisão - EXEQUENTE: M.S.S.P. - EXECUTADO: D.S.C. - Intime-se o executado para pagar o débito descrito às folhas 173-174 no prazo de três dias. Transcorrido o prazo, certifique-se e intime-se a parte exequente para se manifestar em dez dias. Por fim, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0612846-48.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.T.A.M. - REQUERIDA: V.C.G. - Trata-se de Ação Guarda com Revisional de Alimentos. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Em razão da existência de interesse de incapaz, intime-se o Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: KATIENE SILVA SENA (OAB 11329/AM) - Processo 0613950-12.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: L.N.T. - ALIMENTAND: A.L.T.S. - ALIMENTANT: A.A.S. - Diante do petitório de fls. 73, expeça-se novo ofício ao Comando Militar da Amazônia, ratificando os termos do ofício de fls. 67. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0614249-52.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.R.N. - REQUERIDO: C.S.N. - Cumpra-se decisão de folha 34 no endereço informado pelo petitório de folha 45.

ADV: JORGE ALBERTO SILVA DE MELO (OAB 5916/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0614378-91.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0612242-24.2018.8.04.0001) - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: K.S.A. - REQUERIDO: D.H.P.A. - Diante do petitório de folhas 163-168, dê-se vista à representante do Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos para Sentença Homologatória. Cumpra-se.

ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: LARISSA KETTLEN DA ROCHA LIMA (OAB 12542/AM) - Processo 0614813-31.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.P.C. - REQUERIDO: M.K.C. - M.V.K.C.M. - Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos. Cumpra-se.

ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM) - Processo 0615094-84.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.C.R.N. - REQUERIDA: D.A. - N.A. - M.A. e outro - Trata-se de Ação de Reconhecimento de União Estável Post Mortem. Cite a requerida ANDRÉIA DA SILVA ASSIS para apresentar contestação em quinze dias. No mais, os demais requeridos encontram-se em local incerto e não sabido, razão pela qual há pedido de citação por edital. Assim, em respeito aos artigos 256, II, e 257, I, do Código de Processo Civil, determino a citação por edital dos demais requeridos, com prazo de 20 dias. Decorrido o prazo do edital sem manifestação, designe-se curador especial, o qual deverá ser intimado para oferecer contestação, no prazo legal, nos termos do art. 72, II do CPC. Cumpra-se.

ADV: DEYWISON LIMA DE SOUZA (OAB 12737/AM) - Processo 0615297-46.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.S.F. - REQUERIDA: V.G.N. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Ante o termo de audiência de fls. 30/31, Dê-se vista dos autos ao Ministério Público”.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0615827-50.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: F.N.S. - REQUERIDO: F.S.O.N. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0616048-33.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.C.S. - REQUERIDA: E.G.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho de fls.27/28 do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 03/10/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas “Ministério Público - Intimação/ Audiência” e “CEJUSC - Publicação- Audiência” para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara de origem. Sendo expedida neste ato a carta de citação devida.

ADV: PAULO ALVES DA SILVA NETO (OAB 12368/AM) - Processo 0617494-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Edineia Pinheiro de Oliveira - REQUERIDO: T.D.L. - Em 23 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte

autora, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do Mandado negativo retro.

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0617506-85.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.B. - ALIMENTAND: L.F.B. - L.R.B.S. - L.F.B. - REQUERIDO: F.E.F.S. - Citada, fl. 32-33, a parte requerida quedou-se inerte, folha 34. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: JÉSSICA SANTOS SOUZA (OAB 8743/AM) - Processo 0617786-56.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: C.D.S.A. - REQUERIDA: A.N.N. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 03/10/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM), ADV: IZABELLE ARAÚJO MARINHO (OAB 12468/AM) - Processo 0617790-30.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.F.S. - REQUERIDO: A.S.O. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a certidão de folha 90 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: KARLA BIANCA ALBUQUERQUE LOPES (OAB 13143/AM) - Processo 0618877-21.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: E.F.S. - REQUERIDO: D.D.M. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se o Requerido, através de carta-AR, para que apresente a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias".

ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: JAIME DA SILVA BELEZA (OAB 10327/AM) - Processo 0619183-53.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: L.O.C. - M.E.F.S.C. - REQUERIDO: F.S.M. - E.M.F.S.C. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante o termo de audiência de fls. 74/77, Dê-se vista ao Ministério Público".

ADV: ANNE KAROLINE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 12154/AM), ADV: ÉRICA CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO (OAB 11174/AM), ADV: ISLANE MARQUES SETUBAL (OAB 7239/AM) - Processo 0619970-53.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.A.A. - REQUERIDO: J.A.A. - Vistos, Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM), ADV: PUALANÍ MOREIRA BARRETO (OAB 9852/AM), ADV: BRUNO DE FREITAS SALGUEIRO (OAB 7708/AM), ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 4550/PI) - Processo 0620071-27.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: R.T.A.R. - EXECUTADO: F.F.R. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito e requerer o quê entender de direito para o prosseguimento da demanda executória. Após, tornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCELO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 10089/AM) - Processo 0620694-28.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: S.B.B. - EXECUTADO: M.B.C. - R.H. Expeça-se mandado de penhora e avaliação do veículo de placa de propriedade do executado, consoante pedido de folha 128. Cumpra-se.

ADV: ALANA MAGALHÃES SANTANA (OAB 12335/AM) - Processo 0621283-78.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.G.A. - REQUERIDO: M.C.P. - Expeça-se mandado para que seja realizada a citação da parte requerida por meio de Oficial de Justiça, dando total cumprimento a decisão de folha 60. Havendo suspeita de ocultação e preenchidos os requisitos legais, cite-se por hora certa. Cumpra-se.

ADV: JAQUELINE OLIVEIRA DE PAULA (OAB 9269/AM) - Processo 0621797-31.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Extinção - REQUERENTE: Z.O.A. - REQUERIDO: Natanael Torres de Oliveira - Em 26 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do Mandado negativo retro.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0621821-59.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Ana Célia da Silva Dantas - REQUERIDO: José Mario Correa de Mello - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante o acordo de fls. 26/28, Dê-se vista dos autos ao Ministério Público".

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM), ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM) - Processo 0621833-73.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: W.G.O. - REQUERIDA: A.Q.P. e outros - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a aparte autora através de seu patrono constituído nos autos para manifestar-se acerca das certidões às fls. 171/176, no prazo de 10(dez) dias.".

ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM) - Processo 0622017-29.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: W.H.S. - REQUERIDO: J.V.B.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante o acordo de fls. 42/44, Dê-se vista dos autos ao Ministério Público".

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM) - Processo 0622766-46.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Michele de Nazaré Pinheiro Farias - REQUERIDO: Luciano de Queiroz Farias - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 16 de setembro de 2019, às 9 horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério

Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM) - Processo 0623294-80.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Adna Santos Cassiano Bras - REQUERIDO: Pedro Cassiano Braz - Em 26 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do AR negativo retro.

ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM) - Processo 0623544-21.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.M.B.S. - REQUERIDO: A.T.S. - Citada por edital, deixou a parte demandada de contestar a ação, motivo pelo qual decreto sua revelia. Abra-se vistas ao curador de ausentes para que apresente contestação. Cumpra-se.

ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM), ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM) - Processo 0623670-03.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.C.B. - ALIMENTAND: V.R.R.B. - ALIMENTANT: R.R.S. - Vistos. Nomeio como curador especial a Defensoria Pública para apresentar defesa genérica no prazo legal (art. 72, II, NCPC) Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA CLÁUDIA MONASSA GOMES (OAB 2117/AM), ADV: MELK LEVI DA SILVA PEREIRA (OAB 12046/AM) - Processo 0625260-15.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: B.N.C. - ASSISTENTE: A.B.I.N.C. - ALIMENTANT: D.M.C. - Intime-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 196-197. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0626057-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Alex Nunes Monteiro - REQUERIDA: Katiane Solimõe da Silva, - Conciliação Data: 07/10/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: CAROLINE OLIVEIRA QUINTANILLA (OAB 2035/AM), ADV: CLAUDENISE DIAS DE ALMEIDA (OAB 4245/AM), ADV: ROBERTO DA SILVA TAVARES (OAB 3160/AM) - Processo 0626167-29.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0636963-79.2014.8.04.0001) - Alimentos - Provisionais - Revisão - REQUERENTE: N.O.S. - REQUERIDO: R.O.C. - Intime-se a parte requerente para, em dez dias, juntar aos autos cópia da Petição Inicial do processo de número 0613320-53.2018 que tramita na 7ª Vara de Família. Em seguida, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, retornem os auto para fila de Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM) - Processo 0626690-70.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: R.G.M.S. - REQUERIDO: F.C.L.N. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0626717-53.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.B.M.S. - REQUERIDO: C.N.L.S. - Defiro o pedido de folha 89 e concedo à parte exequente o prazo de trinta dias para cumprir a diligência determinada. Intime-se.

ADV: MARIA EDNA ARAÚJO MATEUS (OAB 3461/AM) - Processo 0626737-39.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Dheniffer Caroline Araujo Pessoa - REQUERIDO: André Maia Picanço - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Litigioso. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 48/49. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre divorcio. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 26 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO RODRIGUES DOS PASSOS (OAB 704/AM) - Processo 0626795-42.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimundo Nonato Vidal da Silva - REQUERIDA: Sueli Freitas da Silva - Em 26 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do AR negativo retro.

ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM) - Processo 0626933-43.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: I.C.V. - REQUERIDA: J.S.V. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 26/09/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: DRIHELLY PEREIRA BARBOSA (OAB 11100/AM), ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM), ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0626934-33.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: L.R.S.S.M.P. - REQUERENTE: R.C.S.S. - EXECUTADO: L.B.S. - Em resposta ao ofício de folhas 97-99 e a manifestação de folhas 100-103 em que a exequente informa não estar recebendo os alimentos que deveriam ser descontados em folha, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito e pleitear o quê entender de direito para a satisfação do seu crédito e a continuidade da lide. Após, tornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM) - Processo 0628061-35.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.M.V. - REQUERIDO: J.B.R.P. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante a certidão de fls. 81, Dê-se nova vista ao Ministério Público".

ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM) - Processo 0628120-52.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.C.S. - REQUERIDO: T.E.A.S. - Trata-se de Ação de reconhecimento e dissolução de união estável, alimentos, partilha de bens e guarda definitiva. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação

de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0628321-83.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: L.L.B. - REQUERIDO: R.R.B.J. - Oficie-se a Prefeitura de Novo Aripuanã para encaminhar aos três últimos contracheques do executado. No mais, diante do pedido de folhas 138-139, onde a exequente deseja que a demanda executória tramite simultaneamente pelos ritos de expropriação e prisão, intime-a para, em dez dias, juntar planilha descrevendo os débitos que serão executadas por cada um dos ritos, atentando-se para as regras do sistema vigente a respeito de quais parcelas podem ser executadas pelo rito de prisão Após, certifique-se e retornem os autos conclusos.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM) - Processo 0628526-10.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: E.S. - J.S. - S.I.C. - EXECUTADO: A.F.S. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da justificativa e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM), ADV: PAULA SAMANTA CABRAL MARQUES DE LIMA (OAB 9929/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0628712-72.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - EXEQUENTE: E.K.V.M. - EXECUTADO: C.A.P.M. - SENTENÇA Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 na qual foi determinada a intimação da parte autora no endereço por ela informado e cadastrado nos autos, a fim de que manifestasse interesse no prosseguimento do feito. A referida intimação foi recebida, conforme AR de fls. 220 e não houve manifestação até a presente data. É o sucinto relatório. No presente caso, conforme a disposição legal acima transcrita, a parte autora foi devidamente intimada e permaneceu inerte, ensejando, deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC, in verbis: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Sem Custas. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos. Manaus, 26 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: SIDIANY SOARES SERRÃO (OAB 13097/AM) - Processo 0628713-18.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0625574-92.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: C.W.T.S. - EXECUTADO: H.S.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: EARLEN GUEDES DA SILVA (OAB 10720/AM) - Processo 0629531-33.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.D.A.M. - ALIMENTANT: F.B.S.H. - Trata-se de Ação de Alimentos que segue o rito disposto na Lei Especial 5.478/68. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Compulsando-se os autos e verificando presentes os requisitos, fixo alimentos provisórios em favor do alimentando no patamar de 20% (vinte por cento) dos vencimentos líquidos do(a) alimentante, a ser descontado em folha de pagamento e depositado em conta bancária informada na exordial, incidindo o cálculo sobre a totalidade dos ganhos mensais auferidos, inclusive 13º salário,o mês das férias, gratificações, abonos e indenizações em caso de rescisão contratual de trabalho, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, horas extras, 1/3 (um terço) Constitucional das férias e F.G.T.S. Intime-se a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o nome e endereço completo do empregador do requerido. Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência de mediação e conciliação. Considerando a extensa pauta de audiências desta Vara e visando dar maior celeridade ao feito, paute-se audiência na Semana Nacional de Conciliação. Faça constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0630056-15.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: Jorginaldo Dibo Dantas - REQUERIDO: Gabriel de Oliveira Dantas - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 09/10/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM) - Processo 0630091-43.2017.8.04.0001 - Separação de Corpos - Liminar - REQUERENTE: F.W.P.S. - REQUERIDA: G.C.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0630276-13.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.R.S.M. - REQUERIDO: M.E.M.R. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de incluir no polo passivo a mãe biológica da autora, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM) - Processo 0630954-28.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: V.R.M. - ALIMENTANT: T.L.M. - DECISÃO Trata-se de Ação de Alimentos que segue o rito disposto na Lei Especial 5.478/68. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Compulsando-se os autos e verificando presentes os requisitos, fixo alimentos provisórios em favor do alimentando no patamar de 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, devido a partir da citação, a ser depositado em conta bancária a ser indicada pela autora. Intime-se a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o número da conta bancária na qual deverão ser depositados os alimentos provisórios, bem como o nome e endereço completo do empregador do requerido. Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência de mediação e conciliação. Considerando a extensa pauta de audiências desta Vara e visando dar maior celeridade ao feito, paute-se audiência na Semana Nacional de Conciliação. Faça constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019 . Odílio Pereira Costa Neto

ADV: CRISTIANO RIBEIRO VIANA (OAB 12740/AM) - Processo 0631123-49.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: C.S.A. - REQUERIDO: F.S.F. - Em 26 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do AR negativo retro.

ADV: ROVAN JEZINI DO NASCIMENTO (OAB 10481/AM), ADV: MARIA DE FÁTIMA JEZINI MESQUITA (OAB 8378/AM) - Processo 0631960-70.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: M.I.S. - REQUERIDO:

C.C.N. - Em 26 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do AR negativo retro.

ADV: IVAN LIMA DA SILVA (OAB 3847/AM) - Processo 0632009-14.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: J.M.R.R.J. - REQUERIDO: A.A.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho fls.19 do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 09/10/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO SILVA (OAB 14377/AM) - Processo 0632095-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.B.S. - REQUERIDA: S.P.S.C. - S.S.B. e outros - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Procedimento Comum Cível. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls.58/61. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre ação de reconhecimento e dissolução de união estável post mortem. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. As partes renunciam ao direito recursal, nos termos do artigo 225 do CPC. Dê-se baixa e arquive-se. Manaus, 26 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM) - Processo 0633094-35.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ASSISTENTE: C.R.R.P. - ALIMENTAND: J.E.P.C. - ALIMENTANT: A.E.C.C. - Trata-se de Ação de Alimentos que segue o rito disposto na Lei Especial 5.478/68. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Compulsando-se os autos e verificando presentes os requisitos, fixo alimentos provisório em favor do alimentando no patamar de 20% (vinte por cento) dos vencimentos líquidos do(a) alimentante, a ser descontado em folha de pagamento e depositado em conta bancária informada na exordial, incidindo o cálculo sobre a totalidade dos ganhos mensais auferidos, inclusive 13º salário,o mês das férias, gratificações, abonos e indenizações em caso de rescisão contratual de trabalho, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, horas extras, 1/3 (um terço) Constitucional das férias e F.G.T.S. Não havendo informação sobre a conta bancária, intime-se a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o número da conta bancária na qual deverão ser depositados os alimentos provisórios, bem como o nome e endereço completo do empregador do requerido. Informação nos autos, oficie-se ao empregador da parte requerida, para que proceda aos descontos devidos, cumprindo rigorosamente a presente decisão, sob pena de incorrer nas sanções do art. 22 da Lei nº. 5.478/68. Paute-se audiência de mediação e conciliação. Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0633507-82.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.M.A. - REQUERIDA: A.R.A. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar A documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0633581-39.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.A.S. - REQUERIDO: W.P.S. - Cumpra-se, por mais uma vez, o despacho de folha 19.

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0634300-84.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.M.F. - REQUERIDA: M.M.S. - Em 26 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do AR negativo retro.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0635192-90.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Helem Dias Pontes Pereira - REQUERIDO: Carlos William Marques de Oliveira - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Dê-se vista ao Ministério Público”.

ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM), ADV: JOÃO MENDES DE ALMEIDA (OAB 1552/AM) - Processo 0635456-10.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: V.A. - ALIMENTANT: R.H.A.C. - DESPACHO: Defiro o pedido de fls. 41 Cumpra-se Manaus, 23 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE LUCENA (OAB 5107/AM) - Processo 0635631-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.N.S.L. - REQUERIDA: S.M.F.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho de fls. 25 do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, no dia 26/09/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE LUCENA (OAB 5107/AM) - Processo 0635631-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.N.S.L. - REQUERIDA: S.M.F.M. - Em 26 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do AR negativo retro.

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0635721-85.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.P.N.G. - REQUERIDA: R.M.S.S. - LISTPASSIV: L.M.S. e outros - Certifique-se acerca do prazo de resposta da requerida CÉLIA EMANUELLE NARANJO GAMA. Intime-se, pessoalmente, os requeridos FELIPE

NARANJO GALVÃO e LARISSA NARANJO GALVÃO para, em dez dias, regularizarem sua representação processual, sob pena de revelia. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: ABRAHÃO LYNCON NUNES DANTAS (OAB 8125/AM) - Processo 0636252-98.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: F.E.O.N. - REQUERIDA: T.S.C. - Trata-se de Ação de Guarda com pedido de tutela antecipada. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Analisando os autos, entendo que não existem elementos suficientes para analisar o pedido de tutela antecipado neste instante processual. As conversas de folhas 20-21 nada concluem e não abordam sobre a questão escolar da menor. A declaração de folha 23 diz que a menor está matriculada e frequentando a escola. Nesta esteira, entendo pela necessidade pautar audiência de justificação para melhor averiguar a situação fática e, assim, poder julgar o pedido de tutela antecipada. Assim, pauto audiência de justificação no dia 04/09/2019, às 10h. Cite-se a parte requerida COM URGÊNCIA, por meio de Oficial de Justiça. Faça constar que a parte requerida deve trazer consigo a menor. Intime-se a parte autora para comparecer à audiência. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ABRAHÃO LYNCON NUNES DANTAS (OAB 8125/AM) - Processo 0636252-98.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: F.E.O.N. - REQUERIDA: T.S.C. - Interrogatório Data: 04/09/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão

ADV: JORGE VICENTE BORGES LIRA JÚNIOR (OAB 11820/AM), ADV: LUCAS AUGUSTO DOS SANTOS BRAGA (OAB 13269/AM), ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM) - Processo 0636564-45.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0208296-46.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: M.A.B.K. - REQUERIDO: J.N.K. - Realize-se pesquisa nos sistemas Bacenjud, Infojud e Renajud a fim de encontrar ativos financeiros e bens em nome do executado. Após, dê-se vista a parte exequente para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM) - Processo 0637210-55.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.B.S. - Z.M.B.N. - REQUERIDO: S.R.S. - Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, atenderem à promoção do Ministério Público de folhas 72-73 integralmente. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM) - Processo 0637493-10.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: K.R.S.D. - REQUERIDO: A.B.S. - Em 26 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do AR negativo retro.

ADV: DIEGO NUNES DA SILVA (OAB 13208/AM) - Processo 0638129-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.C.N. - ALIMENTAND: S.N.N. - S.N.N. - ALIMENTANT: S.F.C.N. - Trata-se de Ação de Alimentos que segue o rito disposto na Lei Especial 5.478/68. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Compulsando-se os autos e verificando presentes os requisitos, fixo alimentos provisório em favor do alimentando no patamar de 35% (trinca e cinco por cento) do salário mínimo vigente, devido a partir da citação, a ser depositado em conta bancária indicada na petição inicial. Caso não haja informação sobre a conta bancária, intime-se a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o número da conta bancária na qual deverão ser depositados os alimentos provisórios. Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência de mediação e conciliação. Considerando a extensa pauta de audiências desta Vara e visando dar maior celeridade ao feito, paute-se audiência na Semana Nacional de Conciliação. Faça constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0638234-84.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.O.G. - REQUERIDO: J.A.S. - DESPACHO R.H. Transcorrido o prazo para réplica, conforme fls. 69, certifique-se quanto à manifestação da parte autora. Analisando a petição de fls. 70/71, verifico tratar-se de Ação autônoma, que deve ser distribuída por dependência, formando novos autos. Desta feita, intime-se a Requerente, por seu advogado, para que instrua devidamente os autos, juntando os documentos indispensáveis à propositura da ação executiva, no prazo de 10(dez) dias, se mantiver o interesse. Cumpra-se.

ADV: PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: KARINA DE FÁTIMA SOUZA GONÇALVES (OAB 13361/AM) - Processo 0639004-43.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Andrea Fernandes Cha de Souza - REQUERIDO: Raniron Lima de Souza - No que pese a manifestação de folhas 27-28, observa-se que no petitório inicial há cláusula acerca da regulamentação provisória da guarda e direito de visitas dos menores, assim, intime-se as partes para, em dez dias, esclarecerem ou retificarem o acordo. Após, mantendo-se as cláusulas acerca dos menores, dê-se vista ao Ministério Público. Caso contrário, certifique-se e tornem os autos conclusos para Sentença Homologatória.

ADV: ALDACY ALVES ROZENO (OAB 12877AM) - Processo 0639016-57.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Eric Vinicius Pereira Soares - Foi publicada a Lei Complementar 190/2018, no dia 10/08/2018, alterando os arts. 154, V, e 154-A, parágrafo único, da Lei Complementar 17, modificando o rol de competências das Varas de Família e de Órfãos e Sucessões, nos seguintes termos: Art. 5.º O inciso V, do artigo 154, da Lei Complementar n. 17, de 23 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 154. (...) (...) V - processar os pedidos de alvarás requeridos com fundamento no Decreto n. 85.845, de 26 de março de 1981, quando o requerente estiver assistido pela Defensoria Pública Estadual. “ Art. 6.º O parágrafo único do artigo 154-A, da Lei Complementar n. 17, de 23 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 154-A. (...) (...) Parágrafo único. Fica preservada a competência das Varas de Família para processar os pedidos de alvarás requeridos com fundamento no Decreto n. 85.845, de 26 de março de 1981, quando o requerente estiver assistido pela Defensoria Pública Estadual. “ Portanto, considerando que na presente ação a parte não encontra-se assistida pela Defensoria Pública Estadual, não compete à vara de família processar a presente demanda. Assim, em cumprimento ao disposto acima e ao art. 43 do CPC, DETERMINO a redistribuição do presente processo para a Vara de Órfãos e Sucessões da Capital. DILIGENCIE-SE E CUMPRA-SE, com as cautelas de estilo e com a presteza requerida na inicial. Manaus, 23 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: LANUSA KARIZA MEIDEIROS DA SILVA MOURA (OAB 14496/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ REDIG ARDAYA (OAB 12680/AM), ADV: MÁRCIO SANTANA MALTA (OAB 13054/AM) - Processo 0639822-92.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Denizio Cavalcante da Silva - Vistos, Ação de Retificação de Registro Civil, proposta por Denizio Cavalcante da Silva, no intuito de retificar seu próprio nome na certidão de nascimento.A presente matéria de registro público não é mais de competência material deste Juízo, em razão da criação da Vara Especializada de Registros Públicos pela Lei Complementar nº 55/07 de 27/07/07, consoante disposto no art. 161, IV da referida lei. Diante disso, DECLARO de ofício a incompetência absoluta, nos termos do art. 113, do Código de Processo Civil. Ademais, declino da competência em favor do Juízo competente, que no presente caso é a Vara de Registros Públicos, devendo os presentes autos lhe serem remetidos com as cautelas de estilo.Intime-se.Cumpra-se.Manaus, 09 de agosto de 2019.

ADV: RUCILEY TAVARES VINENTE (OAB 8834/AM) - Processo 0639899-04.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade -

Fixação - REQUERENTE: A.M.G. - REQUERIDO: F.C.N. - R.N.S. e outros - Diante do pedido de gratuidade da Justiça, intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar declaração de hipossuficiência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0639900-57.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: L.C.M.O.J. - REQUERIDO: R.C.M.A. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: FLÁVIO KA YUNG PIMENTEL LIM (OAB 14050/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0639904-26.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: M.M.O. - ALIMENTANT: M.L.T.Q.O. - DECISÃO Trata-se de Ação de Oferta de Alimentos que segue o rito disposto na Lei Especial 5.478/68. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Fixo alimentos provisório, em consonância com o pedido de oferta de alimentos provisórios, em favor do alimentando no patamar de 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente a ser depositado em conta bancária posteriormente informada pelo requerido. Intime-se a parte Requerida, no prazo de 10 (dez) dias para informar aos autos o número da conta bancária na qual serão depositados os alimentos. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: LUCIANO MOURA MACIEL (OAB 6744/AM) - Processo 0640807-32.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: Beatriz de Souza Batista - EXECUTADO: Antorildo Moreira Batista - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a parte autora através de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 65, no prazo de 10(dez) dias”.

ADV: DENISON MELO DE AGUIAR (OAB 6825/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0640866-88.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: W.R.A. - REQUERIDA: K.L.B. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: ANTÔNIO CARLOS SANTOS DOS REIS (OAB 2208/AM) - Processo 0641253-64.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: E.F.B. - REQUERIDO: M.C.B. - Trata-se de Ação de Exoneração de Alimentos. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Paute-se audiência de mediação e conciliação. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Cumpra-se.

ADV: OTONIEL QUEIROZ DE SOUZA NETO (OAB 8821/AM) - Processo 0641465-85.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ronaldo Silva Cavalcante - REQUERIDO: Elaine Maria Cavalcante da Silva - Tendo em vista que no dia 13/07/2017 foi publicada a Lei Complementar 178 (que alterou o art. 154 da Lei Complementar 17, modificando o rol de competências das Varas de Família), este juízo não tem competência para as ações que envolvam sucessões causa mortis e seus incidentes, petição de herança e testamentos ordinários. Assim, em cumprimento ao disposto acima e ao art. 43 do CPC, DETERMINO a redistribuição do presente processo para a Vara de Órfãos e Sucessões da Capital. DILIGENCIE-SE E CUMPRA-SE, com as cautelas de estilo e com a presteza requerida na inicial.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0641768-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: José Daniel Santana Gusmão - REQUERIDA: Ludmyla Luana Braga dos Santos - Trata-se de Ação de Revisão de Alimentos. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Defiro petitório de fls. 52. Acautelo-me, neste momento processual, de julgar o pedido de tutela antecipada, entendo que, em vista da natureza da prestação alimentar, é necessário aguardar a manifestação da parte contrária para, então, aferir se houve modificação substancial no binômio necessidade/possibilidade em relação à prestação original. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0642467-90.2019.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Adolescente - REQUERENTE: José Elizeu dos Anjos Brito - ADOTANDO: Bruno Pereira Prestes - Gabriel Pereira Prestes - Vistos, Trata-se de ação de adoção tramitando em Vara de Família. Segundo o princípio da Kompetenz kompetenz, o juiz tem sempre competência para analisar a sua competência Por conseguinte, destaca-se que estabelece o art. 148, III da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que compete à Justiça da Infância e da Juventude conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes. Ratificando tal posicionamento, a Lei Complementar Estadual n. 17, em seu art. 161, preceitua que aos Juízes de Direito da Vara da Infância e da Juventude cabe a competência definida no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação complementar. Assim sendo, apreende-se a existência de ofensa a um requisito de validade intrínseco do procedimento, qual seja, a incompetência absoluta em razão da matéria. Neste sentido se encaminha o mestre CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, ao preconizar que o Estatuto prevê procedimentos próprios para a adoção de menores de 18 anos, sempre sob a competência do Juiz da Infância e da Juventude (art. 148, III, ECA). Por fim, cumpre ressaltar que nos termos do art. 113 do CPC, a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção. Diante do exposto, declino de minha competência para determinar a remessa dos autos para o Juízo competente, isto é, o Juizado da Infância e da Juventude. Intime(m)-se.

ADV: ELIZABETH DE OLIVEIRA MUBARAC (OAB 13423/AM) - Processo 0642658-38.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.J.B.M. - REQUERIDO: B.S.M. - B.S.M. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de a petição assinada por todos os Requerentes, declarações de hipossuficiência, sentença ou termo de acordo em que arbitrou os alimentos definitivos e comprovante de residência de BRUNO SILVA MUBARAC e BRENO SILVA

MUBARAC, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: HELOÍSE TRAVASSOS SALIGNAC DE CARVALHO (OAB 12402/AM) - Processo 0642683-51.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Maria Oneide Pacifico Cardoso - REQUERIDA: Odienia Pacifico Cardozo - Assim, com fulcro no art. 300 do Código de Processo Civil, noto presentes os requisitos para concessão da tutela pretendida. Portanto, DEFIRO o pedido de tutela provisória pleiteado. Expeça-se termo de curatela provisória e o termo de compromisso, com prazo de 06 (seis) meses. Dando continuidade a marcha processual, paute-se entrevista com o curatelando, para os fins do art. 751 do NCPC, citando-se e intimando-se, inclusive o Ministério Público. Caso seja necessário, realize-se a entrevista in loco. Intime-se o(a) requerente e seu patrono, advertindo que devem comparecer neste juízo com antecedência de uma hora do horário estipulado para inspeção, para auxiliar o deslocamento até o local em que se encontra o Interditando. Caso o curatelando não constitua advogado, deverá ser nomeado curador especial, nos termos do art. 752, §2º do CPC. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM) - Processo 0642817-78.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: W.R.P. - REQUERIDO: W.W.D.P. - E.A.D. - DESPACHO Trata-se de Ação de Investigação de Paternidade. Defiro pedido de gratuidade da Justiça nos termos do art. 98 do NCPC. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência (art. 334, caput, do NCPC). Na audiência de conciliação será oportunizado às partes a realização do exame de DNA, a recusa do suposto pai indica presunção de paternidade (art. 232, do CC e Súmula 301, do STJ). Caso não haja acordo ou reconhecimento voluntário, da data da audiência, fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para o requerido ofertar contestação, consoante previsto no art. 335, CPC. Após, abre-se igual prazo para apresentação de réplica pela parte autora. Sendo realizado o exame, com o retorno do resultado, paute-se audiência de abertura. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Cite-se e Intime-se. Ciência ao MP.. Cumpra-se. Expeça-se o necessário, de ordem. Manaus, 22 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: MONICA RODRIGUES VANZIN (OAB 12412/AM) - Processo 0642826-40.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: C.S.V. - REQUERIDO: E.S.L. - DESPACHO Defiro a gratuidade da justiça. Dê-se vista à representante do Ministério Público. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM) - Processo 0643815-46.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: L.L.P.M. - REQUERIDA: H.S.S. - DESPACHO Defiro a gratuidade da justiça. Dê-se vista à representante do Ministério Público. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM) - Processo 0644136-18.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: J.Q.M.M. - ALIMENTANT: W.P.M. - Cumpra-se despacho de folha 28-29 no endereço informado pelo petitório de folha 46.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0644271-93.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.S.B. - REQUERIDA: L.F.A. - DECISÃO Trata-se de Ação de Alimentos que segue o rito disposto na Lei Especial 5.478/68. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Compulsando-se os autos e verificando presentes os requisitos, fixo alimentos provisório em favor do alimentando no patamar de 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, devido a partir da citação, a ser depositado em conta bancária indicada na petição inicial. Intime-se a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias, para juntar aos autos o número da conta bancária no nome do genitor ou da menor na qual deverão ser depositados os alimentos provisórios. Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência de mediação e conciliação. Considerando a extensa pauta de audiências desta Vara e visando dar maior celeridade ao feito, paute-se audiência na Semana Nacional de Conciliação. Faça constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: DANIEL RICARDO DO CARMO RIBEIRO FERNANDES (OAB 7269/AM) - Processo 0644394-91.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Thomaz Augusto Corrêa de Vasconcelos Dias - REQUERIDA: Glaura Janne Mota de Vasconcelos Dias - DESPACHO Defiro a gratuidade da justiça. Intime-se a parte Requerida para apresentar Contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se Manaus, 23 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0644435-29.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: I.S.F. - ALIMENTANT: V.F.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0644477-10.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: S.M.S. - REQUERIDO: D.F.M. - R. Hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, emendar a exordial, no sentido de adequar o polo ativo da demanda colocando a genitora da criança, na medida que a pretensão de guarda de ser oposta em face dela e não da filha, nos termos do arts.319 e 321, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO PHILIPPE PINHEIRO EGUCHI (OAB 14468/AM) - Processo 0644534-28.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.S.P. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de emendarem a exordial, no sentido de juntarem a petição inicial assinada por ambos os cônjuges (próprio punho), juntar a procuração assinada pela Requerente VALMIRA MAIA PINHEIRO e as declarações de hipossuficiência, nos termos dos arts. 319, 321, parágrafo único, e 731 do CPC. sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: FRANCIANE AGUIAR DE CASTRO (OAB 10425/AM), ADV: JAQUELINE ABREU CARVALHO (OAB 11166/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM) - Processo 0647284-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Jéssica das Chagas Silva - REQUERIDO: Manoel Pereira da Silva - Cumpra-se despacho de folha 33 no endereço do requerido apresentado na procuração de folha 50.

ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM), ADV: CARLOS ANTONIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM), ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: EDINALDO TIBURCIO PINHEIRO (OAB 6931RO) - Processo 0648878-86.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0614878-65.2015.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: H.C.S. - REQUERIDO: J.S.N. e outros - Cite-se o requerido ANDREI FARIAS DE BARROS para oferecer contestação, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 335 do CPC, no endereço indicado à folha 191. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM) - Processo 0648884-93.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Seção

Cível - REQUERENTE: R.M.B. - REQUERIDA: A.R.O. - Cumpra-se despacho de folha 18 no endereço informado pelo petitório de folha 36, atentando-se para o número correto da residência.

ADV: ELIETE DE OLIVEIRA (OAB 3523/AM) - Processo 0649469-48.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: G.F.A. - L.F.A. - A.F.A. - EXECUTADO: G.L.A. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a aparte autora através de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 42, no prazo de 10(dez) dias.".

ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM) - Processo 0651268-29.2018.8.04.0001 - Separação de Corpos - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: S.N.A.A. - REQUERIDO: W.C.S. - DECISÃO Vistos, Ausentes hipóteses de julgamento antecipado da lide, aplica-se o disposto no artigo 357 do Código de Processo Civil. Assim, distribuo o ônus da da prova, devendo o autor apresentar provas quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, consoante disposto no art. 273 CPC. Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO BATISTA DOS SANTOS (OAB 9550/AM) - Processo 0652878-32.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.C.B. - REQUERIDO: R.V.S. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: JAMYS DOUGLAS DE OLIVEIRA BERMEU (OAB 6572/AM), ADV: JOÍSA MACIEL GUERRA DE SOUZA (OAB 7774/AM) - Processo 0654827-91.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0653747-92.2018.8.04.0001) - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.F.C. - REQUERIDO: J.S.B. - Conciliação Data: 11/11/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão

ADV: MARIANNA LIRA DA ROCHA (OAB 11244/AM), ADV: MAYCON ABRANTES LIMA (OAB 11307/AM) - Processo 0656504-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gabriely Mamede da Silva - REQUERIDO: Raimundo Cristiano Oliveira da Silva - Cumpra-se despacho de folha 18 no endereço informado pelo petitório de folha 36.

ADV: JOYCE MARQUES DE ALMEIDA (OAB 13087/AM) - Processo 0659745-41.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.V.R. - REQUERIDO: R.N.Q.S. - Em 26 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do Mandado negativo retro.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0716212-50.2012.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: R.M.A.F. - EXECUTADO: F.R.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

Abrahão Lyncon Nunes Dantas (OAB 8125/AM)
Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB 10357/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Agenor Carlos Sales da Silva (OAB 4757/AL)
Aghatta Rayandra Cavalcante Barbosa (OAB 10101/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alana Magalhães Santana (OAB 12335/AM)
Aldacy Alves Rozeno (OAB 12877AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Allani Priscila Araújo Cardoso da Silva (OAB 4537/AM)
Alzilene Seabra de Lima Leão (OAB 12112/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
André Fernandes (OAB 3957/AM)
ANDRE LUIS BENTES DE SOUZA (OAB 8307/AM)
Andréa Cláudia Monassa Gomes (OAB 2117/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Anne Karoline de Souza Rodrigues (OAB 12154/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Carlos Santos dos Reis (OAB 2208/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Antonio Jose Tavares Barbosa (OAB 10068/AM)
Antônio Rodrigues dos Passos (OAB 704/AM)
Ariane Andrade da Silva (OAB 10809/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Betina Brenda Gomes Lunier (OAB 12370/AM)
Bruno de Freitas Salgueiro (OAB 7708/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno Mendes Cordeiro (OAB 7420/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Antonio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carlos Augusto Silva (OAB 14377/AM)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Henrique Costa de Souza (OAB 5712/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Carolina Gomes Mar (OAB 8627/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Caroline Oliveira Quintanilla (OAB 2035/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Claudenise Dias de Almeida (OAB 4245/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cristiano Ribeiro Viana (OAB 12740/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel Ricardo do Carmo Ribeiro Fernandes (OAB 7269/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Denison Melo de Aguiar (OAB 6825/AM)
Deywison Lima de Souza (OAB 12737/AM)
Diego Nunes da Silva (OAB 13208/AM)

Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Dra. Simone Patricia Wanderley da Silva (OAB 5353/AM)
Drihelly Pereira Barbosa (OAB 11100/AM)
Earlen Guedes da Silva (OAB 10720/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Edinaldo Tiburcio Pinheiro (OAB 6931RO)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elaine Priscilla de Sousa Martins (OAB 10688/AM)
Eliane Andrade Martins (OAB 12118/AM)
Eliete de Oliveira (OAB 3523/AM)
Elisângela Dias Gama (OAB 12349/AM)
Eliza Paes Araújo (OAB 5162/AM)
Elizabeth de Oliveira Mubarac (OAB 13423/AM)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Érica Carolina de Oliveira Castro (OAB 11174/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
Flávia Serrão Sanz (OAB 100108/RJ)
Flávio Ka Yung Pimentel Lim (OAB 14050/AM)
Franciane Aguiar de Castro (OAB 10425/AM)
Francisco Batista dos Santos (OAB 9550/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel Melo Sampaio (OAB 9793/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Geiza Celeste Frazão Araújo Lins (OAB 4694/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Heloíse Travassos Salignac de Carvalho (OAB 12402/AM)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Islane Marques Setubal (OAB 7239/AM)
Ivan Lima da Silva (OAB 3847/AM)
Izabelle Araújo Marinho (OAB 12468/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Jaime da Silva Beleza (OAB 10327/AM)
James Cavalcante Dirane (OAB 12145/AM)
Jamile Gonçalves Serra Azul (OAB 6620/SE)
Jamys Douglas de Oliveira Bermeu (OAB 6572/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jane Picanço de Farias (OAB 5323/AM)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
JAQUELINE ABREU CARVALHO (OAB 11166/AM)
Jaqueline Oliveira de Paula (OAB 9269/AM)
Jéssica Costa Silva (OAB 10724/AM)
Jéssica Santos Souza (OAB 8743/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
João Mendes de Almeida (OAB 1552/AM)
Joísa Maciel Guerra de Souza (OAB 7774/AM)
Jones Karrer de Castro Monteiro (OAB 906/AM)
Jorge Alberto Silva de Melo (OAB 5916/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB 11820/AM)
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves (OAB 7906/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Joyce Marques de Almeida (OAB 13087/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Karina de Fátima Souza Gonçalves (OAB 13361/AM)
Karla Bianca Albuquerque Lopes (OAB 13143/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Katiene Silva Sena (OAB 11329/AM)
Lanusa Kariza Meideiros da Silva Moura (OAB 14496/AM)
Larissa Kettlen da Rocha Lima (OAB 12542/AM)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Lucas Augusto dos Santos Braga (OAB 13269/AM)
Luciano Moura Maciel (OAB 6744/AM)
Luciano Vieira da Rocha Silva (OAB 4787/AM)
Luiz Cláudio Pires Costa (OAB 10798/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Marcelo Farias de Oliveira (OAB 10089/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Márcio Santana Malta (OAB 13054/AM)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (OAB 4522/AM)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Maria de Fátima Jezini Mesquita (OAB 8378/AM)
Maria Edna Araújo Mateus (OAB 3461/AM)
Maria Fátima Loureiro (OAB 1377/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Maria Suely Muniz da Silva (OAB 1474/AM)
MARIANNA LIRA DA ROCHA (OAB 11244/AM)
Mário Célio Oliveira de Souza (OAB 4346/AM)
Mário Jorge da Silva Araújo (OAB 6570/AM)
Mary Amélia Barros Muniz Tuma (OAB 4566/AM)
Maycon Abrantes Lima (OAB 11307/AM)
Melk Levi da Silva Pereira (OAB 12046/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Michael Queiroz Redig Ardaya (OAB 12680/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Monica Rodrigues Vanzin (OAB 12412/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Natália de Sousa Rodrigues Alves (OAB 9289/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Osmar Foresto Rodrigues (OAB 4026/AM)
Otoniel Queiroz de Souza Neto (OAB 8821/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula Samanta Cabral Marques de Lima (OAB 9929/AM)
Paulino Ferreira dos Santos (OAB 8153/AM)
Paulo Alves da Silva Neto (OAB 12368/AM)
Paulo César Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
pedro emidio lima da silva (OAB 10413/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Penha Maria Gomes de Araujo (OAB 8157/AM)
Pualaní Moreira Barreto (OAB 9852/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Regilson Pinto Gomes (OAB 10288/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rita de Cássia Ferreira de Lucena (OAB 5107/AM)
Roberto da Silva Tavares (OAB 3160/AM)
Roberto Nonato Paiva de Souza (OAB 5496/AM)
Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)
Rovan Jezini do Nascimento (OAB 10481/AM)
Ruciley Tavares Vinente (OAB 8834/AM)
Ruy Miraglia da Silveira (OAB 46428/SP)
Sabrina Larissa de Souza Machado (OAB 7061/AM)
Salomão Guedes Brandão de Farias (OAB 3036/AM)
Scheila Maria Almeida do Carmo Ramos (OAB 4776/AM)
Sebastião Almada da Silva (OAB 8940/AM)
Sérgio Philippe Pinheiro Eguchi (OAB 14468/AM)
Shirley da C. A. do C. Ferreira (OAB 5161/AM)
Sidiany Soares Serrão (OAB 13097/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 4550/PI)
Stephanny Katherinny Fonseca Motta (OAB 8114/AM)

Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0180/2019

ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA MACIEL (OAB 5172/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0201441-95.2010.8.04.0001 (001.10.201441-9) - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: MARILENE GIRÃO DE VASCONCELOS - EXECUTADO: DIONE MARIANO DOS SANTOS - Cumprimento de sentença sob cumulação de ritos. Pagamento de valores relativos a prisão no valor declinado na inicial, sem informação de pagamento dos alimentos vincendos. Vista ao patrono do(a) exequente para informar se há valores remanescentes. 05 (cinco) dias.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: GABRIEL MELO SAMPAIO (OAB 9793/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0205429-80.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: M.R.F.C. - Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0223437-76.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERIDO: F.C.S. - De ordem do(a) Juiz(a) da 5ª Vara de Família (Euza Maria) Portaria nº 002/2018 5VF, intime-se o réu para, no prazo de 10 (dez) dias, formular proposta de pagamento da dívida.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0229433-50.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDA: C.B.F. - Vistos etc... Revisional de alimentos. Autor e réu(s) qualificado(s) nos autos. Citação sem resposta. Revelia decretada. Deliberação de vista ao Ministério Público. Sucintamente, o relatório. A ação é de revisão de pensão alimentícia. As alegações do autor, lançadas na inicial, apresentam consistência, pois o autor possui atualmente gastos com aluguel, filhos, empréstimos que de fato afetaram sua condição econômica. A ré, embora cita regularmente, quedou-se inerte, não apresentado contestação nem comparecendo à audiência. Dessa forma, fica este juízo impossibilitado de apreciar eventuais razões em seu favor. Não obstante, deve-se levar em conta que alguns dos gastos a mais que se incluíram se deram liberalidade do autor , o que, por sua vez, não pode acarretar prejuízo total ao infante que não tem responsabilidade por isso. Ponderada a situação, tem-se por acolhido parcialmente o pedido formulado pelo autor, nos termos do art.487, I, do CPC, reduzindo-se o valor da pensão para 15 % (quinze por cento) da renda mensal bruta do réu, menos descontos obrigatórios, a ser pago mediante desconto em folha de pagamento. Expeça-se ofício ao empregador do autor. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Manaus, 26 de agosto de 2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0232891-75.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: W.L.S. - Ação de Alimentos. Alimentos provisórios fixados. Citação sem resposta. Revelia decretada. Audiência com tomada de depoimento. Deliberação de vista ao Ministério Público. É o relatório. De fato, houve a citação pessoal do requerido, consoante se observa às fls. 22, tendo ele se quedado inerte. Portanto, há de ser reconhecida a revelia quanto à matéria de fato, nos termos do art. 344, do CPC. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o trinômio: necessidade-possibilidade-proporcionalidade. Senão vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO DE FAMÍLIA.AÇÃO DE ALIMENTOS. PLEITO DE REDUÇÃO DO PERCENTUAL FIXADO PELO JUÍZO A QUO. ANÁLISE DO TRINÔMIO POSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE, NECESSIDADE DO ALIMENTANDO E PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A disciplina legal acerca da fixação dos alimentos tem como lastro essencial o trinômio possibilidade do alimentante, necessidade do alimentado e proporcionalidade, devendo tal medida ser procedida através do juízo de ponderação a ser desenvolvido pelo magistrado, que não está adstrito a critérios fechados, tendo em vista que utilizará como meios de formação do seu convencimento as características e peculiaridades da causa. 2. In casu, a fixação dos alimentos provisórios no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário mínimo é medida razoável diante da análise do trinômio supracitado e do arcabouço probatório colacionado nos autos. (Classe: Agravo de Instrumento, Número do Processo 0007775-61.2017.8.05.0000, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 05/09/2017) (TJ-BA - AI: 00077756120178050000, Relator: José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 05/09/2017) Portanto, no momento da fixação dos alimentos, o julgador deve atentar para todos os fatores relativos ao caso em julgamento, com a finalidade de proferir uma decisão equânime e prudente, atendendo, em especial, aos interesses do incapaz. No autos deste processo, o requerido, apesar de devidamente citado, não apresentou defesa, impossibilitando este Juízo, de alguma forma, em analisar detidamente a sua capacidade, ou trazendo-se à dicção da norma, a sua possibilidade de ofertar alimentos. Por outro lado, como foi revel, a duas conclusões diretas chega este Juízo: a primeira delas é que os argumentos lançados da inicial são verdadeiros (presunção legal); a segunda delas é que o alimentante aceitou o valor já arbitrado provisoriamente. Assim, não me restam dúvidas que a pensão arbitrada, além de atender aos requisitos legais, também foi aceita pelo requerido, considerando a sua revelia. Pelo exposto, acolho totalmente a pretensão deduzida na petição inicial, tornando definitiva a pensão arbitrada liminarmente, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC. Sem custas Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: ANDERSON RAPHAEL PEREIRA DE ARAUJO (OAB 7359/AM), ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM) - Processo 0233915-17.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: J.S.R. - Vista ao patrono do(a) exequente para informar se a dívida relativa a expropriação foi completamente adimplida, em razão dos descontos determinados na decisão de pág. 93/94 dos autos, devendo informar, também, sob pena de extinção do feito, se os valores relativos a prisão foram adimplidos. 05 (cinco) dias.

ADV: KELVIN RODRIGUES DA SILVA (OAB 9203/AM) - Processo 0239040-87.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERIDO: E.G.S. - Execução de alimentos com pagamento da dívida. Extinção, com fundamento no art. 924, II do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0243186-74.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERIDO: R.S.G. - Interdição com fundamento no art. 1.767, do Código Civil. Requerente e requerido(a) qualificados. Incapacidade informada na inicial. Documentação pertinente - pessoal e médica.

Requerimento de liminar (tutela de urgência). Manifestação favorável do Ministério Público. Tutela de urgência concedida, nomeando-se curador, provisoriamente. Entrevista. Manifestação de curador especial. Ministério Público pelo acolhimento do pedido. O relatório, no essencial. A interdição tem por finalidade resguardar os interesses do incapaz, nos exatos termos do art. 1.767 do Código Civil e seus incisos. O caso, devidamente analisado, é, efetivamente, de interdição. Informações médicas confirmam a incapacidade/deficiência. Além disso, a entrevista, do ponto de vista estritamente judicial, conduz à mesma conclusão. O Ministério Público, diligente fiscal da lei, entendeu tratar-se, realmente, de caso de interdição. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, dando-se por decretada a interdição, mantendo-se o requerente no cargo de curador, com poderes limitados à gestão dos interesses do interditado, com exclusão de disponibilidade patrimonial, condicionada, se for o caso, por comprovada necessidade, a autorização judicial. O curador deverá prestar contas periodicamente de sua administração, nos termos do parecer ministerial, naquilo que se apresentar adequado à situação. Cumpra-se o disposto nos arts. 755, § 3º, do Código de Processo Civil e 9º, III, do Código Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Intimem-se. Transitando em julgado, tudo providenciado, arquive-se.

ADV: ROSANA LEA ANTONY FEITOZA (OAB 7867/AM), ADV: GLÁUCIA AZEVEDO NARCELHA (OAB 12303/AM) - Processo 0260085-94.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: K.A.V. e outro - Vista ao patrono do(a) exequente para informar se o acordo de parcelamento da dívida está sendo cumprido, devendo informar, ainda, considerando o comunicado do empregador, se o executado está efetuando, também, o pagamento dos alimentos vincendos. 05 (cinco) dias.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM) - Processo 0600132-61.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: D.C.C.B.C. - EXECUTADO: A.M.D.R. - Vista ao patrono do(a) exequente para manifestação quanto à certidão de fls. 312. 05 (cinco) dias.

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0614286-55.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0617086-90.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Aquisição - REQUERENTE: ANA MARA FERREIRA DA SILVA - Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: SARAH DE SOUZA LOBO (OAB 5971/AM) - Processo 0629819-49.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.R.G.R. - REQUERIDA: M.S.N.C. - Ação de alimentos com guarda. Autora e réu qualificados nos autos. Alimentos provisórios. Citação sem resposta. Revelia. Depoimento do pai da autora. Deliberação de vista ao Ministério Público. Sucintamente, o relatório. A ação é de alimentos com guarda, com fundamento no Código Civil e na Lei Especial. Os documentos constantes dos autos provam que a ré é mãe da autora. Tem, portanto, o dever de lhe prestar assistência alimentar, nos termos do Código Civil. E isso, segundo as declarações do pai da menor, não vem ocorrendo há muito tempo. Informa o autor que possui a guarda de fato da adolescente desde o nascimento, requerendo, portanto, a regularização dessa situação. A ré, citada, nada providenciou, autorizando o entendimento de que não se opõe ao pedido da autora. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido formulado pela autora, para o fim de condenar a ré ao pagamento de pensão alimentícia, no quantum dos provisórios, ao amparo das disposições relativas do Código Civil; bem como fixar a guarda de forma unilateral em favor do requerente. Sem custas. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0631528-56.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.F.N. - Vista ao patrono do requerente. 05 (cinco) dias. Após, voltem-me conclusos.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0640500-44.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDA: R.G.F. - Revisional de alimentos. Autor e réu(s) qualificado(s) nos autos. Citação sem resposta. Revelia decretada. Deliberação de vista ao Ministério Público. Sucintamente, o relatório. A ação é de revisão de pensão alimentícia. As alegações do autor, lançadas na inicial, apresentam consistência, pois encontra-se desempregado não por vontade própria. A revelia, por outro lado, apesar dos efeitos limitados, no caso, reforça o teor das alegações do autor. A réu, citada regularmente, não respondeu à ação, não se dignando a atender ao chamado da Justiça. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido formulado pelo autor, reduzindo-se o valor da pensão para 31,45 % (trinta e um vírgula quarenta e cinco por cento), a ser pago mediante depósito na conta da genitora, até o quinto dia útil de cada mês. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0647909-71.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERIDA: C.P.S. e outro - Interdição com fundamento no art. 1.767 do Código Civil e na Lei nº 13.146/2015. Requerente e requerido qualificados. Requerente, filha da interditanda. Interditando (a) portador (a) da CID G31.9 (doença degenerativa mental). Com a inicial, documentos pessoais e laudos médicos. Tutela de urgência denegada. Entrevista da interditanda. Manifestação assistencial do (a) interditando (a). O Ministério Público pelo acolhimento do pedido. O relatório, no essencial. A interdição tem por finalidade resguardar os interesses do incapaz, nos exatos termos do art. 1.767 do Código Civil e seus incisos. O caso, devidamente analisado, é, efetivamente, de interdição. Informações médicas confirmam a incapacidade/deficiência intelectual. Além disso, a entrevista/inspeção, do ponto de vista estritamente judicial, conduz à mesma conclusão. O Ministério Público, diligente fiscal da lei, entendeu tratar-se realmente de caso de interdição. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, decreta-se a interdição de C. P. da S. Nomeia-se curadora a requerente, o que importará em limitação de atos de natureza negocial e de natureza patrimonial, apenas, mas não atos relativos a direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, nos termos do Estatuto da Pessoal com Deficiência - EPD. O curador deverá prestar contas periodicamente de sua administração, nos termos do parecer ministerial, naquilo que se apresentar adequado à situação. Cumpra-se o disposto nos arts. 755, § 3º, do Código de Processo Civil e 9º, III, do Código Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Intime-se. Transitando em julgado, tudo providenciado, arquive-se.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0648144-38.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: R.F.S. - Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Anderson Raphael Pereira de Araujo (OAB 7359/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriel Melo Sampaio (OAB 9793/AM)
Gina Carla Sarkis Romeiro (OAB 2669/AM)
Gláucia Azevedo Narcelha (OAB 12303/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Júlio César de Oliveira Maciel (OAB 5172/AM)

Kelvin Rodrigues da Silva (OAB 9203/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Rosana Lea Antony Feitoza (OAB 7867/AM)
Sarah de Souza Lobo (OAB 5971/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2019

ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM), ADV: LÍDICE MAYO LANGBECK (OAB 9475/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE PEVAS LIMA DE ARAÚJO (OAB 12262/AM), ADV: CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA (OAB 12251/AM), ADV: PAIXÃO PERIMAN DE ALMEIDA FERREIRA (OAB 12138/AM) - Processo 0600184-23.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.S.S. - REQUERIDO: A.R.D.M. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência para Coleta de Material Genético, desta Ação, para o dia 30/09/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e do menor A. de S.S.

ADV: JOSÉ CARLOS CALIL MOURÃO (OAB 4035/AM), ADV: MARCUS DI FABIANNI FERREIRA LOPES (OAB 358A/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: NEILA DO ROSÁRIO MONTEIRO DA SILVA (OAB 11841/AM) - Processo 0602284-14.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Francisco Matias dos Santos - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente (Exequente), pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado (Defensor), para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0603215-80.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Valcilene da Silva Pedro Alves - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação desta Ação, para o dia 17/10/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de carta com AR, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

ADV: JOANA LOREN DE OLIVEIRA BARBOSA GRANA (OAB 10729/AM), ADV: FRANCISCO EFRAIM FELIX DA SILVA FILHO (OAB 10721/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0610071-31.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.A.S. - REQUERIDA: L.P.S.S.M. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 23/10/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas.

ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM), ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM) - Processo 0614651-70.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Afonso Viana de Oliveira - Sopesado o exposto e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, e em consonância com o Ministério Público, DECRETO a INTERDIÇÃO de Mário Nonato de Oliveira, com base no art. 1.767, I, do Código Civil, nomeando-lhe CURADOR seu filho, Sr. Afonso Viana de Oliveira, que o representará nos atos da vida civil e na administração dos seus bens, sobretudo, os de natureza patrimonial e negocial, podendo praticar todos os atos inerentes ao exercício do encargo, em nome do genitor curatelado interditado, com exclusividade, com a inspeção deste Juízo, obrigando-se à prestação de contas, com fulcro no art. 1.774, c/c o art. 1.747, caput e incisos, e segts. caput e incisos, e art. 1.755, do Código Civil, no que couber. Expeça-se em favor do Curador o Termo de Curatela, mediante a prestação de compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo, de acordo com o disposto no art. 759, do Código de Processo Civil. Expeça-se Mandado para a inscrição da sentença junto ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Pessoas Naturais, procedendo-se a imediata publicação desta decisão na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente, conforme exigência do art. 755, § 3º, do C.P.C. À Secretaria, para as providências cabíveis. Sem custas. Transitada em Julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM) - Processo 0622677-62.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.L.V.R. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 18/09/2019 às 08:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado, e a parte requerida através de carta com AR, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas. Intime-se a Defensoria Pública, através do Portal.

ADV: JACKELINE SALAZAR DOS SANTOS (OAB 10166/AM) - Processo 0631542-06.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Esther Cyntia Fonseca Barbosa - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente (Exequente), pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado (Defensor), para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0632674-30.2019.8.04.0001 - Interdição - Fato Atípico - REQUERENTE: Ronaldo Trindade Maramaldo - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: HENOCK IAGO MONTEIRO VALENTE (OAB 13924/AM) - Processo 0633983-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: B.R.P.B. - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Arbitro os alimentos provisórios

em favor do filho do requerido, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo, devidos a partir da citação, cujo montante deverá ser pago até o dia 30 (trinta) de cada mês, depositado em conta bancária indicada às fls. 03. Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se e intime-se a parte requerida, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARIA DE NAZARÉ GALVÃO DA SILVA (OAB 3049/AM) - Processo 0636576-93.2016.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.E.A.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente (Exequente), pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado (Defensor), para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JORGE VICENTE BORGES LIRA JÚNIOR (OAB 11820/AM) - Processo 0638952-18.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Jorge Vicente Borges Lira - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente (Exequente), pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado (Defensor), para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JÉSSYCA LUANA MORAIS FERREIRA (OAB 11258/AM) - Processo 0642714-42.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Raimunda Fonseca Paschoalino - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente (Exequente), pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado (Defensor), para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0642876-03.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: L.T.A. - Intime-se a parte requerida, por Carta com AR e por Mandado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar sua representação processual, devendo ainda, no mesmo prazo, manifestar-se acerca do laudo de DNA de fls. 40/44. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0644308-91.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Terezinha Cristina Vieira dos Santos - Na medida em que foram frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARIANA PINHEIRO GONÇALVES (OAB 13906/AM) - Processo 0654099-50.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: V.P.T. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Coleta de Material Genético, desta Ação, para o dia 14/10/2019, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e o requerido intimado por mandado, com as ressalvas constantes dos arts. 231 e 232 do CCB., para comparecerem acompanhados de seus respectivos advogados e da menor M.P.T.

ADV: TEREZINHA MAIA DA GAMA SILVA (OAB 14036/AM) - Processo 0659743-71.2018.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Registro de Óbito após prazo legal - REQUERENTE: Amanda Duarte de Souza - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação desta Ação, para o dia 15/10/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de carta com AR, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB 12251/AM)
Carlos Henrique Pevas Lima de Araújo (OAB 12262/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Francisco Efraim Felix da Silva Filho (OAB 10721/AM)
Henock Iago Monteiro Valente (OAB 13924/AM)
Jackeline Salazar dos Santos (OAB 10166/AM)
Jéssyca Luana Morais Ferreira (OAB 11258/AM)
Joana Loren de Oliveira Barbosa Grana (OAB 10729/AM)
Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB 11820/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José Carlos Calil Mourão (OAB 4035/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Lídice Mayo Langbeck (OAB 9475/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (OAB 358A/AM)
Maria de Nazaré Galvão da Silva (OAB 3049/AM)
Mariana Pinheiro Gonçalves (OAB 13906/AM)
Neila do Rosário Monteiro da Silva (OAB 11841/AM)
Paixão Periman de Almeida Ferreira (OAB 12138/AM)
Terezinha Maia da Gama Silva (OAB 14036/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LORENA PONTES DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0102/2019

ADV: MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 2322/AM), ADV: MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR (OAB 140284/SP), ADV: NATANAEL MARTINS (OAB 60723/SP) - Processo 0500037-57.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0104432-46.2004.8.04.0001) - Execução de Título Judicial - Nulidade - EMBARGANTE: Itautec Informática S/A - R.Hoje. Ante o teor da certificação retro, proceda-se a intimação da Embargante para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se nos autos indicando a documentação necessária para fins de formação do Requisitório de Precatório - RPV. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELIAS DE OLIVEIRA NILO (OAB 12630/AM) - Processo 0610088-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Janderson Pereira Viana - SENTENÇA R. Hoje. Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal cumulada com Danos Morais movida por Janderson Pereira Viana em face do Município de Manaus pelos motivos expostos a seguir. Narra o Requerente que reside com sua sogra desde 2013 e, recentemente, ao tentar efetuar uma compra fora informado de que seu nome se encontrava no cadastro de inadimplentes (SERASA). Tal fato se deu devido à inscrição de seu nome em

protesto no 6º Cartório de Protesto de Manaus no valor de R$ 716,61 referente a um imóvel localizado na Rua Juriti, nº00, Jorge Teixeira. Contudo, afirma o Autor que jamais fora proprietário ou possuidor de tal imóvel. Dado o exposto, o Autor requer que seja concedida a Tutela de Urgência para a retirada do nome do Autor do cadastro de inadimplentes (SERASA), seja determinada a anulação da cobrança de IPTU e exclusão do nome do Autor do cadastro de Dívida Ativa do Município e a condenação do Município por Danos Morais em R$ 22.806,15 (vinte e dois mil, oitocentos e seis reais e quinze centavos). Procuração e documentos das pgs. 15/38, dentre eles: Boletim de Cadastro Imobiliário em seu nome (pg. 20), Certidão Negativa de Registro de Imóveis do 4º Ofício (pg. 24) e nota de Protesto em seu nome do Cartório do 6º Ofício (pg. 26). Às pgs. 40/41 o Requerente veio novamente o Autos solicitar que fosse respondido o pedido de caráter liminar feito em sede de Petição Inicial e informa que a restrição de seu nome tem o prejudicado devido ao fato de ele necessitar suprir despesas decorrentes do tratamento oncológico de seu filho. Junta exames laboratoriais do filho nas pgs. 42/48. Fora proferida, nas pgs. 49/51, Decisão Interlocutória a qual concedeu a Antecipação dos Efeitos de Tutela ao determinar a Suspensão do nome do Autor do órgão de restrição de créditos (SPC/SERASA), deferiu a gratuidade da justiça e ordenou a citação do Ente Municipal Veio o Município aos Autos apresentar Contestação nas pgs. 57/63. Informa que já procedeu com o cancelamento do protesto e já foi alterado o cadastro municipal para retirar o nome do Autor e inserir o nome do atual proprietário do imóvel. Portanto, declara que não há mais o objeto da presente ação. Relata ainda que o Autor não comprovou a ocorrência de Danos Morais. Ao fim da Contestação requer que os pedidos formulados sejam julgados totalmente improcedentes dado a perda do objeto da ação e a inexistência de Danos Morais. Junta aos autos comprovante do cancelamento do protesto (pg. 64) e cadastro imobiliário atualizado (pg. 65). Veio aos autos Despacho (pg. 67) determinando que o Autor apresentasse réplica no prazo de 15 (quinze) dias. Assim, o Autor apresentou réplica nas pgs. 69/74 alegando que o fato de ter sido cobrado indevidamente não se tratou de um mero aborrecimento e que o presente caso trata-se de Dano Moral In Re Ipsa, ou presumido, o qual não exige apresentação de provas. Após tal, houve Decisão Interlocutória (pg.76) intimando as partes a informarem, no prazo de 15 (quinze) dias as provas que desejam produzir e, caso não houvesse manifestação ou interesse, os autos seriam julgados de maneira antecipada. O Município se manifestou (pg. 81) informando que não há interesse em produzir novas provas. De igual forma o Requerente (pg. 84) declarou não ter interesse não produção de provas. É o relatório, no essencial. Passo a decidir. O Código de Processo Civil dispõe sobre as causas de extinção do julgamento sem resolução de mérito. Dentre elas está a falta de interesse processual, vejamos: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: [...] VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; [...] No que tange ao “interesse de agir” extrai-se da obra de Theotônio Negrão (in: Código de Processo Civil, 39ª ed., Editora Saraiva, 2007, p. 116), importante lição que passo a transcrever: O conceito de interesse processual (art. 267,VI e 295-caput-III) é composto pelo binômio necessidade-adequação, refletindo aquela a indispensabilidade do ingresso em juízo para a obtenção do bem da vida pretendido e se consubstanciando esta na relação de pertinência entre a situação material que se tenciona alcançar e o meio processual utilizado para tanto.Tendo em vista que a baixa do protesto em nome da Autora junto ao 6º Tabelionato de Protesto e Letras já ocorreu em 28/06/2019. Com efeito, o esvaziamento da presente ação, ocorrido com a baixa dos protestos em nome do Autor e da atualização do Boletim de Cadastro Imobiliário, redunda na carência superveniente do interesse de agir, tudo em conformidade com o artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Por outro lado, visto que houve necessidade de ajuizar a ação devido ao equívoco do Ente Municipal, faz-se cabível a condenação da Requerida ao pagamento de honorários advocatícios, pois esta deu causa a ação. Noutro giro, ao analisar a matéria vindicada na causa ora em observância e, ante o fim dos demais pleitos de cunho tributário formulados pelo Requerente, vê-se que o tema em discussão também cinge-se ao pagamento de retorno indenizatório, frente a possíveis danos morais sofridos pelo Autor, em virtude de haver sido inscrito como inadimplente junto ao SERASA, referente a débito que lhe fora indevidamente atribuído pelo Ente Municipal. Desta feita, mister salientar que, com a edição da Lei Complementar nº 58/2007, que modificou o artigo 153, inciso II, da Lei Complementar nº 17/97, a competência da presente Especializada passou a ser exclusivamente para julgamento das causas de natureza tributária de interesse do Município de Manaus, o que se exigiu, para tanto, a teor do regulado pela Portaria nº 4.309/2007, que os autos de natureza diversa fossem distribuídos para as Varas de Fazenda Pública Municipal. Diante disso, clarividente é afirmar que, a situação fática submetida à apreciação deste Judiciário em relação ao pagamento de verba indenizatória frente ao suposto dano moral experimentado não merece ser apreciado neste âmbito, não obstante, haver decorrido de uma circunstância de cunho tributário. Assim, mostra-se evidente a incompetência deste Juízo Especializado de Dívida Ativa Municipal para a análise do feito no que tange à discussão concernente a indenização, devendo o Autor, após o trânsito em julgado da presente Sentença, apresentar o pedido indenizatório no Juízo competente. Ademais, tendo em vista que o valor da causa fora arbitrado levando em conta o pedido de condenação em Danos Morais, faz-se necessário arbitrar novo valor, que abarque apenas as questões de cunho tributário, qual seja: o valor protestado em cartório e o valor pago pelo autor para obter certidão negativa de imóveis. Diante do exposto, julgo EXTINTA a Ação Anulatória de Débito Fiscal, devido a perda superveniente do interesse de agir, conforme exposto na fundamentação, conforme disposto no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Ainda, DEIXO DE JULGAR o pedido referente a Danos Morais, pois, por se tratar de matéria de natureza não tributária, é de competência das Varas de Fazenda Pública. Arbitro o valor da causa em R$ 1.507,22 (um mil, quinhentos e sete reais e vinte e dois centavos), referente apenas as matérias de cunho tributário, de acordo com o art. 292, §3º, do Código Processual Civil. Honorários advocatícios devido pelo Ente Municipal no percentual de 20% do valor dado à causa. Custas processuais devidas pela sucumbente, das quais fica isenta. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019 Marco A P Costa Juiz de Direito Portaria nº 1.602/2019 - PTJ

ADV: THIAGO PAULO TABOSA DOS REIS JACOB (OAB 9622/AM) - Processo 0621927-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Adson Silva de Albuquerque - Isto posto, tendo em vista a perda superveniente do objeto, JULGO EXTINTO a presente ação processual SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base nas disposições do artigo 485, inciso VI, segunda figura, da Lei Processual Civil. Outrossim, ao se considerar que o Ente Municipal, equivocadamente, atribuiu à Autora cobrança fiscal e, com isso, restrição por meio de protesto, dando, assim, causa à presente ação, em homenagem ao princípio da causalidade, CONDENO o Município de Manaus ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da causa, excluindo-se o quantum indenizatório, tendo em vista que o mesmo deverá ser analisado no juízo competente. Por oportuno, DEFIRO a gratuidade judiciária pleiteada, na forma disposta na Lei n° 1.060/50 em sua combinação com o art. 98 do Diploma Processual Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, dê-se BAIXA nos autos e arquivem-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0629656-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - REQUERENTE: Condomínio Residencial Agave - R.Hoje. Intime-se o Autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da Contestação e documentos colacionados às fls. Retro. Cumpra-se.

ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM) - Processo 0818744-10.2009.8.04.0001 (001.09.818744-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADO: Madeiras Comp da Amaz Cia Agro Ind - Trata-se, no caso, de Embargos de Declaração manejados por MOISÉS GONÇALVES SABBÁ, já qualificado nos autos, em face da decisão intelocutória proferida às fls. 126/130, objetivando que seja sanado o vício de omissão encartado no decisum no tocante a ausência de condenação da Municipalidade no pagamento

de honorários de sucumbência. Sustenta o Embargante que, a decisão ora guerreada acatou a Exceção de Pré-Executividade, reconhecendo a ilegitimidade do responsável tributário constante da Certidão de Dívida Ativa que instrumentaliza a ação executiva em epígrafe, determinando-se, assim, a exclusão do então Excipiente/Embargante da demanda, haja vista não ser mais, há tempos, representante legal da empresa Executada. Destaca que, diante disso, não houve disposição acerca do pedido do Excipiente no que tange à condenação do Ente Municipal ao pagamento de honorários de sucumbência. Assim, após trazer à colação o entendimento da jurisprudência hodierna sobre o tema em pauta, requer, ao final, o conhecimento e provimento dos Aclaratórios para sanar a omissão apontada, fixando-se os honorários em favor dos patronos do Excipiente no percentual de 20% (vinte por cento). Às fls. 146/148, a Municipalidade apresenta contrarrazões aos Embargos de Declaração, por meio dos quais assevera que o Município de Manaus não pode ser penalizado com a condenação em verbas de sucumbência, devendo arcar o ex-sócio com os custos relativos ao ajuizamento da ação executiva, nos termos do princípio da causalidade, uma vez que o Embargante apenas informou o Fisco Municipal em 16/07/2013. Vieram-me conclusos. É o relatório. PASSO A DECIDIR. É de sabença que, com a atual sistemática do Novo Código de Processo Civil, o recurso de Embargos de Declaração é cabível contra qualquer decisão judicial, o com o fito de esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material, senão vejamos: "Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III corrigir erro material. " (grifei) Sob este enfoque, reportando-se a realidade fática delineada nos autos, vê-se que a Embargante aponta omissão do decisum de fls. 126/130, que deixou que condenar o Ente Municipal em honorários de sucumbência. De fato, ao analisar a decisão objurgada constata-se efetivamente a ausência de manifesto acerca da condenação em honorários, no entanto, descordo da parte Embargante quando pontua que tal encargo deveria recair em face da Municipalidade. É que em verificação a documentação colacionada aos autos às fls. 120/125, pelo Município de Manaus quando de sua Impugnação à Exceção de Pré-Executividade oposta, observa-se que constam protocolos de recadastramento, datado de 25/10/2012 e alteração cadastral, datada de 16/07/2013, ambos em nome do Embargante, robustecendo, portanto, a alegação municipal de que somente tomou conhecimento nesse período quando já havia ajuizado a ação executiva ocorrida em 02/02/2009. Destaque-se que, o Ente Municipal tinha, inclusive, levantado o presente argumento em sede de Impugnação (fls. 119) que não fora, oportunamente, refutado pelo Embargante que, desse modo, não se desincumbiu do ônus de demonstrar o inverso, permitindo que este Juízo reconheça a procedência das disposições e comprovações trazidas pela Municipalidade. Nessa senda de discussão, deve-se adotar o princípio da causalidade cujo escopo é atribuir àquele que deu causa ao ajuizamento da ação o ônus de suportar o pagamento das despesas processuais e honorários. In casu, o Embargante ao atuar tardiamente na comunicação ao Fisco Municipal de sua saída da representação legal da empresa ora Executada, deu causa a que tivesse seu nome vinculado como responsável tributário da cobrança consubstanciada nos autos. Desta feita, devidamente pautada nos fundamentos expostos linhas atrás, conheço dos Embargos de Declaração, reconhecendo a omissão apontada, porém, para condenar o Embargante em honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 4.229,94 (quatro mil, duzentos e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos), retificando, assim, os termos do decisum de fls. 126/130. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA DE LIMA LINHARES (OAB 11193/AM) - Processo 0906350-66.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERIDO: Clotilde Madeira de Souza - Vistos etc... Trata-se de Exceção de Pré-Executividade manejada por CLOTILDE MADEIRA DE SOUZA na Ação de Execução Fiscal na qual o MUNICÍPIO DE MANAUS busca ver adimplido o crédito tributário consubstanciado na Certidão de Dívida Ativa de nº 1451422. A Excipiente requer, em síntese, que se julgue extinta a presente Ação de Execução Fiscal, tendo em vista prescrição do crédito tributário que lastreia o título objeto do feito, nos termos dos artigos 156 e 174 do Código Tributário Nacional. Intimado para manifestar-se acerca da alegação de prescrição do débito exequendo, o Município de Manaus solicitou a "desistência do prazo para apresentar Impugnação à Exceção de Pré-Executividade acostada às fls.08/211". Vieram-me conclusos. É o relatório no essencial. DECIDO. Como é cediço, ocorre a prescrição pelo não exercício de um direito dentro do prazo legal, configurando a perda do direito de ação, fato que torna o direito material inexigível. Em matéria tributária é o prazo que a Fazenda Pública tem para propor a ação de execução do crédito tributário contra o sujeito passivo. A propósito, é o que se extrai da inteligência do art. 174 do Código Tributário Nacional que preceitua, in verbis: "A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva." O Município de Manaus ajuizou a presente ação em 28/05/2015 objetivando a satisfação dos créditos tributários referente ao não adimplemento do Parcelamento - IPTU 4/2013 (exercícios 1991, 1992, 1993, 1994 e 1995). Nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 174 do Código Tributário Nacional, a adesão a parcelamento de débito importa em confissão da dívida e tem como consequência a interrupção da contagem do prazo prescricional. Contudo, verifico que no caso em tela a adesão ao Parcelamento IPTU 4/2013 se deu quando os créditos tributários referentes ao IPTU dos exercícios 1991, 1992, 1993, 1994 e 1995 já estavam prescritos. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece que, em se tratando de débitos de natureza tributária, não se aplica a renúncia tácita prevista no art. 191 do Código Civil, prevalecendo, assim, o que preconiza o art. 156, V, do Código Tributário Nacional que considera a prescrição causa extintiva do crédito tributário. Vejamos: DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO DE DÉBITO TRIBUTÁRIO PRESCRITO. EXIGÊNCIA DO FISCO. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. 1. É certo que a confissão da dívida, por meio do parcelamento, interrompe a prescrição, nos termos do art.174, IV, doCódigo Tributário Nacional, ou configura sua renúncia tácita para o art.191doCódigo Civil. Contudo, esse ato do devedor não pode conferir ao Fisco o direito de exigir o crédito nos casos em que o parcelamento foi realizado após o decurso do prazo prescricional. (REsp 1278212/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 10/11/2011) 2. Recurso especial provido. * * * PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART.535DOCPC. NÃO OCORRÊNCIA. PARCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO PRESCRITO. IMPOSSIBILIDADE. CRÉDITO EXTINTO NA FORMA DO ART.156,V, DOCTN. PRECEDENTES. 1. O acórdão recorrido se manifestou de forma clara e fundamentada sobre as questões postas à sua apreciação, não havendo que se falar em violação do art.535doCPC, sobretudo porque o julgador não está obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos deduzidos pelas partes, desde que seja respeitado o princípio da motivação das decisões judiciais previsto no art.93,IX, daConstituição Federal. 2. A prescrição civil pode ser renunciada, após sua consumação, visto que ela apenas extingue a pretensão para o exercício do direito de ação, nos termos dos arts.189e191doCódigo Civil de 2002, diferentemente do que ocorre na prescrição tributária, a qual, em razão do comando normativo do art. 156,V, doCTN, extingue o próprio crédito tributário, e não apenas a pretensão para a busca de tutela jurisdicional. 3. Em que pese o fato de que a confissão espontânea de dívida seguida do pedido de parcelamento representar um ato inequívoco de reconhecimento do débito, interrompendo, assim, o curso da prescrição tributária, nos termos do art.174, IV, doCTN, tal interrupção somente ocorrerá se o lapso prescricional estiver em curso por ocasião do reconhecimento da dívida, não havendo que se falar em renascimento da obrigação já extinta ex lege pelo comando do art. 156, V, doCTN. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1210340/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/10/2010, DJe 10/11/2010). Isto posto, tendo em vista a extinção do crédito tributário em cobrança na presente ação, nos moldes do art. 156, V, do Código Tributário Nacional, hei por bem em JULGAR PROCEDENTE a Exceção de Pré-Executividade. Em consequência, JULGO EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. Em obediência ao princípio da causalidade e da sucumbência bem como ao caráter contencioso da Exceção de

Pré-Executividade, hei por bem em CONDENAR o Ente Municipal ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro, com fundamento no inciso I do § 3º do art. 85 do Código de Processo Civil, em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Nos temos o art. 99, do Código de Processo Civil, o pedido de gratuidade da justiça pode ser feito na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro ou em recurso. Em seu § 3º, o mesmo define que a alegação de preenchimento dos requisitos feita por pessoa natural será presumida verdadeira, ou seja, quando uma pessoa natural faz o pedido de concessão dos benefícios alegando preenchimento dos requisitos este deve ser deferido, face a presunção de veracidade que esta alegação possui. Nesses termos, à vista da alegação de hipossuficiência, presumidamente verdadeira, defiro o pedido de gratuidade de justiça com fulcro nos arts. 98/99 do CPC. Decorrido o prazo legal certifique-se o trânsito em julgado e após, dê-se baixa e arquivem-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se. Intimem-se. Manaus, 23 de agosto de 2019

Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Elias de Oliveira Nilo (OAB 12630/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Maria José de Oliveira Ramos (OAB 2322/AM)
Mário Junqueira Franco Júnior (OAB 140284/SP)
Natanael Martins (OAB 60723/SP)
Patrícia de Lima Linhares (OAB 11193/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Thiago Paulo Tabosa dos Reis Jacob (OAB 9622/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR

A Doutora **Rosália Guimarães Sarmento**, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, fazendo uso de suas atribuições legais **NOTIFICA O(A)(S) DENUNCIADO(A)(S)** abaixo mencionado(a)(s)**.** conforme preceitua o art. 361,CPP, com prazo de 15 dias, para apresentação da **Defesa Preliminar** no prazo de 10(dez) dias:

Nº do Processo: 0632143-12.2017
Denunciado(a)(s): Carlos Bruno da Silva Gomes, filho de Carlos Antonio da Silva Gomes e Hilma Santarem da Silva.

Nº do Processo: 0601970-05.2017
Denunciado(a)(s): Amos Alves de Souza, filho de Raimundo Aristio de Souza e Clea Bone Alves de Souza.

Nº do Processo: 0634031-45.2019
Denunciado(a)(s): Kenned Rodrigues de Siqueira, filho de Francisco Monteiro de Siqueira e Iara Rodrigues da Cruz.

Nº do Processo: 0218281-10.2015
Denunciado(a)(s): Gilberto Pereira de Souza, filho de Antônia Pereira de Souza.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0244/2019
ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM) - Processo 0628664-40.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Renan Morais de Lima - Jefferson da Silva Moldes e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR De ordem da MM. Juíza Rosália Guimarães Sarmento, titular da 2ª vara especializada em crimes de uso e tráfico de entorpecentes, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ-SE PUBLICAR O PRESENTE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem, em especial aos advogados do acusado, para que tomem ciência da ABERTURA DO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, a contar da publicação deste edital, para que seja apresentada DEFESA PRELIMINAR DE SEU OUTORGANTE, nos autos do processo em epígrafe.

Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0245/2019
ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM) - Processo 0622241-64.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Keythy Stefani Mendes dos Santos e outro - Fica a defesa intimada, no prazo de 10 dias, a REGULARIZAR a representação processual do acusado através de instrumento procuratório em relação ao processo em epígrafe.

Daniel Oliveira de Melo (OAB 8972/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0228/2019
ADV: TUPINAMBÁ TIAGO E SOUZA (OAB 9299/AM), ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM), ADV: PEDRO CAVALCANTE DA COSTA (OAB 7292/AM) - Processo 0249946-78.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADA: Andreza Taveira de Lima e outros - Processo em ordem, com audiência de instrução e julgamento pautada para 09/09/2019 às 12:00h.

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0649018-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Anderson Koide da Silva e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 09/09/2019 às 12:30h.

Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Pedro Cavalcante da Costa (OAB 7292/AM)
Tupinambá Tiago e Souza (OAB 9299/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0131/2019
ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0637505-24.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: J.J.D.M. - Intime-se a Defesa acerca da Decisão Interlocutória de fls. 117/118.

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)

2ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0170/2019

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM), ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0209046-92.2010.8.04.0001 (001.10.209046-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - RÉU: E.C.C. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: PEDRO DA SILVA GONÇALVES (OAB 13144/AM), ADV: ALAN CARLOS VASCONCELOS AGUIAR (OAB 13538/AM) - Processo 0213578-07.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: I.F.B. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Isaias Ferreira Braga - NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 17/10/2019 às 08:00h, conforme se demonstra a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls.136. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA, Edilane Silva da Silva, - NÃO NOTIFICADA visto que as intimações para comparecer à audiência designada para 17/10/2019 às 08:00h, conforme se verifica na Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 132, 135, 143 e 148, foram infrutíferas, esta Secretaria realizará as pesquisas nos sistemas judiciais disponíveis. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DENÚNCIA Euziane Silva e Silva, Helena Wiat Barbosa, Manuel Lima da Costa Moura - NÃO NOTIFICADAS, consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 134, 137,139,142 e 145, razão pela qual procedo à remessa ao Ministério Publico para que manifeste o interesse na oitiva e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s). CERTIFICO, QUANTO ÀS TESTEMUNHAS arroladas na DENÚNCIA Eliane Oliveira da Silva e Helena Wiat Barbosa, NOTIFICADAS, consoante a Certidão positiva do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, no iten 138, 141 e 147.

ADV: ANTÔNIO HILTON GOMES PINHEIRO (OAB 7592/AM), ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM) - Processo 0216868-98.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: A.R.S. e outro - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S),

ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM), ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON GOMES PINHEIRO (OAB 7592/AM) - Processo 0216868-98.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: A.R.S. e outro - Tendo em vista que os autos abrangem os processos referentes à META 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procedo o cancelamento da audiência Instrução e Julgamento designada para o dia 26/02/2020 às 09:30h. Certifico, ademais, que a audiência acima cancelada foi redesignada para o dia 04/10/2019 às 08:00h na sala de audiência desta Secretaria, devendo-se expedir as intimações necessárias.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0224066-94.2008.8.04.0001 (001.08.224066-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: J.K.M.D. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0224140-36.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: L.S.F. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM) - Processo 0500964-67.2008.8.04.0001 (001.08.500964-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: J.P.F. e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, observada a pena máxima abstratamente cominada para os delitos em tela, e em consonância com entendimento ministerial, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE apenas em relação ao Réu Raimundo José Pereira Viana, devidamente qualificado nos autos, com fulcro nos artigos 107, inciso IV, 1ª figura, artigo 109, inciso I, e artigo 115, todos do Código Penal, em razão da prescrição da pretensão punitiva estatal.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0603686-96.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: M.S.A. - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia, ao passo que condeno o réu Marcelo dos Santos Araujo, como incurso nas penas dos artigos 217-A, do Código Penal, em continuidade delitiva, nos termos do art. 71, do mesmo Códex; ainda, fixo o valor da reparação dos danos causados pela infração no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a ser revertido à Vítima, com fulcro no art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0604765-13.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: J.C.L.S. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0610250-28.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0216736-60.2019.8.04.0001) - Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso Criminal - Crimes de Tortura - REQUERIDA: M.E.D.C. - Pelo exposto, em atenção ao princípio da razoabilidade, da liberdade de ir e vir da dignidade da pessoa humana, bem como considerando a ausência de manifestação da vítima, REVOGO as medidas protetivas deferidas às fls. 16/18, julgando extinto o processo sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil/2015. Após o decurso do prazo legal sem interposição de recurso, determino o arquivamento e baixa dos autos.

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0621170-61.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Favorecimento da Prostituição - RÉU: W.S.N. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: PEDRO DA SILVA GONÇALVES (OAB 13144/AM) - Processo 0632380-12.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉ: V.G.S. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Valdemir Goncalves de Souza - NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 24/09/2019 às 08:00h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls. 101/96. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA E REPRESENTANTE LEGAL Keila Dias Cabral Matute, estas foram devidamente NOTIFICADA para comparecerem à audiência designada para 24/09/2019 às 08:00h, conforme se verifica na Certidão positiva do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 97/100. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA arrolada na DENÚNCIA Valdenice Dias Gonçalves, NOTIFICADA,

consoante a Certidão positiva do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 94/99. CERTIFICO, QUANTO ÀS TESTEMUNHA arroladas na DEFESA, resposta à acusação, Cleia Gonçaves de Souza (AR negativo e aguardando retorno do mandado) , Diane da Silva Dias (Certidão positiva do Oficial de Justiça de fls.102 e carta de aviso de recebimento fls.105) e Karine Dias Cabral (Carta de aviso de recebimento de fls. 98 e aguardando retorno do mandado) , NOTIFICADA.

ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM) - Processo 0637483-97.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: J.F.R. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Jose Fernandes Ribeiro - NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 17/10/2019 às 11:15h, conforme se demonstra, respectivamente, às de fls.135/136. CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S) E REPRESENTANTE LEGAL Janina Cavalcante da Silva, esta(s) fora(m) devidamente NOTIFICADA para comparecer(em) à audiência designada para 17/10/2019 às 11:15h, conforme se verifica, nos itens 135/136.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0653284-53.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: G.V.B. - R.A.S. - CERTIFICO, QUANTO AOS RÉUS, Rafaelly de Almeida Santos (Certidão positiva do Oficial de Justiça de fls. 80 e a carta de aviso de recebimento de fls. 79, assinada por terceiro) e Gilsiney Vieira Bentes (Carta de aviso de recebimento de fls. 78, assinada por terceiro. Foi expedido oficio cobrando a Central e Mandado) - NOTIFICADOS para comparecer à audiência designada para 18/09/2019 às 09:00h. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA, E REPRESENTANTE LEGAL Márcio de Menezes Dias - NÃO NOTIFICADA visto que as intimações para comparecerem à audiência designada para 18/09/2019 às 09:00h, conforme se verifica na Carta de aviso de recebimento de fls. 77(mudou-se), esta secretaria expediu oficio cobrando a Central de Mandados. Mediante resposta do aviso de recebimento, considera-se infrutíferas as intimações, esta Secretaria realizará as pesquisas nos sistemas judiciais disponíveis.

Alan Carlos Vasconcelos Aguiar (OAB 13538/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Hilton Gomes Pinheiro (OAB 7592/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Ioldy Vânio Lima Fonseca (OAB 8069/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Jose Ricardo Vieira Trindade (OAB 1459/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Pedro da Silva Gonçalves (OAB 13144/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE

JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR ANDRÉ LIUZZI GOMES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0232/2019

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0203528-06.2015.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem - INDICIADO: Clodoaldo Araújo de Lima - INTSSADO: Divisão de Recebimento, Análise e Distribuição (DRAD) da Polícia Civil - Ante o exposto, com fulcro nos arts. 107, IV e 109, VI, ambos do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu Clodoaldo Araújo de Lima, por ocasião da prescrição, nos termos da fundamentação supra. PRIC.

ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM) - Processo 0204427-75.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora - DENUNCIADO: Aldeiza Pereira da Silva Bueno - NOTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO (Audiência de Instrução de Julgamento) O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Victor André Liuzzi Gomes, Digníssimo(a) Juiz(a) de Direito desta Vara Especializada do Meio Ambiente, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, nos termos prolatado(a) no(a) Despacho à(s) pág.(s). 87, datada de 06 de Agosto de 2018, e de conformidade com o Art. 1º do Provimento nº 199/2012-CGJ/AM, de 23/05/2012, INTIMA o(a) Advogado(a) Senhor Horlando Halix Ribeiro de Brito OAB 5102/AM, Patrono(a) da parte ora denunciado(a) Senhor(a) Aldeiza Pereira da Silva Bueno, para participar da AUDIÊNCIA DE Instrução e Julgamento, a ser realizada no dia 09 de setembro de 2019, às 11 horas, na sala de audiência deste Juízo de Direito Ambiental, localizada no Fórum de Justiça “Ministro Henoch da Silva Reis”, situado na Rua Paraíba, s/n°, Aleixo, 3° andar, Setor 02, CEP:69.055-070, Manaus-Am, onde tramita a Ação Penal - Procedimento Ordinário sob nº 0204427-75.2017.8.04.0001, aforada pelo Ministério Público do Estado do Amazonas. Em virtude do que expedi a presente NOTA que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas através do site (http://www.tjam.jus.br/), e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, 24 de julho de 2019. Eu, Eduardo Teixeira Silva, Estagiário(a), E9156, o digitei, e eu, Carlos Anibal Ferreira Pinto Loureiro Paes, analista Judiciário, confiro. Intime-se. Publique-se. Manaus(Am), 24 de julho de 2019. (Assinatura digital) Carlos Anibal Ferreira Pinto Loureiro Paes Analista Judiciário

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0217782-31.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: Porteira Country Churrascaria Ltda-ME - Hedilberto Ramos da Mata - Helyton de Moraes - Assim sendo, nos termos da fundamentação supra, RECONHEÇO a contrariedade na sentença de fls. 100/105, entretanto, deixo de determinar o trâmite regular do processo, por considerar extinta a punibilidade do acusado, por ocasião da prescrição (arts. 107, IV e 109, VI, ambos do CP), nos termos da fundamentação supra. Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. À Secretaria para providências.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ANDREIA MARQUES DE CASTRO MONTEIRO (OAB 12941/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0233814-72.2016.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: Antonio José Pinto de Oliveira - Processo nº: 0233814-72.2016.8.04.0001 Ação: Processo Digital Tipo Completo da Parte Ativa Selecionada \<\< Informação indisponível \>\>: Nome da Parte Ativa Selecionada \<\< Informação indisponível \>\> Indiciado: Antonio José Pinto de Oliveira SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA (TRANSAÇÃO PENAL AMBIENTAL) Vistos etc. HOMOLOGO A TRANSAÇÃO PENAL AMBIENTAL, firmada entre o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL e Antonio José Pinto de Oliveira, conforme termo de audiência às fls. 64/66, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, nos termos do art. 27, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) c/c do art. 76, do Diploma Legal nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Criminais). AGUARDE-SE o cumprimento. P.R.I.C. Manaus/AM, segunda-feira, 05 de novembro de 2018. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ANDREIA MARQUES DE CASTRO MONTEIRO (OAB 12941/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0233814-72.2016.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: Antonio José Pinto de Oliveira - Ante o exposto,

com fulcro nos arts. 107, IV e 109, VI, ambos do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do investigado Antônio José Pinto de Oliveira, por ocasião da prescrição, nos termos da fundamentação supra. PRIC.

ADV: PAULO AUGUSTO DONATTI NOTHEN (OAB 35949/RS), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0235108-43.2008.8.04.0001 (001.08.235108-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - DENUNCIADO: José Orivaldo de Sousa Oliveira - INTSSADO: Ali Assaad Hamade de Oliveira - Ante o exposto, com fulcro nos arts. 107, IV e 109, IV, ambos do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu José Orivaldo de Souza Oliveira, por ocasião da prescrição, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. C.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0247699-95.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Haroldo Malízia Junior - Ante o exposto, com fulcro nos arts. 107, IV e 109, V, ambos do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu Haroldo Malízia Júnior, por ocasião da prescrição, nos termos da fundamentação supra. PRIC.

ADV: JOSÉ DA ROCHA FREIRE (OAB 3768/AM) - Processo 0253476-95.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Ismael Dias de Oliveira e outros - NOTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO (Audiência de Instrução de Julgamento) O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Victor André Liuzzi Gomes, Digníssimo(a) Juiz(a) de Direito desta Vara Especializada do Meio Ambiente, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, nos termos prolatado(a) no(a) Despacho à(s) pág.(s). 1213, datada de 02 de Julho de 2019, e de conformidade com o Art. 1º do Provimento nº 199/2012-CGJ/AM, de 23/05/2012, INTIMA o(a) Advogado(a) Senhor José da Rocha Freire OAB 3768/AM, Patrono(a) da parte ora denunciado(a) Senhor(a) Ismael Dias de Oliveira, para participar da AUDIÊNCIA DE Instrução e Julgamento, a ser realizada no dia 12 de setembro de 2019, às 10 horas, na sala de audiência deste Juízo de Direito Ambiental, localizada no Fórum de Justiça "Ministro Henoch da Silva Reis", situado na Rua Paraíba, s/n°, Aleixo, 3° andar, Setor 02, CEP:69.055-070, Manaus-Am, onde tramita a Ação Penal - Procedimento Ordinário sob nº 0253476-95.2011.8.04.0001, aforada pelo Ministério Público do Estado do Amazonas. Em virtude do que expedi a presente NOTA que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas através do site (http://www.tjam.jus.br/), e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Eduardo Teixeira Silva, Estagiário(a), E9156, o digitei, e eu, Analista Judicário, confiro. Intime-se. Publique-se. Manaus(Am), 26 de julho de 2019. (Assinatura digital) Carlos Anibal Ferreira Pinto Loureiro Paes Analista Judiciário

ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM), ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0361808-98.2007.8.04.0001 (001.07.361808-0) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes contra a Fauna - DENUNCIADO: Sérgio Augusto Santos - Antonio Pessoa Holanda Filho - Dito isto, considerando que, no caso em tela, o fato foi constatado em dezembro/2006 (fl. 9), quando do recebimento da denúncia (abril/2015 - fl. 114), já havia transcorrido o prazo máximo determinado pela norma penal, razão pela qual reconheço a extinção da punibilidade do acusado. Ante o exposto, em consonância com a manifestação ministerial às fls. 232, com fulcro nos arts. 107, IV e 109, IV e V, ambos do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Antônio Pessoa Holanda Filho, por ocasião da prescrição, nos termos da fundamentação supra. P.R.I.C.

ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM), ADV: MICHAEL MACEDO BESSA (OAB 4058/AM), ADV: KELY ARAÚJO BRESCIANINI (OAB 4764/AM), ADV: FERNANDA MIRANDA FERREIRA DE MATTOS (OAB 5003/AM) - Processo 0606483-21.2014.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Revogação/Concessão de Licença Ambiental - REQUERIDO: RAC GOMES INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA - ADRIANA DE ARAÚJO CORDEIRO - INTIMADA: Município de Manaus - Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - IMPLURB - EXPEÇA-SE ofício à DVISA para informar, no prazo de 5 (cinco) dias, se houve (ou não) o cumprimento das obrigações listadas no item "a" da inicial. Na oportunidade, INTIMEM-SE os requeridos para, em igual prazo, apresentarem cópia da atual licença ambiental. PRIC.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0621330-57.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - DENUNCIADO: Francisco Andrade Braz e outro - Ante o exposto, com fulcro nos arts. 107, IV e 109, VI, ambos do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos réus Francisco Andrade Braz e F. A. Braz - Comércio - ME, quanto ao crime do art. 60 da legislação ambiental, por ocasião da prescrição, nos termos da fundamentação supra. Mantem-se o trâmite regular da ação crime do art. 55, cuja audiência de instrução encontra-se designada (fl. 75). PRIC.

ADV: WILSON THIAGO CORREIA (OAB 11055/AM), ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0638905-44.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora - DENUNCIADO: George Antisthenes Lins de Albuquerque - INTIMADO: INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS - IPAAM - ATO ORDINATÓRIO [Intimação Para Participar de Audiência] Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC n°0638905-44.2017.8.04.0001 Denunciante: 53ª PRODEMAPH - Ministério Público do Estado do Amazonas Denunciado: George Antisthenes Lins de Albuquerque Intimado: INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS - IPAAM Nesta data, nos termos da regra contida no Art. 152, §1º, e Art. 203, §4º ambos do Novo Código de Processo Civil Brasileiro, Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 e, com fulcro no Provimento nº063/2002-CGJ/AM, expedido em 03 de Junho de 2002 pela Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, esta Secretaria, em cumprimento ao Despacho prolatado(a) às pág. 141, em conformidade com a Certidão expedida às pág. 142 nos presentes Autos, faz a INTIMAÇÃO do(a) INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS - IPAAM, na pessoa do Senhor Procurador, com o fito de fazer apresentar sob pena de responsabilidade na forma da Lei, o(s) servidor(es) Clemerson de Salaes - Analista Ambiental, Danielle Gonçalves Costa - Analista Ambiental e Lúcia Handa - Analista Ambiental lotado(s) no IPAAM, para participar de audiência neste Juízo Ambiental, conforme abaixo: - Audiência de Instrução e Julgamento. - Data: Dia 10 de setembro de 2019, às 9 horas. - Local: Sala de Audiência da Vara Especializada do Meio Ambiente, localizada no Fórum de Justiça "Ministro Henoch da Silva Reis", 3º Andar, Setor 2, no endereço, sito à Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), s/nº, bairro Adrianópolis, CEP: 69.055-070 - Manaus - Amazonas, telefone (92) 3303-5076 / 5077. É o que cumpre certificar, do que para constar lavro este termo. Eu, Eduardo Teixeira Silva, Estagiário(a), E9156, o digitei. Eu, Analista Judiciário da VEMA, o conferi e assino. Manaus, 24 de julho de 2019.

(Sem Patrono) (OAB 121212/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexandre Toscano de Brito Filho (OAB 8913/AM)
Andreia Marques de Castro Monteiro (OAB 12941/AM)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB 5003/AM)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
José da Rocha Freire (OAB 3768/AM)
Kely Araújo Brescianini (OAB 4764/AM)
Michael Macedo Bessa (OAB 4058/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Paulo Augusto Donatti Nothen (OAB 35949/RS)
Sem Advogado (OAB Y/AM)
Wilson Thiago Correia (OAB 11055/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0231/2019

ADV: OYAMA CEZAR ROCHA MAGALHÃES (OAB 1970/AM) - Processo 0009403-43.1998.8.04.0012 (012.98.009403-5) - Ação Civil Pública Cível - REQUERIDO: Jose Penha Malagueta e outro - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. Acolho in totum a r. Promoção Ministerial de fls. 236-238, por seus legítimos fundamentos, para DETERMINAR à Secretaria deste Juízo que expeça com urgência novo Ofício a ser protocolado em mãos, reiterando o inteiro teor dos ofícios expedidos às fls. 243 e 258, destinados à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), para que no prazo de 30 (trinta) dias, apresente a este Juízo de Direito Ambiental o Laudo Técnico contendo a mensuração da área das edificações a serem demolidas, bem como, da área devastada à ser recuperada, sob pena de responsabilidade. DETERMINO ainda, que seja advertido no ofício que a desobediência por não atendimento da determinação judicial pode ser punido com a pena de detenção, de quinze dias a seis meses, e multa, de acordo com o disposto no art. 330 do Código Penal Brasileiro. SEJA anexado ao ofício, cópias das seguintes peças processuais: Petição Inicial de fls. 3-13, Laudo Técnico de fls. 23-26, Informação de fls. 78-83, Sentença de fls 98-106, Decisão de fls. 190, Despacho de fls. 241/242, Promoção de fls. 312/313. OFICIE-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 22 de agosto de 2019.

ADV: JOSÉ FELIPE DA CUNHA FISH (OAB 3989/AM), ADV: ANDERSON RAPHAEL PEREIRA DE ARAUJO (OAB 7359/AM), ADV: NÚBIA JEFRES MARTINS (OAB 5332/AM), ADV: GEYSA MITZ DANTAS GUIMARÃES (OAB 6395/AM), ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM) - Processo 0203777-09.2009.8.04.0001 (001.09.203777-2) - Procedimento Comum Cível - Contra o Meio Ambiente - REQUERIDO: Senso Engenharia e Comércio Ltda - Município de Manaus - Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - IMPLURB e outros - Processo nº 0203777-09.2009.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível SENTENÇA C/MÉRITO - PROCEDENTE Vistos,... ASSUMO hoje, Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, ajuizada pelo CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SAINT TROPEZ VILLAGE, pessoa juridica de direito privado, contra SENSO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa juridica de direito privado; SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMMAS, pessoa juridica de direito publico despersonalizada; SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEMDURB, pessoa juridica de direito publico despersonalizada; SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SERVIÇOS BÁSICOS E HABITAÇÃO - SEMOSBH, pessoa juridica de direito publico despersonalizada, ambos integradas à Administração Direta do Poder Executivo, o MUNICÍPIO DE MANAUS. Apontou a Requerente que protocolou junto a SEMOSBH, com fito de solicitar autorização de mudança de rede de águas pluviais e hidrossanitárias. Também, apontou a Autora que o mesmo ato foi realizado pela SENSO ENG., que encaminhou a SEMOSBH solicitação para execução de uma rede de despejo da fossa do empreendimento SAINT TROPEZ VILLAGE, na rede de drenagem de esgoto da rua javari. Inclusive, a SENSO ENG., reconheceu o "erro de execução" do projeto inicial. Em sede de liminar, requereu a imediata execução das obras na rede de águas pluviais e hidrossanitárias do COND SAINT TROPEZ VILLAGE. Por fim, requereu a Autora o julgamento procedente da demanda. Foram anexados os docs., as fls., 7/14. DECISÃO às fls., 15/18, em 17/04/2008, oriunda do Juízo da 2ª VEDAEst., que deferiu a liminar pugnada, bem como, a citação dos Requeridos. DECISÃO às fls., 39, em 16/07/2008, oriunda do Juízo da 2ª VCAT, que declinou a competência para a Vara da Fazenda Publica Municipal DECISÃO às fls., 42, em 11/09/2008, oriunda do Juízo da VFPMunicipal, que se acautelou ao pedido de liminar, e ainda, determinou a citação dos Requeridos. CONTESTAÇÃO às fls., 58/62, oriundo da SENSO ENGENHARIA E COMERCIO LTDA., que alegou reconhecer o "erro de execução do projeto inicial", e ainda, requereu a concessão da tutela antecipada no sentido de execução de obras necessárias nas redes. Por fim, requereu a declaração de extinção dos feitos. DECISÃO às fls., 71, oriunda do Juízo da VFPMunicipal, que declinou a competência para a Vara Especializada do Meio Ambiente. DECISÃO às fls., 73/75, em 16/02/2009, desse juízo especializado, que se acautelou ao pedido de liminar, e ainda, que determinou a citação dos Requeridos. CONTESTAÇÃO às fls., 89/92, oriunda da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SEMDURB), que alegou não ser parte legítima passiva na demanda, vez que não aprovou o projeto de execução. Ao final requereu o julgamento improcedente da demanda, por ilegitimidade passiva "ad causam". Foram anexados os docs., às fls., 93/98. CONTESTAÇÃO às fls., 99/104, oriundo do MUNICÍPIO DE MANAUS, por meio da PGM, que alegou, em sede de preliminar, a incompetência da vara ambiental, por inexistir material ambiental; o erro de projeto, responsabilidade da empresa contratada, extinção dos processo em relação aos órgãos publicos municipais. Ao final pugnou pela julgamento improcedente da demanda. Foram acostados os docs., às fls., 105/164. DESPACHO às fls., 165, que deu vista ao MPE. PROMOÇÃO MINISTERIAL às fls., 169, que verificou que a lide trazida a juízo, reclama por instrução probatória, logo fazendo necessário o saneamento e adoção das demais medidas. Ao final, o MPE deixou de se manifestar no momento. AUDIÊNCIA PRELIMINAR às fls., 229, apresentação de docs., sobre o "status quo" da área em questão. PROMOÇÃO MINISTERIAL às fls., 241/242, que requereu o chamamento a ordem dos feitos, para que a Autora se manifeste sua replica. E ainda, o endereço atualizado da SENSO ENGENHARIA LTDA.. RÉPLICA às fls., 265/267, oriundo do CONDOMÍNIO RESIDÊNCIA SAINT TROPEZ VILLAGE, que replicou as preliminares das contestações as fls., 58/62; 89/92 e 99/104, ao final, pugnou pela procedência da ação. AUDIÊNCIA às fls., 298/300, que determinou a Secretaria para que oficiem a SEMMAS e à SEMINF para realizarem vistoria no local no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, quanto a situação do sistema de tratamento de esgoto presente no condomínio, bem como a situação do sistema de drenagem pluvial. Consigne-se que os órgãos vistoriadores deverão comunicar previamente as partes do dia e hora da vistoria (pelo telefone que consta neste termo de audiência), bem como a Representante Ministerial. Após a apresentação do laudo retornem os autos para decisão. RELATÓRIO DE INSPEÇÃO às fls., 306/313. INFORMAÇÃO TÉCNICA às fls., 320/321. DESPACHO às fls., 323, que determinou a intimação das partes, para se manifestarem. DESPACHO às fls., 325, que determinou a certificação do prazo. No essencial é o relatório. JULGO. "Ab initio", a AÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER EM COMENTO que abrange o serviço humano em geral, como a realização de obras ou a prestação de fatos que tenham utilidade, "in casu", a rede de águas pluviais e hidrossanitárias, por decorrência de erro de execução de projeto. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. O julgamento antecipado da lide está previsto no art. 330, do CPC, abaixo transcrito: "Art. 330. O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença: I - quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência; A primeira hipótese de julgamento antecipado do mérito ocorre quando a questão é unicamente de direito ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência. Quando a controvérsia incide unicamente sobre questões de direito, a matéria de fato é incontroversa. Neste caso, a solução da lide independe da produção de outras provas, já que a instrução probatória destina-se apenas à prova de fatos. Logo, VISLUMBRO que esse julgamento depende apenas da interpretação do magistrado sobre as normas jurídicas aplicáveis ao caso. DAS PRELIMINARES ARGUIDAS. De pronto, REJEITO as preliminares arguidas, por não preencherem os requisitos necessários, vez que a Ente Moral Privado não executou o projeto em conformidade com as ditames legais, e ainda, que os Órgãos Municipais não fiscalizaram o cumprimento da obrigação de fazer. DO MÉRITO DO RECONHECIMENTO DO ERRO EXECUTÓRIO POR PARTE DA REQUERIDA. É importante denotar que o Requerido, SENSO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., reconheceu de imediato o "erro de execução do projeto inicial", às fls., 59, que inclusive, assim, como a Requerente, requereu a concessão de tutela antecipada no sentido de execução de obras necessárias nas redes. Esse pedido de tutela foi analisado e deliberado, logo no inicio da ação, NO PLANTÃO, na decisão exarada às fls., 15/18, da lavra do magistrado, Marco Antonio Pinto da Costa, da 2.ª Vara

Especializada da Divida Ativa Estadual. Ora, o serviço realizado é o desbloqueio de imediato da rede de escoamento de àguas pluviais do CONDOMÍNIO SAINT TROPEZ, que sofreu o dano de imediato. Assim, RECONHEÇO a existência do erro executório. DA COMPETÊNCIA DA VARA DO MEIO AMBIENTE As ações judiciais que envolvem matéria ambiental, que seja natural ou artificial, são de competência da Vara do Meio Ambiente, nos moldes do art. 161b, I, da Lei Complementar nº 017/97 (TJAM): Art. 161b. Ao Juiz de Direito da Vara Especializada do Meio Ambiente, de que trata o artigo anterior, no âmbito de sua jurisdição, na esfera civil, compete: (Artigo acrescido pela LC 48, de 03.03.06.) I processar e julgar as ações referentes ao Meio Ambiente, assim definidas em Lei, bem como os executivos fiscais oriundas de multas aplicadas por ofensa ecológica; II processar e julgar as causas ambientais e agrárias em que o Estado do Amazonas, os Municípios de abrangência de sua jurisdição, e suas entidades autárquicas forem interessadas como autores, réus, assistentes ou opoentes; III processar e julgar as causas ambientais em que forem do mesmo modo interessadas as empresas públicas estatais e municipais, sociedades de economia mista ou fundações instituídas pelo Poder Público Estadual e Municipal; Mais preciso seria "... empresas públicas estaduais". IV processar e julgar os mandados de segurança e medidas cautelares que versem sobre matéria ambiental, intentados contra atos das autoridades estaduais, municipais, suas autarquias ou pessoas naturais ou jurídicas que exerçam funções delegadas do Poder Público Estatal, no que se entender com essas funções, ressalvada a competência originária do Tribunal de Justiça e de seus órgãos em relação à categoria da autoridade apontada como coatora. RELEMBRO que a utilização do saneamento básico é como instrumento de promoção da saúde, que pressupõem a gerência em toda a extensão dos benefícios as residências em áreas urbanas e rurais, do município. A maioria dos problemas sanitários que afetam a população mundial estão intrinsecamente relacionados com o meio ambiente. O sistema de esgotos sanitários é o conjunto de obras e instalações que propicia coleta, transporte e afastamento, tratamento, e disposição final das águas residuárias, de uma forma adequada do ponto de vista sanitário e ambiental. O sistema de esgotos existente afasta a possibilidade de contato de dejetos com a população, com as águas de abastecimento, evitando os vetores de doenças e alimentos. A construção de um sistema de esgotos sanitários em uma determinada área, atinge os seguintes objetivos: (1) afastamento rápido e seguro dos esgotos; (2) coleta dos esgotos individual ou coletiva (fossas ou rede coletora); (3) tratamento e disposição adequada dos esgotos tratados, visando atingir benefícios como conservação dos recursos naturais; (4) melhoria das condições sanitárias locais; (5) eliminação de focos de contaminação e poluição; (6) eliminação de problemas estéticos desagradáveis; (6) redução dos recursos aplicados no tratamento de doenças; e, (7) diminuição dos custos no tratamento de água para abastecimento (LEAL, 2008). "In casu", o tema central é a reestruturação da rede de esgoto que está inadequada para os padrões legais. Nesse contexto, ENXERGO a competência da Vara Especializada do Meio Ambiente por ser matéria de cunho ambiental, a reparação da estrutura da rede de esgoto da área em questão. Assim, AFASTO o argumento preliminar de incompetência da VEMA. DO ERRO DO PROJETO O novo sistema deveria, em tese, impedir o lançamento do esgoto "in natura" no rio ou igarapé, inclusive, com a instalação de coletores que descarregariam os dejetos nas redes interceptoras e o tratamento dos resíduos de esgotos que chegassem à estação, devolvendo o recurso hídrico mais limpo possível ao igarapé próximo. DENOTO que a responsabilidade pela execução e segurança da obra abrangetodos os profissionais, que de certa forma participaram de sua ação, seja do profissional que elaborou os cálculos estruturais, seja dos profissionais que participaram da execução. Os primeiros, executores do projeto, têm responsabilidade técnica pelo correto dimensionamento das estruturas que sustentarão e darão solidez a obra, e os segundos, executores da obra, tem responsabilidade de zelar pela correta aplicação dos materiais necessários para suportar a carga dimensionada nos projetos. Os executores, também, podem ser responsabilizados em caso de erros nos projetos, mesmo que não os tenham elaborado, basta a comprovação de que tinham conhecimento de que estes não suportariam a carga necessária. A responsabilização do executor por erros no projeto pode acontecer, pois, nosso ordenamento jurídico também responsabiliza quem se omite e causa danos a terceiros (art. 186, do Código Civil Brasileiro). Nesse contexto, entendo que, SENSO ENGENHARIA LTDA., reconheceu e se dispõe a corrigir o projeto executório. DA EXTINÇÃO DO PROCESSO EM RELAÇÃO AOS ÓRGÃOS PUBLICOS MUNICIPAIS Devemos lembrar quais os órgãos públicos municipais envolvidos na questão de rede de esgoto. Quem autoriza? Quem realiza? Quem fiscaliza? O Requerente trouxe a baila todas as secretarias municipais: SEMMAS, SEMDURB e SEMOSBH. Logo, a atribuição de cada uma que integra a Administração Direta do Poder Executivo, como a SEMMAS, que tem como finalidades: I - formular e implementar a Política Municipal do Meio Ambiente, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional do setor; e II - propor e avaliar políticas e normas, definir estratégias objetivando a preservação e a qualidade de vida, visando a assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, dentro das diretrizes do desenvolvimento sustentável do município de Manaus, entre outras. A SEMDURB se refere à prestação direta dos serviços realizados pelo "IMPLURB" referentes a: I - vistorias em procedimentos de licenciamento e de análise de processos e projetos; II - procedimentos técnicos de análise de processos e projetos e expedição de documentos informativos com caráter técnico; III - serviços administrativos decorrentes da prestação de serviços específicos prestados diretamente ao solicitante; IV - serviços de formalização de processo, entre outras. (g. n.) Já e por fim, a SEMOSBH que presta diretamente os serviços da estrutura organizacional da unidade executora de programa - UEP - da infra-estrutura urbana e ambiental de manaus - PAC/PROMANAUS, sob execução da secretaria municipal de obras, serviços básicos e habitação - SEMOSBH - e adota outras providências. Nesse contexto, somente, RECONHEÇO em relação ao SEMOSBH, pois, em relação das demais Secretarias tem participação na fiscalização e na aprovação do projeto. DA AUSÊNCIA DA PARTE LEGITIMA De pronto a ilegitimidade da parte trata-se de uma preliminar ao mérito, conforme dispõe o art. 337, IX, do NCPC. As preliminares de mérito devem ser suscitadas junto da contestação, tendo o polo passivo, a princípio, o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fazê-lo, observadas as exceções descritas no art. 335 do CPC. Conforme dispõe o artigo 339 do Código de Processo Civil de 2015, o réu, quando alega ser parte ilegítima da demanda, deve de imediato apresentar nos autos o nome da parte que deveria compor a relação jurídica. Logo, não basta apenas alegar a sua ilegitimidade na ação. Quando souber, o réu tem o dever de indicar aquele que deveria compor o polo passivo do processo, retirando-se assim do processo judicial. Ensina Wambier et al.(2016, p. 340)dispõem sobre o assunto: O art. 339 trata de situação em que o réu não deve se limitar a alegar sua ilegitimidade para a causa, mas deverá indicar aquele que deveria compor a lide em seu lugar. Isso ocorre quando, pelas circunstâncias do caso, o réu tem o conhecimento de quem seria o legitimado passivo. (WAMBIER et al.,2016, p. 340) Neste ponto, o disposto o art. 339, do referido CPC/15: Art. 339. Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação (BRASIL, 2015). De acordo com o Código de Processo Civil, doutrina e jurisprudência, quando alegada a ilegitimidade pelo réu, este deve realizar a nomeação da parte que deve compor a lide em seu lugar. Ainda, se o réu (SEMDURB) alega ser parte ilegítima da ação e injustificadamente deixa de nomear quem deveria ocupar o polo passivo, poderá ser condenado ao ressarcimento dos prejuízos causados ao autor em decorrência de sua omissão. Assim, NÃO RECONHEÇO a ilegitimidade do Requerido. DAS PROVAS A informação (s/nº), de 14/04/2008, as fls., 22, oriundo da PREFEITURA DE MANAUS, que aponta: "Analisado o processo em que o Requerente solicita a autorização para mudança no sentido da rede de água pluviais e hidro-sanitária, localizada nas dependências de uma propriedade particular, situado a rua rio javari, nº 277, temos a informar: - O Requerente deverá apresentar o projeto completo das duas redes (água pluvial//esgoto), separadamente com a respectiva mudança de direção, considerando, o lançamento dos despejos de efluentes do esgoto no corpo receptor (IGARAPÉ), conforme projeto aprovado em

08/01/2004 (anexo ao processo) pela antiga COSAMA, hoje Águas do Amazonas. - A CTO para conhecimento e continuidade no processo." A informação COPRO nº 0100/2008, de 23/10/2008, as fls., 50, oriundo da SEMDURB expressa: "Esta Secretaria tem como atribuições aprovar o projeto de arquitetura e o tipo de esgotamento sanitário de acordo com a legislação vigente; Que o projeto do residencial Saint Tropez Village foi aprovado em 23/04/04, para uma área de 6.592,10m³, com o esgotamento sanitário tipo fossa e filtro. Em 27/01/05 a Construtora Senso Engenharia apresenta os projetos de hidráulica e sanitária devidamente aprovados pela empresa Águas do Amazonas, em 08/01/2004. Em 06/12/06 foi emitida o habite-se parcial para as 29 unidades habitacionais.". O Oficio nº 758/2009 - SEMOSBH-GS/PMM, de 27/03/2009, as fls., 95, oriundo da SEMOSBH, que asseverou: "De acordo com informações [.TEXTO ACIMA SUPRACITADO DE 14/04/2008 .]. Entretanto, como até a presente data o Interessado não apresentou os instrumentos indispensáveis à analise da aprovação do objeto solicitado, não há como emitirmos o referenciado laudo de execução". O relatório técnico nº 195/2003-SEDEMA/DL, de 13/08/2003, oriundo da SEDEMA, que constatou: "Quando da inspeção do local em apreço, foram constatados os seguintes elementos: 1) "Omissis"; 2) "Omissis"; e 3) Próximo a obra não constatamos a existência de nenhum igarapé e no terreno onde será implantado a obra não havia nenhuma vegetação - Não encontramos nenhum impedimento para atendimento do pleito do interessado (Licença Municipal de Conformidade - L. M.C.) ". "Ex positis", JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, nos termos do art. 487, I, NCPC, em razão do projeto de estruturação de sanitário/esgoto, não ter sido aprovado pelo Órgão Competente e sua execução ter sido irregular. CONDENO a primeira Requerida, SENSO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa juridica de direito privado, para executar o projeto em questão devidamente aprovado pelo Órgão Competente, no prazo de 60 (sessenta) dias. ESTABELEÇO a multa/diária de R$ 500,00 (Quinhentos Reais), por descumprimento. CONDENO a segunda Requerida, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMMAS, pessoa juridica de direito publico despersonalizada, para acompanhar pela via ambiental, a execução do projeto em questão, no prazo de 60 (sessenta) dias. DEIXO de aplicar a multa/diária. CONDENO a terceira Requerida, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEMDURB, pessoa juridica de direito publico despersonalizada, a acompanhar pela via urbana, a execução do projeto em questão, no prazo de 60 (sessenta) dias. DEIXO de aplicar a multa/diária. DEIXO DE CONDENAR a quarta Requerida, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SERVIÇOS BÁSICOS E HABITAÇÃO - SEMOSBH, pessoa juridica de direito publico despersonalizada, por não enxergar subsídios suficientes de participação. APLICO o pagamento das custas processuais, apenas a 1.ª Requerida, as demais APLICO a isenção. Após, trânsito em julgado, ARQUIVE-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 10 de julho de 2019. (Assinatura digital)

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0209144-59.2015.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Contravenções Penais - INDICIADO: Eduardo Macedo Silva e outros - Autos nº 0209144-59.2015.8.04.0015 - Termo Circunstanciado SENTENÇA Vistos, Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência em desfavor de EDUARDO MACEDO SILVA, MAICON FERREIRA DE LIMA e JANDERSON GOMES DOS SANTOS, pela prática do delito previsto no art. 65, da Lei nº 9.605/98. Fato ocorrido em 09/08/2015. É o breve relatório. JULGO. O crime ambiental narrado no procedimento penal que possui pena de três meses a um ano, sendo alcançado pela prescrição da pretensão punitiva em quatro anos (art. 109, V do C.P.). Assim, considerando que o fato ocorreu há mais de quatro anos, inequívoca a ocorrência da prescrição. "Ex positis" JULGO EXTINTA a punibilidade de EDUARDO MACEDO SILVA, MAICON FERREIRA DE LIMA E JANDERSON GOMES DOS SANTOS, pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 109, V c/c o art. 107, IV, ambos do C.P. Após o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE com as cautelas de praxe. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 16 de agosto de 2019. (assinatura digital) Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0224475-70.2008.8.04.0001 (001.08.224475-9) - Ação Civil Pública Cível - Ordenação da Cidade / Plano Diretor - REQUERIDO: Antônio Batalha da Silva - DESPACHO Atento a Promoção Ministerial às pág. 188, torno sem efeito o r. Despacho às pág. 184. Compulsando os autos verifico que a parte requerente, o IMPLURB, ingressou com as petições de pág's. 153/157, 158/162, 163/166, 167, e 178, indicando o servidor José Augusto Costa de Souza, matrícula 113913HC, qual pode ser localizado e contactado pelo telefone de nº 3625-1701, com o fito de acompanhar o r. Meirinho na nova diligência para fazer cumprir a citação da parte requerida. DETERMINO à Diretora de Secretaria expedir com urgência novo Mandado de CITAÇÃO à parte Requerida, Antônio Batalha da Silva, por via oficial de justiça, com o fito de oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do NCPC, fazendo constar o nome servidor do IMPLURB, José Augusto Costa de Souza, matrícula 113913HC, telefone de contato nº 3625-1701, como indicado para acompanhar o r. Meirinho na nova diligência, em face do teor das informações constantes na r. Certidão às pág. 173 e 179, seja também, alertado ao r. Meirinho, que esforce todos os meios legais para cumprir a citação da parte requerida, inclusive, certificando por hora certa, nos termos dos art's. 252, 253 e parágrafos, ambos da Lei n.º 13.105/2015 (NCPC), sob pena de responsabilidade. Após, caso seja realizado à citação com hora certa, determino a Diretora de Secretaria enviar ao requerido, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do r. mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência. Decorrido, o prazo legal, não havendo ingresso da contestação nos autos e, caso o r. mandado de citação seja devolvido cumprido com ato negativo, por encontrar-se em "lugar incerto e não sabido", determino à Secretaria para que, em ato contínuo, faça proceder a citação por edital da parte requerida, Antônio Batalha da Silva, com prazo de trinta (30) dias, nos termos do art. 246, inciso IV; art. 256, inciso II, § 3.º e, demais requisitos constantes no art. 257, ambos do NCPC, devendo constar no Edital de Citação advertência à parte requerida, que será nomeado curador especial em caso de revelia, conforme art. 257, inciso IV do NCPC. DETERMINO finalmente, à Srª. Diretora de Secretaria, que após cumprido todos os Atos, seja certificado a citação positiva ou negativa das partes requeridas, bem como, se houve ou não, apresentação de contestação nos Autos. Após, façam-se os autos conclusos para decisão. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 22 de agosto de 2019.

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0233810-35.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Artemiza Menezes de Souza - Autos n.º 0233810-35.2016.8.04.0001 Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, CUMPRIDO o disposto nos termos do art. 396-A, com a redação dada pela Lei nº. 11.719/08 e, não tendo sido verificadas quaisquer das hipóteses do art. 397 que redundariam em absolvição sumaria do réu, Artemiza Menezes de Souza, RATIFICO o RECEBIMENTO DA DENÚNCIA, e à Secretaria para que PAUTE Audiência de Instrução e Julgamento, a ser realizada na sala de audiência desta Vara Especializada da Meio Ambiente - VEMA. JUNTEM-SE aos autos, o(s) antecedente(s) criminal(is) da ré. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 23 de agosto de 2019 [Assinatura digital] Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0234041-57.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural - DENUNCIADO: Uziel Sevalho da Silva - Autos nº:0234041-57.2019.8.04.0001 Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Ação Penal - Procedimento Ordinário, Denúncia Ministerial oferecida em 26/06/2019, às pág. 3/15, pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através de sua PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS - 2.º Ofício (Ambiental Cível, Improbidade e Criminal), em desfavor do ora denunciado, UZIEL SEVALHO DA SILVA, (encontra-se sob custódia do Estado), por suposta prática do delito previsto no art. 69-A, da Lei n.º 9.605/98. Fato ocorrido em 22/04/2019. OBSERVO, o ingresso de PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA C/C LIBERDADE PROVISÓRIA,

às pág. 87/104, liberada automaticamente pelo e-SAJ, todavia, encontra-se alienígena dentro das peças processuais pertencentes aos Autos oriundo da 7.ª Vara Federal da Seção Justiça do Estado do Amazonas, distribuídos para esta VEMA, razão pela qual, DETERMINO à Secretaria deste Juízo, para efetuar a realocação da retromencionada petição (pág. 87/104), reposicionando-a para páginas à posteriori deste "desisum", com fins de reorganizar os Autos e, assim, possibilitar melhor análise do pedido. Em ato contínuo, após, efetivação, torne sem efeito as páginas das peças processuais, retro. DETERMINO, também, abertura de Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes autos, bem como, manifestar-se sobre o Pedido de Revogação da Prisão Preventiva c/c Liberdade Provisória. Expeçam-se as Certidões de Antecedentes Criminais. Após, manifestação pelo Ministério Público Estadual, FAÇAM-SE os autos conclusos para decisão. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 26 de agosto de 2019. (Assinatura digital) Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0235115-20.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: Jorge Bernardo de França (Comercial Fatima) - Tendo em vista que o réu, apesar de devidamente citado (fl. 74), deixou de apresentar defesa prévia, DETERMINO a intimação da DPE para apresentar o respectivo ato em favor do acusado. Cumpra-se.

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0246736-53.2013.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADO: Jose Peixoto Cardoso - DESPACHO Determino a remessa dos autos ao Defensor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE/AM, com o fito de designar um Defensor Público para prestar assistência judiciária gratuita ao réu, Jose Peixoto Cardoso, bem como apresente a Defesa Escrita no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 A, § 2.º CPP. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 22 de agosto de 2019.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0615890-17.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: CASA DO TERROR e outro - DETERMINO a intimação da parte RECORRIDA, JOSE MARIA TAMBORINI e CASA DO TERROR, através de seu Patrono, Advogado Dr. Francisco Nonato Boary, portador do Registro na OAB sob n.º 1058/AM, por via publicação junto ao DJE/TJAM, para que apresente as contrarrazões no prazo legal. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus (AM), 23 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0635913-42.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADA: Deusilene Marcia Pereira Silva - Diante disso, ACOLHO o parecer Ministerial às fls. 23/24 por suas próprias razões e DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.] P.R.I.C

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM), ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0637262-51.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - RÉU: Arlison Fernandes da Silva (Igreja Pentecostal do Brasil) - Paute-se Audiência de instrução e julgamento, atentando-se para o prazo prescricional (3/9/2021). PRIC.

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0639045-83.2014.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Flora - REQUERIDO: CONSTRUTORA PONCTUAL CORPORATION LTDA - Autos n.º:0639045-83.2014.8.04.0001 - Classe: Ação Civil Pública Cível DESPACHO RECEBO hoje. Compulsando os autos, VERIFICO que: 1) Comprovante de inscrição e de situação cadastral, da Receita Federal, que demostra está "INAPTA" o Ente Moral, CONSTRUTORA PONCTUAL CORPORATION LTDA., e ainda, comprovante de sócios constituídos; 2) Endereços contidos: A) Av. Duque Caxias, 1814, Sl 02, Praça 14 de Janeiro, CEP 69020-430, Manaus-Amazonas; (P. J.) B) Rua Costa Azevedo, 11, Sl 202, Centro, CEP 69010-230, Manaus-Amazonas; (P. J.) C) Rua "C", 183, Conj. Parque das Palmeiras, Flores, CEP 69.028-213, Manaus- Amazonas; (P. J.) D) Rua Uirapuru, 212, Novo Amanhecer, CEP 69.415-000, Iranduba-Amazonas; (P. F.) É importante destacar que o item "D", é o endereço de uma dos sócios do Ente Moral, RHAYR LIMA DE SOUZA. Assim, DETERMINO a Srª. Diretora de Secretaria que EXPEÇA carta precatória de intimação a Sr. RHAYR L DE SOUZA, para tomar ciência da sentença exarada as fls. 473/474. CUMPRA-SE. Manaus(Am), 23 de agosto de 2019. [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0708398-84.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - RÉU: Ocimar Soares Vieira - OFICINA ALISSON e outro - DESPACHO Tendo em vista o teor do AR Digital recebido por terceiro às fls. 161 e a certidão do oficial de justiça às fls. 165, determino à secretaria que expeça novamente mandado de intimação para o Réu. Encaminha-se junto ao mandado: 1 - Especificação dos materiais objetos de doação ao Canil da Polícia Militar, nos termos da sentença condenatória às fls. 120/124, alertando-se sobre a apresentação de nota fiscal dos produtos e do termo de recebimento do referido Canil, em um prazo de 30 dias. 2 - Notificação para que o Réu compareça ao Curso de Ressocialização Ambiental no Espaço ECAM, Manauara Shopping, 3º andar, na data de 15 a 18 de outubro de 2019. 3 - Comparecimento do Réu a este Juízo de Direito Ambiental EM UM PRAZO DE 48 HORAS a partir do recebimento da intimação. Se as referidas diligências restarem infrutíferas, ABRA-SE vista ao Ministério Público para as manifestações necessárias. PUBLIQUE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 23 de agosto de 2019.

(Sem Patrono) (OAB 121212/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Anderson Raphael Pereira de Araujo (OAB 7359/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Geysa Mitz Dantas Guimarães (OAB 6395/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
José Felipe da Cunha Fish (OAB 3989/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Núbia Jefres Martins (OAB 5332/AM)
Oyama Cezar Rocha Magalhães (OAB 1970/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE

JUIZ(A) DE DIREITO ADALBERTO CARIM ANTONIO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0233/2019

ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM) - Processo 0047276-32.2006.8.04.0001 (001.06.047276-7) - Ação Civil Pública Cível - REQUERIDO: Lindomar de Oliveira Negreiros - Autos n.º: 0047276-32.2006.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível DESPACHO RECEBO hoje os Autos no estado em que se encontra. Verifica-se nos autos que os patronos constituídos pela parte requerida, Sr. Lindomar Oliveira Negreiros, foram intimados nos dias 20/09/2018 e 23/11/2018, através de Nota de Intimação publicadas via Diário de Justiça Eletrônica acostadas às pág. 149 e 155/158, respectivamente, todavia, mantiveram-se inerte até a presente data, razão, pela qual, assegurando à parte recorrida o direito ao contraditório, DETERMINO à Secretaria para que faça com urgência, nova intimação dos advogados por via Diário de Justiça Eletrônica, bem como, expeça o r. Mandado de Intimação à parte recorrida por via Oficial de Justiça, para que apresente as contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Após, juntada as contrarrazões, remetam-se os Autos ao r. Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. INTIME-SE. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE Manaus/AM, 05 de agosto de 2019. [Assinatura digital] Dr. Adalberto Carim Antonio, PhD Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0232998-95.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento

Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: José Carlos Kerr - Processo nº 0232998-95.2013.8.04.0001 SENTENÇA C/ MÉRITO - PRESCRIÇÃO Vistos., ASSUMO hoje, Trata-se de AÇÃO PENAL AMBIENTAL as fls., 69/71, ingressa pelo MINISTÉRIO PUBLICO ESTADUAL, através de sua 63ª PRODEMAPH, em face de JOSÉ CARLOS KERR, que narra a prática do delito previsto no art. 64, da Lei nº 9.605/98. Fato ocorrido em 10/07/2013. OFERECIDA a DENUNCIA as fls., 69/71, em 15/04/2015. RECEBIDA a DENUNCIA as fls., 87, em 26/06/2015. É a síntese do necessário. JULGO. "Ab initio", o crime ambiental narrado nos autos possui pena máxima igual a um ano, sendo alcançado pela prescrição da pretensão punitiva em 04 anos (art. 109, V do CP). O art. 64, da LCA, expressa: Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida: Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa. Considerando que a data do recebimento da denuncia se deu em 26/06/2015, tendo sido atingido pelo fenômeno prescricional em 26/06/2019, apos, quatro anos sem que houvesse qualquer suspensão de prazo processual. Ocorre que, da data do fato até a presente data, ainda que oferecida a suspensão condicional do processo, não logrou êxito a comunicação entre partes, sendo o processo alcançado pela prescrição, pois transcorreram-se mais de quatro anos sem que se exercesse o "jus puniendi". A jurisprudência patria é pacifica nesse sentido: EMENTA: ART. 48 DA LEI 9.605 /98. CRIME PERMANENTE. ART. 64 DA LEI 9.605 /98 E ART. 330 DO CÓDIGO PENAL . CRIME INSTANTÂNEO. PRESCRIÇÃO. 1. O crime tipificado no art. 48 da Lei nº 9.605 /98 é permanente e a prescrição da pretensão punitiva começa a correr da cessação da permanência (CP art. 111 , III). Precedentes do STF, do STJ e deste Tribunal. 2. O juízo a quo não indicou, na sentença ou nos embargos de declaração que a integrou, o momento em que teria cessado a permanência, de modo a permitir o início do prazo prescricional. Portanto, não demonstrada essa condição, não se poderia falar em prescrição da pretensão punitiva. 3. O mesmo não se pode dizer em relação ao crime previsto no art. 64 da Lei nº 9.605 /98 e no art. 330 do Código Penal . Com efeito, ambos são crimes instantâneos e, como tais, têm sua consumação identificada, como o fez o juízo a quo. 4. O art. 64 da Lei nº 9.605 /98 prevê pena máxima de 1 (um) ano de detenção, de modo que prescreve 4 (quatro) anos, nos termos do art. 109 , V , do Código Penal , enquanto o art. 330 desse Código tem pena máxima de 6 (seis) meses, de modo que, na redação anterior à Lei nº 12.234 , de 05.05.2010, prescrevia em 2 (dois) anos. 5. Recurso parcialmente provido. TRF-3 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO RSE 00107978420074036106 SP (TRF-3). JurisprudênciaData de publicação: 21/10/2016 "Ex positis", JULGO EXTINTA a pretensão punitiva do Estado, por via de consequência, DECLARO A EXTINÇÃO de punibilidade de JOSÉ CARLOS KERR, pela ocorrência da prescrição, nos termos do art. 109, V, c/c art. 107, IV, ambos do CP, ainda, do art. 64, da LCA. Após o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE com as cautelas de praxe. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus,05 de agosto de 2019. [Assinatura Digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ CABRAL DE AQUINO E SILVA (OAB 5327/AM) - Processo 0604136-78.2015.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Indenização por Dano Ambiental - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - INTSSADO: INPA - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZONIA - Autos nº:0604136-78.2015.8.04.0001 DECISÃO Ex positis em audiência, Defiro o pedido do Ministério Público, renovando os esforços para a realização de perícia pertinente, no prazo de 30 dias, devendo ser feita a devida intimação para o acompanhamento da perícia pela Ré. Saem as partes cientes das decisões. Manaus, 01 de agosto de 2019. (Assinatura digital) Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito

ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM), ADV: RODRIGO SOUZA LACONI (OAB 9292/AM) - Processo 0611736-19.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - DENUNCIADO: MARCELO MAGALHÃES DE SALES -ME, na pessoa de seu representante legal - Marcelo Magalhães de Sales - Autos nº 0611736-19.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário SENTENÇA Vistos, Trata-se de PROCEDIMENTO PENAL AMBIENTAL, ingressa pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através de sua 49ª PRODEMAPH, em face de MARCELO MAGALHÃES DE SALES -ME, na pessoa de seu representante legal e Marcelo Magalhães de Sales, pela prática do delito previsto no art. 60, da Lei nº 9.605/98. Fato ocorrido em 23/10/2015. Denúncia oferecida às fls. 26/28 em 10/08/2019. Recebimento da denúncia às fls. 26/28 em 10/08/2019. É o breve relatório. JULGO. O crime ambiental narrado no procedimento penal que possui pena de um a seis meses, sendo alcançado pela prescrição da pretensão punitiva em três anos (art. 109, VI do C.P.), fato posterior à Lei nº 12.234/2010. Somente os fatos praticados após a vigência da Lei nº 12.234/2010 estão abrangidos pela nova regra da prescrição da pretensão punitiva. É a aplicação literal do princípio constitucional da irretroatividade da lei penal mais grave, previsto no art. 5º, XL, da CF/88. Assim, considerando que a denúncia foi recebida há mais de três anos, inequívoca a ocorrência da prescrição. Ante o exposto JULGO EXTINTA a punibilidade de MARCELO MAGALHÃES DE SALES -ME, na pessoa de seu representante legal e Marcelo Magalhães de Sales, pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 109, VI, c/c o art. 107, IV, ambos do C.P. Após o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE com as cautelas de praxe. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 14 de agosto de 2019. (assinatura digital) Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: ROMUALDO DE AZEVEDO CASTRO (OAB 14088/AM), ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0613372-15.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Da Poluição - RÉU: Aina Peres Bemerguy (Bar do Metal) - Aina Peres Bemerguy - Processo nº 0613372-15.2019.8.04.0001 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos,.... ASSUMO hoje. Trata-se de apresentação da RESPOSTA À ACUSAÇÃO às fls. 122/128, ingressa por AINA PERES BEMERGUY, pessoa física, por seu Advogado, que alegou da possibilidade da aplicação do "sursis" processual; da vida pregressa da acusada; da necessidade de provas irrefutáveis; da aplicação do "in dubio pro reo". Por fim, pugnou pela aplicação do "sursis" processual e a absolvição sumaria. NÃO ENXERGO qualquer medida nas argumentações trazidas pela Denunciada, pessoa física, que possa absolve-la sumariamente. A absolvição sumária é um instituto previsto no Código de Processo Penal brasileiro cujo escopo é à extinção dos feitos, preliminarmente, ou melhor, ocorre um julgamento de mérito antecipado, efetivamente propicio ao acusado. Dessa forma, esse "decisum" põe fim ao processo, julgando improcedente a pretensão estatal punitiva. Em verdade, a ideia de absolvição sumaria deveria ter sido idealizada para outras situações e não para o momento processual em lume, após a defesa prévia do réu. Poder-se-ia autorizar o Magistrado quando, durante a instrução, formasse prova sólida a cerca da inocência do réu, encerrar o feitos, absolvendo sumariamente. Não é o caso, pois, NÃO VISLUMBRO causa manifesta de exclusão da culpabilidade somente pelo fato de ter o Réu oferecido sua defesa prévia. A absolvição sumária no procedimento comum na forma do ordenamento em vigor, ocorre nas seguintes hipóteses: a) Existência manifesta de causa excludente da ilicitude. b) Existência manifesta de causa excludente da culpabilidade, salvo inimputabilidade. Não é possível, portanto, absolvição sumária imprópria. Apesar de a medida de segurança não ser pena, possui nítido caráter de sanção penal, e assim deve se permitir ao acusado que se defenda ao longo do processo para demonstrar sua inocência. c) Quando o fato narrado não constitui crime (atipicidade formal ou material). d) Causa extintiva da punibilidade. O perdão judicial é a única hipótese de causa extintiva da punibilidade que não pode ser concedida nesse momento, pois pressupõe reconhecimento de culpa. (CPP, art. 397). No que tange ao art. 397, do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).: Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar: I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; II - a existência manifesta de causa excludente

da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou IV - extinta a punibilidade do agente. Existe ainda, a excludente supra-legal denominada inelegibilidade de conduta diversa. Não se adequa finalmente, argumentação de que o fato narrado não constitui crime. Essa atipicidade, se demais evidente implicaria em rejeição imediata da denúncia ou queixa. Ademais, NÃO ENXERGO ainda, existência de argumento sólido ou prova documental densa, que permita essa percepção. Do mesmo modo, a extinção de punibilidade prevista no art. 61, da Lei Adjetiva penal, não abrolha no presente. CUMPRIDO, dessa forma, o disposto nos termos do art. 396-A com a redação dada pela Lei nº. 11.719/08 e não tendo sido verificadas quaisquer das hipóteses do art. 397, que redundariam em absolvição sumaria. Assim, PAUTE-SE Audiência de Instrução e Julgamento, a ser realizada na sala de audiência de Vara Especializada da Meio Ambiente. INTIMAÇÕES necessárias. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 15 de agosto de 2019. (Assinatura digital) ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0614515-39.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Samuel de Souza Ruis - DESPACHO RECEBO hoje. Dê-se vista ao Ministério Público Estadual para que se manifeste em relação ao laudo pericial requerido(fl.34-38). Após, VOLTE-ME concluso os presentes feitos. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus (AM), 06 de agosto de 2019

ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: CHRISTIAN ALBERTO RODRIGUES DA SILVA (OAB 2682/AM), ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM) - Processo 0641060-88.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - DENUNCIADO: Cimencal Terraplenagem e Comércio LTDA - RÉU: Adalberto do Nascimento Lima e outro - Processo nº 0641060-88.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário SENTENÇA C/ MÉRITO - PRESCRICIONAL Vistos ASSUMO o feito nesta data. Trata-se de AÇÃO PENAL AMBIENTAL, ingressa pelo MINISTÉRIO PUBLICO ESTADUAL, através de sua 18ª PRODEMAPH, em face de CIMENCAL TERRAPLENAGEM E COMÉRCIO LTDA., pessoa juridica de direito privado; ADALBERTO DO NASCIMENTO LIMA, pessoa física, e ainda, ESTELA ALVES DE LIMA, pessoa física, que narra a prática do delito previsto no art. 60, da Lei nº 9.605/98. Fato ocorrido em 04/07/2015. OFERECIDA a DENUNCIA as fls., 1/5, em 18/11/2015. RECEBIDA a DENUNCIA as fls., 46, em 11/01/2016. APRESENTADA a RESPOSTA A ACUSAÇÃO as fls., 52/54, em 11/09/2015, oriundo de ESTELA ALVES DE LIMA, alegou que não se encontrava em manaus a época dos fatos, vindo a tomar conhecimento quando do seu retorno e quanto já havia sido visitado aquele local pelos fiscais do IPAAM. E ainda, alegou que não ter realizado terraplanagem ou desmatamento qualquer área onde estavam as maquinas, posto que no canteiro de obras outras empresas se instalava, como, a construção da empresa MOTO TRAXX DA AMAZÔNIA. Ao final pugnou pela absolvição. DECISÃO as fls., 61/62, que não encontrou requisitos para absolvição sumaria, e determinou a audiência de instrução e julgamento. PROMOÇÃO MINISTERIAL as fls., 65, que pugnou pela citação do Réu, ADALBERTO DO NASCIMENTO LIMA, e ainda, pela nova citação da Ré, CIMENCAL TERRAPLANAGEM E COMERCIO LTDA., no endereço indicado. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO as fls., 80/81 e 82, com a presença de ESTELA ALVES DE LIMA, apos, abertura de prazo para apresentação das alegações finais. ALEGAÇÕES FINAIS as fls., 88/91, oriundo da ACUSAÇÃO, que pugnou pela condenação da Ré, ESTELA ALVES DE LIMA, incursa no art. 60, da LCA. MEMORIAIS FINAIS as fls., 92/95, oriundo da DEFESA, que alegou não constam dos autos quaisquer tipos de medição que prove a existência de preconização do solo, o que, por certo, ensejaria a punibilidade por agressão ao meio ambiente. Por fim, requereu a absolvição. DECISÃO as fls., 106, que acolheu o pleito ministerial as fls., 65. SENTENÇA IMPROCEDENTE - ABSOLUTÓRIA as fls., 107/109, em relação a Denunciada, ESTELA ALVES DE LIMA. CERTIDÃO as fls., 118, de transito em julgado. APRESENTADA a RESPOSTA A ACUSAÇÃO as fls., 122/124, em 24/05/2019, oriundo dos Réu(s), CIMENCAL TERRAPLANAGEM LTDA., pessoa juridica de direito privado, e ainda, ADALBERTO DO NASCIMENTO LIMA, pessoa física, que alegaram não reconhece que tenha praticado qualquer crime em relação ao meio ambiente, posto que, sua empresa não terraplanou ou desmatou qualquer área onde estavam as máquinas, posto que naquele local já serviu de canteiro de obra de outras empresas, quando da construção da empresa MOTO TRAXX DA AMAZÔNIA, ali instalada. DECISÃO as fls., 133/134, que não encontrou requisitos para absolvição sumaria, e determinou a audiência de instrução e julgamento. PETITÓRIO as fls., 138, que requereu o substabelecimento. É a síntese do necessário. JULGO. “Ab initio”, considerando que a pena máxima cominada a este delito é de seis (6) meses de detenção, há de se reconhecer que incide no presente caso a prescrição, conforme estipulado no art. 109, VI, do CP (redação anterior à Lei n.º 12.234/10). Nesse sentido, é o entendimento por jurisprudência do TJAM: HABEAS CORPUS. CRIME AMBIENTAL. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO DA RETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. ART. 60 DA LEI 9.605/98. RECONHECIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DO DESPACHO DE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. PRESCINBILIDADE. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. ORDEM CONHECIDA E CONCEDIDA. I - Havendo o transcurso de mais de 02 (dois) anos entre a data dos fatos delituosos e o momento de recebimento da denúncia - 08/01/2010, bem como não havendo qualquer causa suspensiva ou interruptiva do prazo prescricional, verifica-se que a pretensão punitiva estatal em relação ao crime ambiental previsto no artigo 60, da Lei n.º 9.605/98, supostamente praticado pelo paciente foi fulminada pela prescrição; II - A jurisprudência do Suprem Tribunal Federal é no sentido de que a decisão que recebe a denúncia prescinde de fundamentação; III - A existência de elementos hábeis a descrever a relação entre os fatos delituosos supostamente perpetrados e a autoria malfere o princípio constitucional da ampla defesa, tornando imperativo o trancamento da ação penal, ante a incontestável inépcia da denúncia. conforme acórdão de relatoria da Desembargadora Encarnação das Graças Sampaio Salgado no habeas corpus n.º 4000930-45.2012.8.04.0000. Novamente, OBSERVO que a data do recebimento da denuncia se deu em 11/01/2016, levando a ser atingido pelo fator prescricional em 11/01/2019. Assim, no amparo legal, sem dúvida, existe para a aventada hipótese, pois, “em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício” (CPP, art. 61). “Ex positis”, JULGO EXTINTA a pretensão punitiva do Estado, por vai de consequência, DECLARO a extinção da punibilidade de CIMENCAL TERRAPLENAGEM E COMÉRCIO LTDA, pessoa juridica de direito privado, e ainda, ADALBERTO DO NASCIMENTO LIMA, pessoa física, pela ocorrência da prescrição, nos termos do art. 109, VI, com a redação anterior à lei nº 12.234/2010, c/c art. 107, IV, ambos do CP, e ainda, do art. 60, da LCA. Após o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE com as cautelas de praxe. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 05 de agosto de 2019 [Assinatura Digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito Titular da VEMA

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
André Luiz Cabral de Aquino e Silva (OAB 5327/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Christian Alberto Rodrigues da Silva (OAB 2682/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Rodrigo Souza Laconi (OAB 9292/AM)
Romualdo de Azevedo Castro (OAB 14088/AM)
Sem Advogado (OAB Y/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO REBECA DE MENDONÇA LIMA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JOSÉ REBELO DE MENDONÇA NETO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0057/2019

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0200572-54.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.M.M.A.S.D.H. - ASSISTIDA: K.V.O.P.A.I. - REQUERIDO: S.A.I.C.A.S.M.P.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente passou a conviver com sua família extensa.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0202312-47.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.M.S.L. e outro - DESPACHO R.H. Intime-se a parte exequente para juntar demonstrativo de débito atualizado. Após, conclusos.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0208877-95.2016.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.S.M.M. - REQUERIDA: C.T.Z.C.O. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o adolescente passou a conviver com sua família substituta.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0208947-44.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0209758-04.2018.8.04.0001) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Maus Tratos - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o infante passou a conviver com sua família extensa.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0210041-90.2019.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: D.A.O.G. - REQUERIDA: R.S.L. - DESPACHO R.H. Venho através desse chamar o processo à ordem para acrescentar o seguinte parágrafo no dispositivo da decisão de fls. 25/26. '' Determino, em conformidade com manifestação do Parquet que seja lavrada a certidão de nascimento da criança H. A. de O. G., constando os dados da DNV (fls. 07) e, dados que poderão ser fornecidos pelo requerente, devendo ficar registrado a Sra. R. da S. L. como genitora e D. A. de O. G. como genitor.''

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0210663-72.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.L.S. - DESPACHO R.H. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar a este Juízo o endereço atualizado do requerido, tendo em vista o princípio da cooperação processual. Intime-se a requerida, através de sua patrona, tendo em vista que a mesma solicitou a habilitação aos autos e não apresentou contestação. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0210664-57.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: B.L.L.O. - Sendo assim, indefiro o pedido de reconsideração de fls. 86, uma vez que não é o meio adequado para impugnar a Sentença.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0213946-74.2017.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Abandono Material - REQUERENTE: S.M.M.A.S.D.H. - ASSISTIDA: V.E.S.N.A.I. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente voltou a conviver com sua família natural e extensa.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP), ADV: TAMIRES MENEZES (OAB 8017/AM) - Processo 0215844-54.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Seção Cível - IMPETRANTE: G.L.S. - IMPETRADA: M.M. e outro - DECISÃO Posto isso, e pelo que demais consta dos autos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do CPC, PARA CONCEDER AO IMPETRANTE G. L. S., A SEGURANÇA PLEITEADA, DEFINITIVAMENTE, PARA RECONHECER O SEU DIREITO LÍQUIDO E CERTO de matricular-se, como matriculado já foi, no CMEI Heliodoro Balbi.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0216029-63.2017.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.N.M. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente voltou a conviver com sua família natural. Oficie-se ao CREAS da área de abrangência para que realize acompanhamento com a família presente no caso.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0216464-03.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Lesão Corporal - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o infante passou a conviver com sua família extensa.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0218253-37.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Estupro de Vulnerável - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o infante passou a conviver com sua família extensa.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0219210-09.2016.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - REQUERIDO: C.T.Z.S. - Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente passou a conviver com sua família extensa.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0219213-61.2016.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - , JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente voltou a conviver com sua família natural.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0220298-77.2019.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: L.S.N.G. e outro - REQUERIDA: M.S.N. e outro - ADOTANDA: M.E.N.R. - Tratam os autos de Ação de Adoção c/c Destituição do Poder Familiar com pedido de tutela de urgência de Guarda. Manifestação do Ministério Público às fls. 50/51, solicitando a expedição do competente Termo de Guarda e Responsabilidade. Defiro o pedido de guarda provisória aos requerentes, em consonância com o Parecer Ministerial, devendo a menor M. E. N. R. ser desacolhida e entregue ao casal Larissa de Souza Nascimento Guimarães e Marcelo Cardoso Guimarães, com a expedição do termo de guarda e responsabilidade e guia de desacolhimento. Aguarde-se os relatórios do setor técnico para nova vista ao Ministério Público.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0221621-54.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Estupro de Vulnerável - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - INTSSADA: R.A.C.A. e outros - Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente passou a conviver com sua família natural.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0221662-

89.2016.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.L.M. - REQUERIDO: M.S.F.A.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que os jovens passaram a conviver com sua família natural.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0221819-57.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Abandono de incapaz - REQUERENTE: C.T.Z.L.I.M. - INTSSADO: P.M. e outros - Por todo o exposto, DETERMINO a expedição de mandado ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais desta Comarca para deixar autorizado a Sra. Rosiane S. De Menezes, assistente social do abrigo NACER a proceder ao registro da criança A. C. L. X., com os dados constantes da Declaração de Nascido Vivo (fl. 29/31) e demais informações a serem fornecidas pela assistente social supracitada.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0222061-21.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0212429-39.2014.8.04.0001) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - REQUERIDO: C.C.S. - Decisão Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do inciso VI, do artigo 485, do Código de Processo Civil, diante da impossibilidade de aplicação de medida de proteção, tendo em vista que a jovem B. P. dos S. atingiu a maioridade.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0225885-80.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.M.M.A.S.C.S. - DECISÃO Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE a aplicação de Medidas de Proteção, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, em razão de ter sido constatada a ausência de situação de risco do adolescente Samuel Edson Rodrigues Lavareda.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0225936-28.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Estupro de Vulnerável - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente passou a conviver com sua família extensa.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0226665-20.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: L.B.J.D. - Defiro o pedido de guarda à tia materna, Sra. M. A. L. C., em consonância com o Parecer Ministerial. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade e a Guia de Desacolhimento. Oficie-se o Abrigo Lar Batista Janell Doyle para que permaneçam no Servco de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, enviando relatório da atual situação familiar após 02 meses. Com a chegada de informações, conclusos. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0229426-24.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Abandono de incapaz - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Por todo o exposto, DEFIRO o pedido, razão pela qual DETERMINO a expedição de mandado ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais desta Comarca para que se proceda ao registro da criança recém-nascida de B. M. C., com os dados constantes da Declaração de Nascido Vivo (fl. 23) e demais informações constantes dos autos. Deve constar no mandado que fica desde já autorizada a assistente social Maria Izabel Castro Borges a fornecer e receber a certidão de nascimento após expedida.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0229426-24.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Abandono de incapaz - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - DESPACHO R.H. Dê-se vista ao Ministério Público. Após, conclusos.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0229447-68.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0631397-13.2018.8.04.0001) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. e outro - REQUERIDO: C.T.Z.S. - Defiro o pedido de guarda aos pretensos adotantes M. G. C. O. e C. L. do N., em consonância com o Parecer Ministerial. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade e a Guia de Desacolhimento. Estabeleço ainda prazo de 30 dias para que o casal supracitado ajuíze ação de adoção em benefício da menor S. F. A. de L., sob pena de busca e apreensão da menor. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0230323-52.2019.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Adolescente - REQUERENTE: V.S.M. - REQUERIDA: D.P.S. - ADOTANDA: E.S.M. - Tratam os autos de Ação de Adoção c/c Destituição do Poder Familiar com pedido de tutela de urgência de Guarda. Manifestação do Ministério Público às fls. 23, pleiteando pela realização de estudo sócio-familiar e avaliação psicológica, bem como, solicitando a expedição do competente Termo de Guarda e Responsabilidade. Defiro o pedido de guarda provisória à requerente, em consonância com o Parecer Ministerial. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade. Ademais, que sejam a genitora citada para querendo, ofereça contestação no prazo legal. Encaminhem-se os autos para realização do estudo técnico pela Equipe Multidisciplinar. Com vinda dos Pareceres, retornem os autos ao Ministério Público.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0231554-17.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Uso ou Tráfico de Drogas - AUTOR: C.L.S.M. e outro - REQUERIDO: A.F. - Pelo exposto, em consonância com o Parecer Ministerial, DEFIRO o pedido liminar, sem ouvir a parte contrária, determinando a Busca e Apreensão da menor, devendo a mesma ser entregue no endereço da Genitora. Expeça-se o competente Mandado de Busca e Apreensão, caso se necessário com reforço policial, devendo a adolescente retornar ao convívio de sua família natural. Após, realizado a Busca e Apreensão da menor, cite-se o requerido para, caso queira, contestar.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0231557-69.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.A.S.M. - REQUERIDA: T.S.M. - DECISÃO Pelo exposto, em consonância com Ministério Público, defiro a tutela de urgência para conceder a GUARDA do menor Felipe Salomão de Souza Maciel à requerente M. A. de S. M.. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade. Cite-se a requerida para, querendo, apresentar Contestação referente aos termos da presente demanda. Encaminhe-se os autos para realização do estudo técnico pela Equipe Multidisciplinar. Com a vinda dos Pareceres, retornem os autos ao Ministério Público. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0231565-46.2019.8.04.0001 - Cautelar Inominada Infância e Juventude - Abuso Sexual - AUTOR: J.B.C.S. e outro - REQUERIDO: W.C.F. e outro - DECISÃO Pelo exposto, em consonância com Ministério Público, defiro a tutela de urgência para conceder a GUARDA dos infantes aphinie Maria da Silva Costa, Josephie Marvin da Silva Costa e Marjorie Maria da Silva Costa aos requerentes João Batista Crispim da Silva e Maria da Conceição de Castro Flores. Indefiro pedido de alimentos provisórios por conta da falta de provas que demonstrem o ganho mensal dos requeridos. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade. Cite-se os requeridos para, querendo, apresentar Contestação referente aos termos da presente demanda. Encaminhe-se os autos para realização do estudo técnico pela Equipe Multidisciplinar. Com a vinda dos Pareceres, retornem os autos ao Ministério Público. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0231916-19.2019.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: C.C.S.S. e outro - REQUERIDA: B.L.S. - Por todo o exposto, DEFIRO o pedido liminar, razão pela qual DETERMINO a expedição de mandado ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais desta Comarca para que se proceda ao registro da criança M. I. L. DA S., com os dados constantes da Declaração de Nascido Vivo (fl.

15/16) e demais informações constantes dos autos.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0231927-48.2019.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: D.S.B. - Por todo o exposto, DEFIRO o pedido liminar, razão pela qual DETERMINO a expedição de mandado ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais desta Comarca para que se proceda ao registro de nascimento das crianças C. da S. B., D. da S. B. e M. da S. B., com os dados constantes das cópias de suas dnvs juntadas aos autos e demais informações constantes a serem fornecidas pela requerente D, da S, B,

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0231936-10.2019.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Guarda - REQUERENTE: G.S.S. e outro - REQUERIDA: J.S.S. - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos e examinados. Tratam os autos de AÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO c/c GUARDA COM PEDIDO LIMINAR. Ministério Público às fls. 17/18, opina pela expedição do registro civil de nascimento de Cândido Abraão Santos de Souza, de acordo com a DNV, ao Cartório de Registro Civil, bem como, pelo deferimento liminar da guarda da criança para avó materna Gersineia Santos Silva, promovendo-se a citação da requerida, e encaminhando os autos para a equipe técnica para realização de estudos pertinentes. Determino, em conformidade com manifestação do Parquet que seja lavrada a Certidão de Nascimento da criança Cândido Abraão Santos de Souza, constando os dados da DNV juntada em fls. 13 , e, dados da genitora e avós maternos, que poderão ser fornecidos pela requerente. Oficie-se ao Cartório de Registro Civil de Pessoas da Comarca de Manaus. Após a juntada da Certidão de Nascimento, expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade em favor da Sra. Gersineia Santos Silva. Cite-se a Requerida para que, querendo, apresente Contestação referente aos termos da presente demanda. Encaminhe-se os autos para realização do estudo técnico pela Equipe Multidisciplinar. Com a vinda dos Pareceres, retornem os autos ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0232214-11.2019.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: Z.F.F. - REQUERIDA: D.A.F.F. - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos e examinados. Tratam os autos de AÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO c/c GUARDA COM PEDIDO LIMINAR. Ministério Público às fls. 17/18, opina pela expedição do registro civil de nascimento de Lucas Emanuel Ferreira Franco, de acordo com a DNV, ao Cartório de Registro Civil, bem como, pelo deferimento liminar da guarda da criança para avó materna Zenilda Ferreira Franco, promovendo-se a citação da requerida. Determino, em conformidade com manifestação do Parquet que seja lavrada a Certidão de Nascimento da criança Lucas Emanuel Ferreira Franco, constando os dados da DNV nº 30-71378927-3 (fls.11), e, dados da genitora e avós maternos, que poderão ser fornecidos pela requerente, constando a Sra. Debora Amanda Ferreira Franco. Oficie-se ao Cartório de Registro Civil de Pessoas da Comarca de Manaus. Após a juntada da Certidão de Nascimento, expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade em favor da Sra. Zenilda Ferreira Franco. Cite-se a Requerida para que, querendo, apresente Contestação referente aos termos da presente demanda. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0232363-07.2019.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: J.M.A. e outro - REQUERIDO: D.S.C. e outro - ADOTANDO: M.L.C. - Tratam os autos de Ação de Adoção com pedido de tutela de urgência de Guarda. Manifestação do Ministério Público às fls. 43, pleiteando pela realização de estudo sócio-familiar e avaliação psicológica, bem como, solicitando a expedição do competente Termo de Guarda e Responsabilidade. Defiro o pedido de guarda provisória aos requerentes, em consonância com o Parecer Ministerial. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade. Ademais, que sejam os genitores citados para querendo, ofereçam contestação no prazo legal. Encaminhem-se os autos para realização do estudo técnico pela Equipe Multidisciplinar. Com vinda dos Pareceres, retornem os autos ao Ministério Público. Outrossim, paute-se audiência com os genitores para formalizar o consentimento à adoção, nos termos do art. 166, §3º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0232443-68.2019.8.04.0001 - Guarda - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Gleydya Sales da Costa - REQUERIDO: FRANCINALDO DA SILVA DUTRA - DECISÃO Pelo exposto, em consonância com Ministério Público, defiro a tutela de urgência para conceder a GUARDA UNILATERAL da adolescente G. F. C. D. à requerente G. S. da C.. Determino ainda a proibição do genitor de: 1 - Aproximar-se a menos de 300 metros do adolescente e de sua genitora. 2- Manter contato com adolescente e sua genitora, por qualquer meio de comunicação. 3 - Frequentar lugares em que o adolescente e sua genitora estejam. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade. Cite-se o requerido para, querendo, apresentar Contestação referente aos termos da presente demanda. Encaminhe-se os autos para realização do estudo técnico pela Equipe Multidisciplinar. Com a vinda dos Pareceres, retornem os autos ao Ministério Público. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0233033-45.2019.8.04.0001 - Providência - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.G. - DECISÃO Pelo exposto, AUTORIZO a saída da recém nascida de M. P. das G., por ocasião da alta hospitalar, da Maternidade Ana Braga, através de servidor deste Juizado, devidamente identificado e DETERMINO o seu acolhimento na instituição acolhedora Monte Salém. Oficie-se a Maternidade Ana Braga. Expeça-se guia de acolhimento. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0233326-15.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: P.V.C.C. - REQUERIDO: G.F.R. e outros - DESPACHO R.H. Sem prejuízo a Decisão Interlocutória fls. 33/34, expeça-se Carta Precatória para citação dos requeridos. Cumpra-se

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0233341-81.2019.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: M.P.L.R. e outro - REQUERIDA: A.C.M. e outros - ADOTANDO: G.E.M.R. - Defiro o pedido de guarda provisória aos requerentes, em consonância com o Parecer Ministerial. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade. Ademais, que sejam os genitores citados para querendo, ofereçam contestação no prazo legal. Encaminhem-se os autos para realização do estudo técnico pela Equipe Multidisciplinar. Com vinda dos Pareceres, retornem os autos ao Ministério Público.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0233341-81.2019.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: M.P.L.R. e outro - REQUERIDA: A.C.M. e outros - ADOTANDO: G.E.M.R. - DESPACHO R.H. Diante de os requeridos residirem em outro estado, expeça-se Carta Precatória para citação e oitiva dos mesmos. Cumpra-se.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0233571-26.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.M.M.A.S.C.S. - DECISÃO Ante o exposto, em consonância com Ministério Público, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 485, V do Código de Processo Civil, por estar configurada a litispendência. Disponibilize-se cópia deste autos no processo de número: 0229794-33.2019. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça. Decorrido o trânsito em julgado, expeça-se o necessário para cumprimento desta decisão. Dê-se baixa. Após, arquive-se. Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0233855-39.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0622133-69.2018.8.04.0001) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o adolescente passou a conviver com sua família afetiva. Oficie-se ao abrigo O Pequeno Nazareno para encaminhar o adolescente e sua responsável à Defensoria Pública para ajuizar ação de

emancipação, caso queiram.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0234132-50.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.C.S.C. e outro - REQUERIDO: G.C.S. e outro - DECISÃO Pelo exposto, defiro a tutela de urgência para conceder a GUARDA da infante Jhully Gabriela Lavor Souza aos requerentes M. C. S. DA C. e A. L. de S. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade. Cite-se os requeridos para, querendo, apresentar Contestação referente aos termos da presente demanda. Encaminhe-se os autos para realização do estudo técnico pela Equipe Multidisciplinar. Com a vinda dos Pareceres, retornem os autos ao Ministério Público. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0234307-44.2019.8.04.0001 - Providência - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente voltou a conviver com sua família natural.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0234321-28.2019.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: F.M.S. e outro - ADOTANDO: L.M.S. - Intimem-se os requerentes para proceder ao aditamento da inicial para juntar a documentação exigida pelo art. 197-A do ECA, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0234340-05.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.S.R. - REQUERIDO: P.P.V. e outro - Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil, pois a autora não informou sua mudança de endereço e as tentativas de localiza-la restaram infrutíferas.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0234684-54.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0500150-84.2010.8.04.0001) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.S.A.I. - REQUERIDO: A.A.S. e outro - DECISÃO Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil por perda do objeto diante da impossibilidade de aplicação das medidas protetivas.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0234960-80.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Maus Tratos - REQUERENTE: C.T.Z.L.M. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente passou a conviver com sua família extensa. Oficie-se ao Conselho Tutelar da Zona Leste II para que encaminhe a avó à defensoria pública caso queira dar entrada na ação de guarda.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0235666-34.2016.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.N.M. - REQUERIDO: J.D.C.R.P.E.A. - DECISÃO Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil por perda do objeto diante da impossibilidade de aplicação das medidas protetivas. Determino que seja enviado cópia dos autos para o juízo da comarca do Rio Preto da Eva/AM para que dê continuidade no estudo do caso, caso ache necessário.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0236824-61.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0611711-06.2016.8.04.0001) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.N.M. - REQUERIDO: C.O.R.C.M. e outro - Defiro o pedido de guarda aos tios maternos, Miqueias Dutra de Souza e Cristina Roque Paes , em consonância com o Parecer Ministerial. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade e a Guia de Desacolhimento. Com a chegada de informações, conclusos. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0237644-12.2017.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: S.S.S.R. e outro - REQUERIDA: L.S.V. - ADOTANDO: D.L.S.V. - Por todo exposto, diante da remessa ao Juízo Competente, DETERMINO a baixa e o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0239608-74.2016.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - REQUERIDO: C.T.Z.N. e outro - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o infante voltou a conviver com sua família natural.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0241582-15.2017.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Maus Tratos - REQUERENTE: C.A.A.N.P. e outro - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que os infantes estão a conviver com sua família natural.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0241728-27.2015.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.C.O.M. - REQUERIDA: N.C.R. e outros - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que as infantes passou/voltou a conviver com sua família natural/extensa.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0242789-49.2017.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Abandono de incapaz - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - REQUERIDA: A.S.P. - DECISÃO Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil por perda do objeto diante da impossibilidade de aplicação das medidas protetivas.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0248128-62.2012.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.E.E.Q.E. - REQUERIDO: J.E.N.R. e outros - Decisão Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do inciso VI, do artigo 485, do Código de Processo Civil, diante da impossibilidade de aplicação de medida de proteção, tendo em vista que o jovem atingiu a maioridade.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0248386-04.2014.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.C.O.M. - REQUERIDO: S.E.H.S. e outro - DECISÃO Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil por perda do objeto diante da impossibilidade de aplicação das medidas protetivas.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0253416-20.2014.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: U.P.S.F. - REQUERIDO: I.T.F. e outros - DECISÃO Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil por perda do objeto diante da impossibilidade de aplicação das medidas protetivas.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0500196-73.2010.8.04.0001 (001.10.500196-2) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - REQUERENTE: F.H.H.A.H. e outro - REQUERIDO: J.I.J.C.C.A.A. e outro - DECISÃO Isto posto, em consonância com Ministério Público, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil por perda do objeto

diante da impossibilidade de aplicação das medidas protetivas. Determino que seja enviada cópia dos autos para juízo da comarca de Autazes/AM para que possar ser apurado o caso naquela comarca, caso o magistrado ache necessário.

ADV: ANA KAROLINE DOS SANTOS PINTO (OAB 23762/CE) - Processo 0601617-96.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.A.S. - Chamo à ordem o processo, para retificar decisão interlocutória, vez que em fls. 292/293, constata-se erro de ordem material, pois o sobrenome da menor está errado. Posto isto, determino a seguinte modificação: Onde se lê: "Pelo exposto, em consonância com Ministério Público, defiro a tutela de urgência para CONCEDER a guarda unilateral da infante J. F. DA S. ao requerente, Sr. R. A. de S.. Outrossim, DETERMINO a Suspensão do Poder Familiar da requerida, Sra. D. F. da S., bem como suspensão do seu direito de visitas, até a conclusão do processo criminal, momento em que haverá nova análise do caso. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança. " Leia-se: "Pelo exposto, em consonância com Ministério Público, defiro a tutela de urgência para CONCEDER a guarda unilateral da infante J. F. DE S. ao requerente, Sr. R. A. de S. Outrossim, DETERMINO a Suspensão do Poder Familiar da requerida, Sra. Dalrilene Ferreira da Silva, bem como suspensão do seu direito de visitas, até a conclusão do processo criminal, momento em que haverá nova análise do caso. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade. Expeça-se o devido mandado de averbação. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança. " Outrossim, mantenho os demais termos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0603705-05.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.R.P. - DECISÃO Ante o exposto, em consonância com Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para conceder a guarda das infantes A. S. P. dos R. e L. L. P. dos R. em favor da requerente M. P. dos R. P., com fundamento no artigo 33, §2º da Lei nº 8.069/90.

ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0604280-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Paulo Cristos Coimbra Kautsides e outro - Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil, tendo em vista a desídia da parte autora.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM), ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM) - Processo 0606394-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aline Barata do Vale - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DECISÃO Pelo exposto, ratifico a decisão de fls. 25/29, e, no mérito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE, nos termos do art. 487, I do CPC para condenar o requerido ESTADO DO AMAZONAS a realização do exame de ressonância magnética de crânio sob sedação, em favor da requerente ALINE BARATA DO VALE, ao passo que consigno o cumprimento desta obrigação de fazer, conforme informado pelo Ministério Público (fl. 72). Sem custas na forma da lei e sem honorários nos termos da Súmula 421 do STJ. Decorrido o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM), ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0613153-36.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0208947-44.2018.8.04.0001) - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.G.S.J. - M.M.S.N. - REQUERIDA: M.E.D.C. e outro - DESPACHO R.H. Intimem-se os autores da ação para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar a este Juízo o endereço atualizado dos requeridos, tendo em vista o princípio da cooperação processual. Cumpra-se.

ADV: SELENE BRAGA XAVIER (OAB 6964/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0613241-40.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.S.S. - REQUERIDA: L.L.S.C. - DESPACHO R.H. Diante da juntada de fls. 159/170, intime-se a parte autora para manifestação pertinente e requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0618063-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Laysa Adrielle Santos Cabral e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Por todo exposto, diante da remessa ao Juízo Competente, DETERMINO a baixa e o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0618190-10.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - DECISÃO Nessa esteira, em razão do exposto, DEFIRO a liminar inaudita altera pars, razão pela qual, DETERMINO ao requerido Estado do Amazonas, a disponibilizar no prazo de 15 (quinze) dias, o exame de ..... em favor da autora Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, sob pena de bloqueio e levantamento de valor correspondente a obrigação de fazer (art. 497 do CPC), bem como, aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) limitada a 15 (quinze) dias-multa, em caso de descumprimento do ora estabelecido.

ADV: LENIZE LIMA SANTANA DE SOUZA (OAB 7368/AM) - Processo 0622225-13.2019.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Adolescente - REQUERENTE: E.Z.S.N. - S.R.C. - DESPACHO R.H. Intime-se o autor da ação para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar a este Juízo o endereço atualizado da requerida, tendo em vista o princípio da cooperação processual. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0624913-79.2018.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção Nacional - REQUERENTE: M.M.S.P. e outro - Decido Ao exame dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para que sejam habilitados os Srs. M. M. da S. P. e J. M. P., junto ao Cadastro Nacional de Adoção, devendo ser obedecida a ordem cronológica da relação de inscrição existente no Setor de Adoção da Coordenação do Serviço Social.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0624915-49.2018.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção Nacional - REQUERENTE: D.R.B.B. e outro - Decido Ao exame dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para que sejam habilitados os Srs. E. R. A. B. e D. R. de B. B., junto ao Cadastro Nacional de Adoção, devendo ser obedecida a ordem cronológica da relação de inscrição existente no Setor de Adoção da Coordenação do Serviço Social.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0624918-04.2018.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção Nacional - REQUERENTE: M.S.C.F. e outro - Decido Ao exame dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para que sejam habilitados os Srs. Lucio Paulo Farias de Souza e Marcelle de Sousa Cordeiro Farias, junto ao Cadastro Nacional de Adoção, devendo ser obedecida a ordem cronológica da relação de inscrição existente no Setor de Adoção da Coordenação do Serviço Social.

ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM) - Processo 0625452-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - DECISÃO Pelo exposto, ratifico a decisão de fls. 30/33, e, no mérito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE, nos termos do art. 487, I do CPC para condenar o requerido ESTADO DO AMAZONAS a disponibilizar de teste genético SNM (tipos I e II) em favor da requerente S. M. DOS S., ao passo que consigno o cumprimento desta obrigação de fazer, conforme informado pela autora em fl. 76. Sem custas na forma da lei e sem honorários nos termos da Súmula 421 do STJ. Decorrido o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM) - Processo 0628200-16.2019.8.04.0001 - Adoção - Adoção Nacional - ADOTANTE: Liliane Moreira da Silva - Lidiany de Lima Cavalcante - ADOTANDO: Isis Lorena Caldas Duarte - Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil, pois o Autor não informou sua mudança de endereço e as tentativas de localiza-lo restaram infrutíferas.

ADV: ADRIANO SILVEIRA DE SOUZA (OAB 12312/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM) - Processo 0628880-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Karolina Teixeira das Chagas - José Pereira das Chagas - REQUERIDO: Centro Literatus - DECIDO. Em face do exposto, em consonância com Ministério Público, ratifico a decisão de fls. 53/56. e JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, no sentido de reconhecer o direito do requerente A. K. T. das C. de submeter-se ao avanço de série a fim de antecipação de conclusão do Ensino Médio e obtenção do Certificado e Histórico escolar e matricular-se no curso de Engenharia Civil, reconhecendo a obrigação de fazer do requerido Centro Literatus em realizar o exame de avanço de série e, emitir o Certificado de conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar, ao passo que consigno o cumprimento destas obrigações, conforme informações de fls. 73/74 Sem custas e honorários. Com trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0629087-73.2014.8.04.0001 - Guarda - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: L.D.C. - DESPACHO R.H. Reitere-se as intimações de fls. 189/190 através dos respectivos patronos. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: DANILO GERMANO RIBEIRO PENHA (OAB 6077/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM) - Processo 0631619-15.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Jessica Rayssa Pereira Correa - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - DECISÃO Posto isso, e pelo que demais consta dos autos, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VI do CPC, em razão da perda superveniente do interesse de agir, pois o procedimento cirúrgico pleiteado pelo autor H. C. B. não foi realizado e passou a ser contraindicado. Sendo assim, excluo a incidência da multa prevista na decisão de fls. 34/39. Sem custas e honorários. Decorrido o trânsito em julgado, expeça-se o necessário para cumprimento desta decisão, em seguida arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se."

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0632247-67.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0204394-17.2019.8.04.0001) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: L.S.R. e outro - Decido. Analisado os autos e levando em consideração que não há mais o animus de dar continuidade à ação e a ausência de situação de risco, REVOGO A GUARDA concedida na fl. 20 e HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA nos termos do artigo 485, VIII do Código de Processo Civil.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0634279-11.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - DECISÃO Diante dos elementos constantes na peça recursal, o vício reclamado nos presentes declaratórios inexiste, tendo em vista que, no caso em análise, os pressupostos legais de embargabilidade não restaram comprovados, uma vez que não há qualquer ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, no decisum que repousa às fls. 29/33, razão pela qual, REJEITO os presentes embargos declaratórios, mantendo na íntegra a decisão ora embargada. Outrossim, diante da Promoção Ministerial de fl. 56, certifique-se o decurso do prazo para juntada de Contestação do requerido. Em seguida, dê-se nova vista ao Parquet. Após, conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM) - Processo 0634912-22.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: L.P.C. - DESPACHO R.H. Diante da juntada de fls. 73/82, intime-se a parte autora para manifestação pertinente e requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0635093-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: R.P.S. - REQUERIDO: E.A. e outro - DECISÃO Pelo exposto, ratifico a decisão de fls. 34/38, e, no mérito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE, nos termos do art. 487, I do CPC para condenar o requerido ESTADO DO AMAZONAS a realização do exame de RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ENCÉFALO SOB SEDAÇÃO, em favor do requerente R. P. DA S., ao passo que consigno o cumprimento desta obrigação de fazer, conforme informado pelo autor às fls. 77. Sem custas na forma da lei e sem honorários nos termos da Súmula 421 do STJ. Decorrido o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 123979/RJ), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: BRUNO GIOTTO GAVINHO FROTA (OAB 4514/AM), ADV: PAULO VICTOR VIEIRA DA ROCHA (OAB 231839/SP) - Processo 0636656-86.2018.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: T.P.M. - J.C.O.R.J. - Decido Ao exame dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para que sejam habilitados os Srs. T. P. M. e J. C. O. R. J., junto ao Cadastro Nacional de Adoção, devendo ser obedecida a ordem cronológica da relação de inscrição existente no Setor de Adoção da Coordenação do Serviço Social.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0637356-28.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Maus Tratos - REQUERIDO: Gladstony Junio da Cruz e outro - DECISÃO Diante do exposto, ACOLHO os presentes embargos declaratórios, para assim retificar o seguinte parágrafo. ONDE SE LÊ: "Pelo exposto, julgo oportuno DETERMINAR a BUSCA E APREENSÃO e o posterior ACOLHIMENTO da menor E. S. A. C., no endereço: rua Vicente Torres, nº 1082, São Jorge, devendo a mesma ser entregue no Abrigo NACER - Pão da Vida, localizado na Rua 35, nº 02, conjunto Castelo Branco, Parque 10, Tel: (92) 3302-8262/ 99326 - 6221." LEIA-SE: "Pelo exposto, julgo oportuno DETERMINAR a BUSCA E APREENSÃO da menor E. S. A. C., no endereço: rua Vicente Torres, nº 1082, São Jorge, devendo a mesma ser entregue para seu genitor Sr. G. J. da C.. " Outrossim, mantenho os demais termos da decisão de fls. 20/23. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0638699-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luan Cristopher da Silva Marques e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Por todo exposto, diante da remessa ao Juízo Competente, DETERMINO a baixa e o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se.

ADV: DAVI MACÊDO PIMENTEL (OAB 14478/AM) - Processo 0640603-17.2019.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Adolescente - ADOTANTE: Mario Raimundo da Silva Teófilo - DESPACHO Intime-se o requerente para juntar a documentação exigida pelo art. 197-A do ECA, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0641482-24.2019.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: A.S.S. - L.B.P. - DESPACHO Intime-se os requerentes para proceder ao aditamento da inicial a fim de juntar a documentação exigida pelo art. 197-A do ECA, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0642785-73.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - REQUERIDA: M.M. - DECISÃO Sendo assim, DEFIRO o pedido inaudita altera pars, para DETERMINAR nos termos do art. 300 do CPC, que o requerido MUNICÍPIO DE MANAUS: 1) Realize levantamento referente às crianças que se encontram em situação de mendicância e exploração para o trabalho infantil em semáforos, praças e espaços públicos da cidade, com ênfase para os locais em que se verifica maior concentração, a exemplo dos logradouros da zona centro-sul, com indicação dos dados pessoais das crianças e seus genitores, e endereço residencial que puderem obter para fins de responder, se for o caso, Ação de Destituição

do Poder Familiar, e inclusive processo na esfera Criminal; 2) Informe quais os programas desenvolvidos pelo Município de Manaus e os serviços de atendimento em que essas crianças em situação de risco e suas famílias estejam inseridas, especificando a situação de cada família; 3) Diligencie, juntamente com os Conselhos Tutelares, trabalho de conscientização/sensibilização dos genitores e/ou responsáveis quanto à ilegalidade da conduta em que estão incidindo, apresentando a este Juízo cronograma com a data das ações e em caso de reincidência proceda o acolhimento institucional das crianças/adolescentes em situação de risco, podendo valer-se de força policial em caso de resistência dos responsáveis legais. Diante da necessidade de mobilização do Conselho Tutelar e da rede de proteção, bem como, considerando a abrangência das diligências determinadas, concedo prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento destas providências, sob pena de multa diária de R$5.000,00 (cinco mil reais), limitados a 30 (trinta dias-multa). Determino a citação do Município de Manaus, na pessoa de seu representante, para, querendo oferecer resposta, no prazo legal, sob pena de confissão da matéria fática e revelia; Defiro ainda, a produção de todos os meios de prova em direito admitidos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0643313-10.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - DECISÃO Nessa esteira, em razão do exposto, DEFIRO a liminar inaudita altera pars, razão pela qual, DETERMINO ao requerido Estado do Amazonas, a disponibilizar no prazo de 15 (quinze) dias, os exames de ressonância magnética e eletroencefalograma (EGG) e atendimento médico especializado em ortopedia, neurologia e oftalmologia em favor da criança P. M. R., sob pena de bloqueio e levantamento de valor correspondente a obrigação de fazer (art. 497 do CPC), bem como, aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) limitada a 15 (quinze) dias-multa, em caso de descumprimento do ora estabelecido.

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM) - Processo 0643560-88.2019.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção Nacional - REQUERENTE: E.S.C. - DESPACHO Intime-se a requerente para proceder ao aditamento da inicial a fim de juntar a documentação exigida pelo art. 197-A do ECA, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0643836-22.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - DECISÃO Nessa esteira, em razão do exposto, DEFIRO a liminar inaudita altera pars, razão pela qual, DETERMINO ao requerido Estado do Amazonas, a disponibilizar no prazo de 15 (quinze) dias, o exame de ressonância magnética com sedação em favor da criança Y. A. de S., sob pena de bloqueio e levantamento de valor correspondente a obrigação de fazer (art. 497 do CPC), bem como, aplicação de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) limitada a 10 (dez) dias-multa, em caso de descumprimento do ora estabelecido.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0644039-52.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Emmanuel Idelfonso Fernandes e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DECISÃO Pelo exposto, ratifico a decisão de fls. 38/44, e, no mérito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE, nos termos do art. 487, I do CPC para condenar o requerido ESTADO DO AMAZONAS a realização do exame de HIPOPITUITARISMO, em favor do requerente J. P. M. F., ao passo que consigno o cumprimento desta obrigação de fazer, conforme informado pelo autor à fl. 59. Sem custas na forma da lei e sem honorários nos termos da Súmula 421 do STJ. Decorrido o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0644334-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Fernando Lima Azevedo - DECISÃO Nessa esteira, em razão do exposto, DEFIRO a liminar inaudita altera pars, razão pela qual, DETERMINO ao requerido Estado do Amazonas, a disponibilizar no prazo de 15 (quinze) dias, o exame de ressonância magnética do crânio com sedação, em favor do autor J. F. L. A., sob pena de bloqueio e levantamento de valor correspondente a obrigação de fazer (art. 497 do CPC), bem como, aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) limitada a 10 (dez) dias-multa, em caso de descumprimento do ora estabelecido.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0644372-33.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - DECISÃO Nessa esteira, em razão do exposto, DEFIRO a liminar inaudita altera pars, razão pela qual, DETERMINO ao requerido Estado do Amazonas, a disponibilizar no prazo de 30 (trinta) dias, os seguintes exames: 1) Exame de PCR para síndrome do X frágil e cariótipo em sangue periférico com técnicas de banda em favor do menor Ronaldo Vieira da Silva; 2) Exames de videodeglutograma, seriografia de esôfago, estômago e duodeno e cintilografia para RGE com pesquisa de broncoaspiração em favor do menor Moisés da Silva Costa; 3) Exame de cariótipo em sangue periférico com técnicas de banda em favor da menor Rosana Celestina da Silva, sob pena de bloqueio e levantamento de valor correspondente a obrigação de fazer (art. 497 do CPC), bem como, aplicação de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) limitada a 10 (dez) dias-multa, em caso de descumprimento do ora estabelecido.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0646037-21.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0603705-05.2019.8.04.0001) - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.R.P. - Chamo à ordem o processo, para retificar sentença, vez que em fls. 34, constata-se erro de ordem material, pois consta erro no nome da requerente. Posto isto, determino a seguinte modificação: Onde se lê: “Ante o exposto, em consonância com Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para conceder a guarda das crianças L. Y. P. dos R. e D. P. dos R. em favor da requerente, Sra. M. P. dos R. P. , com fundamento no artigo 33, §2º da Lei nº 8.069/90. “ Leia-se: “Ante o exposto, em consonância com Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para conceder a guarda das crianças L. Y. P. dos R. e D. P. dos R. em favor da requerente, Sra. M. P. dos R. P. , com fundamento no artigo 33, §2º da Lei nº 8.069/90. “ Outrossim, mantenho os demais termos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0646097-91.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0618063-72.2019.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Laysa Adrielle Santos Cabral - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - DECISÃO Face o exposto, determino o chamamento ao processo da União para integrar o polo passivo, ao passo que reconheço a incompetência deste Juízo para processar e julgar este feito, e assim, DECLINO a competência para uma das Varas da Justiça Federal, conforme art. 109, I da CF e decisão da Suspensão de Tutela Provisória - STP 127. De igual modo, encaminhe-se o Cumprimento Provisório de Decisão - processo apenso nº 0618063-72.2019 ao Juízo competente. À secretaria para as providências pertinentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0646097-91.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0618063-72.2019.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Laysa Adrielle Santos Cabral - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Por todo exposto, diante da remessa ao Juízo Competente, DETERMINO a baixa e o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0647768-52.2018.8.04.0001 - Tutela Infância e Juventude - Seção Cível - REQUERENTE: Maria Tereza Santos Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco e outros - DESPACHO R.H. Intime-se a parte autora novamente, para que junte os comprovantes a qual se refere na manifestação de fls 140/141, vez que a juntada não ocorreu. Cumpra-se.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM) - Processo 0657117-79.2018.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder

Familiar - Adoção de Adolescente - ADOTANTE: R.N.M.M. - J.O.M. - DECISÃO Ante o exposto e, pelo que demais consta dos autos, em consonância com pedido do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, para decretar a DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR de J. L. S. de O., sobre o filho V. H. S. DE O., com fundamento nos artigos 22 da Lei nº 8.069/90 e artigo 1.635 do Código Civil. Outrossim, defiro a ADOÇÃO do adolescente em favor dos requerentes, os Srs. Raimundo Nonato M. M. e J. de O. M., em caráter irrevogável, nos termos do artigo art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1°, 47 da Lei n. 12.010/09, pelo que determino: O cancelamento do registro original, com a abertura de um novo, neste constando os autores como pais, sendo vedada qualquer observação quanto à origem do ato. Deverá do novo assentamento constar como avós os genitores dos adotantes, sendo também vedada qualquer observação quanto à origem do ato; O nome do adolescente deverá se chamar V. H. DE O. M..

Adriano Silveira de Souza (OAB 12312/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Ana Karoline dos Santos Pinto (OAB 23762/CE)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Bruno Giotto Gavinho Frota (OAB 4514/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB 6077/AM)
Davi Macêdo Pimentel (OAB 14478/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Francisco Frutuoso Lima (OAB 9748/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Leandro Souza Benevides (OAB 123979/RJ)
Lenize Lima Santana de Souza (OAB 7368/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Mário Lima Wu Filho (OAB 2135A/DP)
Nilda Silva de Sousa (OAB 112/AM)
Paulo Victor Vieira da Rocha (OAB 231839/SP)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Selene Braga Xavier (OAB 6964/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Tamires Menezes (OAB 8017/AM)
Vânia Maria do Perpétuo Socorro Marques Marinho (OAB 3247A/MP)
Virginia Nunes Bessa (OAB 3591/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO ITAMAR DE SOUSA GONZAGA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0387/2019

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0600061-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações de Atividade - REQUERENTE: Jackson Rodrigues - Defiro o pedido de p. 88. Prazo: 15 dias.

ADV: LADYANE SERAFIM PEREIRA (OAB 4990/AM) - Processo 0601181-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDA: Município de Manaus - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, conforme determinação contida na decisão inicial, INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (dez) dias, manifeste-se acerca da contestação acosta aos autos.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0603236-90.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kleber Maia da Costa - Trata-se de pedido de execução de multas impostas ao Requerido, em razão do descumprimento da sentença de fls. 126/135, bem como pedido de majoração da mesma. Observo, contudo, que, em que pese ter transitado em julgado a sentença, a determinação de expedição de ofício para o cumprimento da obrigação de fazer não fora cumprida. Desse modo, diante da inteligência do art. 12 da Lei nº 12.153, oficie-se, com urgência, o Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização de Trânsito para cumprimento da obrigação de fazer imposta na sentença, sob pena de aplicação da multa ali estabelecida. Cumpra-se.

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0603398-51.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Mateus de Souza Bento - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0603646-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Antonio Marcos Cabral Rodrigues - Vieram-me os autos conclusos em razão da petição de p. 107. Intime-se o Requerente para se manifestar sobre a proposta formulada. Prazo: 05 dias.

ADV: ADRIANO RODRIGUES LOPES (OAB 10846/AM) - Processo 0603657-46.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ailton dos Santos Silva - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos apresentados na petição inicial, condenando o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/AM, na obrigação de fazer consistente na entrega, ao autor, do Documento Único de Transferência (DUT) e do Certificado de Registro de Veículos (CRV), do veículo HONDA CG 150 TITAN ES, 2005/2005, de placa JXE-3766, Chassi 9C2KC0855R826427. Condeno, ainda, o Requerido a indenizar o requerente por danos morais fixados na quantia de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), corrigida monetariamente a partir desta data (Súmula 362 do STJ) e acrescida de juros moratórios desde a data do fato (art. 398 CC e Súmula 54 do STJ). A correção monetária será apurada mediante a aplicação do IPCA e os juros moratórios serão calculados pelos índices de remuneração da caderneta de poupança, conforme decidido no RE nº 870.947/SE, objeto do tema de Repercussão Geral nº 810. Por fim, declaro nulo os Autos de Infração TD 00038075 e TD00038074, determinando que se retire do banco de dados do Requerente e do veículo qualquer informação referente aos aludidos autos. Improcedente o pedido de nulidade do Auto de Infração TD 00038076. No que tange às obrigações de fazer, certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 dias-multa. Em seguida, mediante requerimento da parte autora, no qual deverá constar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se o demandado para, querendo, se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei nº 12.153/09 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos

do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o cumprimento da sentença, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0603808-46.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-Alimentação - REQUERENTE: Luiz Carlos Junqueira de Andrade Abreu - Dispositivo. Forte nestas razões, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, para condenar o Requerido a pagar ao Requerente a quantia de R$ 400,00 (quatrocentos reais), referentes à diferença da remuneração correspondente ao auxílio-alimentação dos meses de Setembro e Outubro de 2017. Sobre os valores haverá correção monetária mensal, a contar do vencimento de cada parcela, pelo IPCA-e e juros de mora a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado e mediante manifestação da parte requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534, do CPC, para a instrução do requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 e 525, do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se o Procurador Geral do Estado, como previsto no art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09. Após, comprovado o pagamento, arquivem-se os autos com as cautelas cabíveis. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM), ADV: TAMIRES MENEZES (OAB 8017/AM) - Processo 0607344-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Laura Rodrigues Tavares - Me - REQUERIDA: Município de Manaus - DISPOSITIVO. Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na exordial e condeno o Município de Manaus a pagar o valor de R$ 10.308,31 (dez mil, trezentos e oito reais e trinta e um centavos), pelos danos materiais perpetrados. Sobre a condenação haverá correção monetária, a contar de 14.10.2017 (data do acidente), pelo IPCA, e juros de mora a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Improcedente o pedido de danos morais, com base na fundamentação aduzida. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Transitada em julgado a sentença, remetam-se os autos à Contadoria para atualização dos cálculos, de acordo com os parâmetros estabelecidos neste dispositivo. Retornando os autos, expeça-se Requisição de Pequeno Valor - RPV, para pagamento na forma do art. 13, I, da Lei 12.153/09. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: KELVIN RODRIGUES DA SILVA (OAB 9203/AM) - Processo 0607496-79.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigações - REQUERENTE: Orlando Santos Pereira Júnior - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos constantes da exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 9.828,00 (nove mil, oitocentos e vinte e oito reais) ao autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 22/08/2014 sobre o valor de R$ 1.456,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais); - 28/10/2014 sobre o valor de R$ 1.456,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais); - 20/10/2014 sobre o valor de R$ 728,00 (setecentos e vinte e oito reais); - 31/03/2015 sobre o valor de R$ 2.730,00 (dois mil, setecentos e trinta reais); - 04/01/2015 sobre o valor de R$ 728,00 (setecentos e vinte e oito reais); - 06/09/2015 sobre o valor de R$ 910,00 (novecentos e dez reais); - 27/09/2015 sobre o valor de R$ 1.820,00 (um mil, oitocentos e vinte reais). Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dãos do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO), ADV: MAURO GILBERTO FROTA LOBATO (OAB 10848/AM) - Processo 0609351-30.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidor Público Civil - REQUERENTE: Cinara de Castro Rodrigues - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se a parte Autora para que requeira o cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias. Requerida a execução, reitero as determinações executórias contidas no dispositivo da sentença. Caso não haja manifestação, fiquem os autos sobrestados. Cumpra-se.

ADV: JANILSON DA COSTA BARROS (OAB 13152/AM), ADV: JAQUELINE OLIVEIRA DE PAULA (OAB 9269/AM) - Processo 0609518-13.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Raimundo Waldecy da Costa Nazaré - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Assim, evitando a ocorrência de contradição CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos e JULGO-OS PROCEDENTES, consoante permissivo constante dos arts. 494, II c/c 1.022, I e II, ambos no CPC, corrigindo parte do dispositivo da sentença, que passa a ter a seguinte redação: “Condeno, ainda, o Requerido, ao pagamento de 13º salário na proporção 03/12 avos, tendo por base o último salário, no importe de R$ 1.624,90.”. P.R.I.C.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0610279-44.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Kenedy da Silva Lemos - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora, para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos

valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0614736-56.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Edilson de Souza Pinto - DISPOSITIVO. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que pague ao Autor o valor de R$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais) à título de diárias por deslocamento temporário, correspondentes aos períodos de 02/06/2016 à 29/06/2016, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir de 02/06/2016, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810), ambos a contar da citação. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO BARROSO MONTEIRO (OAB 12619/AM), ADV: ANDRÉA VIANEZ C. CAVALCANTI (OAB 2413/AM) - Processo 0616463-16.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: Francineth dos Reis Feijão - REQUERIDA: Município de Manaus - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o MUNICÍPIO DE MANAUS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 04/2014 à 12/2017 (R$ 4.789,24 x 8% x 44 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. IMPROCEDENTES os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0618332-14.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Sebastiana de Souza Guimarães - DISPOSITIVO. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, a contar da publicação desta, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa ; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 7.095,49 (sete mil e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM), ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0619833-03.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Jose Luiz Gonzaga da Mota - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre

o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALEXANDRE SERRÃO RODRIGUES (OAB 10257/AM) - Processo 0620314-63.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERIDO: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando a FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 04/2014 à 05/2015 (R$ 1.216,80 x 8% x 11 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0620379-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade - REQUERENTE: Jucicleide Abreu do Nascimento - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 04/2014 à 03/2017 (R$ 1.514,17 x 8% x 35 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0620873-20.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Cristiane Pereira Figueiredo - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0620878-42.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Rubens Junior Duarte de Queiroz - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM)

- Processo 0620883-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Deusdete Sena Rodrigues - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0620892-26.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Ronaldo Silva - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0621165-05.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Eliane Oliveira de Souza - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0621266-42.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Cleiton Matos da Silva, - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de

providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0621558-27.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Eliezer Saldanha da Gama - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0622461-62.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Maria Mariléia da Silva Cunha - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora, para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM), ADV: BERNARDO FIGUEIRA RAPOSO DA CÂMARA (OAB 10676/AM) - Processo 0622482-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Iza Maria Freitas Batista - REQUERIDA: Município de Manaus - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o MUNICÍPIO DE MANAUS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 05/2014 à 12/2017 (R$ 4.789,24 x 8% x 43 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. IMPROCEDENTE o pleito de férias proporcionais. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623445-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Odineia de Mattos Alencar - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora, para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco

reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623446-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Odineia de Mattos Alencar - DISPOSITIVO. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, a contar da publicação desta, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa ; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623448-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Plínio Machado de Magalhães - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora, para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.625,19 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de agosto de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623449-83.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Plínio Machado de Magalhães - DISPOSITIVO. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, a contar da publicação desta, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa ; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535

§ 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0623451-53.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Kirk Douglas Barroso Felix - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, a contar da publicação desta, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa ; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 6.999,40 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM) - Processo 0623794-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: Moisés Israel Silva dos Santos - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos constantes da exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 2.457,00 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais) ao autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 10/06/2015 sobre o valor de R$ 546,00 (quinhentos e quarenta e seis reais); - 30/06/2015 sobre o valor de R$ 1.911,00 (um mil, novecentos e onze reais); Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dãos do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0626044-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Renato Fernandes da Silva - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 1.586,25 (um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Em seguida, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM), ADV: DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES (OAB 7613/AM) - Processo 0626457-68.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Diego Marcelo Padilha Gonçalves - Este juizado não é o Juizado da Fazenda do Estado do Amazonas, mas sim da comarca de Manaus. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada, em razão da matéria, nos termos do art. 3º, §1º, inc. I, da Lei 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 12.153/2009, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, à luz do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0627370-84.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Manaus Vistoria Ltda - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Pelas fundamentações aduzidas, resta afastada, a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito e, por questões de celeridade e economia processual, determino o retorno dos autos para 2a. Vara da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Outrossim, por força do art. 64, § 4º, do Código de Processo Civil, restam mantidos os efeitos das decisões proferidas por este juízo, até que outra seja proferida pelo juízo competente, se for o caso. Redistribua-se o feito. À Secretaria para as providências de praxe. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM), ADV: JÚLIO CEZAR LIMA BRANDÃO (OAB 2258/AM) - Processo 0627388-42.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Posse e Exercício - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0627545-44.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - RECLAMANTE: Francine Cristine da Silva Borges - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos constantes da exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais) ao autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 20/10/2014 sobre o valor de R$ 1.560,00 (um mil, quinhentos e sessenta reais); - 28/10/2014 sobre o valor de R$ 960,00 (novecentos e sessenta reais); - 17/08/2014 sobre o valor de R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais); - 29/11/2015 sobre

o valor de R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais); Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dãos do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0628615-67.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Elaine Maria Ribeiro Nunes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0628839-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: S.M.G.A. - Pelo exposto, reconhecida a incompetência absoluta deste Juizado, em razão do valor da causa, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil c/c art. 2º da Lei 12.153/2009. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: SILVANO CESAR LORIDO BARRETO (OAB 11681/AM) - Processo 0629170-16.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sirlene Santos da Silva - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 06/2019 (R$ 1.957,89 x 8% x 60 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno o Requerido ao pagamento dos reflexos do FGTS sobre as férias e 13º salário do requerente, pelo período não prescrito, no percentual de 08% a ser calculado pelo número de períodos aquisitivos adquiridos no lapso temporal acima descrito. Condeno, ainda, o Requerido, ao pagamento de férias proporcionais (01/12 avos), acrescidas do terço constitucional, bem como ao pagamento de 13º salário na proporção 05/12 avos, tendo por base o último salário, no importe de R$ 1.957,89. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0630206-93.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcos Felipe dos Santos de Oliveira - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos constantes da exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais) ao autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 27/03/2016 sobre o valor de R$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais); Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dãos do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: NATÁLIA CHACON HILDEBRANDO DA SILVA (OAB 10454/AM) - Processo 0630525-32.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Administrativos - REQUERENTE: Regina Lúcia Barbosa de Souza - Intime-se a parte Autora para que requeira o cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias. Requerida a execução, reitero as determinações executórias contidas no dispositivo da sentença. Caso não haja manifestação, fiquem os autos sobrestados. Cumpra-se.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0631657-56.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - EXEQUENTE: Alvaro Gomes dos Santos - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO), ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: CARLA CAROLINE COUTINHO FROTA (OAB 12379/AM) - Processo 0631882-13.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação - REQUERENTE: Claudio Marcio Pereira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0631906-07.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Manoel Carlos Ventura Xavier - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento

do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 06/2019 (R$ 1.957,89 x 8% x 60 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior 06/2014 à 06/2019. Improcedentes os demais pleitos, por possuírem natureza eminentemente celetistas. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0631909-59.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Fabiano Alves Guedes de Oliveira - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 06/2019 (R$ 1.957,89 x 8% x 60 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição do período anterior ao mês 06/2014. Improcedentes os demais pleitos, por possuírem natureza eminentemente celetistas. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0631983-16.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erineia de Oliveira Brandão - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários conforme disposto no art. 55, da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM), ADV: ANNICK COSTA MONTEIRO (OAB 2069/AM) - Processo 0632043-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Marcilene Moreira de Souza - REQUERIDA: Município de Manaus - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o MUNICÍPIO DE MANAUS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 12/2018 (R$ 2.380,55 x 8% x 54 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Condeno, ainda, o Requerido, ao pagamento de férias proporcionais (11/12 avos), acrescidas do terço constitucional, tendo por base o último salário, no importe de R$ 2.380,55. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0632185-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Paulo Robson Marques Rodrigues - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 06/2019 (R$ 1.945,14 x 8% x 60 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0632197-07.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Gerson Galdino da Silva - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período

de 06/2014 à 06/2019 (R$ 1.945,14 x 8% x 60 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Declaro a prescrição dos valores anteriores ao mês de junho de 2014. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0632594-66.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Osvaldina Carneiro da Silva - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 06/2019 (R$ 1.945,14 x 8% x 60 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 06/2014, com amparo no princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0632732-67.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Emerson Marinho de Castro - DECIDO. Diante do exposto, ACOLHO A IMPUGNAÇÃO apresentada às fls. 145/146 para, comprovado o excesso de execução, reconhecer que a parte autora faz jus ao recebimento do valor de R$ 9.075,20 (nove mil e setenta e cinco reais e vinte centavos). Expeça-se novo ofício ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I, da Lei nº 12.153/2009, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: CAMILA CASTRO DE ALENCAR (OAB 13045/AM), ADV: JAMAYRA MACHADO TAVARES (OAB 14337/AM) - Processo 0632953-16.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: C.S.G. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Cristiane Santos Guerreiro em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0633238-43.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Klerbert Machado Atayde - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedentes os pleitos autorais, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0633549-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Zildo de Souza Simplicio - Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0633642-60.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Eisenhower Thompson Siqueira - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 06/2019 (R$ 1.945,14 x 8% x 60 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 06/2014, com amparo no princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias,

apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0633643-45.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Olinda Oliveira Barbosa - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 06/2014 à 06/2019 (R$ 1.945,14 x 8% x 60 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 06/2014, com amparo no princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM), ADV: DANIELLE CRISTINE DE CARVALHO CORDEIRO (OAB 10414/AM) - Processo 0633716-51.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Alcilene de Alencar Batista - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Dispositivo Ante o exposto, julgo totalmente improcedentes os pleitos da Requerente, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei n° 9.099/ 95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO ROBUSTELLI FILHO (OAB 9380/AM), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM) - Processo 0634395-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - REQUERENTE: Marcus Roberto Moura da Costa - Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0634617-82.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Lucinete Moraes de Freitas - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 07/2014 à 06/2019 (R$ 1.945,14 x 8% x 59 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 07/2014, com amparo no princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0635277-13.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Fernandes de Lima - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ADRIANA ARAÚJO PORTO (OAB 10851/AM) - Processo 0635872-75.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Marivaldo Silva Costa - Pelo exposto, reconhecida a incompetência absoluta deste Juizado, em razão do valor da causa, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil c/c art. 2º da Lei 12.153/2009. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0637181-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Terezinha Alves Farias - Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM) - Processo 0637235-97.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: José Bomfim Neto - Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0638096-83.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Nulidade - REQUERENTE: Ruth Matos Sales - DISPOSITIVO. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, declarando nulo o contrato firmado entre as partes e condenando o ESTADO DO AMAZONAS ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente ao período de 07/2014 à 04/2017 (R$ 1.110,12 x 8% x 33 meses), em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal. Reconheço a prescrição da cobrança do período anterior a 07/2014, com amparo no princípio da adstrição ao pedido e fundamentação aduzida. Improcedentes os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, a partir do encerramento do contrato e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2° do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: PAULO VÍTOR LOPES BEZERRA (OAB 9660/AM), ADV: VITOR HUGO MOTA DE MENEZES (OAB 1675/AM), ADV: VANESSA MARTINS GOMES (OAB 12243/AM) - Processo 0639208-58.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Jornada de Trabalho - REQUERENTE: Raquel Martins Mussa - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Intime-se a Requerente para justificar o pedido de p. 202, uma vez que o encargo de juntar a documentação necessária à solução do feito é seu e não do Requerido. Prazo: 05 dias.

ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM) - Processo 0639337-92.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Dernecy Assunção Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Dernecy Assunção Costa em face do Município de Manaus e Município de Manaus - Secretaria Municipal de Infraestrutura. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados e holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0639371-67.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Renee Lima dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Paulo Renee Lima dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: KLINGER CARLOS TAVARES DE SOUZA (OAB 11148/AM) - Processo 0639426-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: A.C.V.C.T. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ana Carolina Vasconcelos da Costa Tavares em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para

a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0639471-56.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Ozeias de Matos Bentes - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0639515-41.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Antônio Rui Moraes Viana - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Antônio Rui Moraes Viana em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados e holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0639585-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Raimunda Nonata Câmara dos Santos Alencar - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimunda Nonata Câmara dos Santos Alencar em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0639665-22.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Daniel Moriz de Queiroz - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Daniel Moriz de Queiroz em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência,

sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0639667-89.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Williams Pereira da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Williams Pereira da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0639669-59.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Marcio Alves dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcio Alves dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0639670-44.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Gelbson Branches dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Gelbson Branches dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0639690-35.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade - REQUERENTE: David Brito Guerreiro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por David Brito Guerreiro em face do Município de Manaus. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados e holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para

realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0639717-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Edson Gomes de Menezes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Edson Gomes de Menezes em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO ALMEIDA DE PAULA (OAB 7717/AM) - Processo 0639770-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Reinaldo Cláudio de Albuquerque Junior - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Reinaldo Cláudio de Albuquerque Junior em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0639888-72.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Michel Souza Barbosa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Michel Souza Barbosa em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0639926-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Rocio Del Pilar Rivera da Paixao - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rocio Del Pilar Rivera da Paixao em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios

autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0639959-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcel Brelaz Cantuário - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcel Brelaz Cantuário em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LAYLA GABRIELLE NUNES DA ENCARNAÇÃO (OAB 8546/AM) - Processo 0639961-44.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Auricleia Silverio da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Auricleia Silverio da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0640023-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Paulo Sérgio Morais da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Paulo Sérgio Morais da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0640070-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Andre Augusto Santos Pimentel - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Andre Augusto Santos Pimentel em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da

audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0640077-50.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Marinilson de Jesus Dutra Miranda - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marinilson de Jesus Dutra Miranda em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LAUDER CARNEIRO BARROS (OAB 14068/AM) - Processo 0640182-27.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Paulo José Andrade de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Paulo José Andrade de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0640206-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kennedy Conceição Ogando Peres - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Kennedy Conceição Ogando Peres em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0640223-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade - REQUERENTE: Rogério Ferreira Vasconcelos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rogério Ferreira Vasconcelos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida

possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM) - Processo 0640255-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Waldemir Pinho Anselmo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Waldemir Pinho Anselmo em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0640257-66.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Cledenor Guimarães - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José Cledenor Guimarães em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0640319-09.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militares - EXEQUENTE: Cléber Mota da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Cléber Mota da Silva em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0640453-36.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Salete Gomes Fernandes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Salete Gomes Fernandes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de

custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0640458-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Orlando Alves Pereira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Orlando Alves Pereira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0640463-80.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Mario Jorge Tavares dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Mario Jorge Tavares dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0640488-93.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Remuneração - REQUERENTE: Euriclides Lira de Serra - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Euriclides Lira de Serra em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 (dez) dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para se manifestar no prazo de 15 dias (impugnação), independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, cite-se a Fazenda Pública, por meio de ato ordinatório para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Se não houver nos autos, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: SÍLVIO KLEBER BATISTA LOBATO (OAB 8813/AM) - Processo 0640512-24.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Sonia Maria Rodrigues Mendonça - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Sonia Maria Rodrigues Mendonça em face do Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (susam). e Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda

pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM) - Processo 0640517-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono de Permanência - REQUERENTE: Marta Ribeiro Silva dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marta Ribeiro Silva dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0640656-95.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: Leide Jurmira Barbosa de Araujo - Pelo exposto, reconhecida a incompetência territorial deste Juizado, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, tudo nos termos do art. 51, inc. III da Lei 9.099/95 e art. 485, inc. IV do CPC. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0640804-09.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: Maria Eleide Cavalcante Bandeira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Eleide Cavalcante Bandeira em face do Município de Manaus. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0640812-83.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Requisição de Pequeno Valor - RPV - EXEQUENTE: Mussa Ferreira de Queiroz - Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor - RPV. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0641237-13.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação,

no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM), ADV: SILVANO CESAR LORIDO BARRETO (OAB 11681/AM) - Processo 0641246-43.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jorge Mota da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM) - Processo 0641856-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Helck Sandra de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Helck Sandra de Souza em face do Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (susam). e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ADRIANA CAXEIXA ALFAIA (OAB 6599/AM) - Processo 0642984-66.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Frederico Caxeixa Alfaia - Intime-se o Requerente para esclarecer se pretende renunciar aos valores excedentes a 15 (quinze) salários mínimos, uma vez que pretende receber através de RPV. Prazo: 05 dias.

ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM) - Processo 0643212-70.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão - REQUERENTE: Ercliuton Soares do Nascimento - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ercliuton Soares do Nascimento em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0643846-37.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Ana Telma de Lima Sabeli - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0644869-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Roney Diego Ramos Nascimento - Por se tratar de decisão com caráter modificativo, abro vista ao Embargado para, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os Embargos de Declaração opostos, na forma do art. 1.023, § 2º do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0646620-06.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Angerlei da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, conforme determinação contida na decisão inicial, INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (dez) dias, manifeste-se acerca da contestação acostada aos autos.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0647810-04.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Wanderley Barros de Souza - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE, em parte, os pedidos constantes da exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 8.645,00 (oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais) ao autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 15/07/2015 sobre o valor de R$ 1.729,00 (um mil, setecentos e vinte e nove reais); - 20/03/2015 sobre o valor de R$ 5.096,00 (cinco mil e noventa e seis reais); - 20/02/2015 sobre o valor de R$ 1.820,00 (um mil, oitocentos e vinte reais); Ademais,

haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Declaro a prescrição da cobrança dos valores referentes a viagem de 11 a 25/08/2013. Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dãos do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0649001-84.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Licença Prêmio - REQUERENTE: Julio Garcia Mocambite - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Pelo exposto, reconhecida a incompetência absoluta deste Juizado, em razão do valor da causa, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil c/c art. 2º da Lei 12.153/2009. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0649989-08.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria do Rosário da Silva - Pelo exposto, com base na fundamentação aduzida, diante da manifesta complexidade da causa, resta afastada a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito, de modo que determino a remessa dos autos para uma das Varas da Fazenda Pública Municipal. À Secretaria para as providências de praxe, observando-se a existência de mídia digital, que companha o processo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0649989-08.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria do Rosário da Silva - Aos 26 de agosto de 2019, em cumprimento a determinação do MM. Juiz de Direito Dr(a). Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, faço remessa destes autos ao Setor de Distribuição - Fórum Ministro Henoch Reis, para as devidas providências, do qual lavrei este termo e assino.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0651563-66.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rosilene Alves de Moraes - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação, nos moldes do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para CONDENAR o requerido a PAGAR a importância de R$ 4.379,00, (quatro mil, trezentos e setenta e nove reais) referente aos danos materiais sofridos pela Requerente, bem como CONDENAR a PAGAR a importância de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) referente aos danos morais. Sobre a condenação por danos morais haverá juros a contar da citação e correção monetária, a partir do presente arbitramento, os termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Improcedentes os demais pleitos. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Transitada em julgado a sentença e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à Contadoria para atualização dos cálculos, de acordo com os parâmetros estabelecidos neste dispositivo. Retornando os autos, expeça-se Requisição de Pequeno Valor - RPV, para pagamento na forma do art. 13, I, da Lei 12.153/09. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0653178-91.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Sérgio Leitão Melo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ROBERTO JEFERSON BRASIL ROMANO (OAB 13076/AM), ADV: JANAÍNA FERREIRA BARRONCAS OLIVEIRA (OAB 5978/AM) - Processo 0654154-98.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda de Jesus Ferreira Cavalcante - REQUERIDA: Município de Manaus - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0655173-42.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Saúde - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando os argumentos apresentados pela parte autora no pedido de providências de folhas 133/137, para complementação do valor bloqueado em razão de o orçamento indicado pelo Estado do Amazonas não ser compatível com a realidade de mercado, antes de determinar novo bloqueio, em prol do dever de consulta e proteção ao erário, intime-se o requerido para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM) - Processo 0656680-38.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Mirian dos Santos Brito - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando as informações constantes na petição de folhas antecedentes em que o requerente anuncia presença de equívoco quando da indicação de conta para elaboração do respectivo alvará judicial, determino seja expedida nova ordem de transferência bancária, conforme dados comunicados às fls. 166. À Secretaria para as providências de praxe. Após, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0657760-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos às fls. 129/132, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0659904-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rodrigo Camilo Freitas Vieira - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos constantes da exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais) ao autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Base de cálculo às fls. 03 da inicial. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 28/08/2014 sobre o valor de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais); - 21/10/2014 sobre o valor de R$ 960,00 (novecentos e sessenta reais); - 25/11/2014 sobre o valor de R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais); Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dãos do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15

(quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANDRELINO NOGUEIRA RABELO (OAB 13032/AM) - Processo 0660700-72.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Marcio Jose de Souza Melo - Considerando patente equívoco quando da elaboração da ordem de pagamento expedida, determino a retificação do ofício Requisitório de Pequeno Valor - RPV, de modo que seja corrigido o valor nele contido. À Secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM) - Processo 0660711-04.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Cleuder Chagas Bragas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando as informações constantes na petição de folhas antecedentes em que o requerente anuncia presença de equívoco quando da indicação de conta para elaboração do respectivo alvará judicial, determino seja expedida nova ordem de transferência bancária, conforme dados comunicados. À Secretaria para as providências de praxe. Após, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Cumpra-se

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0661270-58.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, reconhecida a incompetência funcional e territorial deste Juizado EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95 e art. 485, inc. IV do CPC. Sem custas e honorários, em obediência ao comando do art. 55, da Lei nº 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADRIANA ARAÚJO PORTO (OAB 10851/AM)
Adriana Caxeixa Alfaia (OAB 6599/AM)
Adriano Rodrigues Lopes (OAB 10846/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Andréa Vianez C. Cavalcanti (OAB 2413/AM)
Andrelino Nogueira Rabelo (OAB 13032/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Annick Costa Monteiro (OAB 2069/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Bernardo Figueira Raposo da Câmara (OAB 10676/AM)
Camila Castro de Alencar (OAB 13045/AM)
Carla Caroline Coutinho Frota (OAB 12379/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Danielle Cristine de Carvalho Cordeiro (OAB 10414/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Debora Bandeira Koenow (OAB 36823/GO)
Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB 7613/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Élida de Lima Reis Corrêa (OAB 7458/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM)
Ercliuton Soares do Nascimento (OAB 7771/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jamayra Machado Tavares (OAB 14337/AM)
Janaína Ferreira Barroncas Oliveira (OAB 5978/AM)
Janilson da Costa Barros (OAB 13152/AM)
Jaqueline Oliveira de Paula (OAB 9269/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Alexandre Serrão Rodrigues (OAB 10257/AM)
José Augusto Almeida de Paula (OAB 7717/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Júlio Cezar Lima Brandão (OAB 2258/AM)
Kelvin Rodrigues da Silva (OAB 9203/AM)
Klinger Carlos Tavares de Souza (OAB 11148/AM)
Ladyane Serafim Pereira (OAB 4990/AM)
Lauder Carneiro Barros (OAB 14068/AM)
Layla Gabrielle Nunes da Encarnação (OAB 8546/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Barroso Monteiro (OAB 12619/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB 1667/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Mário Robustelli Filho (OAB 9380/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Gilberto Frota Lobato (OAB 10848/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Natália Chacon Hildebrando da Silva (OAB 10454/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Paulo Vítor Lopes Bezerra (OAB 9660/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB 13076/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Silvano Cesar Lorido Barreto (OAB 11681/AM)
Sílvio Kleber Batista Lobato (OAB 8813/AM)
Tamires Menezes (OAB 8017/AM)
Tatiane Salvatierra da Costa (OAB 5752/AM)
Ueslei Freire Bernardino (OAB 14474/AM)
Vanessa Martins Gomes (OAB 12243/AM)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Vitor Hugo Mota de Menezes (OAB 1675/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0388/2019

ADV: GIOVANA DO NASCIMENTO MACEDO (OAB 12859/AM) - Processo 0653315-73.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Alban Capinan Macedo - Dispositivo. Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na inicial, para condenar o Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização de Trânsito - MANAUSTRANS, na obrigação de anular o Auto de Infração ME00887196 , no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitados à 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, o MANAUSTRANS, ao pagamento de indenização por danos materiais ao autor, no valor de R$ 299,48 (duzentos e noventa e nove reais quarenta e oito centavos). Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA-e/IBGE, a contar de abril de 2018 (data do pagamento da multa) e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810), a contar da data da citação. Improcedente o pleito de indenização por danos morais. Em relação ao Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Após, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Em seguida, intime-se o MANAUSTRANS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se o devedor não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Diretor/Presidente do requerido, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. P.R.I. Cumpra-se.

Giovana do Nascimento Macedo (OAB 12859/AM)

SEÇÃO VIII

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0249/2019

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0203173-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Leonardo Alberto Mota Buraslan - REQUERIDO: Lucas Araujo de Aguiar - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: REBECA BRAGA ALBUQUERQUE MARINHO LOPES (OAB 13063/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0206004-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: LIDIANE DE SOUZA PIMENTEL - REQUERIDO: Cielo S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a rescisão entre as partes, sem ônus à autora, bem como declaro a inexigibilidade de débitos entre as partes; e 2)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 à autora, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0600071-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Mirtes Martins dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM) - Processo 0600550-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Daniele Silva Moura - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agência de Viagens - Ma A Farias de Souza - Porto Norte Viagens e Turismo Ltda - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0601910-87.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Joana Amelia Lopes Andrade - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: MARIANA AVELAR JALORETTO (OAB 48414/DF), ADV: LUIZ CLÁUDIO CRUZ DA SILVA (OAB 6906/AM), ADV: RICARDO AFONSO BRANCO RAMOS PINTO (OAB 33405/DF) - Processo 0602177-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hilza de Aguiar Cardoso - REQUERIDO: Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - Asbapi - De ordeBárbara de Araújo Folhadela

ADV: LUÍSA ROCHA DUARTE (OAB 13633/MA), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0603029-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Rita Campelo dos Santos - REQUERIDO: Vip - Gestão Logistica Ltda Epp - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na

distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0603833-85.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: FRANCISCO DE ALMEIDA MIRANDA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: RICARDO CARVALHO PAIXÃO (OAB 3742/AM) - Processo 0606396-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisco Pereira de Souza - RECLAMADO: Ser Educacional S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls. retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: FLÁVIA KRICHANÃ DOS SANTOS RANGEL (OAB 7149/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0607826-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Gleide Elane Braga Ferreira - Neila Socorro Mousse - REQUERIDO: Cefisso Empreendimentos Imobiliários Ltda - Maine Empreendimentos Imobiliários Ltda - Por estes fundamentos, não fundada em nenhuma das matérias delimitadas pelo art. 803 do CPC, e com fundamento no art. 4°, caput, e § 6º, da Lei 11.419/06, REJEITO a EXECEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE oposta por Cefisso Empreendimentos Imobiliários Ltda. Por fim, determino o prosseguimento da presente Execução com a penhora on-line via bacenjud nas contas da executada. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608088-86.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: MARIA AUXILIADORA BINDA DA SILVA - REQUERIDO: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0611136-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: João Américo da Silva - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Banco BMG S/A - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0611860-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro B Lapa - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do pedido de julgamento antecipado formulado pelas partesr, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação. Após, conclusos para a sentença.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: KATIARA CASTRO DOS SANTOS (OAB 14011/AM), ADV: ANNA CRISTHINA BARBOSA MASSULO (OAB 14363/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0611982-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Naara de Oliveira Barbosa - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - ASSLITISC: Midway Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante o exposto,JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO, solidariamente, as requeridas à pagarem R$600,00, a título de repetição de indébito, com aplicação de juros de um por cento ao mês, a contar do evento danoso e correção monetária pelo INPC, a partir da citação válida; e para condenar também de forma solidária as rés a indenizarem a parte autora no valor de R$6.000,00, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LILIANE CESAR CORRÊA (OAB 8393/AM) - Processo 0612075-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria Virgínia da Silva Corrêa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, tendo em vista o pedido de julgamento antecipado da lide formulado pelas partes em audiência, excluir a audiência de instrução e julgamento de pauta, ficando os autos conclusos para sentença de mérito.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0612127-92.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Raimunda Rodrigues Pinheiro de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0612344-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Estevam Vidal Duarte - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: MARIO ANGELO SERRA CUTRIM (OAB 14242/AM) - Processo 0612392-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: J W A Comercio de Calçados Ltda-me (Rebeka Distribuidora) - REQUERIDO: Davi Nogueira da Silva (Miguel Calcados e Confeccoes) - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENO a requerida a pagar ao autor R$8.404,15, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: WELDER PHELLIPE DE PAIVA SILVA (OAB 12736/AM), ADV: DORGIVAL SABINO DE ARAÚJO (OAB 12971/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0613536-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Simone Silva Rodrigues - REQUERIDO: Ótica Diniz e L Reis Comercio de Otica Ltda - Laboratório Opto Visão Avaliação Visual - De

ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença de fls. 118/122 e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0615252-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lucia Marcelle de Abreu - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0616586-40.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dinair Vasconcelos Santos - REQUERIDO: Elo Serviços S/A - Banco do Brasil S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: NATASHA CHAVES AKEL HAUACHE (OAB 9505/AM) - Processo 0619176-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raillane Peixoto Cunha - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, declaro extinto o pedido revisional, na forma do art. 485, VI, do CPC. Acerca do pleito de indenização por danos morais,JULGO-O PROCEDENTE, termos em que CONDENOo réu a pagar R$3.000,00 à autora, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento, na forma do art. 487, I, do CPC. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0619858-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aline Sena de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto,JULGO IMPROCEDENTEo pedido formulado na inicial. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM) - Processo 0620855-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Romao Gervasio de Lima - REQUERIDO: Petroleo Brasileiro S.a. - Petrobras - Diante disso, por considerar verossímeis as alegações da parte autora, hipossuficiente, bem como de difícil reparação os danos que o não fornecimento do informe de rendimentos vem ocasionando ao autor, entendo presentes os requisitos do art. 300 do CPC. Preenchidos os pressupostos, defiro o pedido de reconsideração da decisão de fls. 35/37 e concedo a tutela antecipada, determinando à parte requerida que forneça no prazo de cinco dias o informe de rendimentos referente aos valores por esta pagos e retidos, sobe pena de incorrer em multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 10.000.00 (dez mil reais). Mantenho os demais termos da referida decisão.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0620927-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ana Rita Miranda da Silva - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA - Ante o exposto, determino a exclusão da lide do réu Mastercard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. No mérito, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos do autor, termos em que: 1) CONDENO o réu BANCO ITAUCARD S/A a restituir ao autor R$214,56 por repetição de indébito, na forma do art. 42, parágrafo único, do CDC, acrescido de juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), desde a contratação; e 2) CONDENO o requerido BANCO ITAUCARD S/A a pagar R$10.000,00 ao autor a título de danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0622788-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Natali Gabrielli da Silva Mafra - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls. Retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0622833-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Roseane Pimentel Santa Rosa - REQUERIDO: Banco Itaú S/a, - Banco Itaucard S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623527-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Charles Guimarães Prestes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, REJEITO A PRELIMINAR e, no mérito, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM) - Processo 0623878-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jady dos Santos Mendonça - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 14/02/2020 às 08:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JANDERCLEIDE ROCHA DE SOUZA FIACADORI (OAB 11064/AM) - Processo 0623918-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE:

Jandercleide Rocha de Souza Fiacadori - REQUERIDO: Plural Gestao Em Planos de Saude Ltda - Unimed Fama - Federação das Unimeds da Amazônia - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que providencie a reativação do contrato de plano de saúde previamente contratado, no prazo de 7 dias, bem como seja cobrado o valor acordado no momento da adesão do plano, seja este o montante de R$ 445,51, por fim, que a parte demandada reenvie as faturas em aberto à parte autora para que esta venha a quitar seus débitos, no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00, até o limite de R$ 5.000,00. . Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 14/02/2020 às 09:45h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0623940-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Luiz Alberto de Oliveira Santos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a BIB CARTÃO DE CREDITO (5888), da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 14/02/2020 às 10:30h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0623941-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Luiz Alberto de Oliveira Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a BMG CARTÃO (6306), da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 14/02/2020 às 10:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0623942-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luiz Alberto de Oliveira Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a OLÉ BONSUC CARTÃO (6305), da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 14/02/2020 às 11:00h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623977-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Valdeci Jose Santos da Si - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a MORA CRED PESS, da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 14/02/2020 às 11:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0623981-15.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Tabernaculo - REQUERIDO: Keila Sales Ferreira de Souza - Paute-se audiência de conciliação na data de 13/02/2020 às 09:30h , nos termos do art. 53, § 1.º, da Lei 9.099/95, ocasião em que poderá oferecer Embargos à Execução. Expeça-se mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário, intimação para oferecer embargos e chamamento à audiência de conciliação (art. 53, §§ 1º e 2º, LJE). Quando da citação por oficial, que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias (artigo 829, CPC), contados do recebimento do mandado citatório, sob pena de penhora, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC) ou sua extinção (art. 53, §4º, Lei 9.099/95). Não efetuado o pagamento, Inicie-se a execução, promovendo as devidas buscas de bens junto aos Sistemas Bacenjud e Renajud, ex vi do Enunciado 147 do Fonaje e art. 837 do CPC. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MANOEL JOSE DE SANTANA (OAB 10780AM) - Processo 0623992-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMANTE: MANOEL JOSE DE SANTANA - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, declaro extintos os pedidos V e VI formulados na exordial, na forma do art. 51, II, da Lei 9.099/95, pelo que torno sem efeito a decisão de fl. 20. Acerca dos demais pedidos, JULGO-OS PROCEDENTES, termos em que: 1) DECLARO a nulidade do procedimento de recuperação de energia de fls. 82/108 relativo à Unidade de Consumo nº 0505210-6; 2) DECLARO a inexigibilidade de débitos relativo à diferença de consumo aferido no respectivo procedimento de recuperação de energia; e 3)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623995-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Luiz Siqueira dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a MORA CRED PESS, da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 17/02/2020 às 08:30h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0624015-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jean Michel Amorim de So. - REQUERIDO: .Banco Bradesco. - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a MORA CRED PESS, da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 17/02/2020 às 08:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências

pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MELO E DESIDERI ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 337/AM), ADV: IAGO HENRIQUE DE ALMEIDA LIRA (OAB 14727/AM) - Processo 0624022-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Thais de Souza Aires - Daniel Sacha Caminha Beserra - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000.00 (cinco mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Quanto aos demais pedidos atinentes à tutela antecipada, indefiro-os por ora, devendo ser melhor analisado após o devido contraditório. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 17/02/2020 às 09:00h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0624027-04.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mar da Silva Serviços Me - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Desta forma, determino a parte requerida que providencie o encerramento da suposta conta, no prazo de 7 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 17/02/2020 às 09:15h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0624028-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca Elisgardenia de Oliveira - REQUERIDO: Claro S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000.00 (cinco mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 17/02/2020 às 09:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: JULIANA BRENA DOS SANTOS FONSECA (OAB 9331/AM) - Processo 0624046-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sergio Barbosa de Andrade - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000.00 (cinco mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 17/02/2020 às 09:45h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0624088-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sizino Rodrigues Vieira Filho - REQUERIDO: Telefonica Brasil S.a. - Vivo - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar cobranças, referentes a suposta dívida, do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por cobranças realizada, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 17/02/2020 às 10:45h, na sala de conciliação deste cartório.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0624095-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Carlos Nogueira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a MORA CRED PESS, da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 17/02/2020 às 11:00h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0624108-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luiza Francisca da Costa Paes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a BMG CARTÃO, da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 17/02/2020 às 11:15h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: DAYLA LIMA DA SILVA (OAB 9316/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0625339-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Clydomar de França Sampaio Matos - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Claro S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0625664-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Salvador Clarindo Campelo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0626032-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Nelcilene Souza Araújo - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Ante o exposto,JULGO IMPROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que TORNO SEM EFEITO a decisão de fls. 42/44. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: KAWARY CAMPOS SILVA (OAB 13646/AM), ADV: JOSÉ

ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0626529-47.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: David Alves da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Banco Bradesco S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: SÉRGIO DE ALMEIDA PIMENTA (OAB 9288/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0626562-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Nivardo de Azevedo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, REJEITO A PRELIMINAR e, no mérito, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anna Cristhina Barbosa Massulo (OAB 14363/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Dayla Lima da Silva (OAB 9316/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Dorgival Sabino de Araújo (OAB 12971/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Flávia Krichanã dos Santos Rangel (OAB 7149/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Iago Henrique de Almeida Lira (OAB 14727/AM)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jandercleide Rocha de Souza Fiacadori (OAB 11064/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Juliana Brena dos Santos Fonseca (OAB 9331/AM)
Katiara Castro dos Santos (OAB 14011/AM)
Kawary Campos Silva (OAB 13646/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Liliane Cesar Corrêa (OAB 8393/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luísa Rocha Duarte (OAB 13633/MA)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Cláudio Cruz da Silva (OAB 6906/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
MANOEL JOSE DE SANTANA (OAB 10780AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Mariana Avelar Jaloretto (OAB 48414/DF)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mario Angelo Serra Cutrim (OAB 14242/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Melo e Desideri Advogados Associados (OAB 337/AM)
Natasha Chaves Akel Hauache (OAB 9505/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rebeca Braga Albuquerque Marinho Lopes (OAB 13063/AM)
Ricardo Afonso Branco Ramos Pinto (OAB 33405/DF)
Ricardo Carvalho Paixão (OAB 3742/AM)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sérgio de Almeida Pimenta (OAB 9288/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Welder Phellipe de Paiva Silva (OAB 12736/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA M. FILHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0115/2019

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0200202-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 1.654,80 (mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar improcedente o pedido de reparação por danos morais. No mesmo ato de intimação da

sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0200242-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar inexistente o débito que impugnado nesta demanda; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Confirmo a antecipação de tutela deferida às fls. 16. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JEAN PIERRE SILVA DA CUNHA (OAB 14161/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0200422-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Edgar Oliveira da Cunha - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a inexistência do débito impugnado no valor de R$ 2.865,20 (dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos), referente a fatura com vencimento em 27.12.2018, da unidade consumidora 0199703-3; 2) Julgo procedente o pedido de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária oficial, a contar da data desta decisão, bem como juros mensais de mora de 1%, a partir da citação, tudo até o efetivo cumprimento da obrigação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ROBERTO DA MOTA PRAIA JÚNIOR (OAB 6782/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: JÉSSICA CAVALHEIRO MUNIZ (OAB 107401/RS) - Processo 0200646-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: João Ramiro Marinho - REQUERIDO: BMG Seguros S.A. - LITSPASSIV: ANAPPS - Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0200859-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Lojas Óticas Americanas - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, Julgo extinto o processo sem apreciação do mérito, nos termos dos arts. 3º, caput, e 51, II, da Lei nº 9.099/95.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0201320-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERIDO: Seguros Sura S.a - Ante ao exposto, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0201681-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 1.995,00 (mil, novecentos e noventa e cinco reais), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0204235-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento em Consignação - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 4.746,76 (quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 3.055,00 (três mil e cinquenta e cinco reais) e o valor que recebeu de R$ 7.801,76 (sete mil, oitocentos e um reais e setenta e seis centavos), em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgo procedente o pedido de obrigação de fazer para determinar à SEAD (Secretaria do Estado de Administração e Gestão) para que se abstenha de efetuar descontos no contracheque da Autora em relação a dívida objeto da lide, devendo comunicar o cumprimento da ordem ao juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de crime de desobediência. Oficie-se; 4) Antecipo/confirmo a tutela de mérito para determinar a parte Requerida que, de imediato, suspenda qualquer cobrança/débito referente ao cartão de crédito objeto dos autos, bem como se abstenha de promover a inscrição do nome da parte autora em Órgão de proteção ao crédito, sob pena de execução forçada. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM) - Processo 0205944-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: AUTO ESCOLA DA VAL - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0600516-50.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A - Ante o exposto, Julgo procedente os embargos de declaração para chamar o feito a ordem e determinar a secretaria que efetue intimação das partes referente a sentença de fls. 81/82 dos autos, após a publicação, certifique-se o trânsito em Julgado. Sem custas. P. R. I.C.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0600686-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sérgio Araújo Caldeira Brant - REQUERIDO: Faculdade Metropolitana de Manaus Ltda - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Deixo de acolher o pleito de condenação em multa, eis que não vislumbro má-fé da parte Embargante. Ante o exposto, rejeito os embargos de

declaração. P. R. I.C.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0600703-53.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Valessa Medeiros Correa - Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, julgo procedente o presentes Embargos, e por via de consequência, reconheço o efetivo cumprimento da decisão proferida nos termos do art. 924, inc. II. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0600825-08.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S/A - Isto posto, julgo improcedente os presentes Embargos a Execução. À secretaria para intimar o Executado a efetuar o pagamento do saldo remanescente no valor R$ 810,00, sob pena de execução forçada. Em caso de Pagamento, extinta estará a presente execução nos termos do artigo 924, inc. II. Sem custas e honorários. P. R. I.C.

ADV: THAIZA MOREIRA DE SOUZA (OAB 10621/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0600917-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Irisleide da Rocha Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0601021-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Sandra Moraes Braga - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgo procedente o pedido para declarar nula de pleno direito a cláusulas de "Seguro Prestamista", retornando as partes ao estado anterior a contratação e por consequência, condenar o Requerido a restituição da quantia de R$ 76,52 (setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês contados da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM) - Processo 0601570-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: João Victor de Alencar Brandão - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante ao exposto, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0601837-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: João Batista de Lima Melo Filho - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Isto posto, julgo Improcedente os presentes Embargos a Execução. Transitado em julgado expeça-se alvará para levantamento do valor remanescente, penhorado em favor da parte Exequente/Embagado. Sem custas e honorários. P. R. I.C.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM) - Processo 0601885-74.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Corretagem - EXEQUENTE: Eleise Cristina Teles da Silva - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, Julgo extinto o processo sem apreciação do mérito, nos termos dos arts. 330, II e 783, do CPC.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0601926-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Terezinha Jales Fernandes Pinheiro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante ao exposto, Julgo Improcedentes os pedidos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM) - Processo 0602735-31.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Goreth Buzaglo Pinto - REQUERIDO: Banco Schahin S.a. - Ante o exposto, acolho presente embargo de declaração, para: 1) habilitar como herdeiros, na presente demando o Sr. Jeandreson Buzaglo Araujo e da Sra. Olga Cristina Buzaglo Araujo; 2) e deferir a gratuidade da justiça ao Embargante. P.R.I.C.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0602773-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Lindinalva Maria S Lucena - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar solidariamente as partes Requeridas a restituírem, em dobro, o indébito no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 42, do CDC; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar solidariamente as partes Requeridas ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0602921-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dirceu Gonçalves Pereira Junior - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar inexistente o débito que impugnado nesta demanda; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Confirmo a antecipação de tutela deferida às fls. 59. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM) - Processo 0602930-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antônio Albertino Filho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar inexistente o débito de R$ 32.504,69 (trinta e dois mil, quinhentos e quatro reais e sessenta e nove centavos); 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 6.986,00 (seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Confirmo a antecipação de tutela deferida às fls. 64. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por

cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0602978-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Paula Melo - REQUERIDO: Vivo S/A - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: "extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo".

ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: HAILDO JARBAS RODRIGUES (OAB 5304/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM) - Processo 0602999-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem - REQUERENTE: Deubson Rodrigues de Albuquerque - REQUERIDO: Paulo Cesar Freitas Dias - Diante do exposto, presto a tutela jurisdicional com resolução do mérito para Julgar procedente o pedido para condenar a Requerida a pagar a quantia de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0603073-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Amizadai Costa Carvalho - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a inexistência do débito que objeto dos autos, no valor de R$ 82,58 (oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos); 2) Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Transitado em julgado este decisum, oficie-se ao Serviço de Proteção ao Crédito-SPC e ao Serasa Experian, para que retirem o nome do Requerente de seus cadastros, quanto ao objeto da presente lide, tudo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de incorrerem em crime de desobediência.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0603074-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Amizadai Costa Carvalho - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a inexistência do débito que objeto dos autos; 2) Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM) - Processo 0603184-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rigonilze Costa - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: "extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo".

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0604108-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maura Cavalcante Rodrigues - RECLAMADO: BradesCard S/A - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: "extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo".

ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM) - Processo 0604142-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Helio Gomes Guimaraes - REQUERIDO: Ótica Veja S.a. - Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta, acolhe-se a exceção de pré-executividade para extinguir a presente execução, por ausência de intimação do Executado. Revogo os atos realizados após a sentença de mérito, inclusive a restrições realizadas no patrimônio do Executado. Após, Intime-se o executado para querendo manejar recurso inominado, ou adimplir voluntariamente a condenação no prazo legal. Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0604339-61.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: VALDERLENE DA COSTA PEREIRA - REQUERIDO: Vivo S/A - Pelo exposto, 1) Julgo improcedente os embargos a execução; 2) Condeno a parte Executada pelo descumprimento da obrigação de fazer exequenda na multa diária vencida que fixo no valor de R$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a contar dessa data. Intimem-se a parte Executada para, no prazo de 10 (dez) dias, cumprovar o pagamento arbitrado, sob pena de sofrer execução forçada. P.R.I.C.

ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0605301-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Lourenço Ferreira de Sousa Neto - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: "extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo".

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0605746-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Wilson Pablo de Almeida Paiva - REQUERIDO: Claro S/A - Trata-se de ação de indenização por danos materiais e danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não estão sendo prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que a parte Requerida, além de estar cobrando valores divergentes do plano contratado, cortou indevidamente a linha telefônica da parte Reqeurente (fls. 01/11). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que vem prestando os serviços de forma adequada (fls. 97/111); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Nessas circunstâncias, aplico a regra de julgamento para manter a presunção de veracidade da causa de pedir desta demanda consumerista (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC e arts. 373, 341 e 374, III e IV, do CPC) e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido, uma vez que, concretamente admitido nos autos como verdadeira a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao vício do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que os

descontos indevidos que se deram de forma reiterada e as falhas reiteradas na prestação de serviço da parte Requerida são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar a parte Requerida a restituir, em dobro, o indébito no valor de R$ 51,62 (cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos), acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 42, do CDC; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0605885-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Erivania Albuquerque da Silva - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: MONICA RODRIGUES VANZIN (OAB 12412/AM), ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM), ADV: ANTONINO MACHADO DA SILVA (OAB 7231/AM) - Processo 0605905-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: E.W.N.V. - REQUERIDO: F.E.F.B. - R.C.C. - P.G.S. - Diante do exposto, procedo ao julgamento do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de danos materiais em acidente de trânsito para condenar solidariamente os Requeridos a pagar a quantia de R$ 8.477,00 (oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais), com correção monetária e juros mensais de 1%, a partir do evento danoso, ocorrido em 23 de março de 2016; 2) Julgar improcedente a indenização pela depreciação do bem. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertido de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0605930-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Deusinete Moura de Lima - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar parcialmente procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 1.000,07 (mil reais e sete centavos), incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0606086-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jenny Cristine Simoes Mendonca - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0606460-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hilma Nazareth da Silva - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Itaú Unibanco S/A - Pagseguro Internet Ltda - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar solidariamente somente as partes Requeridas Banco Itaucard S/A e Pagseguro Internet Ltda ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0606496-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: M da Silva e Silva - Me - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Trata-se de ação de declaratória de inexistência de débitos c/c indenização por cobrança indevida c/c reparação por danos morais; Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços foram sendo prestados adequadamente e na forma contratada , e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que mesmo após o cancelamento do contrato, a Requerida continua cobrando valores já quitãos pela Requerente (fls. 01/09). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do defeito/vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que prestou os serviços de forma adequada (fls. 25/43); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Nessas circunstâncias, aplico a regra de julgamento para manter a presunção de veracidade da causa de pedir desta demanda consumerista (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC e arts. 373, 341 e 374, III e IV, do CPC) e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido, uma vez que, concretamente admitido nos autos como verdadeira a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor. E é dever do

fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao vício do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que as cobranças indevidas que se deram de forma reiterada são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar inexistentes os débitos referentes aos meses de fevereiro, março abril e julho de 2018; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0606579-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Peterson Marcelo do Nascimento Alves - REQUERIDO: Claro S/A - Ante ao exposto, Julgo Improcedentes os pedidos.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0606724-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Saulo Cumaru Inhamuns - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Trata-se de ação repetição de indébito e indenização por danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. E quanto a contestação da parte Requerida, verifico que a mesma, embora tenha alegado, não fez prova da existência do contrato entre ela e parte Requerente que lhe conferisse o direito ao recebimento dos valores descontados. Em razão, disso mantém-se a presunção de veracidade de que aludidos descontos são indevidos e que têm por causa os vícios nos serviços de cobrança da parte Requerida. Havendo a cobrança indevida, deve a parte restituir, em dobro, o indébito cobrado (arts. 39, III e parágrafo único, 42 e 46, do CDC). Dessa forma, condeno a parte Requerida à devolução, em dobro, da quantia indevidamente descontada da conta bancária da parte Requerente, cujo montante totaliza R$ 465,48 (quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), nos termos do art. 42 do CDC. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Quanto aos danos morais, considero que o desconto indevido é evento plenamente ensejador de abalo emocional e capaz de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar a parte Requerida a restituir, em dobro, o indébito no valor de R$ 232,74 (duzentos e trinta e dois reais e setenta e quatro Centavos), acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 42, do CDC; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0606871-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Diante a insuficiência de veículo em busca ao Sistema RenaJud, intimo V.Sa no prazo de 15(quinze) dias a indicar bens penhoráveis do executado.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0606992-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Haroldo Nunes Maia - REQUERIDO: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Ante ao exposto, Julgo Improcedentes os pedidos.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0607045-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elian Daniel Pimenta - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. e outro - Assim, indefiro o pleito constante a petições de fls. 168/173 dos autos. Isto posto, Julgo improcedente os presentes Embargos a Execução. E Determino o prosseguimento da Execução. P. R. I.C.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157407/SP) - Processo 0607263-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suely Santos de Souza - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda - Assim, Julgo extinto o processo sem resolução de mérito, em razão da carência de ação por falta de interesse de agir, com base nos arts. 783, 803, I e 485, VI do CPC. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0607430-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nabson da Silva Bahia - REQUERIDO: Banco do

Brasil S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgo procedente o pedido para declarar nula de pleno direito o contratos de "BB Seguro Agricultura Familiar", retornando as partes ao estado anterior a contratação e por consequência, condenar o Requerido a restituição da quantia de R$ 377,54 (trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês contados da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0607472-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Rodrigues da Fonseca - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Trata-se de ação de indenização por danos materiais e danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do produto fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não foram prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que a parte Requerida cancelou unilateralmente o contrato firmado enre as partes dez anos antes (fls. 01/08). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que prestou os serviços de forma adequada (fls. 94/110); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Assim, as provas colacionadas pela parte Requerente são bastante para comprovar a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao defeito do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que as falhas reiteradas na prestação de serviço da parte Requerida são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir do evento danoso em março de 2017. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: EMMANUEL SOUSA VIANA (OAB 12409/AM) - Processo 0607670-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Sousa da Silva - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgo procedente o pedido para declarar nula de pleno direito a cláusula de "Seguro SABEMI/SEG - PREVIDÊNCIA", retornando as partes ao estado anterior a contratação e por consequência, condenar o Requerido a restituição da quantia de R$ 15.680,84 (quinze mil seiscentos e oitenta e quatro centavos), com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês contados da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JESSICA SANTOS DE OLIVEIRA ATHAN (OAB 14225/AM) - Processo 0607865-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Viviane Fernandes Cavalcante - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 1.354,54 (mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ALEX VIEIRA DE SOUZA (OAB 14387/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607885-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Suelen Oliveira de Araújo - REQUERIDO: Sodecam - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda. (uninorte) - Ante ao exposto, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0608081-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Santos de Carvalho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido de declaração de nulidade e inexistência de dívida referente às faturas dos meses 7 e 8 de 2018; 2) Julgo procedente a condenação da Requerida à ressarcir o valor de R$ 1.957,04 a título de danos materiais, com base no Art. 42 do CDC, incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Julgo procedente o pedido para indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão,

bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: HILCIA REGINA LIMA DE AQUINO (OAB 5648/AM) - Processo 0608201-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mariana Pereira Carlotto - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgo procedente o pedido para declarar nula de pleno direito as cláusulas de "Seguro Bolsa Protegida" e "Seguro Desemprego Novo", retornando as partes ao estado anterior a contratação e por consequência; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0608272-37.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Walberto dos Santos Lima - REQUERIDO: Claro S/A - Trata-se de ação de indenização por danos materiais e danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não estão sendo prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que a parte Requerida não cumpre os termos contratuais, vez que não fornece a totalidade de internet do plano contratado pela parte Requerente (fls. 01/12). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do defeito/vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que vem prestando os serviços de forma adequada (fls. 20/47); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Nessas circunstâncias, aplico a regra de julgamento para manter a presunção de veracidade da causa de pedir desta demanda consumerista (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC e arts. 373, 341 e 374, III e IV, do CPC) e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido, uma vez que, concretamente admitido nos autos como verdadeira a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao vício do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que as falhas reiteradas na prestação de serviço da parte Requerida são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de obrigação de fazer para condenar a parte Requerida ao proceder com a disponibilização por completo do plano de internet contratado; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JORGE DE SOUSA OLIVEIRA (OAB 9455/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0608287-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jander Ferreira Araújo - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: ERIKA PAIVA PONCE E SILVA (OAB 10795/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0608299-25.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: CIRLENE DA SILVA E SILVA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 559,23 (quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e três centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 1.489,60 (mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos) e o valor que recebeu de R$ 2.048,83 (dois mil, quarenta e oito reais e oitenta e três centavos), em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 40. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0608455-76.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Arthur Cortez Monteiro Filho - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DIOGO

HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0608587-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vania Lucena da Silva - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Banco Bradesco S/A - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgo procedente o pedido para declarar nula de pleno direito a cláusula de "Seguro Sorte Grande", retornando as partes ao estado anterior a contratação e por consequência, condenar o Requerido a restituição da quantia de R$ 407,80 (quatrocentos e sete reais e oitenta centavos), com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês contados da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverão as partes vencidas serem instadas a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertidas de que, acaso não cumpram no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM) - Processo 0608809-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Andre Luis da Silva Santos - Isto posto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido da requerente e declaro nulo o contrato referente às cobranças impugnadas na inicial, bem como a inexistência do débito de R$ 1.695,72 (um mil seiscentos e noventa e cinco reais e setenta e dois centavos). Condeno a requerida ao pagamento da importância de R$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), atualizado pelos índices legais INPC - a partir do trânsito em julgado, mais juros moratórios de 1% ao mês, a partir do mesmo período, a título de danos morais e materiais. Transcorridos quinze dias após o trânsito em julgado, sem a manifestação da parte interessada, retornem-me os autos conclusos. Havendo pedido da parte, efetuem-se os cálculos pertinentes antes de proceder à execução. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9099/95.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: ALINE NEO SERRA (OAB 9825/AM), ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM) - Processo 0608925-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduardo Hajime Takahashi - REQUERIDO: Claro S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM) - Processo 0609030-26.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: CIRLEY MARIA MELO DA FONSECA - REQUERIDO: BANCO BONSUCESSO S/A - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM) - Processo 0609260-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniele da Silva Santos - Isto posto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido da requerente e declaro inexistente o débito de R$ 122,59 (cento e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos), condeno a requerida ao pagamento da importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), atualizado pelos índices legais INPC - a partir do trânsito em julgado, mais juros moratórios de 1% ao mês, a partir do mesmo período.Conformo a tutela concedida na Decisão Interlocutória de fl.18. Transcorridos quinze dias após o trânsito em julgado, sem a manifestação da parte interessada, retornem-me os autos conclusos. Havendo pedido da parte, efetuem-se os cálculos pertinentes antes de proceder à execução. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9099/95.

ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP) - Processo 0609617-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erica Nascimento Encarnação - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar improcedente o pedido de reparação por danos morais. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: RODRIGO COIMBRA DA ROCHA (OAB 13639/AM) - Processo 0610122-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Aroldo Rebolças da Silva - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito e indenização por danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não foram prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que a Requerida cobrou duas faturas indevidamente e de forma abusiva do Requerente (fls. 01/11). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que prestou os serviços de forma adequada(fls. 22/35); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Nessas circunstâncias, aplico a regra de julgamento para manter a presunção de veracidade da causa de pedir desta demanda consumerista (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC e arts. 373, 341 e 374, III e IV, do CPC) e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido, uma vez que, concretamente admitido nos autos como verdadeira a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao vício do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que os descontos indevidos que se deram de forma reiterada são eventos plenamente ensejadores

de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar a parte Requerida a restituir, em dobro, o indébito no valor de R$ 328,64 (trezentos e vinte e oito reais e sessenta e quarto centavos), acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 42, do CDC; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM) - Processo 0610133-63.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Katia Maria Vieira Pereira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Assim sendo, Julgo Improcedentes os pedidos.

ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: EMERSON TAVARES PEREIRA (OAB 8616/AM) - Processo 0610134-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Dalimar de Matos Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de débito e indenização por danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não foram prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que a Requerida nunca chegou a confirmar a adesão ao plano de saúde para o consumidor, parte mais frágil da relação jurídica, de modo que o débito foi gerado sem a ciência da parte Reuerente (fls. 01/17). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que prestou os serviços de forma adequada (fls. 53/62); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Nessas circunstâncias, aplico a regra de julgamento para manter a presunção de veracidade da causa de pedir desta demanda consumerista (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC e arts. 373, 341 e 374, III e IV, do CPC) e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido, uma vez que, concretamente admitido nos autos como verdadeira a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao vício do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que as faturas indevidos que se foram geradas sem conhecimento do Requerente de forma reiterada são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar a inexigíveis os débitos das faturas de dezembro/2017 a setembro/2018 no valor total de R$1.003,71 (um mil e três reais e setenta e um centavos); 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM) - Processo 0610244-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Nazare Almeida de Souza - Intimo V.Sa. a manifestar-se acerca do acordo sob fls. 121 a 123, haja vista que o mesmo não possui assinatura da parte autora, no prazo de 5(cinco) dias.

ADV: JOÃO GILSON PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 7675/AM) - Processo 0610554-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: R.A.L. - J.G.P.S.J. - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 1.222,62 (mil e duzentos e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 6.986,00 (seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução

(art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0610788-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carla Lopes Assunção - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Trata-se de ação de indenização por danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do produto fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não foram prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que houve o lançamento integral da compra que deveria ser parcelada em seis vezes na fatura do mês seguinte (fls. 01/06). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que prestou o os serviços de forma adequada (fls. 76/91); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Nessas circunstâncias, aplico a regra de julgamento para manter a presunção de veracidade da causa de pedir desta demanda consumerista (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC e arts. 373, 341 e 374, III e IV, do CPC) e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido, uma vez que, concretamente admitido nos autos como verdadeira a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao vício do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que a cobrança do valor integral na fatura do mês seguinte é evento plenamente ensejador de abalo emocional e capaz de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor de adquirir o produto com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 6.000,00 (seis mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: MARIA ISA LOPES DA SILVA (OAB 2585/AM) - Processo 0610993-98.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ANA CLAUDIA FERREIRA DA COSTA SILVA - Vistos etc. Processo em fase de execução. Compulsando-se os autos, verifico que este Juízo tentou encontrar, sem êxito, bens penhoráveis da parte executada. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95, Julgo Extinto o feito e determino o arquivamento dos autos. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente. P.R.I.C. Arquive-se.

ADV: CASILLO ADVOGADOS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 791/PR), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: MOZART IURI MEIRA CÓTICA (OAB 66269/PR) - Processo 0611072-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bruno de Oliveira Maia - REQUERIDO: Radiante Engenharia de Telecominicações Ltda - Assim sendo, Julgo procedente o pedido reparatório para condenar a Requerida Radiante Engenharia de Telecomunicações Ltda ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 14.970,00 (quatorze mil, novecentos e setenta reais) a favor do Requerente, incidindo-se correção monetária oficial da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% ao mês, a partir do evento danoso, em 21.04.2019. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM), ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG) - Processo 0611183-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria da Conceição Pimenta Fagundes Derzi - REQUERIDO: Mastercard Brasil Ltda - Banco Santander - LOJAS RENNER S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgo procedente o pedido para declarar nula de pleno direito a tarifa de “Alerta por SMS”, retornando as partes ao estado anterior a contratação e por consequência, condenar o Requerido a restituição da quantia de R$ 218,40 (duzentos e dezoito reais e quarenta centavos), com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês contados da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0611338-30.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0611410-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eva Cristian Lima Sampaio - Isto posto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido da requerente e condeno a requerida ao pagamento da importância de R$ 11.176,00 (onze mil cento e setenta e seis Reais), atualizado pelos índices legais INPC - a partir do trânsito em julgado, mais juros moratórios de 1% ao mês, a partir do mesmo período e, ainda, declarar a inexigibilidade do valor cobrado indevidamente pela empresa Requerida na quantia de R$ 558,80 (quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta

centavos). Transcorridos quinze dias após o trânsito em julgado, sem a manifestação da parte interessada, retornem-me os autos conclusos. Havendo pedido da parte, efetuem-se os cálculos pertinentes antes de proceder à execução. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9099/95.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0611484-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carmen Amorim da Graça - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Trata-se de ação de obrigação de fazer e indenização por danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não estão sendo prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que a Requerida cancelou unilateralmente a linha telefônica da Requerente sem seu conhecimento e anuência (fls. 01/14). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que vem prestando os serviços de forma adequada (fls. 92/108); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Nessas circunstâncias, aplico a regra de julgamento para manter a presunção de veracidade da causa de pedir desta demanda consumerista (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC e arts. 373, 341 e 374, III e IV, do CPC) e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido, uma vez que, concretamente admitido nos autos como verdadeira a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao vício do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que as falhas reiteradas na prestação de serviço da parte Requerida são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais) ante a conhecida impossibilidade de reestabelecimento da linha telefônica da Requerente, incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0611542-74.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: AGOSTINHO JOSÉ NORONHA - REQUERIDO: Ceres - Fundação de Seguridade Social - Isto posto, julgo Improcedente a presente Impugnação. Transitando esta em julgado, extinta estará a Execução, nos termos do Art. 924, II, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários. P. R. I.C.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0611587-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adila Maria Freire Salgado Pinto - Isto posto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido da requerente e condeno a requerida ao pagamento da importância de R$5.000,00 (cinco mil reais), atualizado pelos índices legais INPC - a partir do trânsito em julgado, mais juros moratórios de 1% ao mês, a partir do mesmo período. Confirmo a tutela concedida em Decisão Interlocutória de fl.41. Transcorridos quinze dias após o trânsito em julgado, sem a manifestação da parte interessada, retornem-me os autos conclusos. Havendo pedido da parte, efetuem-se os cálculos pertinentes antes de proceder à execução. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9099/95.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0611678-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Olinda Maria Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Trata-se de ação de indenização por danos materiais e danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não foram prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que foram feitas cobrança indevidas no cartão de crédito da Autora e a parte Requerida nada fez para corrigir a situação após a comunicação do fato (fls. 01/05). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do defeito/vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que vem prestando os serviços de forma adequada (fls. 22/36); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Nessas circunstâncias, aplico a regra de julgamento para manter a presunção de veracidade da causa de pedir desta demanda consumerista (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC e arts. 373, 341 e 374, III e IV, do CPC) e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido, uma vez que, concretamente admitido nos autos como verdadeira a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao vício do serviço que

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que os descontos indevidos que se deram de forma reiterada são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor/parte Requerente de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar a parte Requerida a restituir, em dobro, o indébito no valor de R$ 466,68 (quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos), acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 42, do CDC; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM) - Processo 0611738-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Andre Jean Figueiredo de Souza - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Assim sendo: 1) Julgo procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais) incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. 2) Julgo procedente o pedido do Autor a fim de que a Requerida proceda com a devida alteração de titularidade do veículo: POLO 1.6, PLACA 7549, ano 2003/2003 CHASSI nº 9BWHHB09A23P048464, RENAVAM 0081317365-5 do nome do Requerente para o Requerido AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A (AYMORE CFI) pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 07.707.650/0001-10; 3) Julgo procedente o pedido de danos materiais para condenar a Requerida a repetição do indébito, em dobro (art. 42, CDC), do valor gasto indevidamente pelo Requerente, qual seja R$ 5.713,68 (Cinco Mil Reais, setecentos e Treze Reais e Sessenta e oito Centavos). No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0611881-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nelson Nonato da Silva Barreiro - REQUERIDO: Claro S/A - Trata-se de ação de indenização por danos materiais e danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não foram prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que a parte requerida não fornecia o sinal de internet nem os serviços adicionais da forma contratada (fls. 01/19). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do defeito/vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que prestou os serviços de forma adequada e de que seu produto se presta ao fim que se destina (fls. 52/67); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Nessas circunstâncias, aplico a regra de julgamento para manter a presunção de veracidade da causa de pedir desta demanda consumerista (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC e arts. 373, 341 e 374, III e IV, do CPC) e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido, uma vez que, concretamente admitido nos autos como verdadeira a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao vício do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que os descontos indevidos que se deram de forma reiterada e as falhas reiteradas na prestação de serviço da parte Requerida são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar a parte Requerida a restituir, em dobro, o indébito no valor de R$ 743,28 (setecentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos), acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 42, do CDC; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: TIAGO ALBUQUERQUE LAZARINI DOS SANTOS (OAB

9946/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DENISE COÊLHO DE SOUZA (OAB 10520/AM) - Processo 0612033-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Elizabeth Simoes Cavalcante - REQUERIDO: C&A Modas Ltda. - BradesCard S/A - Banco Bradesco S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar as partes Requeridas a pagar solidariamente, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 2) A repetição do indébito a título de danos materiais para que as Requeridas paguem solidariamente o valor total de R$10.095,12 (Dez mil e noventa e cinco reais e doze centavos), nos termos do art. 42 do CDC. No mesmo ato de intimação da sentença, deverão as partes vencidas serem instadas a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertidas de que, acaso não cumpram no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM) - Processo 0612461-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nathacha Camara de Albuquerque - REQUERIDO: Lojas Americanas S.A. - ASSLITISC: Itaú Unibanco S/A - 1) Julgo procedente o pedido para condenar o Réu ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverão os Requeridos vencidos serem instados a cumprir, solidariamente, a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertido de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, §1º, do CPC).

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0612580-58.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERIDO: Claro S/A - Intimo V.Sa. a comprovar o pagamento do valor da condenação (R$ 12.002,00), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de execução.

ADV: JORGE GUEDES LOBO JUNIOR (OAB 14097/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JÚLIA VIEIRA DE CASTRO LINS BOTELHO (OAB A1210/AM) - Processo 0612646-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - LITSATIVO: Jose Nasser - Maria do Perpetuo Socorro Viana Ramos Nasser - LITSPASSIV: TAP - Transportes Aéreos Portugueses S/A - Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: “extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo”.

ADV: ALAN SANTOS DE ALBUQUERQUE (OAB 6815/AM) - Processo 0612781-50.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: GEORGE HARRAQUIAN B KISS - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0612916-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Inhapi dos Santos - Assim sendo, Decreto o abandono da causa e a consequente extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0613182-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque - REQUERENTE: Acrópole Instituições Educacionais Ltda - Epp - Diante disto, decreto o abandono da causa e a consequente extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil: Art. 485 - O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30(trinta) dias; Sem custas neste caso, devendo haver o recolhimento de custas em caso de nova interposição.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: EDSON LEITE RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO (OAB 36003/PE) - Processo 0613386-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Edney Madeira Ramos - REQUERIDO: Banco Volkswagen S/A - Diante do exposto, JULGO DESERTO O ALUDIDO RECURSO INOMINADO e determino que a Secretaria certifique o trânsito em julgado da respectiva Sentença.

ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM) - Processo 0616099-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Carla Vladiane Alves Leite - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAURÍCIO CÉSAR LEMOS PEREIRA (OAB 9822/AM) - Processo 0616133-45.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rocilene Cardoso de Carvalho - Ronaldo Oliveira de Carvalho - Diante a insuficiência de veículo em busca ao Sistema RenaJud, intimo V.Sa no prazo de 15(quinze) dias a indicar bens penhoráveis do executado.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0616204-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elizabete dos Santos Ramalheira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para revisar a fatura vencida em 06.07.2019 para o consumo de R$ 212,05 (duzentos e doze reais e cinco centavos); 2) Julgo procedente a compensação entre o saldo devedor, no valor de R$ 212,05 (duzentos e doze reais e cinco centavos), com o corresponde valor da indenização por danos morais, para efeito de extinguir aludidos débitos de energia elétrica pelo adimplemento integral da respectiva obrigação contratual; 3) Julgo procedente o pedido de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária a contar da data desta decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; devendo, por ocasião do pagamento do montante, ser abatido a título de compensação de créditos a quantia de R$ 212,05 (duzentos e doze reais e cinco centavos), devidamente atualizada e com juros de 1% ao mês. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM), ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0616736-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Helissandra Pampolha dos Santos - RECLAMADO: Med Lab Clinica Médica e Laboratório Ltda - Isto posto, julgo Improcedente os presentes Embargos a Execução. Ato contínuo prossiga-se a execução com as diligências de praxe. Sem custas e honorários. P. R. I.C.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: FELIPE GAZOLA

VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0616934-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos Antonio Vieira dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0616960-56.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Flávia Maria Riva Lins - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 6.126,96 (seis mil, cento e vinte e seis reais e noventa e seis centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 2.717,69 (dois mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e nove centavos) e o valor que recebeu de R$ 8.844,65 (oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 86. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0616963-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Aronaldo Saboia de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 389,37 (trezentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 5.541,20 (cinco mil, quinhentos e quarenta e um reais e vinte centavos) e o valor que recebeu de R$ 5.930,57 (cinco mil, novecentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos), em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 56. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC). P.R.I.C.

ADV: DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM), ADV: KARINA D'ARC LIMA DE SOUSA (OAB 11045/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0617199-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - RECLAMANTE: Álvaro Junior Assis da Silva - RECLAMADO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: SEVERINO RAMOS DA SILVA (OAB 2588/AM) - Processo 0617746-03.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Naildes Lopes Teixeira - REQUERIDO: Antônio Ferreira de Oliveira - Vistos etc. Processo em fase de execução. Compulsando-se os autos, verifico que este Juízo tentou encontrar, sem êxito, bens penhoráveis da parte executada. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95, Julgo Extinto o feito e determino o arquivamento dos autos. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente. P.R.I.C. Arquive-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PETRUCIO PEREIRA DE MAGALHAES JUNIOR (OAB 10185/AM) - Processo 0617984-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Lopes de Castro - REQUERIDO: Claro S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar improcedente o pedido de danos materiais; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ESTEFANI CAROLINI RIBEIRO DE SA (OAB 89287/PR), ADV: MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SA (OAB 33933/PR) - Processo 0619026-72.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Ek Formaturas Eireli - Epp - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0619091-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condominio Parque Residencial Jauaperi - Assim sendo, Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento dos débitos condominiais que objeto dos autos, cujo total soma R$ 1.139,92 (mil, cento e trinta e nove reais e noventa e dois centavos) acrescido de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0619150-89.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - " Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução. "

ADV: CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA (OAB 11677/CE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0619473-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Alzinei Franco Romaine - REQUERIDO: Aspbras - Associação dos Servidores Públicos Brasileiros - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0619496-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ricardo do Espírito Santo da Silva - Maria Aparecida Nunes da Silva - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A e outros - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de danos materiais para condenar solidariamente as partes Requeridas ao pagamento de R$ 4.678,28 (quatro mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar solidariamente as partes Requeridas ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de

1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0619708-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Adonias de Oliveira Mendes - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - À vista do exposto, Decreto a inépcia da petição inicial, indeferindo-a sem apreciação do mérito, nos termos dos arts. 330, § 1°, III e 485, I, do CPC. Sem custas e honorários, conforme art. 55, da Lei 9.099/95.

ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM), ADV: RENATA SOUSA DE CASTRO VITA (OAB 24308/BA) - Processo 0619840-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ciléia Costa Peixoto - REQUERIDO: Qualicorp Administradora de Benefício S/A e outro - Ante ao exposto, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM) - Processo 0619858-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - RECLAMANTE: Leon Omar da Cunha Ceequeira - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAFAEL FONDAZZI (OAB 58844/PR) - Processo 0620019-18.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: C G Neves Studio Fotográfico Ltda - Epp - Diante a insuficiência de veículo em busca ao Sistema RenaJud, intimo V.Sa no prazo de 15(quinze) dias a indicar bens penhoráveis do executado.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0620195-31.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Claudenor de Souza Piedade - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. No que tange a condenação em multa pleiteada pelo Embargado, deixo de acolhere aludido pedido, eis que não vislumbro má-fé da parte Embargante. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0620210-63.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda Epp - Diante do exposto, presto a tutela jurisdicional com resolução do mérito para Julgar procedente o pedido para condenar a Requerida a pagar a quantia de R$ 821,67 (oitocentos e vinte e um reais e sessenta e sete centavos), incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0620266-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernando C. R. Lopes Servicos-me - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0620370-88.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda Epp - Diante do exposto, presto a tutela jurisdicional com resolução do mérito para Julgar procedente o pedido para condenar a Requerida a pagar a quantia de R$ 1.183,93 (mil, cento e oitenta e três reais e noventa e três centavos), incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0620415-92.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - Diante a insuficiência de veículo em busca ao Sistema RenaJud, intimo V.Sa no prazo de 15(quinze) dias a indicar bens penhoráveis do executado.

ADV: GISELE SIMONE LIMA CERF LEVY (OAB 7123/AM), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0620586-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: S. Freitas de Araujo Me - REQUERIDO: BradesCard S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para Julgar procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 8.741,06 (oito mil, setecentos e quarenta e um reais e seis centavos), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0620754-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Aruanã Eireli-me - Diante do exposto, presto a tutela jurisdicional com resolução do mérito para Julgar procedente o pedido para condenar a Requerida a pagar a quantia de R$ 1.536,52 (mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta e dois centavos), incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0620935-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Hallef Rossette de Souza da Silva - Isto posto, Julgo totalmente improcedente o pedido da parte Requerente.

ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM), ADV: ENRIQUE FONSECA REIS (OAB 90724/MG) - Processo 0620986-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jessica Leonel Lima - REQUERIDO: Rv Tecnologias e Sistemas S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar inexistentes os débitos que impugnados nesta demanda; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 6.986,00 (seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; Oficie-se ao Serviço de Proteção ao Crédito-SPC e ao Serasa Experian, para que retirem o nome do Requerente de seus cadastros, quanto

ao objeto da presente lide, tudo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de incorrerem em crime de desobediência. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: NATACHA MARIA TORRES PORTUGAL MENDONÇA (OAB 20494/CE) - Processo 0621042-96.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Monica Maria de Andrade Torres Portugal - Diante a alienação fiduciária do veículo de fl.67, Intimo V.Sa. a manifestar, no prazo de 15(quinze) dias, interesse na execução do referido veículo.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0621708-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: João Bosco Paulo da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgo procedente o pedido para declarar nula de pleno direito a cláusula de "Seguro de Prestamista", retornando as partes ao estado anterior a contratação e por consequência, condenar o Requerido a restituição da quantia de R$ 513, 36 (quinhentos e treze reais e trinta e seis centavos), com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês contados da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: RAFAEL FONDAZZI (OAB 58844/PR) - Processo 0621737-50.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: C G Neves Studio Fotográfico Ltda - Epp - Diante a insuficiência de veículo em busca ao Sistema RenaJud, intimo V.Sa no prazo de 15(quinze) dias a indicar bens penhoráveis do executado.

ADV: BÁRBARA TRINDADE LOPES (OAB 9178/AM) - Processo 0621930-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paula Martins Francalacci - De ordem, fica designado o dia 04/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0621985-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Flex Comércio de Embalagens e Descartáveis Ltda (Ecorforte Ltda) - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0621988-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Josimar Firmino Mesquita de Assis Junior - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Trata-se de ação de repetição de indébito c/c danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do produto/serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Quanto ao mérito, a presunção de veracidade é reforçada a favor da demanda, porque na verdade a parte Requerida não procurou se desincumbir de seu ônus de prova e, porquanto verifica-se que, embora a contestação da parte Requerida guarde alguma conexão com a demanda destes autos, a mesma é formulada, em parte, por negação geral e, em outra parte, por argumentos genéricos que, por vezes, nem se amoldam a impugnar a pretensão da parte Requerente. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não foram prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que foram cobrados valores excedentes ao previsto no plano contratado pelo Requerente, referente a serviços indesejados (fls. 01/30). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que vem prestando os serviços de forma adequada (fls. 95/122); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. Nessas circunstâncias, aplico a regra de julgamento para manter a presunção de veracidade da causa de pedir desta demanda consumerista (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC e arts. 373, 341 e 374, III e IV, do CPC) e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido, uma vez que, concretamente admitido nos autos como verdadeira a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao vício do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que os descontos indevidos que se deram de forma reiterada são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor/parte Requerente de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar a parte Requerida a restituir, em dobro, o indébito no valor de R$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais), acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 42, do CDC; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0622394-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: F.E.R.J. - De ordem, fica designado o dia 27/09/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM) - Processo 0622463-24.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Carlos Alberto de Sales Junior - Diante a restrição judicial (de circulação) e alienação fiduciária do veículo de fl.42, Intimo V.Sa. a manifestar, no prazo de 15(quinze)

dias, interesse na execução do referido veículo. Caso não haja interesse, intimo VSa a indicar bens à penhora no mesmo prazo.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0622644-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Lucia Silva Farias - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar a parte Requerida a restituir, em dobro, o indébito no valor de R$ 440,20 (quatrocentos e quarenta reais e vinte centavos), acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 42, do CDC; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido quanto à obrigação de fazer para determinar a parte Requerida que se abstenha de efetuar as cobranças que objeto da demanda, sob pena de execução forçada. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: YURY CROIFF SANTOS THURY (OAB 8079/AM) - Processo 0622930-03.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Cristiano Arao Moraes da Fonseca - Diante a insuficiência de veículo em busca ao Sistema RenaJud, intimo V.Sa no prazo de 15(quinze) dias a indicar bens penhoráveis do executado.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0623007-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josely Alves de Lima - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM) - Processo 0623052-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Elizete Alves dos Santos - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0623208-04.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda Epp - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: “extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo”.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0623364-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Renato Santos de Abreu - Vistos etc... Relatório dispensado conforme art. 38 da lei 9099/95. Tendo em vista, os termos da Resolução n.º 12/2017, publicada no D.J.E. De 30/08/2017, deste Egrégio Tribunal de Justiça, que trata sobre a competência territorial para as demandas propostas no âmbito dos Juizados Especiais, verifico que o bairro de domicílio do Requerente (Monte das Oliveiras), descrito na inicial, pertence a competência abrangida pelo fórum Desembargador Lúcio Fonte de Rezende. Assim, a presente demanda não pode prosseguir nesse Juízo, por falta de competência territorial para a causa. Do exposto, Julgo extinto o processo e determino o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe, conforme inteligência do inciso III do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Intimem-se. Oportunamente, Arquivem-se os autos. P.R.C.

ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0623379-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Bastos Nunes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Pelo exposto, Declaro a prescrição da pretensão da demanda, motivo pelo qual Julgo extinto o processo com resolução do mérito de acordo, com o art. 487, inciso II do CPC.

ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM) - Processo 0623586-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Carla Vladiane Alves Leite - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 16:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VITOR GODINHO DAS CHAGAS (OAB 14192/AM) - Processo 0623751-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Vitor Godinho das Chagas - De ordem, fica designado o dia 02/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM) - Processo 0623825-95.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Heladio José Borba - Diante a insuficiência de veículo em busca ao Sistema RenaJud, intimo V.Sa no prazo de 15(quinze) dias a indicar bens penhoráveis do executado.

ADV: TEREZINHA TELES FERNANDES (OAB 6622/AM) - Processo 0623886-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marina Rio Negro Comércio e Prestação de Serviços Ltda - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0624004-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Centro Cultural de Ensino Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO RENATO DE LIMA SABELLI (OAB 10866/AM) - Processo 0624105-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Francisco Benedito Gaspar de Melo - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0625083-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: I.B.S. - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 1.183,29 (mil, cento e oitenta e três reais e vinte e nove centavos), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0625410-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Terry Williams de Medeiros Cantuario - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos da parte Requerente.

ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM) - Processo 0626080-89.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Francisco Paulino Dutra de Medeiros - Epp (Climesao - Clínica Médica de Saúde Ocupacional) - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: “extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo”.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM) - Processo 0626229-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Eraldo Campos de Souza - Isto posto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido do requerente e condeno a requerida ao pagamento da importância de R$ 659,68 (seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos), em dobro, a título repetição de indébito, dos meses de JUNHO/18 à NOVEMBRO/18, conforme art. 42 do CDC e, ainda ao valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais, atualizado pelos índices legais INPC - a partir do trânsito em julgado, mais juros moratórios de 1% ao mês, a partir do mesmo período. Transcorridos quinze dias após o trânsito em julgado, sem a manifestação da parte interessada, retornem-me os autos conclusos. Havendo pedido da parte, efetuem-se os cálculos pertinentes antes de proceder à execução. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9099/95.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0626272-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jusely Gomes Lopes - RECLAMADO: BradesCard S/A - Assim sendo: 1) Julgo procedente o pedido para declarar inexistente a dívida impugnada nesta demanda; 2) Julgo procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir do evento danoso em 06.10.2015. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: RENAN DO VAL BARROS (OAB 12341/AM) - Processo 0626368-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Carmelino Freire de Souza - RECLAMADO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Trata-se de ação de indenização por danos materiais e danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do produto fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não foram prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que a parte Requerida efetuou unilateralmente o cancelamento do serviço contratado pelo Requerente (fls. 01/12). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do defeito/vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que prestou os serviços de forma adequada (fls. 40/58); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Assim, as provas colacionadas pela parte Requerente são bastante para comprovar a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao defeito do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que as falhas reiteradas na prestação de serviço da parte Requerida são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor de adquirir o produto com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir do evento danoso em 01.05.2016; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0626450-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Andréa Figueiredo Silva Noronha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco S/A - Improcedente

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0626451-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Andréa Figueiredo Silva Noronha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgo procedente o pedido para declarar nula de pleno direito a cláusulas de Seguro Prestamista, retornando as partes ao estado anterior a contratação e por consequência, condenar o Requerido a restituição da quantia de R$ 2.332,18 (dois mil trezentos e trinta e dois reais e dezoito centavos), com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês contados da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: LUIZ EDUARDO DA NOVA BAHIA BRITTO (OAB 52995/BA), ADV: HELEN MARA BARROSO GUEDES (OAB 8481/AM) - Processo 0626486-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Tatiana Viana Neves - Me - REQUERIDO: Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar inexistente o débito que impugnado nesta demanda; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3)

Confirmo a antecipação de tutela deferida às fls. 28. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0627005-85.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - Diante a insuficiência de veículo em busca ao Sistema RenaJud, intimo V.Sa no prazo de 15(quinze) dias a indicar bens penhoráveis do executado.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0627027-46.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - Diante a insuficiência de veículo em busca ao Sistema RenaJud, intimo V.Sa no prazo de 15(quinze) dias a indicar bens penhoráveis do executado.

ADV: JONAS MARTINS NEVES (OAB 5326/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0627055-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - REQUERIDA: Maria Celeste Lessa Lima - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, Julgo extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço escudado no art. 485, VI, e § 3º, do Código de Processo Civil.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0627546-21.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condominio Parque Residencial Jauaperi - Diante a alienação fiduciária do veículo de fl.25, Intimo V.Sa. a manifestar, no prazo de 15(quinze) dias, interesse na execução do referido veículo.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LOUISE CAROLINE MIQUILES GUIMARÃES (OAB 9251/AM) - Processo 0627656-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: M do Socorro Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgo procedente o pedido para declarar nula de pleno direito a cláusulas de “Título de Capitalização”, retornando as partes ao estado anterior a contratação e por consequência, condenar o Requerido a restituição da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês contados da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0627725-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio View Club Home - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM) - Processo 0627886-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque - REQUERENTE: Brenno Pamplona Cavalcante - Diante a insuficiência de veículo em busca ao Sistema RenaJud, intimo V.Sa no prazo de 15(quinze) dias a indicar bens penhoráveis do executado.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0628112-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Equipe Ltda - Diante do exposto, presto a tutela jurisdicional com resolução do mérito para Julgar procedente o pedido para condenar a Requerida a pagar a quantia de R$ 1.224,16 (mil, duzentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos), incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0628188-91.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sharon Tate Marques do Nascimento - Dilciane Santos Ihara - REQUERIDO: Florence Garden Empreendimento Imobiliário Spe Ltda. - Ante ao exposto, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM) - Processo 0628373-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jobson Martins Pereira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, fixo os danos morais em cinco salários mínimos. Assim sendo: 1) Julgo procedente o pedido para declarar a inexistência do débito impugnado no valor de R$ 902,94 (Novecentos e dois reais e noventa e quatro centavos), referente a fatura com vencimento em 03.05.2018, da unidade consumidora 2241685-4; 2) Julgo procedente o pedido de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária oficial, a contar da datadesta decisão, bem como juros mensais de mora de 1%, a partir da citação, tudo até o efetivo cumprimento da obrigação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).Transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado. Por outro lado, havendo interposição de recurso inominado, intime-se a parte recorrida para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Secretaria das Turmas Recursais.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM) - Processo 0628801-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Moisés Israel Silva dos Santos - Nayara Caroline Paiva dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Assim sendo, 1) Julgo parcialmente procedente o pedido para revisar apenas a fatura vencida em 26.05.2018 para o consumo de R$ 128,31 (cento e vinte e oito reais e trinta e um centavos); 2) Julgo procedente a compensação entre o saldo devedor, no valor de R$ 128,31 (cento e vinte e oito reais e trinta e um centavos), com o corresponde valor da indenização por danos morais, para efeito de extinguir aludido débito de água pelo adimplemento integral da respectiva obrigação contratual; 3) Julgo procedente o pedido de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária a contar da data desta decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; devendo, por ocasião do pagamento do montante, ser abatido a título de compensação de créditos a quantia de R$ 128,31 (cento e vinte e oito reais e trinta e um centavos), devidamente atualizada e com juros de 1% ao mês; 4) Julgo os demais pedidos improcedentes. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO

(OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628944-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elizabete Bezerra da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim sendo, 1) Julgo improcedente o pedido de restituição do indébito; 2) Julgo procedente o pedido para revisar a fatura vencida em 25.10.2018 para o consumo de R$ 176,52 (cento e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos); 3) Julgo procedente a compensação entre o saldo devedor, no valor de R$ 176,52 (cento e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), com o corresponde valor da indenização por danos morais, para efeito de extinguir aludido débito de energia elétrica pelo adimplemento integral da respectiva obrigação contratual; 4) Julgo procedente o pedido de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária a contar da data desta decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; devendo, por ocasião do pagamento do montante, ser abatido a título de compensação de créditos a quantia de R$ 176,52 (cento e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), devidamente atualizada e com juros de 1% ao mês. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM), ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0629028-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Dayane da Silva Igreja - REQUERIDO: Motorola do Brasil S/A - Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Ante ao exposto, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ISABEL DA SILVA MEDEIROS (OAB 7178/AM) - Processo 0629220-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Roberto da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco S/A - Trata-se de ação de restituição de quantia paga seguro vida e previdência c/c repetição de indébito, indenização por danos materiais e morais com pedido de tutela de evidência. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não foram prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona provas de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que a Requerida procedeu com descontos indevidos durante mais de dez anos (fls. 43/54). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do defeito/vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que prestou os serviços de forma adequada (fls. 123/128); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Nessas circunstâncias, aplico a regra de julgamento para manter a presunção de veracidade da causa de pedir desta demanda consumerista (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC e arts. 373, 341 e 374, III e IV, do CPC) e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido, uma vez que, concretamente admitido nos autos como verdadeira a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao vício do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que os descontos indevidos que se deram de forma reiterada durante mais de dez anos são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração da parte Requerente de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar a parte Requerida a restituir, em dobro, o indébito totalizando o valor de R$ 9.918,20 (nove mil novecentos e dezoito reais e vinte centavos), acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 42, do CDC; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: EDSON BELMONT DE LIMA (OAB 8931/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0629248-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - RECLAMANTE: Raimundo Ailton do Carmo Pantoja - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de ação de indenização por danos morais. Relatório dispensado na forma do que dispõe o artigo 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. A presente demanda versa sobre contrato de consumo, pois a parte Requerente é destinatária final do serviço fornecido pela parte Requerida. Assim aplicáveis os preceitos do CDC para a boa solução desta demanda. E quanto a contestação da parte Requerida, verifico que a mesma, embora tenha alegado, não fez prova de que houve a contratação do empréstimo entre ela e parte Requerente que lhe conferisse o direito ao recebimento do valor referente ao empréstimo. Em razão, disso mantém-se a presunção de veracidade de que aludido empréstimo foi indevido e que tem por causa os vícios nos serviços da parte Requerida. (arts. 39, III e parágrafo único do CDC). Com efeito, verifico que a parte Requerente afirma que os serviços não foram prestados adequadamente e na forma contratada, e para tanto colaciona PROVAS de modo a corroborar as alegações de falha na prestação dos serviços consistente em que concedeu um empréstimo não solicitado pelo Requerente (fls. 01/11). E a parte Requerida caberia, para afastar a responsabilidade de reparar o decorrente dano alegado, a produção da prova da inexistência do vício alegado pelo consumidor ou de outra excludente da responsabilidade apontada

(art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC). E desse ônus probatório, a mesma não se desincumbiu, porquanto não restou comprovado em sua defesa as alegações de que prestou os serviços de forma adequada (fls. 86/100); mantendo-se, por consequência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo consumidor da ocorrência do dano em decorrência da prestação do serviço defeituoso. E não aproveita a parte Requerida a alegação de fato imprevisível, porquanto o fortuito interno, que é aquele inerente ao risco do próprio empreendimento e que ocorrido no momento da realização do serviço, não exclui sua responsabilidade de indenizar os danos sofridos pelo consumidor, conforme conhecida jurisprudência do STJ. Nessas circunstâncias, aplico a regra de julgamento para manter a presunção de veracidade da causa de pedir desta demanda consumerista (art. 12, § 3º, II e art. 14, § 3º, I, do CDC e arts. 373, 341 e 374, III e IV, do CPC) e, como o direito por ela alegado lhe aproveita, julgo pela procedência do pedido, uma vez que, concretamente admitido nos autos como verdadeira a existência do vício no serviço e a relação de causalidade entre o mesmo e o dano sofrido pelo consumidor. E é dever do fornecedor arcar com a reparação respectiva independentemente de avaliação de existência de culpa quanto ao vício do serviço que veio a causar o dano a vítima, (CDC, art. 12, caput e 14, caput, que fixa a responsabilidade objetiva do fornecedor em razão do risco da atividade). Quanto aos danos morais, considero que a concessão do empréstimo sem pedido ou autorização do Requerente é evento plenamente ensejador de abalo emocional e capaz de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano a que eventualmente à pessoa é exposta em seu convívio social. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa e cuja solução de fato somente tem perspectiva de alcançar com a realização compulsória do direito em face da parte Requerida que se omite e não agiu para corrigir o fato e reparar os danos causados. E provado o constrangimento ilegal, merece análise o quantum a ser indenizado. A fixação do valor da reparação a ser proporcionada ao consumidor repousa na compensação pelo dano e na injustiça de que foi vítima, inserindo-se como direito básico firmado no inciso VI, do artigo 6° do CDC. E o arbitramento da indenização por danos morais deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da lesão e deve servir também como medida educativa, obedecendo sempre aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir do evento danoso em 05.04.2018. 2) Julgar procedente o pedido para decretar a resolução do contrato objeto da demanda, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: IZIDORIO RAMOS FRANÇA NETO (OAB 14070/AM) - Processo 0629266-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Túlio Amós de Araújo Mendes - Skarlleth Roberta da Silva Oliveira - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, o que faço escudado no art. 485, VI, e § 3º, do Código de Processo Civil.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0629382-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Tereza Soares - RECLAMADO: BradesCard S/A - Assim sendo: 1) Julgo procedente o pedido para declarar inexistente a dívida impugnada nesta demanda; 2) Julgo procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir do evento danoso em 25.03.2014. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0629417-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Deisyane da Costa Brandão - RECLAMADO: BradesCard S/A - Assim sendo: 1) Julgo procedente o pedido para declarar inexistente a dívida impugnada nesta demanda; 2) Julgo procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir do evento danoso em 01.06.2017. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alan Santos de Albuquerque (OAB 6815/AM)
Alex Vieira de Souza (OAB 14387/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Neo Serra (OAB 9825/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antonino Machado da Silva (OAB 7231/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bárbara Trindade Lopes (OAB 9178/AM)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carla Vladiane Alves Leite (OAB 6976/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB 11677/CE)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Casillo Advogados - Sociedade de Advogados (OAB 791/PR)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)

Denise Coêlho de Souza (OAB 10520/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson Belmont de Lima (OAB 8931/AM)
Edson Leite Rodrigues de Oliveira Neto (OAB 36003/PE)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elci Simões de Oliveira Júnior (OAB 5543/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Emerson Tavares Pereira (OAB 8616/AM)
Emmanuel Sousa Viana (OAB 12409/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Enrique Fonseca Reis (OAB 90724/MG)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Erika Paiva Ponce e Silva (OAB 10795/AM)
Estefani Carolini Ribeiro de Sa (OAB 89287/PR)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Francisco Renato de Lima Sabelli (OAB 10866/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Gisele Simone Lima Cerf Levy (OAB 7123/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Haildo Jarbas Rodrigues (OAB 5304/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Helen Mara Barroso Guedes (OAB 8481/AM)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Hilcia Regina Lima de Aquino (OAB 5648/AM)
Horácio Perdiz Pinheiro Neto (OAB 157407/SP)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Isabel da Silva Medeiros (OAB 7178/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Izidorio Ramos França Neto (OAB 14070/AM)
Jean Pierre Silva da Cunha (OAB 14161/AM)
Jéssica Cavalheiro Muniz (OAB 107401/RS)
Jessica Santos de Oliveira Athan (OAB 14225/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Gilson Pereira da Silva Júnior (OAB 7675/AM)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Jonas Martins Neves (OAB 5326/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge de Sousa Oliveira (OAB 9455/AM)
Jorge Guedes Lobo Junior (OAB 14097/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Júlia Vieira de Castro Lins Botelho (OAB A1210/AM)
KARINA D'ARC LIMA DE SOUSA (OAB 11045/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Louise Caroline Miquiles Guimarães (OAB 9251/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo da Nova Bahia Britto (OAB 52995/BA)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Manuela Motta Moura da Fonte (OAB 20397/PE)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Maria Isa Lopes da Silva (OAB 2585/AM)
Maria Sebastiana Ribeiro de Sa (OAB 33933/PR)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Maurício César Lemos Pereira (OAB 9822/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michael Jorge Harraquian Neto (OAB 8938/AM)
MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Monica Rodrigues Vanzin (OAB 12412/AM)
Mozart Iuri Meira Cótica (OAB 66269/PR)
Natacha Maria Torres Portugal Mendonça (OAB 20494/CE)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Petrucio Pereira de Magalhaes Junior (OAB 10185/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Rafael Fondazzi (OAB 58844/PR)

Renan do Val Barros (OAB 12341/AM)
Renata Sousa de Castro Vita (OAB 24308/BA)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto da Mota Praia Júnior (OAB 6782/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Coimbra da Rocha (OAB 13639/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Severino Ramos da Silva (OAB 2588/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Terezinha Teles Fernandes (OAB 6622/AM)
Thaiza Moreira de Souza (OAB 10621/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Tiago Albuquerque Lazarini dos Santos (OAB 9946/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Vitor Godinho das Chagas (OAB 14192/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yury Croiff Santos Thury (OAB 8079/AM)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0154/2019

ADV: FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA SEGUNDO (OAB 7966/AM) - Processo 0618570-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Helio Pinto Ferreira - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO, fls, 157/159, juntado aos autos. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS NAZARÉ (OAB 8890/AM) - Processo 0621798-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Jorge Matias de Castro - De ordem, fica designado o dia 24/01/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIELLE CRISTINE DE CARVALHO CORDEIRO (OAB 10414/AM) - Processo 0622370-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Raimunda de Souza Printes - De ordem, fica designado o dia 24/01/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LILIANE CESAR CORRÊA (OAB 8393/AM) - Processo 0622873-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Irineu Mattos da Silva - De ordem, fica designado o dia 24/01/2020 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: YASMINE BORGES SARRAFF DE REZENDE (OAB 14546/AM) - Processo 0623258-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Daniel Guedes de Carvalho - De ordem, fica designado o dia 24/01/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Danielle Cristine de Carvalho Cordeiro (OAB 10414/AM)
Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB 7966/AM)
José Antônio dos Santos Nazaré (OAB 8890/AM)
Liliane Cesar Corrêa (OAB 8393/AM)
Yasmine Borges Sarraff de Rezende (OAB 14546/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉ LUÍS NEVES HAYDEN
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0153/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0205750-39.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls.92 antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: DIEGO RAMON DE MENEZES LUCAS (OAB 11863/AM) - Processo 0212463-06.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Petronilio Antonio A de Lima - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 30 de julho de 2019.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0600021-98.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Cebach - Centro Educacional Batista da Chapada - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos.

ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM) - Processo 0600592-69.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Francisco Elias Bezerra - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 26 de julho de 2019.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0601104-18.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Jamil Ribeiro da Silva - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 26 de julho de 2019.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0601130-16.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto Brasileiro de Educação Ester - IBEE - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 29 de julho de 2019.

ADV: FELIPE CHADS AZEREDO (OAB 13559/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: JULIANA FERNANDES DOS SANTOS (OAB 292422/SP), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: ANDRÉ GONÇALVES DE ARRUDA (OAB 200777/SP) - Processo 0601346-42.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização do Prejuízo - REQUERIDO: API SPE 22 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliarios Ltda - CONDOMÍNIO VIEW CLUB HOME - De ordem, à vista do bloqueio de fls.279/280 antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0602104-53.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Vila do Saber - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 30 de julho de 2019.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ) - Processo 0604843-

33.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls.147 antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: VALDECI SOARES DA SILVA (OAB A600/AM) - Processo 0605483-65.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Jose Maria Santos da Silva - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM) - Processo 0607888-16.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rosinere Pereira da Silva - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar nos autos os cálculos de execução, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: CRISTIANO TEIXEIRA CAVALCANTE (OAB 8293/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA FRAZÃO (OAB 5701/AM) - Processo 0608021-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gabriel Henrique Lira Pinto - REQUERIDO: Claro S/A - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTE o pedido do autor, com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Indefiro o pedido de justiça gratuita ao autor por não restarem comprovado nos autos, prejuízos à sua subsistência. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: FERNANDA DE ANDRADE REBOUÇAS SAMPAIO (OAB 8450/AM) - Processo 0608022-77.2014.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Rafael Duarte Machado - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 30 de julho de 2019.

ADV: ANDREIA MARQUES DE CASTRO MONTEIRO (OAB 12941/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0608631-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josué Panduro Pereira - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0608885-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria das Graças Nunes de Araujo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM) - Processo 0609847-85.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ELMA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - EIRELI - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 30 de julho de 2019.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES (OAB 7806/AM) - Processo 0610417-03.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Estabelecimentos de Ensino - REQUERIDO: Mhc Feijó de Oliveira - Me (Centro Educacional Agnus Dei) - ATO ORDINATÓRIO Diante do requerimento do Exequente às fls. 60/63, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$3.961,24 (três mil novecentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação. Manaus, 24 de julho de 2019.

ADV: JORGE LUIZ VIANA DE CARVALHO (OAB 8291/AM) - Processo 0610655-56.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Jurandy Mattos dos Santos - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 29 de julho de 2019.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0611927-56.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: JOSUE BREVES DA SILVA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls.312 á 314, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 11.636,49 (Onze mil seiscentos e trinta e seis reais, e quarenta e nove centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, via Bacenjud.

ADV: CAMILA LOUREIRO YOSHIMURA (OAB 9436/AM) - Processo 0612415-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Isaura Dutra Lindoso - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0614195-78.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 30 de julho de 2019.

ADV: GISELLA MOURA DE PAIVA (OAB 7184/AM) - Processo 0615144-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gisella Moura de Paiva - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 12/09/2019 às 11:15h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM) - Processo 0615896-45.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Francisca Ferreira da Silva - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 26 de julho de 2019.

ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM) - Processo 0616546-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Raimunda Bezenha Façanha - Jarles Bezerra Façanha - Jeony Bezerra Façanha - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ( ) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; ( ) o valor da causa adequado ao teto dos Juizados Especiais

Cíveis, qual seja 40 (quarenta) salários mínimos; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa; ( ) o comprovante de que o requerido é, de fato, proprietário do imóvel sob o qual pendem as taxas condominiais aduzidas; ( ) o títulos extrajudiciais que sustentam o petitório inaugural;

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: HENRIQUE LUÃ FURTADO GRANGEIRO (OAB 12024/AM) - Processo 0616881-77.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jose Adenildo Santana Grangeiro - REQUERIDO: Pdg Incorporadora, Contrutora, Urbanizadora e Corretora Ltda - Diante do requerimento do Exequente às fls. XX, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 12.087,41 (Doze mil oitenta e sete reais, e quarenta e um centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, sob pena de bloqueio on line.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM) - Processo 0617339-31.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Execução Contratual - EXEQUENTE: Multipla Educacional Ltda - Epp (Mc Tech Manaus) - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 30 de julho de 2019.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0618130-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nivaldo Assunção dos Santos - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCILENE DE SOUSA NUNES (OAB 7687/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0618776-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Messias Rosario de Oliveira - DESPACHO Indefiro o pedido de f. 386/388. Proceda à Secretaria intimando a parte recorrente Messias Rosário de Oliveira, para recolher o preparo e custas processuais, no prazo de 48 horas, sob pena de deserção. Intimem-se. Cumpra-se. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 25 de julho de 2019.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0619044-93.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 30 de julho de 2019.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0619877-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mirtes Martins dos Santos - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB 13241/AM), ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM) - Processo 0621986-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Munique da Silva Justino Marques - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ante ao exposto, na forma do Art.487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos do autor, para o efeito de extinguir o processo com julgamento do mérito. Indefiro o pedido de justiça gratuita por não restar provado nos autos prejuízo à sua subsistência. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0622749-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Marcos Ferreira de Brito - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, na forma do art. 487, I do CPC, Julgo Parcialmente PROCEDENTE o pedido do autor, para condenar o requerido a restituir o autor a quantia de R$ 7.842,74 (sete mil oitocentos e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos), referente ao dobro do que fora descontado indevidamente (MORA CRED PESS), com juros e correção monetária a contar da citação. Julgo Improcedente os Danos Morais. Ratifico a decisão de fls.63, referente ao objeto da presente demanda, tornando seus efeitos definitivos. Indefiro o pedido de gratuidade de justiça para o autor, por não vislumbrar prejuízos à sua subsistência. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. A sentença deve ser cumprida espontaneamente no prazo de 15 dias, sob pena de sofrer a majoração da ordem de 10%. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P. R. I. C.

ADV: ARIJONES BONFIM DA SILVA (OAB 6434/AM) - Processo 0623892-60.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Mg Serpa Epp - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 30 de julho de 2019.

ADV: ADRIANA BARBOSA SODRÉ FLORES (OAB 4273/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: DANIEL SODRÉ GURGEL DO AMARAL (OAB 7902/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0706425-52.2012.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: ANA CAROLINA MOREIRA TAVARES - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 29 de julho de 2019.

Adriana Barbosa Sodré Flores (OAB 4273/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Gonçalves de Arruda (OAB 200777/SP)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andreia Marques de Castro Monteiro (OAB 12941/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arijones Bonfim da Silva (OAB 6434/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Camila Loureiro Yoshimura (OAB 9436/AM)
Cristiane Barbosa Rodrigues (OAB 7806/AM)
Cristiano Teixeira Cavalcante (OAB 8293/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniel Sodré Gurgel do Amaral (OAB 7902/AM)
Diego Ramon de Menezes Lucas (OAB 11863/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Chads Azeredo (OAB 13559/AM)
Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB 8450/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gisella Moura de Paiva (OAB 7184/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Henrique Luã Furtado Grangeiro (OAB 12024/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Jorge Luiz Viana de Carvalho (OAB 8291/AM)

José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Fernandes dos Santos (OAB 292422/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcilene de Sousa Nunes (OAB 7687/AM)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Maria da Conceição Teixeira Frazão (OAB 5701/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mylene Costa Maciel Façanha (OAB 4835/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Valdeci Soares da Silva (OAB A600/AM)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0203/2019

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0201657-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0206143-95.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Aline Souza Leão Perdiz - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0600359-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Carlos Fabian Rosas de Sousa - REQUERIDO: Crefisa S/A Crédito Financiamento e Investimentos - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ANDRÉA SANTOS DA SILVA (OAB 13093/AM), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0600757-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alex Lima Pedroso - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: HENRIQUE BARCELOS BUCHDID (OAB 5913/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0600835-42.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Village Vert - De ordem, do MM Juiz de Direito titular, Dr. Fábio César Olintho de Souza, intimo a parte ré, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 CPC, manifestar-se sobre

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0601266-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Larissa Silva de Araújo - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: THARRANE DE MATOS SAMPAIO DA SILVA (OAB 10108/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0601663-09.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Anete de Vasconcelos Marruch - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM) - Processo 0601674-67.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Francisco Cloacir Chaves Figueira - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0601832-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rubevaldo da Silva Ramos - REQUERIDO: RZD Comércio de Veículos Ltda. - MAVEL - Banco Santander Brasil S/A - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0602828-23.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jucimar Araújo Guimarães - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é

regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: MARCELO DE FIGUEIREDO ARRUDA (OAB 4505/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM) - Processo 0603153-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Jose Alves de Figueiredo - REQUERIDO: Três Comércio de Publicidade Ltda - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0604002-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marilcy do Perpétuo Cardoso Batista - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604482-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jucineide Carvalho de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0604550-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Hercules Antonio Ribeiro Freire - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MARILENE BALBI DE ALBUQUERQUE (OAB 12492/AM), ADV: ROBERTO AMARAL ARRUDA FILHO (OAB 10034/AM) - Processo 0604876-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Fabio Jhones Correa - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0604999-21.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jobson Oliveira dos Santos - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0605538-55.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Artemiza Virginio de Moura - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605658-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Damião Pires da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ANÍSIO MARQUES VALENTE NETTO (OAB 13255/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0605869-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlene Dias Dinelly - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: RITA DE CÁSSIA RAMOS DE ANDRADE (OAB 7220/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0605986-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Diana Campos do Amaral - REQUERIDO: Booking.com Brasil Serviços de Reservas Ltda. - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB 1140A/AM) - Processo 0606019-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcus Vinícius de Sousa Baldoíno Araújo - REQUERIDO: Ebazar.com.br Ltda (mercadolivre) - Mercadopago.com Representações Ltda - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor,

por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0606083-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eliza do Carmo de Oliveira da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0606540-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Claudia da Silva Mesquita - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A e outro - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0606544-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Francisco Sinfronio Batalha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: EUSENEIDE ALVES DE SOUSA (OAB 12853/AM) - Processo 0606673-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: José Ferreira de Oliveira - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0606959-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sara de Carvalho Lopes Barros - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0607038-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Tome Santos da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: MICHELLEN DE LIMA AVES (OAB 10367/AM), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM) - Processo 0607091-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sabrina Quara dos Santos - REQUERIDO: Copa Airlines - Compañia Panameña de Aviacion S.a. - intimo a parte ré para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados às f. 110/111.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0607336-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: João José da Silva Costa - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de incluir o nome da Parte Autora no Cadastro de Inadimplentes dos Órgãos de Proteção de Crédito, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, bem como que se abstenha de emitir faturas em nome da parte autora referentes à matrícula 4920503-0, a partir da competência do mês próximo, podendo o réu, imediatamente, cortar qualquer serviço de fornecimento de água que esteja sendo prestado para a residência do autor, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 22 de janeiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0607486-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Marcos Fábio de Sá Ferreira - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: MÁRYKA LUCY DA SILVA MENDES (OAB 9560/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0607750-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Rebelo Ferreira - REQUERIDO: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - Embratel - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ), ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM) - Processo 0607873-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inscrição / Registro da Embarcação - REQUERENTE: Wanessa Cavalcante Fecury Soares - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608017-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE:

.Edilson Barros de S - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM) - Processo 0608673-96.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Nonato Gabriel Figueira Silva - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 23 de janeiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0608947-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marília Oliveira Cabral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0609060-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elza Furtado Abrahim - REQUERIDO: Claro S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0609349-52.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Anna Cristina Donato - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0609467-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Patronio da Cruz e Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM) - Processo 0610580-46.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Escola Educando Com Carinho Ltda - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM), ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0610856-14.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - REQUERIDO: Luiz Frank Bentes Rabelo - Civilcorp Incorporações - INTIME-SE a parte interessada para conhecimento do teor dos documentos de fls. antecedentes.

ADV: FRANCISCO ROBERTO FONSECA GÓES (OAB 9802/AM), ADV: TIANA CARLA DE CASTRO BARBOSA (OAB 10719/AM), ADV: CAMILA PONTES TORRES (OAB 12280/AM), ADV: ADELSON LIMA GONÇALVES (OAB 8175/AM) - Processo 0610990-17.2013.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO SIMON BOLIVAR - REQUERIDO: PAULO ROBERTO FONSECA DE GÓIS - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JOÃO PAULO REIS GARZON (OAB 9542/AM) - Processo 0611039-48.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Florencio de Oliveira - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: ANDRÉA SANTOS DA SILVA (OAB 13093/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0611306-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Celhondina da Silva e Silva - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as

nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0612022-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Nunes de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0612073-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Felipe Honda de Souza - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0613331-40.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ceproeducar Ltda - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0613665-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Vera Lucia Maciel de Alencar - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0614791-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Hiran Palmeira de Assunção - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM) - Processo 0615222-62.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - Parte executada ciente, nos termos do teor do oficial de justiça de fls. 38.

ADV: KAWARY CAMPOS SILVA (OAB 13646/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0615593-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Guilherme Dourado do Nascimento - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM), ADV: LEILA PRISCILLA PONCIANO DE SOUZA (OAB 12460/AM) - Processo 0616190-63.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wilson Pablo de Almeida Paiva - REQUERIDO: Condomínio Residencial Bella Vista - Trato de processo em fase de cumprimento de sentença (título executivo judicial) em que a parte devedora pretende parcelar o débito, nos termos do art. 916, do NCPC, única hipótese legal autorizativa de parcelamento de valor contido em título executivo. Contudo, o mesmo artigo, em seu parágrafo 7º, assim dispõe: "§ 7oO disposto neste artigo não se aplica ao cumprimento da sentença." grifei. Ou seja, há expressa vedação legal, à qual estou vinculado, pela impossibilidade do parcelamento pretendido. Assim, por impossibilidade legal, indefiro o pedido de parcelamento. Nos termos do art. 6 da Lei 9.099/95, concedo prazo de 5 dias para que a parte ré complemente o valor a ser pago, de modo que espelhe, exatamente, o conteúdo do título executivo judicial. Lado outro, expeça-se alvará judicial em relação ao valor depositado, tido como incontroverso. P.C.I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616342-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Calixto Hagge Neto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM) - Processo 0617506-77.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PÂMARA SILVA DE LIMA (OAB 13886AM), ADV: PATRICIA SILVA DE LIMA (OAB 11434/AM) - Processo 0618017-12.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Maria Vitoria Silveira Marcos - encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: PÂMARA SILVA DE LIMA (OAB 13886AM), ADV: PATRICIA SILVA DE LIMA (OAB 11434/AM) - Processo 0618017-12.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento

de vôo - REQUERENTE: Maria Vitoria Silveira Marcos - intimo a parte executada a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à restituição dos valores depositados às fls. 106 por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Prazo de 15 dias.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0618262-23.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial "praia dos Passarinhos" - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0619172-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Florence Garden - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0619200-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Florence Garden - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0619213-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Florence Garden - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0619487-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eucilene Maria da Cunha Teixeira - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0619522-67.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: C P Comércio de Equipamentos de Telefonia e Serviços de Segurança Ltda - Epp - INDEFIRO o pedido 4.1 de fl. 9, em razão do art. 54, caput, Lei 9.099/95. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 23 de janeiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0619683-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Nilson da Silva Batista Neto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0619683-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Nilson da Silva Batista Neto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: JORDAN DE ARAÚJO FARIAS (OAB 12125/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0619914-41.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jordan de Araújo Farias - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0620128-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Renata Maria Vieira Neves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero ausente o perigo na demora, nos termos do art. 300, NCPC, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora porque os descontos datam de 2013, tendo a parte autora sobrevivido até o momento sem maiores problemas, a despeito dos descontos havidos. Cumpra-se decisão de fl. 121. P.C.I.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0620365-32.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0620367-02.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM), ADV: FERNANDA DE ANDRADE REBOUÇAS SAMPAIO (OAB 8450/AM) - Processo 0620598-97.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: E.C.E.C.Q.P.A.E. - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0621177-45.2017.8.04.0015 - Cumprimento

de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria das Graças Moreira Paiva - INTIME-SE a parte ré/executada para se manifestar a respeito do comprovante de depósito de fl. 159 no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0621209-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Leoncio Ribeiro Tavares - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0621441-28.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0621684-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: João Ricardo Rodrigues Maia - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0621806-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Bosque Residencial Kopenhagen - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0622272-13.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Lucio dos Santos Cardoso - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: JOSÉ HILTON RIBEIRO BARROS (OAB 11848/AM) - Processo 0622302-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Claudio Souza da Silva - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos de fls. 15/19, considero ausente perigo de dano de difícil reparação, pelo que INDEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, pois os descontos datam de 2018 e, em caso de procedência do pedido, o autor requereu repetição de indébito em dobro, o que afasta alegação de dano irreparável. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de fevereiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0622422-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria de Fatima Negreiros - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 01 de novembro de 2019, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ALOYSIO LOPES SANTOS (OAB 10147/AM) - Processo 0622426-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paula Cristina Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré proceda o restabelecimento do serviço declinado na petição inicial, até ulterior deliberação deste Juízo, no prazo de 5 dias, nos termos do art. 77, do CPC. Cumpra-se decisão de fl. 26. P.C.I.

ADV: GISELLA MOURA DE PAIVA (OAB 7184/AM) - Processo 0622555-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Duvani dos Santos Gomes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0622601-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luciana Dias Correia - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Conforme decisão exarada nos autos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000511-49.2018.8.04.9000 (IRDR), originado no Recurso Inominado nº. 0605626-10.2017.8.04.0020, ordenou-se a suspensão dos processos de conhecimento que versem sobre (i) legalidade das cobranças da tarifa bancária denominada "cesta básica de serviços", "cestá fácil" ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a existência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); (ii) a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos à pessoa do correntista e (iii) ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Assim, cumpra-se a decisão, baixando-se e suspendendo-se o feito até pronunciamento em sentido contrário. Suspensão que inclui processos pendentes de prazo recursal. Prejudicada eventual audiência designada. Cancele-se, caso pautada.

ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM), ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM), ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM) - Processo 0623033-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Adalberto Ferreira de Oliiveira - REQUERIDO: Abner Jorge Martiniano Barbosa - Luiz Rogerio de Andrade Mello - Me - Deixo de receber o recurso, eis que deserto, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95 c/c ar. 3, § 1º do prov. 256 da CGJ/AM, disponibilizado no DJE de 30.07.2015, verbis, respectivamente: 54 - Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas

processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. Art. 3, §1º No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. Grifei. Cumpre esclarecer que mencionado Provimento entrou em vigor na data de sua publicação, nos termos do seu art. 7º, sendo a presente decisão, portanto, cumprimento de ordem de ato normativo do Exmo. Sr. CGJ/AM. Certifique-se o trânsito em julgado. Arquive-se até eventual pedido de execução.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: NEILA DO ROSÁRIO MONTEIRO DA SILVA (OAB 11841/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0623088-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Anaxandro Araújo de Alencar - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM) - Processo 0623116-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Karla Cristina Nogueira Coelho - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29 de janeiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM) - Processo 0623172-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - RECLAMANTE: Antonio Junior Rosa da Costa - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré proceda a suspensão dos descontos, bem como que se abstenha de incluir o nome da Parte Autora no Cadastro de Inadimplentes dos Órgãos de Proteção de Crédito, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 23 de janeiro de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0623210-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundinha Reis da Silva - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a parte ré se abstenha de efetuar cobranças a partir da competência do mês próximo, sob a rubrica “CART CRED ANUID”, nos termos do art. 297, CPC/15 . Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 21 de janeiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JOÃO PAULO GOMES MONTEIRO BARBOSA (OAB 8657/AM) - Processo 0623218-48.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Leonardo Lacerda Filgueira - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0623242-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria de Belém Cardoso de Andrade - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 23 de setembro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0623268-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gilberto Diniz Maciel - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29 de janeiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM) - Processo 0623380-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Helena Vieira da Costa - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 08 de novembro de 2019, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis

que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. Em expediente apartado, notifique-se a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, assim providenciando a Secretaria. P.C.I.

ADV: JULIANE SCHMITZ BEZERRA (OAB 7873/AM) - Processo 0623480-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Mauricio Pardo - Inverto o onus probandi em favor do consumidor. CITE-SE. Paute-se a competente audiência de conciliação entre as partes. P.C.I.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0623509-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Frank Rodrigues - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 23 de janeiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0623534-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Alecxandra da Costa Bastos - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré proceda o restabelecimento do serviço declinado na petição inicial, bem como que se abstenha de cobrar indevidamente, de qualquer maneira, o valor colocado em litígio, inclusive através de inclusão do nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de crédito, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 22 de janeiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ALINE LAREDO PINTO (OAB 4187/AM) - Processo 0623598-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: João Luiz Rodrigues Simões - Fl. 2 - O autor alega que é dependente de plano de saúde que está em nome de mãe Adnir de Melo Lins. No documento de identidade do autor apresentado em fl. 19, o nome de sua mãe é Arlete Rodrigues Simões, diferente daquele informado pelo autor. Igualmente, na inicial não foi informada a data de cancelamento do plano de saúde. Por essa razão, intime-se o autor para que informe qual a sua relação com a titular do plano de saúde Adnir de Melo Lins, bem como para informar a data em que foi notificado do cancelamento do plano de saúde. Prazo de 15 dias. P.C.I.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0623643-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cláudia Maria M. B. Graça - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 28 de janeiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0623649-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Hipoteca - REQUERENTE: Adelaide Gomes Martins - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 28 de janeiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. Em expediente apartado, notifique-se a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, assim providenciando a Secretaria. P.C.I.

ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM) - Processo 0623706-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carla Lima Clemente Silva - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de cobrar indevidamente, de qualquer maneira, o valor colocado em litígio, inclusive através de inclusão do nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de crédito, caso já o tenha feito, exclua o nome da parte autora até ulterior deliberação deste Juízo, no prazo de 05 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 28 de janeiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0623738-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Poliana do Nascimento Costa - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 28 de janeiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias

que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0623746-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Karina Rafaela Silva Salazar e outro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29 de janeiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0623786-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Cláudia Fernanda Bezerra da Silva - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 23 de janeiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0623829-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ezio Jose da Silva Gomes - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora em fl. 24 no valor de R$ 207,60 (duzentos e sete reais e sessenta centavos) contrato nº 0223988227, para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 30 de janeiro de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: TEREZINHA TELES FERNANDES (OAB 6622/AM) - Processo 0623836-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marina Rio Negro Comércio e Prestação de Serviços Ltda - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 30 de janeiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ROBERTA CAROLAINE LIRA LOPES (OAB 13961/AM) - Processo 0623865-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Izabel Cristina de Souza Gomes - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 30 de janeiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0623874-68.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Vista do Sol - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 30 de janeiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0623880-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Antonio Ferreira Alves - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29 de janeiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0623913-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Dulceniza Melo Moreira - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29 de janeiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0623921-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Aurenice Macedo de Carvalho - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29 de janeiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis

que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: SULAMITA AUGUSTA DA SILVA (OAB 435/AM) - Processo 0623951-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sulamita Augusta da Silva - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a parte ré promova a religação do serviço declinado na petição inicial, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, no prazo de 3 dias, sob pena de multa de R$ 5.000,00, nos termos do art. 77, do CPC. Intime-se a parte ré, via mandado, a ser cumprido com urgência. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 23 de setembro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623958-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Admarina Gentil Dias - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 30 de janeiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0623987-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Anete Gonçalves de Menezes - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 08 de novembro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM) - Processo 0624055-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edjary Leite Raposo e Silva - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 14 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0624060-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Terezinha Miranda de Almeida - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a parte ré indique profissional com especialidade em cardiologia apto a atender a parte autora, devendo juntar aos autos comprovação de agendamento de consulta, sem qualquer óbice e/ou empecilho ao referido atendimento no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 14 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RODOLFO MACHADO REIS (OAB 11036/AM) - Processo 0624092-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Edmara Pinto da Costa - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora, fl. 16, para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 30 de janeiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0624101-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marcio Pessoa Pinheiro - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a parte ré se abstenha de efetuar cobranças sob a denominada rubrica “MORA CRED PESS” a partir da competência do mês próximo, nos termos do art. 297, CPC/15 . Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 30 de janeiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis

as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0624312-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Life Flores - intimo a parte ré para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 CPC, manifestar-se sobre a alegação de descumprimento do acordo de fls. 91/94

ADV: GERALDO FRANCISCO DE BARROS GAZOS (OAB 84872/RJ) - Processo 0625580-23.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Geraldo Francisco de Barros Gazos - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM) - Processo 0626099-95.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Maria Rita Silvino Pessoa 87259320206 (Soluções Contabilidade) - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM) - Processo 0626678-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Afrânio Cardoso dos Santos - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0627916-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eunice de Medeiros Oliveira e outro - REQUERIDO: Florence Garden Empreendimento Imobiliário Spe Ltda. - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: VANESSA ARAUJO PEREIRA (OAB 12526/AM) - Processo 0628370-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Sabrina Fabiane Fernandes Macena - REQUERIDO: LOJAS RENNER S/A - Deixo de receber o recurso, eis que deserto, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95 c/c ar. 3, § 1º do prov. 256 da CGJ/AM, disponibilizado no DJE de 30.07.2015, verbis, respectivamente: 54 - Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. Art. 3, §1º No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. Grifei. Cumpre esclarecer que mencionado Provimento entrou em vigor na data de sua publicação, nos termos do seu art. 7º, sendo a presente decisão, portanto, cumprimento de ordem de ato normativo do Exmo. Sr. CGJ/AM. Certifique-se o trânsito em julgado. Arquive-se até eventual pedido de execução.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: KATIANNY KEILA SALIM COLAÇO (OAB 12269/AM) - Processo 0628577-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Wagner Silva de Oliveira - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: CARLOS EDUARDO ROCHA CRUZ (OAB 73238/MG), ADV: DYONISIO PINTO CARIELO (OAB 103723/MG) - Processo 0628587-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Carla Adriana Pantoja Oliveira - REQUERIDO: Santa Helena Vinte e Um Empreendimentos Imobiliarios Spe Ltda - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0629525-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ediney Sacramennto dos Santos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Deixo de receber o recurso, eis que deserto, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95 c/c ar. 3, § 1º do prov. 256 da CGJ/AM, disponibilizado no DJE de 30.07.2015, verbis, respectivamente: 54 - Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. Art. 3, §1º No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. Grifei. Cumpre esclarecer que mencionado Provimento entrou em vigor na data de sua publicação, nos termos do seu art. 7º, sendo a presente decisão, portanto, cumprimento de ordem de ato normativo do Exmo. Sr. CGJ/AM. Certifique-se o trânsito em julgado. Arquive-se até eventual pedido de execução.

ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0700767-47.2012.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Walneide de Queiroz Rocha - intimo a parte executada a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

Adelson Lima Gonçalves (OAB 8175/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Aline Laredo Pinto (OAB 4187/AM)
Aloysio Lopes Santos (OAB 10147/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)

Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Andréa Santos da Silva (OAB 13093/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Anísio Marques Valente Netto (OAB 13255/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Bianca Alves Borges (OAB 11826/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Rodrigo Maciel Costa de Lima (OAB 13094/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Cordeiro Batista (OAB 10930/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Camila Pontes Torres (OAB 12280/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Eduardo Rocha Cruz (OAB 73238/MG)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Dyonisio Pinto Carielo (OAB 103723/MG)
Eduardo Chalfin (OAB 1140A/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Euseneide Alves de Sousa (OAB 12853/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB 8450/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Francisco Roberto Fonseca Góes (OAB 9802/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Geraldo Francisco de Barros Gazos (OAB 84872/RJ)
Gisella Moura de Paiva (OAB 7184/AM)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Henrique Barcelos Buchdid (OAB 5913/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Paulo Gomes Monteiro Barbosa (OAB 8657/AM)
João Paulo Reis Garzon (OAB 9542/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jordan de Araújo Farias (OAB 12125/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Hilton Ribeiro Barros (OAB 11848/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Juliane Schmitz Bezerra (OAB 7873/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Katianny Keila Salim Colaço (OAB 12269/AM)
Kawary Campos Silva (OAB 13646/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leila Priscilla Ponciano de Souza (OAB 12460/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Marcelo de Figueiredo Arruda (OAB 4505/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Marilene Balbi de Albuquerque (OAB 12492/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Máryka Lucy da Silva Mendes (OAB 9560/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michellen de Lima Aves (OAB 10367/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Neila do Rosário Monteiro da Silva (OAB 11841/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Pâmara Silva de Lima (OAB 13886AM)
PATRICIA SILVA DE LIMA (OAB 11434/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)

Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Rita de Cássia Ramos de Andrade (OAB 7220/AM)
Roberta Carolaine Lira Lopes (OAB 13961/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Roberto Amaral Arruda Filho (OAB 10034/AM)
Rodolfo Machado Reis (OAB 11036/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Sulamita Augusta da Silva (OAB 435/AM)
Terezinha Teles Fernandes (OAB 6622/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tharrane de Matos Sampaio da Silva (OAB 10108/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
TIANA CARLA DE CASTRO BARBOSA (OAB 10719/AM)
Vanessa Araujo Pereira (OAB 12526/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0201/2019

ADV: SENDER JACAÚNA DE LIMA (OAB 6292/AM) - Processo 0607602-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vícios de Construção - REQUERENTE: Sônia de Sena Alfaia - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 27/11/2019 às 09:00h.

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM) - Processo 0608117-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo dos Santos Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça acerca do mandado não cumprido.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: ELAINE NAVEGANTE DO AMARAL (OAB 9092/AM) - Processo 0608968-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Missenna Panniellow de Matos Azevedo - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Hospital Santa Júlia - INTIMEM-SE as partes para audiência UNA de Instrução e Julgamento, a ser realizada no 09/10/2019 às 09:00h, considerando que não se trata de matéria para julgamento antecipado. EXPEÇA(M)-SE nova(s) citação(ões) e/ou intimação(ões) necessária(s). Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0612805-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio das Graças Queiroz de Miranda - REQUERIDO: Banco BMG S/A - PROCEDO com a redesignação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 26/09/2019 às 11:45h.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0612808-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio das Graças Queiroz de Miranda - PROCEDO com a redesignação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 26/09/2019 às 09:45h.

ADV: HIAGO DOS SANTOS BUÁS (OAB 11741/AM) - Processo 0612964-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Dayse Lucide de F. Abreu - PROCEDO com a designação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 10/10/2019 às 11:30h.

ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM) - Processo 0622653-50.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcelo Motta Chacon - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, bem como comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95.

ADV: MARJORIE GARANTIZADO PARENTE LUNA (OAB 14236/AM) - Processo 0623204-30.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Antônio Carlos de Castro Paiva Filho - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 27/11/2019 às 09:30h.

ADV: JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM) - Processo 0623230-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Lyvio Costa da Silva e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 26/11/2019 às 10:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0623235-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Braga da Gama dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 28/11/2019 às 09:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0623390-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Marcos Vinicius Costa Fernandes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 02/12/2019 às 11:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo

magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: SARA DE SOUSA SILVA (OAB 14509/AM) - Processo 0623875-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria do Socorro Salgado - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, considerando a prioridade de tramitação em favor da parte autora idosa, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 10/10/2019 às 09:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: SARA DE SOUSA SILVA (OAB 14509/AM) - Processo 0623875-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria do Socorro Salgado - PROCEDO com a designação/redesignação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 22/10/2019 às 11:00h.

Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Elaine Navegante do Amaral (OAB 9092/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiago dos Santos Buás (OAB 11741/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marjorie Garantizado Parente Luna (OAB 14236/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Sara de Sousa Silva (OAB 14509/AM)
Sender Jacaúna de Lima (OAB 6292/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0217/2019

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0600702-97.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ceproeducar Ltda - Me - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0601411-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 150/160, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: SASHA LUCAS CAMILO SUANO (OAB 9394/AM) - Processo 0603552-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM) - Processo 0603905-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Felipe Fae Lavareda de Souza - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM) - Processo 0607332-72.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Francisco Alberto Brandão - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: KENNEDY ALVES DA SILVA (OAB 5519/AM), ADV: VANDERLÉIA ALVES BRITO (OAB 4784/AM), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM), ADV: ANTONIO PLACIDO PINHEIRO MARTINS (OAB 13035/AM) - Processo 0609652-32.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gleuson de Souza Martins - REQUERIDO: M A S Comercio de Produtos Alimenticios Limitada - Me e outros - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0610382-09.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: KÉLIA SIMONE DE SOUSA RÊGO (OAB 5140/AM), ADV: VALDEMIR DA SILVA (OAB 3018/AM) - Processo 0610505-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Lucia Barbosa Cardoso - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 81/90, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0611746-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joaquim Higino da Silva Marques - REQUERIDO: Phs Empreendimentos Ltda. e outros - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 360/378, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM) - Processo 0612084-87.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Vinicius Alencar Nicolau - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: REGINALDO DA SILVA CONRADO (OAB 11267/AM) - Processo 0612183-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimundo de Oliveira Silva - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 340-371ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB 13241/AM) - Processo 0612402-70.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - EXEQUENTE: Larissa Meireles do Carmo Ribeiro - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0612443-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 118/122, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0612645-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Nonato Gomes da Silva - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 114-127ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WAGNEY GUIMARÃES ROSAS (OAB 7908/AM) - Processo 0614051-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gleberson Nascimento Carnaúba - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por Gleberson Nascimento Carnaúba em face de Kaele Ltda - K L Rente A Car, em todos os seus termos. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 23 de agosto de 2019

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0614718-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Jose Diego Feitoza Vaz - Intime-se o recorrido para, dentro do prazo legal, apresentar contrarrazões. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM) - Processo 0615092-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcos Paulo Ribeiro Bezerra - REQUERIDO: Mercantil Nova Era LTDA - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIELE DE FREITAS CORREA (OAB 9287/AM) - Processo 0615113-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernando Itassucê Freitas Corrêa - Indefiro a gratuidade pleiteada, posto que a tese a qual adoto dispõe como critério para determinar a hipossuficiência o valor não superior a 05 (cinco) salários mínimos. Enunciado 06: "O benefício de gratuidade judiciária pode ser concedido, sem maiores perquirições, aos que tiverem renda mensal de até 05 (cinco) salários mínimos" (21ª. Reunião do FOAMJE - 13/12/2018). Ademais, os documentos juntados aos autos pelo recorrente demonstram sua renda, a qual não se enquadra neste critério. Ante o exposto concedo prazo de quarenta e oito (48) horas para que a recorrente proceda ao recolhimento do preparo e das custas judiciais, sob pena de deserção.

ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM) - Processo 0615597-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) - REQUERIDA: Maria da Conceição de Oliveira Alves e outro - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 137/146, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0615837-52.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Andrey José Rodrigues Penha de Souza - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA FRANCESCHINI (OAB 24140/PE) - Processo 0616315-60.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Extravio de bagagem - EXECUTADO: United Airlines Inc - Copa Airlines - Compañia Panameña de Aviacion S.a. e outro - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 7.077,07 (Sete mil, setenta e sete reais e sete centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 7.784,77 (Sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM) - Processo 0616760-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERIDO: Ronaldo Fonseca da Silva Júnior - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 177/184, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM) - Processo 0617700-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gutemberg Costa da Silva - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 62-72ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM) - Processo 0619568-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Thiago Henrique Nicolau Ferreira - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM) - Processo

0619665-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Orlando Paiva dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, fica designado o dia 23/09/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RICARDO ALEXANDRE VIEIRA DA COSTA (OAB 1396-A/RN) - Processo 0619717-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dirceu Camarao Batista - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELIANE LUCENA DO NASCIMENTO (OAB 12790/AM) - Processo 0619860-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jander Santana Casas - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0619932-62.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Naara de Oliveira Barbosa - As custas judiciais são cobradas sobre o valor da causa e não sobre a importância arbitrada na sentença. No caso em tela o valor da presente causa é de R$ 37.000,00, sendo as custas pertinentes a esta ação de R$ 1.773,27 e o preparo no valor de R$ 735,86, conforme tabela de custas estatuída pela Lei 2.429/96 e alterada pelo Provimento 237/2014-CGJ/AM. Ocorre que a parte Construtora Capital S/A recolheu valor das custas a menor, no montante de apenas R$ 764,72 e o preparo no valor de R$ 526,70, conforme documento de fls. 207/210 dos Autos. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, DENEGO seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0620537-71.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Tiradentes - Indefiro o pedido de fls. 29, eis que não cabe quebra de sigilo antes da citação. Concedo prazo de 10 dias para que o exequente forneça novo endereço, sob pena de arquivamento. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0622214-39.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0622738-70.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXEQUENTE: Wilson Gomes da Silva Filho - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0622945-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Jadilson Pereira Figueira - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0622986-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jadilson Pereira Figueira - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0623306-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Shirley Melgueiro da Silva - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623570-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Gezino Tinôco Leocádio - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0623574-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Paulo Sergio Pinto Tavares - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623627-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernando Ferreira da Silva - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MONIQUE TRIBUZY MELLO DE OLIVEIRA (OAB 8869/AM) - Processo 0623635-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rebecca de Souza Silva - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623647-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Cristiano Raimundo Barbosa Lira - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0623659-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Alfredo Augusto Ferreira Lacerda - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GABRIEL SERRAO GOMES (OAB 12487/AM) - Processo 0623724-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Assis Santos Soares - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: GABRIEL SERRAO GOMES (OAB 12487/AM) - Processo 0623724-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Assis Santos Soares - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM) - Processo 0623757-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Allan Adson Mota Edwards - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0623805-36.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro - De

ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0623827-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elcicley Dourado de Lima - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: MICHEL OLIVEIRA FLORENCIO (OAB 14722/AM) - Processo 0623834-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Michelle Oliveira Florenco - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0623844-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Celena da Costa Araujo - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623864-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: .Cristiano Raimundo Barbosa Lira. - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623870-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: 0 Cristiano Raimundo Barbosa Lira; - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0623936-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Erlania Pinheiro dos Anjos - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0623947-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Beatriz Silva do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0623994-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Patricia Meireles de Almeida Costa - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM) - Processo 0624006-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sergio Augusto Pedro Damasceno - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM) - Processo 0624028-57.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: M.B. 3000 Segurança Eletronica Ltda - Cabe ao autor fornecer novo endereço para fins de expedição do mandado, razão pela qual indefiro o pedido de n. 1 às fls. 207. Defiro tão-somente o pedido de n. 4 às fls. 207. Consulte-se o Infojud. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0624034-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jassiane Tapudina de Souza - De ordem, fica designado o dia 30/09/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0624036-63.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0624034-93.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jassiane Tapudina de Souza - De ordem, fica designado o dia 30/09/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0624058-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rosalin Yeny Cerqueira Vera - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCO AURÉLIO DE CARVALHO FERREGUETTI (OAB 25461/ES) - Processo 0624067-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marco Aurélio de Carvalho Ferreguetti - Vistos, etc. Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. Proceda-se a baixa junto ao SAJ. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0625402-74.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Cond. Mundi Resort Residencial - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: THANA ESASHIKA BEZERRA (OAB 12606/AM), ADV: ACSA THOMÁS LITAIFF (OAB 9529/AM) - Processo 0627740-21.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - EXEQUENTE: Acsa Thomás Litaiff - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM), ADV: FERNANDO BRUNO ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 12435/AM) - Processo 0628278-02.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Instituto Educacional Renata Castro - Ante o exposto, declaro a extinção da execução, nos termos do supra citado artigo da Lei 9.099/95 ressalvando-se o direito de o exequente reabrir os autos, caso encontre bens penhoráveis em nome do devedor. Intimem-se.

Acsa Thomás Litaiff (OAB 9529/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antonio Placido Pinheiro Martins (OAB 13035/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Daniele de Freitas Correa (OAB 9287/AM)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Eliane Lucena do Nascimento (OAB 12790/AM)

Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Bruno Almeida de Araújo (OAB 12435/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gabriel Serrao Gomes (OAB 12487/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Kélia Simone de Sousa Rêgo (OAB 5140/AM)
Kennedy Alves da Silva (OAB 5519/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marco Aurélio de Carvalho Ferreguetti (OAB 25461/ES)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Michel Oliveira Florencio (OAB 14722/AM)
MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM)
Monique Tribuzy Mello de Oliveira (OAB 8869/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Reginaldo da Silva Conrado (OAB 11267/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Alexandre Vieira da Costa (OAB 1396-A/RN)
Ricardo de Oliveira Franceschini (OAB 24140/PE)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Sasha Lucas Camilo Suano (OAB 9394/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
THANA ESASHIKA BEZERRA (OAB 12606/AM)
Valdemir da Silva (OAB 3018/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Vanderléia Alves Brito (OAB 4784/AM)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wagney Guimarães Rosas (OAB 7908/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0215/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0600646-98.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de (xxxx) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 147/149, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor.: " ... Ante as considerações apresentadas, julgo procedente, tão somente, a obrigação de não fazer, no sentido de que o banco requerido se abstenha de efetuar a cobrança da tarifa de cesta básica na conta do autor, sob pena de R$ 500,00, para cada lançamento efetuado. Julgo improcedente os demais termos do pedido inicial.".

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0600723-75.2016.8.04.0016 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: M L LEITE ME (VIP FORMATURA) - Ante o exposto, declaro a extinção da execução, nos termos do supra citado artigo da Lei 9.099/95 ressalvando-se o direito de o exequente reabrir os autos, caso encontre bens penhoráveis em nome do devedor. Intimem-se.

ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0602250-60.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Peugeout, Citroen do Brasil Automóveis Ltda. e outros - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 207/209, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa." ... - determinar o conserto do ar condicionado do veículo da autora, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias, a ser convertida em perdas e danos em caso de descumprimento."

ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0607279-91.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Bradesco Capitalizacao S/A - Em complemento ao despacho supra, considerando que o pagamento juntado pelo requerido (fls. 181) foi direcionado para outra vara fica, impossibilitada a devolução do valor através de transferência bancária, por possível inconsistência de dados quando da efetivação da TED pela Caixa Econômica Federal. Desta forma, intime-se o requerido para indicar advogado para emissão de alvará para saque em espécie. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0607344-86.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Tim Celular S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.100/109ss antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Contrarrazões já apresentadas no prazo legal independente de intimação. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0607344-86.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Tim Celular S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 96/97, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, coforme teor.: " ... - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos. Torno definitiva a tutela provisória deferida."

Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB 11920/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0166/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0200922-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido para revisar para o valor mínimo a fatura referente ao mês de março de 2019, referente à unidade consumidora referida na inicial, sem desconstituir os débitos, pois houve aferição de consumo. Caberá à requerida, portanto, proceder ao refaturamento e cobrança dos valores faturados a menor, informando adequadamente o consumidor a respeito do procedimento de apuração e cálculo dos valores que serão cobrados, referentes aos meses acima mencionados (o refaturamento poderá se dar nos mesmos moldes do faturamento anterior, porém seguindo-se as orientações do art. 113 da Resolução nº 414/2010 da ANEEL no sentido de descrever por escrito ao consumidor os critérios adotados pela concessionária para apuração e cálculo dos valores cobrados retroativamente - cobrança do montante de energia não faturado em meses anteriores. A concessionária deverá informar ao consumidor o cálculo ou critério a partir do qual se chegou aos valores que serão cobrados retroativamente, para satisfazer o direito a informação). Confirmando a liminar, condeno a requerida a não efetuar a suspensão do fornecimento do serviço por conta da fatura ora impugnada (março de 2019), sob pena de multa única de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), substituindo-se a multa anteriormente cominada. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95.Publique-se e intimem-se.

ADV: LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO (OAB 9919/AM), ADV: RENATA MALCON MARQUES (OAB 24805/BA), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP) - Processo 0200940-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - LITSPASSIV: Assurant Seguradora S.A. - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Forte nesses argumentos, julgo parcialmente procedentes os pedidos da autora para condenar os requeridos, solidariamente, a pagar R$2.000,00 (dois mil reais) à autora a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da data de arbitramento. Julgo procedente o pedido para condenar as requeridas a pagar, solidariamente, o valor de R$ 82,33 (oitenta e dois reais e trinta e três centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir de 29/05/2019. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0600232-51.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Gomes dos Santos - REQUERIDO: (Requerido) Banco Bradesco Cartões S/A e outro - Forte nesses argumentos, e com fundamento no art. 487, I, do CPC, declaro inexigíveis os valores pagos a título de anuidade do cartão de crédito não solicitado e condeno a requerida a não efetuar descontos a título de anuidade desse cartão, sob pena de repetição em dobro dos valores descontados após a intimação desta sentença. Julgo parcialmente procedente o pedido de indenização para condenar a ré ao pagamento de R$2.000,00 (dois mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Condeno o requerido a cancelar os débitos de cartão de crédito não solicitado, bem como o serviço. Julgo procedente o pedido de repetição em dobro para condenar o banco requerido a pagar ao requerente o valor de R$ 125,90 (cento e vinte e cinco reais e noventa centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da citação.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0600384-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Fernando da Silva Tavares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Forte nesses argumentos, julgo parcialmente procedente o pedido de repetição do indébito do valor referente ao seguro adquirido em venda casada, para condenar os requeridos, solidariamente, a pagar ao requerente o valor de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da citação. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95.

ADV: GEANDRE ETIANNE DA SILVA FERREIRA (OAB 9994/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0600846-56.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valber Muniz Mendonça - REQUERIDO: Mozan Turismo e Comercio de Medicamentos Ltda Me e outro - Forte nesses argumentos, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a requerida Mozan Turismo e Comércio de Medicamentos LTDA ao pagamento da importância de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária (INPC), ambos contados a partir do arbitramento. Julgo improcedente o pedido em face da requerida TAM Linhas Aéreas. Deixo de condenar as partes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0604092-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: R.N.C. - REQUERIDO: S.L.C.S.D. - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei n. 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Sem custas, salvo recurso, na forma da lei de regência.

ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0604138-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Isaias da Cunha Bruno - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos do autor. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0604228-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Francilene Seixas da Silva de Carvalho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Forte nesses argumentos, julgo parcialmente procedente o pedido de repetição do indébito do valor referente ao seguro adquirido em venda casada, para condenar os requeridos, solidariamente, a pagar à requerente o valor de R$ 1.291,60 (mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da citação. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de

condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604537-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Ronivaldo Moreira Pinto - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, II, do CPC, julgo extinto o processo com resolução do mérito por conta da prescrição da pretensão do autor. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO) - Processo 0605478-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alcilene da Silva Santos - RECLAMADO: Vivo S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da parte autora, por ter sido comprovada pela requerida a origem dos débitos que motivaram a negativação, e não haver comprovação dos seus respectivos pagamentos. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0605918-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jessica da Rocha Coutinho - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, confirmando a liminar, julgo procedente o pedido para declarar inexigível as cobranças de parcelamento referentes à fatura de dezembro de 2018, bem como as faturas de janeiro e fevereiro de 2019, que tratam de débitos entre a autora e a empresa requerida. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0605934-75.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Aldimero Melo Vieira - Forte nesses argumentos, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido constante da inicial para cancelar o contrato firmado em nome do autor junto à requerida em Lábrea/AM, além dos respectivos débitos (mantendo o contrato firmado em Manaus/AM). Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Sem custas e honorários, à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO) - Processo 0606018-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Oyama Lauro Grangeiro Neto - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido para condenar a requerida a excluir o nome do requerente do cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Improcedentes os demais pedidos da parte autora. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606039-52.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Osvaldino Menezes Alves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606344-36.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Renato dos Santos Siqueira - RECLAMADO: Vivo S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da parte autora, por ter sido comprovada pela requerida a origem dos débitos que motivaram a negativação, e não haver comprovação dos seus respectivos pagamentos. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606371-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Marcio Lima da Costa - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, II, do CPC, julgo extinto o processo com resolução do mérito por conta da prescrição da pretensão do autor. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741A/AM) - Processo 0606939-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Raimundo Pereira Costa - Vistos permanente em correição. O(a) Requerente Raimundo Pereira Costa ajuizou a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO c/c INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS e MORAIS POR INSERÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE RESTRIÇÕES AO CRÉDITO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PREVENTIVA INALDITA ALTERA PARS, contra o(a) Requerido(a) Amazonas Distribuidora de Energia S/A, ambos já qualificados nos autos, para que o(a) Requerido(a), promova "A EXCLUSÃO do nome da parte autora no 4º OFICIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E PROTESTO DE LETRAS (fls. 15-16) uma vez que foi indevido esse cadastro, que em caso de descumprimento seja arbitrado multa", por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis:. Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência

pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. No caso ora em comento, conforme se depreende dos documentos que formam o instrumento, a aplicação da legislação consumerista decorre da norma do art. 17 do CDC, em razão da equiparação existente entre a "vítima do evento" e os consumidores. Os fatos narrados na inicial e os documentos acostados aos autos, mostram-se coerentes e tem conotação de verossimilhança. O perigo de dano grave e de difícil reparação é evidente. Na era do crédito permaneceu com o nome negativado, traz para o cidadão sérios prejuízos. Com efeito, considerando as alegações do(a) autor(a) da ação, ora Requerente, da ocorrência dos protestos indevido, tenho que, após análise dos elementos de informação que formam o instrumento, há de ser deferido o pedido de exclusão de inscrição do nome do(a) Requerente dos cadastros de inadimplentes, haja vista que é de sabença geral que entidades como o SPC, e a SERASA, CARTÓRIOS DE REGISTROS E PROTESTOS DE LETRAS e os sistemas de avaliação de risco de crédito exercem papel decisivo na concessão do crédito, e a existência de qualquer anotação desabonadora impossibilitaria o(a) demandante de efetivar quaisquer transações dependentes de crédito no âmbito do comércio. De se destacar, ainda, que não se trata de medida irreversível, sendo que a qualquer tempo o(a) Requerido(a) poderá, caso a inadimplência emirja de forma incontroversa, ter o seu nome incluído no rol dos maus pagadores, não havendo que se falar em prejuízo para o(a) Requerido(a). Assim, da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, verifico a probabilidade do direito alegado pela parte autora, bem como o perigo de dano decorrente da permanência do seu nome nos cadastros restritivos de crédito, estando, portanto, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Por conseguinte, determino que a Requerida PROCEDA a exclusão do nome do Requerente Raimundo Pereira Costa, CPF Nº 51431220230, no 4º OFICIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E PROTESTO DE LETRA, indicado às fls. 15-16, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento desta decisão, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo Audiência de Conciliação para o dia 24/09/2019, às 10:15h, na sede deste Juízo. Intimem-se Autor e Cite-se o Réu quanto ao inteiro teor deste decisum.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607004-30.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Rita Ramalho Alves - Vistos permanente em correição. O(a) Requerente Maria Rita Ramalho Alves ajuizou a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO c/c INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS e MORAIS POR INSERÇÃO INDEVIDA NO SPC/SERASA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PREVENTIVA INALDITA ALTERA PARS, contra o(a) Requerido(a) Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) e Telefônica Brasil S/A, ambos já qualificados nos autos, para que o(a) Requerido(a), promova "EXCLUSÃO do NOME da autora dos ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO ao CRÉDITO uma vez que foi indevido esse cadastro, que em caso de descumprimento seja arbitrado multa" , referente ao CONTRATO Nº 0299530043 (f. 27), por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis:. Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-

se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. No caso ora em comento, conforme se depreende dos documentos que formam o instrumento, a aplicação da legislação consumerista decorre da norma do art. 17 do CDC, em razão da equiparação existente entre a "vítima do evento" e os consumidores. Os fatos narrados na inicial e os documentos acostados aos autos, mostram-se coerentes e tem conotação de verossimilhança. O perigo de dano grave e de difícil reparação é evidente. Na era do crédito permaneceu com o nome negativado, traz para o cidadão sérios prejuízos. Com efeito, considerando as alegações do(a) autor(a) da ação, ora Requerente, da ocorrência de negativação indevida, tenho que, após análise dos elementos de informação que formam o instrumento, há de ser deferido o pedido de exclusão de inscrição do nome do(a) Requerente dos cadastros de inadimplentes, haja vista que é de sabença geral que entidades como o SPC, e a SERASA e os sistemas de avaliação de risco de crédito exercem papel decisivo na concessão do crédito, e a existência de qualquer anotação desabonadora impossibilitaria o(a) demandante de efetivar quaisquer transações dependentes de crédito no âmbito do comércio. De se destacar, ainda, que não se trata de medida irreversível, sendo que a qualquer tempo o(a) Requerido(a) poderá, caso a inadimplência emirja de forma incontroversa, ter o seu nome incluído no rol dos maus pagadores, não havendo que se falar em prejuízo para o(a) Requerido(a). Assim, da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, verifico a probabilidade do direito alegado pela parte autora, bem como o perigo de dano decorrente da permanência do seu nome nos cadastros restritivos de crédito, estando, portanto, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às f. 27, para que em até 3 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a restrição anotada em nome da parte autora Maria Rita Ramalho Alves, CPF Nº 02126953203, referente ao CONTRATO Nº 0299530043 (f. 27) pela parte Ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo Audiência de Conciliação para o dia 05/11/2019, às 08:45h, na sede deste Juízo. Oficie-se. Intimem-se Autor e Cite-se o Réu quanto ao inteiro teor deste decisum.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0607173-17.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Zaqueu Gabriel Brandao - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0607259-22.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Helio Divino de Oliveira - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedente o pedido do autor de restituição dos valores pagos em virtude do consórcio, antes do encerramento do grupo, bem como os demais pedidos. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607295-30.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Dilson Tavares dos Santos - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No in casu, a despeito da ilicitude do apontamento realizado, a situação dos autos possui uma peculiaridade, pois, conforme se verifica no documento de f. 26, além das anotações feitas pela requerida

junto ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC - há vários outros apontamentos, determinados por pessoas jurídicas diversas e em datas distintas, fato suficiente para obstar a pretensão autoral. Com efeito, a existência de tais apontamentos revela-se capaz de afastar a presunção de ofensa à moral, porquanto já não gozava o autor de bom nome no mercado. Consoante entendimento pacífico deste Juízo, o devedor contumaz não sofre abalo de crédito, eis que já possuía outras dívidas que continuariam a sustentar a sua restrição nos cadastros. Registre-se, por derradeiro, que a(o) Requerente não produziu nenhuma prova capaz de assegurar a ilegitimidade das demais inscrições em seu nome, ou mesmo demonstrar que os débitos se encontram sub judice. De uma forma ou de outra, tal questão deve ser examinada em um juízo de cognição exauriente, após ampla dilação probatória, sob o crivo do contraditório e ampla defesa. Tem-se, portanto, que os documentos carreados aos autos não formam um acervo probatório suficiente - ao menos para este juízo de cognição sumária - para demonstrar a verossimilhança das alegações do autor. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 08:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607303-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Elizangela Alencar de Castro - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 16:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO GILSON PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 7675/AM) - Processo 0607309-14.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: João Gilson P S Jr - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0607346-41.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gerlane Monteiro de Lima - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 15:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0607358-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Olivia Ferreira Trosman de Souza - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0607361-10.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Rosilene da Costa - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 15:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0608164-27.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Lilia de Oliveira Serrao - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido de repetição em dobro do valor cobrado a título de seguro, para condenar a requerida a pagar à requerente o valor de R$ 586,86 (quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos), com correção monetária (INPC) contada a partir de 06/02/2018 e juros de 1% ao mês contados a partir da citação. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Geandre Etianne da Silva Ferreira (OAB 9994/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jarson Ariday da Silva Costa (OAB 741A/AM)
João Gilson Pereira da Silva Júnior (OAB 7675/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB 9919/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
renata malcon marques (OAB 24805/BA)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0251/2019

ADV: LUAN CARLOS DE FREITAS AFONSO DA COSTA (OAB 11405/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DAMASCENO DE ARAÚJO (OAB 5265/AM) - Processo 0600567-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Izabel Cristina Taddei Hernandes - REQUERIDO: André Luiz Damasceno de Araújo - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FRANK FERREIRA DANTAS (OAB 10195/AM) - Processo 0602955-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Donizete Aparecido de Lima - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603470-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jakline da Graça Fonseca - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

André Luiz Damasceno de Araújo (OAB 5265/AM)
Frank Ferreira Dantas (OAB 10195/AM)
Luan Carlos de Freitas Afonso da Costa (OAB 11405/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0250/2019

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0600034-48.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rosana Oliveira de Sena - De ordem, e considerando o comprovante de depósito juntado aos autos à fl. 377, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto à satisfação da obrigação. Intime-se ainda para, no mesmo prazo, manifestar-se quanto ao Ofício de fl. 328, bem como acerca da petição de fls. 379-380.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0601563-05.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Adriana Assunção Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0602058-49.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Cleide Alves da Silva - De ordem, e considerando o comprovante de depósito de fls. 137-139, intime-se a exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se quanto à satisfação das obrigações.

ADV: ROSEMARY DE OLIVEIRA GUIMARAES (OAB 5239/AM), ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM) - Processo 0602378-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Nazaré Cardoso da Silva - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0602716-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Noelma Maria Pereira - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: GLÁUCIO LOPES MONTEIRO (OAB 5781/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603035-12.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: IRENE DOS SANTOS SILVA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se o executado para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária, tendo em vista que o depósito foi realizado em excesso. Intime-se ainda o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se quanto à satisfação das obrigações, tendo em vista a expedição do alvará de fl. 317.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0603788-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Soraya Gouveia de Meneses - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0604499-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rosineri dos Santos Brandão - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0604538-63.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jeane Bruno da Silva - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0606757-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Francisco da Silva Fernandes - Conciliação Data: 18/10/2019 Hora 09:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0607435-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Inez Maria de Oliviera Lima - Conciliação Data: 18/10/2019 Hora 08:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0607442-56.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Sanderson Queiroz Castro - Conciliação Data: 18/10/2019 Hora 08:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607444-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gerusa Lima da Silva - Forte nesses argumentos, indefiro o pedido de liminar formulado na peça de ingresso. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607444-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gerusa Lima da Silva - Conciliação Data: 18/10/2019 Hora 10:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0607461-62.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jonilson Lopes - Conciliação Data: 18/10/2019 Hora 09:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0607518-17.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Manoel de Araujo Pereira Neto - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM) - Processo 0609617-91.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Shirley Stephanie Santana Pereira - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Gláucio Lopes Monteiro (OAB 5781/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Rosemary de Oliveira Guimaraes (OAB 5239/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0226/2019

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0609369-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Vila Gaia - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0613425-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Maria Pinto Barbosa - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos por ambas as partes, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0159/2019

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: EDSON MARQUES DE OLIVEIRA (OAB 52161/DF), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: RICARDO MARFORI SAMPAIO (OAB 222988/SP), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0200258-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Smiles S.A - EXTRA S.A (CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A) - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0200812-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0201443-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM) - Processo 0203983-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERIDO: José Corrêa Pinheiro - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0205338-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM) - Processo 0600171-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Edmilson Guimarães de Almeida - REQUERIDO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0600364-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Izabel Marques da Costa - REQUERIDO: Banco Losango S/A Banco Múltiplo - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos

conclusos para sentença.

ADV: JULLIANA BARROS SOUZA (OAB 11843/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO (OAB 156347/SP) - Processo 0600439-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Flaviano Carvalho de Albuquerque - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Sony Brasil Ltda - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0600513-22.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Joaquim Teixeira Lopes Neto - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0600818-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Denilson de Siqueira Silva - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0600908-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Md Nunes Rondon - Me - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0601060-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Pantoja Franco - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JANAÍNA COELHO MOTA SANTIAGO (OAB 3936/AM), ADV: ANDREZA INGRID LIMA DOS SANTOS (OAB 11443/AM), ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0601127-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria das Dores da Silva Cohen - REQUERIDO: LOJAS RENNER S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM) - Processo 0601171-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Cosme da Costa Cunha - REQUERIDO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 3900/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0601202-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Aline Castro Batista - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0601244-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Rita Keila de Souza Parente - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 2685/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601334-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Aline Castro Batista - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0601658-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos,

verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0601804-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Marcela de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0601923-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eyner Derzi de Albuquerque Figueiredo - REQUERIDO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORENCIO (OAB 5316/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0601937-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Valdemir da Costa Campos - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Itaú-banco Bmg S.a - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUES (OAB 607/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0601992-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: Multimidia Contabilidade Ltda - RECLAMADO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JULLIE ANNE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 9243/AM) - Processo 0601997-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Nirvana Ellen Miller de Moraes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0602013-26.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Irene Celeste Barroso Pinto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0602018-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wilton dos Santos Natividade - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0602032-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Samara da Silva Mascarenhas - RECLAMADO: Vivo S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM), ADV: CARLA CAROLINE COUTINHO FROTA (OAB 12379/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0602409-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco de Paulo Azevedo Junior - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: DIEGO ARAÚJO BENAYON (OAB 10766/AM), ADV: JOSE CAMPELLO TORRES NETO (OAB 122539/RJ), ADV: RICARDO PNTES VIVACQUA (OAB 88754/RJ), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0602675-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Roselia dos Santos Ribeiro - REQUERIDO: Ds Card Administradora de Cartões de Crédito - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos

conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: REBECA BRAGA ALBUQUERQUE MARINHO LOPES (OAB 13063/AM), ADV: LUMA DE CARLOS SOUZA MULLER (OAB 11762AM) - Processo 0602730-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - RECLAMANTE: Anne Karoline Oliveira de Andrade - RECLAMADO: Centro Universitário do Norte - Uninorte - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0602886-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Neomario Pinto Franco - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0602928-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Auristella Tavares Thomas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0602954-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adalberto Machado Duarte - REQUERIDO: Claro S/A e outro - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0603142-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Bianca Pinheiro Cardoso - REQUERIDO: Oi S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RICARDO CARVALHO PAIXÃO (OAB 3742/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0603245-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo Carvalho Paixão - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0603483-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Sebastião Soares de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: JAQUELINE OLIVEIRA DE PAULA (OAB 9269/AM) - Processo 0603509-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: João Flávio Ferreira da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603789-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eronilde da Costa Nogueira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0603907-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Nair da Costa Castro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0604032-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Cosme Morais Filho - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido

apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0604050-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria da Conceição Lima de Oliveira - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0604115-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Janeide Alves de Almeida - REQUERIDO: Vivo S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0604322-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Diego Andrade de Oliveira - REQUERIDO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM), ADV: DANIELLE FERNANDES AMORIM (OAB 11764/AM), ADV: IVSON COÊLHO DA SILVA (OAB 550A/AM) - Processo 0604334-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Sempre Bella Centro de Beleza Eireli - REQUERIDA: Marlúcia Guimarães Almeida - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0604410-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: paulo alves maciel - REQUERIDO: Embratel TVSAT Telecomunicações S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0604460-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0604512-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Esmaelina Costa Cancio - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0604538-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Karla Lima de Oliveira - REQUERIDO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604543-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Silmara da Silva Franco - REQUERIDO: Ebazar.com.br Ltda (Mercado Livre) e outro - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM) - Processo 0604792-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Patrícia Peixoto Nobre - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: CAROLINE LEONELLO (OAB 321373/SP), ADV: ALESSANDRA MARA FIM OLIVEIRA (OAB 1370/RR), ADV: LUCAS AYRES DE CAMARGO COLFERAI (OAB 333828/SP) - Processo 0604929-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Franciney Nascimento Oliveira - REQUERIDO: Getninjas Serviços de Internet - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art.

10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0605008-12.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Alessandra de Oliveira Saraiva - REQUERIDO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0605526-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Camilla de Almeida Campos Rocha - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM) - Processo 0605923-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Genise Saint Clair Grante - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0606057-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Andreia Moreira da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: KAREN REBECCA LOUZADA DADALTO HENRIQUES (OAB 140475/RJ) - Processo 0606063-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio Martins Henriques Neto - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0606991-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Milton Saraiva de Araújo e outro - REQUERIDO: Associação dos Condomínios Participantes do Reserva Inglesa Condomínio Parque Alameda do Reserva Inglesa - Condominio Liverpool Reserva Inglesa - Em razão do ajuste de pauta, fica a Instrução e Julgamento REDESIGNADA para o dia 20/09/2019 às 11:00h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0607392-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leila Albuquerque Aires - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 812,70 (oitocentos e doze reais e setenta centavos), incidindo juros e correção monetária, a partir da citação. No tocante a obrigação de fazer não foram demonstrados novos descontos após 14/09/2016, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0608532-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Roberto de Pinho Portela Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0609077-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Rosangela da Conceição Lins - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 412,40 (quatrocentos e doze reais e quarenta centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro cancelado o contrato de seguro denominado “AQUI/DEV”. Julgo improcedente os demais pedidos. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre

o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0609081-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Rafael Braz Xavier - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - osto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de dano moral a pagar o valor de R$ 3.000,00 (Três mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Sem custas e honorários, ex vi legis. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0609810-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Thiago Paim - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e outro - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar as partes rés, a título de compensação por dano moral, a pagarem solidariamente o valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar as partes rés, a título de restituição por dano material, a pagarem solidariamente o valor de R$ 1959,60 (Um mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro cancelado o contrato de seguro denominado “AQUI/DEV”. Julgo improcedente os demais pedidos. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0610074-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cléa Lusia Ribeiro Braga - Posto isso, julgo improcedente os pedidos da parte autora em face da parte ré. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: REBECA VEIGA DE CARVALHO PAIXAO (OAB 11958/AM) - Processo 0613454-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hitalo Freire de Medeiros - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Exclua-se a audiência aprazada. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: PAULO ROBERTO VIGNA (OAB 173477/SP), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0614453-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Verônica de Gonzalez Pereira Neves Eireli Me - REQUERIDO: Amil Assistência Médica Internacional Ltda - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: VINÍCIUS MARTINS DE MEIRA (OAB 4269/AM) - Processo 0614690-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Felipe Pereira da Silva Filho - REQUERIDO: Rm Club Vida e Saude e outro - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar as partes rés, solidariamente, a título de compensação por dano moral, a pagarem o valor de R$6.000,00 (seis mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar as partes rés, a título de restituição por dano material, solidariamente, a pagarem o valor de R$2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro inexistente a relação jurídica entre as partes. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM) - Processo 0615024-59.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - Portanto, determino a extinção do processo, conforme dispõe o rito dos Juizados Especiais. Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art. 53, §4º, da Lei n. 9.099/95. Determino o desbloqueio do veículo indicado à fl. 36. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: NATHASHA CRISTINA MELO DA ROCHA DE HOLANDA BESSA (OAB 11755/AM) - Processo 0615185-35.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: P. Lopes & Cia Ltda - Alarme & Cia - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem a análise do mérito, nos termos do art. 485, inciso I, do CPC. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em

julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0615494-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio do Edificio Metropolis Residence - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 41/42, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0617009-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valdir dos Santos Cardoso, - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 47/48, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Havendo cumprimento, expeça-se o alvará judicial em favor da parte autora. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0618979-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leonardo de Souza Meneghini - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$4.000,00 (Quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro inexistente o valor de R$ 103,77 (cento e três reais e setenta e sete centavos) bem como os encargos, juros e multa dele decorrentes, referente a fatura de fl.13. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: FLORENCE FLECK (OAB 13586/AM) - Processo 0619374-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Aurian de Oliveira Chagas e outro - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0619982-54.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Aso Serviços de Escritórios Virtuais Eireli - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem a análise do mérito, nos termos do art. 485, inciso I, do CPC. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: JOÃO AUGUSTO DE SOUZA MUNIZ (OAB 203012/SP) - Processo 0620265-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Matheus Brandão Sabarense - REQUERIDO: Movida Locação de Veículos S.a - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 931,96 (novecentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0620275-24.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cond. Bosque Resid. Kopenhagen - Ante o exposto, por faltar legitimatio ad causam à parte ré, JULGO EXTINTO o processo sem análise do meritum causae, com lastro no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM), ADV: CARLA CEUSINA DE ALBUQUERQUE TAVARES (OAB 11005/AM), ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0620379-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Carlos Alberto Oliveira Tavares - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: KAMILA TORRES DOS SANTOS IGNACCHITI LOPES GOMES (OAB 8283/AM) - Processo 0620639-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: D.T.S. - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0621385-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Champs Elysees - REQUERIDO: Habitec - Habitação e Construção Ltda - Face o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem análise do meritum causae, com lastro no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos,

proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: CELSO JOSE DIAS (OAB 11774/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0622265-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iran Bastos da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$15.000,00 (Dez mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Determino que a parte ré proceda o desbloqueio do cartão de crédito e limite do cheque especial da parte auto, retornando ao status quo anterior ao bloqueio ocorrido em 18/09/2017, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 10 (dez) dias/multa, sem prejuízo de posterior majoração. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: JORGE LUIZ VIANA DE CARVALHO (OAB 8291/AM) - Processo 0622643-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Keyla Pereira de Souza - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda e outro - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0622899-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: J Souza Ferreira-me - REQUERIDA: Mariana Freire do Vale Monteiro - Face o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem análise do meritum causae, com lastro no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: JOSÉ DE ANDRADE AZEDO NETTO (OAB 10394/AM) - Processo 0622918-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Iris Monteiro da Fonseca - De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0622941-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Rudnei de Oliveira Nasci - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0623066-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Ideraldo dos Santos - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA (OAB 11098/AM) - Processo 0623227-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Antonio Souza da Silva - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0623300-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Daniel Barbosa de Santana - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623460-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Ricardo Bezerra da Silva - Posto isso, JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 487, inciso II, do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: CATHARINE MARIA FONSECA DA SILVA (OAB 10830/AM) - Processo 0623980-30.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rita Filomena da Rocha Fonseca - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM) - Processo 0624018-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - REQUERENTE: André Luiz Araújo Aleixo - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM) - Processo 0624033-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nestor Drech Eireli - De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0624056-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adriano Pereira de Souza, - De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB 8850/AM) - Processo 0624089-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Marcelo Ferreira de Arruda Ormond - De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM) - Processo 0624109-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Silvia Maria Hagge Novo - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO RENATO DE LIMA SABELLI (OAB 10866/AM) - Processo 0624119-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Francisco Renato de Lima Sabelli - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WALMIR RIBEIRO PEREIRA (OAB 6273/AM) - Processo 0624149-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Walmir Ribeiro Pereira - Posto isso, JULGO EXTINTA a presente demanda sem a análise do meritum causae, nos termos do artigo 51, inciso IV, da Lei n. 9.099/95. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo

legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: JÚLIA VIEIRA DE CASTRO LINS BOTELHO (OAB A1210/AM), ADV: HELTON FRANCISCO DE SOUSA CARVALHO (OAB 9356/AM) - Processo 0624459-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Turismo - REQUERENTE: Maria Suely Gomes Rodrigues Yurtsever - REQUERIDO: TAP - Transportes Aéreos Portugueses S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: SABRINA BERNADETE CAVALCANTE DA SILVA (OAB 12593/AM) - Processo 0624631-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rafael de Assis Fernandes Cersósimo - REQUERIDO: Ime - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda - Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0624724-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Regina Monica Rios Farias - REQUERIDO: Vivo S/A - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0625017-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vera Lucia Gallio - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0625102-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Robson das Chagas Lima - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM), ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM) - Processo 0625274-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Izaira Ferreira Reis - REQUERIDO: Oticas Americanas - Cristiano Caetano da Silva - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO PERRONE (OAB 9183/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM) - Processo 0625406-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: lucas lyra de freitas - REQUERIDO: Airbnb Serviços Digitais Ltda - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0626096-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: José da Silva Seráfico de Assis Carvalho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Itaú Unibanco S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLYNNE OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 4094/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0626231-55.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - REQUERIDA: Lidia Paula Rodrigues da Costa Tell - LITSPASSIV: Direcional Engenharia S/A e outro - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0626581-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Vivendas do Rio Negro Praças - REQUERIDO: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda Spe - Baceiro Empreendimentos Imobiliários Ltda - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0626643-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Etelvino Alves Fonseca - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM) - Processo 0627271-72.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anne Caroline Coelho Guedes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Matsuri Sushi Bar - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da parte autora em face das partes rés, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. No que tange ao pedido contraposto, em primeiro grau não há condenação em custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FELIPE ESBROGLIO DE BARROS LIMA (OAB 310300/SP), ADV: HENRIQUE DE DAVID (OAB 84740/RS), ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0627972-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Bbl Comercio e Representações de Produtos Alimentícios Epp Ltda - REQUERIDO: Vivo S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: IARA MARZOL MONTANDON (OAB 81678/RJ), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0628146-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Tayanne Pires César - REQUERIDO: Cers Complexo de Ensino Renato Saraiva - Ltda - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0628265-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria das Dores Montteiro de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM), ADV: RICARDO MARFORI SAMPAIO (OAB 222988/SP) - Processo 0628382-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nelson Oliveira da Silva e outro - REQUERIDO: Hotelaria Accor Brasil S. A - (Accor) (Hotel Ibis) - Em atenção à determinação da MMa. Juíza fica a Instrução e Julgamento REDESIGNADA para o dia 16/10/2019 às 10:30h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0628422-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Karla Lima de Oliveira - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM) - Processo 0628677-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Ribeiro Rodrigues - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB 13241/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0628731-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Cléucia de Souza Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM) - Processo 0628760-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Janderson Fernandes Ribeiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de

oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0628763-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG), ADV: MARCELO DA SILVA FERREIRA (OAB 13928/AM), ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0628798-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcelo da Silva Ferreira - REQUERIDO: Center Cell Comercio e Servicos Sorocaba Ltda - Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0629078-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Edna Alexandrina Rozas - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JANDERCLEIDE ROCHA DE SOUZA FIACADORI (OAB 11064/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0629446-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Fabíola Campos Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: HAYTHAM BADER (OAB 11435/AM), ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0629558-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ronaldo Costa Correa - REQUERIDO: Booking.com Brasil Serviços de Reservas Ltda. e outro - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA MARQUES JÚNIOR (OAB 9197/AM) - Processo 0629731-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suzy Evellynn Pereira Mattos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM)
Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandra Mara Fim Oliveira (OAB 1370/RR)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alexsandra de Souza Carvalho (OAB 12237/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB 8850/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andreza Ingrid Lima dos Santos (OAB 11443/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carla Caroline Coutinho Frota (OAB 12379/AM)
Carla Ceusina de Albuquerque Tavares (OAB 11005/AM)
Carlos Augusto de Souza Marques Júnior (OAB 9197/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
CAROLINE LEONELLO (OAB 321373/SP)
Carolynne Oliveira dos Santos (OAB 4094/AM)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
CATHARINE MARIA FONSECA DA SILVA (OAB 10830/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Celso Jose Dias (OAB 11774/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Cris Rodrigues Florencio (OAB 5316/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiana da Costa Rodrigues (OAB 607/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle Fernandes Amorim (OAB 11764/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Araújo Benayon (OAB 10766/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson Marques de Oliveira (OAB 52161/DF)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)

Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Felipe Esbroglio de Barros Lima (OAB 310300/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Florence Fleck (OAB 13586/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Renato de Lima Sabelli (OAB 10866/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Haytham Bader (OAB 11435/AM)
Helton Francisco de Sousa Carvalho (OAB 9356/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique de David (OAB 84740/RS)
Iara Marzol Montandon (OAB 81678/RJ)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Ivson Coêlho da Silva (OAB 550A/AM)
Janaína Coelho Mota Santiago (OAB 3936/AM)
Jandercleide Rocha de Souza Fiacadori (OAB 11064/AM)
Jaqueline Oliveira de Paula (OAB 9269/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Augusto de Souza Muniz (OAB 203012/SP)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Jorge Luiz Viana de Carvalho (OAB 8291/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
JOSE CAMPELLO TORRES NETO (OAB 122539/RJ)
José de Andrade Azedo Netto (OAB 10394/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Júlia Vieira de Castro Lins Botelho (OAB A1210/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Julliana Barros Souza (OAB 11843/AM)
Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB 9243/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Kamila Torres dos Santos Ignacchiti Lopes Gomes (OAB 8283/AM)
Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB 140475/RJ)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lucas Ayres de Camargo Colferai (OAB 333828/SP)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
LUMA DE CARLOS SOUZA MULLER (OAB 11762AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcelo da Silva Ferreira (OAB 13928/AM)
Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB 156347/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria do Carmo Lima da Silva (OAB 11098/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mylene Costa Maciel Façanha (OAB 4835/AM)
Náiade Victória Araújo Perrone (OAB 9183/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Nathasha Cristina Melo da Rocha de Holanda Bessa (OAB 11755/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Roberto Vigna (OAB 173477/SP)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 2685/AM)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 3900/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Rebeca Braga Albuquerque Marinho Lopes (OAB 13063/AM)
Rebeca Veiga de Carvalho Paixao (OAB 11958/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo Carvalho Paixão (OAB 3742/AM)
Ricardo Marfori Sampaio (OAB 222988/SP)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Ricardo Pntes Vivacqua (OAB 88754/RJ)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sabrina Bernadete Cavalcante da Silva (OAB 12593/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vinícius Martins de Meira (OAB 4269/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Walmir Ribeiro Pereira (OAB 6273/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0135/2019

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607125-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Tania Maria Menezes da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que REDESIGNEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 27 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608569-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sônia Maria Pereira Lopes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 08:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608645-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Olinda da Silva Soares - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 08:45h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608656-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sinesio Rodrigues de Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 09:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608662-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Hilma Silva dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 09:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608662-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Hilma Silva dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 09:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0608683-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE:

Simara Regina Silva Alves - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 10:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0608687-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sebastião Rodrigues Brasil - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 10:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0608698-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Robison de Souza Xavier - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 11:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0608706-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Eleuzete Muitinho dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 12:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608757-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Reinaldo dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 12:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que

desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0608762-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Mario Jorge Gaia da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 09:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0608762-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Mario Jorge Gaia da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 09:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608819-40.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Aldenir de Sousa Maciel - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 13:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608826-32.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Edna de Oliveira Melo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 13:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608868-81.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rafael Martins Leite - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 14:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0608871-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Maria Elizia de Jesus Baraúna - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 09:45h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0608871-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Maria Elizia de Jesus Baraúna - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 09:45h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/

AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0608871-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Maria Elizia de Jesus Baraúna - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 09:45h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0609011-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ambrozio Farias da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/09/2019 às 09:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0609011-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ambrozio Farias da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/09/2019 às 09:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 27 de agosto de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ PIRES DE CARVALHO NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE PADILHA CAIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0134/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0200301-29.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em virtude de possível alto consumo de energia elétrica na unidade consumidora da autora, foi determinada a substituição do medidor para nova análise, conforme despacho (fl. 82) publicada no dia 15/08/2019 (fl. 84). A autora veio a juízo em 26/08/2019 comunicar que empresa ao invés de cumprir a referida decisão, procedeu a suspensão do serviço (fl. 89). Ante o exposto, determino que a ré cumpra na íntegra a decisão que mandou trocar o medidor de energia elétrica na residência da autora, no prazo máximo de 24h, a contar da data da publicação desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 pelo descumprimento desta decisão, em favor da requerente, em conformidade com o art. 537, §1º do CPC, até o limite de R$ 50.000,00. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0604166-29.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - "Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a requerida revisar as faturas de outubro/2017 a março/2018, de modo que ....."

Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

Processo nº:0601682-12.2016.8.04.0092
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC
Requerente:Raimundo Alves de Olanda
Requerido:Luiz Mourão Filho

O Dr. Luiz Pires de Carvalho Neto, MM. Juiz de Direito Titular da 14ª Vara do Juizado Especial Cívelda Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, **LUIZ MOURÃO FILHO**, CPF 006.638.912-72, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, tomar conhecimento da penhora on line, do veículo de placa-NPA-9860, marca/toyota/hilux-CD 4x2-

SR, ano 2009/2010, que se encontra bloqueado por este Juízo, como parte executada, apresentar impugnação ao bloqueio, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando, será expedido o mandado de busca e apreensão, Eu, Rógenes Bezerra de Menezes, Consultor Especial o digitei, e Eu Cristiane Padilha Cairo, Escrivã(o)/Secretária, o conferi. Manaus,26 de agosto de 2019.

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0183/2019

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0201821-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduardo Zózimo de Andrade Figueira Neto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0201822-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduardo Zózimo de Andrade Figueira Neto - REQUERIDO: Claro S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM) - Processo 0205674-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: THAIS PIRES DE CAMPOS LINARDI - REQUERIDO: Universidade UniNilton Lins - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, extinguindo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, deixando de condenar a Requerente ao pagamento de custas processuais, tendo em vista que no Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação nestes termos (arts. 54 e 55). Transitada em julgado, arquivem-se, independentemente de outro despacho. Publique-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: EMILY CAROLINE GUIMARÃES MEDEIROS (OAB 14311/AM), ADV: NAYARA DOS SANTOS XAVIER (OAB 12357/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0601194-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilberto Lessa de Farias Junior - REQUERIDA: Janaina Campos Moraes - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: GUSTAVO LORENZI DE CASTRO (OAB 129134/SP), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM) - Processo 0602468-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wagner Jackson Santana - REQUERIDO: Uber do Brasil Tecnologia Ltda - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE o pedido de repetição de indébito, condenando o Réu ao pagamento de R$ 54,98 (cinquenta e quatro reais e noventa e oito centavos), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contra da citação e correção monetária oficial a contar do prejuízo (04/12/18). JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0606305-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rafaella de Lima Mendes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I, do CPC.

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM) - Processo 0606860-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Jacqueline Campos de Santana - REQUERIDO: Banco 24 Horas (Tecnologia Bancaria S.a.) - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) CONDENAR o Réu ao pagamento de R$ 1.000,00 (mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do prejuízo (28/02/18); b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar do evento danoso e correção monetária a contar do arbitramento.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VALIM (OAB 2095/AM), ADV: LARYSSA ARAÚJO MÜLLER (OAB 13197/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG) - Processo 0609498-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Carlos Valim - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de repetição de indébito, condenando o Réu ao pagamento de R$ 479,40 (quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do prejuízo (15/07/17). JULGO IMPROCEDENTE os demais pedidos, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0610136-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Sandra Cavalcante Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR inexigibilidade de qualquer débito decorrente do contrato de cartão de crédito consignado objeto desta demanda; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 645,97 (seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos), e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo a partir de 01/07/2019, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SEAD para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autora a título BMG CARTÃO CRED sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM),

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0611126-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Ana Kelly Viana - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR nulidade do contrato objeto desta demanda e inexigível os débitos dele decorrente; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 8.953,98 (oito mil, novecentos e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos), e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Torno definitiva a Decisão de fls. 101.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0611282-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marcio Ney da Silva Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE o pedido declaratório, DECLARANDO a nulidade do contrato entabulado entre as partes, com consequente retorno ao status quo ante. JULGO IMPROCEDENTE os pedidos de repetição de indébito e de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC. Torno definitiva a Decisão de fls. 68.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0611605-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maura Regina Leite Nogueira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR a nulidade do contrato firmado entre as partes e consequentemente inexigível qualquer débito dele decorrente; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 2.188,25 (dois mil, cento e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos), e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Torno definitiva a Decisão de fls. 76.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: CRISTIANE DE SOUSA SILVA (OAB 14431/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0611669-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - RECLAMANTE: Nerilandia do Amaral Silva Alves - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR a nulidade do contrato de cartão de crédito consignado entabulado entre as partes e consequentemente a inexigibilidade dos débitos dele decorrente; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 4.175,76 (quatro mil, cento e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos), e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Torno definitiva a Decisão de fls. 110.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: RENIR BEGNINI (OAB 5095/AM) - Processo 0614878-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mário Sérgio Lopes Rezzutto Filho - REQUERIDO: Saraiva e Siciliano S/A - Apple Computer Brasil Ltda. - Claro S/A - Ex positis, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM LHE ADENTRAR NO EXAME DE MÉRITO, reverberando a incompetência desse Juízo para o processo e julgamento deste feito por verter matéria complexa, conforme tratei anteriormente. Faço-o segundo o preceituado no artigo 51, II da Lei 9.099/1995.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: OTTO WILLY GÜBEL JÚNIOR (OAB 172947/SP) - Processo 0615934-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Frank Gomes Bahia - REQUERIDO: Provence Cosmeticos S/A (Contém 1 Grama) - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE a ação de cobrança, condenando o Réu ao pagamento de R$ 3.154,75 (três mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), sujeitando-se os encargos ao disposto no plano de recuperação judicial do Réu. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: SÉRGIO PHILIPPE PINHEIRO EGUCHI (OAB 14468/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616846-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Silvia Pinheiro e Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM), ADV: GUSTAVO GASPARINO BECKER (OAB 31896/SC), ADV: ALINE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 197787/RJ) - Processo 0617390-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Lilia de Queiroz Pará dos Santos - REQUERIDO: Ds Card Administradora de Cartões de Crédito - Di Santinni - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0617416-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Sheila Ataide dos Santos - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JAMILSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB

11065/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0617597-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Mires dos Santos Alves - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Banco Credicard S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0617781-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jadison Marinho da Luz - REQUERIDO: Claro S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SUELLEN AKIKO KOHASHI DA COSTA (OAB 9879/AM), ADV: JOSE BARROS FERNANDEZ (OAB 103914/RJ), ADV: WENDEL ALMEIDA DE SOUZA (OAB 11172/AM) - Processo 0617791-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Raicicleide da Rocha Rodrigues - REQUERIDO: Santur Rj Agencia de Viagens Me - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0628470-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Walder Barbosa da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aline Oliveira da Silva (OAB 197787/RJ)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Cristiane de Sousa Silva (OAB 14431/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Emily Caroline Guimarães Medeiros (OAB 14311/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gasparino Becker (OAB 31896/SC)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Lorenzi de Castro (OAB 129134/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB 11065/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jose Barros Fernandez (OAB 103914/RJ)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Carlos Valim (OAB 2095/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Laryssa Araújo Müller (OAB 13197/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Nayara dos Santos Xavier (OAB 12357/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Otto Willy Gübel Júnior (OAB 172947/SP)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
RENIR BEGNINI (OAB 5095/AM)
Sérgio Philippe Pinheiro Eguchi (OAB 14468/AM)
Suellen Akiko Kohashi da Costa (OAB 9879/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wendel Almeida de Souza (OAB 11172/AM)

17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0170/2019

ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: JAMILSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 11065/AM), ADV: JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM), ADV: LORRUAMA JUSTINIANO E SILVA (OAB 11047/AM) - Processo 0603674-11.2017.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Injúria - REQUERENTE: A.S.S. - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Instrução e Julgamento foi designada para o dia 23/10/2019, às 09:00h.

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0616392-06.2018.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito - VÍTIMAFATO: Agamenon da Silva Araujo - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Instrução e Julgamento foi designada para o dia 02/10/2019, às 09:00h.

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM), ADV: FRANK JACOB JUNIOR (OAB 9657/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0621858-15.2017.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Calúnia - VÍTIMAFATO: Fábrison Lima do Nascimento - AUTORAFATO: Katherinne Bravo dos Santos - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Instrução e Julgamento foi designada para o dia 09/10/2019, às 09:00h.

Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Frank Jacob Junior (OAB 9657/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB 11065/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM)
Lorruama Justiniano e Silva (OAB 11047/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIÁRIA 1
Intimações 1
SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS 2
Decisões 2
Intimações 3
SEÇÃO II 4
TRIBUNAL PLENO 4
Conclusão de Acórdãos 4
Pauta de Julgamento Designado 5
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 5
Intimações 5
SEÇÃO III 5
CÂMARAS REUNIDAS 5
Conclusão de Acórdãos 5
Intimação 6
SEÇÃO IV 7
CÂMARAS ISOLADAS 7
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 7
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 9
Conclusão de Acórdãos 9
Intimação 19
Julgamento Virtual 22
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 23
Conclusão de Acórdãos 23
Despachos 23
Decisões 24
Pauta de Julgamento Virtual 25
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 27
Intimação 27
Decisões 27
Pauta de Julgamento Virtual 27
Julgamento Virtual 27
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 34
Conclusão de Acórdãos 34
Pauta de Julgamento Virtual 36
SEÇÃO VI 36
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 36
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 36
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 48
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 54
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 74
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 75
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 81
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 84
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 85
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 93
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 97
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 114
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 121
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 127
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 137
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 143
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 159
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 169
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 176
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 181
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 186
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 196
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 198
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 203
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 204
2ª VARA CRIMINAL 206
4ª VARA CRIMINAL 209
6ª VARA CRIMINAL 213
7ª VARA CRIMINAL 213
8ª VARA CRIMINAL 214
9ª VARA CRIMINAL 216
10ª VARA CRIMINAL 219
11ª VARA CRIMINAL 220
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 221
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 223
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 227
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 232
AUDITORIA MILITAR 235
4ª VARA DE FAMÍLIA 236
5ª VARA DE FAMÍLIA 249
7ª VARA DE FAMÍLIA 251
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL 252
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 255
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 255
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 255
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 256
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 257
SEÇÃO VII 265
JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL 265
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 272
SEÇÃO VIII 296
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 296
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 296
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 301
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 324
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 327
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 340
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 341
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 346
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 350
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 352
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 352
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 365
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 369
17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 371